

JUL/DEZ 2024

V 24 Nº 2

A LUTA PELA mae TERRA
É A mae DE TODAS
AS LUTAS.

Dossiê:

Crise civilizatória, alternativas em construção e Serviço Social



e-ISSN 1980-8518

Revista da Faculdade de Serviço Social - UFJF
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

REVISTA



Revista de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação em Serviço Social
Universidade Federal de Juiz de Fora

ISSN 1980-8518

DOSSIÊ:

Crise civilizatória, alternativas em construção e Serviço Social

VOLUME 24
NÚMERO 2

JULHO/DEZEMBRO

ANO 2024

EXPEDIENTE

FOCO E ESCOPO

A revista *Libertas*, criada em 2001, é uma publicação semestral da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Seu objetivo é estimular o intercâmbio da produção intelectual, de conteúdo crítico, produzida a partir de pesquisas empíricas e teóricas, no âmbito brasileiro e internacional, sobre temas atuais e relevantes da área do Serviço Social e das Ciências Sociais e Humanas, com as quais mantém interlocução.

COMISSÃO EDITORIAL

Drª. Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editora-chefe.

Drª. Isaura Gomes de Carvalho Aquino, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editora-adjunta.

Dr. Bruno Bruziguessi Bueno, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editor-adjunto.

Luciano Cardoso de Souza, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editor-executivo.

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins, Instituto Superior Miguel Torga, Portugal; Carina Berta Moljo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Caterine Reginensi, Ecole Nationale Supérieure Agronomique de Toulouse, França; Elizete Menegat, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Íris Maria de Oliveira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil; José Paulo Netto, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; Margarita Rozas Pagaza, Universidad Nacional de La Plata, Argentina; Maria Aparecida Tardim Cassab, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Maria Beatriz Abramides, Pontifícia, Universidade Católica de São Paulo, Brasil; Maria Patricia Fernandes Kelly, Princeton University, EUA; Maria Rosangela Batistoni, Universidade Federal de São Paulo, Brasil; Marilda Vilella Iamamoto, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil; Nicolas Bautes, Université de Caen Normandie, França; Olga Mercedes Paez, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; Roberto Orlando Zampani, Universidad Nacional de Rosário, Argentina; Rosangela Nair Carvalho Barbosa, Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Brasil; Silvia Fernandes Soto, Universidad Nacional de Tandil, Argentina; Xabier Arrizabalao Montoro, Universidad Complutense de Madrid, Espanha.

AVALIADORES

Adrianyce A. Silva de Sousa [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Alexandre Aranha Arbia [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Aline do Rocio Neves [PUC/PR, Curitiba, PR/Brasil]; Álvaro de Azeredo Quelhas [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Ana Lívia Adriano [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Ana Lívia Souza Coimbra [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Ana Luiza Avelar [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Anderson Martins Silva [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Andrea Kelmer de Barros [UFVJM, Montes Claros, MG/Brasil]; Angela Vieira Neves [UnB, Brasília, DF/Brasil]; Anna Paula Bagetti Zeifert [UNIJUÍ, Ijuí, RS/Brasil]; Anne Araujo Vilela [UFG, Goiânia, GO/Brasil]; Antoniana Dias Defilippo Bigogno [UFF, Rio das Ostras, RJ/Brasil]; Bruno Bruziguessi Bueno [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Caio Cezar Cunha [UEL, Londrina, PR/Brasil]; Carina Berta Moljo [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Carlos Antonio de Souza Moraes [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Carlos Hortmann [ISCTE, Lisboa/Portugal]; Clara Barbosa de Oliveira Santos [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Cláudia Correia Coelho [UFRGS, Porto Alegre, RS/Brasil]; Cláudia Mônica dos Santos [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Cristiane Silva Tomaz [UFOP, Ouro Preto, MG/Brasil]; Cristina Simões Bezerra [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Daniela Leonel de Paula Mendes [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Daniele Batista Brandt [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Danielle Viana Lugo Pereira [UFPB, João Pessoa, PB/Brasil]; Davi Machado Perez [UFOP, Ouro Preto, MG/Brasil]; Ednêia Alves de Oliveira [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Elcemir Paço Cunha [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Elizete Menegat [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Elziane Olina Dourado [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Erika de Oliveira Silva [UFAL, Maceió, AL/Brasil]; Everton Melo da Silva [UFAL, Maceió, AL/Brasil]; Fábio da Silva Calleia [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Fábio do Nascimento Simas [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Fábio Fraga dos Santos

[UFVJM, Montes Claros, MG/Brasil]; Fernanda Picinin Moreira [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Graziela Scheffer [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Gustavo Fagundes [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Haline Fernanda Canelada [UEL, Londrina, PR/Brasil]; Hormindo Pereira de Souza Junior [UFMG, Belo Horizonte, MG/Brasil]; Inez Rocha Zacarias [UFRGS, Porto Alegre, RS/Brasil]; Jamerson Murillo Anunciação de Souza [UFPE, Recife, PE/Brasil]; Jeovana Nunes Ribeiro [UFPB, João Pessoa, PB/Brasil]; Jéssica Ribeiro Duboc [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Jhony Zigato [UFVJM, Montes Claros, MG/Brasil]; Joana Valente Santana [UFPA, Belém, PA/Brasil]; José Amilton de Almeida [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; José Fernando Siqueira da Silva [UNESP, Franca, SP/Brasil]; Joseane Barbosa de Lima [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Joselita Olivia da Silva Monteiro [UFAL, Maceió, AL/Brasil]; Juliana Fiúza Cislaghi [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Juliana Menezes Maurício [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Kátia Regina de Souza Lima [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Kelly Rodrigues Melatti [PUC/SP, São Paulo, SP/Brasil]; Larissa Dahmer Pereira [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Luana Siqueira [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Lucas Bezerra de Araújo [UFAL, Maceió, AL/Brasil]; Luciana Gonçalves Pereira de Paula [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Luciana Maria Cavalcante Melo [UNIFESP, Santos, SP/Brasil]; Luiza Miranda Furtuoso [UFSJ, São João del-Rei, MG/Brasil]; Mahalia Gomes de Carvalho Aquino [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Marcelo Braz Moraes dos Reis [UFRN, Natal, RN/Brasil]; Márcio Paschoino Lupatini [UFVJM, Teófilo Otoni, MG/Brasil]; Marco José de Oliveira Duarte [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Maria Augusta Bezerra da Rocha [UFPE, Recife, PE/Brasil]; Maria Carmelita Yazbek [PUC/SP, São Paulo, SP/Brasil]; Maria das Graças e Silva [UFPE, Recife, PE/Brasil]; Maria Fernanda Escurra [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil];

Maria Lúcia Miranda Afonso [UNA, Belo Horizonte, MG/Brasil]; Maria Rosângela Batistoni [UNIFESP, São Paulo, SP/Brasil]; Marina Maciel Abreu [UFMA, São Luís, MA/Brasil]; Marina Monteiro de Castro e Castro [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Marina Valéria Delage Vicente Mancini [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Mônica Aparecida Grossi [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Monique de Carvalho Cruz [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Nailsa Maria Souza Araújo [UFS, São Cristóvão, SE/Brasil]; Nanci Lagioto Hespanhol Simões [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Nanci Soares [UNESP, Franca, SP/Brasil]; Natália Perdomo dos Santos [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Nayara de Holanda Vieira [UFPI, Teresina, PI/Brasil]; Nicole Alves Espada Pontes [UFPE, Recife, PE/Brasil]; Nicole Cristina Oliveira Silva [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Ozileia Cardoso da Silva [UFRN, Natal, RN/Brasil]; Patricia da Silva Coutinho [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Paula Kapp Amorim [UFF, Rio das Ostras, RJ/Brasil]; Pedro Gomes Barbosa [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Rachel dos Santos Zacarias [FIVJ, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Rachel Gouveia Passos [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Rafaela Barbosa de Oliveira Henriques [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Raphael Dutra Bazarello [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Raquel Cristina Lucas Mota [UFVJM, Montes Claros, MG/Brasil]; Raquel Raichelis Degenzajn [PUC/SP, São Paulo, SP/Brasil]; Regina Celia Tamayo Mioto [UFSC, Florianópolis, SC/Brasil]; Renata de Oliveira Cardoso [UFF, Rio das Ostras, RJ/Brasil]; Renata dos Santos Alencar [UFPB, Belém, PA/Brasil]; Roberto Coelho do Carmo [UFOP, Ouro Preto, MG/Brasil]; Rodrigo Fernandes Ribeiro [UFOP, Ouro Preto, MG/Brasil]; Rodrigo Gonçalves Bigogno [UENF, Campos dos Goytacazes, RJ/Brasil]; Ronaldo Vielmi Fortes [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Rosana Mirales [UNIOESTE, Cascavel, PR/Brasil]; Rosangela Gonzaga [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Rose Leite [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Sabrina Pereira Paiva [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Sofia Laurentino Barbosa Pereira [UFPI, Teresina, PI/Brasil]; Susana Maria Maia [UFF, Rio das Ostras, RJ/Brasil]; Thaís Luiz Vargas [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Thaisa Teixeira Closs [PUC/RS, Porto Alegre, RS/Brasil]; Valéria Lucília Forti [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Vanessa Follmann Jurgenfeld [UFVJM, Montes Claros, MG/Brasil]; Vânia Noeli Ferreira de Assunção [UFF, Rio das Ostras, RJ/Brasil]; Vicente Paulo dos Santos Pinto [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Victor Miranda Elias [IBC, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Victor Salomão Lacerda Brandão [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Viviane Sousa Pereira [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Wécio Pinheiro Araújo [UFPB, João Pessoa, PB/Brasil]; Yolanda Guerra [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil].



Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Serviço Social
Programa de Pós-graduação em Serviço Social

Editores:

Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Sebra Eiras (editora-chefe);
Isaura Gomes de Carvalho Aquino (editora-adjunta);
Bruno Bruziguezi Bueno (editor-adjunto);
Luciano Cardoso de Souza (editor-executivo).

Editor de Layout:

Luciano Cardoso de Souza.

IMAGEM DA CAPA: SOUZA, Luciano Cardoso de. *A mãe de todas as lutas*, 2023.

ARTE CAPA E CONTRACAPA: Luciano Cardoso de Souza.
Juiz de Fora/MG, dezembro, 2024.

FICHA CATALOGRÁFICA

Libertas / Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Curso de graduação em Serviço Social. – n. 1 (abril, 2001) –.

– Juiz de Fora, ano 2024 –

v. 24, n. 2.

Semestral

Resumo em português e inglês

Vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e ao Curso de Graduação em Serviço Social.

Versão online ISSN 1980-8518

1. Serviço Social. 2. Periódico. I. Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. II. Universidade Federal de Juiz de Fora, Curso de Graduação em Serviço Social.

Publicação indexada em:



Sumário

Editorial X

Dossiê temático:

Crise civilizatória, alternativas em construção e Serviço Social

Visões seminais do capitalismo contemporâneo: aproximações e distanciamentos Renato de Brito Gomes	387
Políticas hídricas para o Nordeste: tendências e desafios atuais Gabriela Alves do Nascimento Silva Maria das Graças e Silva Sandra Maria Batista Silveira	404
Más allá de la crisis: la energía como disputa y como lucha Laura Isabel Serna Agudelo Erika Barón Rodríguez	426
Reforma agrária e alternativas à fome: o Plantio Solidário na Zona da Mata Mineira Mônica Aparecida Grossi Michelle Neves Capuchinho Paula Rocha de Souza Vitória Nacarate Machado Maria Eduarda Dias	444
El “ecologismo popular y campesino” como marco para el movimiento por la soberanía alimentaria: el caso de “Nos Plantamos” (España) David Gallar Hernández Isabel Vara Sánchez Andrés Muñoz Rico	460
Uma análise do caso Braskem e da exploração da natureza à luz do pensamento de Mészáros Elida Janaina Barbosa Rodrigues Pimentel Luana Cavalcante Pinho	473
A perspectiva autogestionária no Minha Casa Minha Vida Entidades e a participação popular Geisa Elmokdisi Pedrosa Bordenave	497

O familismo na assistência social como resposta do capital à crise estrutural	510
Raíssa Cristina Arantes	
Daniella Borges Ribeiro	

Tema Livre

Os efeitos da violência interparental nas crianças: o olhar de uma comissão de proteção de crianças e jovens (CPCJ) em Portugal	534
Ana Sofia Carvalho Pinto	
Eva Raquel Xavier de Melo Gil Chaves	
Cristiana Dias de Almeida	
Mónica Alexandra Vidal Teixeira	
Racismo estrutural e encarceramento em massa no Brasil	553
Ingrid Medeiros Lustosa Diniz Ribeiro	
Rosilene Marques Sobrinho de França	
Determinação social da saúde e Sífilis gestacional em Campos, RJ: particularidades de classe, raça, gênero e território	570
Nilene dos Santos Souza	
Carlos Antonio de Souza Moraes	
Assistência multiprofissional em saúde e prontuário hospitalar: elementos para a reflexão no Serviço Social	590
Marcela Gonçalves de Araújo	
Marina Monteiro de Castro e Castro	
A pesquisa sobre o método marxista no Serviço Social brasileiro	608
Michael Gonçalves Cordeiro	
Conservadorismo enquanto ideologia-política e peleja histórica do Serviço Social	626
Francisco Flavio Eufrasio	
O fenômeno do empreendedorismo no Serviço Social brasileiro: notas exploratórias	647
Carina de Santana Alves	
Vinicius Pinheiro de Magalhães	
Desigualdade e reconhecimento no atual contexto da economia política	661
Antônio Dimas Cardoso	
Máximo Alessandro Mendes Ottoni	
A nova ofensiva contra o trabalho na contemporaneidade e a validade histórico-analítica da teoria marxiana da crise	673
Fabiana Alcântara Lima	

Exploração e jornada de trabalho em Marx: mais-valia como noção de mais-tempo	691
Silvio Aparecido Redon	
Eliane Christine Santos de Campos	
Para uma crítica à “Sociedade de consumo” e ao fim da transcendência da alienação em Jean Baudrillard	709
Dariane Cordeiro de Araújo	
Marlon Garcia da Silva	

Entrevista

Fundamentos do Serviço Social e formação profissional: Entrevista com Maria Carmelita Yazbek	734
Entrevistadora: Thaisa Closs	

Editorial

Crise civilizatória, alternativas em construção e Serviço Social

Finalizamos o ano de 2024. Ano conturbado no plano geopolítico, pelas disputas e guerras em andamento na Europa e no Oriente Médio, ameaças que tangenciam inequivocamente à possibilidade real de uma autodestruição humana.

Os votos de um novo ano acompanhado de paz soariam bem destoantes nesta realidade, não fossem as práticas dos sujeitos que continuam agindo, construindo e disputando as alternativas sociais existentes visando a um projeto societário voltado para a coletividade, assentado em uma materialidade que democratize o acesso à riqueza socialmente produzida, fundamento real da emancipação humana e política.

Conforme escrevemos na chamada para este número da *Libertas*, a crise estrutural do capital vem se apresentando através de seus múltiplos aspectos – as chamadas crises ambiental e climática, crise urbana, energética, etc. – evidenciando a destrutividade do capital sobre todas as dimensões da vida. Diante disso, torna-se urgente e indispensável dar visibilidade às alternativas em construção através das mais diversas iniciativas – sejam elas desenvolvidas no campo ou na cidade, em qualquer área do conhecimento – que apontem para novos horizontes civilizatórios.

Neste sentido, o dossiê impulsionou o debate e a análise acerca do crítico momento histórico em que vivemos, visibilizando algumas alternativas que estão sendo construídas e as contribuições do Serviço Social nesse processo.

Neste número 2, do Volume 24 da *Libertas*, apresentamos as “Visões seminais do capitalismo contemporâneo: aproximações e distanciamentos”, artigo escrito por **Renato Gomes**, que coteja concepções de Ernest Mandel, István Mészáros, David Harvey e François Chesnais, contribuindo para o debate “em relação à noção de equilíbrio/desequilíbrio e estabilidade/instabilidade, na caracterização da crise do capitalismo contemporâneo e sobre o fato de ele ter encontrado ou não barreiras intransponíveis ao desenvolvimento das forças produtivas”.

Avançamos para temas que dialogam com a realidade latino-americana e europeia, textos que analisam o acesso aos recursos hídricos e energéticos; o direito à moradia; a exploração da natureza no capitalismo; e artigos que tratam da questão da fome e da soberania alimentar, na perspectiva das disputas e lutas sociais e populares.

Assim, apresentamos o artigo sobre as “Políticas hídricas para o Nordeste: tendências e desafios atuais”, de **Gabriela Alves do Nascimento Silva, Maria das Graças e Silva e Sandra Maria Batista Silveira**, que analisa as propensões de implementação de políticas públicas voltadas para a questão hídrica na região Nordeste no período de 2016 à 2024, levando em conta o contexto atual que perpassa a questão ambiental, como a crise climática, e as diferentes estratégias adotadas pelo Estado em relação às políticas sociais. Na sequência, temos a importante colaboração de duas *trabajadoras sociales* colombianas, **Laura Isabel Serna Agudelo e Erika Barón Rodríguez**, que expõem a “crise ecológica, ambiental e energética como expressões concretas da relação natureza-humanidade (...) e os esforços de alguns atores para construir uma sociedade que transite para um modelo de justiça socioecológica”. Em seu artigo, intitulado “Mas alla de la crisis: la energía como disputa y como lucha”, elas apresentam e analisam o “Movimiento Nacional Constituyente por la Democracia Energética”, experiência pioneira de organização coletiva em prol da disputa pela democracia energética, na Colômbia.

O artigo “Reforma agrária e alternativas à fome: o plantio solidário na zona da mata mineira”, escrito por **Mônica Grossi, Michelle Capuchinho, Paula Rocha de Souza, Vitória Nacarate Machado e Maria Eduarda Dias**, objetiva “discutir a reforma agrária popular do MST e a construção de alternativas à fome no Brasil, destacando a análise da experiência realizada pelo MST na zona da mata mineira, intitulada Plantio Solidário”, compartilhando os esforços do Movimento em prol de práticas produtivas agroecológicas. Neste campo temático, o artigo “El ecologismo popular y campesino como marco para el movimiento por la soberanía alimentaria: El caso ‘Nos plantamos’”, de **David Gallar Hernández, Isabel Vara Sánchez e Andrés Muñoz Rico**, apresenta o movimento “Nos Plantamos”, da Espanha, como uma iniciativa de organizações populares que visa defender um modelo alternativo de produção agrícola baseado na agroecologia e na soberania alimentar frente ao modelo de produção representado pelos grandes grupos capitalistas.

Já o artigo “Uma análise do caso Braskem e a exploração da natureza à luz do pensamento de Mészáros”, de **Elida Janaina Barbosa Rodrigues Pimentel e Luana Cavalcante Pinho**, faz uma análise fundamental sobre um dos casos que caracterizam a crise ambiental no Brasil atualmente, o processo de exploração de sal-gema no município de Maceió-AL, que evidencia o padrão depredador do modelo extractivo mineral, evidenciando a forma

com que o capital se apropria da natureza.

Por sua vez, **Geisa Bordenave** apresenta-nos “A perspectiva autogestionária do Minha Casa Minha Vida Entidades e a participação popular”, trazendo elementos para a reflexão sobre “as possibilidades de participação popular a partir desta vertente do programa federal (...).” Considerando a crise do capital e os compromissos ético-políticos do Serviço Social, esse texto também realiza uma análise sobre “os limites e possibilidades de contribuições para a construção de cidades mais justas e democráticas”.

Por fim, apresentamos o artigo de **Raíssa Cristina Arantes e Daniela Borges Ribeiro** sobre “O familialismo na assistência social como resposta do capital à crise estrutural”, com enfoque nos cuidadores de usuários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), na Política Nacional de Assistência Social. Segundo as autoras, “os dados apontam a intensificação da responsabilização familiar frente à crise estrutural do capital, escamoteada pela retórica do fracasso familiar”.

Na sessão “Tema livre” apresentamos um conjunto de artigos que dialogam diretamente com a área de Serviço Social. O artigo “Os efeitos da violência interparental nas crianças: o olhar de uma comissão de proteção de crianças e jovens em Portugal”, escrito por **Ana Sofia Carvalho Pinto, Eva Raquel Xavier de Melo Gil Chaves, Cristiana Dias de Almeida e Mônica Alexandra Vidal Teixeira**, destaca elementos do trabalho profissional com crianças e jovens, e acerca da sociabilidade que atravessa as famílias além-mar. Aqui, no Brasil, ratifica-se a premência de análises no âmbito da relação raça/etnia, gênero e classe social, conforme destacado nos artigos “Racismo estrutural e encarceramento em massa no Brasil” (sob a autoria de **Ingrid Medeiros Lustosa Diniz Ribeiro e Rosilene Marques Sobrinho de França**) e “Determinação social da saúde e sífilis gestacional em Campos, RJ: particularidades de classe, raça, gênero e território”, escrito por **Nilene dos Santos Souza e Carlos Antonio de Souza Moraes**. Por sua vez, as autoras **Marcela Gonçalves de Araújo e Marina Monteiro de Castro e Castro** tratam da inserção do Serviço Social na área da saúde no artigo “Assistência multiprofissional em saúde e prontuário hospitalar”, discorrendo sobre a “categoria da linguagem e a questão do sigilo profissional, além de fazer apontamentos sobre a sociabilidade capitalista e o impacto da pandemia de covid-19 na digitalização dos prontuários”.

Ainda na área de Serviço Social apresentamos três artigos cujos debates contribuem para o entendimento de questões atuais que atravessam a profissão no Brasil, são eles: “A pesquisa sobre o método marxista no Serviço Social brasileiro” (sob a autoria de **Michael Gonçalves Cordeiro**), “Conservadorismo enquanto ideologia-política e peleja histórica do Serviço Social” (escrito por **Francisco Flávio Eufrazio**) e “O fenômeno do

empreendedorismo no Serviço Social brasileiro” (sob a autoria de **Carina de Santana Alves e Vinicius Pinheiro de Magalhães**).

Fechamos este número com quatro artigos que nos remetem à produção no âmbito da teoria social histórico-crítica, “Desigualdade e reconhecimento no atual contexto da economia política” (escrito por **Antônio Dimas Cardoso e Máximo Alessandro Mendes Ottoni**), “A nova ofensiva contra o trabalho na contemporaneidade e a validade histórico-analítica da teoria marxiana da crise” (sob a autoria de **Fabiana Alcântara Lima**), “Exploração e jornada de trabalho em Marx: mais-valor como noção de mais tempo” (escrito por **Sílvio Aparecido Redon e Eliane Christine Santos de Campos**) e “Para uma crítica à sociedade de consumo e ao fim da transcendência da alienação em Jean Baudrillard” (sob a autoria de **Dariane Cordeiro de Araújo e Marlon Garcia da Silva**).

Registrarmos uma rica entrevista realizada por **Thaís Closs** que evidencia a trajetória e o contributo indispensável da professora **Maria Carmelita Yazbek** ao Serviço Social brasileiro, com ênfase no debate sobre os fundamentos históricos e teórico-metodológicos, mas não só, considerando o escopo de sua produção e intercâmbio internacional que formou e impulsionou assistentes sociais e docentes, neste e em outros países.

A imagem que compõe a capa deste número – registrada por **Luciano Cardoso de Souza** no Assentamento Denis Gonçalves, do MST – nos lembra que a maior e mais importante de todas as lutas é pela preservação da vida e do gênero humano oriundos da Terra, “nossa Mãe”, na disposição de agirmos em prol da dissolução de todos os hábitos, conflitos e ideologias que levam à exploração e destruição de nosso planeta e, consequentemente, de nós mesmos.

Desejamos que os artigos que se seguem possam contribuir para reflexão acerca do atual estágio de crise civilizatória pelo qual passamos e, ao mesmo tempo, que sejam canais de socialização das diferentes experiências de resistência, de publicização das lutas e denúncias frente a este cenário em diferentes regiões do mundo, práticas relevantes e mais condizentes à expectativa de fraternidade entre os povos e de convivência pacífica. Boa leitura!

XIII

Juiz de Fora, 30 de dezembro de 2024.

Alexandra Eiras, Bruno Bruziguessi, Isaura Aquino e Luciano Souza.

Visões seminais do capitalismo contemporâneo: aproximações e distanciamentos

Seminal views of contemporary capitalism: similarities and differences

Renato de Brito Gomes *

Resumo: O artigo expõe algumas das visões seminais do funcionamento do capitalismo contemporâneo. A intenção é notar aproximações e distanciamentos entre as principais obras de autores no âmbito da economia política marxista: Ernest Mandel, István Mészáros, David Harvey e François Chesnais. Conclui-se que as similitudes e diferenças podem ser apontadas no que diz respeito ao uso das categorias da “escola da regulação”, em relação à noção de equilíbrio/desequilíbrio e estabilidade/instabilidade, na caracterização da crise do capitalismo contemporâneo e sobre o fato dele ter encontrado ou não barreiras intransponíveis ao desenvolvimento das forças produtivas e, por fim, ao poder das finanças. Considerando estas temáticas, procura-se expor a leitura de cada autor e enquadrá-las dentro de determinados parâmetros em que são buscadas convergências e divergências, bem como apontados os elementos que as embasam.

Palavras-chaves: Capitalismo Contemporâneo; Ernest Mandel; István Mészáros; David Harvey; François Chesnais.

Abstract: The article presents some seminal views on the functioning of contemporary capitalism. The aim is to highlight the similarities and differences among the major works of authors within the scope of Marxist political economy: Ernest Mandel, István Mészáros, David Harvey, and François Chesnais. It concludes that similarities and differences can be identified regarding the use of categories from the “regulation school,” in relation to the notions of equilibrium/imbalance and stability/instability, in characterizing the crisis of contemporary capitalism and whether it has encountered insurmountable barriers to the development of productive forces and, ultimately, to the power of finance. Considering these themes, the article seeks to present each author’s perspective and frame them within specific parameters where convergences and divergences are explored, as well as the elements supporting them.

Keywords: Contemporary capitalism; Ernest Mandel; István Mészáros; David Harvey; François Chesnais.

* Economista. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorando em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3978-8999>. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Introdução

Neste artigo expõe-se algumas das visões seminais do funcionamento do capitalismo contemporâneo. A intenção será notar aproximações e distanciamentos entre leituras de autores no âmbito da economia política marxista: Ernest Mandel, István Mészáros, David Harvey e François Chesnais.

Ressalta-se que não serão analisadas a integralidade das obras e sim as produções de maior fôlego e que, simultaneamente, inspiraram e ainda inspiram maior número de estudos e debates no Serviço Social. Em relação a E. Mandel debruça-se sobre *O Capitalismo Tardio* (1982) e *A crise do capital* (1990); no caso de I. Mészáros é incontornável a análise de *Para além do capital* (2011a); já em D. Harvey aborda-se de forma central *Condição pós-moderna* (1992); e, por fim, detém-se em *A mundialização do capital* (1996) e outros textos de F. Chesnais que vão na direção de mostrar a ampliação do poder das finanças.

Afirma-se de antemão que a intenção não é congregar as quatro análises em uma tentativa de construção de uma síntese fechada que descreveria com perfeição o capitalismo contemporâneo. Tal tarefa parece ser em verdade impossível. Isto, contudo, não pode levar a pensar que tais análises, embora marcadas por alguns distanciamentos que serão apresentados, também não possuam importantes aproximações que podem levar a considerações mais ou menos seguras sobre a dinâmica atual do capital.

Desta forma, ao fim do artigo busca-se comparar as posições dos autores sobre problemáticas presentes nas discussões da economia política contemporânea. Uma diz respeito ao valor heurístico da noção de equilíbrio e de desequilíbrio, outra fala sobre quais são de fato as dimensões da crise contemporânea do capital e se, por outro lado, ele já haveria encontrado limites intransponíveis ao seu desenvolvimento. Por fim, aponta-se também como a percepção dos fenômenos ligados as finanças vão paulatinamente ganhando maior peso nas leituras.

A onda longa com tonalidade regressiva: a leitura de Mandel

Ernest Mandel realiza uma apurada apreensão da dinâmica capitalista do século XX. Demonstra-se como foi um pioneiro na percepção do fim dos “anos gloriosos” do pós-segunda guerra em que a economia passaria a um período longo de crise.

A chave heurística de sua análise é a noção de desequilíbrio, sendo que alertava que os esquemas de reprodução do Livro 2 d'*O capital* (2014) têm como função demonstrar que o capitalismo pode existir de forma sustentável por longo prazo. Deles não deriva uma noção de que a economia tem sua dinâmica a partir de sucessivos equilíbrios. O movimento do capital leva à existência de “desequilíbrios constantes” (Mandel, 1982, p. 17).

O desenvolvimento do capitalismo depende de algumas variáveis parcialmente independentes (Mandel, 1982, p. 25-7) e os superlucros são um elemento particularmente importante. No capitalismo tardio estão associados as inovações técnicas – que “permite[m] a redução do uso da força de trabalho relativamente ao capital e promove a elevação da produtividade do trabalho” (Silva; Araújo; Duarte, 2022, p. 60) – e podem ser auferidos de forma prolongada, daí a existência de duas taxas de lucro. As “rendas tecnológicas” são obtidas por inovações da terceira revolução industrial, em que ocorre uma “fusão da ciência, tecnologia e produção” (Mandel, 1982, p. 151).

Aspecto conhecido em Mandel é a incorporação crítica da teoria das ondas longas, conhecidas pelas formulações de N. Kondratiev (Araujo, 2001). O capitalismo passaria por movimentos cíclicos menores (entre 7 e 10 anos) e outros de aproximados 50 anos, estes mais importantes para a sua periodização. Houve a onda inicial que compreende a revolução industrial, o momento posterior marcado pela crise de 1847 até 1890 (primeira revolução tecnológica), o período que segue até a Segunda Guerra Mundial, influenciado pela segunda revolução tecnológica, seguido pelos anos após a segunda guerra até o fim da década de 1960, marcados pela terceira revolução tecnológica para, por fim, chegarmos a atual onda regressiva (Mandel, 1982, p. 83-4/92-3).

Sem a compreensão do capitalismo tardio perdem-se determinações que elucidam o período posterior. Inicialmente aponta-se a redução de custos associada ao planejamento como uma tônica, que ocorreu em termos empresariais, mas, também, através de medida macroeconômicas, em que havia tentativas de “controle” da demanda e da oferta com o Estado sendo ente central. Adicionalmente, tem-se uma centralização do capital onde “a empresa multinacional tornou-se a forma organizativa determinante” (Mandel, 1982, p. 223).

A supercapitalização é abordada para entender a penetração do capital na esfera da circulação, da reprodução e dos serviços, em que é associada à existência de capitais excedentes que não encontram investimentos rentáveis à taxa média de lucros (Mandel, 1982, p. 272). Isto é, o “capital industrial que não encontrava valorização na própria indústria foi o pré-requisito essencial para a expansão dos serviços” (Silva; Araújo; Duarte, 2022, p. 62).

A dinâmica dos ciclos e das crises são fornecidas por mecanismos causais parcialmente independentes. No entanto, em conjunto têm “sua expressão mais clara no movimento cíclico da taxa média de lucro”, reflexo das contradições de “todos os momentos do processo de produção e reprodução” (Mandel, 1982, p. 309). Não há monocausalidade, trata-se apenas de um indicador que pelos seus determinantes representa um momento de síntese:

A onda do pós-guerra é reflexo de um aumento da taxa média de lucro. Contudo, não poderia ser explicada sem uma menção a relação de forças, tanto o fascismo como a guerra possibilitaram um incremento na taxa de exploração. Assim, o “que determina os pontos de viragem de expansão e estagnação é a condição geral da luta de classes” (Behring, 2015, p. 41).

Em relação à inflação tem-se que sua função no período foi gerar estabilidade pelo mecanismo da expansão de crédito, que visava intervir sobre o problema da realização do valor através da expansão dos meios de pagamentos. Existia uma autonomia relativa entre o “ciclo industrial” e o “ciclo do crédito”. Quando havia dificuldade na venda de mercadorias ocorria uma “relativamente autônoma” ampliação do crédito (Mandel, 1982, p. 309-32).

Enfim, a economia dava sinais de estagnação, isto era sintetizado pela queda da taxa média de lucro no fim dos anos 1960, expressando novas determinações do capitalismo (Mandel, 1982, p. 48-50). Ocorria “[...] a transição de uma ‘onda longa com tonalidade basicamente expansionista’ a uma ‘onda longa com tonalidade basicamente de estagnação’, por volta dos anos 1966/67” (Mandel, 1982, p. 126). Assim, “uma solução temporária para o problema da centralização internacional do capital só pode ser conseguida às expensas da classe operária” (Mandel, 1982, p. 240). O que o leva a concluir que “nos próximos anos um aumento (...) [da taxa de lucro] só pode ser assegurado pela elevação da taxa de mais-valia, ou seja, por uma exploração intensificada da classe operária” (Mandel, 1982, p. 240).

A transição de uma “onda longa com tonalidade expansionista” para uma “onda longa com tonalidade de estagnação” está hoje intensificando a luta de classes internacional. O principal objetivo da política econômica burguesa não é mais anular os antagonismos sociais, mas sim descarregar sobre os assalariados os custos do reforçamento de cada indústria capitalista nacional na luta concorrencial. O mito do pleno emprego permanente está se desvanecendo. (...) A luta pela taxa de mais-valia desloca-se para o centro dinâmico da economia e da sociedade (Mandel, 1982, p. 332).

A economia experimenta um período de estagnação e crises. As crises “não são nem o resultado do acaso nem o produto de elementos exógenos”, derivam da “lógica imanente do sistema – embora fatores exógenos ou accidentais desempenhem evidentemente um papel nas particularidades de cada ciclo” (Mandel, 1990, p. 7). Eventos singulares não podem ser os elementos explicativos, “para que o detonador cumpra seu papel de catalisador, é preciso que toda uma série de pré-condições componentes de uma situação de crise estejam presentes” (Araujo, 2014, p. 111).

A inflação aumentou nos anos 1970 e os principais países capitalistas aplicaram políticas de austeridade. Engendram aquilo que Mandel (1990, p. 13) denominou como “sincronização internacional do ciclo industrial” em um momento depressivo. Passavam a existir “dificuldades

crescentes para o capital em compensar a elevação da composição orgânica do capital por uma alta contínua da taxa de mais-valia”, em que decorre uma redução da taxa média de lucro que “termina por determinar a inversão da ‘onda longa’” (Mandel, 1990, p. 27). Torna-se límpida a explicação da crise através do movimento do capital e sua lógica de valorização.

Havia um elemento gerador de desordem que contribuía para a estagnação: “os grandes movimentos internacionais especulativos de capitais flutuantes” (Mandel, 1990, p. 86). Atentou para tais fenômenos e suas consequências para o ciclo econômico, em que o movimento é gerado principalmente pela atuação das multinacionais no mercado financeiro. Alertava que “em períodos de crise, o poderio do capital financeiro, exercido frequentemente de maneira direta pelos bancos, cresce desmesuradamente” (Mandel, 1990, p. 187).

São levantados argumentos sobre se haveria alguma indicação de quando este ciclo de estagnação se esgotaria ou mesmo se o capitalismo poderia experimentar novamente um ciclo expansivo. A resposta parece ser negativa para ambas (Mandel, 1990, p. 77 e 73), contudo, não existe “um calendário de ascensão e crise do capital” (Behring, 2015, p. 41).

A crise estrutural do capital: a interpretação de Mészáros

Nesta seção expõe-se as contradições que levam István Mészáros a afirmar que a partir da década de 1970 o sociometabolismo do capital passa a esbarrar em limites estruturais, advindo daí sua caracterização de crise estrutural. Para Mészáros (2011a, p. 606) o elemento diferencial do sistema do capital foi “[...] a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca – no interesse da autorrealização ampliada do capital”. O autor afirma que o capitalismo consegue “separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último”, e assim ocorre que “as limitações das necessidades dadas não tolhiam seu desenvolvimento” (Mészáros, 2011a, p. 606). Além disso, há uma “disjunção entre produção para as necessidades sociais e a autorreprodução do capital” (Maranhão, 2010, p. 629).

A “taxa de utilização descrente no capitalismo” é ponto central, estaria já “diretamente implícita nos avanços realizados pela própria produtividade” (Mészáros, 2011a, p. 639) e tem expressão nas formas de consumo. A necessidade de reprodução faz com exista uma premência ao descarte prematuro “muito antes de esgotada sua vida útil” (Mészáros, 2011a, p. 640). Isto é, “o que é verdadeiramente vantajoso para a expansão do capital não é um incremento na taxa (ou no grau) com que uma mercadoria (...) é utilizada e sim, pelo contrário, o decréscimo de suas horas de uso diário” (Mészáros, 2011a, p. 661).

Manifesta-se na produção atrelada a uma “subutilização crônica” do maquinário que tem seu período de amortização diminuído. As inovações tecnológicas são um elemento

relevante e aponta um encurtamento no ciclo de substituição do capital fixo. Influencia no uso da força de trabalho socialmente disponível através do fenômeno do desemprego. Enfim, “[...] a taxa de utilização decrescente é uma das leis tendenciais mais importantes e abrangentes do desenvolvimento capitalista” (Mészáros, 2011a, p. 675).

A explicação do sociometabolismo do capital já foi realizada através da categoria de “persona do capital”, destacando seus “elementos objetivos e sistêmicos (...) [que] não mudam com o mudar de nome das personas e precisam estar presentes para a perpetuação do sistema do capital e a sustentação da lei do valor” (Polese, 2016, p. 48), os capitalistas seriam “personificações do capital” (Lambertucci; Ersina, 2022, p. 11). Levado às últimas consequências, tal argumento indica que “o sistema do capital é singular na história também no sentido em que é, na verdade, um sistema de controle sem sujeito. As determinações e os imperativos objetivos do capital sempre devem prevalecer contra os desejos subjetivos” (Mészáros, 2011a, p. 125).

Alerta sobre a incontrolabilidade do capital e embora chegue a mencionar o equilíbrio como uma contratendência do desequilíbrio (Mészáros, 2011a, p. 653), não há espaço para um capitalismo harmonioso (Mészáros, 2011a, p. 662). Tem-se um “metabolismo social anárquico e incontrolável” em que “o capital global não se subordina a qualquer noção de equilíbrio” (Arbia, 2015, p. 140).

A linha de menor resistência coloca “em movimento não apenas grandes potenciais produtivos, mas também, simultaneamente, forças maciças tanto diversificadas como destrutivas” (Mészáros, 2011a, p. 676). A adoção das “práticas capitalistas viáveis” leva a desperdícios e a destruição, em suma “transforma as potencialidades das forças produtivas em realidades destrutivas” (Rabelo; Segundo, 2004, p. 45). A produção passa a ser “genuinamente orientada para o consumo destrutivo” (Mészáros, 2011a, p. 678), em que impera uma “irracionalidade no intercâmbio homem/natureza” que converte “as potencialidades da emancipação genérica em relação ao ser natural em exploração predatória” (Arbia, 2015, p. 150). Os elementos destrutivos não abrem espaço para a superação das crises. A tendência destrutiva “se torna então modelo de normalidade para a vida cotidiana de todo o sistema” (Mészáros, 2011a, p. 693).

A existência de crises no capitalismo não é algo estranho, nesses momentos ocorre uma reorganização de forma a recompor o quadro da acumulação. Em contraste, a atual crise estrutural seria determinada por quatro pontos: i) sua amplitude é universal, não se restringe à esfera financeira, comercial ou produtiva; ii) estende-se a todo o globo; iii) sua duração no

tempo é prolongada, contínua e não cíclica; iv) não teria caráter cataclísmico ou colapsante, seria marcada por um “modo rastejante” (Mészáros, 2011a, p. 795-6).

Ocorre um “esgotamento do modo de intercâmbio e controle humano sobre as forças da natureza desenvolvido sob a égide do capital” (Maranhão, 2010, p. 629), este inconveniente “não é (...) tecnológico, mas social” (Rabelo; Segundo, 2004, p. 44). Em uma crise convencional o capital busca o manejo das contradições, encontra saídas que amenizam os impasses para a acumulação a curto prazo, portanto “o deslocamento das contradições só é possível enquanto a crise for parcial, relativa”. O raciocínio leva à conclusão que “uma crise estrutural não está relacionada aos limites imediatos mas aos limites últimos de uma estrutura global” (Mészáros, 2011, p. 797).

Antes havia “limitações imediatas” que são restrições a alguma dimensão do capital, não a sua integralidade, portanto “não pode haver qualquer crise estrutural enquanto este mecanismo vital de autoexpansão (...) continuar funcionando” (Mészáros, 2011a, p. 798). No novo cenário, “as perturbações e ‘disfunções’ antagônicas, ao invés de serem (...) desarmadas, tendem a se tornar cumulativas e (...) estruturais, trazendo com elas um perigoso bloqueio (...) de deslocamento das contradições.” Assim, “aquilo com o que nos confrontamos não é mais simplesmente ‘disfuncional’, mas potencialmente muito explosivo” (Mészáros, 2011a, p. 800).

Desdobra sua leitura para a política indicando que a ruína do Estado de bem-estar já seria um reconhecimento da crise, haveria uma “crise estrutural de todas as instituições políticas”. Afirma que “a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira crise de dominação em geral” (Mészáros, 2011a, p. 800). Ressalta ainda “o fato acautelador de que qualquer intervenção no campo político – mesmo quando visa a derrubada radical do Estado capitalista – terá influência muito limitada na realização do projeto socialista” (Mészáros, 2011a, p. 125). Existem leituras que afirmam que “a ‘autonomia’ do Estado frente as necessidades objetivas da reprodução sociometabólica do capital torna-se um sonho belo” (Lambertucci; Ersina, 2022, p. 17), não haveria espaço para uma atuação política não integralmente determinada pela imanência do capital.

Avaliando a crise de 2007/8 Mészáros afirmou que ela se tornaria “muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais (...), mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural” (Mészáros, 2011b, p. 17). Relacionando a sua leitura alertava que o ano de 2007 era “um prenúncio do que eu tinha em mente. Mas apenas um prenúncio, porque a crise estrutural do sistema do capital como um todo (...) está destinada a priorar consideravelmente” (Mészáros, 2011b, p. 17).

A acumulação flexível: o edifício teórico de Harvey

Nosso interesse central na obra de David Harvey consiste naquilo que denominou por período de acumulação flexível, através de categorias da escola da regulação utilizadas terminologias de “regime de acumulação” e “modo de regulamentação” (Harvey, 1992, p. 118). Estas influências o fazem focar em aspectos de relativa estabilidade. No entanto, a leitura ampla de sua obra torna perceptível que para o autor crises são fenômenos recorrentes e “inerentes desse modo de produção” (Silva, 2012, p. 193). Há “uma teoria da possibilidade da crise – e não uma teoria da necessidade da crise” (Andrade; Palludeto, 2013, p. 573) já que considera “relações que permitem estabilizar, harmonizar e dar coerência, ainda que temporária, à forma disruptiva da reprodução capitalista” (Couto, 2014, p. 199).

O “regime de acumulação flexível” está relacionado e em oposição ao “regime de acumulação fordista-keynesiano”. Os “anos de ouro” são caracterizados pelo fato de que “[...] o fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial” (Harvey, 1992, p. 125). Foi possível devido a repositionamentos de atores da economia capitalista: o Estado, os trabalhadores organizados e o grande capital corporativo. O que distinguiu o fordismo foi

[...] seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática (Harvey, 1992, p. 121).

Percebe sinais da crise no final dos anos 1960, em que ressalta que “a queda da produtividade e da lucratividade corporativas depois de 1966 marcou o problema fiscal nos Estados Unidos que só seria sanado às custas de uma aceleração da inflação”. No período entre 1965 e 1973 começava a ficar explícita “a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes do capitalismo” (Harvey, 1992, p. 135). Reconhece a queda da produtividade e da taxa média de lucro, no entanto não seriam estes os detonadores da mudança.

O período da crise significava que “[...] na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez” (Harvey, 1992, p. 135). Isto ocorre em relação aos sistemas produtivos, aos mercados, nos gastos do Estado etc. O único elemento “flexível” era a política monetária, advindo daí sua explicação do fenômeno inflacionário que incrementava o processo de ruína do fordismo. A determinação central estaria relacionada “[...] a profunda recessão de 1973 (...) [que] pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista” (Harvey, 1992, p. 140). A crise de 1973 é o detonador que

encerra o fordismo e dá início a um novo “regime de acumulação”, ao qual denomina de acumulação flexível.

A acumulação flexível (...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setor da produção inteiramente novos, novas maneiras de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (Harvey, 1992, p. 140).

O novo regime de acumulação “parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’” (Harvey, 1992, p. 141). Ocorre também o “crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado” (Harvey, 1992, p. 143), a tendência seria a de “reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais força de trabalho que entre facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins” (Harvey, 1992, p. 144).

A acumulação flexível impõe uma produção por demanda e restitui a possibilidade de “pequenas fábricas” e de formas de produção “pré-capitalistas”, agora na ponta do processo de valorização. A nova flexibilidade permite ao capitalismo acomodar-se a tempos de crise intensificando o volume de inovações e explorando novos nichos de mercado. Um dos mecanismos para amenizar os efeitos da crise foi a diminuição do tempo de giro do capital, associado aos novos métodos de produção que também leva a uma espécie de “intensificação do consumo”. Estes processos “parecem estar na base de um notável aumento proporcional do emprego no setor de serviços a partir do início dos anos 70” (Harvey, 1992, p. 148).

Ocorre uma reconfiguração do sistema financeiro global existindo uma sólida capacidade de coordenação advinda dos poderes da classe que opera tal processo. A flexibilidade começa a entrar no mundo das finanças na década de 1970 e ganha fôlego nos anos de 1980, passando a ser condição para a inserção dos países no fluxo internacional de capitais.

Os novos sistemas financeiros implementados a partir de 1972 mudaram o equilíbrio de forças em ação no capitalismo global, dando muito mais autonomia ao sistema bancário e financeiro em comparação com o financiamento corporativo, estatal e pessoal. A acumulação flexível evidentemente procura o capital financeiro como poder coordenador mais do que o fordismo o fazia. Isso significa que a potencialidade de formação de crises financeiras e monetárias autônomas e independentes é muito maior do que antes (Harvey, 1992, p. 155).

Sobre a teorização da passagem entre os “regimes de acumulação”, Harvey (1992, p. 164) admite que a escola de regulação empreende “pouco ou nenhum esforço”, já o autor faz a dinâmica das crises depender de um processo de superacumulação (Harvey, 1992, p. 170-1). Em obra anterior constrói uma tentativa de explicação das crises investigadas através do que

denominou como “três recortes” (Harvey, 2013). O primeiro associado às contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção; o segundo envolve a relação entre os ciclos econômicos e a lógica do capital fictício; o último diz respeito à tentativa de integração entre geografia e o desenvolvimento desigual. Não se tratam de demarcações que ocorrem linearmente no tempo, o “capital enfrenta as crises de superacumulação, financeiras e geográficas conjugadamente”, uma melhor aproximação seria a de que existem “camadas” reveladas na estrutura do capitalismo” (Botelho, 2014, p. 100).

A dinâmica econômica seria marcada por cinco momentos: a estagnação, a recuperação, a expansão baseada no crédito, a febre especulativa e o crash (Harvey, 2013, p. 448-53). Existe um esforço de teorizar sobre os elementos que levam a concretização de uma crise. O que não há é a construção de como esses mecanismos mais gerais se aplicariam no caso singular da transição da acumulação fordista para a acumulação flexível.

Por fim, ainda que faça da taxa de lucro um dos elementos da explicação da dinâmica da acumulação, não incorpora a análise da queda da taxa de lucro no longo prazo. No caso dessa lei geral, Marx teria apresentado contratendências em uma “lista (...) tão longa que torna a explicação de ‘lei’ sólida de queda de lucros uma resposta mecânica à inovação para economizar trabalho, que permanece uma proposta insuficiente” (Harvey, 2011, p. 82). Da mesma forma não considera haver uma “contradição entre as forças produtivas e as relações sociais sob o capitalismo” (Couto, 2014, p. 202). Posições possivelmente relacionadas ao fato de que “[...] ao se perguntar se o capitalismo se recuperará desta crise, Harvey responde com um sonoro, ‘sim’” (Silva, 2012, p. 195), pois haveria um “impulso à acumulação [que] (...) tende a superar as suas próprias barreiras” (Couto, 2014, p. 208).

Da mundialização a hegemonia do capital portador de juros: a interpretação de Chesnais

Igualmente influenciado pela “escola da regulação”, François Chesnais aos poucos vai tendo no marxismo o instrumental central de seus esforços de análise (Chesnais, 2018, p. 30). Procura-se expor o processo que denomina como “mundialização do capital”, ao mesmo tempo traz-se sua interpretação mais recente onde o capital portador de juros ganha relevância.

Inicialmente “os traços característicos da mundialização estão, não tanto no nível do comércio internacional, quanto ao nível das empresas, portanto do capital” (Chesnais, 1996, p. 26). Embora o crescimento do comércio exterior tenha ocorrido, a mundialização seria “dominada mais pelo investimento internacional do que pelo comércio exterior” (Chesnais, 1996, p. 26).

O crescimento do investimento externo na década de 1980 estava mais associado a fusões/aquisições do que a uma expansão produtiva. Haveria um componente central na movimentação destes investimentos: “caráter essencialmente ‘intratriádico¹’ (...), ao longo da década de 1980, se concentrou, em mais de 80%, dentro da área da OCDE” (Chesnais, 1996, p. 63). A empresa funcional ao processo são as multinacionais ou “empresas-rede” que passaram a ter sua atuação influenciadas pela lógica financeira, já que “o rendimento financeiro dos ativos é vigiado pelos detentores de carteiras de ações” (Chesnais, 1996, p. 77). Os fluxos do Investimento Externo Direto (IED) tem primazia em relação ao comércio externo no setor de serviços. Os últimos, contudo, crescem a partir de meados dos anos 1980 relacionados aos processos de flexibilização e desregulamentação, sendo a privatização de serviços públicos uma “nova fronteira” da acumulação (Chesnais, 1996, p. 186).

É dada atenção especial à relação entre a mundialização e as finanças, sendo que a “esfera financeira” simbolizaria “o posto avançado do movimento de mundialização do capital” (Chesnais, 1996, p. 239). O capital monetário consegue uma valorização de tal forma “autônoma” que não haveria precedente no capitalismo. Entretanto, apressa-se em anotar que “[...] a autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia relativa. Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo” (Chesnais, 1996, p. 241).

São lembradas a criação de inúmeros mercados e “inovações financeiras”. Bancos e instituições financeiras ficam insatisfeitos com seu papel de intermediadores e trilham um caminho em que “vão necessariamente abrir a transformação da esfera financeira em campo de valorização específico para operações de novo tipo, suscetíveis de proporcionar mais-valia e lucros financeiros” (Chesnais, 1996, p. 247). Assim, “as instituições dominantes não são mais os bancos, e sim os mercados financeiros e as organizações financeiras que neles atuam” (Chesnais, 1996, p. 258) e “constata-se a promoção dos ‘mercados’ a instância controladora das políticas econômicas nacionais” (Chesnais, 1995, p. 21).

Os processos associados à mundialização têm efeito geral de “encadeamento depressivo profundo”. Aponta a década de 1990 como uma longa depressão, de tendências estagnacionistas, e que eventuais retomadas ainda se dariam em um quadro mais geral de baixa acumulação. Considerando a forma com que se deu a mundialização dos grupos industriais, das formas de comércio e do capital monetário eles “exercem, de modo estrutural, um efeito

¹ A triáde refere-se a Europa, Estados Unidos e Japão.

depressivo sobre a acumulação” (Chesnais, 1996, p. 304). Reconhecia-se um modo de funcionamento do capitalismo como uma “longa crise rastejante” (Chesnais, 1995, p. 2).

A mundialização caracteriza-se por determinações que envolvem o capital industrial, comercial e monetário, seria “uma fase específica de um processo muito mais longo de constituição do mercado mundial em primeiro lugar e, depois, de internacionalização do capital, primeiro sob sua forma financeira e, em seguida, sob sua forma de produção no exterior” (Chesnais, 1995, p. 6). No início do livro é encontrado uma leitura de Marx que tende a estruturar a valorização hegemonizada pelo capital industrial que aos poucos vai reconhecendo o lugar central dos “mercados financeiros”. Embora as três formas fenomênicas sejam importantes para a preciso da mundialização, em grande medida apresenta-se “como mais uma etapa no processo de internacionalização do capital produtivo” (Nakatani, Marques, 2009, p. 3).

A incorporação de elementos da economia política marxista parece ter levado o economista a um novo lugar sobre o reconhecimento do papel das finanças, passando a falar de um “regime de acumulação com dominação financeira” (Chesnais, 1997). O central era perceber que “o movimento da acumulação e seu conteúdo econômico e social concreto seriam moldados pelas posições econômicas e sociais, concedidas a (...) aquela designada por Marx no livro III de *O capital* sob a expressão “capital portador de juros” (Chesnais, 2002, p. 4).

O mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica de capitalismo, no qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais. As formas de organização capitalista mais facilmente identificáveis permanecem sendo os grupos industriais transnacionais (...), os quais têm por encargo organizar a produção de bens e serviços, captar o valor e organizar de maneira direta a dominação política e social do capital em face dos assalariados. Mas a seu lado, menos visíveis e menos atentamente analisadas, estão as instituições financeiras bancárias, mas sobretudo as não bancárias, que são constitutivas de um capital com traços particulares. Esse capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimo, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, lucros nascidos da especulação bem-sucedida (Chesnais, 2005, p. 35).

Para chegar-se a tal situação foi preciso um decorrer histórico que contou com a ajuda de Estados (liberalização dos fluxos de capital) como um enorme processo de centralização de “fundos líquidos não reinvestidos das empresas e das poupanças das famílias” (Chesnais, 2005, p. 35-6). Ocorreu uma “acumulação financeira” (relacionada aos lucros do período fordista) que acabou por levar ao atual estágio.

A soberania das finanças levou a uma intensificação da centralização do capital que é assessorada pelos grandes investidores financeiros e seus representantes. O capital consegue

conquistar uma “exterioridade da produção”, ou seja, “os grandes grupos industriais e comerciais são movidos pela lógica de curto prazo do capital financeiro, sendo regulados pela cotação das ações de suas empresas” (Nakatani, Marques, 2009, p. 8). Assim, “[...] os grupos são dirigidos por pessoas para as quais a tendência da Bolsa é mais importante que qualquer outra coisa” (Chesnais, 2005, p. 54). O êxito em termos de desenvolvimento econômico desta fase pode ser contestado tendo em vista as modestas taxas de crescimento das principais economias capitalistas. No entanto, no que tange a sua capacidade de intervir na distribuição do excedente entre as classes seu sucesso é notável.

Mesmo considerando certos elementos de estabilidade, enxerga nas crises financeiras uma das principais manifestações das contradições do capitalismo dominado pelas finanças. Escreve que “é inevitável que crises graves estourem sob a forma de ‘crises financeiras’ que se podem atribuir unicamente à especulação ou a uma ‘instabilidade sistêmica’ congênita” (Chesnais, 2005, p. 62-3). Sobre a crise financeira de 2007, afirma que “é mundial, é crescente e inclui uma dimensão de irreversibilidade” (Chesnais, 2018, p. 30). Seria necessário reconhecer que “o capitalismo atingiu limites, não mais relativos e temporários, mas absolutos e definitivos” (Chesnais, 2018, p. 31) e ainda que “não há saída para a crise global à vista” (Chesnais, 2018, p. 36).

Apontamentos finais

Um nível de recorte que se pode fazer em relação aos autores diz respeito às categorias da “escola da regulação”. Mandel e Mészáros podem ser caracterizados como pensadores que valem-se exclusivamente do método e categorias de análise legados por Marx e seus seguidores, partem do pressuposto que o materialismo histórico enquanto método de apreensão das contradições do movimento do real basta a si próprio. Em sentido diverso, tanto Harvey como Chesnais incorporaram em suas leituras categorias como “regime de acumulação” de forma central, ainda que se avalie os elementos marxistas como preponderantes.

Uma diferença teórica que advém destas distintas influências e incorporações diz respeito à noção de equilíbrio. Mandel e Mészáros descrevem uma dinâmica marcada pelo desequilíbrio e incontrolabilidade, Harvey e Chesnais, ao caracterizarem um “regime de acumulação”, necessariamente estão dando um certo enfoque privilegiado a elementos estáveis do modo de funcionamento do capitalismo. No entanto, ambos os “regimes de acumulação” são marcados por crises intensas e mais ou menos permanentes.

Cabe ainda avaliar a relação que suas teorias constroem em relação à crise do capitalismo contemporâneo. Como procura-se demonstrar, em Mandel e Mészáros a crise

constitui-se como parte estruturante das reflexões, seja através da onda longa com tonalidade regressiva ou através da crise estrutural do capital. O central, de ambas, foi mostrar os entraves incontornáveis à acumulação de capital contemporânea.

Por outro lado, e novamente suspeita-se que por influência dos elementos da escola da regulação, embora Harvey e Chesnais apontem as dificuldades de crescimento do capitalismo atual, estes não caracterizam seu funcionamento como uma “crise permanente”, ao contrário, os “novos regimes de acumulação” seriam justamente a solução para a recomposição da acumulação e para o curso do prosseguimento do capitalismo, mesmo consideradas as crises e a instabilidade como momentos importantes. Nos parece que nos primeiros a crise apresenta-se mais como necessidade da dinâmica contemporânea do capital, ao passo que nos últimos ela reside apenas como possibilidade, mesmo que prevista, teorizada e de ocorrência frequente.

Já foi apontado que talvez as expressões “capitalismo maduro” ou, ainda, “tardo capitalismo”, possam ser mais fiéis ao conteúdo do que pretende transmitir Mandel. Através destas terminologias ficaria mais evidente o conteúdo interpretativo que imprime no capitalismo contemporâneo, sendo central a leitura de que se trata de um estágio de desenvolvimento das forças produtivas em que passam a existir barreiras intransponíveis ao prosseguimento normal da acumulação. É forçoso reconhecer a semelhança, mesmo consideradas as diversas tradições do marxismo ao qual os autores filiam-se, com a caracterização de crise estrutural de Mészáros.

Assim, além de ambos reconhecerem o capitalismo contemporâneo como uma longa crise, o fazem justamente porque são os mesmos autores que vislumbram que o modo de produção passava a confrontar-se com barreiras intransponíveis. Não seria mais possível o manejo das contradições de forma a no longo prazo garantir-se a ampliação do valor, os limites estruturais são caracterizados desta forma justamente por não permitirem mais tal mecanismo.

Talvez por ter defrontado-se por maior tempo com o capitalismo contemporâneo Mészáros, em certo sentido, vai além de Mandel. Isto porque embora Mandel já tenha apontado limites intransponíveis para o prosseguimento normal do desenvolvimento das forças produtivas e tenha visto uma crise prolongada, somente Mészáros sublinha a existência majoritária de forças destrutivas durante o novo período da crise estrutural do sociometabolismo do capital. Ou seja, além de existirem barreiras insuperáveis para a acumulação, na verdade, no capitalismo contemporâneo as “potencialidades das forças produtivas” evidenciam cada vez mais apenas a destrutividade social do capital.

Cabe ainda avaliar as posições de Harvey e Chesnais sobre a existência ou não de limites estruturais. Em Harvey não se encontra o reconhecimento de qualquer limite intransponível, ao

contrário, o autor reafirma a capacidade do capitalismo contemporâneo de continuar dando solução às suas crises e, em paralelo, reconhece existir uma espécie de “impulso à acumulação” que sempre é capaz de superar a longo prazo as barreiras anteriormente impostas pelo próprio capital.

Neste caso há uma sutileza importante em relação a Chesnais. Ainda em meados da década de 1990 o autor já falava de uma “longa crise rastejante” ao mesmo tempo em que reconhecia os efeitos depressivos dos processos de mundialização, embora a acumulação pudesse continuar. Se a leitura da hegemonia do capital portador de juros através da caracterização do “regime de acumulação financeirizado” o leva a impor uma certa estabilidade ao capitalismo contemporâneo, tem-se também o reconhecimento de que a crise atual possui “uma dimensão de irreversibilidade” e não haveria vislumbre sobre a saída de tal cenário. Portanto, considerando os autores aqui analisados, Harvey é o único que não reconhece que o capitalismo contemporâneo deparou-se com limites intransponíveis.

Outro fio que vale acompanhar nas reflexões é o debate da financeirização, presente em todas as obras, ainda que com pesos diferentes. Já Mandel alertava para os movimentos internacionais do capital especulativo e como em períodos de crise tenderia a crescer o poder do capital financeiro. Mészáros, por outro lado, reconhece na crise financeira iniciada em 2007 uma manifestação da crise estrutural que, mesmo iniciada por esta esfera, estaria destinada a invadir todos os espaços da existência humana.

Harvey afirma que no momento de transição em relação ao “regime de acumulação flexível” ocorre todo um processo de reconfiguração dos sistemas financeiros globais em que a própria flexibilização das finanças foi um elemento fundante, assim o novo regime “procura o capital financeiro como poder coordenador” (Harvey, 1992, p. 155). Por fim, Chesnais é certamente o que dá maior relevância a tal problematização, em sua leitura o processo da ampliação do valor passaria a ser determinado pela lógica de valorização do capital portador de juros.

Avalia-se que o crescimento no tempo de tal preocupação nas leituras está relacionado às próprias determinações que foram tornando-se mais latentes, visíveis e fundantes no capitalismo contemporâneo. Ou seja, como concretamente deu-se de forma cada vez mais intensa o processo de financeirização, passava a ser paulatinamente incorporado com maior fôlego nas análises seminais do período.

Por fim, ressalta-se uma outra vez que o objetivo do artigo não foi apresentar uma síntese de leituras tão complexas sobre um fenômeno ainda contemporâneo. Por outro lado, enfatiza-se que a exposição de visões seminais (suas aproximações e distanciamentos) no âmbito da

economia política marxista oferece pistas que não podem ser desconsideradas por aqueles que desejam realizar um estudo sério do capitalismo contemporâneo e suas problemáticas.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, R. P.; PALLUDETO, A.W.A. Harvey e o enigma da crise econômica. *Rev. Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 570-576, set./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/about/submissions>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- ARAUJO, P. H. F. Mandel e as crises econômicas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Niterói, n. 39, p. 106-122, out. 2014. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/71>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- ARAUJO, P. H. F. Comentários sobre algumas teorias das ondas longas. *Rev. Univ. Rural, Seropédica*, Série Ciências Humanas, vol. 23, n. 2, p. 169-182, 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/330937527 COMENTARIOS SOBRE ALGUMAS TEORIAS DE ONDAS LONGAS>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- ARBIA, A. A. Elementos sintéticos para uma compreensão da crise estrutural do capital. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 139-154, dez. 2015. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/49>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- BEHRING, E. R. Ernest Mandel: imprescindível. *Em Pauta: Teoria Social E Realidade Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 35, p. 37–64, jan./jul. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/18621>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- BOTELHO, M. L. Teoria da crise em David Harvey: observações sobre Os Limites do Capital. *Revista Continentes*, Seropédica, ano 3, v. 4, p. 66-111, jan. 2014. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/40>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- CHESNAIS, F. *A finança mundializada (org)*. São Paulo, Boitempo, 2005.
- CHESNAIS, F. A crise econômica mundial sem fim, interpretação e consequências. *Revista Fitos*, Rio de Janeiro, Edição Especial, p. 29-46, 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/29192/glaucokrusevillas.pdf?sequenc e=2&isAllowed=y>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 5, p. 1–30, dez. 1995. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/430/01-CHESNAI5.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- CHESNAIS, F. L'émergence d'un régime d'accumulation à dominante financière. *La Pensée*, Paris, Jan./Mar, 1997.
- CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643086>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- COUTO, L. R. Notas de uma interpretação sobre a crise e a acumulação em David Harvey. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 4, n. 2, p. 195-218. 2014. Disponível em: <https://www.publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2517>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- HARVEY, D. *Os limites do capital*. São Paulo, Boitempo, 2013.

- HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 1992.
- LAMBERTUCCI, F. F. M.; ERSINA, M. Crise estrutural do capital e neoliberalismo: trabalho e proletariado. *Serviço Social Em Debate*, Carangola, n. 5, v. 2, p. 4-19, 2022. Disponível em: <https://typeset.io/pdf/crise-estrutural-do-capital-e-neoliberalismo-11x5c0es.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- MANDEL, E. *A crise do capital*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- MARANHÃO, C. H. A crise estrutural do capital. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 629-631. nov. 2009/fev. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/JPtvvN7nDjxHsLC67ZhS6sg/>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- MARX, K. *O capital [Livro 2]*. São Paulo, Boitempo, 2014.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, Boitempo, 2011a.
- MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo, Boitempo, 2011b.
- POLESE, P. Que tipo de crise? István Mészáros e a crise estrutural do sistema do capital. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 37, p. 40 – 60, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/25393>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- RABELO, J. J.; SEGUNDO, M. D. M. Análise da crise estrutural do capital à luz de István Mészáros. *Educação em Debate*, Fortaleza, v. 1, n. 47, p. 43-47. 2004. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15195/1/2004_art_jrabelo.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- SILVA, G. S. A crise desvendada e o reavivar da crítica. *Em Pauta: Teoria Social E Realidade Contemporânea*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 193-196, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/3926>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- SILVA, M. G. da; ARAÚJO, D. da S.; DUARTE, F. W. Capitalismo, crise estrutural e flexibilização produtiva. *Revista de Economia Regional*, Urbana e do Trabalho, [S.l.], v. 11, n. 02, p. 58-85. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rerut/article/view/30571>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- MARQUES, R. M.; NAKATANI, P. A finança capitalista: a contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo. *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 1-19, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/3650>. Acesso em: 15 de maio de 2023.

Políticas hídricas para o Nordeste: tendências e desafios atuais

Water policies for the Northeast: current trends and challenges

Gabriela Alves do Nascimento Silva *

Maria das Graças e Silva **

Sandra Maria Batista Silveira ***

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir sobre as tendências das políticas hídricas no Nordeste, implementadas no período de 2016 até 2024, reconhecendo que estas são determinadas pelo caráter reducionista e fragmentado que tem, historicamente, orientado as políticas sociais no Brasil, especialmente desde o golpe de 2016. Aborda os fundamentos sociopolíticos que marcam a estruturação das políticas hídricas na região, considerando a historicidade e as contradições oriundas do modo de produção capitalista, bem como as intervenções estatais sobre essa problemática. Para tanto, foi realizado uma pesquisa documental, orientada pelo método crítico-dialético, a partir do acúmulo teórico e dos estudos empreendidos no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Questão Ambiental e Serviço Social (NEPASS/UFPE). Verifica-se que a questão hídrica é perpetuada na região, no período estudado (2016-2024), ancorada na reprodução do discurso hegemônico de combate a seca, o que impõe a constatação de que as políticas hídricas requerem a consideração das particularidades condições socioambientais da região, tanto no campo como nas cidades.

Abstract: This article aims to reflect on the trends in water policies in the Northeast, implemented in the period from 2016 to 2024, recognizing that these are determined by the reductionist and fragmented character that has historically guided social policies in Brazil, especially since the coup d'état. 2016. Addresses the sociopolitical foundations that mark the structuring of water policies in the region, considering the historicity and contradictions arising from the capitalist mode of production, as well as state interventions on this issue. To this end, documentary research was carried out, guided by the critical-dialectic method, based on the theoretical accumulation and studies undertaken at the Center for Studies and Research on Environmental Issues and Social Service (NEPASS/UFPE). It is verified that the water issue is perpetuated in the region, in the period studied (2016-2024), anchored in the reproduction of the hegemonic discourse of combating drought, which imposes the observation that water policies require consideration of the particular socio-environmental conditions of the region. region, both in the countryside and in the cities.

* Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestrandona em Serviço Social pela UFPE. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Questão Ambiental e Serviço Social - NEPASS/DSS/UFPE.

** Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com pós-doutorado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). Docente dos Programas de Graduação e Pós-graduação em Serviço Social da UFPE e líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Questão Ambiental e Serviço Social - NEPASS/DSS/UFPE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6583-831X>

*** Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do Departamento de Serviço Social da UFPE. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Questão Ambiental e Serviço Social - NEPASS/DSS/UFPE.

Palavras-chaves: Água; Nordeste; Políticas hídricas. **Keywords:** Water; Northeast; Water policies.

Introdução

A água é reconhecidamente um bem natural estratégico. Esta é implicada, portanto, no cerne da reprodução da vida e, apesar de ser um recurso essencial, as fontes de água no planeta são finitas e susceptíveis a profundas alterações, em razão de mudanças nos ecossistemas onde se localizam ou mesmo com os que se conectam.

A despeito da quantidade de água ser constante no planeta, a sua distribuição é bastante desigual, obedecendo a fatores geográficos, econômicos, como as relações de propriedade da terra, políticos e climáticos, levando a que determinadas partes do planeta, distintos países e ainda determinadas regiões vivenciem problemas de escassez (Lopes, 2009). Citando estatísticas da ONU, Garcia (2012) informa que até 2025, o consumo de água pode subir 50% nos países em desenvolvimento e 18% nos desenvolvidos. A previsão é que 1,8 bilhão de pessoas viverão em regiões com escassez absoluta de água, regiões do globo mais quentes e secas, em virtude dos reduzidos quantitativos de precipitação (Garcia, 2012)¹.

Segundo especialistas, a pressão sobre os recursos hídricos só tende a crescer: a demanda ascendente de energia; a poluição desenfreada dos mananciais pela ausência de serviços de saneamento básico adequados e pelo uso intensivo de venenos e insumos químicos diversos na agricultura; a degradação dos ecossistemas e a contínua supressão da vegetação protetiva das fontes; o crescimento populacional e as mudanças climáticas são alguns dos fatores apontados. Estima-se que, até 2035, o consumo global de água aumentará em 85%. O binômio expansão agrícola - produção de energia encontra-se na linha de frente das pressões, mas os biocombustíveis, a fratura hidráulica usada na indústria do petróleo não podem ficar de fora da equação².

Em face desta dinâmica, as tensões que se apresentaram em menor grau no passado vem ganhando destaque no século XXI, quando se pode presenciar um número sem precedentes de conflitos por água, tanto entre países como nos diversos territórios nacionais³. O crescimento

¹ De acordo com relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), “mais de 2.000 milhões de pessoas vivem em países que sofrem uma forte escassez de água, e aproximadamente 4.000 milhões de pessoas padecem uma grave escassez de água durante ao menos um mês ao ano. Os níveis de escassez seguirão aumentando a medida que cresça a demanda de agua e se intensifiquem os efeitos do câmbio climático” (ONU, 2019, p. 1).

² A distribuição do consumo da água no planeta revela uma disparidade abissal: 70% são destinados à agricultura, 20% para a indústria e 10% para o consumo doméstico, aproximadamente. O alto consumo da atividade agrícola deve-se, em especial, à utilização cada vez mais disseminada da irrigação, responsável pelo desperdício, seja pela evaporação ou pelo escoamento, de tal forma que cerca 60% da água utilizada é perdida (Camdessus *et al.*, 2005).

³ Em relatório intitulado “Não deixar ninguém pra trás”, a Unesco destaca que, entre 2000 e 2009, houve 94 conflitos relacionados à água no mundo. Entre 2010 e 2018, foram 263 (UNESCO, 2019).

populacional e a agricultura moderna, na qual a água vem sendo consumida de forma cada vez mais ampla e intensa, são apontados como alguns dos responsáveis por este fenômeno, além da poluição e a apropriação não sustentável da natureza, em geral, provocam a diminuição da disponibilidade hídrica no mundo. Fato é que, o argumento da escassez de água no planeta, tem sido evocado por organismos internacionais, (ONU e Banco Mundial), para a defesa de que a saída seria a mercantilização desse bem essencial à vida. Assim, a recomendação é que água deve ser incorporada em diversas legislações nacionais como “recurso econômico”, e regulada a cobrança a partir do seu uso.

O Brasil é considerado um celeiro de água doce, já que concentra entre 12% e 16% do volume total do planeta. Entretanto, sua distribuição é bastante desigual no país, pois a região Norte concentra 73% da disponibilidade hídrica brasileira, enquanto as demais regiões, que abrigam 95% da população, contam com 27% deste recurso (ANA, 2017). A despeito do mito do país abundante em água, portanto, livre da escassez, fato é que o Brasil tem problemas de disponibilidade hídrica, oriundos tanto das variedades e desigualdades pluviométricas quanto da inadequada gestão das águas em todo o país⁴.

Se este quadro já é em si mesmo preocupante, a crise climática tende a agravá-lo e as evidências empíricas vem confirmando as projeções de climatologistas e estudiosos do tema. O Quarto Relatório Científico do IPCC AR4 (2007) traz evidências de que mudanças no clima podem afetar significativamente o planeta, com a incidência de extremos climáticos, tendencialmente mais rigorosos nos países menos desenvolvidos da região tropical (Marengo, 2008), o que vem se confirmado no Brasil. Segundo Marengo (2008, p. 86), o país é “vulnerável às mudanças climáticas atuais e mais ainda às que se projetam para o futuro, especialmente quanto aos extremos climáticos. As áreas mais vulneráveis compreendem a Amazônia e o Nordeste do Brasil”. De acordo com estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), os padrões de precipitação vêm se alterando nas últimas décadas no país, com algumas regiões registrando aumento nos volumes médios anuais, enquanto outras vem diminuindo, o que tem aumentado a ocorrência de extremos climáticos⁵.

Publicação recente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA, 2024), confirma as projeções do INPE,

As regiões hidrográficas localizadas no Norte, Nordeste e parte do Centro-

⁴ De acordo com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), historicamente, a precipitação média anual do Brasil é de 1.760mm, mas por causa das suas dimensões continentais, o total anual de chuva varia de 500 mm na região semiárida do Nordeste, a mais de 3.000 mm na região Amazônica (ANA 2017, p. 23).

⁵ O estudo elaborado a pedido do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), sobre as mudanças observadas no clima no país nos últimos 60 anos considera dois indicadores: dias consecutivos secos (CDD) e precipitação máxima em 5 dias (RX5day) (Brasil, 2024).

Oeste tenderão a sofrer com maior escassez hídrica em virtude de uma tendência na diminuição da disponibilidade hídrica. Isso poderá se intensificar com o passar do tempo e na medida que os níveis de emissão dos gases de efeito estufa aumentem, e, por conseguinte, a temperatura se eleve no Brasil. As projeções indicam que se pode ter diminuições de até 40% na disponibilidade hídrica já em 2040 nas principais regiões hidrográficas brasileiras, além de um aumento substancial no número de trechos de rios intermitentes no futuro nessas regiões. O risco de escassez de água deverá aumentar devido a reduções na disponibilidade dessas regiões, notadamente nas regiões semi-áridas, afetando o abastecimento de água nas cidades, a geração de energia hidroelétrica e com impactos particularmente para a agricultura de subsistência. Os riscos para a saúde poderão se exacerbar com as taxas de crescimento populacional regional e as vulnerabilidades nos sistemas de abastecimento de água, saneamento, gestão dos resíduos, poluição, etc. (p. 10).

Os impactos sociais da crise climática sobre o Nordeste brasileiro são deveras preocupantes. Sem descartar os riscos de inundações, especialmente nas áreas litorâneas, com graves custos sociais e ambientais (Pernambuco, 2022; Bahia, 2021), os cientistas preveem que o aumento da seca e da falta de água constituirá uma questão central para a região, que poderá ter parte de seu território (zona semiárida) transformada em zona árida, com graves consequências para a produção de alimentos, a sanidade e a saúde da população local. Isto porque enfrentará crise no abastecimento de água, podendo atingir cerca de 41 milhões de habitantes da zona semiárida, distribuídos em cerca de 1.300 municípios dos nove Estados do Nordeste e do Norte de Minas Gerais (Marengo, 2008).

Neste contexto, vale destacar a importância da produção e disseminação do conhecimento sobre possíveis cenários climático-hidrológicos, as incertezas e riscos envolvidos, a fim subsidiar a ação dos movimentos sociais e o pensamento crítico. Por outro lado, o Estado precisa incorporar a variável “crise climática⁶” na produção de políticas públicas, de modo a estimar demandas de água no futuro e implementar políticas hídricas de uso e gerenciamento de água que considere as necessidades de dessedentização humana e animal acima dos interesses da acumulação de capitais.

O objetivo deste artigo é analisar as tendências das políticas hídricas direcionadas ao Nordeste do Brasil, a partir do golpe de 2016, nos governos Temer/Bolsonaro (2016/2022), até o atual governo Lula. Portanto, serão abordados os fundamentos sociopolíticos que determinam as políticas hídricas dirigidas a esta região brasileira, considerando a historicidade e as contradições das estratégias do Estado na condução destas políticas, buscando evidenciar,

⁶ Com base em Araújo e Silva (2021), crise climática refere-se ao conjunto de mudanças drásticas e aceleradas no clima, causadas, principalmente, pela atividade humana por meio da exploração crescente dos recursos naturais, promovida pela mercantilização e privatização de serviços essenciais. Essa crise se agrava devido a políticas que sujeitam a água a interesses econômicos e financeiros em detrimento dos direitos humanos e ambientais.

especialmente, as tendências recentes.

As reflexões presentes neste estudo baseiam-se no método crítico-dialético, através do qual as políticas hídricas para o Nordeste são compreendidas como parte das estratégias do capital de apropriação dos recursos naturais como insumos produtivos, o que acentua os conflitos de classe que permeabilizam as demandas por água na região.

A questão hídrica no Nordeste do Brasil

A apropriação privada dos recursos naturais, dentre esses a água, determina a questão hídrica no Nordeste. Por questão hídrica entende-se a problemática ambiental que envolve os usos, a propriedade e a posse da água, sendo, portanto, constitutiva da crise ambiental, convertida em objeto da razão humana e da ação das classes, quando são colocadas em evidência as contradições do acesso e dos diversos usos da água no campo e nas cidades (Silveira, 2017).

A questão hídrica emerge no bojo da questão ambiental, que, conforme Silva (2010) expressa as diversas manifestações da destrutividade da natureza, com impactos diretos sobre a disponibilidade dos recursos naturais garantidores da vida no planeta. Nas palavras da autora: “a problemática ambiental tem origem na forma histórica com que o sistema do capital exerce o domínio sobre a natureza, convertendo-a em mercadoria e submetendo-a às necessidades de sua reprodução” (Silva, 2010, p. 78).

As relações entre as classes sociais informam os conflitos pelos usos da água em todas as regiões e o Estado é desafiado a elaborar respostas na forma de políticas hídricas para suprir as demandas relativas aos múltiplos usos da água. Historicamente voltado a assegurar as condições de reprodução do capital, o Estado tem elaborado, historicamente, políticas que apenas sumariamente atendem às necessidades humanas de abastecimento, nos usos que garantem a sobrevivência humana e animal no campo e nas cidades. Constatase uma profunda desigualdade na apropriação e distribuição destes recursos pelo Estado, considerando a propriedade da terra e a natureza privatista destas políticas (Silveira, 2017). Esta realidade não tem superação nos marcos da sociedade capitalista e na vigência das relações de classe, como informa Löwy (2013), portanto, está posto o desafio ideopolítico e teórico de desvendar as particularidades do processo de apropriação dos recursos naturais no Nordeste, em especial água e terra, com as chaves que as vinculam às tendências próprias do modo capitalista de produzir a riqueza material.

As análises sobre o Nordeste brasileiro são, frequentemente, envoltas em mistificações, que tem como fulcro uma visão que atribuem à região características da ineficiência e atraso,

supostamente derivadas de fatores naturais, esmaecendo as dinâmicas e interesses do capitalismo dependente (Pereira, 2021). Desse modo é formada uma ideologia que esconde as verdadeiras causas das desigualdades, fazendo com que pareçam inerentes à região, ao invés de apanhá-las como produto das relações sociais e do padrão de acumulação de capital, mistificação essa especialmente intensificada em períodos de acirramento das contradições entre as classes sociais.

Segundo Pereira (2021, p. 17), as desigualdades regionais não resultam de um desenvolvimento insuficiente na região ou de uma gestão ineficaz do aparelho estatal, mas fazem parte da própria dinâmica do padrão de reprodução do capital, especialmente em países de capitalismo dependente, onde “funcionam como componentes necessários e subsidiários para a manutenção das relações sociais”. Oliveira (1987) complementa essa visão, argumentando que a redivisão regional do trabalho sustentou a construção de uma ideologia que associa o Nordeste à pobreza e à improdutividade, descaracterizando tais condições como produtos das dinâmicas capitalistas.

Com base nos dados do Censo 2022 (IBGE, 2022), o Nordeste é a região do Brasil que concentra o maior número de pessoas não-alfabetizadas no país, contabilizando um total de 6.123.989 pessoas não-alfabetizadas na região; índices que se tornam mais expressivos nas áreas rurais do Nordeste. Nesta mesma perspectiva, com índices alarmantes, é a região Nordeste que detinha, no ano de 2022, 27% da população total do país, concentrando 43,5% da população em situação de pobreza e 54,6% em situação de extrema pobreza.

No que se trata de residências domiciliares, o Nordeste, ainda com base em dados do Censo 2022 (IBGE, 2022), conta com a segunda maior concentração de domicílios particulares improvisados do país, ficando atrás apenas da região Sudeste, explicitando as precárias condições de moradia vivenciadas pela população nordestina. Ademais, localizam-se na região 34,5% da população total de pretos do Brasil, 35,35% da população que se autodeclara parda no país e por 26,69% do total de indígenas presentes em todo o território nacional.

No que diz respeito ao acesso à água, dados do Censo 2022 (IBGE, 2022) apontam que 22,99% da população do Nordeste não é atendida pela rede geral de distribuição de água, sendo abastecida via poços profundos ou artesianos; poços rasos, freáticos ou cacimbas; fonte, nascente ou minas; carros-pipa; água de chuva armazenada; rios, açudes, lagos, córregos e igarapés. A precariedade da infraestrutura para a distribuição de água e tratamento de esgoto agrava os desafios enfrentados, especialmente no Nordeste, região na qual a convivência com as condições climáticas adversas, especialmente no semiárido, torna o acesso a esses serviços ainda mais necessário.

O Nordeste concentra um significativo número de conflitos que envolvem os usos, a posse e a propriedade da água conforme apontam os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT): entre os anos de 2002 a 2022 foram contabilizados 970 (novecentos e setenta) conflitos por água no Nordeste, o que representa um percentual de 32,5% da soma de todas as regiões brasileiras no mesmo período (2.984 conflitos). O mesmo relatório aponta que do total de conflitos por água na região, 80% envolvem uso e apropriação de água no campo, do que se pode inferir que estes conflitos envolvem as disputas diretas pela apropriação da água em quantidade e qualidade suficientes para as demandas de produção e consumo da agricultura familiar.

Os conflitos revelam que parte da população do Nordeste, notadamente os mais pobres, sofrem com a indisponibilidade hídrica, que é resultante direta das disputas acirradas pela apropriação da água, dentre os recursos naturais da região. Também evidenciam a vinculação entre pobreza e dificuldades de acesso a água, que pode ser interpretada como resultado das características naturais da região, das estiagens previsíveis e cíclicas, ou concebê-la no bojo e a partir da relação entre as classes sociais na disputa pelos bens naturais no território, de modo específico, a água. As reflexões contidas neste artigo, segue a segunda via interpretativa.

Neste sentido, a questão hídrica está imbricada na questão agrária, considerando que a concentração de terras resulta na concentração de água, de modo que políticas hídricas deveriam considerar uma ampla e responsável reforma agrária na região (ASA, 2011). Muito acertadamente Gnadlinger *et al.* (2005) afirma que o acesso à terra e à água configura uma base para o poder econômico e político. Nesse contexto, uma reforma agrária adaptada às condições socioambientais da região Nordeste é fundamental, pois, sem ela, as iniciativas de desenvolvimento sustentável na região estão fadadas ao fracasso.

Políticas de água para o Nordeste e a relação com a pobreza

As intervenções estatais de caráter mais ou menos sistemático para o Nordeste, no âmbito da questão hídrica, foram principiadas no século XIX após as secas de 1825, 1827 e 1830, tendo como principal método de intervenção a “açudagem”, prioritariamente destinada ao abastecimento dos grandes proprietários de terra e para a manutenção dos rebanhos (Silveira; Cordeiro; Clemente, 2014). Com a seca dos anos de 1877 e 1879 acentuou-se a noção do Nordeste como região problemática, o que resultou na consolidação de intervenções políticas baseadas no ideário do combate à seca (Andrade; Nunes, 2014). Em síntese, as ações planejadas do Estado afastaram-se do atendimento da demanda geral, difusa e reproduziram a noção de água como recurso, em prol dos grandes proprietários de terra.

Diante dessa realidade, a população mais pobre do Nordeste permanecia a mercê de medidas pouco favoráveis, já que o acesso às represas e açudes construídos com recursos públicos, seguia sob controle dos donos da terra. Lutar contra a ampliação da fome, sede e a pobreza, seguia como única alternativa, ainda que suas reivindicações fossem atendidas via medidas reducionistas e insuficientes. Diante disso, é válido reiterar os apontamentos de Silva e Silva (2014), ao declarar que do princípio do século XX até meados dos anos de 1980, a atuação do Estado é conservadora e de caráter desenvolvimentista, com ausência de comprometimento com o bem-estar social.

Sumariamente, as ações do aparato estatal para o Nordeste, historicamente, reproduziram a miséria e ampliaram a falácia da seca como culpada pela improdutividade da região. São disseminadas medidas que não se adequam à realidade, pois distanciam-se da democratização dos recursos hídricos e da implantação de uma reforma agrária que leve em conta os aspectos hidro-climatológicos da região.

Após uma intensa mobilização em defesa da redemocratização do país, a Constituição Federal de 1988 amplia direitos socioambientais e traz a água como um bem inalienável, com seu sistema de gerenciamento sob responsabilidade da União (Brasil, 1988). Este ganho é reiterado anos mais tarde com a Lei das Águas, em 1997, por meio da qual se reconhece a água como recurso natural finito que deve atender prioritariamente à dessedentação humana e animal (Brasil, 1997). Apesar das considerações supracitadas, tais avanços legais não conseguem impedir o avanço do capital sobre os recursos hídricos, pois dotam a água de valor econômico e possibilitam a cobrança pelo seu uso, por meio da concessão de outorga, o que implica um passo adiante no processo de mercantilização e, nestes termos, restringindo o acesso a quem possa pagar.

Nestes termos, a última década do século XX não altera a natureza das políticas hídricas as quais não explicitam ou tensionam os fundamentos das desigualdades no acesso aos recursos naturais, mas apenas reproduzem a estrutura vigente, negligenciando a população mais pobre, que é paliativamente atendida. As políticas hegemonicamente desenvolvidas até esse período, especialmente no semiárido, foram instituídas com base na lógica do “combate à seca”, que favorece o capital, em detrimento das necessidades sociais (Silva, 2007). Isso tudo, caucionado em discursos de culpabilização da natureza, ao tempo em que realiza intervenções de caráter prejudicial ao meio ambiente, a exemplo dos megaprojetos hídricos.

No trânsito do século XX ao XXI, em oposição à perspectiva de “combate à seca”, articula-se a tese da “convivência com o semiárido”, fruto da organização de trabalhadores/as rurais, pastorais sociais e movimentos sociais rurais. Segundo Silveira (2017), esta apresenta

uma relação de respeito e adaptação ao meio, promovendo o acesso à água como um direito humano e a organização social voltada para a sustentabilidade e a autonomia das comunidades. A partir de iniciativas da convivência é criada, em 1999, a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), rede que conecta organizações e entidades comprometidas com a transformação social no território do Semiárido a partir da perspectiva da convivência. A ASA Brasil elaborou o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, que envolve os Programas: Um Milhão de Cisternas (P1MC)⁷, Uma Terra e Duas Águas (P1+2)⁸, Cisternas nas Escolas e Sementes do Semiárido.

Estes programas passam a ser, paulatinamente, reconhecidos pelo governo federal, recebendo financiamento, tornando-se políticas públicas. De acordo com Silva (2010), privilegiam-se obras de pequeno impacto ambiental e que visavam, a partir dos processos metodológicos e formativos protagonizados pela ASA, ampliar a autonomia das famílias trabalhadoras e mobilizar para a convivência com a região.

Apesar da implementação de políticas hídricas importantes, que atendem a um conjunto de demandas das populações trabalhadoras do Semiárido, o governo Lula da Silva implementa o Projeto de Transposição do Rio São Francisco. Cercado de controvérsias tanto ambientais quanto sociais e tendo como grande beneficiária a agricultura de irrigação para fins de exportação, a exequibilidade da Transposição expõe a reprodução da lógica capitalista e privatista nas políticas hídricas para o Nordeste.

A Transposição, com base nas palavras de Silva (2021), revela, desde seu princípio, impactos ambientais significativos. A alteração do fluxo hídrico intensifica a sobrecarga de um rio que, ao longo de seu curso, já possui diversas barragens e usinas hidrelétricas. Esse fator é um dos principais argumentos de oposição ao Projeto, pois se defende que uma ação prioritária deveria ser a recomposição das matas ciliares e da vegetação nas margens do rio, irá recuperar seu volume e reduzir os efeitos ambientais. Além disso, o desmatamento e a erosão ao longo dos 600 km de canais do Projeto resultaram no assoreamento e na manipulação de áreas ao redor, especialmente durante períodos de chuva intensa, o que acelera o desgaste do solo.

Na foz do rio, entre Sergipe e Alagoas, uma vazão reduzida permite a intrusão da água do mar, avançando cerca de 40 km rio adentro, e a presença de peixes marinhos já é registrada

⁷ A execução deste programa se dá por meio da construção de cisternas de captação de água da chuva, localizadas ao lado das casas, para uso domiciliar e de armazenamento com destinação à produção de alimentos, prioritariamente. Foi lançado no ano de 2003 com o objetivo de democratizar o acesso aos recursos hídricos por meio de uma metodologia que incluía mobilização e formação das famílias rurais (ASA Brasil, 2024b).

⁸ O P1+2 é implantado com objetivo de garantir a segurança hídrica e alimentar, através da instalação de cisternas destinadas à produção de alimentos (ASA Brasil, 2024c).

a 200 km do litoral. Além dos impactos ambientais, destaca-se a questão social da privatização das águas. Comunidades pobres ao longo dos canais enfrentam dificuldades de acesso à água, pois, sem condições de pagar as altas taxas de licenciamento, são impostas a buscar água a longas distâncias, enquanto o recurso disponível é direcionado principalmente para plantações comerciais (Silva, 2021). A Transposição ultrapassou a presidência de Lula, sendo estendida aos governos seguintes.

Sucessora de Lula, Dilma Rousseff iniciou seu mandato em 2011 e perdurou até o golpe de 2016. Dilma assumiu a presidência com os objetivos de erradicar a fome no Brasil e de universalizar o acesso à água em quantidade e qualidade. Com base nestes fins, a presidente instaurou o plano Brasil Sem Miséria (BSM), por meio do qual, nas palavras de Campos e Alves (2014), tornava-se explícita a vinculação entre pobreza e ausência de acesso à terra e à água. Assim, com o Decreto 7.535, de julho de 2011, foi criado o Programa Águas Para Todos (APT) que integra o BSM, no intuito de contemplar a universalidade no acesso aos recursos hídricos. Semelhante ao P1MC, o APT incorpora as tecnologias sociais iniciadas nos projetos da ASA.

O APT representa um marco nas políticas de água para o Semiárido brasileiro porque pela primeira vez uma política hídrica para o Nordeste assume o desafio de universalizar o acesso à água de consumo humano para as populações rurais do Semiárido brasileiro. O APT amplia as ações do Estado na implementação de políticas de convivência e consolida definitivamente a parceria com a ASA em âmbito nacional e nos Estados.

O APT inclui, de maneira explícita, a universalização do acesso à água como condição de superação da pobreza rural. O Programa foi inserido no âmbito da inclusão produtiva rural, junto ao Programa Luz para Todos, Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Silveira, 2017).

A política hídrica dos governos Lula/Dilma foi marcada pela dualidade: ao tempo em que avançou na incorporação de políticas e programas vinculadas à perspectiva da convivência com o semiárido, manteve a direção estratégica de garantir água prioritariamente para o agro-hidronegócio, tomando como exemplo o Projeto da Transposição do Rio São Francisco, que aprofunda as desigualdades e conflitos por água no Nordeste, tendo em vista que a prioridade do projeto continua sendo atender aos setores de exportação agrícola, que monopolizam o acesso à água em detrimento das populações.

Em junho de 2016 Michel Temer assumiu a presidência do Brasil, após o golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, e instituiu na realidade nacional um regime de caráter ultraneoliberal, de contrarreforma explícita no campo social e ambiental, afastando-se dos planos de combate à miséria em todas as políticas assistenciais. As políticas hídricas também

são afetadas com esta nova governabilidade, mediante a qual, segundo Mattei (2018), dá-se um recuo no atendimento das necessidades explícitas pela população mais pobre da região.

As políticas de água nos governos ultraneoliberais de Temer e Bolsonaro

Ao longo dos anos de 2016 e 2018, o governo de Temer não impulsionou a criação de políticas inovadoras no que se refere à questão hídrica. As ações realizadas ao longo dos seus dois anos de presidência são alinhadas, unicamente, aos interesses burgueses, sob o discurso de reerguimento da economia nacional, deixando de lado a adesão à convivência com o semiárido e focalizando sua atuação nos megaprojetos.

O ex-presidente extinguiu o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o que, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2016), resultou na ampliação dos conflitos socioambientais por água; aprovou a Medida Provisória 844/2018, popularmente denominada de MP da sede (ASSEMAE, 2018)⁹; e implementou um sucateamento de políticas agroecológicas, a exemplo do Ater Mulheres e Ater Agroecologia¹⁰, as quais, de acordo com Funari (s.d.), são políticas rurais voltadas para autonomia política e econômica das populações do Semiárido. Além das medidas supracitadas, Temer assume a disputa pela paternidade do Projeto de Transposição do Rio São Francisco, sendo responsável pela conclusão das obras do eixo Leste, que contempla os estados de Pernambuco e Paraíba (Machini, 2019).

O governo de Michel Temer foi sucedido por Jair Messias Bolsonaro, que governou o país entre os anos de 2018 e 2022. Nesse período foram continuadas medidas de favorecimento explícito ao agro e hidronegócio, ampliando-se parcerias público-privadas, que reverberam na mercadorização dos recursos naturais, sendo o acesso à água descharacterizado como direito. De acordo com Malvezzi (2019), Bolsonaro ampliou o poder das empresas privadas ao dar continuidade ao megaprojeto da Transposição, desconsiderando as possibilidades de revitalização do rio. As obras deste projeto foram finalizadas, de acordo com dados do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), em 2021, com a conclusão das operações do eixo Norte.

Simultaneamente ao andamento das obras da Transposição, Bolsonaro inaugurou o Programa Águas Brasileiras em dezembro de 2020, com o alegado objetivo de revitalizar as

⁹ Medida responsável por ampliar a privatização dos recursos hídricos em âmbito nacional, atingindo, especialmente, os subsídios destinados aos serviços de abastecimento municipais (ASSEMAE, 2018).

¹⁰ Políticas rurais que promovem a autonomia política e econômica das populações do Semiárido, buscando fortalecer a inclusão de práticas sustentáveis e garantir o protagonismo feminino na produção rural. Essas políticas incentivam o desenvolvimento de tecnologias sociais adaptadas ao Semiárido e apoiam a formação de redes de apoio e troca de conhecimento entre as comunidades locais (Arruda; Silva, 2023).

bacias hidrográficas nacionais. O Programa, segundo a cartilha disponibilizada pelo governo federal, no favorecimento da população que mais sofre com a escassez hídrica. O Programa propunha a minimizar as desigualdades entre as classes no acesso à água no campo, a questão do enfrentamento à miséria, e a preservação ambiental; paradoxalmente, a sua exequibilidade é guiada a partir de parcerias público-privadas, ressaltadas pelo ex-presidente como essenciais, diante da insuficiência do Estado (Brasil, 2020).

O Programa buscava unir os objetivos de revitalização das bacias hidrográficas e preservação ambiental ao modus operandi que caracteriza as grandes obras hídricas: a construção de ramais, barragens e adutoras como impulso à modernização da agricultura irrigada (Brasil, 2020). Assim, semelhante ao projeto de Transposição, o Águas Brasileiras é midiatizado como uma proposta de grande impacto ambiental positivo (revitalização das bacias hidrográficas), contudo, não foi possível localizar na pesquisa documental e bibliográfica, registros de sua exequibilidade. Como apontam Arruda e Silva (2023), o Programa se aproxima, no discurso, da perspectiva de convivência com o semiárido quando propõe a revitalização de bacias hidrográficas, importante reivindicação dos movimentos sociais rurais para democratização do acesso à água. No entanto, o Programa não apresenta dados concretos de sua execução nesta estratégia. O que se pode afirmar é que a aproximação do Águas Brasileiras com a perspectiva da convivência é aparência que se desfaz em sua operacionalização. Objetivamente, as prioridades do agronegócio no tocante a política hídrica sempre foi a irrigação, distanciando-se da dessedentação humana e animal como prioridade assegurada na Lei das Águas de 1997, o que põe em dúvida a disponibilidade orçamentária para o Programa.

Além do Águas Brasileiras, beneficiador do mercado das águas, as demais intervenções de Bolsonaro marcam o abandono das demandas da população mais vulnerável da região, posto que se ampliou a deterioração das políticas iniciadas ao longo dos governos de Lula e Dilma, vinculadas à perspectiva da convivência com o semiárido. Como exemplificação de tal afirmativa, o Programa Cisternas¹¹ sofreu, no ano de 2021 cortes no orçamento, determinados pelo governo federal, o que resultou no menor número de cisternas entregues desde o ano de regulamentação do Programa (2013). Desse modo, bateu-se recorde negativo de 98% em comparação com o número de cisternas entregues em 2014 (Altino, 2021). Já em 2022, foi determinado um novo corte no orçamento do Cisternas para 2023; o valor disponibilizado seria correspondente à construção de apenas 500 cisternas em todo o ano (SINFRAJUFE, 2022).

¹¹ O programa, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a partir de 2003 e regulamentado pela Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, tem como objetivo implementar tecnologias sociais de acesso à água, ofertando uma solução sustentável para as comunidades.

Cortes orçamentários como este se deram também na Operação Carro-Pipa. Ação de caráter emergencial e historicamente associada à “indústria da seca”¹² destinada à distribuição de água potável nos períodos de estiagem, sofreu com o corte de verbas em outubro de 2022, após a eleição presidencial e a preferência do eleitorado nordestino pelo candidato opositor ao governo de então. A operação, financiada com recursos do Exército Brasileiro em conjunto com o MDR, teve seu orçamento suspenso, comprometendo o abastecimento hídrico de oito estados do Nordeste, o que resultou na interrupção do abastecimento para 1,6 milhão de pessoas (Carta Capital, 2022a).

Ademais, merecem destaque as denúncias de irregularidades identificadas no Programa Força-Tarefa das Águas¹³. O referido programa atua por meio de entrega de poços, cisternas e unidades de dessalinização, intervindo nas demandas de democratização de acesso à água e uso sustentável dos recursos hídricos; contudo, no ano de 2022, segundo apontamentos encontrados no site da Carta Capital (2022b), foram detectadas irregularidades vinculadas à ausência de indicação sobre a localização de poços perfurados e ao quantitativo de beneficiários do Programa. Tais ausências comprometem a verificabilidade da execução do mesmo.

O Marco Legal do Saneamento básico também foi aprovado no governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, através da Lei ordinária 14.026/2020 (Brasil, 2020). Nesta, foi facilitada a privatização de estatais do setor de saneamento e se deu a prorrogação dos prazos para o fechamento de lixões no território brasileiro. Embora pareça positiva ao prometer a universalização do acesso, as alterações propostas seguem uma lógica gerencialista, na qual empresas privadas tornam-se responsáveis em áreas de atuação estatal. No que se trata do saneamento básico, Araújo e Silva (2021) apontam que as áreas onde as redes de saneamento são operadas por empresas privadas o acesso pela população é mais restrito.

Assim, o objetivo era promover o uso generalizado de mecanismos previstos na Lei 11.079/2004, que trata das parcerias público-privadas, e na Lei 8.987/1995, que regulamenta a concessão de serviços públicos. As novas diretrizes e exigências foram determinadas para pressionar os prestadores públicos de água e esgoto, facilitando o avanço da privatização das estatais. Tal medida expressou o caráter hegemonicamente privatista do governo de Bolsonaro, reforçando a falácia de que o setor privado seria mais eficiente na gestão dos serviços de

¹²A chamada “indústria da seca” refere-se a um cenário em que, sob a justificativa de combate à seca, as elites regionais aproveitam os períodos de estiagem para desviar recursos públicos especificamente destinados às políticas de acesso à água. Com isso, a seca se transforma em uma oportunidade lucrativa para esses grupos, que fazem do problema uma fonte de lucratividade (Arruda; Silva, 2023).

¹³O programa, lançado em março de 2022, atua por meio de entrega de poços, cisternas e unidades de dessalinização, intervindo nas demandas de democratização de acesso à água e uso sustentável dos recursos hídricos.

saneamento.

A recente privatização dos sistemas de saneamento básico configura mais um passo para o acesso do capital às reservas de água, antes controladas pelas empresas públicas estaduais. Por se tratar de um bem natural estratégico, esta medida é por si só digna de inquietação, sobretudo em tempos de crise climática. Nestes termos, o modelo de desenvolvimento ultraliberal na economia (Chesnais, 2005), sob regência de um governo protofascista, impulsiona uma estratégia de acesso aos recursos hídricos favorável ao grande capital, em detrimento da universalização do acesso.

Decerto, o governo Bolsonaro aprofundou o caráter privatista das políticas hídricas no país como parte de uma estratégia mais ampla de desregulamentação da gestão ambiental pública. A evolução e consolidação da política ambiental brasileira, herdeira das lutas socioambientais travadas no bojo da redemocratização, sofre duro golpe no período do governo Bolsonaro, o qual implementou a maior desconstrução da política de proteção ambiental da história do país. Ao incentivar a exploração das áreas ambientalmente protegidas, o governo chancela infratores ao tempo em que implementa um amplo movimento para afrouxar a legislação ambiental, sucatear órgãos fiscalizadores, silenciar e coibir servidores públicos no exercício de suas funções (Carta Capital, 2020).

Os seis anos marcados por governos autoritários e de caráter ultraneoliberal não avançam em programas e projetos hídricos, dando continuidade à inexistência de políticas efetivas no tocante à questão agrária, abandonam os ideais de reforma e extinguem estímulos à agroecologia e a valorização da produção camponesa.

O mandato de Bolsonaro finda com a eleição presidencial ao final do ano de 2022, marcada por disputas intensas entre os candidatos, refletindo uma polarização significativa na sociedade brasileira. A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, dá-se em um contexto permeado por desafios, principalmente no que se trata de gestão ambiental. Assim, consideramos que os desafios que perpassam o atual governo de Lula são superiores em relação à realidade de 2003, quando o presidente foi eleito pela primeira vez. Na contemporaneidade não se necessita apenas de novas garantias para a população, mas da restituição de direitos suprimidos nos governos que o antecederam.

Nesse sentido, o que se espera do atual governo é um resgate da perspectiva da convivência com o semiárido como guia das políticas públicas de água para o campo, como expressão da resistência da população camponesa na defesa de seu território. Mas, acima disso, os desafios que perpassam a questão hídrica na atualidade exigem a quebra do monopólio de acesso à terra e políticas de democratização de acesso à água, de modo a garantir segurança

alimentar e nutricional (Baptista; Campos, 2013a), que só podem ser obtidos a partir de uma ampla reforma agrária e da necessária valorização da produção familiar.

Neste sentido, o presidente Lula da Silva determinou, no início do seu terceiro mandato, o retomo do Programa Bolsa Família e do Ministério de Desenvolvimento Social (2023). Com base em dados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 2023), Lula reinaugurou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que foi fechado em 2019; e restaurou, ainda durante o primeiro ano do terceiro mandato, o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), responsável por possibilitar a compra direta, para fins da merenda escolar, de alimentos advindos da agricultura familiar, de comunidades indígenas e quilombolas.

No mês de março de seu segundo ano de mandato (2024), Lula lançou o Programa Terra da Gente. Este, com base na Agência do Governo (Agência Gov., 2024), tem o objetivo de mapear e disponibilizar terras para assentamentos de populações que buscam viver por meio do trabalho no campo. Através deste programa pretende-se beneficiar, ao longo de todo o ano de 2024, 73 mil famílias, por meio de acesso à terra e suporte técnico em prol do desenvolvimento de atividades ambientalmente responsáveis.

Em comemoração ao Dia Mundial da Água, celebrado em 22 de março, o presidente Lula assinou o Decreto 11.960/2024, reestruturando o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (Brasil, 2024). Em seu teor, o referido decreto reafirma o compromisso do Governo Federal com a gestão das águas, reconhecendo a necessidade de desenvolvimento sustentável e qualidade de vida para a população brasileira.

Dentre as competências do Conselho estão a formulação da Política Nacional e a articulação do planejamento de recursos hídricos, aprovando e acompanhando o Plano Nacional de Recursos Hídricos. O Decreto 11.960/2024 buscou fortalecer o papel do Conselho na governança das águas no Brasil, promovendo maior participação social e integração entre os entes federativos e a sociedade civil na gestão dos recursos hídricos. Dentre as diretrizes estabelecidas, destaca-se a importância de um planejamento que contemple as diversidades regionais, respeitando a pluralidade da região Nordeste, e as necessidades específicas de cada bacia hidrográfica, além de políticas que promovam o uso sustentável da água, fundamental para a segurança hídrica e o enfrentamento das mudanças climáticas.

Outra medida de destaque no âmbito das políticas públicas de água está a Lei 14.898/2024 (Brasil, 2024), por meio da qual foi instituída a Tarifa Social de Água e Esgoto (TSAE). A nova legislação assegura um desconto de 50% na tarifa da primeira faixa de consumo de até 15 m³ de água para famílias de baixa renda, inscritas no Cadastro Único ou que incluam como membros da família pessoas com deficiência ou pessoas idosas beneficiárias do Benefício

de Prestação Continuada (BPC). Como objetivos de tal medida estão o acesso à água e ao saneamento básico no Brasil, reforçando o direito fundamental à água, reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU). A lei entrará em vigor a partir de 10 de dezembro de 2024, como iniciativa capaz de proporcionar acesso a serviços essenciais para saúde, higiene e qualidade de vida aos segmentos mais pauperizados da população, o que trará impactos importantes para o Nordeste, cujos índices de pobreza são alarmantes, conforme exposto anteriormente.

Na contramão das medidas anteriormente citadas, o Presidente Lula impulsionou medidas como a instituição da Lei 14.785/2023 (Brasil, 2023). Esta determinou o encurtamento dos prazos e a implantação de alterações nas regras de aprovação e comercialização de agrotóxicos; isto representou um retrocesso, pois expressa que os interesses econômicos se sobrepõem aos cuidados com o meio ambiente e a saúde da população.

Em continuidade, no governo Lula, as ações vinculadas ao saneamento permaneceram sob orientação neoliberal, visto a decisão do governo de alterar as regras para o financiamento de debêntures incentivadas, que favorecem especialmente as concessionárias privadas de saneamento. Essas concessionárias, ao emitir títulos, respaldados por garantias estatais e isenções fiscais, poderão levantar até 70% do valor que pagam para adquirir as concessões de saneamento (Montenegro, 2024). Ou seja, com as alterações implementadas, as empresas terão a possibilidade de financiar grande parte do custo da outorga com recursos que são subsidiados pelo contribuinte, o qual arcará com os custos das operações. Esse modelo de financiamento, com incentivos fiscais e facilidades de captação, beneficia o setor privado pois, a população não apenas arca com os custos indiretos dessa operação, mas vê esses recursos, que poderiam contribuir para a universalização do saneamento, serem destinados a favorecer o capital e sua busca pelo lucro máximo.

Ao fim e ao cabo, tem-se que as políticas hídricas no contexto do terceiro governo Luís Inacio Lula da Silva estão premidas, como ademais ocorre com o conjunto das políticas públicas na atualidade, por um conjunto de restrições orçamentárias e por uma intensa pressão do capital pela apropriação do Fundo Público. A título de ilustração, o Orçamento Federal de 2023 teve a maior parcela consumida pelo pagamento da Dívida Pública: cerca de R\$ 1,89 trilhão foram direcionados para cobrir juros e amortizações (43,23%), ou seja, R\$ 5,2 bilhões por dia, desviando recursos de áreas essenciais para alimentar o rentismo (Auditoria Cidadã, 2024)¹⁴. A

¹⁴ O mapa elaborado pela entidade revela que apenas 5,99% do Orçamento foi destinado à Assistência Social; 2,97% para a Educação; a Saúde recebeu 3,69%, enquanto áreas essenciais como Administração, Ciência e Tecnologia, Gestão Ambiental e Organização Agrária, receberam parcelas menores.

Auditoria Cidadã da Dívida argumenta que o pagamento dos juros e amortizações constitui um sistema fraudulento, pois contribui para o crescimento exponencial da dívida pública (nunca auditada), alimentado pelo acúmulo de juros compostos, a chamada “bolsa-banqueiro”.

Este regime fiscal restritivo dos investimentos sociais, reproduz-se também por meio das desigualdades no acesso aos recursos destinados à agricultura. Enquanto agricultura empresarial obtém R\$ 400,59 bilhões, com o Plano Safra 2024/2025 para investir no setor, ou seja, um valor 10% maiores que na safra anterior (Brasil, 2024), a agricultura familiar terá acesso ao montante de R\$ 85,7 bilhões e redução de juros no crédito a produtores e produtoras familiares. Isto, a despeito da agricultura familiar desempenhar um papel fundamental no abastecimento do mercado interno, ocupando 67% das áreas rurais distribuídas em, aproximadamente, 4 milhões de propriedades, nas quais os cerca de 10,1 milhões de agricultores familiares produzem alimentos para a população do país. A agricultura familiar brasileira é a oitava maior produtora de alimentos do mundo, movimentando a economia de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes, que representam 68% do total (Zadra, 2024).

Considere-se, além das restrições orçamentárias, a ofensiva ideopolítica e ambiental do agronegócio, cujo tom negacionista da crise climática serve de esteio a uma intensificação do desmatamento e das queimadas, de fortes impactos sobre a saúde humana e dos ecossistemas afetados. Avançar na luta em defesa da preservação da base material de reprodução da vida, contra o negacionismo científico e o conservadorismo, exige do Estado Brasileiro a retomada da agenda ambiental, colocando-o na rota propugnada pela Constituição Federal de 1988, o que implica assegurar o acesso à água em quantidade e qualidade suficientes como um direito universal.

Considerações finais

As políticas públicas de água para o Nordeste são permeadas por uma perspectiva dual: as primeiras ações do aparato estatal foram guiadas pelo combate à seca, que passa a coexistir com programas caucionados no princípio da convivência com o semiárido em finais do século XX e no século XXI, sendo notável uma relativa incorporação das bandeiras oriundas dos movimentos sociais rurais nos governos de conciliação de classes de Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016).

A partir do golpe que destituiu a presidenta eleita Dilma Rousseff do poder tem-se, no âmbito da questão hídrica, o esfacelamento dos avanços socioambientais anteriormente obtidos: reatualiza-se o combate à seca, através de grandes obras hídricas; avançam as parcerias público-privadas, ampliando o poderio das grandes empresas e relegam ao Estado o papel de mediador;

e a negligência diante das demandas camponesas. Portanto, entre os anos de 2016 e 2022, instaura-se um período de recuos nas políticas hídricas, o que constitui importante desafio para o atual governo Lula e para os movimentos sociais, em especial no campo. Desse modo, é aguardada a retomada de políticas hídricas destinadas, especialmente à população pobre do semiárido, assemelhando-se à retomada de programas como o Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família e Mais Médicos, que foram reeditados durante os 100 primeiros dias do terceiro mandato do governo petista (Vilela, 2023).

Diante do exposto, a principal reflexão que emerge deste cenário é a necessidade de um equilíbrio entre as iniciativas de universalização dos serviços de saneamento básico e abastecimento hídrico e o fortalecimento da gestão pública no país, a qual deve ser capaz de garantir a eficiência e a sustentabilidade dos serviços essenciais como dever do Estado. Em síntese, a questão hídrica no Nordeste, em especial no semiárido perpetua-se, tendo como lastro ideopolítico a reprodução do discurso hegemônico sobre a seca como fenômeno natural. Essa realidade, requer a reestruturação de políticas públicas, fundadas no diálogo aberto com os movimentos sociais, reconhecendo-os como produtores de conhecimento coletivo, defensores das necessidades sociais e do acesso à água como direito humano fundamental.

Referências bibliográficas

- ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. *Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2017*: relatório pleno. Brasília: ANA, 2017.
- ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, 2024. *Governo lança Programa Terra da Gente para beneficiar 295 mil famílias até 2026*. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/governo-federal-lanca-programa-terra-da-gente>. Acesso em: 17 de junho de 2024.
- ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Impacto da Mudança Climática nos Recursos Hídricos no Brasil - Sumário Executivo. Brasília: ANA, 2024. Disponível em: https://metadados.snrh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/31604c98-5bbe-4dc9-845d-998815607b33/attachments/Resumo_Executivo_26012024.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.
- ALTINO, Lucas. Principal programa de armazenamento de água no Nordeste sofre cortes do governo federal e atinge seu pior resultado em 2021. *O Globo*, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/principal-programa-de-armazenamento-de-agua-no-nordeste-sofre-cortes-do-governo-federal-atinge-seu-pior-resultado-em-2021-25307374>. Acesso em: 12 mai. 2023.
- ANDRADE, Jucilaine Aparecida; NUNES, Marcos Antônio. Acesso à água no Semiárido Brasileiro: uma análise das políticas públicas implementadas na região. *Revista espinhaço*, Online, v. 3, p. 28-39, out. 2014.
- ARRUDA, Maria Eduarda da Silva; SILVA, Gabriela Alves do Nascimento. *O Estado entre o combate e a convivência: uma análise das políticas públicas de água no semiárido brasileiro (2016-2022)*. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – CCSA/UFPE, Recife/PE, p. 85. 2023.

- ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SILVA, Maria das Graças. A atual política de saneamento básico no contexto da gestão das águas no Brasil: apontamentos iniciais. In: SILVA, Marcelo da Fonseca Ferreira da (org.). Políticas públicas e mobilidade urbana: uma compreensão científica da atualidade. DOI: 10.37885/201202601, 10 FEV. 2021.
- ASA Brasil. *Articulação Semiárido Brasileiro*. © 2024a. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/>. Acesso em: 14 mai. 2023.
- ASA Brasil. *AÇÕES – P1MC*. © 2024b. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>. Acesso em: 14 de nov. 2024.
- ASA Brasil. *AÇÕES – P1+2*. © 2024c. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>. Acesso em: 14 de nov. 2024.
- ASA Brasil. *Acesso à água para as populações do Semiárido brasileiro*: propostas da sociedade civil. 2019. Disponível em: www.asabrasil.org.br. Acesso em: 14 mai. 2023.
- ASSEMAE. *A verdade sobre a Medida Provisória 844*: a MP da Sede. 2018. Disponível em: <http://www.assemae.org.br/noticias/item/3998-a-verdade-sobre-a-medida-provisoria-844>. Acesso em: 13 mai. 2023
- AUDITORIA CIDADÃ. © 2024. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/>. Acesso em: 05 dez. 2024.
- BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. A convivência com o semiárido e suas potencialidades. In: CONTE, Írio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (org.). *Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Brasília: Editora IABS, 2013a.
- BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. Possibilidades de construção de um modelo sustentável de desenvolvimento no Semiárido. In: CONTE, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (org.). *Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social*. Editora IABS, Brasília-DF, Brasil – 2013b.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. *Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997*. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, 1997.
- BRASIL. *LEI Nº 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020*. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm#:~:text=%E2%80%9CEstabelece%20as%20diretrizes%20nacionais%20para,11%20de%20maio%20de%201978.%E2%80%9D. Acesso em: 17 de junho de 2024.
- BRASIL. *Fomento e parcerias com o setor privado. Águas brasileiras*. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/fomento-e-parcerias-com-o-setor-privado/programa-aguas-brasileiras>. Acesso em: 05 dez. 2024.
- BRASIL. *Programa águas brasileiras*. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/programa-aguas-brasileiras/programa-aguas-brasileiras/aguas-brasileiras-final-compressed-compressed.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2023.
- BRASIL. Nova delimitação do semiárido brasileiro. In: *Ministério da Integração Nacional/ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste*. 2 abr. 2018. Disponível em: http://antigo.sudene.gov.br/images/arquivos/semiariano/arquivos/Rela%C3%A7%C3%A3o_de_Munic%C3%ADpios_Semi%C3%A1rido.pdf. Acesso em: 14 mai. 2023.

BRASIL. *LEI N° 14.785, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023.* Brasília, 21 de maio de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/L14785.htm. Acesso em: 18 de junho de 2024.

BRASIL. Nas últimas três décadas, Sul registra aumento de até 30% na precipitação média anual. In: *MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO*. 10 mai. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/noticias/nas-ultimas-tres-decadas-sul-registra-aumento-de-ate-30-na-precipitacao-media-anual>. Acesso em: 05 dez. 2024.

BRASIL. *DECRETO 11960, DE 21 DE MARÇO DE 2024.* Brasília, 21 de março de 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decreto/2024/decreto-11960-21-marco-2024-795418-publicacaooriginal-171327-pe.html>. Acesso em: 10 de nov. de 2024.

BRASIL. *LEI N° 14.898, DE 13 DE JUNHO DE 2024.* Brasília, 13 de junho de 2024. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/38624838#:~:text=Institui%20diretrizes%20para%20a%20Tarifa,e%20Esgoto%20em%20%C3%A2mbito%20nacional>. Acesso em: 10 de nov. de 2024.

BRASIL. *Lula lança Plano Safra 24/25 com R\$ 400,59 bilhões para médios e grandes produtores rurais.* 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/07/lula-lanca-plano-safra-24-25-com-r-400-59-bilhoes-para-medios-e-grandes-produtores-rurais>. Acesso em: 05 dez. 2024.

CAMPOS, Arnoldo de; ALVES, Adriana Melo Alves. O Programa Água para Todos: ferramenta poderosa contra a pobreza. In: CAMPELLO, TEREZA; FALCÃO, TIAGO; COSTA, PATRÍCIA VIEIRA DA (org.). *O Brasil sem miséria*. Brasília - DF: MDS, 2014. p. 467–491.

CAMDESSUS, Michel et al. *Agua: oito milhoes de mortos por ano - um escandalo mundial.* Lisboa. Ed. Bertrand, 2005.

CARTA CAPITAL, 2020. *As 26 principais violações ao meio ambiente feitas por Jair Bolsonaro.* Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/as-26-principais-violacoes-ao-meio-ambiente-feitas-por-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

CARTA CAPITAL. *Obras do governo Bolsonaro são abandonadas e não levam água ao Nordeste, revela jornal.* 2022a. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/obras-do-governo-bolsonaro-sao-abandonadas-e-nao-levam-agua-ao-nordeste-revela-jornal/>. Acesso em: 08 mai. 2023.

CARTA CAPITAL. *Após eleição, governo Bolsonaro corta abastecimento de água para 1,6 milhão no Nordeste.* Nov. 2022b. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cartexpressa/apos-eleicao-governo-bolsonaro-corta-abastecimento-de-agua-para-16-milhao-no-nordeste/>>. Acesso em: 08 mai. 2023.

CHESNAIS, Francisco. *A financeira mundializada.* São Paulo: Boitempo, 2005.

CPT. Conflitos no Campo – Brasil 2016. [S.I.]: *Comissão Pastoral da Terra* – CPT Nacional Brasil. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflictos-no-campo-brasil>. Acesso em: 12 mai. 2023.

FUNARI, Juliana. No encontro das águas: mulheres camponesas do sertão do pajeú transformando o semiárido. In: *Memórias e resistências dos sertões*. Observatório ITAÚ CULTURAL. [s.d.]. Disponível em: <https://portal-assets.icnetworks.org/uploads/attachment/file/100115/13 - Juliana Funari.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2023.

GARCIA, Ricardo. “Quando a água é motivo de guerra”. Disponível em: <https://www.publico.pt/2012/04/22/jornal/quando-a-agua-e-motivo-de-guerra-24397596>. Acesso em: 10.03.2020

- GNADLINGER, Johann; SILVA, Aderaldo de Souza; BRITO, Luiza Teixeira de Lima. P1+2: Programa uma terra e duas águas para um Semi-Árido sustentável. In: *5º Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva*. Teresina – PI, 2005. Disponível em: www.abcmac.org.br/files/simposio/5simognadlinger_programap1mais2.pdf. Acesso em: 14 mai. 2023.
- IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 de nov. de 2024.
- LOPES, P.D. *Água no século XXI: desafios e oportunidades*. In: Debater a Europa, nº 1, 2009. Disponível em www.europepdirect-aveiro.aeva.eu/debateeuropa. Acesso em: 12 nov. 2024.
- LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: uma alternativa ecossocialista. *Caderno CRH*, v. 67, pág. 79–86, 2013.
- MACHINI, Mariana Luiza Fiocco. “Isso não é água, é uma bênção que veio pro Nordeste”. Disputas pela água no contexto da “Transposição do Rio São Francisco”. In: *VII ReACT: Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia*, 2019, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC. Anais da VII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia. ISSN: 2358-5684.
- MALVEZZI. *São Francisco, transposição privatizada?* Instituto Humanitas Unisinos, 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591509-sao-francisco-transposicao-privatizada>. Acesso em: 11 mai. 2023.
- MARÊNGO, José Antônio. Água e mudanças climáticas. *Revista Estudos Avançados (USP)*, v. 63, pág. 86–101, 2008.
- MATTEI, Lauro. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. *Revista OKARA: Geografia em debate*, v.12, n.2, p. 293-307, 2018. ISSN: 1982-3878. João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB – <http://www.okara.ufpb.br>.
- MONTENEGRO, Marcos. Água: história de uma privatização infame. *Outras Palavras*, 17 de setembro de 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/agua-historia-de-privatizacao-infame/>. Acesso em: 10 de nov. de 2024.
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2023. *A construção da Soberania Alimentar e o retorno das políticas públicas agrárias*. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/04/14/a-construcao-da-soberania-alimentar-e-o-retorno-das-politicas-publicas-agrarias/>. Acesso em: 16 de junho de 2024.
- ONU - Organização das Nações Unidas. WWAP (Programa Mundial de Evaluación de los Recursos Hídricos de la UNESCO). Informe Mundial de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo de los Recursos Hídricos 2019: No dejar a nadie atrás. París, UNESCO. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367304>. Acesso em: 10.05.2020.
- SANTOS, Cícero Félix dos; SCHISTEK, Haroldo; OBERHOFER, Maria. *No Semiárido, Viver é Aprender a Conviver: Conhecendo o Semi-árido em Busca da Convivência*. Nov. 2007. Disponível em: <https://irpaa.org/publicacoes/cartilhas/no-semiarido-viver-e-aprender-a-conviver.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2023.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez. 2003.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set. 2007.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da. *Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010 (Série BNB Teses e Dissertações, n. 12).
- SILVA, A. P.; SILVA, C. M. Planejamento ambiental para bacias hidrográficas: convergências e desafios na bacia do rio Capibaribe, em Pernambuco-Brasil. *HOLOS*, ano 30, v. 01, 2014.

- SILVA, Maria das Graças. *Conflitos por água no Brasil e em Portugal*: uma análise acerca da atuação do Estado na contemporaneidade. Relatório Final de Pós-Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2021.
- SILVEIRA, Sandra Maria Batista; CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira; CLEMENTE, Flávia da Silva. *A condução das políticas hídricas para o Semiárido Brasileiro: a ação do Estado e as lutas sociais*. 2014. Doi: 10.5212/Emancipação. V. 14i2.0006.
- SILVEIRA, Sandra Maria Batista. *A geopolítica da sede no Brasil*: um estudo sobre água e pobreza no campo. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- SINFRAJUFE. *Governo corta em até 97% verbas de programas alimentares e de acesso à água no Orçamento de 2023*. Publicado em: 27/09/2022. Disponível em: <https://sintrajufe.org.br/ultimas-noticias-detalhe/governo-corta-em-ate-97-verbas-de-programas-alimentares-e-de-acesso-a-agua-no-orcamento-de-2023/>. Acesso em: 08 mai. 2023.
- TRATA BRASIL. *Ranking do saneamento*. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2024/>. Acesso em: 10 de nov. de 2024.
- UNESCO. *Não deixe ninguém para trás*. Paris: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 5 dez. 2024.
- VILELA, Pedro Rafael. *Retomada de programas e revisão de medidas marcam 100 dias de Lula*. 10 abr. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-04/retomada-de-programas-e-revisao-de-medidas-marcam-100-dias-de-lula>. Acesso em: 14 mai. 2023.
- ZADRA, Fernanda. Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil e melhora qualidade da comida servida em escolas de Castro; conheça. *GI*, 12 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/agro-riqueza-campos-gerais/noticia/2024/01/12/agricultura-familiar-produz-70percent-dos-alimentos-consumidos-no-brasil-e-melhora-qualidade-da-comida-servida-em-escolas-de-castro-conheca.ghtml>. Acesso em: 05 dez. 2024.

Más allá de la crisis: la energía como disputa y como lucha

Beyond the crisis: energy as a dispute and as a fight

Laura Isabel Serna Agudelo *
Erika Barón Rodríguez **

Resumo: Este artículo expone la crisis ecológica, ambiental y energética como expresiones concretas de la relación naturaleza-humanidad bajo el sistema mundo actual, el cuál destruye las fuentes de toda riqueza: la tierra con sus recursos naturales y al trabajador; y de igual manera expone los esfuerzos de algunos actores para construir una sociedad que transite hacia un modelo de justicia socioecológica. De esa manera, se destaca el caso colombiano para exponer las agendas del primer gobierno progresista frente a la transición energética justa y a su vez, se identifica un proceso pionero en el país que busca construir organización colectiva para la democracia energética: el Movimiento Nacional Constituyente por la Democracia Energética. Finalmente, se exponen algunas contribuciones desde el Trabajo Social Crítico para esta apuesta transformadora.

Palavras-chaves: Crisis energética; Democracia energética; Movimiento social; Trabajo Social crítico.

Abstract: This article examines the ecological, environmental, and energy crises as concrete expressions of the nature-humanity relationship under the current world system, which destroys the sources of all wealth: the earth with its natural resources and the worker. It also highlights the efforts of various actors to build a society moving towards a model of socioecological justice. The article emphasizes the Colombian case to present the agendas of the country's first progressive government regarding a just energy transition. Additionally, it identifies a pioneering process in the country aimed at building collective organization for energy democracy: the National Constituent Movement for Energy Democracy. Finally, it presents some contributions from Critical Social Work towards this transformative endeavor.

Keywords: Energy crisis; Energy democracy; Social movement; Critical Social Work.

* Trabajadora Social de la Universidad del Valle, Cali, Colombia. Integrante del Centro de Pensamiento Uramba. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-1964-3558>

** Trabajadora Social de la Universidad del Valle, Cali, Colombia. Integrante del Centro de Pensamiento Uramba. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0474-6705>

Introducción

Cuando se habla de energía, sus efectos abarcan prácticamente todos los aspectos de la vida humana: desde la energía química que impulsa a los organismos vivos, los ciclos energéticos dentro de la dinámica de los ecosistemas, hasta la organización de gran parte de la cotidianidad y de las relaciones humanas.

La energía no sólo le otorga al ser humano la satisfacción de sus necesidades más básicas sino que ésta se conecta directamente con gran parte de sus derechos para garantizar una vida más digna, como lo son: el derecho a la salud; el derecho a una vivienda segura y digna; el derecho a la educación; el derecho al agua potable, entre otros.

Por ello, asistir hoy a la crisis energética provocada por el sistema socioeconómico pone en riesgo el desarrollo de la vida tal cual la conocemos; sin embargo dicha crisis es sólo una expresión de las crisis internas del sistema y que hoy en confluencia con otras permite hablar de que se está viviendo una crisis civilizatoria, es decir, “el declive de un modelo de organización económica, productiva y social, con sus respectivas expresiones en el ámbito ideológico, simbólico y cultural” (Vega Cantor, 2019, p. 184).

En ese sentido, es menester tratar dicha crisis de manera radical con el fin de comprender su lógica que deviene de la relación naturaleza-humanidad desde la perspectiva crítica marxista e identificar procesos emergentes que disputan luchas frente a la degradación de los ecosistemas y la vida misma.

427

Crisis energética, una expresión de la crisis civilizatoria

Al explorar la crisis energética actual, resulta fundamental abordar la noción de “fractura metabólica” que plantea Foster (2000) en su texto “la ecología de Marx” la cual permite reconocer que el sistema socioeconómico no solo se basa en la explotación humana sino además en la explotación de la naturaleza para satisfacer su insaciable necesidad de acumulación.

Esta fractura metabólica conlleva a comprender cuál es la relación humanidad-naturaleza en el sistema mundo actual y que es develado por Marx, quien desde el materialismo sentó las bases para el desarrollo de la ecología.

Marx siempre trató a la naturaleza, en la medida en que la naturaleza entraba directamente en la historia humana a través de la producción, como una extensión del cuerpo humano (es decir, “el cuerpo inorgánico” de la humanidad). La relación humana con la naturaleza, según esta concepción, estaba mediatisada no sólo a través de la producción, sino también, y más directamente, por medio de las herramientas -ellas mismas un producto de la

transformación humana de la naturaleza mediante la producción- que han permitido a la humanidad transformar la naturaleza de modo universal (Foster, 2000, p. 121).

Lo anterior pone de manifiesto la relación metabólica entre humanidad-naturaleza, donde los seres humanos por medio del trabajo y de la producción de sus medios de subsistencia, transforman la naturaleza y en dicho proceso también transforman su relación con ella; entonces es a partir del trabajo que la naturaleza adquiere una dimensión práctica y se da una relación que incluye tanto “las condiciones impuestas por la naturaleza” como la capacidad de los seres humanos para impactar en ese proceso (Foster, 2000, p. 245). Dicha relación es entendida por Marx como una relación metabólica.

Con ello se resalta entonces la relación metabólica a la que refiere Marx entre los seres humanos-naturaleza, en donde se considera que el mundo natural contribuye a la producción de valores de uso y por lo tanto es fuente de riqueza igual que el trabajo (Foster, 2000), lo que implica trascender la concepción de la naturaleza al servicio de los seres humanos sino como aquella que contribuye a la satisfacción de las necesidades humanas reales.

En ese sentido, el sistema socioeconómico del capital provoca una “ruptura metabólica” al priorizar la acumulación de capital sobre la sostenibilidad de los recursos naturales que son finitos, por lo cual se asiste a la desestabilización de los ciclos ecológicos fundamentales para la vida pero también “la alienación de la naturaleza constituye la alienación de nuestro propio potencial como especie” (Harvey, 2014, p. 256).

Si bien esta ruptura metabólica impacta al mundo entero, los efectos de la misma se presentan de manera desigual entre los países del “centro” y las periferias, lo que crea una relación de imperialismo ecológico que sostienen los países del Norte Global hacia los países del Sur y que tiene como características principales:

La destrucción de los ecosistemas de los países periféricos; la acentuación del saqueo de materias primas y bienes comunes de tipo natural, a través de guerras; la biopiratería y saqueo de la diversidad biológica y cultural de los países dominados; el traslado de desechos tóxicos de los centros hacia las periferias (Vega Cantor, 2019, p. 16)

De esta manera, las crisis energéticas, ecosistémicas y ambientales son vividas de maneras más agudas en los países del Sur global, al ser estos los que dependen económicamente de la exportación de recursos naturales y esta dependencia genera patrones de explotación ambiental intensiva que afectan gravemente sus propios ecosistemas y comunidades.

Con ese contexto, la crisis energética en Colombia responde al modelo socioeconómico y tiene algunas particularidades que vale la pena resaltar.

En principio, Colombia históricamente ha sostenido una dependencia a los recursos fósiles para la generación de ingresos, pues el sector petrolero y sus derivados representan un porcentaje significativo a nivel macroeconómico para el país, como para la producción de energía; lo que da cuenta de la relación de imperialismo ecológico mencionada anteriormente.

Seguidamente, el modelo energético colombiano es un modelo centralizado que se encuentra bajo el control de las grandes corporaciones y en sus diferentes procesos: generación, transmisión, distribución y comercialización prepondera la participación de las empresas; es decir que hoy la energía es vista como un servicio y no como derecho, lo que significa que se está frente a un sector en el que se ha venido desarrollando el neoliberalismo, apostándole a la privatización y a la acumulación de capital. En el caso de la generación, actualmente hay una distribución desigual donde las empresas públicas de gran envergadura son 2 (EPM Y EBB) frente a un estimado de 5 privadas (ISAGEN, Enel Codensa, CELSIA, Hidroeléctrica El Quimbo, Hidroeléctrica San Carlos).

Por su parte, la matriz energética en Colombia tiene la siguiente distribución; en el sistema interconectado nacional la generación hidráulica corresponde al 66,2%; la térmica al 30,6%; y la solar al 2,09%, mientras que en las zonas no interconectadas hay una generación por diésel del 85% frente a las de la FNCER que es del 15% (Villamizar Villamizar, 2023). Dicha distribución se ha visto profundamente afectada por las alteraciones a los ecosistemas que han causado sequías y por ende alterado la producción de energía hidroeléctrica de la cual depende en gran medida la población a nivel nacional.

429

Si bien la energía hidroeléctrica utiliza la fuente vital que es el agua ésta tiene unos impactos ambientales incommensurables que afectan la biodiversidad, no sólo en su fase inicial (de construcción de represas) sino en su funcionamiento al generar emisiones de metano y en el impacto del suelo que puede provocar desplazamientos en el mismo. De igual manera, su construcción ha implicado el desplazamiento y en muchas ocasiones la persecución de las comunidades quienes defienden el territorio; lo que evidencia la economía de la muerte alrededor de estas grandes corporaciones que para el lucro y la acumulación atentan contra los derechos humanos.

Además de lo anterior, la crisis energética también se expresa en la desigualdad en el acceso a la energía de una gran parte de la población, en muchas ocasiones del sector rural o ubicadas en las periferias de las ciudades, lo que implica hablar de *pobreza energética*.

Un hogar se encuentra en pobreza energética cuando no cuenta con acceso equitativo a servicios energéticos de alta calidad que le permitan cubrir sus necesidades fundamentales y básicas, las cuales son cruciales para el desarrollo personal, social y económico de las

personas. (RedPe como se citó en Villamizar Villamizar, 2022, p. 10-11).

En ese sentido, la pobreza energética es un fenómeno multidimensional y situado en tanto la satisfacción de las necesidades básicas está permeada por una serie de factores sociales y culturales. En Colombia, se puede indicar que dicha pobreza implica, además del no acceso a la energía, la ausencia de tecnologías de la información y comunicación, el uso de leña o fuentes de cocción de alimentos altamente contaminantes y nocivas para la salud, la ausencia de fuentes para la conservación de alimentos, la inestabilidad en el servicio y las altas tarifas de energía producto de la dinámica de mercado y valor de cambio emplean las empresas de servicios públicos.

Ante este contexto de crisis energética, hoy se presencia no sólo en Colombia sino en todo el mundo la transición energética, la cual busca a grandes rasgos cambiar la matriz energética con el fin de detener los desastrosos efectos del capital; sin embargo dicha transición no necesariamente significa una transformación del sistema socioeconómico, sino que bajo las grandes corporaciones busca “continuar en el camino del crecimiento sin límites, intercambiando recursos fósiles por renovables y alta tecnología, sin modificar las lógicas de consumo capitalistas, ni cuestionar la distribución o el acceso a la energía de las poblaciones, o la participación ciudadana en los procesos de toma de decisión” (Bertinat; Chemes, 2022, p. 136).

En ese sentido, se presencia el modelo del “capitalismo verde”, una expresión en la que estas grandes corporaciones aparentemente se encuentran “ocupándose” de los problemas ambientales y ecosistémicos, presentando ante el público su “noble” interés de reducir el impacto del que son responsables. Sin embargo, por más que empresas como Drummond encargadas del fracking en países como Colombia hagan reforestación esto no podrá revertir la huella de carbono provocada ni detener su impacto.

A raíz de lo anterior, distintos sectores de las clases populares han venido disputando en sus territorios y comunidades los impactos ambientales y ecológicos que ocasionan las grandes corporaciones y las contradicciones que hoy representan éstas en dicho ámbito. Respecto al sector energético que atiende este artículo se ha venido desarrollando la “transición energética justa o popular”, un término que pone en disputa la transformación del sistema energético, la soberanía del mismo y que ubica a la comunidad y el territorio en el centro.

Si bien dicha transición es parte del camino hace parte de un horizonte más amplio que implique una nueva forma de sociedad como lo es el ecosocialismo, donde el sistema energético funcione como “un sistema descentralizado, planificado, ahorrador, eficiente e

intensivo en trabajo vivo, basado exclusivamente en fuentes renovables y orientado a la producción de valores de uso durables, reciclables y reutilizables” (Vega Cantor, 1999, p. 52).

De esta manera, la transición energética hace parte de la agenda pública de las corporaciones e instituciones estatales, por lo cual es imprescindible preguntarse bajo qué lógica se ha pensado dicha transición y para quienes, pues se reconoce que a gran escala ésta continúa bajo el modelo de mercado¹ y por ello resulta relevante tanto que los gobiernos de izquierda y progresistas adopten una mirada radical que logre trastocar el sistema minero energético, como que las comunidades asuman con su capacidad organizativa las exigencias que demanda transformar la relación existente entre naturaleza-humanidad bajo el capital, comprendiendo que sin éstas la ventana de oportunidades no podrá materializarse.

Punto de inflexión: agendas, oportunidades y horizonte desde el gobierno nacional

En el marco de la importancia mundial de apostarle a la transición energética justa y la democracia energética, Colombia actualmente tiene una oportunidad histórica teniendo en cuenta que el Gobierno Nacional electo durante el periodo 2022-2026, presidido por Gustavo Petro Urrego y Francia Elena Márquez Mina. Es el primer gobierno progresista y de izquierda en el país, por lo que las agendas que han guiado su accionar durante el periodo 2022-2024 han sido las agendas construidas y defendidas históricamente por los movimientos y organizaciones sociales, políticas, y comunitarias. En cuanto a la democracia energética, la transición energética justa y de cara a la crisis medioambiental que hoy se enfrenta en el mundo, este gobierno pone en el centro de su agenda la defensa de la naturaleza y la biodiversidad en tanto es a la vez la defensa y protección de la existencia del ser humano. Esto se puede ver reflejado en el *Plan Nacional de Desarrollo 2022-2026: Colombia Potencia Mundial de la Vida*; documento que es la hoja de ruta del gobierno y en el cual dos de las grandes transformaciones que plantea es el ordenamiento territorial alrededor del agua y la transformación productiva, internacionalización y acción climática; reiterando de esta manera la importancia de transitar de un modelo económico y social desigual a un modelo ambientalmente sostenible, socialmente justo y descarbonizado.

Asimismo, se identifica el esfuerzo por ejecutar acciones que materialicen lo anterior y que aboguen por la democracia energética por medio de las comunidades energéticas, las cuales quedan reglamentadas en el Decreto 2236 de 2023², mediante el cual se definen las

¹ Como se puede ver en Bertinat y Chemes (2022) en su artículo “Transición energética y disputa de sentidos”.

² Para más información revisar el Decreto 2236 de 2023. Presidencia de la República de Colombia. <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=227230>

comunidades energéticas como:

comunidades organizadas que surgen en virtud de un acuerdo entre personas naturales y/o jurídicas de derecho público o privado que cooperan entre sí a través de un contrato o convenio asociativo para desarrollar las siguientes actividades: generación, comercialización y uso eficiente de la energía a través del uso de Fuentes No Convencionales de Energía Renovables -FNCER-, combustibles renovables y recursos energéticos distribuidos (artículo 2.2.9.1.2, 22 de diciembre de 2023).

Algunos de los objetivos de estas comunidades energéticas son: a) Aumentar la cobertura del servicio de energía y garantizar el acceso de las poblaciones vulnerables a dicho servicio. b) Democratizar la energía a partir de la participación de los usuarios y potenciales usuarios como generadores y gestores de las Fuentes No Convencionales de Energía Renovables -FNCER-, combustibles renovables y recursos energéticos distribuidos. c) Descentralizar la generación, el almacenamiento y el consumo de energía hacia las comunidades. d) Descarbonizar la economía a partir de Fuentes No Convencionales de Energía Renovables -FNCER-, combustibles renovables y recursos energéticos distribuidos (artículo 2.2.9.1.2, 22 de diciembre de 2023).

Entre 2022-2023, según cifras del Ministerio de Minas y Energía (s.f) hubo 18 mil postulaciones de organizaciones interesadas en convertirse en comunidades energéticas, lo que representa el interés de una parte importante de la sociedad en implementar estrategias para impactar de manera positiva en el ecosistema y a su vez, abogar por la reducción del costo y tarifas de energía.

En otra instancia, una ventana de oportunidad sin precedentes que se abre con el gobierno actual a favor de la justicia tarifaria y la disminución de la pobreza energética es la propuesta de reforma a la ley 142 y 143 de 1994³. Estas dos leyes agrupan la normatividad básica y principal en torno a los servicios públicos en Colombia y han sido muy cuestionadas desde su creación ya que le dan vía libre a las empresas privadas para el manejo de la energía y el acueducto y el manejo de los servicios públicos como un negocio lucrativo y no como un derecho, lo que se ve reflejado en tarifas injustas, en muchas ocasiones una mala calidad en la entrega del agua o la energía en las viviendas y una desigualdad en el acceso. Según el Departamento Nacional de Planeación (2024) cerca de 4 millones de personas no cuentan con servicio de energía eléctrica, principalmente en regiones vulnerables. Si bien ha aumentado la cobertura, también ha sido determinante la brecha sobre la calidad del servicio y la cobertura

³ Para más información revisar: Ley 142 de 1994. Congreso de la República de Colombia. <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=2752> y Ley 143 de 1994. Congreso de la República de Colombia. <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=4631>

de este, por ejemplo, al tener en Bogotá el 99,9% de los hogares con la prestación del servicio frente al 55% de los hogares en Vichada, una zona periférica de Colombia.

En este sentido, el gobierno viene impulsando una reforma a estas leyes que incluye hasta el momento 6 ejes: justicia tarifaria; universalización en la prestación del servicio; usuario como el centro de la regulación; fortalecimiento institucional y gobernanza; focalización de subsidios y Participación comunitaria en la prestación del servicio.

Sumado a lo anterior, el Ministerio de Minas y Energía ha impulsado las denominadas “Asambleas Populares de Servicios Públicos y Energía”, mediante las cuales el gobierno busca hacer juntanza entre distintos sectores de la sociedad civil para caminar hacia una justicia tarifaria y justicia energética. Asimismo, busca escuchar las voces de distintos sectores para plantear soluciones que tengan en cuenta sus realidades. Estas Asambleas se han realizado en diversas partes del país. En la ciudad de Cali, por ejemplo, se han desarrollado dos Asambleas entre el 2023 y 2024, en las cuales se han establecido acuerdos para la implementación de comunidades energéticas, el fortalecimiento de la participación comunitaria en la transición energética justa y la reforma a la ley 142 y 143 de 1994.

Como se puede observar, el gobierno actual tiene la concepción de la energía no como un fin sino como un derecho que facilita la consecución de otros derechos como el de la salud y a la educación. De igual manera, se ha politizado la energía y se ha ido posicionando este tema en el sentido común, en la cotidianidad de la población por medio de espacios abiertos como las Asambleas Populares, generando así estrategias para acercar a la población a un tema del que poco se discute en la cotidianidad, permitiendo develar los intereses particulares que hay en el medio.

Todas estas acciones desarrolladas son fundamentales para la construcción de un modelo de sociedad en el cual la energía no sea entendida como una mercancía, sino como un derecho y en el cual la relación con la naturaleza no se basa en la explotación de esta última. Asimismo, el enfoque en la participación ciudadana que ha puesto el gobierno actual para la transición energética justa y la democracia energética es fundamental, en tanto permite un proceso de aprendizaje social sobre las problemáticas energéticas y la organización colectiva y popular para la lucha por la justicia socioecológica.

Como lo menciona Kolya Abramsky, citado en Angel (2016, p. 4):

[...] toda transición energética emancipadora requeriría una transformación fundamental de la geometría del poder actual y, como tal, exigiría una estrategia política concreta y ambiciosa sobre cómo se podría alcanzar este tipo de transformación. De este modo, puede que la cuestión más apremiante no pase por cuáles serían las características exactas de una futura utopía energética, sino, más bien, cómo podemos construir poder y organización

colectiva.

En síntesis, en el contexto político colombiano actual la ciudadanía, organizaciones sociales y el movimiento social en general tienen un margen de incidencia política histórica; lo que se ve representado en la unión de diversas organizaciones para la defensa del proyecto societal que representa el gobierno actual, así como también para defender las agendas populares en medio de un escenario político en el cual el poder económico continúa en manos de la clase capitalista representada en grandes grupos empresariales, bancos, medios de comunicación hegemónicos, entre otros.

En este escenario político nacional en medio de la crisis climática, ambiental y energética mundial, surge el Movimiento Nacional Constituyente por la Democracia Energética, el cual tiene como bandera la democracia energética y la lucha por la justicia socioambiental. De esta manera, se constituye como una alternativa que vale la pena destacar en tanto contribuye a pensar y construir nuevos horizontes civilizatorios.

Asimismo, el surgimiento de MODEN puede explicarse desde la Estructura de Oportunidades Políticas (EOP) que propone Eisinger (1973) y profundiza Tarrow (1998), desde la cual se estudia la influencia del contexto político en la formación, supervivencia e impacto de los movimientos sociales. En este caso, el gobierno progresista actual ha significado una apertura del sistema político y un fortalecimiento del movimiento social en Colombia.

Movimiento Nacional Constituyente por la Democracia Energética (MODEN): una apuesta encaminada a nuevas formas de gobernanza energética en Colombia

En este apartado se realizará una caracterización de los aspectos principales del Movimiento Nacional Constituyente por la Democracia Energética⁴ en tanto es un proceso nacional de organización colectiva pionero en lo relacionado a la democracia energética. Para desarrollar esta caracterización se realizó una entrevista a Juan Camilo Lara Giraldo, coordinador de MODEN Pacífico y Representante Legal del Centro de Pensamiento Uramba, en tanto ha sido un actor fundamental en la creación y consolidación del MODEN.

En ese orden, el Movimiento surge a inicios del 2024 a partir de una necesidad de desarrollar agendas de democracia energética. Si bien ya existían iniciativas locales o comunitarias como los Comités de Usuarios, es el primer Movimiento que disputa de manera nacional la planificación energética, la superación de la pobreza energética del país y el fortalecimiento del movimiento social. Asimismo, el MODEN se convierte en un catalizador

⁴ En adelante MODEN.

de la agenda del gobierno nacional en términos minero-energéticos, partiendo del hecho de que muchas de estas agendas son populares, por ende, desde el Movimiento se impulsa y profundiza dichas agendas.

En cuanto a la composición del Movimiento, se destaca la presencia de organizaciones sindicales, organizaciones sociales de diferente tipo, entre ellas el Centro de Pensamiento Uramba, organización fundadora e impulsora principal a nivel nacional del Movimiento, organizaciones viviendistas, organizaciones campesinas o agrarias y comités de usuarios. Dicha configuración denota cómo la lucha por la distribución de la tierra, agraria y minero energética no está desarticulada de la lucha sindical que pone en el centro la relación capital-trabajo; por el contrario, en la ecología política se puede encontrar su confluencia entendiendo que el sistema mundo no sólo explota al ser humano (que hace parte inherente de la naturaleza) a partir del trabajo, sino que además explota los recursos naturales que ofrece la naturaleza.

De igual manera, la estructura del movimiento se da a partir de coordinaciones regionales; estando presentes 5 regiones del país: coordinación pacífico, que agrupa los departamentos de Chocó, Valle del Cauca, Cauca y Nariño; coordinación caribe; coordinación centro, que agrupa los departamentos de Cundinamarca, Bogotá, Tolima, Huila, Risaralda, Caldas y Quindío; coordinación oriente, que articula los municipios de los llanos orientales y finalmente, coordinación sur, donde están los departamentos de la Amazonía y el sur del país. Ahora bien, se destaca que la coordinación Pacifico y Caribe son hasta el momento las más articuladas y organizadas, en tanto coyunturalmente la disputa por las tarifas justas es una disputa álgida en estas zonas del país.

Figura 1: Ubicación geográfica de las coordinaciones regionales del MODEN.



Fuente: Elaboración propia.

436

Con relación a los objetivos del MODEN, el coordinador de la regional pacífico destaca cinco:

1. Incidir en la planificación minero-energética del país.

Actualmente la institución encargada de realizar dicha planificación es la Unidad de Planeación Minero-Energética (UPME), a partir de la solicitud de puntos de conexión por parte de las empresas de servicios públicos. Es decir, son estas empresas las que establecen donde se harán proyectos estratégicos para el acceso a la energía. Lo que el MODEN busca es que sea la misma comunidad la que planifique su territorio teniendo en cuenta sus necesidades y de esta manera, generar procesos de autonomía o soberanía sobre sus recursos energéticos.

Entonces cuando hablamos de que nosotros seamos quienes realicemos (...) la planificación minero-energética en nuestros territorios, hablamos de hablar más en clave de rentabilidad social, es decir, qué es lo que más beneficia a las comunidades y no de la rentabilidad económica de las empresas que son quienes invierten en estos negocios de la energía (coordinador MODEN pacífico, entrevista, 15 de septiembre de 2024).

2. Incidir en la superación de la pobreza energética.

Teniendo en cuenta la investigación de Villamizar Villamizar (2023), en el cual se calcula la pobreza energética en Colombia desde una perspectiva multidimensional y territorial, de los 32 departamentos y Bogotá, 29 de ellos presentan pobreza energética por encima del 80%, en donde Bogotá y San Andrés y Providencia presentan los valores menores con un 20% y 45% respectivamente, en contraste con Vaupés y Putumayo, con un 98%. Esta situación refleja la brecha histórica en el acceso y calidad a la energía y a tecnologías de la información entre zonas urbanas y zonas rurales y municipios centralizados, como es el caso de Bogotá al ser la capital de Colombia.

Bajo este panorama, el MODEN busca incidir en la superación de la pobreza energética por medio de la participación en espacios de toma de decisión y al construir propuestas en la que los departamentos con gran riqueza ambiental, muchos de ellos en zonas rurales, puedan ver reflejada esa riqueza en la satisfacción de sus necesidades básicas, en el acceso y calidad a la energía, a fuentes de comunicación y tecnologías de la información y al fortalecimiento de sus economías populares,

3. Transformar las leyes vigentes de servicios públicos (ley 142 y 143 de 1994)

Como se mencionó anteriormente, el marco normativo de los servicios públicos en Colombia se construye en el auge del Neoliberalismo en Colombia, motivo por el cual la esencia de las principales leyes es beneficiar a las empresas, dándoles vía libre para la privatización y el funcionamiento de los servicios públicos desde una economía de mercado, viendo la energía como una mercancía y estableciendo tarifas injustas a la población. Por ende, desde el MODEN es prioritario transformar las leyes en favor de la ciudadanía, con el fin de promover tarifas justas basadas en costos reales de producción y no en la especulación del mercado; acceso equitativo para disminuir las brechas; mínimo vital de energía; participación democrática y exigir la intervención responsable de empresas del sector para asegurar una operación continua y eficiente.

437

4. Organización comunitaria para autogeneración de energía

Dicha organización comunitaria se realiza por medio del fortalecimiento organizativo de las formas asociativas pero también, articulando por medio de rutas público-populares con entidades como el Ministerio de Minas y Energía y su estrategia de Comunidades Energéticas, esto, a grandes rasgos es la apuesta por democratización del acceso a la energía.

5. Democratizar el conocimiento energético.

Por último, el conocimiento energético tiende a ser muy técnico y suele estar restringido a los actores empresariales. El objetivo del MODEN es que este empiece a ser de dominio público y que esté al alcance de las comunidades ya que para transformar el primer paso es conocer. De esa manera el coordinador MODEN Pacífico expresa:

que todos y todas tengan nociones sobre cómo se controla la energía en el país, sobre cuál es la cadena de valor de la energía que existe en el país, sobre quiénes son los actores que están involucrados, sobre cómo se ha consolidado la legislación alrededor de la energía (...) cómo opera el sector, entonces cómo está constituido el mismo Estado, cómo se consolida a partir del Ministerio de las entidades adscritas (Coordinador MODEN Pacífico, entrevista, 15 de septiembre, 2024).

En otro orden, es pertinente mencionar las estrategias que ha adoptado el Movimiento para lograr los objetivos propuestos. De acuerdo a lo mencionado por el representante MODEN Pacífico, la movilización ha sido el repertorio de acción⁵ más utilizado; siendo una movilización en el Cauca contra la Compañía Energética de Occidente (CEO) y Aire en el caribe, las más masivas y significativas hasta el momento. Ambas movilizaciones se desarrollaron de manera inicial por las tarifas altas y cortes del servicio de energía por parte de ambas empresas. Sin embargo, debido al impacto que tuvieron, se logró de manera inmediata la suspensión de cortes del servicio, mesas de trabajo y concertación con representantes de dichas empresas, el Ministerio de Minas y Energía y el MODEN, transitando así a repertorios de acción de índole jurídico. Adicional a ello se destaca la incidencia de la agenda del Movimiento para construcción de Políticas Públicas. Un ejemplo de lo anterior se encuentra en Cali, con la aprobación por parte del Consejo Municipal del proyecto de acuerdo de democracia energética municipal. Como resultado de lo anterior, el Movimiento se ha convertido en la instancia oficial de articulación del gobierno nacional con los usuarios de todo el territorio nacional, por medio de delegaciones en diferentes instancias.

En ese orden de ideas, vale la pena mencionar que al ser un movimiento, si bien hay unos mínimos políticos para vincularse, también están presentes diversas posturas políticas. Sobre esto el coordinador MODEN Pacífico, resalta que actualmente existen dos fuerzas dentro del Movimiento: aquella que busca tener una relación simbiótica con el gobierno nacional y

⁵ Son acciones que llevan el mensaje de la demanda del movimiento social o acción colectiva. Son culturalmente aprendidos y cobran forma a partir de confrontaciones anteriores. Estos repertorios pueden ser públicos, los cuales tienen como fin visibilizar el movimiento y las demandas de este. También pueden ser privados y buscan mantener el movimiento en el tiempo, es decir, se organizan recursos que garanticen esto. Finalmente, se pueden identificar tres dimensiones en los repertorios de acción: una dimensión social, encaminada a construir vínculos con la sociedad; una dimensión jurídica que pretende logros en ámbitos formales y por último, una dimensión simbólica, que son una forma de llevar el mensaje y en ocasiones, se convierte en la esencia del movimiento (García, 2004).

otra que apoya de manera crítica las agendas del gobierno, partiendo del hecho que este gobierno se consolidó a partir de una correlación de fuerzas, por ende, hay agendas populares pero también hay quienes impulsan agendas que responden a intereses particulares y hegemónicos. En consecuencia, son aliados del gobierno cuando las agendas son populares y no lo son cuando identifican agendas opuestas al interés general.

Esta correlación de fuerzas internas se convierte en un reto del Movimiento, particularmente esta primera postura es peligrosa para la sostenibilidad de este proceso en tanto como movimiento social su existencia no puede depender de un gobierno; por el contrario, deben tener sus agendas colectivas y populares y analizar si ven en otros actores la posibilidad de aliarse para fortalecerse y lograr los objetivos, más no puede ser un movimiento simbiótico o que respalde sin cuestionamientos al gobierno ya que podría alejarse de la esencia de un movimiento social y responder a intereses ético políticos contrarios, pues como lo menciona Tilly (1990) citado en García (2004) “un movimiento social consiste realmente en una serie de demandas o desafíos a los poderosos” (p.13)

Finalmente, un reto principal expuesto por Juan Camilo Lara, coordinador MODEN Pacífico es el proceso de cualificación de las organizaciones que hacen parte del movimiento en los diferentes departamentos, con el fin de tener las herramientas para ejecutar el plan de trabajo y un proceso de democracia energética real.

Acorde a lo anterior estamos frente a un movimiento que pone en discusión un modelo de sociedad distinto, en el que la lucha ecológica y la lucha de clase son como menciona Foster cara de una misma moneda. En ese sentido, se convierte en un horizonte el ecosocialismo, el cual “aspira a subordinar el valor de cambio al valor de uso, organizando la producción en función de las necesidades sociales y las exigencias de la protección del medio ambiente” (Löwy, 2011, p. 30)

Eso lo vemos reflejado en MODEN cuando coordinador Pacífico refiere:

Hablamos de lucha de clases cuando, en el marxismo se plantea que hay un proceso de alienación o enajenación donde los actores no son dueños de lo que deberían ser dueños, no son dueños de su propio trabajo por ejemplo y en este caso nosotros estamos planteando tenemos que ser dueños de nuestros recursos estratégico (Coordinador MODEN Pacífico, entrevista, 15 de septiembre, 2024).

De esta manera, la transición energética es parte de la lucha que representa el movimiento; sin embargo su foco y horizonte debe ser una transformación ecosocialista en dónde puedan continuar disputando el sistema organizativo y en el que los/as trabajadores del mundo sean la fuerza clave para dicha transformación y los/as encargados/as de transitar de la racionalidad capitalista a la racionalidad ecológica que logre incluir los ciclos ecosistémicos

necesarios para la vida, restaurando así la fractura metabólica presente en la dualidad naturaleza-humanidad vista desde el sistema actual.

Contribuciones desde el Trabajo Social Crítico

Una vez expuesta la crisis ambiental y energética que se vive en el mundo y en Colombia en especial y la mención de una alternativa pionera que busca transitar a una sociedad más justa como lo es el MODEN, vale la pena reflexionar qué lugar tiene el Trabajo Social en dicho entramado y qué aportes puede hacer para ese horizonte de una sociedad con justicia socioecológica.

De esa manera, es pertinente destacar que al ser una profesión asalariada inscrita en la división social y técnica del trabajo, Trabajo Social se sitúa en el proceso de reproducción de las relaciones sociales propias de la sociedad capitalista, lo que hace que el ejercicio profesional esté permeado por “ese juego de fuerzas, subordinándose, históricamente, a aquellas que son dominantes desde el punto de vista político, económico e ideológico, en coyunturas históricas determinadas” (Iamamoto, 1997, p. 110). En ese sentido, al constituirse como profesión asalariada, la práctica profesional se encuentra inmersa en tensiones y contradicciones producto de la lucha de clases; entender esta dinámica es lo que posibilita que se pueda establecer una estrategia profesional y política para fortalecer el objetivo del capital o del trabajo.

En ese sentido y teniendo como compromiso un horizonte ético-político con una sociedad que pueda superar las condiciones de explotación y desigualdad que hoy están acabando con los recursos naturales y la vida misma; se identifican dos aportes desde el Trabajo Social.

Por un lado, como se pudo ver en los apartados anteriores, un reto para transitar hacia la democracia energética es acceder al conocimiento, darle herramientas a las comunidades de los territorios que buscan ser transformados para que puedan gestar procesos de autogeneración, para que comprendan el entramado técnico, político y normativo en lo relacionado a la transición energética, los servicios públicos, entre otros. El conocimiento es poder y es el catalizador para transformar.

Así pues, estos procesos de democratización del conocimiento pueden ser acompañados por trabajadores/as sociales teniendo presente que para Iamamoto (1997) una de las funciones del Trabajo Social es la socioeducativa está “volcada para cambios en la manera de ser, de sentir, de ver y actuar de los individuos, que busca la adhesión de los sujetos” (p. 116). Sin embargo, Yazbek (1999) citado en Oliva (2005) indica que, si bien la dimensión socioeducativa puede estar orientada a la integración, ésta también puede estar orientada al fortalecimiento de

las luchas de los sectores subalternizados. Lo anterior se materializa cuando las/os trabajadores sociales en su ejercicio profesional tienen la pretensión de capacitar para la exigibilidad de derechos, disputar poder, participar en las luchas reivindicativas y estar al tanto de los cambios en la legislación y debates políticos, ello como parte del componente socioeducativo y formativo reivindicativo.

Por otro lado y retomando a Marcos Chinchilla Montes (2006) desde el Trabajo Social tenemos la posibilidad y, de acuerdo al compromiso ético-político del profesional, el deber de promover la organización popular, desde el impulso de nuevas organizaciones sociales, así como el fortalecimiento de las ya existentes.

El fortalecimiento de la organización colectiva y popular representa la posibilidad tangible de construcción de un proyecto de sociedad con justicia socioecológica. Sin embargo, esto no una exclusividad no del Trabajo Social; de ahí la importancia de no caer en una visión mesiánica de la profesión, al concebirla con un carácter heroico que responda a los intereses de las clases subalternas desvinculados de sus relaciones de poder, desconociendo los condicionantes históricos-coyunturales, llegando a ser de esa manera ahistóricos y voluntaristas, en el cual muchas veces se reduce al compromiso individual del profesional, como si ello fuera suficiente para modificar la vida social (Iamamoto, 1997).

En consecuencia, en esa construcción de sociedad que supere el sistema capitalista intervienen diversas profesiones y particularmente, los sectores populares y grupos progresistas. De ahí la imperiosa necesidad de construir red y negociar con diversos sectores sociales que comparten los mismos principios y convicciones ético-políticas.

441

Reflexiones finales

La crisis energética actual es una manifestación de la "fractura metabólica" entre la humanidad y la naturaleza, en donde esta última es explotada en pro de la acumulación del capital. Esta situación ha generado una degradación ambiental y desigualdad social sin precedentes que pone en riesgo nuestra propia existencia.

La crisis energética en Colombia es un ejemplo de esta fractura metabólica, con una fuerte dependencia de los combustibles fósiles, una matriz energética centralizada y desigualdad en el acceso a la energía.

En ese escenario, políticamente el país tiene la posibilidad de consolidar un momento histórico en la transición hacia una democracia y transición energéticas justa. El gobierno progresista ha puesto en el centro de su agenda la defensa de la naturaleza y la biodiversidad, promoviendo la transformación del sector energético para hacerlo más justo, sostenible y

democrático.

En medio de la crisis energética y el escenario político coyuntural el MODEN representa una iniciativa importante para construir un futuro energético más justo Colombia, al promover la participación comunitaria y desafiar el modelo energético dominante, este movimiento contribuye a la construcción de una sociedad digna, libre y en la que prevalezca la vida.

Ahora bien, el Trabajo Social como profesión inmersa en las dinámicas contradictorias del capital, tiene un llamado importante en esta crisis que atraviesa el mundo. De esa manera, partiendo de un proyecto ético-político transformador y contrahegemónico, el Trabajo Social tiene la posibilidad de promover espacios que permitan la formación de sujetos críticos y así, fortalecer los procesos de organización colectiva y popular que impulsan movimientos como el MODEN. Asimismo, se recalca la pertinencia de construir redes y alianzas con otras profesiones y sectores políticos y sociales para robustecer la incidencia.

En ese sentido, además del fortalecimiento de las bases populares, como trabajadoras/es sociales es fundamental participar en espacios de formulación de políticas públicas con el fin de posicionar en esos espacios las agendas que construye el movimiento social.

Para finalizar, es claro que el contexto actual otorga la posibilidad de construir procesos organizativos con la capacidad para incidir en la transformación de los gigantescos estragos ambientales dejados "como herencia" del capitalismo, sin embargo, vale la pena preguntarse ¿entiende la sociedad la lucha que asiste hoy?

Referências bibliográficas

- ANGEL, Javier (relator); CHÁVEZ, Daniel; KISHIMOTO, Satoko (org.). Hacia la Democracia Energética: Debates y conclusiones de un taller internacional. Ámsterdam: Transnational Institute, 2016. Disponível em: https://www.tni.org/files/publication-downloads/hacia_la_democracia_energetica.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.
- BERTINAT, P.; CHEMES, J. Transición energética y disputa de sentidos. In: NAPOLI, A.; MARCHEGIANI, P. (org.). *Informe ambiental 2022: Abordar una transición socioecológica integral: el desafío de nuestro tiempo - 1^a ed.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación Ambiente y Recursos Naturales, 2022. (pp. 131-140). Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/234922/CONICET_Digital_Nro.8e555428-212f-4b1f-aba4-15b0a605ba87_R.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 12 out. 2024.
- DECRETO 2236. (2023, 22 de diciembre). Presidencia de la República de Colombia Disponível em: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=227230>. Acesso em: 12 out. 2024.
- EISINGER, P. K. The conditions of protest behavior in American cities. *American political science review*, 67 (1), 11-28, 1973. Disponível em: <https://www.irp.wisc.edu/publications/dps/pdfs/dp10872.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

- FOSTER, J. B. *La ecología de Marx, materialismo y naturaleza*. Barcelona: El Viejo Topo, 2000.
- GARCÍA, A. R. Perspectivas teóricas en el estudio de los movimientos sociales. *Circunstancia*. Año 1 - número 3, Enero, 2004. Disponível em: <https://ortegaygasset.edu/publicaciones/#9.1>. Acesso em: 2 out. 2024.
- HARVEY, D. *Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo*. Madrid: Traficante de sueños, 2014.
- IAMAMOTO, M. V. *Servicio Social y División del Trabajo*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- LÖWY, M. *Ecosocialismo: La alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista*. Buenos Aires: El Colectivo; Herramienta, 2011.
- MINISTERIO DE MINAS Y ENERGÍA (s.f) *Comunidades Energéticas*. Disponível em: <https://www.minenergia.gov.co/es/comunidades-energeticas/>. Acesso em: 12 out. 2024.
- MONTES, Marcos Chinchilla. Acción colectiva e intervención profesional del Trabajo Social: límites y posibilidades para la construcción de ciudadanía. *Katálysis*, 9 (2), 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802006000200003>
- OLIVA, A. A. *Trabalho social na Argentina: traços históricos*. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17834/1/ANDREA%20ANTONIA%20OLIVA.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.
- SE consolida Reforma a Ley de Servicios Públicos. *Departamento Nacional de Planeación*, 10 jul. 2024. Disponível em: https://www.dnp.gov.co/Prensa_Noticias/Paginas/se-consolida-reforma-a-ley-de-servicios-publicos.aspx. Acesso em: 12 set. 2024.
- TARROW, S. *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. New York: Cambridge University Press, 1998.
- VEGA CANTOR, R. *El capitaloceno: Crisis civilizatoria, imperialismo ecológico y límites naturales*. Bogotá: Teoría & Praxis, 2019.
- VILLAMIZAR VILLAMIZAR, J. D. (2023). *Índice de Pobreza Energética en Colombia*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) – Faculdade de Engenharia, Universidad de los Andes, Bogotá, 2023. Disponível em: <https://repositorio.uniandes.edu.co/server/api/core/bitstreams/1ff23075-2b10-4747-b1f2-24d76a3219ca/content>. Acesso em: 12 set. 2024.

Reforma agrária e alternativas à fome: o Plantio Solidário na Zona da Mata Mineira

Agrarian reform and alternatives to hunger: Plantio Solidário in Zona da Mata of Minas Gerais

Mônica Aparecida Grossi^{*}
Michelle Neves Capuchinho^{**}
Paula Rocha de Souza^{***}
Vitória Nacarate Machado^{****}
Maria Eduarda Dias^{*****}

Resumo: O artigo objetiva discutir a reforma agrária popular do MST e a construção de alternativas à fome no Brasil, destacando a análise da experiência realizada pelo MST na zona da mata mineira, intitulada "Plantio Solidário". Os resultados indicam o fortalecimento da solidariedade de classe, da agroecologia, da organização popular e política, causando um impacto social significativo.

Palavras-chaves: Reforma agrária popular; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Alternativas à fome; Projeto Plantio Solidário; Região da Zona da Mata de Minas Gerais.

Abstract: The article aims to discuss the popular agrarian reform of the MST and the construction of alternatives to hunger in Brazil, highlighting the analysis of the experience carried out by the MST in the forest zone of Minas Gerais, entitled "Plantio Solidário". The results indicate the strengthening of class solidarity, agroecology practices, popular and political organization, causing a significant social impact.

Keywords: Popular Agrarian Reform; Landless Workers' Movement (MST); Alternatives to Hunger; Plantio Solidário Project; Zona da Mata Region of Minas Gerais.

* Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Doutora pela ESS/UFRJ. Pós doutora pela Universidade de Córdoba, Espanha. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2150-0173>

** Professora substituta da Faculdade de Serviço Social da UFJF, doutoranda em Serviço Social pela UFJF e dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7819-7524>

*** Mestranda em Serviço Social pela UFJF e militante do Coletivo Pretxs em Movimento.

**** Assistente Social pela Faculdade de Serviço Social da UFJF.

***** Graduanda e bolsista de extensão da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

Introdução

Este artigo é resultado de reflexões realizadas em processos de ensino, pesquisa e extensão relacionados à luta do MST, envolvendo professores, estudantes de graduação (bolsista de extensão e orientanda de TCC) e de pós graduação (mestranda e bolsista voluntária de extensão, e doutoranda), que situam seus estudos e atividades de extensão, no âmbito e na interseção, entre as questões agrária, urbana e ambiental. E a temática principal deste artigo, a reforma agrária popular, como apresentaremos, traz nesta interseção, elementos para as lutas sociais, como a agroecologia e a soberania alimentar, e desafios, aossujeitos coletivos da classe trabalhadora, que estão no campo e na cidade.

Neste momento de crise estrutural do capital e de seu atual processo de acumulação, os bens da natureza, com destaque para as terras, águas e sementes, e também os camponeses, vêm sofrendo grandes ofensivas, demonstrando que estamos vivendo um processo mais amplo de crise civilizatória, que se expressa na negação/retirada dos direitos à alimentação, ao trabalho, à terra e à vida.

Na atual fase do capitalismo financeiro internacional, sob a hegemonia do agronegócio, vêm sendo desenvolvidos mecanismos de controle da agricultura e do comércio de alimentos, agravando a concentração da propriedade das terras, dos meios de produção e de toda cadeia agroalimentar, trazendo como consequências o aumento da fome e da insegurança alimentar, e de ameaças à existência dos camponeses e povos das terras, das águas e das florestas.

A atual crise alimentar, a fome e a insegurança alimentar se relacionam com questões estruturais, que se expressam, dentre outras coisas, nas condições ambientais cada vez mais adversas, em que se desenvolve o atual regime alimentar, hegemonizado pelas corporações transnacionais do agronegócio. Neste sentido, a construção de alternativas à fome torna-se uma necessidade urgente para a classe trabalhadora, e os movimentos sociais, como o MST, vêm trazendo contribuições no desenvolvimento de ações concretas para o enfrentamento à fome.

O objetivo deste artigo é discutir a reforma agrária popular do MST e a construção de alternativas à fome no Brasil, destacando especificamente, a análise de uma experiência realizada pelo MST na zona da mata mineira, em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e outras organizações da sociedade civil, intitulada “Plantio Solidário”. Apartir da crítica ao agronegócio, buscamos discutir a luta do MST, as potencialidades em torno da sua proposta de Reforma Agrária Popular, baseada na agroecologia e na soberania alimentar, para analisarmos a experiência do Plantio solidário, como parte deste processo de luta.

A hegemonia do agronegócio: destruição ambiental, desigualdade e fome.

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, suas tendências e contradições, que se apresentam na atualidade são resultado histórico das transformações da nossa agricultura. No Brasil, com o golpe militar de 1964, a proposta de desenvolvimento capitalista assumida para o país em relação à agricultura foi a modernização conservadora em contraposição à reforma agrária, que reúne elementos modernos e arcaicos. O elemento modernizante diz respeito a adoção do pacote tecnológico da revolução verde e o elemento arcaico que permanece é a nossa histórica concentração fundiária, aliada a produção monocultora para exportação.

Sob o comando do mercado mundial, a produção da agricultura capitalista brasileira vem se concentrando na produção de commodities, como soja, milho e cana, além da pecuária extensiva voltados aos interesses do mercado externo. A monocultura de eucalipto para exportação voltado a produção de celulose, altamente degradadora do solo e, principalmente das águas, vem configurando um cenário de devastação, cuja expressão eloquente cunhada pelos movimentos sociais é de “deserto verde”. A concentração da produção agrícola pode ser materializada no seguinte dado: “No Brasil, cerca de 10% de todos os estabelecimentos agrícolas controlam 80% do valor da produção (Stédile, 2013, p. 25)”. Isto vem gerando a imposição de uma padronização dos alimentos e a perda da soberania dos povos e dos países sobre os alimentos, de modo que muitos países hoje não conseguem produzir seus próprios alimentos.

Este tipo de produção vem ampliando o processo de degradação, desmatamento, perda de fertilidade da terra e contaminação do solo e das águas, a partir da tecnologia de produção da revolução verde baseada no uso intensivo de mecanização e agrotóxicos. Os efeitos perversos deste modelo do agronegócio, também deixam suas marcas no campo e na cidade, através da crescente desigualdade social, que se expressa na pobreza extrema; no analfabetismo, na falta de acesso à educação por parte da juventude rural; no trabalho precário e em condições análogas à escravidão; na violência e expulsão de famílias do campo; associando à monocultura, o aumento do uso de agrotóxicos e a introdução de cultivos transgênicos.

O modelo de agricultura capitalista do agronegócio afirma-se, então, como o principal responsável pela crise alimentar mundial pois, ao tratar a terra, as sementes e os alimentos produzidos como mercadorias vem comprometendo a segurança alimentar, que, além de não ter sido alcançada com a revolução verde, tem sido ameaçada. Podemos dizer que uma das maiores contradições da revolução verde foi a criação de uma anticomida, produzida pelo agronegócio,

que operou a transformação da agricultura num ramo de negócios, no qual a produção de alimentos se torna uma mera mercadoria a ser negociada para obtenção de lucros.

A mercadorização dos alimentos é analisada pelo sociólogo Jean Ziegler (2013), em entrevista ao jornalista Márcio Zonta para a *Revista Brasil de Fato*, como um negócio altamente lucrativo. Para ele, o problema da fome está relacionado à questão da especulação financeira, ao *dumping* (concorrência desleal de mercado) agrícola e à destinação das terras à produção de bicompostíveis. Afirma que é a primeira vez na história da humanidade que o problema da fome está relacionado não à escassez de alimentos, mas ao excesso. Nesse sentido, é fundamental destacarmos as contribuições de Josué de Castro, pioneiro no debate da fome, já que “[...] os interesses e preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado” (Castro, 1992, p. 29). Em sua mais reconhecida obra “Geografia da Fome”, ele desmente a falsa ideia, amplamente aceita em seu tempo, de que fome era resultante do aumento do contingente populacional ou da escassez. Josué caracteriza o problema da fome como expressão das relações sociais e econômicas historicamente impostas e reproduzidas, além da incapacidade (ou desinteresse) do Estado burguês de buscar alternativas para enfrentar a questão, já que não vai de encontro aos interesses da classe dominante.

447

A fome no Brasil (...) é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente hostilidades, mas, quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada, em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou, pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação: o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da “lavoura nômade”, o do café, o da extração da borracha e, finalmente o de certo tipo de industrialização artificial, baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação. É sempre o mesmo espírito aventureiro se insinuando, impulsionando, mas logo a seguir corrompendo os processos de criação de riqueza no país (...). É a impaciência nacional do lucro turvando a consciência dos empreendedores e elevando-os a matar sempre todas as suas “galinhas de ovos de ouro”. Todas as possibilidades de riqueza que a terra trazia em seu bojo. Em última análise, esta situação de desajustamento econômico e social foi consequência da inaptidão do Estado Político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo (Castro, 1992, p. 280-281).

Dessa forma, o autor caracteriza o subdesenvolvimento e a insegurança alimentar como um produto inevitável do próprio desenvolvimento (nos moldes capitalistas), pautado na exploração colonial e neocolonial está colocada em diferentes regiões do globo. A fome dá-se

como expressão dessa. Portanto, o aumento da fome não se relaciona a problemas de ordem natural, de baixa produtividade e nem mesmo em razão de guerras, pois está diretamente vinculado à forma de sociedade erguida sob o imperativo do capital, que nega a alimentação a um imenso número de pessoas. Esse quadro de dominação mundial exercido por grandes grupos econômicos é apresentado por Ziegler:

Hoje temos dez transnacionais que potencializam a fome no mundo. Esse grupo econômico controla 85% de todos os alimentos negociados no planeta. Fixam preços, controlam a distribuição e assim decidem todos os dias quem poderá comer, quem vai passar fome e quem vai morrer sem alimentação (Ziegler, 2013, p. 13).

Ademais, Stédile e Carvalho (2010) reiteram essas contradições presentes, uma vez que poucas empresas e grandes complexos agroindustriais controlam vastas áreas de terra, mas sua produção não satisfaz as necessidades do país. Enquanto isso, a maior parte da população em situação de insegurança alimentar reside em áreas rurais e poderia cultivar seus próprios alimentos para sua reprodução social. Os autores enfatizam que essa lógica de acumulação privada é prejudicial, pois ameaça a soberania dos Estados, a garantia de uma alimentação saudável, variada e livre de produtos químicos, além de causar a degradação ambiental, frequentemente de maneira irreversível, colocando em risco a sobrevivência humana, controlando e padronizando efetivamente os alimentos que são produzidos e comercializados.

Tudo leva a crer que em nome da competitividade na produção agropecuária e florestal nos mercados mundiais, as grandes empresas transnacionais e não os governos nacionais é que deverão definir e implementar as macropolíticas estratégicas de abastecimento alimentar em todo o mundo. Não apenas controlando as cadeias alimentares mais importantes, seja do ponto de vista dos volumes negociados, como também dos produtos de interesse da agroindustrialização e da padronização dos alimentos em todo mundo, como controlando internamente em dezenas de países os principais produtos tanto no comércio por atacado como no varejo, através das cadeias multinacionais de supermercados (Stédile; Carvalho, 2010, p. 4).

Assim, fica evidente como o atual modelo hegemônico de agricultura torna-se a expressão máxima da destrutividade do capital em relação aos seres humanos e à natureza. Esta é a chamada fase da agricultura científica, de precisão ou biotecnológica, que amplia o domínio das indústrias multinacionais, em que os agricultores são excluídos, conformando-se uma agricultura sem agricultores.

Segundo Helen Borborema, em reportagem publicada no espaço Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), intitulado “Agronegócio comemora enquanto fome se agrava”, destaca que o agronegócio brasileiro comemora a produção histórica de grãos e crescimento de 5,7% do volume produzido nesta safra (2020/21), se comparado à anterior (Borborema, 2021), de acordo com os dados da expansão do agronegócio, divulgados pela Companhia

Nacional de Abastecimento (Conab). A autora traz ainda, o relato de Sílvio Porto, professor da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e ex-diretor da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), onde o pesquisador aponta que o aumento da fome e da miséria no Brasil, ao mesmo tempo em que o país bate recorde na produção agrícola, é um contrassenso e uma aberração (Borborema, 2021).

O Relatório das Nações Unidas sobre o Estado da Insegurança Alimentar Mundial (SOFI, 2024) apresentou uma redução significativa na insegurança alimentar severa de 85% no Brasil. Em números absolutos 14,7 milhões de pessoas deixam de passar fome no país, que atingia 8% da população, e agora caiu para 1,2%, conforme divulgado pela Secretaria de Comunicação Social (Brasil, 2024). No primeiro momento, aos nos depararmos com essa notícia, pensamos que ela aparenta apontar um otimista cenário ao enfrentamento da fome. Contudo, esse cenário não se expressa plenamente ao analisarmos a totalidade, já que o Brasil ainda permanece no Mapa da Fome.

Adensando a discussão, no que tange à realidade brasileira, é necessário pensar que apesar da melhoria em relação aos anos anteriores não é garantida sua estabilidade. Já que a fome já aparentava ter sido superada em 2014, quando o Brasil saiu do Mapa da Fome, porém, frente a situação de extrema vulnerabilidade agravada na pandemia de COVID-19, o país retorna ao indicativo. Esse cenário é um reflexo do sucateamento das políticas sociais públicas de combate à miséria e o desmonte geral das políticas de segurança, adensada pelos governos ultraneoliberais.

O cenário mundial também não é favorável, o relatório aponta um retrocesso de 15 anos, com aumento geral da desnutrição, insegurança alimentar, atraso no crescimento infantil, dentre outros. Essa estagnação é extremamente preocupante e escancara a desigualdade, já que os países de baixa renda, principalmente na África, são os mais atingidos, em que maior parte da população não consegue pagar por uma dieta saudável e garantir sua nutrição. Esses dados coexistem e contrastam com o aumento acentuado dos níveis de obesidade, desse modo, apontando que o debate sobre alimentação é muito mais denso e complexo, exigindo intervenções que compreendam a realidade social da população e do território.

Assim, é essencial destacar que o déficit alimentar apresentado é resultante do modelo de produção capitalista, que visa a obtenção de valor, sem considerar uma produção que conte com uma nutrição adequada aos indivíduos. A inflação dos preços, mudanças climáticas, desigualdades sócio-territoriais são intrínsecas e naturalizadas nessa sociabilidade, e só podem ser superadas junto dessa. Portanto, apesar das conferências, relatórios e esforços

da comunidade e órgãos internacionais, a questão da fome e das mudanças climáticas permanecem sem um resultado claro e efetivo.

A fome, assim como o desemprego, são expressões da Questão Social mantidas pelas relações de desigualdade por intermédio da exploração que o modo de produção capitalista reproduz na sociedade. É nessa concepção, permeada por contradições, que se organiza a política agrícola que produz, tanto para o mercado interno, quanto para exportação. No entanto, há um paradoxo na relação do Brasil com a agroexportação. O “agro”, que aponta recorde de produção de alimentos, contrasta com o gigantesco crescimento da população que passa fome, em consequência da falta de terra e emprego que garanta sua subsistência. Essa grande massa de famintos e desempregados é marcada pela cor, gênero e, seu endereço está localizado nas periferias das cidades Brasil afora.

Dessa forma, a classe dominante busca distorcer a importância política dos movimentos sociais e da luta pela terra, além de criminalizar, reprimir e matar as lideranças dos movimentos, as ocupações e manifestações. Nesse contexto de grande desigualdade social sendo o Brasil, um dos países que mais concentra terra no mundo, esta concentração é um reflexo do desenvolvimento capitalista, que gera muitas contradições e diversas organizações, que lutaram e lutam por terra. Como expressão desse processo temos no Brasil, o movimento dos trabalhadores Sem-terra, um dos maiores movimentos sociais do mundo, sendo o maior da América Latina. Destacamos a luta do MST pela Reforma Agrária Popular, onde a agroecologia e a soberania alimentar têm centralidade.

A reforma agrária popular do MST: afirmação da agroecologia, da soberania alimentar e da solidariedade de classe.

O MST, criado a 40 anos, está presente em 23 estados brasileiros, com assentamentos e acampamentos em mais de 500 cidades, tem como projeto para o Brasil a reforma agrária popular. Busca o desenvolvimento para o campo brasileiro, com bases na agroecologia, para a produção de alimentos saudáveis, que atenda às necessidades da população brasileira, garantindo a preservação dos bens naturais, assim como o cultivo de relações sociais antirracistas, antimachistas, enfrentando os valores colocados pela sociedade capitalista.

Os assentamentos se organizam de várias formas, através de cooperativas, associações, grupos e comunidades campesinas. Além da organização, o MST se destaca pelo desenvolvimento da formação política, em conformidade com a pedagogia Freiriana, com enfoque na educação popular. Freire salienta que a comunhão com o povo é o momento

decisivo para a transformação. “A consciência é histórica, pois implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo” (Freire, 1981, p. 26).

A crítica do MST e de outros sujeitos coletivos do campo ao capitalismo, expresso pelo modelo produtivo do agronegócio, visceralmente dependente do petróleo, se soma a sua proposição em torno da agroecologia.

Vivemos um momento sem precedentes na história da humanidade, com a emergência conjugada de três crises: a crise energética, a crise alimentar e a crise climática. Estamos no limiar de esgotar a era dos combustíveis fósseis (baseados no carvão mineral e no petróleo) que representou o sustentáculo energético do modelo de sociedade capitalista-consumista existente nos últimos 200 anos. [...] O modelo produtivo agroecológico, diversificado e poupadão de insumos, se coloca claramente em oposição a esse modelo dominante, controlado pelo agronegócio e que se utiliza fortemente de energias fósseis. A agroecologia se baseia no aprendizado com a natureza, de forma a debater as relações presentes na tecnologia utilizada, a fim de potencializar os efeitos naturais de fertilidade, complexidade e produtividade ecossistêmica (MST 2010, p. 12-13).

A Reforma Agrária Popular (MST, 2013) é uma proposta em construção apresentada à sociedade brasileira e ao conjunto das organizações populares. É antagônico ao sistema de exploração e opressão históricas, e visa superar o atual modelo de produção presente na agricultura brasileira, contribuirativamente com as mudanças estruturais necessárias, na superação das relações de exploração e opressão do trabalho, da compreensão do alimento como mercadoria e não um bem humano. As mudanças estruturais na forma de uso dos bens da natureza, que pertencem a toda sociedade, direciona-se para a organização das relações de produção e das relações sociais, em que busca contribuir de forma permanente na construção de uma sociedade justa, igualitária e solidária.

Esta proposta defende a vida e a construção de relações verdadeiramente humanas. Busca dialogar com as necessidades, sobretudo, de quem vive nos grandes centros, para construir ações que influenciem e atuem nos centros urbanos, locais onde a grande maioria da classe trabalhadora reside, alimenta-se e trabalha. Logo, para ser cada vez mais popular é preciso ter muita gente convencida e defendendo seu papel e a efetiva participação popular do conjunto da sociedade. Também se insere na luta da classe trabalhadora pela construção de relações sociais de produção que eliminem a exploração, a concentração da propriedade privada, a injustiça e as desigualdades, fundamentando valores de uma nova sociedade.

Stédile (2014) esclarece que a nova concepção de reforma agrária defendida pelo MST ultrapassa a perspectiva de distribuição de terras, definindo os novos rumos do movimento e da luta pela terra, na qual a questão ambiental, alicerçada na adoção de outro modelo produtivo baseado na agroecologia, passa a ser uma bandeira fundamental do movimento.

Os elementos fortalecedores do caráter popular da reforma agrária de novo tipo do MST, para serem concretizados, demandam a construção coletiva do conjunto da classe trabalhadora do campo e da cidade, iniciando-se com o fortalecimento e ampliação de um arco de alianças, indispensável para a luta anticapitalista, nesse momento histórico de crise civilizatória em que, sob domínio do capital, todos os bens da natureza e da cultura popular são transformados em mercadoria.

Os parâmetros das mudanças propostas pela reforma agrária popular significam reorganizar os bens da natureza e a produção agrícola para, em primeiro lugar, produzir alimentos saudáveis para todo o povo. Produzir com base na matriz da agroecologia, em equilíbrio com a natureza e sem o uso de venenos agrícolas. Implementar agroindústrias na forma de cooperativas, para beneficiar os alimentos e aumentar a renda dos trabalhadores do campo (MST, 2013, p. 2).

Na visão do Movimento, a reforma agrária ganha uma perspectiva mais ampla ao contemplar as relações entre o ser humano e a natureza, envolvendo diferentes processos que representam a reapropriação social da natureza, em contraposição à apropriação privada da natureza realizada pelo capitalismo.

Implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de co-produção homem e natureza, na diversificação produtiva capaz de revigorar e promover a biodiversidade e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza. Os camponeses, trabalhadores/as do campo e povos tradicionais (indígenas, extrativistas, quilombolas) têm sido protagonistas de práticas de um modo de fazer agricultura que representa um contraponto à agricultura capitalista e se constituem na resistência e nas lutas de enfrentamento direto ao capital (MST, 2013, p. 46-47).

A preocupação do MST com a efetivação da luta pela reforma agrária popular com base na agroecológica, direciona-se ao necessário preparo técnico, para as experiências produtivas, e também ao preparo político para enfrentamentos ao agronegócio, que se inscrevem na direção da construção da soberania alimentar e de novas relações sociedade/natureza (MST, 2013). Os camponeses, trabalhadores/as do campo e povos tradicionais (indígenas, extrativistas, quilombolas) têm sido protagonistas de práticas de um modo de fazer agricultura que representa um contraponto à agricultura capitalista e se constituem na resistência e nas lutas de enfrentamento direto ao capital (MST, 2013, p. 46-47).

A solidariedade para o MST é um princípio que norteia a ação junto à organização da classe trabalhadora, sendo uma questão central para a construção de uma nova sociedade que supere o capitalismo. Desde a pandemia, esse valor vem se tornando cada vez mais central, assim como o debate a respeito da produção de alimentos e o combate à fome, que alicerçam

o projeto de sociedade que perpassa a Reforma Agrária Popular, assim como a questão da disputa pela terra e o modelo de produção desenvolvido. São vários os temas como os bens da natureza, meio ambiente, as relações humanas, que são frentes de debateque a questão dos alimentos nos traz.

Diante desses elementos, ainda na pandemia, o Brasil sentiu de forma mais profunda a volta da fome, e as organizações populares como sindicatos, movimentos sociais iniciaram várias experiências de trabalho nos espaços urbanos. Primeiro o MST colocou sua base em movimento através da organização de processos de produção e distribuição de alimentos, a partir da doação de comida, com o projeto Periferia Viva. Além da organização de várias outras ações como as cozinhas solidárias, as hortas urbanas, agentes populares de saúde, que também foram desenvolvidas pelo MST e por diversos movimentos sociais.

Desde o início da pandemia do coronavírus até 2023, o MST doou mais de 8 mil toneladas de alimentos e mais de 2 milhões e meio de marmitas para as famílias através de várias ações de solidariedade (Brasil de fato, 2023). Apesar de saber, que a doação deestas básicas não irá resolver os grandes problemas estruturais da sociedade capitalista, tem a clareza que, quem tem fome tem pressa.

Outro elemento a ser destacado como fruto do amadurecimento da reforma agrária popular foi a criação, em 2000, do plano nacional do MST, “Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis”, que tem como objetivo plantar 100 milhões de árvores em 10 anos nas escolas do campo, cooperativas, centro de formação e nas cidades, fortalecendo a produção de alimentos saudáveis em áreas do MST, e denunciando o modelo destrutivo do agronegócio. Os números atuais, disponíveis no site do MST, mostram que já foram plantadas 25 milhões de árvores, construídos 300 viveiros de mudas e 15 mil hectares já foram recuperados. Comoparte deste plano nacional é que situamos a experiência construída pelo MST, na zona da mata de Minas Gerais, que analisamos a seguir.

453

A experiência do Plantio Solidário na Zona da Mata de Minas Gerais: força popular na construção da solidariedade de classe, da agroecologia e da soberania alimentar

Desenvolvido durante a pandemia do COVID-19, a experiência do “Plantio Solidário” realizado através de ação coletiva e voluntária no Assentamento Denis Gonçalves, no município de Goianá - Zona da Mata Mineira, produziu sobre bases agroecológicas, mais de meia tonelada de alimentos para doação às famílias em situação de Insegurança Alimentar.

Mesmo sendo uma experiência recente, o Plantio Solidário reforça a potência das atividades coletivas, ainda que estas tenham sido desenvolvidas em um momento extremo de

crise sanitária global. Inserido no programa “Plantar árvores e produzir alimentos saudáveis”, o projeto surge na contramão da lógica preponderada pelos interesses empresariais do capital. Retomando o contexto de seu surgimento, à medida em que o governo Bolsonaro avançava pelo desprezo sobre as camadas populares e suas condições de sobrevivência durante a pandemia, o Plantio Solidário se mobilizava para compreender, organizar e receber parte das necessidades manifestadas por estas; promovendo estratégias de ação para atender famílias atingidas pela insegurança alimentar.

O assentamento Denis Gonçalves é um dos maiores de Minas Gerais e possui uma área de quase 4,6 mil hectares, com 155 famílias assentadas, estando localizada próxima a um dos maiores centros urbanos de Minas Gerais, a 40 km de Juiz de Fora. O Plantio Solidário vem funcionando desde abril/2022 tendo como objetivo geral organizar uma rede de voluntários, que possam nas áreas do assentamento Dênis Gonçalves, desenvolver o plantio de alimentos para doação às famílias em situação de insegurança alimentar do meio urbano. A proposta do Plantio Solidário é plantar e colher coletivamente, através de mutirões voluntários, buscando superar o viés caritativo e imediatista das ações assistencialistas, através de um projeto, a longo prazo, de soberania alimentar, formação política e agroecológica. Os mutirões são realizados com as famílias em situação de insegurança alimentar das periferias da cidade, através da mediação dos Projetos, Coletivos, Associações presentes nos territórios, assim como pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

Este projeto se inicia em meio à flexibilização dos protocolos de segurança próprios da pandemia do COVID 19, aos avanços dos retrocessos do governo Bolsonaro e à acentuação das contradições e opressões próprias do Capital. Desenvolve-se na região em um momento muito propício para fomentar o reencontro presencial e a organização de uma ampla militância, ativistas, ambientalistas, estudantes, professores e indivíduos, que têm vontade de contribuir com o MST e com as famílias da periferia urbana, em situação de vulnerabilidade social e alimentar.

O projeto vem unindo coletivos e movimentos urbanos em diálogo e junto ao MST, para construir uma proposta de trabalho de base e de solidariedade muito potente, unindo campo e cidade, para acumular forças e solidificar a luta tão urgente desses tempos. Podemos afirmar que o Plantio Solidário é uma ferramenta de articulação da classe trabalhadora, que para além de enfrentar a questão da fome tem o objetivo comum que é a construção de forças sociais organizadas.

O primeiro passo proposto, e que talvez seja o grande diferencial na construção do presente projeto, é justamente convidar outros coletivos militantes urbanos, para somarem-se à

ideia e de forma coletiva desenvolvê-la, cujo propósito principal está assentado na solidariedade de classe. Foram organizadas reuniões semanais online em um primeiro momento, para pensar os desdobramentos do projeto e mobilizar a militância para tal. As reuniões foram fundamentais como método organizativo, e ao longo de quase 2 meses elas ocorreram de forma regular, sempre na busca de ampliar o coletivo construtor. As reuniões foram tomando seu próprio formato e forjando um coletivo permanente, e só posteriormente, iniciou-se uma discussão com a coordenação do assentamento, assim como com a escola, que apontou que o projeto deveria ser desenvolvido nas áreas coletivas do assentamento.

As áreas indicadas para o Plantio Solidário são espaços de forças vivas do assentamento, por onde circulam muitas pessoas, são próximas da escola, tendo o papel de ser também uma inspiração e referência para os assentados e assentadas. O fato destas áreas comuns serem ao lado das escolas do assentamento é estratégico, pois é proposto que a equipe que trabalha nas escolas, juntamente com os educandos, faça os cuidados diários com irrigação dos cultivos, e outros tratos culturais, sendo um espaço pedagógico. Podemos observar uma potencialidade nessa relação entre escola do campo do MST e o projeto Plantio Solidário.

O projeto se propôs a ter como meta envolver 100 famílias da região, que vivem em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, no processo de produzir 5,5 toneladas de alimentos. Uma das metas, e talvez a principal delas, é fortalecer a organização popular através do trabalho de base. Para isso, se torna central a elevação da consciência com processos de formação política. O potencial de fomento à formação da consciência de classe é percebido desde a organização horizontal e colaborativa, perpassando toda vivências mutirões, que despertam um olhar crítico sobre a realidade social.

Cabe destacar também a questão de gênero presente no projeto, pois as mulheres são a grande maioria, participando e assumindo tarefas de coordenação dos processos. Pensando no campo organizativo do projeto, e quando olhamos para as famílias que vem dos territórios, também temos uma grande maioria de mulheres negras se somando às atividades realizadas.

Ao longo do desenvolvimento do projeto as organizações construtoras apontam o papel formativo que o Plantio Solidário vem tendo junto aos voluntários e às famílias dos bairros mobilizados. Orientados pela educação Ambiental crítica o Plantio promove entre os sujeitos ações que permeiam o campo, atividades permitem que sejam expostas e dialogadas visões de mundo, perspectivas e aprendizados mútuos. Alicerçados sobre os princípios anticapitalistas e da Agroecologia, a formação política não ocorre apenas nos momentos direcionados para tal, mas também nas experiências correntes, como nos próprios momentos

com a terra e nas místicas, onde os valores, a luta e a resistência dos trabalhadores são expressas através de variadas expressões artísticas, musicais e culturais.

Dentro do projeto Plantio Solidário, as místicas são pensadas por um grupo que se alterna a cada semana, e permeadas pela discussão acerca da fome, da agroecologia, da luta por justiça social e pela reforma agrária popular. Este é um momento formativo bastante importante, e também ao final dos mutirões, após o trabalho coletivo, também fazemos uma reflexão e avaliação entre o grupo, bem como trazemos alguma atividade ou dinâmica intencionalizada que aprofunda as questões na mística inicialmente trazidas (Gomes, 2023, p. 51).

Por meio de ações direcionadas (como em conteúdos previamente preparados para exposição), ou por dinâmicas espontâneas, a formação e construção de base, assim como os alimentos, são semeados e contam com a participação dos indivíduos que dele participam. Aqueles que tiveram a oportunidade de estar presentes em uma das atividades, levará consigo e para sociedade os frutos semeados ali; sejam eles frutos da materialização da natureza física, ou não.

O Plantio alcança lugares que extrapolam os limites do assentamento. Há movimentos de exterioridade de suas atividades, que mobilizada a outras organizações/movimentos sociais desenvolvendo trabalhos em importantes espaços da sociedade civil. Seja em escolas, palestras e organizações, o Plantio se faz presente em debates, rodas de conversa, festividades e atividades em que a luta coletiva é protagonista.

O caráter de formação expressa uma de suas faces políticas, tendo em seu cerne a organicidade da construção coletiva popular. Em cada ação semeada, os valores de uma sociedade mais justa, livre de opressões, exploração da fome são cultivados. Nota-se que a expressão política da agroecologia no Plantio Solidário - MST não se manifesta em ações setorizadas ou em apenas determinados aspectos desenvolvidos isoladamente, o grande esforço é compreender que a agroecologia é uma matriz produtiva que busca retomar a relação dos seres com a natureza que se realiza em um trabalho que nos realize enquanto seres sociais.

Uma das perspectivas de desenvolvimento do projeto perpassa a ampliação do projeto junto às escolas estaduais e municipais, e junto à universidade. Temos uma parceria histórica, estabelecida há mais de 2 décadas, entre o MST e a UFJF, que tem atuado na formação de quadros, e em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Expresso nas ações, declarações, obras, entre outras construções, o Movimento Sem Terra tem suas bases fundamentadas no compromisso político com a população brasileira. O campo da luta é permeado por valores e responsabilidades, que se estendem para além dos

assentamentos e se direcionam às necessidades societárias, sejam elas perpassadas no campo material ou imaterial. Neste contexto, a luta pela produção de alimentos e cuidados com a natureza tem arraigada sobre suas bases a agroecologia, que por meio de seus valores coletivos impulsiona e evidencia as expressões políticas inerentes às suas ações.

Todo processo organizativo enfrenta diversos desafios, e um dos principais apontados pelo coletivo organizativo vem sendo a ampliação de coletivos permanentes de voluntários e do aperfeiçoamento de estratégias organizativas e de mobilização. Outro ponto fundamental é a ampliação da participação da UFJF junto ao projeto “Plantio Solidário”, através da institucionalização de projetos de extensão, tendo professores e bolsistas com tempo de trabalho e de formação assegurados para uma participação mais contínua, qualificada e comprometida.

O Plantio Solidário reforça o projeto agroecológico de amplitude política para além da produção de alimentos saudáveis. A formação pedagógica das ações, os lugares de escuta, de aprendizagem, na construção de uma realidade de coletividade entre os sujeitos, demarcam o movimento da busca por uma nova sociabilidade.

Gaia e Alves (2021) desenvolvem que a transição agroecológica não se trata de uma conversão para a agricultura orgânica, mas em uma dinâmica de produção que, para além dos processos de produção, se compromete com a postura dos sujeitos, da concepção de trabalho e da produção, e da relação entre ser humano e natureza. O Plantio Solidário avança sobre este panorama, construindo estratégias coletivas de liberdade e emancipação humana.

457

Considerações finais

Os vínculos entre reforma agrária popular, agroecologia e soberania alimentar através das lutas e resistências, no campo e na cidade, podem possibilitar a construção de uma contra hegemonia ao domínio global do capital sobre o sistema agroalimentar, para enfrentamentos contra a pobreza, os baixos salários, a fome, a migração rural urbana e a degradação ambiental e principalmente contra o modelo predatório do agronegócio. A soberania alimentar é indissociável da luta por democracia, e os sujeitos coletivos, através de sua organização política e de construção de lutas, vêm materializando estes processos democráticos, na direção política de reconstrução de sistemas alimentares desde suas bases, em que as relações de trabalho sejam cooperadas e repensadas em uma lógica de enfrentamento a exploração e opressão do modo de produção capitalista.

A agroecologia se constitui num instrumento de reforço aos movimentos sociais, e também é potencializada pelas práticas e experiências democráticas dos movimentos e

organizações sociais, que lutam por soberania alimentar. Portanto, é também uma luta política por democracia na construção de outro modelo produtivo e político, que garanta a soberania alimentar. Neste sentido, a experiência do Plantio Solidário vem se afirmando através de ações, que desenvolvem o que estamos denominando de solidariedade ativa, em que os voluntários e voluntárias passam por um processo de formação, para serem multiplicadores e multiplicadoras da agroecologia, da soberania alimentar e na construção de estratégias de enfrentamento ao modelo agroexportador, que destrói o meio ambiente e as relações humanas. Além disto, fortalece a organização popular, fomenta a conscientização política e impulsiona processos que contribuem para a produção de novas sociabilidades.

Através da participação da sociedade civil, busca-se construir bases para um sistema alimentar mais justo, saudável e sustentável e fortalecer a luta do MST em torno da agroecologia, da soberania alimentar e da reforma agrária popular. Desta forma, o projeto Plantio Solidário vem estabelecendo uma relação estreita com a sociedade e causando um impacto social significativo.

A expressão política da Agroecologia pode ser apreendida sobre o movimento em que o todo se manifesta, sendo este presente desde as intencionalidades, até a posterioridade da colheita dos alimentos. A agroecologia a partir de sua potencialidade pode ser qualificada como estratégia de transição e superação da ordem de produção criminosa, trazendo em sua fundamentação, além da dimensão política, valores de solidariedade, democracia e liberdade. O Plantio Solidário - MST é um projeto agroecológico que através da centralidade dos alimentos constrói mediações que permeiam a mesa e a consciência dos sujeitos, tendo em seu núcleo um caráter essencialmente político, sendo ele no campo e na cidade.

Referências bibliográficas

- BORBOREMA, H. *O Agronegócio comemora enquanto a fome se agrava*. Articulação Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: ANA, 2021
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. *Mapa da Fome da ONU*: insegurança alimentar severa cai 85% no Brasil em 2023. [Brasília]: Secretaria de Comunicação Social, 24 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-ali> HYPERLINK "<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023>"HYPERLINK "<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023>". Acesso em: 27 jul. 2024.
- BRASIL DE FATO. *MST vai doar 25 toneladas de alimentos no encerramento da Feira Nacional da Reforma Agrária*. São Paulo, 07 maio 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 27 jul. 2024.
- CASTRO, J. de. *Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou ação*. 11. ed. Rio de Janeiro, Gryphus, 1992.

- FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo, Cortez e Moraes, 1981.
- GAIA, M. C. M; ALVES, M. J. *Transição Agroecológica*. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al. (org.). Dicionário de Agroecologia e Educação. Rio de Janeiro – São Paulo: Expressão Popular, 2021. p.771-776.
- GOMES, J. G. de O. *Forma-ação no Plantio Solidário: A educabilidade do Mutirão*. Projeto de Conclusão de Curso da Faculdade de Educação curso de Pedagogia - UFJF, 2023.
- MST. Proposta de Reforma Agrária Popular do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo, Expressão Popular, 2013.
- MST. *Revista Sem Terra*. Edição Especial Agroecologia. São Paulo, 2010.
- MST. *Plantar árvores e produzir alimentos saudáveis*, [s.d]. Disponível em: <https://mst.org.br/especiais/plantar-arvores-produzir-alimentos-saudaveis/>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- SOFI. *Relatório das Nações Unidas sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo* (SOFI 2024). FAO/FIDA/WFP/OMS/UNICEF. 2024.
- STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. de. *Soberania alimentar: uma necessidade dos povos*. Setembro de 2010. Disponível em: <https://mst.org.br/download/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos/>. Acesso em: 30 ago. 2024
- STÉDILE, J. P. MST, 30 anos: muito além da distribuição de terras. Entrevistado por Igor Carvalho e Glauco Faria. *Revista Fórum Semanal*, São Paulo, edição 131, 28 jan. 2014. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br>. Acesso em 28 jan.2014.
- STÉDILE, J. P. Tendências do capital na agricultura. In: STÉDILE, João Pedro (org.) *A questão agrária no Brasil: o debate da década de 2000*. São Paulo, Expressão Popular, 2013.
- ZIEGLER, J. A fome lucrativa. Entrevistado por Márcio Zonta. *Jornal Brasil de Fato*, São Paulo, ano 11, n.534, 23 a 29 de maio de 2013, Sessão Internacional, p.13. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 03 jun. 2014.

El “ecologismo popular y campesino” como marco para el movimiento por la soberanía alimentaria: el caso de “Nos Plantamos” (España)¹

“Popular and peasant environmentalism” as a framework for the food sovereignty movement: the case of “Nos Plantamos” (Spain)

David Gallar Hernández *

Isabel Vara Sánchez **

Andrés Muñoz Rico ***

Resumo: La movilización social por la soberanía alimentaria en España se enfrenta a amenazas estructurales en el ámbito agrario y político, acompañadas de un nuevo ciclo de movilización agraria que intenta capitalizar la extrema derecha como parte de la ola reaccionaria global además de un intento de cooptación por su parte del propio concepto de soberanía alimentaria. En este texto se analiza el caso de “Nos Plantamos” (España) y se exploran sus retos, demandas y propuestas, como una iniciativa de base social que aspira a recuperar el protagonismo de los campesinos y campesinas en la producción alimentaria, defendiendo el territorio y la biodiversidad, y rechazando el modelo depredador de la agroindustria desde un marco de “ecologismo popular y campesino”.

Palavras-chaves: Agroecología política; Movimientos sociales; Campesinado; Contrahegemonía; Interseccionalidad.

Abstract: The social mobilization for food sovereignty in Spain faces structural threats in the agrarian and political spheres, accompanied by a new cycle of agrarian mobilization that the extreme right is trying to capitalize on as part of the global reactionary wave, in addition to an attempt to co-opt the very concept of food sovereignty. This text analyzes the case of “Nos Plantamos” (Spain) and explores its challenges, demands and proposals, as a grassroots initiative that aims to recover the role of peasants in food production, defending the territory and biodiversity, and rejecting the predatory model of agroindustry from a framework of “popular and peasant environmentalism.”

Keywords: Political agroecology; Social movements; Peasantry; Counterhegemony; Intersectionality.

¹ Este texto proviene de los borradores extensos de diferentes textos escritos principalmente por David Gallar Hernández en torno a “Nos Plantamos” y que han sido publicados en distintos medios y con distintas coautorías.

* Doctor en Agroecología – Universidad de Córdoba. Profesor titular – Dpto. Ciencias Sociales, Filosofía, Geografía, T. e I. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC) – Universidad de Córdoba. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2273-2555>. IP del proyecto “CampesinadoXXI” – PID2022-142218OB-I00, financiado por MCIN/AEI/10.13039/501100011033/FEDER, UE.

** Doctora en Agroecología – Universidad de Córdoba. Profesora – Dpto. Ciencias Sociales, Filosofía, Geografía, T. e I. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC) – Universidad de Córdoba. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2371-0446>

*** Responsable de Soberanía Alimentaria de Amigas de la Tierra en España.

Introducción

Los tractores en España salieron a las carreteras en febrero, y antes en otros países europeos, y nos enseñaron las múltiples caras de las dificultades a las que se enfrenta el campo y nos mostraron también las múltiples posiciones e intereses que hay con respecto a todo lo que nos jugamos como sociedad a la hora de darnos una respuesta sobre qué modelo agrario, qué mundo rural y qué alimentación queremos. En este sentido, la construcción colectiva de los movimientos por la soberanía alimentaria, la denuncia de los impactos territoriales de la agricultura y la ganadería industrial, y la propuesta y construcción de alternativas a un modelo agroalimentario depredador son clave para avanzar hacia un sistema donde sea la población la que construya la alimentación que quiere.

Los verdaderos problemas del campo

Ya se ha hecho obvio: este modelo agrario, estas políticas públicas agrarias y la estructura del sistema agroalimentario no funcionan. Nada que no se supiese desde hace décadas. Y de nuevo ha vuelto a estallar la situación, y después llega la calma tensa de fondo en la que la extrema derecha sigue cultivando y apropiándose de iras y frustraciones, alimentando un marco ideológico con visos de coherencia interna pero basado en un diagnóstico falso y falseador de la realidad que busca desesperadamente, como veremos más adelante, cómo encontrar soluciones basadas en el nativismo, la violencia y el autoritarismo. La crisis del campo, el despoblamiento rural, los beneficios de la industria y de la gran distribución agroalimentaria, de las multinacionales de los fitosanitarios y de la maquinaria agrícola, los beneficios de los bancos en torno a la agricultura, el acaparamiento de tierra y la entrada de los fondos de inversión en el sector, los tratados de libre comercio y los viejos y nuevos transgénicos, entre otros, son elementos que llevan décadas ahí. Y las apuestas políticas de casi todo signo, al igual que la de Bruselas, han seguido apostando por un modelo neoliberal que nos deja frente al abismo alimentario y en manos de las grandes empresas.

Mantener este modelo de producción agroindustrial es inviable a la vez que irresponsable, se trata de un modelo que todo lo destruye. Esta forma de producir alimentos solo beneficia a las grandes superficies y a la industria agroalimentaria, que ganan cada vez más dinero. Ni la gente come mejor ni las personas productoras - agricultores, agricultoras, ganaderos, ganaderas- viven mejor. Este modelo productivo hegemónico tampoco cuida del territorio, ni de su cultura, ni de su biodiversidad, y deteriora la calidad de vida de sus habitantes, siendo un obstáculo más para revivir y fijar población rural.

Las productoras cada día están peor pagadas en un círculo vicioso donde cada vez deben producir más, se endeudan para comprar maquinaria, alquilar o disponer de más tierras, para tratar de ser más eficientes y productivas. Un callejón sin salida, en el que sólo las grandes explotaciones y los grandes grupos empresariales pueden mantenerse en pie. Aun así, las personas productoras siempre están con la espada de Damocles sobre sus cabezas, pendientes de cualquier evento externo que suponga la subida de precios en los costes de producción. Sin embargo, la cantidad de dinero que reciben por los alimentos producidos está estancada desde hace años, a la vez que los precios de los alimentos para las consumidoras aumentan, pero, este margen de beneficio de los precios no llega nunca a los bolsillos de las productoras, entonces, ¿quién se lleva los beneficios?

El modelo de producción agroindustrial fuerza a quien produce a tener explotaciones más grandes; más animales, más fertilizantes, herbicidas, plaguicidas y antibióticos, y más problemas de contaminación de aguas, de tierra, de los propios alimentos y de las propias personas que trabajan en las explotaciones. Cada vez es más habitual que los pequeños y medianos productores tengan que cerrar sus fincas porque no les salen las cuentas.

Y en este panorama desolador no podemos permitir que la agroindustria y la extrema derecha se apropien de los problemas del campo. Lo volvemos a decir: el problema de los productores no es la ley de restauración de la naturaleza; ni la demanda ciudadana de alimentos ecológicos a un precio razonable; ni que las instituciones digan que hay que comer menos carne. El problema del campo no es el ecologismo, no es el animalismo, no es Marruecos, no es el “anti-patriotismo”. El problema del campo es Mercadona, es Carrefour, es Danone, es Lactalis, es El Pozo, es Fertiberia, es BASF y Bayer, y lo son también los acuerdos de libre comercio hechos para la especulación agroalimentaria.

El malestar y los problemas en el sector agropecuario reventaron en tractoradas orquestadas y manipuladas por la extrema derecha y la agroindustria en beneficio propio, tratando de mantener el *statu quo* y generar una desestabilización política de corte reaccionario, sin querer, en ningún modo, dar respuesta a los verdaderos problemas del campo. Muchos tractores salieron a las calles pidiendo, como rehenes de la agroindustria, más intensificación, más químicos y menos ecologismo. Piden lo único que conocen porque están desesperados y porque se les ha robado su “identidad” y su “utopía”: ser campesinos, es decir, cuidar de sus tierras y hacerlo bien y poder vivir dignamente de ello y estar orgullosos de ello. Al contrario, la extrema derecha pretende apropiarse de lo agrario y culpar de todo a los ecologistas, a los migrantes, a la Agenda 2030... Esa visión violenta, antiecologista, antifeminista, negacionista

climáticamente, xenófoba, autoritaria, neoliberal, no representa al sector agrario ni puede ser el futuro del medio rural ni de la agricultura.

La extrema derecha trata de apropiarse del concepto de soberanía alimentaria:

Cuando cada vez se hace más difícil para muchas familias hacer la compra con productos frescos y no industriales; cuando una parte de la población requiere de los programas de ayuda alimentaria y de los bancos de alimentos; cuando cada día cierran unas 20 explotaciones agrícolas² de pequeño y mediano tamaño porque el precio que reciben de las cadenas de supermercados es inferior al de la producción de alimentos, o cuando una trabajadora marroquí es explotada en una plantación de fresas, lo que está en juego es la soberanía alimentaria.

Este concepto tiene su origen en la década de los noventa cuando empezó a utilizarse por el movimiento campesino internacional, La Vía Campesina, en la Cumbre de la Alimentación de 1996. Surgió como un derecho colectivo en respuesta al capitalismo desenfrenado: el derecho de los pueblos a alimentos saludables producidos de forma ecológica y sostenible, que sitúa las necesidades de quienes producen, distribuyen y consumen alimentos en el centro de las políticas alimentarias.

Esta filosofía de vida propuesta frente a las grandes multinacionales dueñas y señoras de los mercados y la especulación ha empezado a ser utilizada por la extrema derecha con una intención completamente diferente, y más intensamente en la campaña para las elecciones europeas. Estos partidos desvirtúan la propuesta y la vacían de contenido transformándola en una demanda ultranacionalista y retrógrada, ocultando su apoyo a un modelo agrario industrial, basado en un extractivismo sin límite, que conduce a los pequeños y medianos productores al endeudamiento y a la quiebra, cuando la soberanía alimentaria reivindica una vida digna para los productores, unos alimentos de calidad en un territorio sano, la justicia social y la solidaridad entre los pueblos.

Si echamos la vista atrás, vemos que desde hace años en España la derecha y la extrema derecha han tratado de agitar el descontento agrario y rural con la movilización de posiciones neo-tradicionalistas, la caza y los toros, y con la apropiación de la voz del campo como portavoces de las personas agricultoras y ganaderas. Y lo que es más grave, están llevando a cabo un ejercicio de occultación mediante un falso “nacionalismo agrario” (más bien un “patrioterismo agrario”, podríamos decir) a través del cual meten en el mismo saco los intereses

² Cf.: <https://www.ine.es/censoagrario2020/presentacion/index.htm>

de la pequeña y mediana agricultura y ganadería, así como de las personas consumidoras, y los intereses de la gran industria agroalimentaria, como si fuesen lo mismo, cuando en realidad son antagónicos.

Además, están intentando enfrentar al sector agrario y a la sociedad con el movimiento ecologista mediante un falso dilema: si estás a favor de la transición agroecológica que tenga en cuenta la justicia social, la conservación del medio ambiente y la lucha contra el cambio climático, estás en contra de las personas agricultoras. Sin embargo, esta oposición además de ser falsa es claramente interesada y cortoplacista, puesto que toda persona que viva en el medio rural y dependa de los recursos naturales sabe muy bien que necesita de su conservación para que su actividad y medio de vida no se extinga.

Lo que estamos viviendo en este momento es una vuelta de tuerca de la lucha por el relato de la extrema derecha, cuando pretenden apropiarse del término soberanía alimentaria, como ya lo están haciendo con la palabra libertad en otros ámbitos políticos, por ejemplo. En el caso del Ministerio de la Agricultura y de la Soberanía Alimentaria del gobierno italiano de Meloni³ o al recién creado partido político Soberanía Alimentaria Española⁴ que se presenta a las próximas elecciones europeas.

Este populismo agrario de derechas vacía el concepto y lo transforma en nacionalismo agrario, en lugar de favorecer la acción de agricultores y agricultoras sobre su propia realidad productiva y vital, y pretende mantener el *statu quo* de la industria agroalimentaria y las grandes cadenas de supermercados.

Lo que está en juego en las elecciones europeas no es sólo una cuestión terminológica, sino las políticas agroalimentarias europeas de los próximos años, donde es necesario definir qué modelo queremos y a quién queremos que represente; es imprescindible que los pequeños y medianos productores y sus organizaciones, de la mano del resto de la sociedad, den un paso adelante hacia una verdadera apuesta política en este sentido.

Necesitamos construir un sistema basado en fincas pequeñas y medianas que produzcan alimentos de calidad con un modelo agroecológico, basado en la justicia social y el entendimiento de la finitud de la naturaleza, que permita la incorporación de jóvenes y reconozca el valor social de las mujeres en la producción agraria y en el mantenimiento del medio rural; eso sí es soberanía alimentaria. Y por mucho que lo intenten, no van a robarnos su significado: no les vamos a dejar.

³ Cf.: <https://www.politicheagricole.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/202>

⁴ Cf.: <https://xn--soberaniaalimentariaespaola-dvc.es/>

Composiciones del “ecologismo social y campesino”: choque de modelos y articulación política

En este contexto, los productores han tratado de adaptarse a este escenario de asfixia y desahucio, pero aun así cientos de miles de productores han cerrado sus explotaciones y viven con unos ingresos insuficientes. Mientras tanto la naturaleza sigue siendo violentada permanentemente por este modelo agroindustrial, las dinámicas de este sistema agroalimentario y este modelo de dieta, que no tienen ninguna capacidad para reponer todo lo que extrae. Y, finalmente, el cambio climático es una realidad incontestable para la sociedad. Todo ello fruto de un modelo estructural que no puede ser desmontado mediante gestos individuales.

Muchas organizaciones y colectivos llevamos años luchando por revertir esta situación, por apostar por una agroecología campesina, por una política agraria razonable que acoja lo plural y no para los grandes propietarios y para la agroindustria. Pero no ha sido suficiente.

Hace unos meses las personas consumidoras ya protestaron, y mucho, cuando los precios de la cesta de la compra subieron de manera escandalosa: los barrios, las calles, las redes sociales y los medios de comunicación se llenaron de críticas, lamentos y penurias. Pero la agenda política y mediática cambió de foco. Y han tenido que salir los tractores a las carreteras y a las calles de las ciudades para que el tema se tome en serio, al menos durante un tiempo.

Mientras tanto, quince científicos y veintitrés activistas climáticos habían sido detenidos en los últimos meses acusados de organización terrorista por denunciar, entre otras cosas, que este modelo agrario y este sistema agroalimentario son una abominación que engulle y destroza a las personas, productoras y consumidoras, a la naturaleza, y que es una de las fuentes fundamentales de la amenaza global que supone el cambio climático.

A su vez, en 2023 ganó las elecciones regionales en Países Bajos un partido que se autodeclara “campesino” después de sacar los tractores a las carreteras para defender un modelo agrario industrial de altas emisiones de nitrógeno y que reclama la eliminación de la “dictadura ambientalista”⁵. Salieron los tractores alemanes por los recortes de subvenciones al diésel agrícola y para protestar contra las medidas ambientales de la Política Agraria Común (PAC). En Francia salió la patronal de la agricultura industrial para reclamar más ayudas directas e indirectas al modelo agroindustrial y la eliminación de las medidas agroambientales. Y lo mismo en el resto de países europeos. Todo ello después de que se prolongase diez años más el uso del glifosato en Europa y ahora han conseguido una paralización del objetivo de la

⁵ Cf.: https://www.larazon.es/medio-ambiente/movimiento-rural-triunfa-holanda_20230324641d96777262e50001bdc8f3.html

reducción de los productos fitosanitarios en 2030. Los tractores han salido y están consiguiendo resultados: la perpetuación de la agroindustria.

Pero en Francia también han salido a las carreteras los tractores de la Confederation Paysanne, la organización miembro de la Coordinadora Europea de Vía Campesina (ECVC), defensora de los productores de pequeña y mediana escala, y que no conciben las medidas agroambientales como la causa de sus problemas. La Confederation Paysanne ha sacado los tractores a la vez que los productores de la agroindustria pero para denunciar que los problemas de los pequeños y medianos productores no son los mismos que los de la gran agroindustria. Ha salido a las carreteras para decir que es el modelo neoliberal y las políticas públicas al servicio de la gran industria las que les están asfixiando. La Confederation Paysanne ha hecho un enorme esfuerzo por señalar y expulsar a la extrema derecha de sus acciones, por denunciar los intentos de cooptación por parte del neofascismo del malestar rural y agrario. Y han ido a los supermercados para denunciar que son las grandes empresas las que se benefician, las que acumulan beneficios desorbitantes a costa de productoras y consumidoras; aprovechándose de los tratados de libre comercio, de los alimentos kilómetros, insustentables, explotando a campesinos del Sur y del Norte, explotando los territorios del Norte y del Sur.

Y después de muchos años de andar juntos y de construir confianzas y comprensiones desde la diversidad, la Confederation Paysanne ha contado de manera inmediata con el apoyo del resto de las organizaciones ecologistas y del resto de actores del movimiento por la Soberanía Alimentaria y la defensa de los territorios. Este movimiento de “*habitantes de la ciudad y del campo, de ecologistas y de campesinos/as ya establecido/as como tales o en proceso de hacerlo*”, tal y como se define “Sublevaciones de la tierra”⁶, ha dado un paso adelante y ha vuelto a declarar que rechaza la división artificial e interesada entre productores y ecologistas, y que apuesta colectivamente por una agricultura campesina y agroecológica de pequeña escala, orientada a los mercados locales para garantizar el derecho a la alimentación adecuada, que apuesta por un mundo rural vivo y que cuide del medio ambiente para que el medio ambiente cuide de las personas.

Esta alianza ciudadana, campesina y ecologista, en su defensa por el territorio y la agroecología campesina, lleva años de acciones de denuncia, concienciación y acción directa no violenta. Y la acogida por parte del Estado francés ha sido el desprecio social, la defensa de los intereses de la agroindustria y la represión brutal con todos los mecanismos del aparato

⁶ Cf.: <https://ctxt.es/es/20240201/Firmas/45487/Levantamientos-de-la-Tierra-ecologismo-agricultura-protestas-agroindustria-expolio.htm>

estatal, la criminalización política y el intento formal de “ilegalización” de un movimiento social, dejando tras de sí varios heridos muy graves y personas encausadas judicialmente. Sin embargo, *Sublevaciones de la tierra* se ha convertido en un referente como movimiento social transversal, con capacidad de empezar a romper las distancias y desconfianzas entre actores diversos, y construir una propuesta colectiva como habitantes de los territorios, personas trabajadoras de la tierra y consumidoras de alimentos.

Sublevaciones de la tierra y *Confederation Paysanne* han mostrado la importancia vital de construir puentes, de abrir espacios de comunicación, de comprensión, de empatía; de encontrar los elementos comunes de distintos sectores ante las grandes amenazas de la agroindustria y de las políticas públicas que las sostienen. Y han logrado salir a las calles, a las carreteras y a los campos, y a los supermercados, a defender el bien común, escapando del corporativismo y de las barreras sociales y culturales.

El movimiento por la soberanía alimentaria en España y “Nos Plantamos”

En el Estado español el movimiento por la soberanía alimentaria lleva décadas tratando de consolidarse como un sujeto político colectivo relevante. Ha habido momentos de más relevancia que otros, pero siempre se ha tenido una visión compartida sobre la necesidad de avanzar hacia un modelo agrario, rural y agroalimentario basado en la producción de pequeña y mediana escala, de manejo agroecológico, de apostar por la necesidad de dotar de más apoyos y recursos para facilitar el desescalamiento de las agriculturas industriales, de apoyar a que los pequeños y medianos productores encuentren su acomodo en la transición hacia una agricultura agroecológica. Ha sido esta una visión compartida y construida desde la diversidad, desde la necesaria complementariedad entre las visiones provenientes del campo, del movimiento ecologista, de las consumidoras, de las experiencias agroecológicas, del tejido asociativo rural, de la academia afín, de las ONG vinculadas a la Soberanía Alimentaria.

Este movimiento alimentario por la Soberanía Alimentaria y la Agroecología nos estamos refundando, y queremos seguir profundizando y ampliando la construcción cada vez más colectiva de esta visión compartida. Sobre la base de todo el movimiento alimentario previo, en septiembre del 2023 en Córdoba, con ocasión del encuentro de Ministros de la UE de Agricultura, nos constituyimos como un nuevo e incipiente espacio social que gritase “*Nos Plantamos*” contra las injusticias y violencias del sistema agroalimentario. Así, es como más de 50 organizaciones y casi 200 personas definimos “*Nos Plantamos*” como un “*movimiento que enreda a quienes defienden la transformación hacia la agroecología y la soberanía alimentaria, que quiere ser un actor clave en la transformación del sistema agroalimentario*”.

Un movimiento inclusivo e incluyente con personas campesinas, ecologistas, activistas climáticas, científicas, sindicalistas, consumidoras, de movimientos sociales, etc.”⁷. Es decir, tratamos de seguir ampliando la base social y organizativa del movimiento alimentario, para llegar a más base social, incorporando nuevas visiones, con nuevas y más profundas sensibilidades feministas, de clase, climáticas, por edad, etc. Son muchos los aprendizajes de estos años de movilización social feminista, climática y juvenil, y así los asumimos.

Además, “Nos Plantamos” pretende actualizar las formas de acción social colectiva del movimiento alimentario y adaptarse a las urgencias que cada parte del movimiento está identificando. La agroecología campesina y un modelo agroalimentario agroecológico es imprescindible y es urgente para abordar los problemas de los productores y del mundo rural, para abordar la crisis climática y de biodiversidad y para garantizar el derecho a la alimentación.

La ciencia lleva décadas también advirtiendo de los impactos negativos de este modelo agroalimentario industrial en personas y medioambiente. Un nuevo movimiento de activismo científico y de juventud por el clima han logrado un enorme cambio social, pero aún se enfrentan a grandes adversarios. El negacionismo climático y el enfrentamiento entre agricultores y ecologistas son obstáculos enormes, y agitados de manera interesada, que tratan de evitar la identificación de las causas reales de la situación y, por tanto, desviar la atención de cuáles son los focos de presión a los que dirigir nuestras rabias y rebeldías, olvidando el papel de la agroindustria, la gran distribución y las multinacionales agrícolas.

“Nos Plantamos” también incluye entre sus objetivos y ejes estratégicos la resistencia e impugnación de los nuevos fascismos y su infiltración en las temáticas agrarias, los intentos de cooptación y apropiación por la extrema derecha de las penurias y malestares de los pequeños y medianos productores, cuando en realidad solo pretenden capitalizar ese malestar para profundizar las desigualdades del modelo agroindustrial. Es imprescindible que haya un contrapeso a esas plataformas como SOS Rural, Plataforma 6F y los grupos “antisindicalistas y apolíticos” que solo quieren apropiarse y utilizar el dolor de los campesinos. También tenemos que hacer autocrítica: el movimiento por la agroecología campesina y la Soberanía Alimentaria tenemos que repensarnos mucho para lograr tender puentes con los pequeños y medianos productores y con el resto del medio rural, y lograr construir alianzas fuertes que consigan recursos y políticas públicas que faciliten la desindustrialización del sector, y que apoyen la transición hacia sistemas agroalimentarios verdaderamente sostenibles y justos con enfoque agroecológico.

⁷ Cf.: <https://nosplantamos.org/>

“Nos Plantamos” quiere ser un espacio de diálogo y de escucha mutua, de empatía y honestidad, orientado a la construcción de un movimiento diverso pero firme en sus posicionamientos de soberanía alimentaria y agroecología campesina como herramientas de justicia social, de defensa de la naturaleza y frente al cambio climático. Como dice La Vía Campesina internacional, “la agricultura campesina alimenta al mundo y enfriá el planeta”. “Nos Plantamos” es una rebeldía común por la agroecología campesina en todos los territorios, con el fin de que los productores organizados (incluyendo a las personas trabajadoras y jornaleras del campo) tengan su espacio al igual que el movimiento ecologista y climático, el ámbito académico activista, los colectivos de consumidoras, la gastronomía o el ámbito sanitario.

Desde “Nos Plantamos” aspiran a que se cultiven alimentos locales y agroecológicos, que se puedan encontrar en los mercados de toda la vida, a que los precios que pagamos las consumidoras sirvan para que las agricultoras y ganaderas puedan vivir dignamente. Se define como horizonte un sector agrario revitalizado, joven, y con el protagonismo de las mujeres, que son las que alimentan al mundo y, como en todos los sectores, las grandes invisibilizadas. La demanda de “Nos Plantamos” es un sector agrario y un mundo rural digno de ser vivido. Apostamos por un sector agrario campesino para cuidar los territorios, haciendo que la agricultura y la alimentación dejen de ser un problema ambiental. Porque sabemos que la agricultura campesina alimenta al mundo y enfriá el planeta.

Necesitamos territorios y sociedades que estén orgullosas de su cultura y de sus paisajes, territorios que puedan tener una forma de vida digna. Desde “Nos Plantamos” apostamos por modelos de agricultura y ganadería agroecológica, mercados locales, necesitamos un cambio para que productoras y consumidoras estén en el centro del modelo alimentario.

Tirando líneas de acción colectiva desde el movimiento campesinista por la soberanía alimentaria

Por eso es importante que las organizaciones agrarias integrantes de La Vía Campesina (LVC) internacional y de la Coordinadora Europea de Vía Campesina (ECVC) estén formando parte de este movimiento y sean capaces de alzar su voz para desmontar la versión de la agroindustria y de la extrema derecha sobre “los problemas del campo”. “Nos Plantamos” compartimos radicalmente las reivindicaciones de ECVC y otras organizaciones campesinas y agroecológicas sobre precios justos, políticas públicas apropiadas, bloqueo a los tratados de libre comercio, una PAC que facilite la transición justa hacia la agroecología campesina y las prácticas sostenibles; apoyo a la ganadería extensiva; la paralización de las nuevas técnicas

genómicas, la prohibición de macrogranjas; una menor burocracia y más eficiente; el apoyo a la incorporación de jóvenes; la protección de las trabajadoras rurales migrantes y no migrantes; facilitar el acceso a la tierra e impedir el acaparamiento y especulación de tierras por fondos de inversión y empresas del agribusiness; consolidar los derechos de las personas campesinas y fortalecer el derecho a la alimentación; un enfoque feminista interseccional y transversal; la consideración de las diversidades sexuales y de género; la compra pública de alimentos agroecológicos; el apoyo a canales de transformación, comercialización y consumo de productos locales agroecológicos; un reparto justo y social del agua; la protección de los recursos naturales como bienes comunes; la defensa de la biodiversidad cultivada; la lucha contra el cambio climático y la defensa de los territorios.

Allá donde los campesinos se organicen de manera autónoma o a través de organizaciones de LVC, defendiendo y practicando la agroecología campesina, defendiendo un modelo agrario y un mundo rural vivo; allá donde los territorios y sus habitantes se defiendan contra la agroindustria y contra todas las amenazas de desposesión y destrucción de sus territorios físicos y sociales; allá donde las consumidoras se organicen para el consumo local y agroecológico; allá donde el movimiento ecologista y climático den un paso adelante; allá donde haya que pelear por políticas agroalimentarias que apuesten por la Soberanía Alimentaria y por el apoyo decidido a la transición real hacia un sistema agroalimentario agroecológico; allá donde haya una injusticia y un atentado contra el campesinado y la ecología, allá estará “Nos Plantamos”.

Ante las movilizaciones agrarias y la presión de la agroindustria, “Nos Plantamos” seguirá construyendo de fondo un movimiento social que aglutine sensibilidades, que permita el diálogo y la comprensión mutua, bajo el paraguas de la agroecología campesina y la Soberanía Alimentaria, del ecologismo popular y social. Apelamos, pues, a que los pequeños y medianos productores no rechacen el concepto de “campesinado”: es verdad que ha sido un término despectivo durante mucho tiempo, símbolo de atraso y desprecio social, pero tratar de ser “empresarios agrícolas” de la agroindustria tampoco está siendo una solución. Las palabras que se usan son importantes: por eso es tan potente cuando los pequeños y medianos productores se enorgullen de identificarse a sí mismos como campesinos, pageses, baserritarras, camperoles, labradores o como jornaleras en tanto que son campesinas sin tierra: como personas que trabajan el campo para producir alimentos y cuidar sus pueblos; y cuando no tienen miedo, al contrario, de proclamarse como defensores de la tierra: haciendo agroecología o dispuestas a hacerlo si consiguen el apoyo suficiente y unos precios dignos para dejar de ser peones de la agroindustria.

En este sentido, comparte y asume como propias las demandas de la ECVC en el marco de estas movilizaciones: precios justos y una necesaria regulación de mercado, como la incipiente Ley de la cadena alimentaria; el fin de los tratados de libre comercio basados en la desigualdad y la competencia desleal; un presupuesto suficiente y una distribución equitativa de las ayudas de la PAC para facilitar una transición justa hacia la agroecología y las prácticas ecológicas; la reducción de la carga administrativa para las y los agricultores; y detener la desregulación de las nuevas técnicas genómicas.

Desde “Nos Plantamos” huyen de la “superioridad moral” que se achaca a quienes no son productores: no estamos para decirle a nadie qué debe hacer. Por eso desde “Nos Plantamos” cuidamos y celebramos los pasos decididos hacia el protagonismo campesino de las organizaciones de ECVC, de la pagesia organizada, de las ganaderas extensivas, de las experiencias y colectivos agroecológicos. Está siendo emocionante comprobar la vitalidad, claridad y potencia del movimiento campesino y agroecológico en todos los rincones del Estado español.

Celebramos y acogemos la honestidad y la empatía colectiva para encontrar puntos de diálogo y de resolución de los conflictos entre las distintas sensibilidades de quienes comparten de alguna manera el horizonte de la soberanía alimentaria. Celebramos y cultivamos la construcción de confianzas mutuas. Y desde la urgencia de la situación, como dirían las zapatistas o Sancho Panza, vamos despacio para llegar lejos.

Y yendo despacio, tenemos que actuar de manera urgente. Construir alianzas para pasar a la acción. Las personas campesinas, las ganaderas, el movimiento climático, el movimiento ecologista, la ciencia, las colas del hambre en los barrios, la cesta de la compra de las consumidoras..., todas vemos que tenemos que plantarnos ya y construir algo distinto en cada granja, en cada pueblo, en cada mercado, en cada barrio, en cada ciudad, en cada política, en cada escuela y universidad. Es urgente sacar los tractores, salir a las calles, abandonar los grandes supermercados, inundar los mercados de productores agroecológicos, señalar a la agroindustria y a quienes destrozán los territorios y la vida del medio rural. La acción directa no violenta, la creatividad, la solidaridad y el apoyo mutuo deben ser nuestras herramientas para avanzar hacia la soberanía alimentaria.

471

Referências bibliográficas

- DI PAULA, Martina; GALLAR, David; GARCÍA VILLAVERDE, Xosé María. “Allariz, de la destrucción agroindustrial a la solución agroecológica”. *El Salto*, 9 out. 2024. Disponível em: <https://www.elsaltodiario.com/agroecologia/allariz-destruccion-agroindustrial-solucion-agroecologica>. Acesso em: 16 out. 2024.

GALLAR, David (2024), La reconfiguración de la arena política agraria: populismos, sindicalismo y campesinado, Nuestra Bandera. *Revista de debate teórico y político*, número 263-2T, 141-150, ISSN: 1133-567X. Admitido 8 de abril de 2024. Disponível em: https://www.academia.edu/120586309/La_reconfiguraci%C3%B3n_de_la_arena_pol%C3%A9tica_agraria_populismos_sindicalismo_y_campesinado. Acesso em: 16 out. 2024.

MUÑOZ, Andrés; GALLAR, David (2024) “La extrema derecha trata de apropiarse del concepto de soberanía alimentaria”. *Tribuna Agricultura – El País*. 3 jun. 2024. Disponível em: https://elpais.com/clima-y-medio-ambiente/2024-06-03/la-extrema-derecha-trata-de-apropiarse-del-concepto-de-soberania-alimentaria.html#?prm=copy_link. Acesso em: 16 out. 2024.

VILALBA, Isabel; CIFRE, Helena; MUÑOZ, Andrés; GALLAR, David; DI PAULA, Martina. “Nos Plantamos: por un modelo alimentario centrado en las personas y en la tierra”. *Tribuna Agricultura – El País*, 5 de marzo de 2024. Disponível em: <https://elpais.com/clima-y-medio-ambiente/2024-03-05/nos-plantamos-por-un-modelo-alimentario-centrado-en-las-personas-y-la-tierra.html>. Acesso em: 16 out. 2024.

Uma análise do caso Braskem e da exploração da natureza à luz do pensamento de Mészáros

An analysis of the Braskem case and the exploitation of nature in the light of Mészáros' thinking

Elida Janaina Barbosa Rodrigues Pimentel*
Luana Cavalcante Pinho**

Resumo: O artigo analisa o caso Braskem à luz das reflexões de István Mészáros sobre as questões ambientais contemporâneas. Este caso é um crime socioambiental de impacto que aconteceu na região metropolitana de Maceió, Alagoas, expondo a cidade a uma situação de risco. Utilizamos fontes bibliográficas e documentais na intenção de trazer debates de cunho teórico e registros historiográficos para explicar como o modo predatório do capital se relaciona com a natureza. Chegou-se à conclusão que o capital impõe a realização de sua reprodução ampliada e que toda intervenção no meio ambiente obedece a essa lógica reprodutiva destrutiva. O estudo concluiu ainda que este crime serve de exemplo da lógica autoexpansionista do capital, na qual a apropriação do solo, da água, a poluição do ar e o risco para as pessoas são apenas danos colaterais inevitáveis e funcionais para a autoexpansão do capital, contribuindo também com os mecanismos de controle de suas contradições internas.

Palavras-chaves: Crise estrutural do capital; Produção destrutiva; Crime socioambiental; Maceió; Exploração de sal-gema.

Abstract: This article analyzes the Braskem case in light of István Mészáros' reflections on contemporary environmental issues. This case is a high-impact socio-environmental crime that occurred in the metropolitan region of Maceió, Alagoas, exposing the city to a risky situation. We use bibliographic and documentary sources with the intention of bringing theoretical debates and historiographical records to explain how the predatory mode of capital relates to nature. The conclusion was reached that capital imposes the realization of its expanded reproduction and that all intervention in the environment obeys this destructive reproductive logic. The study also concluded that this crime serves as an example of the self-expansionist logic of capital, in which the appropriation of soil and water, air pollution and the risk to people are merely inevitable and functional collateral damage for the self-expansion of capital, also contributing to the mechanisms of control of its internal contradictions.

Keywords: Capital's structural crisis; Destructive production; Socio-environmental crime; Maceió; Rock salt exploration.

* Assistente social. Mestre e doutoranda em Serviço Social (PPGSS/UFAL). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL). Pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas István Mészáros (GEP-MESZ/UFAL), e ao Grupo de Pesquisa Sobre Reprodução Social (GPRS/UFAL). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-8289-9758>

** Assistente social. Especialista em História de Alagoas (IFAL). Mestre e doutoranda em Serviço Social (PPGSS/UFAL). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa Sobre Reprodução Social (GPRS/UFAL). ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6624-3576>

Introdução

A mineração é uma atividade que está relacionada a diversas problemáticas. De modo amplo, ela figura como assunto nos debates ecológicos, pois seus impactos se tornam ainda mais controversos num contexto em que a crise ambiental tem evidenciado o vínculo entre a destruição da natureza e a reprodução capitalista. No atual contexto brasileiro, que contempla uma miríade de desventuras, é inegável o quanto a mineração comparece como foco que emana desastres, com profundos impactos socioambientais. Basta uma breve reflexão e podemos apontar algumas dessas tragédias, sejam elas outorgadas pelo Estado ou não. Como exemplo, podemos citar a extração do ferro que arrasou sob a lama as cidades mineiras de Mariana e Brumadinho e a lavra ilegal de ouro em terras indígenas: casos que demonstram o quanto controversa têm sido esta atividade e como os interesses do capital se sobrepõem aos da sociedade.

É necessário destacar, a princípio, uma ressalva quanto ao uso de termos como tragédia, desastre, acidente e catástrofe nestes casos. Estes termos, muito embora sirvam para dimensionar as grandes perdas e transtornos relacionados a estes acontecimentos, contribuem para escamotear a ação ou omissão humana que está em sua base. Por isso, frente à tamanha destruição ocasionada pela interferência humana, seria mais adequado nomeá-las como *crime*.

Em nosso estudo analisaremos mais um desses crimes. Maceió, capital de Alagoas, tem se tornado notícia pelo desenvolvimento daquele que tem sido considerado o maior crime socioambiental em área urbana do mundo. A mineração exploratória do sal-gema desencadeou a formação de imensas cavernas subterrâneas, o que provocou o afundamento do solo em uma área de aproximadamente 274 hectares que precisou ser evacuada, dado o perigo de desabamento da superfície que se sustentava sobre um solo oco. Este crime, que já causou uma infinidade de danos diretos e indiretos, se assenta na apropriação predatória e destrutiva que o capital faz da natureza. Para o capital, não há limites intransponíveis que impeçam sua sanha por lucros, por isso, quando necessário, para atingir seus objetivos, faz uso de meios ilícitos. O crime sempre compensou para o capital e se constitui enquanto um de seus *modi operandi*.

Assim sendo, a problemática ambiental, por esses e outros tantos motivos, é um dos maiores desafios de nossa época, demandando que se rompa com a imediaticidade caótica que tem deixado a humanidade inerte frente ao colapso da natureza, e se vá à raiz do problema. Desse modo, para uma compreensão crítica da problemática do meio ambiente no tempo presente, é imprescindível situá-la no contexto geral da sociabilidade capitalista. Neste intento, elegeu-se a leitura do filósofo húngaro István Mészáros como veio argumentativo e guia da

presente discussão, haja vista que este autor teceu contribuições para o entendimento da dinâmica contemporânea do capital à luz da teoria social de Marx.

O trabalho analisa o caso Braskem, evidenciando nele o modo como o capital se apropria da natureza para a realização de sua autoexpansão. Para tanto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, tanto para explicar o contexto geral da ordem do capital, como para apresentar os elementos do desenvolvimento histórico do caso Braskem na cidade de Maceió. Nesse quadro, dividimos o trabalho em três seções, sendo a primeira voltada a explicar como o crime ambiental aqui relatado deve ser inicialmente entendido como pertencente à lógica mais geral da crise estrutural do capital e de sua concomitante ativação dos limites absolutos do sistema. A segunda seção volta-se ao entendimento da conexão entre a lógica predatória própria do modo de produção capitalista e a problemática ambiental, lógica esta que articula, irremediavelmente, progresso e destruição. Na terceira seção voltaremos nosso olhar para a particularidade do caso Braskem, pois este caso exemplifica o modo exploratório com que o capital se apropria da natureza e a converte seu meio de produção.

Crise estrutural e ativação dos limites absolutos do capital

O entendimento crítico da problemática do meio ambiente e dos crimes cometidos em nome da reprodução ampliada do capital pressupõe o desvelar do funcionamento do sistema sociometabólico do capital como pano de fundo para os desdobramentos nas mais diferentes esferas da vida social. Nesse sentido, o capital é mais do que uma simples expressão material da riqueza produzida. Em sua natureza reside um poderoso ímpeto totalizador, que faz com que todas as áreas da vida humana sejam submetidas às suas necessidades de reprodução em escala ascendente. Segundo Mészáros (2011, p. 96),

475

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente abrangente – e, nesse importante sentido, ‘totalitário’ – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos.

Esta característica totalizadora do sistema do capital está expressa desde a sua origem, tornando este modo de produção mais dinâmico que os precedentes. No entanto, as consequências dessa dinamicidade recaem na sistemática *“perda de controle* sobre os processos de tomada de decisão” (Mészáros, 2011, p. 97), que atingem igualmente os trabalhadores – de forma clara e abertamente – e os próprios capitalistas, que também precisam atender aos

ditames do capital, sob pena de perderem seus investimentos caso não se atentem às regras do metabolismo do capital. Dessa maneira, todas as áreas da atividade humana passam a ser guiadas por objetivos externos, e que não são necessariamente funcionais à reprodução da vida, mas que certamente atendem à dinâmica reprodutiva do capital.

Ao fim e ao cabo, a razão de ser do sistema do capital é a máxima extração de trabalho excedente, justamente porque este “é *orientado pela expansão e movido pela acumulação*” (Mészáros, 2011, p. 100). Atender a esta condição coloca o sistema do capital numa posição dual: de um lado, e enquanto puder cumprir a dinâmica de expansão ascendente, torna-se um sistema de controle sociometabólico irresistível por conta do salto que proporciona na esfera produtiva; de outro lado, ao deparar-se com qualquer obstáculo à plena acumulação, desencadeia crises. Ao longo do desenvolvimento do sistema do capital, a expansão das operações para novos territórios ajudou a deslocar esta lógica dual e contraditória,

[...] liberando a pressão dos “gargalos” na expansão do capital com a abertura de novas rotas de suprimento de recursos humanos e materiais, além de criar as necessidades de consumo determinadas pela continuidade da autossustentação, em escala cada vez maior, do sistema de reprodução (Mészáros, 2011, p. 257).

Assim, segundo Mészáros (2011), a globalização tende a deslocar temporariamente as contradições imanentes ao sistema do capital. Contudo, este subterfúgio não conseguiu ser usado *ad eternum*. A partir do fim da década de 1960, e início dos anos 1970, tem-se observado um processo de decréscimo contínuo das taxas globais de acumulação do capital, o que leva o nosso autor a constatar que

[...] além de certo ponto, de nada adianta um aumento maior dessa escala e a usurpação da totalidade dos recursos renováveis e não renováveis que o acompanha, mas, ao contrário, ele aprofunda os problemas implícitos e se torna contraproducente. É o que se deve entender por ativação do limite absoluto do capital com relação à maneira como são tratadas as condições elementares de reprodução sociometabólica (Mészáros, 2011, p. 257).

Este é, segundo o autor, um dos traços mais problemáticos da forma como o capital se reproduz, pois apesar de sua capacidade produtiva ampliada quando comparado aos modos de produção anteriores e de sua capacidade de a tudo subordinar aos seus interesses, o capital é incapaz de dar a devida importância às causas, tratando paliativamente apenas os efeitos dos problemas que gera. Nesse sentido, os avanços do sistema do capital deixam um rastro destrutivo pelo caminho e, ao serem ativados os seus limites absolutos, apresentam-se consequências quase proibitivas à reprodução da vida no planeta, justamente porque estes dizem respeito à estrutura causal do capital, cuja superação consiste em derruir toda a forma de funcionamento do sistema. Incapaz de superar suas próprias contradições, o sistema do capital

tende a remediar os seus efeitos mais danosos, aceitando sem questionamentos a sua base causal. Este sistema nega sistematicamente os efeitos de seu funcionamento para o futuro, atiçando

[...] o impulso expansionista necessário das empresas isoladas e do sistema em geral sem levar em conta as consequências devastadoras, contradiz diretamente as ponderações elementares e literalmente vitais da *restrição racional* e correspondente *controle racional* dos recursos humanos e materiais globais (Mészáros, 2011, p. 258).

O impulso irrefreável do capital em expandir-se, não importando as consequências – mesmo que estas sejam a destruição das condições objetivas de vida sob a Terra – não pode ser considerado uma falha dos capitalistas individuais. Estes últimos atendem ao ritmo de um sistema de produção cujas regras são determinadas de fora, por um elemento autônomo e incontrolável: o capital. Nesse sentido, “a falha emana da natureza do sistema de reprodução estabelecido, de que as empresas são parte integrante” (Mészáros, 2011, p. 259). O capital não pode adotar, em escala global, práticas produtivas que atendam unicamente às necessidades humanas, levando a efeito uma restrição racional abrangente, sob pena de extinguir-se. Assim, ao encontrar bloqueios nos deslocamentos de suas contradições a outros territórios, “ativa os limites absolutos e a simultânea crise estrutural do sistema” (Mészáros, 2011, p. 259). Esta crise estrutural, ao contrário das anteriores de caráter cíclico, afeta o sistema do capital nos seus mais variados aspectos, colocando em perigo a viabilidade do sistema reprodutivo como um todo. Tal como caracteriza o autor:

A novidade *histórica* da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais: (1) seu *caráter* é *universal*, em lugar de restritivo a uma esfera particular [...]; (2) seu *alcance* é verdadeiramente *global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram as principais crises no passado); (3) sua *escala de tempo* é extensa, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica [...]; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espétaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante* [...] (Mészáros, 2011, p. 795 - 796).

A síntese destes elementos nos mostra a situação contemporânea de reprodução do capital. Com ela, podemos entender que a crise estrutural e a ativação dos limites absolutos do capital têm afetado todas as áreas da atividade humana, não se restringindo apenas à esfera econômica. No entanto, a destruição do meio ambiente é a única destas esferas que ameaça objetivamente a reprodução da vida. Vejamos, no tópico seguinte, como o capital transforma os recursos materiais retirados do meio ambiente em meios de produção, funcional à lógica destrutiva do capital.

Meio ambiente e produção destrutiva do capital

A preocupação com as questões ambientais já aparecia nos escritos marxianos. Em *A Ideologia Alemã*, ao debaterem com Feuerbach a respeito da retórica idealista com a qual este estabelecia a relação entre homem e natureza, dizem Marx e Engels (2009, p. 65-66):

Feuerbach, portanto, nunca fala do mundo dos homens nesses casos, refugia-se sempre na natureza exterior e, para mais, na natureza que ainda não foi dominada pelos homens. Mas cada nova invenção, cada avanço da indústria, separa outro pedaço desse domínio, pelo que diminui continuamente a área que produz os exemplos ilustrativos das posições de Feuerbach. A “essência” do peixe é o seu “ser”, a água – para ficarmos por essa proposição. A “essência” do peixe de água doce é a água de um rio. Mas essa deixa de ser a “essência” do peixe, e já não é um meio adequado de existência, assim que o rio é posto ao serviço da indústria, assim que é poluído com tintas e outros produtos residuais, e navegados por barcos a vapor, ou assim que a sua água é conduzida para canais onde bastam os esgotos para privar o peixe de seu meio de existência.

Nesta passagem, Marx e Engels (2009) chamam a atenção para a destrutividade do sistema do capital, e como esta atinge objetivamente a todos. Ao colocar em prática o seu controle, o sistema capitalista não faz diferenciação entre avanço e destruição, progresso e desperdício, ainda que o resultado seja a devastação dos recursos naturais, já que estes devem servir apenas como meios de produção do capital. Como corrobora Mészáros (2011, p. 253), “a natureza e os seres humanos só poderiam ser considerados ‘fatores de produção’ externos em termos da lógica autoexpansionista do capital”. Para este autor, ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, antes de o sistema atingir seus limites absolutos, período no qual a lógica do capital passou a penetrar nas mais diferentes esferas da vida social, foi admitido certo grau de “destruição produtiva”. Ou seja, a destruição gerada pelo desenvolvimento do sistema do capital poderia ser considerada uma parte inevitável do crescimento que o capital tem proporcionado, sob a condição deste crescimento conseguir desviar as contradições internas do próprio sistema.

Entretanto, com a irrupção da crise estrutural do capital, bem como com a concomitante ativação dos limites absolutos do sistema, o cenário foi agravado. Uma vez instalada a dificuldade em deslocar suas contradições internas, o sistema do capital tornou o fator destrutivo da produção um elemento proibitivo à continuação da reprodução do sistema. Assim, “Historicamente passamos da prática de ‘destruição produtiva’ da reprodução do capital para uma fase em que o aspecto predominante é o da produção *destrutiva* cada vez maior e mais irremediável” (Mészáros, 2011, p. 267). Na contemporaneidade, a tendência à crescente produtividade do capital coloca à humanidade um grande problema, pois está diretamente ligada à destrutividade. E como o capital é capaz somente de uma racionalidade parcial, não

existe nada que pare o impulso expansionista inherente ao sistema, e que o faça levar em conta as consequências devastadoras da exploração desenfreada dos recursos naturais. Nesse contexto, a crescente produtividade do capital, conquistada por meio do incremento da ciência e da tecnologia, torna-se um fator preocupante, justamente porque

[...] como esse progresso teria de ocorrer de forma alienada, sob o domínio de uma objetividade reificada – o capital – que determinasse o rumo a seguir e os limites a transgredir, o intercâmbio reprodutivo entre a humanidade e a natureza teve de se transformar no oposto. O terreno da ciência e da tecnologia *viável* teria de estar rigorosamente subordinado às exigências absolutas da expansão e da acumulação do capital. Por essa razão, ciência e tecnologia sempre tiveram de ser utilizadas com enorme seletividade, conforme o único princípio de seletividade à disposição do capital, até nas formas historicamente conhecidas dos sistemas pós-capitalistas. Assim, mesmo as formas existentes de conhecimento científico, que até poderiam combater a degradação do ambiente natural, não podem se realizar porque interfeririam com o imperativo da expansão inconsciente do capital [...] Ciência e tecnologia só poderão ser utilizadas a serviço do desenvolvimento produtivo se contribuírem diretamente para a expansão do capital e ajudarem a empurrar para mais longe os antagonismos internos do sistema (Mészáros, 2011, p. 254-255).

Decorre daí que ciência e tecnologia, aplicadas com a finalidade de aumentar a produtividade, são contidas dentro dos objetivos de acúmulo do capital. Elas têm seu uso degradado aos imperativos do sistema, uma vez que são impossibilitadas de utilização para reverter a piora da situação ambiental. Sob tal lógica, “a interferência irresponsável na causalidade da natureza é a norma; a pesquisa de projetos de produção realmente emancipadores, a rara exceção” (Mészáros, 2011, p. 255). De fato, inúmeros são os exemplos nos quais montantes significativos de recursos são alocados em pesquisas com alto valor de mercado, muito embora destrutivas do ponto de vista do consumo de riquezas e diversidade naturais, bem como esvaziadoras das políticas de cunho social. Assim, o aumento da produtividade do campo não é capaz de erradicar a fome e a desnutrição, por exemplo. Ou ainda, a mesma lógica para a realização de cortes nos orçamentos destinados à saúde e educação não é aplicada ao investimento no complexo industrial e militar. Conforme explica o autor, usando de certa ironia:

Mais uma vez, isto estaria em contradição com o imperativo da expansão “racional” do capital. Não se deve permitir que motivações “sentimentais” relativas à saúde – e até à simples sobrevivência – dos seres humanos perturbem ou interrompam os “processos de tomada de decisão” orientados para os mercados. O ritmo e a recalcitrância espontâneos da natureza já não são desculpas convincentes para justificar as condições de vida de milhões e milhões de pessoas que sucumbiram à miséria nas últimas décadas e continuam a perecer ainda hoje pela mesma causa (Mészáros, 2011, p. 255).

As consequências socioambientais da produtividade destrutiva do capital não devem ser consideradas oriundas de determinações políticas, mas sim como resultados imanentes do próprio *modus operandi* do capital em crise estrutural. Nesse contexto, a devastação ambiental criminosa e a crescente capacidade destrutiva do sistema revelam o quanto absurda é a lógica do capital, na qual se nega a necessidade de muitos em favor da reprodução do capital.

Mas mesmo o uso perdulário dos recursos naturais na atualidade está “muito longe de ser suficiente para permitir ao capital seguir imperturbável o seu caminho” (Mészáros, 2011, p. 801), evidenciando cada vez mais a profundidade de sua crise estrutural. A crença de que o uso da ciência e tecnologia resolveria todos os problemas ecológicos já não pode mais ser levada em consideração, dados os inúmeros casos de crimes ambientais que presenciamos. Há algumas décadas, a questão ambiental era sistematicamente negligenciada, como se dela não emanasse um senso de urgência. Atualmente, ela vem permeando uma série de espaços de discussão, mas de forma tal que apenas nubla a questão fundamental, qual seja, a lógica predatória do sistema capitalista. Claramente desvirtuada, a questão ambiental nos nossos dias tem sido “grotescamente desfigurada e exagerada unilateralmente para que as pessoas – suficientemente impressionadas com o tom cataclísmico dos sermões ecológicos – possam ser, com sucesso, desviadas dos candentes problemas sociais e políticos” (Mészáros, 2011, p. 887). Isto mostra o quanto o sistema do capital tornou-se impermeável à correção de seus defeitos estruturais, até mesmo em áreas de vital importância. Não é à toa que Mészáros (2011, p. 95) afirma que: “O ambientalismo, por sua própria natureza [...] é *não integrável*”, ou seja, diante dos objetivos de autoexpansão do capital, as questões ambientais, se racional e humanamente orientadas, não servem à reprodução do capital.

Diante da possibilidade real de chegarmos a um cenário de destruição irreversível do meio ambiente, cabe olharmos para esta questão de outro modo que não desejoso de “extrair lucro até mesmo destas questões vitais para a existência humana” (Mészáros, 2011, p. 993). Nesse processo, transcender a lógica do capital, concentrando a prioridade nas necessidades humanas, é o primeiro passo.

Os apontamentos de Mészáros (2011) em relação à problemática do meio ambiente auxiliam no entendimento das formas procedimentais dos representantes do grande capital quando colocados diante de um crime ambiental. Num dos casos mais recentes de negligência com a natureza e com a população que dela retira suas condições materiais de existência, a cidade de Maceió tem vivenciado a evacuação de bairros inteiros, em consequência da atividade predatória da extração de sal-gema. No item a seguir será analisado o Caso Braskem, desde a

sua origem até o saldo devastador que foi, por muitos pesquisadores da área, tristemente anunciado.

A apropriação destrutiva e exploratória da natureza pelo capital: uma análise a partir do caso Braskem

Neste tópico nos deteremos em esquadrinhar a história da indústria química alagoana, evidenciando o trato que este ramo do capital deu ao meio ambiente e suas consequências. A exploração de sal-gema é o cerne que desencadeia este crime sem precedentes na história brasileira. Esse mineral, que também recebe o nome de halita, nada mais é que o sal que conhecemos, o cloreto de sódio, cuja fórmula química – NaCl – aprende-se na escola. Além de sua utilização na alimentação, o sal-gema é uma importante matéria-prima da indústria química, “sendo a principal fonte de cloro e derivados como ácido clorídrico e demais cloretos, hipoclorito (água sanitária), cloratos e percloratos (propriedades germicidas)” (Teixeira *et al.*, 2020, p. 31).

A capital de Alagoas, Maceió, detém 14% da reserva de sal-gema do Brasil (Teixeira *et al.*, 2020). Estas reservas jaziam depositadas cerca de um quilômetro da superfície. Os evaporitos, também chamados de salmoura, têm sua origem num período deveras distante de nossa época, pois se constituíram a partir da separação continental, que resultou na formação das placas continentais da América e da África, assim como também do oceano Atlântico (Florencio, 2001).

Apesar de sua longa existência, essas minas permaneceram adormecidas no subsolo por um longo tempo: somente em 1943 foram descobertas, de modo não intencional. A constatação da existência das minas de sal em Maceió ocorreu quando as sondas do Conselho Nacional do Petróleo perfuraram os manguezais do bairro do Mutange, prospectando petróleo. Durante o reparo das brocas, o empresário Euvaldo Luz, proprietário da oficina de manutenção do maquinário utilizado nos trabalhos, notou nas máquinas fragmentos de sal-gema. Logo o empresário buscou autorização para a exploração de sua descoberta, porém essa foi outorgada para uma empresa estrangeira por vinte e dois anos. Essa licença expirou sem qualquer avanço na atividade. Passado este período, Euvaldo requereu novamente a concessão e, finalmente, obteve êxito (Lustoza, 1997).

O decreto de número 59.356, expedido em 4 de outubro de 1966, autorizava Euvaldo Freire de Carvalho Luz a pesquisar sal-gema numa área de 500 hectares, nas proximidades da laguna Mundaú (Brasil, 1966). Segundo Lustoza (1997), as reservas de halita presentes no subsolo da região aglomeravam cerca de 3 bilhões de toneladas do minério. Contudo, desse

total apenas 125 milhões de toneladas poderiam ser exploradas, pois os estudos iniciais vislumbravam que a mineração poderia ter como consequência o afundamento do solo da região.

Ainda em 1966 é instituído o projeto da Salgema S.A., a indústria química que seria responsável pelo beneficiamento do sal-gema retirado do subsolo maceioense. O projeto foi aprovado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)¹ no ano seguinte, mas demoraria ainda uma década para que saísse do papel. A demora entre a aprovação do projeto e sua efetivação foi resultado de alguns empasses enfrentados. O primeiro que destacamos diz respeito à composição acionária do empreendimento, que naquele momento já contava com a participação da empresa americana *DuPont de Nemours*. O segundo impasse estava relacionado à técnica a ser adotada para a exploração das jazidas de sal-gema, pois havia um embate entre a adoção de um manejo mais barato e poluente contra o emprego de uma técnica mais cara, mas que causava menos impactos ambientais. A solução desses imbróglios veio com a participação da Petroquisa no empreendimento. Com a participação da empresa do grupo Petrobrás, o projeto, enfim, saiu do papel e a primeira fase da construção da Salgema foi finalizada no final de 1976, começando a operar em fevereiro do ano seguinte (Lustoza, 1997).

A fábrica foi implantada no bairro Pontal da Barra, região sul da capital alagoana. As justificativas para alocação de um empreendimento desta magnitude dentro do perímetro urbano de Maceió giravam em torno de viabilizar tanto o escoamento quanto o recebimento de insumos e a proximidade com as minas de sal. Pela via marítima, a fábrica se beneficiava por estar relativamente próxima do Porto de Maceió, localizado há cerca de seis quilômetros, bem como do píer construído em frente à empresa. Além disso, a Salgema passaria posteriormente a ser atendida por via terrestre, tanto pela rodovia estadual AL 101-Sul, que liga Maceió ao município de Marechal Deodoro, que posteriormente receberia as demais empresas que reunidas formam a Cadeia Produtiva da Química e do Plástico de Alagoas², quanto pela avenida

¹ Criada em 1959, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, a SUDENE tinha duas missões fundamentais. Segundo Ammann (2003, p. 144-145), a primeira missão vai no sentido de “sustar o desenvolvimento das potencialidades revolucionárias emergentes na região”, com destaque para provenientes de áreas rurais, como as Ligas Camponesas. A segunda era o favorecimento da expansão do capital monopolista na região, consistindo a ação desta superintendência “numa ‘intervenção’ planejada do Estado ao consubstanciar uma estratégia de distribuição da própria economia regional nordestina, no contexto da estratégia de integração nacional implementada pela sociedade política”.

² O Polo Cloroquímico de Alagoas (PCA) integra através da Cadeia Produtiva da Química e do Plástico de Alagoas diferentes indústrias que trabalham nos mais diversos níveis deste ramo produtivo. As indústrias de 1^a geração trabalham a matéria-prima em seu estado mais bruto para a produção de matéria-prima básica. Já as de 2^a geração elaboram a partir das matérias-primas básicas um material intermediário que tanto pode ter uma aplicação final quanto pode servir como insumo para as indústrias de 3^a geração que trabalham com produtos manufaturados (Diodato, 2017).

Dique-Estrada, que se configura como bastante estratégica para a ligação entre as minas e a Salgema. Inaugurada em 1982, a construção desta avenida demandou o aterro da margem da laguna Mundaú entre os bairros da Levada, Ponta Grossa, Vergel do Lago e Trapiche da Barra, o que aumentou sobremaneira a interferência humana no complexo lagunar. Por fim, a localização também continha corpos de água no seu entorno, nos quais seriam lançados os efluentes líquidos, como o ácido clorídrico que seria diluído e lançado ao mar através de um emissário marítimo instalado na frente da empresa (Lustosa, 1997).

Com relação à implantação da Salgema no Pontal da Barra, gostaríamos de destacar os perigos ambientais que a planta industrial trouxe para o seu entorno: um perímetro caracterizado por ser ecologicamente sensível, pela proximidade do encontro da laguna Mundaú. Temos ali uma área de restinga, em que a vegetação se assenta em solo arenoso e se constitui como barreira entre o mar e corpos de água, sendo de suma importância para a preservação da costa³. No caso do Pontal da Barra, essa restinga se situava entre o mar e a laguna Mundaú. Assim, dado o contexto da região, podemos vislumbrar que a implantação da fábrica traria profundos impactos que começaram a ser sentidos já na terraplanagem das dunas que compunham aquela paisagem. No episódio Gregos e Alagoanos, do *podcast* Rádio Novelo Apresenta (2024), o ecologista José Geraldo Marques relata o quanto rápida foi a destruição das dunas do Tomix, derrubadas para dar lugar à Salgema. Naquele momento, Marques estava à frente da Secretaria de Controle da Poluição, órgão responsável por questões relativas ao meio ambiente, cargo que ocupava por indicação do então governador do Estado de Alagoas, Divaldo Suruagy. De início, a secretaria havia negado a autorização para a implantação da Salgema no Pontal da Barra, autorização esta que havia sido requerida pela *DuPont de Nemours*. Dado o contexto do local, foi sugerido pelo então secretário que a fábrica fosse implantada em outro sítio, ao que responderam que era mais fácil mudar Maceió de lugar do que a Salgema. Assim, o projeto seguiu à revelia da secretaria e a terraplanagem executada: o terreno estava pronto para a construção da fábrica.

Outro ponto que merece nossa atenção é o risco de poluição que a presença da fábrica impõe ao perímetro que a circunda. Nela são produzidos e estocados produtos químicos com propriedades explosivas, altamente inflamáveis, tóxicas e com potencial letal. Com isso, sua presença em si acarreta graves problemas, se constituindo como uma ameaça cotidiana para a

³ A retirada dessa vegetação e a descaracterização de todo perímetro pela urbanização têm afetado sobremaneira a região na contemporaneidade. A erosão causada pelo mar tem avançado, o que impôs a necessidade de obras de contenção num trecho de mais de um quilômetro de extensão, no qual foram assentados blocos maciços com o fito de barrar a invasão do mar. Contudo, não há em vista nenhum projeto que vise recompor a vegetação costeira: uma medida comprovadamente barata e eficaz para a contenção do avanço marítimo na costa.

população que vive em seu entorno, que convive com o perigo real da possibilidade de acidentes e vazamento de gases tóxicos, como o eteno, que é altamente inflamável. Há ainda o perigo representado pela possibilidade de poluição da laguna Mundaú e do mar por efluentes líquidos como os ácidos clorídrico, sulfúrico, e outras substâncias como o cloreto de sódio, cálcio, magnésio e o ferro. Além destes há ainda a lama de amianto, refugo da fabricação dos diafragmas das células (Vieira, 1997).

Há também outros perigos que se processam silenciosamente para aqueles que vivem nas cercanias da fábrica, perigos estes que se desenvolvem a médio e longo prazo. Vieira (1997) destaca que os organoclorados que são ali produzidos e estocados têm propriedades ecotoxicológicas, ou seja: são substâncias que têm efeitos biológicos destruidores que se manifestam de forma aguda ou crônica. As consequências à exposição vão desde irritação na pele até o desenvolvimento de câncer. Segundo a autora, “Sabe-se que a epicloridrina é causadora de esterilidade e lesões no fígado, o dicloretano causa deformações nas células humanas, o MVC [monômero cloreto de vinila] provoca câncer no cérebro e outros órgãos, além de angiosarcoma (*sic*) do fígado” (Vieira, 1997, p. 26). Portanto, afirmamos que a operação da fábrica acarreta um perigo potencial constante, cujos níveis de periculosidade são variáveis. A eliminação dos resíduos inerentes ao seu processo produtivo tem a capacidade de poluir o ar, o solo e a água, fazendo com que as denúncias acerca de sua operação sejam uma constante (Vieira, 1997).

Diante dos perigos ambientais que a implantação da Salgema no Pontal da Barra traz para o ambiente e às pessoas, podemos afirmar que se estabelece no local a primeira zona de sacrifício resultante da implementação da indústria química em Alagoas. As chamadas zonas de sacrifício se caracterizam por aglomerar populações empobrecidas que são reiteradamente expostas a situações de risco ambiental. Segundo Acselrad (2004, p. 12-13), nas zonas de sacrifício “[...] a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos predatórios, assim como as isenções tributárias o fazem nos chamados ‘paraísos fiscais’”. Dessa forma, empreendimentos potencialmente danosos se aproveitam da omissão estatal e da ausência de regulamentação legal para estabelecer seus negócios, independente do custo social e ambiental que possam gerar, contando para isso com o apoio total de agentes políticos e econômicos (Acselrad, 2004).

Após a inauguração da fábrica, a vizinhança passou a conviver cotidianamente com a possibilidade eminente de acidentes graves⁴. Entre os anos de 1984 e 1986 é possível encontrar

⁴ É importante destacar que este perigo representado pela fábrica não é algo restrito ao passado. A ameaça latente existe e por vezes se manifesta. Como exemplo, podemos citar o ocorrido na manhã do dia 05/07/2023, quando o

nos jornais alagoanos reportagens que destacam acontecimentos marcantes e denúncias de situações graves. Entre elas, Vieira (1997) destaca a polêmica causada porque a Salgema estava depositando lixo industrial no seu entorno. Com o imbróglio criado em torno da situação foi efetuada a retirada dos resíduos e proposta de lei para se proibir a instauração de indústrias nas margens de lagoas e do mar, projeto este vetado pelo governador Divaldo Suruagy. Outro episódio que ganhou repercussão foi um vazamento ocorrido numa tarde de domingo, causando pânico para a população do Pontal da Barra e para os frequentadores de um clube situado na região. Acontecimentos deste tipo intensificaram na sociedade alagoana os debates sobre a pertinência da presença da Salgema naquela região, sobre a carência de informações acerca de projetos industriais daquela magnitude e sobre a arbitrariedade de decisões do poder público que têm como consequência a exposição de milhares de pessoas ao perigo permanente.

Por falar em arbítrio, um ponto importante que destacamos é que a implantação da Salgema ocorreu durante o período da ditadura civil-militar, regime instaurado pelo golpe de 1964, quando o grande capital e os latifundiários instrumentalizaram as forças armadas do país para a tomada de poder (Netto, 2014). Desse modo, podemos enquadrar o projeto de implantação da indústria química alagoana dentro daquilo que se convencionou chamar de modernização conservadora, que corresponde à continuidade do padrão de acumulação brasileiro, caracterizado pela “[...] continuidade do desenvolvimento dependente e associado, acentuando a subalternidade da integração do país no sistema capitalista mundial [...]” (Netto, 2011, p. 32). Assim sendo, são operadas alterações no plano econômico-social sem que sejam eliminados aspectos arcaicos legados do passado. Netto (2011, p. 18) resume a questão ao afirmar que “No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o ‘atraso’, mas mediante sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados”.

Cabe destacar ainda que acerca da problemática ambiental, a perspectiva adotada pelo governo civil-militar sempre foi bastante problemática. Conforme Melo (2021), a gestão ditatorial tem como legado histórico de seus governos a miséria, a desigualdade econômica, o arrocho dos salários, a violência manifesta em torturas. Em meio a este lamentável histórico, o período ditatorial também pode ser caracterizado pela exaltação do desmatamento da Amazônia. Sob a alegação de levar desenvolvimento a uma região tida como um deserto verde, se estabeleceu uma das obras mais controversas do período militar: a transamazônica. A obra, que ficou inconclusa e envolta em muita corrupção, trouxe a devastação ambiental e o

alarme da empresa tocou por engano, causando terror aos moradores do Pontal da Barra. Outra ocasião em que este perigo latente se manifestou foi na noite do dia 21/05/2021, quando ocorreu um vazamento de gás que intoxicou 127 pessoas, entre moradores do entorno e um funcionário da empresa.

extermínio de indígenas com a abertura da floresta. Foi graças ao incentivo dado pela ditadura que a pecuária exploratória alcançou a região amazônica, estabelecendo ali 280 fazendas.

A alegação do desenvolvimento também estava na base do projeto de implantação da Salgema. A busca pelo desenvolvimento era a tônica do momento e, nesse intento, os investimentos da SUDENE foram de suma importância para a expansão da industrialização no Nordeste, atraindo o capital até então fixado na região Sudeste. De acordo com Lopes (2018), a atuação da superintendência se dava por meio de incentivos fiscais e financeiros com o discurso de integrar o mercado nacional aos oligopólios internacionais, tendo como alegação a necessidade de resolver os problemas econômico e sociais que a região enfrentava. Assim, a SUDENE foi essencial para que a estrutura industrial nordestina se ajustasse ao padrão de acumulação em vigor, com a preponderância da indústria pesada que caracterizou o período pós-golpe de 1964. Isso possibilitou a consolidação da região enquanto “[...] produtora de bens intermediários, fornecedora de insumos industriais e mercado consumidor dos bens de produção do Sudeste” (Lopes, 2018, p. 88).

No contexto alagoano, desde meados da década de 1960, havia a busca pela expansão do parque industrial do estado e os governantes da época estavam muito empenhados nesse sentido, o que se traduz na propaganda que era veiculada em revistas de circulação nacional, que anunciava que o verbo do presente em Alagoas era o *industrializar*. Nesse sentido, a implantação da indústria química representou a grande oportunidade para tal objetivo, assim como também os incentivos da SUDENE tiveram um papel importante na consolidação deste projeto. Alagoas passaria a ter maiores repasses por parte da SUDENE a partir de 1967 e a implantação da Salgema absorveu uma parte considerável destes recursos, o que significou uma dinamização sem precedentes na história econômica do Estado (Lopes, 2018).

Até então, a economia alagoana se baseava fundamentalmente no tradicional setor sucroalcooleiro, indicando a especialização da estrutura produtiva alagoana em produtos primários: o álcool e o açúcar. Nesse contexto, a implantação da indústria química enseja a possibilidade de uma maior diversificação para a economia do estado. Além disso, a Salgema abria a possibilidade de integração entre a tradicional estrutura produtiva alagoana com a chamada nova indústria. Isso se daria com a produção de dicloretano, que empregaria o álcool produzido pelas usinas de Alagoas para sua fabricação. Assim, a Salgema representaria a articulação entre as tradicionais estruturas produtivas alagoanas, representadas pelo setor sucroalcooleiro, com a chamada “nova” indústria, representada pelo setor químico (Lustosa, 1997).

A instalação da indústria química alagoana visava, a princípio, o abastecimento de outras regiões industriais mais desenvolvidas. O objetivo era fazer com que a produção de cloro da Salgema suprisse a demanda de empresas baianas, como a Dow Química e a Companhia Petroquímica de Camaçari. Além da Salgema, foram implantadas no tabuleiro de Marechal Deodoro outras empresas com a finalidade de processar a matéria-prima produzida pela Salgema, estabelecendo o Polo Cloroquímico de Alagoas. Para Lustosa (1997, p. 11-12), a implantação deste parque integrado visava contribuir com a complementação da equação química do país, seguindo o que havia sido disposto no II Plano Nacional de Desenvolvimento, cujo princípio básico era “[...] a integração e complementariedade da indústria química nacional, segundo a disponibilidade de matérias-primas regionais”. A autora também aponta que o Instituto Brasileiro de Petróleo constatou a insuficiência na produção de petroquímicos e de produtos clorados no país naquele período. Desse modo, as matérias-primas alagoanas (cana-de-açúcar, sal-gema e gás natural) possibilitaram a inserção do Estado no eixo petroquímico do Nordeste, integrando o quadro nacional deste setor.

Diante do exposto, é inegável que a instalação da Salgema e das demais empresas que formaram o Polo Cloroquímico se colocam como um vetor dinâmico na economia, mas as novas dinâmicas que este parque industrial instituiu não foram suficientes para sobrepujar as tradicionais estruturas socioeconômicas de Alagoas. Conforme Lustosa (1997), é um fato que a indústria química contribuiu para um maior volume de acumulação para o capital. Contudo, esse maior volume de acumulação não se traduziu em desenvolvimento econômico e social para a população local, que não viu melhora em suas condições de vida. Ao contrário, é possível afirmar que as condições de vida da população que vive no entorno da fábrica pioraram, dado os perigos latentes que sua presença impôs.

Cumpre explicar porque a Salgema S/A mudou de nome algumas vezes até vir a se chamar Braskem, nome pelo qual a conhecemos na contemporaneidade. As mudanças de nome são decorrentes dos processos de venda que a empresa passou no transcorrer de sua história, principalmente a partir da década de 1990, quando os processos de privatização se tornaram corriqueiros no Brasil. A primeira alteração de nome ocorreu em 1996, quando passou a se chamar Trikem S/A, um ano após sua aquisição pela Odebrecht, grupo empresarial que atualmente se chama Novonor. A última mudança de nome ocorreu em 2002, pela fusão de seis empresas do setor: Copene, OPP, Trikem, Nitrocarbono, Proppet e Polialdem. A partir de então, a empresa se chamaria Braskem S/A, que em Alagoas sedia a unidade Braskem Cloro Soda. A Braskem ocupa um lugar de destaque no setor químico, pois sua planta de processamento de

cloro-soda e Policloreto de Vinila (PVC) é a maior de toda a América Latina (Diodato, 2017) e figura como a sexta maior empresa do ramo petroquímico do mundo (Braskem, 2024).

As atividades da indústria química alagoana, ao longo de mais de quarenta anos, se basearam no beneficiamento do sal-gema retirado do bairro do Mutange e de sua circunvizinhança para a produção de produtos clorados. A extração do sal é feita através da perfuração de poços, nos quais são introduzidos três tubos: o primeiro serve para a injeção da água com o intuito de dissolver a salmoura, possibilitando sua retirada por outro tubo. O tubo que sobra serve para o controle técnico da operação (Teixeira *et al.*, 2020). Quando uma mina esgotava sua capacidade, era desativada e o espaço que outrora era ocupado pelo mineral foi se esvaziando, formando extensas cavernas. Uma dessas minas, a de número 18, nos permite ter um parâmetro do tamanho desses vazios existentes no subsolo maceioense: seu volume, de acordo com dados de sonar, é de 116.000 m³ (Mina 18 [...], 2023). Além disso, é importante destacar que estas minas foram exploradas ao máximo de suas capacidades, o que fez com que ficassem cada vez mais próximas e algumas até acabaram se encontrando, formando assim uma só cavidade, o que contraria boas práticas para este tipo de atividade⁵ (Brasil, 2024a).

A gravidade da situação era quase que completamente desconhecida, muito embora se manifestasse desde 2010, quando já havia notícias de súbitas rachaduras nas ruas e edificações da região. Além de uma rachadura de cerca de 50 metros de extensão que comprometeu a estrutura de dois blocos do Residencial Jardim Acácia, localizado no bairro Pinheiro, uma reportagem da época destaca ainda o aparecimento de uma cratera na calçada deste mesmo conjunto residencial e outra na Ladeira Ulisses Bandeira que se constituía numa importante via de ligação entre a parte alta e a parte baixa da cidade (Galvão, 2010).

De todo modo, o problema se desenvolveu sem maiores impactos até o início de 2018, pois no início daquele ano a situação começa a se agravar, com o aumento do número de rachaduras e de tremores de terra. O primeiro tremor de terra de maior relevo ocorreu na tarde do dia 03 de março de 2018 e marcou 2.4 na escala Richter, sacudindo a região do bairro do Pinheiro e adjacências: área que concentrava a exploração de sal-gema. Segundo o Centro de Sismologia da Universidade de São Paulo (USP), sismos como este são considerados de pequeno porte e, normalmente, não causam danos: seu impacto não costuma ir além do susto para quem os vivencia (Tremor de terra..., 2018). Contudo, este tremor não era um fato isolado que passaria sem maiores danos. Na realidade, este evento era a expressão dos vazios formados

⁵ Segundo recomendações técnicas, minas como as que eram exploradas em Maceió não devem ultrapassar o diâmetro de 60 metros, quando as cavidades oriundas da extração de sal-gema na cidade tinham mais que o dobro da recomendação: 140 metros (Brasil, 2024b).

pelas 35 minas exploradas para retirada de sal-gema do subsolo da capital alagoana, o que comprometeu a sustentação da superfície.

Frente a esta situação, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), órgão ligado ao Serviço Geológico do Brasil, integrante do Ministério de Minas e Energia, passou a investigar a situação. A princípio, os trabalhos da CPRM se iniciaram em junho de 2018, momento em que foi elaborado o primeiro mapa que indicava os locais onde havia instabilidade. Na investigação dos fenômenos em curso na cidade de Maceió foram levados em consideração aspectos físicos da área, como as características geomorfológicas da região, e seus aspectos sociais, como a exploração de sal-gema em área urbana e a ocupação desordenada dos bairros aos arredores das minas. Com base em seus levantamentos, a CPRM estabeleceu quatro hipóteses para explicar o que estava motivando os tremores de terra, o aparecimento de crateras e as rachaduras que partiam casas e ruas. São elas:

- Hipótese 1: Características geotécnicas dos solos da região e forma de ocupação do bairro;
- Hipótese 2: Presença de vazios (cavidades, cavernas) no solo e subsolo da região decorrente de causas naturais ou de ações antrópicas;
- Hipótese 3: Estruturas/feições tectônicas ativas na região (falhas, descontinuidades, por exemplo);
- Hipótese 4: Exploração de água subterrânea (Brasil, 2019, p. 12).

A primeira hipótese buscava identificar se a problemática em andamento teria sido desencadeada pela existência de solos colapsáveis na região que, somados à forma de ocupação desordenada do bairro, teriam causado os problemas estruturais nas construções. A CPRM acabou descartando esta hipótese, pois “Os ensaios de geotécnica não demonstraram características que explicassem os danos”, uma vez que “O surgimento de rachaduras em imóveis de diversas idades não pode ser explicado por problemas construtivos” (Brasil, 2019, p. 36).

A segunda hipótese teria como foco investigativo a existência de áreas vazias no subsolo da região estudada, o que poderia ocorrer pela dissolução de rochas existentes ou pelo desabamento das minas oriundas da exploração de sal-gema. Sobre esta hipótese, o relatório explica que

[...] a sismologia mostrou sismos coincidentes com minas de extração. A gravimetria demonstrou a existência de anomalias negativas de massa associadas com as cavernas produzidas pela extração do sal. O método geofísico audiromagnetotelúrico mostrou a existência de anomalias resistivas em profundidade que seriam geradas por cavidades de mineração em desabamento. A interferometria indicou deformação compatível com subsidência por deformação dúctil da camada de sal e concêntrica na região de poços de mineração. As observações de campo apontam deformações compatíveis com subsidência. A análise integrada dos dados dos oito sonares em ambiente 3D permite afirmar que as atividades de extração de sal-gema,

alterou o estado de tensões resultando no colapso de minas e causando os processos de subsidência no bairro do Pinheiro (Brasil, 2019, p. 36-37).

Com base no exposto, conclui-se que todos os métodos utilizados atestam que a mineração de sal-gema foi o fator determinante para a desencadear a problemática em Maceió: é um perigo que ronda a exploração de sal-gema desde o princípio. Se os estudos iniciais indicavam que parte da reserva não era recuperável, dado o perigo de afundamento da região, podemos concluir que estes limites não foram respeitados e que a exploração de sal-gema em área urbana não era viável. Também nos questionamos acerca da ausência de fiscalização por parte das agências reguladoras estatais durante as quatro décadas de atividade das minas e sobre o porquê o problema só veio à tona quando sua gravidade não pode mais ser escamoteada. Essas são algumas das inquietações que levantamos diante destas constatações, mas devemos seguir na análise das conclusões do relatório.

Chegamos, então, nas conclusões acerca da terceira hipótese, que visava investigar se a área apresentava alguma falha geológica que apresentasse movimentações na contemporaneidade. Os estudos da CPRM (Brasil, 2019) identificaram que os abalos ali registrados não são compatíveis com os movimentos tectônicos típicos da região. No entanto, as falhas geológicas preexistentes sofreram interferências a partir da exploração do sal-gema, o que desencadeou a reativação dessas estruturas e colaborou para o afundamento do solo. Desse modo, podemos estabelecer a correlação de dois fatores para toda a problemática que atingiu Maceió: a lavra de sal, motivo original da problemática, ativou as falhas geológicas que ali existiam e estes dois fatores em conjunto desencadearam o afundamento do solo da região e a possibilidade do colapso da superfície.

Por fim, temos a última hipótese que investigou se a exploração das águas subterrâneas seria a causa dos eventos em questão. A hipótese foi descartada, pois os estudos comprovaram que os aquíferos da região não haviam sido superexplotados (Brasil, 2019). Contudo, é importante destacar que a hipótese surgiu porque a mineradora explotava um grande volume de água que utilizava para dissolver o sal e possibilitar a sua retirada das minas. Essa informação veio a público com o depoimento de Thales Sampaio para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investigou o caso Braskem. O servidor aposentado, responsável técnico do estudo da CPRM, revelou ainda que a empresa não tinha outorga para a exploração dessa água (Brasil, 2024), revelando, assim, que a exploração de sal-gema consumiu por mais de quatro décadas, sem autorização estatal e sem qualquer ônus, uma enorme porção dos mananciais da região. Para termos uma ideia do quantitativo de água espoliada dos aquíferos de Maceió, podemos fazer um exercício de imaginar quanta água seria necessária para dissolver 10 milhões de metros

cúbicos de sal, pois esse é o quantitativo que o depoente estima ter sido retirado das minas de Maceió. São números difíceis de estimar e dão a tônica do quão predatória era a atividade.

Em consequência do que foi exposto, não há dúvidas de que a exploração de sal-gema desencadeou toda a problemática que atingiu a capital Alagoana. A mineração exploratória acarretou problemas estruturais que atingiram direta e indiretamente toda a cidade, se constituindo numa ação criminosa, quer seja por ação, quer seja por omissão. Cinco bairros tiveram que ser total ou parcialmente desocupados dado o perigo de colapso da superfície. São eles: Mutange, Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto e Farol. Esta região se estende por uma área de aproximadamente 274 hectares e abrange cerca de 14.500 imóveis que precisaram ser desocupados, o que redundou no deslocamento de cerca de 60 mil pessoas que ali habitavam. Na região que precisou ser desocupada se estabeleceu, em conjunto com a Defesa Civil de Maceió, uma área de resguardo que restringiu o acesso à maior parte do local sob a alegação de prevenir maiores estragos acarretados pelo possível desabamento da superfície.

É preciso problematizar o Programa de Compensação Financeira, iniciativa decorrente do Termo de Acordo Socioambiental firmado entre a justiça federal, a justiça estadual e a Braskem. Um primeiro ponto que destacamos é que tal acordo excluiu a participação da população atingida que, no geral, teve poucas alternativas e foram obrigadas a acatar o acordo. Outro ponto problemático que destacamos é que, no acordo, a empresa comparece como uma colaboradora para a solução da problemática, se comprometendo a aplicar seus melhores esforços para a desocupação das áreas onde foi constatado risco. Não é sequer mencionado que o acordo surge em função de mitigar as consequências da mineração exploratória de sal-gema em Maceió. Isso nos permite afirmar que o acordo trata a problemática de forma abstrata e desconectada de suas causas. Dessa forma, a Braskem não é acusada pelo dano que sua atividade causou à cidade de Maceió e a empresa se coloca como uma colaboradora da cidade, cooperando para a segurança dos que viviam na região atingida. Isso faz com que o caso Braskem seja mais um em que empresas e suas práticas exploratórias saem ilesas após terem causado danos irreparáveis à natureza e a comunidades inteiras.

Além daqueles que viviam no perímetro da área de resguardo e, por isso, inclusos nos termos do Acordo Socioambiental, é importante destacar que há uma população diretamente atingida e que ficou excluída dos acordos firmados entre a Braskem e o poder público. São os moradores dos bairros Flexal de Baixo, Flexal de Cima e parte dos moradores do bairro de Bom Parto que não foi incluída na zona considerada de perigo. As populações destas localidades, bairros que podem ser enquadradas como empobrecidos, reclamam sua inclusão nos acordos, visto que nas suas residências podem ser identificados padrões de deterioração análogos aos

das casas incluídas na área de resguardo. Além de conviver entre rachaduras e tremores de terra, essas populações acabaram sendo condenadas a conviver numa área abandonada, onde os serviços públicos são ausentes e o isolamento social é uma constante. Por isso, compreendemos que no perímetro que comprehende a área de resguardo e seu entorno se constitui a segunda zona de sacrifício em consequência da exploração de sal-gema, visto que as populações que ali residiam foram expostas a um risco ambiental sem precedentes históricos.

Considerações finais

O sistema do capital funciona a partir de uma lógica predatória. Ao colocar a sua engrenagem em funcionamento, explora homens e recursos naturais em nome da sua reprodução em escala sempre ampliada. Nesse sentido, é um modo de produção que a tudo domina e subordina aos seus próprios interesses. No entanto, esta particularidade do modo de produção capitalista, que o diferencia em produtividade quando comparado aos modos de produção anteriores, também promove contradições internas insanáveis. Como o sistema tem a necessidade de escoar a produção realizada a fim de garantir taxas de lucratividade sempre maiores, qualquer entrave neste processo gera crises, que o sistema precisa burlar. A tendência ao mercado mundial, bem como o incremento produtivo via aplicação da ciência e tecnologia fazem parte das estratégias das quais o capital se vale para deslocar essas contradições, uma vez que não podem ser completamente sanadas, sob pena de extinguir o próprio domínio do capital. É nesta contradição do sistema do capital que reside a sua racionalidade parcial, presa ao presente e incapaz de vislumbrar as consequências de sua lógica predatória.

Este quadro se agrava ao chegarmos aos fins da década de 1960 e início dos anos 1970. Conforme apontam estudos do filósofo húngaro István Mészáros (2011), é nesse período que o capital atravessa um limiar importante: sai da precipitação de crises cíclicas – locais, reduzidas a setores específicos da produção – para adentrar num contexto de crise estrutural do sistema. Desde então, observa-se a queda tendencial das taxas de lucratividade do capital, que acaba afetando todo o globo, e espalhando-se para todos os setores da vida social. Nesse cenário, até mesmo os antigos métodos de deslocamento das contradições do capital perdem eficácia, fazendo o capital atingir seus limites absolutos, e obrigando o sistema a levar ao extremo suas estratégias de sobrevivência, mesmo que à custa da maioria da humanidade e da própria manutenção sadia do meio ambiente.

Aliás, o capital faz dos recursos naturais disponíveis no meio ambiente meros meios de produção destrutiva do capital. O uso perdulário dos recursos naturais torna-se a pedra de toque do sistema, que já não distingue produtividade de destrutividade. Sob esta lógica, toda

intervenção no meio ambiente deve estar a serviço da reprodução do capital, não importando que esta se faça de modo predatório ou não. Ciência e tecnologia aplicadas à maior produtividade do sistema do capital são desvirtuadas, não podendo realizar a sua possível potência para preservação dos recursos naturais. Crimes ambientais tornam-se comuns, e todo o aparato da sociedade do capital verte suas forças para que tais crimes fiquem impunes. Reside aí o elo entre a lúcida visão de Mészáros (2011) a respeito das questões ambientais e um dos casos mais recentes de crime ambiental promovido em nome da manutenção das elevadas taxas de acumulação do capital: o caso Braskem, que atingiu diversos bairros da região metropolitana da cidade de Maceió.

A análise do histórico da indústria química alagoana que desencadeou o crime socioambiental pela exploração de sal-gema nos permite ver manifesta a lógica autoexpansionista do capital. No transcorrer dessa história evidencia-se um processo de quatro décadas de negligência com o meio ambiente, nas quais a natureza foi explorada ao máximo de suas capacidades para garantir a reprodução ampliada do capital. Vimos que desde o princípio, ainda nos estudos prospectivos, havia a possibilidade de subsidência do solo e esta foi completamente ignorada. Do mesmo modo, desde o princípio foi apontado que a presença da planta industrial para o processamento de cloro e soda no Pontal da Barra era extremamente problemática, e estes apontamentos também foram completamente ignorados. Nos dois casos, os danos que sabidamente seriam causados são tidos como a destruição produtiva inerente ao processo e, por isso, inevitáveis. Dentro dessa lógica, a apropriação do solo, da água, a poluição do ar e o risco permanente para as pessoas são danos colaterais inevitáveis e justificáveis na medida que são funcionais para a lógica reprodutiva do capital, assim como também contribuem com os mecanismos de controle das suas contradições internas.

Com base no exposto, cabe também inserir a implantação da indústria química em Alagoas, assim como todo o processo de expansão industrial nordestina que ocorreu à época, como parte do projeto global do capital. Esta implantação coincide com o período que Mészáros (2011) aponta como o início da crise estrutural do capital e da ativação dos limites absolutos do sistema, qual seja, final da década de 1960, e início dos anos 1970. Nesse período, indústrias que geravam riscos ao meio ambiente foram deslocadas para regiões menos desenvolvidas, onde receberam, por parte do Estado, todo tipo de facilidades que contribuíram para sua efetivação, seguindo a lógica global do desenvolvimento do capital em crise estrutural. Nisso reside a impossibilidade de tais projetos consolidar o desenvolvimentismo que defendiam, visto que o fundamento dessas atividades extrativistas é, ao fim e ao cabo, alimentar a expansão do capital em locais distantes daqueles em que esse tipo de atividade é instalada.

Outro ponto que merece destaque é quanto ao uso da tecnologia em casos como este. Vimos que durante os processos investigativos que comprovaram que a mineração estava na base dos problemas em Maceió foi utilizada uma série de saberes tecnológicos capazes de fazer a devida leitura da situação e atestar suas causas. É evidente que esta mesma tecnologia poderia ser empregada para evitar que situações como estas ocorram. No entanto, essa capacidade está subsumida às demandas do capital que as utiliza como ferramentas para o aumento de produtividade, o que acaba restringindo a potencialidade da ciência e da tecnologia de serem empregadas na contenção dos problemas ambientais.

Dante do exposto, verifica-se que mesmo a atividade predatória à natureza e à população atingida pelo crime ambiental da Braskem não foi suficiente para livrar o sistema do capital de suas contradições internas. Sob o peso da crise estrutural do capital, e da ativação dos seus limites absolutos, o sistema urge por padrões de destrutividade como os que observamos no caso Braskem, mesmo que este quadro não seja mais capaz de deslocar as suas contradições internas, mas apenas prolongar o seu *modus operandi* cada vez mais contraditório. Assim sendo, a tendência destrutiva, que se tornou a regra da reprodução do capital, tem se acelerado na justa medida em que o deslocamento de suas contradições internas se mostra incapaz de realização. Reverter este quadro não é uma tarefa fácil, e nem possível de acontecer por dentro do sistema do capital. Quebrar o padrão de reprodução do capital como o momento predominante da tomada de decisão é o primeiro passo rumo à concretização da sustentabilidade do meio ambiente, se a história e a natureza nos conceder tempo para isso.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, Henri. Apresentação: De “bota foras” e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, H. (org.). *Conflito social e meio ambiente no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 07-18.
- AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia de desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 10^a edição. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- BRASKEM. A Braskem: perfil e história. *Braskem*. Maceió, 2024. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/perfil#:~:text=A%20Braskem%20%C3%A9%20uma%20empresa,%C2%AA%20maior%20petroqu%C3%ADmica%20do%20mundo>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- BRASIL. Decreto n.º 59.356 de 4 de outubro de 1966. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59356-4-outubro-1966-400012-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Autoriza%20o%20cidad%C3%A3o%20brasileiro%20Euvaldo,de%20Macei%C3%B3%2C%20Estado%20de%20Alagoas>. Acesso em: 05/03/2021.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Serviço Geológico do Brasil (CPRM). *Estudos sobre a instabilidade do terreno nos*

- bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL): ação emergencial no bairro Pinheiro - Relatório síntese dos resultados n° 1. Vol. I. Brasília (DF): CPRM, 2019. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/21133/1/relatoriosintese.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- BRASIL, Senado Federal. *Comissão Parlamentar de Inquérito da Braskem*. Transcrição literal das notas taquigráficas da 5ª reunião: depoimento de Thales Sampaio. 2024. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/12344>. Acesso em 27 de agosto de 2024a.
- BRASIL, Senado Federal. *Comissão Parlamentar de Inquérito da Braskem*. Transcrição literal das notas taquigráficas da 3ª reunião: apresentação e apreciação do plano de trabalho. 2024. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/12310>. Acesso em 27 de agosto de 2024b.
- DIODATO, R. V. *Da concepção de um polo cloroquímico ao desenvolvimento da cadeia produtiva da química e do plástico de Alagoas*. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/2288/1/Da%20concep%C3%A7%C3%A3o%20de%20um%20polo%20cloroqu%C3%Admico%20ao%20desenvolvimento%20da%20cadeia%20produtiva%20da%20que%C3%Admica%20e%20do%20pl%C3%Adstico%20de%20Alagoas.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.
- FLORENCIO, C. P. *Geologia dos Evaporitos Paripueira na Sub-Bacia de Maceió, Alagoas, Região Nordeste do Brasil*. São Paulo, Tese (Doutorado em Geociências) - USP, 2001. Instituto de Geociências. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/44/44133/tde-27102015-142649/pt-br.php>. Acesso em: 28 ago. 2024.
- GALVÃO, Claudia. Rachaduras no asfalto atingem prédios e assustam moradores. *Alagoas 24 Horas*, 12 de julho de 2010. Disponível em: <https://www.alagoas24horas.com.br/604114/rachaduras-no-asfalto-atingem-predios-e-assustam-moradores/>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- LOPES, G. C. L. de A. *Estrutura econômica e organização socioespacial em Alagoas no século XX*. 2018b. 198 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/994596>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. *O Polo Cloroquímico de Alagoas*. Maceió: Edufal, 1997.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MELO, Joyce. “Aqui vencemos a floresta”: como a ditadura militar torturou a Amazônia. *A Verdade*, 02 de abril de 2021. Disponível em: <https://averdade.org.br/2021/04/aqui-vencemos-a-floresta-como-a-ditadura-militar-torturou-a-amazonia/>. Acesso em: 24/08/2024.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MINA 18 não possui o tamanho do estádio maracanã. *Cada Minuto*, Maceió, 04 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2023/12/04/mina-18-nao-possui-o-tamanho-do-estadio-maracana>. Acesso em: 26/08/2024.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social*: uma análise do Serviço Social no Brasil no pós-64. 16ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, José Paulo. *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964–1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

RÁDIO NOVELO APRESENTA. *Gregos e Alagoanos*. [Locução de:] Évilin Argenta. Entrevistados: Dirceu Buarque; Guilherme Cezar; Otávio Lemos; José Geraldo Marques. Rio de Janeiro: Rádio Novelo, 11 jan. 2024. Podcast. Disponível em: <https://radionovelocom.br/originais/apresenta/gregos-e-alagoanos/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

TEIXEIRA, A. F. de M. et al. A lógica do discurso ambientalista empresarial: da extração de sal-gema aos impactos no ambiente urbano. *Revista Movimentos sociais e dinâmicas espaciais*, Recife, v. 9, p. 27-42, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/243613>. Acesso em: 1 mar. 2021.

TREMOR DE TERRA em Maceió, al, 03 de março de 2018. *Centro de Sismologia USP*, 2018. Disponível em: <https://moho.iag.usp.br/reports/20180306>. Acesso em: 27 ago. 2024.

VIEIRA, M. do C. “*Daqui só saio pó*”: conflitos urbanos e mobilização popular – a Salgema e o Pontal da Barra. Maceió: Edufal, 1997.

A perspectiva autogestionária no Minha Casa Minha Vida Entidades e a participação popular

The self-management perspective in Minha Casa Minha Vida Entidades
and popular participation

Geisa Elmokdisi Pedrosa Bordenave*

Resumo: O presente artigo busca refletir sobre as lutas por moradia e autogestão no Rio de Janeiro, a partir do programa Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV-Entidades). O objetivo é, partindo das perspectivas do direito à cidade e moradia sob a lógica autogestionária, refletir sobre as possibilidades de participação popular a partir desta vertente do programa federal. Neste sentido, considerando a crise do capital e os compromissos ético-políticos do Serviço Social, está proposta uma análise sobre seus limites e possibilidades de contribuições para a construção de cidades mais justas e democráticas. O artigo foi construído a partir de dados e reflexões oriundos de pesquisas bibliográficas e de campo – qualitativas – realizadas pela autora em âmbito de doutorado e pós-doutorado.

Palavras-chaves: Lutas por moradia; MCMV Entidades; Autogestão; Política de habitação; Serviço Social.

Abstract: This article seeks to reflect on the struggles for housing and self-management in Rio de Janeiro, based on the Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV-Entities) program. The aim is, from the perspective of the right to the city and housing under the self-management logic, to reflect on the possibilities of popular participation from this aspect of the federal program. In this sense, considering the crisis of capital and the ethical-political commitments of Social Work, an analysis is proposed of its limits and possibilities for contributing to the construction of fairer and more democratic cities. The article is based on data and reflections from qualitative bibliographical and field research carried out by the author during her doctoral and post-doctoral studies.

Keywords: Housing struggles; MCMV Entities; Self-management; Housing policy; Social work.

Introdução

Desde a década de 1970 o modo de produção capitalista adentra um período de profunda crise — compreendida, nos termos de Mandel (1994), como uma crise estrutural. Os anos de 2008 e 2009 aprofundam este contexto de crise, a partir de um colapso que se origina no

* Graduada em Serviço Social (UFRJ). Doutora e mestre em Ciências Sociais (UERJ). Possui pós-doutorado em Serviço Social (PUC-Rio) e Arquitetura e Urbanismo (USP e PUC-Rio). Professora Adjunta do Departamento de Política Social da UERJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8607-9685>

“estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos em 2007” (Rolnik, 2015, p. 15), assim como a posterior pandemia de covid-19, em 2020. A crise do capitalismo, considerando seu caráter destrutivo (Mészáros, 2002), tem consequências desastrosas para as políticas sociais, e ocasiona uma severa agudização das expressões da questão social, em um contexto de ultraneoliberalismo que se instala no Brasil (Behring, 2021).

O contexto de crise e decadência do capitalismo, no Brasil, neste sentido, acentua uma dinâmica de negação de direitos e políticas sociais, o que não significa o desaparecimento das lutas e disputas. Os movimentos de luta por moradia se consolidaram no Brasil no contexto do processo de democratização — coincidindo com a instalação de um ideário neoliberal que impediou a efetivação dos direitos sociais elencados na Constituição Federal de 1988. Foi durante a elaboração da Constituinte, que setores ligados ao ideário da reforma urbana conseguiram rearticular suas forças políticas, consolidando o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) (Grazia, 2003). O MNRU envolveu movimentos populares de moradia, transporte, saneamento, associações e entidades profissionais preocupadas com a questão urbana, assim como entidades sindicais e acadêmicas (Trindade, 2012; Maricato, 2015). É neste momento, portanto, que ocorrem as primeiras ocupações organizadas de terra e tem início a organização dos movimentos de luta pela urbanização e acesso à terra e moradia (Gohn, 1991).

O MNRU elabora três princípios para referenciar sua prática: o “direito à cidade e à cidadania”, compreendido como uma universalização do acesso aos equipamentos e serviços urbanos; a “gestão democrática da cidade”, entendida como uma forma de pensar e operar as cidades a partir do controle e participação popular; e a “função social da propriedade e da cidade”, implicando na prevalência do interesse comum sobre o direito individual (Grazia, 1990; 2003). Tais princípios estão imbuídos, portanto, por um profundo questionamento da ordem capitalista, afirmar uma perspectiva coletiva do “direito à cidade” — termo cunhado primeiramente por Henri Lefebvre, na década de 1960 — e apropriado por Harvey na compreensão de que tal direito “depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização” (Harvey, 2012, p. 74). No âmbito legal, algumas conquistas se colocam: o capítulo que trata da política urbana na Constituição Federal de 1988, e mais tarde, em 2001, a aprovação do Estatuto da Cidade. É neste contexto político e social que surge — dentre diversos outros movimentos sociais urbanos — a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), e no Rio de Janeiro, a União por Moradia Popular (UMP-RJ), que tem, desde os anos de 1990, a autogestão habitacional, apoiada nos princípios do MNRU, como uma de suas bandeiras de luta. A questão da participação social — compreendida aqui como algo

essencial à democracia, e que “tem como princípio uma redistribuição de poder e a ampliação do debate público em decisões que afetam uma sociedade” (Pinheiro e Almeida, 2023) — e das reivindicações em torno do exercício deste poder coletivo coadunam com o projeto ético-político do Serviço Social, na medida em que defende como princípios fundamentais o aprofundamento da democracia e a construção de uma ordem societária livre de opressões e explorações de qualquer ordem (CFESS, 1993).

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as lutas por moradia e autogestão no Rio de Janeiro a partir do Minha Casa Vida Entidades (MCMV-Entidades) — programa federal considerado pelos movimentos de moradia como uma conquista da luta por autogestão — criado em 2009, interrompido entre 2016 e 2022, e retomado em 2023. Neste sentido, o artigo se organiza em três tópicos: no primeiro, será realizada uma breve contextualização das lutas por moradia e as reivindicações por autogestão habitacional a partir da luta pela reforma urbana — que conjuga o debate sobre o direito à moradia e à cidade. No segundo as reflexões se concentram no programa habitacional Minha Casa Minha Vida Entidades, a fim de refletir sobre as experiências da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para a experiência da cooperativa habitacional Esperança, situada em Jacarepaguá-RJ. No terceiro tópico são suscitadas reflexões sobre a lógica autogestionária na habitação e a participação popular a partir do programa MCMV Entidades, refletindo sobre seus limites e potencialidades para a construção de cidades mais justas e democráticas.

O artigo parte de resultados da tese de doutorado da autora, concluída em 2019¹ — realizada a partir de uma pesquisa qualitativa e etnográfica junto à UMP-RJ — e de pesquisa de pós-doutorado, concluída em 2021², que se concentrou em um aprofundamento da análise de uma das cooperativas habitacionais construídas com participação do movimento e suas dificuldades de regularização, após finalização do processo de construção: Esperança.

Lutas por moradia e as reivindicações por autogestão habitacional

A União Nacional por Moradia Popular (UNMP) — que se constitui como um dos atores que formam a rede ampla e heterogênea dos movimentos de moradia no Brasil (Tatagiba, 2011)

¹ A referida tese foi defendida no ano de 2019 no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UERJ: BORDENAVE, Geisa. *Histórias em três tempos: lutas por moradia em um contexto político-religioso na Zona Oeste do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. A pesquisa contou com bolsa de doutorado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

² Resultados e dados desta pesquisa de pós-doutoramento foram publicados neste artigo: BORDENAVE, Geisa. Autogestão na habitação e propriedade coletiva da terra: a experiência de uma cooperativa habitacional em Jacarepaguá-RJ. *O Social em Questão*, vol. 1, núm. 53, pp. 233-254, 2022.

— surge entre a segunda metade da década de 1980 e o início dos anos 1990. São os anos de 1990, que segundo Dagnino (2002), serão caracterizados por uma “revitalização da sociedade civil”, e é neste momento que a UNMP se consolida e se expande aos poucos e em diferentes momentos em dezenove estados do Brasil, sendo os primeiros São Paulo, Minas Gerais e Paraná. De acordo com a narrativa da própria UNMP, o movimento se consolidou “a partir do processo de coletas de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular que criou o Sistema, o Fundo e o Conselho Nacional por Moradia Popular no Brasil (Lei 11.124/05).”

No Rio de Janeiro, a UNMP se consolida na década de 1990, a partir da criação da União por Moradia do Rio de Janeiro (UMP-RJ), e a construção da primeira cooperativa habitacional — compreendido aqui como modelo que possibilita a organização popular no âmbito da habitação — no Rio de Janeiro com participação da União: Shangri-lá, localizada em Jacarepaguá³.

O cooperativismo, enquanto uma experiência mais contemporânea de autogestão é um dos modelos que melhor representa valores como a ajuda mútua, democracia, igualdade e solidariedade, o que levou a Organização das Nações Unidas (ONU) lançar em 31 de outubro de 2011 o Ano Internacional das Cooperativas e, em 2012, realizar esforços para expandir a consciência pública sobre o papel das cooperativas no cumprimento de Metas de Desenvolvimento do Milénio (ODM) como a redução da pobreza e o desenvolvimento socioeconômico (Antão e Ribeiro, 2020, p. 3).

A UNMP surge como um movimento que dialoga com o poder público, ocupando espaços institucionais, em uma dinâmica que alguns pesquisadores vêm compreendendo como uma “luta por dentro do Estado” (Tatagiba, 2011, p. 234). Há o privilegiamento, portanto, de uma atuação no campo legislativo — estão atualmente, inclusive, engajados na discussão de um projeto de lei da Autogestão em Habitação⁴ —, visando formulação de políticas públicas, através da participação em espaços institucionais, como o Conselho das Cidades. Além disso, a pressão direta é uma estratégia utilizada pela União: ocupações breves (geralmente em prédios das instâncias do Estado com as quais se quer negociar, como a Caixa Econômica Federal e Secretaria de Patrimônio da União), atos e manifestações.

De acordo com os dados de pesquisa coletados⁵ entre 2019 e 2021, a perspectiva de autogestão defendida pela União por Moradia Popular se baseia no modelo uruguaio de

³ Cabe pontuar que a construção de Shangri-lá, de forma autogestionária e através de mutirão, não contou com financiamento público — os atores envolvidos foram uma Comunidade Eclesial de Base (CEB), Pastoral de Favelas e a Fundação Bento Rubião (que à época contava com financiamento oriundo de parcerias com organizações estrangeiras). Para mais informações sobre Shangri-lá ver: Bordenave (2023).

⁴ Mais informações no site da UNMP: <https://unmp.org.br/category/pl-autogestao/>

⁵ Os dados aqui mencionados dizem respeito à pesquisa de doutorado anteriormente citada, e desenvolvida entre os anos de 2019 e 2021.

cooperativismo habitacional⁶ — tendo havido, inclusive, um “intercâmbio” promovido pela Fundação Bento Rubião e a Pastoral de Favelas junto à Federação Uruguaia de Cooperativas de Habitação por Ajuda Mútua (FUCVAM) (Bordenave, 2022). A reivindicação pela autogestão na habitação é destacada pelos movimentos como uma “bandeira histórica”, atrelada à “defesa da participação popular nas políticas públicas”:

A UNMP defende a autogestão como uma maneira não só de construir casas, bairros ou equipamentos sociais, mas como uma forma de construção de poder popular. Ao controlar recursos públicos e processos, lutamos contra o clientelismo e a manipulação do poder público sobre a população e as organizações sociais. Construímos alternativas de gestão onde somos sujeitos de nossa história⁷.

Conforme aponta Ferreira (2014): “a autogestão não está associada à forma de construção, mas à autonomia dada a um grupo organizado por uma associação comunitária ou cooperativa que tomará as decisões referentes ao empreendimento”. Assim, o que se destaca aqui é que a autogestão é entendida como um processo no qual a população é protagonista, e, portanto, responsável pelo projeto, localização, forma de construção, organização do grupo, dentre outros elementos.

Cabe pontuar que muitas cooperativas construídas por autogestão contam com a contratação de construtoras e grandes escritórios, e isto é percebido como algo contraditório por lideranças de movimentos de moradia (Bordenave, 2019). Conforme destacam Rizek, Bergamin e Barros (2003), existem processos, pretensamente autogestionários, em que a população possui menos controle e acesso à gestão dos recursos envolvidos, e há casos que privilegiam o envolvimento das pessoas durante todo o processo, e são, portanto, considerados como “virtuosos”. Assim, a autogestão como reivindicação dos movimentos traz o horizonte de que a demanda está para além do direito à moradia, e se apresenta como uma reivindicação pelo direito à cidade, sob uma perspectiva coletiva do direito. No tópico seguinte, ao tratar do MCMV Entidades e a construção de Esperança, trataremos de um caso considerado como “virtuoso”: um exemplo de autogestão habitacional onde o processo foi conduzido com protagonismo da população envolvida.

⁶ O cooperativismo habitacional no Uruguai reconhece legalmente a propriedade coletiva – diferente do Brasil. As primeiras experiências de cooperativas habitacionais autogestionárias no Uruguai datam da década de 1960, sob iniciativa do Centro Cooperativista Uruguai (CCU). No entanto, somente com a aprovação da Lei Nacional de Moradia, nos anos de 1970, o sistema cooperativo é instituído e a produção habitacional sob essa modalidade cresce de forma expressiva (Ghilardi, 2017).

⁷ “UNMP, Ofício ao Ministério das Cidades, abril de 2003”. A citação encontra-se no artigo “Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção” dos autores Edilson Mineiro e Evaniza Rodrigues.

O Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades no Rio de Janeiro e a construção de esperança

O Minha Casa Minha Vida foi criado no ano de 2009 como um programa econômico. Foi concebido pelos ministérios da Casa Civil e Fazenda em diálogo com o setor imobiliário e da construção civil, buscando de forma declarada o “enfrentamento da chamada crise dos supremos americanos que recentemente tinha provocado a quebra de bancos e impactado a economia financeira mundial” (Santo Amore, Rufino e Shimbo, 2015). É em torno disto que giram as principais críticas ao programa, desde o seu surgimento: ele não foi concebido para ser uma política pública de habitação, mas sim com objetivos econômicos. Isto ocorre em um contexto de crescente “financeirização” da habitação, onde vivemos a desconstrução da noção de habitação como um bem social, associada à sua transformação em mercadoria e ativo financeiro (Rolnik, 2015). Além disso, no período de sua formulação diversos analistas já apontavam os riscos de que o MCMV repetisse os mesmos erros do BNH em relação à produção habitacional localizada em áreas com precária infraestrutura urbana, considerando a completa desarticulação em relação às matérias urbanísticas e às ações municipais de uso e regulação do solo, contribuindo, assim, para o aprofundamento da segregação territorial (Santo Amore, 2015).

A vertente denominada como Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV-Entidades), foi criada também em 2009, como “resposta” às reivindicações dos movimentos de moradia: representa uma importante conquista dos movimentos que lutaram e lutam por autogestão na habitação. A UNMP se tornou um dos movimentos populares de luta por moradia que mais contratou projetos por meio do programa MCMV Entidades em todo o país, provavelmente por conta de sua inserção em relevantes espaços como o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades) e o Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social (Pandolfi e Santo, 2014). O MCMV Entidades, diferentemente do MCMV tradicional, possibilita que grupos organizados acessem o financiamento das moradias e realizem as construções através de autogestão e mutirão, caso assim decidam. Esta possível “resposta” às reivindicações dos movimentos de moradia, no entanto, aparece com um explícito caráter de excepcionalidade: apenas 3% do financiamento destinado ao MCMV corresponde à modalidade Entidades.

Uma série de vantagens do Entidades com relação ao modelo tradicional do programa são apontadas pelos movimentos, e duas delas merecem destaque: com a autogestão, os grupos têm a possibilidade de escolher o terreno onde as moradias serão construídas, assim como cabe a eles a definição do projeto e do material utilizado, resultando em moradias com qualidade superior. Estes dois elementos, utilizados para valorizar a modalidade Entidades, são os mais

enfatizados pelas lideranças dos movimentos de moradia, conforme demonstram dados de pesquisa (Bordenave, 2019), e tem profunda conexão com a dimensão da participação da população no processo. A possibilidade de escolher onde morar, ainda que com limitações impostas pelas dificuldades do acesso à terra no Brasil, possibilita algum enfrentamento à histórica lógica de segregação territorial na política habitacional brasileira, reafirmada pelo MCMV tradicional (Santo Amore, 2013; Bordenave, 2019).

A cooperativa Esperança — localizada no bairro Colônia⁸, em Jacarepaguá, em um terreno cedido pela União — é composta por 70 famílias, foi “contratada” na primeira fase do MCMV Entidades, no ano de 2009, e teve suas obras concluídas em 2015, quando ocorreu a inauguração. Cabe pontuar que o grupo já se encontrava em fase de organização anteriormente — chegando mesmo a “assinar contrato” com o Crédito Solidário⁹, sem conseguir de fato acesso ao financiamento que possibilitasse o início das obras. Do início da organização de Esperança até sua inauguração se somaram mais de uma década: “16 anos de muita luta” (Bordenave, 2019).

Cabe destacar que Esperança segue sendo o único projeto de construção — houve também a experiência da ocupação Manoel Congo¹⁰, porém, como reforma de prédio — concretizada no âmbito do Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade do Rio de Janeiro, e não teve seu processo de regularização concluído. Este é um dos pontos que merece destaque: Esperança se concretiza como um caso emblemático e de sucesso, tendo recebido o Prêmio de Melhores Práticas da Caixa¹¹ em 2017, no entanto, ainda em 2024, busca estratégias para concluir a regularização das casas e garantir suas propriedades (Bordenave, 2022). Após a retomada do programa em 2024, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, outros projetos foram contratados encontram-se em andamento, como é o caso do Quilombo da Gamboa e da ocupação Vito Giannotti, no bairro do Santo Cristo — ambos na região portuária da cidade.

⁸ O terreno está localizado na área da antiga Colônia Juliano Moreira. O reconhecimento como bairro ocorreu no ano de 2011.

⁹ Através do programa Crédito Solidário – criado em 2005 e substituído pelo MCMV Entidades em 2009 - a autogestão habitacional foi bastante impulsionada no Brasil, conforme analisa Lago (2015). No entanto, no Rio de Janeiro, apesar de contratações, nenhuma experiência foi concretizada.

¹⁰ A ocupação Manoel Congo, localizada no centro do Rio de Janeiro, contou com um projeto de reforma financiado pelo MCMV Entidades, e segue com uma trajetória de 16 anos. Há expectativa de que a regularização da ocupação seja concluída em 2024. Para mais informações: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/ocupacao-manoel-congo-no-rio-deve-ser-regularizada-ainda-em-2024>

¹¹ O prêmio “Melhores Práticas em Gestão Local” promovido pela Caixa Econômica Federal ocorre a cada dois anos e reconhece 20 práticas com os temas: Habitação, Gestão Ambiental e Saneamento, Gestão Municipal, Desenvolvimento Local e Inclusão Social e Trabalho Social. O prêmio em questão tem o objetivo de dar “visibilidade” a estes projetos, e não consiste num prêmio em dinheiro. Mais informações em: http://www1.caixa.gov.br/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/melhores_praticas_index.asp

A perspectiva autogestionária do MCMV-Entidades e a participação popular

A partir de elementos trazidos sobre as perspectivas de autogestão na habitação, do MCMV Entidades e da construção de Esperança, trago algumas reflexões a partir de tensões e contradições. A primeira diz respeito ao processo através do qual Esperança foi construído: o longo tempo de organização e construção. Os empecilhos burocráticos e as dificuldades na relação estabelecida com a Caixa Econômica Federal aparecem com muita frequência nos relatos na pesquisa (Bordenave, 2019). Mineiro e Rodrigues (2012) analisam estes empecilhos burocráticos que muitas vezes impedem a contratação através de grupos organizados para a autogestão como uma postura do Estado de “arbitrariedade e preconceito”: de acordo com os autores os movimentos populares são frequentemente obrigados a provar sua “capacidade e integridade moral” para acessar os recursos, que na maior parte das vezes não conseguem passar da etapa de projetos piloto. Assim, os movimentos compreendem esta postura do Estado como uma estratégia para “vencer pelo cansaço”.

Nos dados de pesquisa trazidos na tese (Bordenave, 2019) há ainda a questão das frequentes “danças das cadeiras” no âmbito da Caixa Econômica Federal: os técnicos envolvidos no processo seriam frequentemente trocados de setor quando se iniciava uma maior proximidade com as lideranças dos movimentos. Há nesta estratégia, uma postura por parte da Caixa — como agente do Estado — que busca dificultar e tornar o processo mais lento e difícil. Estes dois elementos evidenciam a contradição de uma vertente do MCMV que tem como proposta central possibilitar a autogestão, portanto, uma perspectiva mais democrática e participativa da política de habitação, mas também constrói uma lógica de empecilhos e dificuldades neste processo, que, quando não impossibilitam o acesso, tornam exceções os casos exitosos (Bordenave, 2019).

Um elemento bastante presente durante a pesquisa diz respeito à própria formalização da cooperativa habitacional enquanto tal. Apesar de a modalidade MCMV Entidades prever a construção e organização de forma autogestionária pelas entidades – sejam organizações não governamentais ou movimentos sociais – não havia legalmente a possibilidade de reconhecimento formal da cooperativa como uma propriedade coletiva. Esta limitação fez com que Esperança fosse registrada junto à Caixa como um condomínio, operando pela lógica da propriedade individual do MCMV tradicional, ainda que o movimento e os moradores não concordassem com isto (Bordenave, 2019).

Conforme mencionado no tópico anterior, a regularização das casas construídas em Esperança não foi concluída. A inauguração ocorreu em 2015, e logo em seguida o desmantelamento do MCMV Entidades, associada à falta de diálogo com os movimentos

populares após o golpe de 2016, trouxe um período de grande incerteza e tensão para o movimento e moradores da cooperativa. As questões jurídicas com frequência são citadas como as de mais difícil solução, uma vez que se faz necessário conhecimento técnico para que se possa estabelecer diálogo e compreender as pendências — o que fez com que o grupo Esperança, no ano de 2020, buscasse apoio de uma assessoria jurídica, diante da impossibilidade de a Fundação Bento Rubião continuar oferecendo este serviço ao grupo.

O que se percebe neste contexto, é uma lógica por parte do Estado de desqualificação das demandas da população — o que vem sendo constatado por outros pesquisadores que pensam as relações de movimentos populares com os diversos agentes do Estado. Conforme analisam Birman, Fernandes e Pierobon (2014) estaria em jogo uma ilegibilidade ordinária que é engendrada por um certo grau de opacidade nos planos e nas práticas governamentais. As dificuldades para acessar informações referentes ao processo de construção da cooperativa e os diversos empecilhos burocráticos, portanto, podem ser compreendidos como um modo de operar das instâncias do Estado com relação às populações pobres e movimentos populares. Avançando nesta análise, seria possível pensar que este modo de operar limita e põe severas restrições à autogestão, criando um distanciamento entre aquilo que os movimentos populares têm demandado, na busca pela efetiva participação na construção da cidade — e de suas moradias — e os moldes colocados a partir do MCMV Entidades.

No caso de Esperança, estas limitações se desdobram na perpetuação dessa ilegibilidade que aparece na negação da regularização das casas. Diante dos empecilhos burocráticos e das imensas barreiras impostas no diálogo com o movimento e a população envolvida, se concretiza, na prática, uma negação ao direito de serem reconhecidos com legítimos proprietários de suas casas.

As reivindicações por autogestão habitacional pela UNMP atualmente têm apontado para a tentativa de aprovação do Projeto de Lei Federal da Autogestão da Habitação (PL 4216/2021).

A proposta do Projeto ainda busca criar mecanismos que possam fazer da habitação uma política pública, assim como, a política de educação, saúde e assistência social que mesmo com os avanços e reprocessados possuem sistemas que são permanentes”, conta o assessor técnico da UNMP, Edison Mineiro¹².

A defesa do mencionado projeto de lei se sustenta no argumento de que a autogestão se configura como uma alternativa mais democrática e menos custosa, além de se configurar como

¹² Trecho oriundo de matéria sobre audiência pública: <https://unmp.org.br/uniao-debate-aprovacao-do-projeto-de-lei-da-autogestao-da-habitacao-em-audiencia-publica/>

ao cooperativismo habitacional no país — o que atualmente não tem sido possível mesmo através da modalidade Entidades. Torna-se evidente pelas experiências do MCMV Entidades que a qualidade das construções é bastante superior em comparação ao MCMV tradicional, e que aponta para um caminho de construção mais democrática das cidades, ainda que com limitações.

Considerações finais

O programa Minha Casa Minha Vida Entidades surgiu, conforme mencionado, como uma resposta às reivindicações dos movimentos de luta por moradia, e é, nesta medida, compreendido por estes movimentos como uma relevante conquista. A sua retomada, no ano de 2024, ainda não pode ser avaliada, no entanto, a partir do que foi exposto, percebe-se que as contradições presentes na operacionalização do programa colocam em xeque suas reais possibilidade de dar conta de uma demanda por autogestão. Não apenas por conta do nítido caráter de excepcionalidade atribuído à vertente do programa, mas também pelas significativas limitações e “engessamentos” que se apresentam.

O caso específico da cooperativa Esperança, conforme analisado, é bastante emblemático para a reflexão sobre o programa: o único “empreendimento” construído a partir da modalidade Entidades na cidade do Rio de Janeiro. Apontado como um exemplo exitoso, além de não ter sido reconhecido como uma propriedade coletiva, — tal como buscavam moradores e movimento — carece de regularização. Os moradores, que, através de mutirão e autogestão, construíram as 70 casas que compõem a cooperativa, receberam e recebem o “reconhecimento” pelo trabalho concluído — através do Prêmio de Melhores Práticas da Caixa — mas não os títulos de propriedade até o presente momento. Desde 2020, os moradores e lideranças de Esperança têm dialogado com a organização não-governamental Comunidades Catalisadoras (ComCat), na busca por transformar Esperança em um projeto piloto de Termo Territorial Coletivo no Brasil (TTC). Ou seja, as estratégias para regularização adotadas pelo grupo, que teve sua cooperativa organizada e construída em terreno público cedido pela União e financiada por um programa federal, tem transitado em outras esferas, ao compreender que o Estado não resolverá estas pendências (Bordenave, 2022).

É relevante reconhecer a potencialidade da autogestão habitacional, na medida em que torna possível que as pessoas envolvidas se constituam como sujeitos ativos no processo, em oposição ao MCMV tradicional, que coloca as empreiteiras/grandes construtoras no centro do processo decisório. Ao deslocar este eixo decisório do mercado imobiliário para as pessoas estamos diante de uma possibilidade de profunda transformação, e por isso mesmo ao MCMV

Entidades tem sido destinada uma parcela ínfima do financiamento do programa: para garantir que a lógica mercadológica permaneça predominante. Cabe pontuar a necessidade de que se aponte na direção da construção de uma política de habitação comprometida com o aprofundamento de uma perspectiva democrática, que opere no sentido da universalidade e não da excepcionalidade.

É preciso, neste sentido, que a própria concepção da política de habitação seja afastada da lógica historicamente atrelada ao mercado — o que se coloca como um desafio bastante complexo no âmbito do modo de produção capitalista e no contexto de uma lógica ultraneoliberal vigente — e que é perpetuada em programas como o MCMV tradicional, que privilegiam o mercado em detrimento da compreensão da moradia como direito. Ao compreender que o MCMV tradicional contribuiu enormemente para o aprofundamento da segregação urbana e para a construção de moradias que não garantem minimamente a dignidade da população, aponta-se a necessidade de que o MCMV Entidades, se constitua como um programa amplo e que promova efetivamente a participação da população, em um processo autogestionário que atenda às demandas dos movimentos de moradia. Assim, avançar na compreensão da função social da cidade e da propriedade é imprescindível. Para que as experiências autogestionárias deixem de ser experiências virtuosas isoladas — o que reforça uma lógica focalizada e residual da política social — é fundamental que haja uma real participação social, e neste sentido, os caminhos de construção da política precisam ter este horizonte.

507

Referências bibliográficas

- ANTÃO, Renata Cristina Nascimento; RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. O cooperativismo habitacional e a gestão coletiva da propriedade como garantia da segurança da posse de populações vulnerabilizadas: o community Land Trust. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC* Santa Maria, RS, Vol. 7, N° 14, Jul./Dez. 2020.
- BARAVELLI, José Eduardo. *O cooperativismo uruguai no habitação social de São Paulo: Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha.* Dissertação (Mestrado) - FAU/USP, 2006.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Fundo público, valor e política social.* São Paulo: Cortez, 2021
- BIRMAN, Patricia; FERNANDES, Adriana; PIEROBON, Camila. Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares. *Maná*, vol.20 no.3 Rio de Janeiro Dezembro, 2014.
- BORDENAVE, Geisa. *Histórias em três tempos: lutas por moradia em um contexto político-religioso na Zona Oeste do Rio de Janeiro.* Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.
- BORDENAVE, Geisa. Autogestão na habitação e propriedade coletiva da terra: a experiência de uma cooperativa habitacional em Jacarepaguá-RJ. *O Social em Questão*, vol. 1, núm. 53, pp. 233-254, 2022.

- BORDENAVE, Geisa. Cooperativismo habitacional e luta por moradia no Rio de Janeiro: duas experiências autogestionárias em Jacarepaguá. *PerCursos*, Florianópolis, v. 24, e0301, 2023.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.
- BRASIL. *Lei nº 10.257*, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil. In: DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra: Unicamp, 2002.
- FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. *Autogestão e habitação: entre a utopia e o mercado*. Tese (Doutorado) - IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.
- GHILARDI, Flavio. Cinco décadas de cooperativismo de moradia no Uruguai. *Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, ano 8, n. 30, p. 15-24, set. 2017.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e luta pela moradia*. São Paulo, Loyola, 1991.
- GRAZIA, Grazia de. Reforma urbana e estatuto da cidade. In: RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz; CARDOSO Adauto Lucio (org.). *Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro. Revan: FASE, 2003.
- GRAZIA, Grazia de. (org.) *Plano Diretor: Instrumento de Reforma Urbana*. Rio de Janeiro: FASE, 1990.
- HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo. Martins Fontes, 2014.
- LAGO, Luciana. *Autogestão habitacional no Brasil: um canteiro experimental de insurgências*. Observatório das Metrópoles, 2015.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 1968.
- MARICATO, Erminia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MINEIRO, Edilson; RODRIGUES, Evaniza. Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção. In: LAGO, Luciana (org.). *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.
- PANDOLFI, Dulce; Espírito Santo; Wecisley Ribeiro do. Movimentos sociais urbanos e esfera pública: questões para o debate. In: LOPES, José Sergio Leite; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de (org.) *Movimentos Sociais e Esfera Pública*. CBAE, Rio de Janeiro, 2014.
- PINHEIRO, Marcos José de Araújo; ALMEIDA, Roberta dos Santos de. Participação social e território: diálogos possíveis para a gestão sustentável do patrimônio cultural. *História, ciência, saúde – Manguinhos*, 30. 2023.
- RIZEK, Cibele; BERGAMIM, Marta de Aguiar; BARROS, Joana. A política de produção habitacional por mutirões autogestionários: construindo algumas questões. In: *Encontros Nacional da Anpur*, 10., 2003, Belo Horizonte. Encruzilhadas do Planejamento: Repensando Teoria e Prática. Belo Horizonte, 2003.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SANTO AMORE, Caio. *Entre o nó e o fato consumado, o lugar dos pobres na cidade: um estudo sobre as ZEIS e os impasses da reforma urbana na atualidade*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- SANTO AMORE, Caio; RUFINO, Maria Beatriz; SHIMBO, Lúcia (Orgs). *Minha casa... E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*, Letra Capital, Rio de Janeiro, 2015.

TATAGIBA, Luciana. Relação entre movimentos sociais e instituições políticas na cidade de São Paulo: o caso do movimento de moradia. In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo (org.). *São Paulo: novos percursos e atores. Sociedade, cultura e política*. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole, 2011.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. Rev. *Lua Nova*, São Paulo, n. 87, 2012.

O familismo na assistência social como resposta do capital à crise estrutural

Familism in social assistance as capital's response to the structural crisis

Raíssa Cristina Arantes *
Daniella Borges Ribeiro **

Resumo: Este artigo tem como objetivo estudar o familialismo presente na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com enfoque nos cuidadores de usuários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), e a sua relação com a crise estrutural do capital, apontando os limites e as alternativas dessa relação sobre as famílias. Observa-se no Brasil um desmonte das políticas públicas e a transferência de responsabilidades do Estado para as famílias no que tange ao anseio pela proteção social. A pesquisa apresenta, por meio de 20 entrevistas realizadas em 04 municípios da Zona da Mata Mineira, como a Política de Assistência Social impulsiona a responsabilização familiar pelos cuidados dos usuários do referido benefício. Os dados apontam a intensificação da responsabilização familiar frente à crise estrutural do capital, que são escamoteadas pela retórica do fracasso familiar, levando a uma postura conservadora, incorporada no trabalho social com as famílias. Aponta-se, assim, as contribuições do Serviço Social visando a defesa dos direitos sociais universais e a emancipação dos sujeitos.

Palavras-chaves: Familismo; Assistência social; Cuidadores; Crise estrutural do capital.

Abstract: This article aims to study the familialism present in the National Social Assistance Policy (PNAS), focusing on caregivers of users of the Continuous Payment Benefit (BPC), and its relationship with the structural crisis of capital, pointing out the limits and alternatives of this relationship on families. In Brazil, there is a dismantling of public policies and the transfer of responsibilities from the State to families in terms of the desire for social protection. The research presents, through 20 interviews carried out in 04 municipalities in the Zona da Mata Mineira, how the Social Assistance Policy promotes family responsibility for the care of users of the said benefit. The data point to the intensification of family responsibility in the face of the structural crisis of capital, which is hidden by the rhetoric of family failure, leading to a conservative stance, incorporated in social work with families. This highlights the contributions of Social Service aimed at defending universal social rights and the emancipation of subjects.

Keywords: Familism; Social Assistance; Caregivers; Structural crisis of capital.

* Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Assistente Social na Política de Assistência Social na Prefeitura Municipal de Ervália. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9645-0624>

** Docente do curso de graduação em Serviço Social e da Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestre e doutora em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Membro do grupo de Pesquisas Fênix/UFES e Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Política Social, Saúde Mental e Drogas (GEPEPSS/UFV). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9264-7618>

Introdução

O artigo que aqui se apresenta é fruto de pesquisa de doutorado financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), tendo como objetivo estudar o familialismo presente na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com enfoque nos cuidadores de usuários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), e a sua relação com a crise estrutural do capital, apontando os limites e as alternativas dessa relação sobre as famílias. Parte, assim, de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, apoiada na perspectiva materialista histórico-dialética (Minayo, 2004).

Para a coleta de dados utilizamos bibliografias e documentos da área, bem como 20 entrevistas semi-estruturadas com cuidadores de beneficiários do BPC em quatro municípios sorteados da Zona da Mata Mineira, sendo um município para cada porte: Tombos enquanto município de Pequeno Porte I; Espera Feliz, Pequeno Porte II; Viçosa, Médio Porte; e Muriaé como município de Grande Porte. Após o sorteio dos municípios e acesso aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), solicitamos aos técnicos de nível superior que nos indicassem usuários dos serviços beneficiários do BPC que tinham seus cuidados providos por algum familiar. Estes foram convidados a participar da pesquisa, sendo entrevistados 05 familiares cuidadores em cada município. Esta pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa e contou com todos os procedimentos éticos necessários para a sua realização. As 20 entrevistas foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977).

Compreende-se que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi implementada no Brasil em um contexto neoliberal, enquanto uma política de Seguridade Social focalizada, tendo como base uma maior responsabilização da família na condução da proteção social – situação preocupante, em especial quando se fala dos usuários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), especialmente os que se encontram em situação de dependência, uma vez que esses são idosos/as e/ou pessoas com deficiência.

Conforme apontado por Horst e Mioto (2021), propaga-se que a saída para a crise estrutural do capital seja provida de um desmonte de políticas públicas e direitos sociais, que afetam sobremaneira as famílias, na mesma medida em que as colocam como principal mecanismo de proteção social, fato este corroborado pela matrionalidade sócio-familiar apresentada pela Política de Assistência Social, bem como pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, da Política Nacional da Pessoa Idosa, dentre outros, que colocam a família como primeira instância à garantir os direitos e a proteção de seus entes.

Assiste-se assim, a uma intensificação de transferência da responsabilidade estatal para a família no que tange à responsabilidade pela proteção social. Segundo Moraes et.al. (2020), no Brasil, a proteção social foi construída mediante o compartilhamento de responsabilidades do Estado com a sociedade civil, especialmente na condução da proteção social associada à responsabilização familiar. Sobre esta esfera, destaca-se o papel do cuidado¹ não remunerado, realizado preponderantemente pelas mulheres (majoritariamente negras), conforme apresentado por diversos autores, dentre eles Minayo (2021), Cisne e Santos (2020). Este cenário, inclusive, pode ser observado no que se refere aos cuidadores de beneficiários do BPC, programa oriundo da PNAS. O BPC é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso, com idade de sessenta e cinco anos ou mais, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família. A própria legislação defende que o direito individual é condicionado à hipossuficiência financeira da família. Tem-se, então, desde o corpo legislativo da PNAS, bem como do próprio BPC, a intensificação da responsabilização familiar.

Desse modo, visualiza-se um panorama onde os cuidadores se encontram desprotegidos e cada vez mais responsabilizados pelo cuidado aos seus familiares beneficiários do BPC, observando-se, assim, não só o desmonte das políticas sociais públicas, como também a intensificação do familismo como respostas do capital frente à sua crise estrutural.

Política de assistência social: o familialismo em debate

O capitalismo, ao longo do seu desenvolvimento, encontra momentos de prosperidade e recessão. Como assinala Netto e Bráz (2021), isso aponta para um caráter ineliminável de crises próprias do modo de produção capitalista. À vista disso, Mészáros (2002, p. 795) afirma que “não há nada de especial em associar-se capital a crise”, contudo, elas possuem duração e intensidades diferentes. São das crises que surgem as variadas maneiras de progredir e “estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação”. Assim, as crises cíclicas do capital são benéficas aos capitalistas, e os mesmos não desejam a sua superação.

Mészáros (2002) aponta que, diferente das crises cíclicas do capital, estende-se desde a década de 1970, com a crise do modelo de produção fordista/keynesiano, uma crise estrutural

¹ Compreende-se para fins dessa pesquisa o cuidado enquanto um caráter ontológico do ser social, que segundo Passos (2018) em algum momento na vida, carece de cuidados para sua própria sobrevivência. Contudo, ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, esse cuidado passou por transformações, sendo canalizado enquanto um trabalho, que se intensifica ou não diante das desigualdades sociais. Segundo Hirata (2022, p. 30) o cuidado é definido como um trabalho “material, técnico e emocional, moldado por relações sociais de sexo, de classe, de raça/etnia, entre diferentes protagonistas [...]”; não é apenas uma atitude atenciosa, ele abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em trazer resposta concreta à necessidade dos outros”.

do modo de produção capitalista. Uma crise que se prolonga até os dias atuais, mas que ultrapassa uma crise cíclica, tendo em vista que ela possui novidades expressas em quatro aspectos principais.

Ainda segundo Mészáros (2002, p. 796), o primeiro aspecto é que essa crise possui um caráter universal, “em lugar restrito a uma esfera particular”, como por exemplo, uma crise financeira ou comercial. Seu segundo aspecto se refere ao seu alcance ser global, e não “a um conjunto particular de países” como havia sido as demais crises cíclicas. A crise estrutural, também segundo o autor, possui enquanto terceiro aspecto, uma escala de tempo permanente, ao contrário da crise cíclica que possuía tempo limitado. E, por fim, enquanto quarto aspecto, “em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante”. Ou seja, a crise que se instaura a partir dos anos de 1970 é diversa das crises cíclicas anteriormente experimentadas no modo de produção capitalista, bem como as respostas apontadas para a referida crise.

Conforme apontado por Netto e Bráz (2021) e Mészáros (2002), o sistema capitalista, frente às suas próprias crises, se reformula para dar continuidade ao processo de reprodução ampliada ou alargada do capital. O desmonte dos direitos sociais, e consequentemente das políticas sociais públicas que os materializam, são uma das respostas do capital à crise, impactando diretamente nas condições de vida das famílias, trazendo profundas repercuções para as famílias mais pobres e sugerindo o “fracasso” das famílias que não cumprem os papéis ideologicamente postos de prover os recursos financeiros e de cuidado suficientes para seus entes (Horst e Mioto, 2021). Neste processo, há de se destacar que a família não é apenas responsabilizada por prover a proteção social aos seus membros, mas passa também a ser responsabilizada pela crise estrutural do capital.

Mészáros (2002), ao analisar a família e a crise estrutural do capital, destaca o papel da mesma dentro do próprio sistema capitalista. Segundo o autor, o capital se reproduz dentro de uma estrutura contraditória, ou seja, da capacidade de produção e reprodução social, gerando a riqueza social, mas sobre a contrapartida dessa riqueza ser produzida pelos trabalhadores e apropriada pela burguesia. Neste sentido, pontua-se a família enquanto objeto de reprodução do capital, na medida em que esta assegura a continuidade do sistema capitalista e fortalece a ideologia dominante do próprio modo de produção capitalista.

Uma vez que a família é o verdadeiro microcosmo da sociedade - cumprindo, além das suas funções imediatas, a necessidade de assegurar a continuidade da propriedade, à qual se acrescenta o seu papel como a unidade básica de distribuição e sua capacidade de agir como a “correia de transmissão” da estrutura e do valor predominante na sociedade - a causa da liberação das mulheres afeta direta ou indiretamente a totalidade das relações sociais em

toda a sua fragilidade (Mészáros, 2002, p. 803).

Portanto, conforme o autor, a família se torna “altamente benéfica para a expansão da economia de consumo”. Ou seja, além de ser a família a base de sustentação para o fornecimento da mão de obra para a continuidade do processo de produção e reprodução do sistema capitalista, também passa a ser a base da economia de consumo. Por isso, a importância da ideologia dominante sustentada e propagada pela e sobre a família.

Entretanto, como já exposto, a soluçãoposta pelos conservadores para a saída da crise consiste na diminuição dos direitos sociais, no chamamento da sociedade civil e da família para prover a proteção social, e na intervenção mínima do Estado frente às sequelas da questão social.

A crise internacional do capital, expressa na década de 1970, e os rebatimentos da mesma no Brasil, ocasionaram o que Yazbek (2008, p. 13) aponta como uma vulnerabilização do trabalho e novas manifestações da velha questão social brasileira que, somatizada com os movimentos de redemocratização do país, permitiu, “na contramão das transformações que ocorrem na ordem econômica internacional mundializada”, a legalização do Sistema de Seguridade Social no Brasil em 1988 através da Carta Constitucional.

A Seguridade Social no Brasil foi instituída sobre o tripé da Assistência Social, Saúde e Previdência, sendo que, a política de Previdência ainda manteve o caráter contributivo, a Saúde ganha o estatuto da universalidade e a Assistência Social “para quem dela necessitar”, segundo preconizado na Constituição Federal de 1988 (artigo 203) e demais legislações, bem como na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

A Seguridade Social, fundada nas diretrizes postas pela Constituição Federal de 1988, logo começa a enfrentar seus primeiros desafios diante de um cenário político e econômico que preconizava a intervenção mínima do Estado nas expressões da questão social. Sobre a égide desse processo, encontra-se a difusão ideológica da solidariedade, do voluntariado, e do terceiro setor na condução dos direitos sociais. Os anos de 1990 marcam então o início do desafio na efetivação dos direitos registrados na Constituição Federal de 1988.

Sobre este cenário, Yazbek (2008) pontua que houve no país uma retração dos investimentos públicos na esfera social, que ocorre desde a década de 1990, enquanto uma resposta à crise do sistema capitalista. Tem-se assim a propagação da ideia da ineficiência do Estado e a transferência das responsabilidades estatais para o terceiro setor, mercado e família. Ou seja, por mais que a política de assistência social tenha alcançado o patamar de direito, ela ainda é permeada pela benemerência e solidariedade.

Yazbek (2008) analisa a política de assistência social no período pós Constituição

Federal de 1988 enquanto lugar de não direitos e da não cidadania, pois, os sujeitos só conseguem acesso à política de assistência social se antes tiverem sido excluídos do próprio processo de cidadania, uma vez que “revela sua direção compensatória e seletiva, centrada em situações limites em termos de sobrevivência e seu direcionamento aos mais pobres dos pobres, incapazes de competir no mercado” (Yazbek, 2008, p. 13).

Cabe destacar que, neste artigo, defende-se que a assistência social no Brasil não possui condições concretas e efetivas para a erradicação da pobreza ou superação das desigualdades sociais. Todavia, não podemos negar a sua importância para suprir necessidades imediatas de vida, bem como não podemos negar a necessidade da sua expansão e redirecionamento para atender de forma ampliada as necessidades da classe trabalhadora. É possível, porém, notar a direção oposta, pois, mesmo diante dos avanços significativos em termos de direitos sociais com a Constituição Federal de 1988, o Estado capitalista, ao longo dos anos, vem potencializando cortes de gastos nos setores sociais e um amplo desmonte das políticas sociais públicas. Essa retração do Estado implica em uma maior responsabilização das famílias pelos cuidados de seus membros, processo este denominado por Esping-Andersen (1991) e Saraceno e De Azevedo (1995) como familialismo. Teixeira (2015) conceitua o familialismo como um reforço da família “como a principal provedora de bem-estar, o que se dá pela escassez de serviços e benefícios, pelo seu caráter seletivo e focalizado, pelas condicionalidades que enfatizam os cuidados no âmbito doméstico, numa reafirmação dos papéis tradicionais que sobrecregam as mulheres” (Teixeira, 2015, p. 219).

É preciso considerar que, segundo Moraes et. al. (2020), o familialismo no Brasil é parte constituinte da formação da proteção social brasileira. Dessa forma, ultrapassa o conceito de familialismo proposto por Esping-Andersen (1991), se alargando como um padrão cultural e político que tem se expressado nas legislações que concernem à família espaço privilegiado na configuração da política social. Ou seja, o compartilhamento de responsabilidades com a família, além de ser parte constituinte da proteção social no país, é previsto na legislação brasileira com o amplo amparo da formação cultural e ideológica acerca dos cuidados, exemplo expresso, segundo Castilho e Carloto (2010), através da matrionalidade sociofamiliar na Política de Assistência Social.

Ainda segundo Castilho e Carloto (2010), ao analisar o familialismo presente na PNAS, o histórico da referida política que possui suas raízes sobre a influência da filantropia, e apenas atinge o patamar de direito social após a Constituição Federal de 1988 enquanto uma política social não contributiva, visando romper com a visão da assistência enquanto benemerência, prevalecendo a lógica do direito do cidadão e dever do Estado. Apesar disso, a política de

assistência elege a família para a centralidade de suas ações, denominando-se matricialidade sociofamiliar, reforçando a participação da família enquanto mais que parceira do Estado para prover a proteção social. Dentre estes aportes dentro da centralidade na família, encontram-se os serviços do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em que as famílias são preparadas para exercerem o seu caráter protetivo, sobre a insígnia da autonomia.

Dentre uma das principais características que a PNAS vem assumindo como parte do projeto neoliberal, há um estímulo aos programas de transferência condicional de renda que, segundo Martino (2015, p. 96), “desempenham um papel central nas ressignificadas matrizes da proteção social. Tais programas colocam na família uma responsabilidade fundamental: a ruptura da reprodução intergeracional da pobreza”. Ou seja, segundo a autora, há um discurso nas agendas governamentais de que a família seria uma entidade privilegiada para quebrar o ciclo da pobreza e, para tal, incentiva-se as políticas de transferência condicional de renda. Ocorre que, estas políticas são insuficientes para a proteção das famílias, dado o seu baixo valor; a não articulação com outros serviços públicos que funcionem adequadamente; dentre outros motivos. Castilho e Carloto (2010) afirmam, que o BPC é um programa de transferência de renda tipicamente baseado na solidariedade familiar, ou seja, um programa familista. É preciso ressaltar que

516

[...] um projeto político comprometido com a justiça social, a cidadania e a redistributividade dos recursos sociais é antagônico ao pluralismo de bem-estar social, às ações focalizadas e ao retorno da família como agente principal de bem-estar social. Defendemos que quanto mais sobrecarregada é a família, quanto mais se aposte no fortalecimento e valorização de papéis clássicos e ideais, menos equidade de gênero se promove e mais se geram sofrimentos, culpabilizações, sentimentos de impotência, conflitos e até rupturas, o que ocorre pela incapacidade de cumprir os e pela menos capacidade de lidar com as transformações familiares, em suas novas configurações (Teixeira, 2015, p. 220).

A Assistência Social foi regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, legislação esta que organiza a assistência social em todo o país. Preconiza-se em seu artigo 1º:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Brasil, 1993, p. 10).

A referida legislação promulga os programas, serviços e benefícios visando a garantia da assistência social, principalmente daqueles em situação de risco social (Brasil, 1993). Na LOAS o BPC aparece como um benefício destinado à pessoa idosa e pessoa com deficiência

em situação de vulnerabilidade social². O benefício em questão é a garantia de um salário-mínimo à pessoa idosa acima de 65 anos, ou à pessoa com deficiência de longo prazo, que comprovem não possuir meios de prover a própria subsistência, ou tê-la provida por sua família.

O referido benefício, ao longo dos anos, além de distintas mudanças normativas, também é permeado por reduções e congelamento de recursos, com especial destaque para a Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016 que institui o Novo Regime Fiscal no âmbito do orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, congelando os gastos públicos pelo período de 20 (vinte) anos, corroborando com o desmonte das políticas sociais públicas de acordo com o ideário neoliberal.

O BPC, diante de sua formação e constituição, não abarca parte da população, principalmente por seu critério de corte de renda per capita, atingindo então somente aqueles que se encontram em situação de extrema pobreza. Por não se caracterizar enquanto um direito universal de proteção social pública estatal, acaba por transferir a responsabilidade dos cuidados para as famílias. Diante dessa responsabilização familiar, destaca-se o cuidado que se realiza através do trabalho não remunerado, historicamente e socialmente definido pela perspectiva do heteropatriarcado e dos papéis de gênero.

A inexistência de uma política pública de caráter universal no país, onde o Estado efetivamente se responsabilize pelos cuidados com as pessoas idosas e pessoas com deficiência, segundo Minayo (2021), onera sobremaneira a família - particularmente, para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Frente à insuficiência de recursos financeiros e o desmonte das políticas sociais públicas, a solução encontrada para que os indivíduos recebam os devidos cuidados, especialmente àqueles que se encontram em situação de dependência, é que um ente familiar, majoritariamente as mulheres, abdique de suas vidas e trabalho, para a realização desse cuidado.

Assim, na PNAS, assiste-se a um duplo movimento. Por um lado, uma procura cada vez mais extensa de benefícios de cunho eventual para suprir as demandas dos cuidadores e pessoas em situação de dependência. Ao mesmo modo, diversos profissionais que atuam na referida política acabam por cobrar dos familiares os cuidados com as pessoas idosas e com deficiência, sobre a prerrogativa da negligência familiar. Ou seja, tem-se uma intensificação da cobrança

² O termo de vulnerabilidade social é uma proposta ideológica, utilizada pelos organismos internacionais com face à ocultar as expressões da questão social. É muito utilizado nas Políticas de Seguridade Social dos países da América Latina como estratégias de ações fragmentadas e que transferem para as famílias a responsabilidade e a solução para a crise estrutural do capital, e seu pilar de exploração da classe trabalhadora. “A vulnerabilidade enquanto um estado, status ou título nada mais é do que a manutenção da pobreza da classe trabalhadora que a partir do movimento conjuntural vai sofrendo as consequências do não acesso a bens e serviços, trabalho e a riqueza socialmente produzida” (Arregui *et al.*, 2023, p. 159).

dos técnicos de nível superior, potencializando a perspectiva familista, exigindo uma maior responsabilização das famílias que estão completamente desprotegidas (Moraes *et al.*, 2020). Assim,

O enfrentamento da desigualdade passa a ser tarefa da sociedade ou de uma ação estatal errática e tímida, caracterizada pela defesa de alternativas privatistas, que envolvem a família, as organizações sociais e a comunidade em geral. O ideário da “sociedade solidária” como base do setor privado e não mercantil de provisão social parece revelar a edificação de um sistema misto de proteção social que concilia iniciativas do Estado e do terceiro setor (Yazbek, 2008, p. 13).

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 203º, a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, ou seja, não é uma política universal, mas que será destinada independente de contribuição previdenciária. Ainda segundo a Carta Constitucional, a assistência social tem por objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integralidade ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme disposto a lei. Também no artigo 204º, as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos da Seguridade Social, além de outras fontes.

Neste momento já se pode encontrar uma contradição, na medida em que a Carta Constitucional coloca enquanto objetivo a proteção à família e à velhice, por exemplo, mas coloca também que é pela via da família que a pessoa idosa ou pessoa com deficiência, que não tenha a contribuição junto à Previdência Social, terá o direito a uma renda mensal de um salário-mínimo - demonstrando já na constituição o caráter familialista da referida política.

Sposati (2005) aponta que romper com a perspectiva conservadora, ainda fruto do processo da ditadura militar e da proposta política e econômica neoliberal, se tornou um entrave aos avanços instituídos em termos de direitos sociais. As correlações de força em torno do entendimento da assistência social como um direito é antiga no Brasil, sendo explicitada, por exemplo, quando do impedimento de promulgação da LOAS no governo Collor. “A velha regra conservadora brasileira persiste. Tudo é bem-posto no papel, mas as forças sociais conservadoras permanecem analfabetas para tais ideias e compromissos” (Sposati, 2005, p. 43). De acordo com a autora, dadas as correlações de força, no texto da assistência social “alguns significativos anéis se foram”, tais como a universalidade do BPC, e, em 07 de dezembro de 1993, a LOAS se consolida enquanto uma lei. Mas, é somente em 1995, que se começa a gestar

os primeiros passos da LOAS, no governo de Fernando Henrique Cardoso (Sposati, 2005, p. 63). Segundo Yazbek (2008, p. 15)

A LOAS inova ao afirmar para a Assistência Social seu caráter de direito não contributivo, (independentemente de contribuição à Seguridade e para além dos interesses do mercado), ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social e ao apresentar novo desenho institucional para a assistência social. Como política de Estado passa a ser um espaço para a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais dos segmentos mais empobrecidos da sociedade, configurando-se também, como estratégia fundamental no combate à pobreza, à discriminação e à subalternidade econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira (Yazbek, 2008, p. 15).

A LOAS possui em seus objetivos a Proteção Social, que visa a garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos; a Vigilância Socioassistencial com vias de analisar os territórios e a capacidade protetiva das famílias (novamente colocando a responsabilidade pela proteção para a família); e a defesa de direitos, visando a garantia de pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. Dentre as proteções existe a proteção à renda, na qual estão inseridos os Programas Condicionais de Renda, que aqui se destaca o Benefício de Prestação Continuada.

Todavia, junto à política econômica, a LOAS e a PNAS (publicada em 2004) enfrentam dificuldades para ser reconhecida na perspectiva do direito. As contradições da Seguridade Social no Brasil, e consequentemente da Política de Assistência Social, se apresentam diante de um Estado que garante constitucionalmente o reconhecimento dos direitos sociais, mas que os insere “num contexto de ajustamento a essa nova ordem capitalista internacional” (Yazbek, 2008, p. 13).

Segundo Campos e Mioto (2003, p. 182), o discurso da capacidade protetiva das famílias, propagado pelos organismos internacionais, não corresponde à realidade das mesmas por serem “impossibilitadas de atender a tamanhas expectativas”. Esse discurso conservador acerca da habilidade protetiva das famílias obscurece os limites destas, em especial nas crises do capitalismo, das condições das mesmas serem, por vezes, a única estratégia de sobrevivência

Dessa forma, a família se encontra muito mais na posição de um sujeito ameaçado do que de instituição provedora esperada. E considerando a sua diversidade, tanto em termos de classes sociais como de diferenças entre os membros que a compõem e de suas relações, o que temos é uma instância sobrecarregada, fragilizada e que se enfraquece ainda mais quando lhe atribuímos tarefas maiores que a sua capacidade de realizá-las (Campos; Mioto, 2003, p. 183).

Ainda segundo as autoras, na medida em que se amplia a ideologia e a expectativa da capacidade protetiva das famílias, do discurso da solidariedade da sociedade, há uma tendência

a centralizar a proteção social sobre a responsabilidade familiar em detrimento da responsabilidade estatal pela mesma.

Sobre a particularidade do BPC, Campos e Mioto (2003) também o afirmam enquanto uma política altamente familista, apontando a transferência do direito individual para as condições da família. Nas palavras das autoras, a Política de Assistência Social é posta como “direito do cidadão e dever do Estado”, então, se o direito individual do BPC leva como condição a hipossuficiência financeira da família, perde-se a perspectiva do direito individual.

Os cuidadores da Zona da Mata mineira: desproteção social e responsabilização familiar

Dos 20 entrevistados, apenas 01 era do sexo masculino. Esse dado dialoga com diversos autores, tais como Cisne e Santos (2020); Minayo (2021); Horst e Mioto (2021), que afirmam que os cuidados são exercidos em sua maioria pelas mulheres da família.

Para além dos cuidados serem exercidos majoritariamente pelas mulheres, também há destaque para o papel das mães no cuidado. Dos 20 entrevistados, 14 são mães que cuidam de seus filhos com deficiência, beneficiários do BPC. Assim, as mães representam 70% dos cuidadores entrevistados. Das demais entrevistadas, ainda recai sobre as mulheres o cuidado, em que as filhas assumem os cuidados de suas mães. Dentre as mulheres entrevistadas, 03 cuidam de suas mães idosas, 01 cuida do pai; 01 cuida da tia e 01 cuida da irmã, pessoas estas beneficiárias do BPC.

Esses dados convergem com as análises de Horst e Mioto (2021), Saffioti (2004) e Fraser (2023) ao apresentarem o papel historicamente e ideologicamente posto às mulheres, com base no modelo de família nuclear burguesa, em que às mulheres cabe o papel de reprodução biológica para a garantia da força de trabalho no processo de produção e reprodução social, bem como o cuidado com o marido provedor, os filhos e pais idosos. Os valores postos pela sociedade capitalista colocam papéis pré-estabelecidos, e o papel da mulher, segundo a ideologia burguesa, é de cuidar e se responsabilizar pelos filhos ou demais entes familiares.

Outro dado importante refere-se à raça. Dos 20 entrevistados, 11 se consideram pardos; 05 brancos e 04 pretas, ou seja, verifica-se que no total 15 são negros³, tal qual como problematizam autoras como Cisne e Santos (2020). Dos entrevistados, tem-se 75% de pessoas que se consideram negras (pretas e pardas).

³ Consideramos negro o conjunto de pessoas pretas e pardas, segundo o IBGE.

A partir da realização das entrevistas foram observadas as seguintes composições familiares: 45% são famílias monoparentais chefiadas por mulheres, 35% são famílias nucleares; 15% são famílias reconstruídas (01 consiste em uma tia que assumiu os cuidados dos sobrinhos após o falecimento dos genitores; 01 irmã que passou a cuidar da irmã após o falecimento de sua mãe; 01 filha que levou a mãe para residir com a sua família); e 5% representado por uma família monoparental chefiada por um homem.

Cabe destacar que foi encontrada, entre as cuidadoras entrevistadas, a prevalência dos cuidados sendo amparados pelas avós com as crianças beneficiárias do BPC. Diante do afastamento ou impossibilidade dos cuidados serem realizados pelas genitoras, quem assume a responsabilidade pelos mesmos são as avós - fato esse que pode ser destacado pela fala da entrevistada 19: “A minha mãe que é a guerreira, depois de mim é sempre ela”.

Como se pode perceber, o cuidado é realizado preponderantemente pelas mulheres, bem como o apoio encontrado por elas para sua realização. Tal fato tem consonância com os dados publicados pelo DIEESE (2023) em que 38,9% das mulheres relataram realizar atividades voltadas ao cuidado, em comparação com 27,3% dos homens (Boletim Especial de 8 de março - DIEESE, 2023).

Duas exceções são encontradas nos casos das entrevistadas 1 e 2, que apontam que recebem, embora não de maneira contínua, o apoio do pai das crianças. No entanto, esse apoio é possibilitado devido ao fato de o cônjuge trabalhar no mercado informal, dispondo, dessa forma, de maior flexibilidade de horário para exercer algumas atividades. Assim, pode-se observar, novamente, o conflito entre as demandas do cuidado, que acabam exigindo a maior parte do tempo de quem as exerce, com a possibilidade de trabalho formal. As mulheres que exercem tais atividades não conseguem conciliá-las com a jornada de trabalho e demais requisitos que o trabalho formal exige.

Ainda no que tange aos cuidados exercidos preponderantemente por pessoas do sexo feminino, cabe salientar que, das 09 famílias monoparentais chefiadas por mulheres, somente 02 apontam que recebem o “apoio” do pai para a realização do cuidado, mas que é necessário solicitar esse apoio, como se o cuidado não fosse uma responsabilidade paterna. Das demais 07 mulheres chefes de família, 03 apontam que mesmo solicitando e requerendo pela via judicial a pensão e a visita paterna, isso não se realiza. As demais não citam acerca dos genitores ao longo das entrevistas.

No que se refere aos cuidados, dos 20 entrevistados, 16 afirmam que os cuidados são para tudo, pois os familiares que recebem o BPC são totalmente/parcialmente dependentes. Esses cuidados incluem o preparo da alimentação, ministrar as medicações, os cuidados com a

higiene pessoal, lavar e passar as roupas e a limpeza da casa. Também se destaca que todos os 20 entrevistados afirmam que tem a necessidade de levar os usuários em consultas médicas, terapias e nas escolas (no caso dos usuários que são pessoas com deficiência). Ressalta-se que somente 04 das entrevistadas apontam certa independência dos beneficiários do BPC. “[...] ele é independente. Ele toma banho, ele almoça sozinho” (Entrevistada 17); “E vou na casa dela, limpo a casa. Mas no resto ela é totalmente capaz” (Entrevistada 14). Acerca dos beneficiários que possuem independência e/ou autonomia, os cuidados são mais direcionados ao lar, no preparo da alimentação e das vestimentas. Têm-se, assim, que, dos 20 entrevistados, 16 afirmam um alto índice de dependência dos beneficiários do BPC. A frase mais presente nas entrevistas é: “eles são cem por cento dependentes”, ou seja, os cuidadores precisam exercer todas as atividades e responsabilidades pelo bem-estar dos usuários do BPC, independente se são pessoas idosas, ou pessoas com deficiência.

Pereira (2016) aponta que o cuidado se constitui como uma esfera do trabalho, sendo ela remunerada ou não, pois implica custo de tempo e energia daqueles que a promovem. Dialogando com a autora acerca das horas em que os cuidadores se dedicam diariamente na execução dos cuidados dos usuários do BPC, 12 afirmam que se dedicam vinte e quatro horas por dia - “Desde o amanhecer ao anoitecer, o dia inteiro” (Entrevistada 16). “A minha filha, é o dia inteiro, é vinte e quatro horas (risos). Porque a noite também que ela não dorme, aí fica agitada, quer andar pela casa afora, quer que liga um desenho. Aí eu vou fazendo as coisas assim, mais pra acalmar mesmo” (Entrevistada 5).

Seis (06) entrevistadas apontam que somente deixam de estar prestando os cuidados de maneira integral quando os beneficiários se encontram presentes dentro dos equipamentos educacionais. Cabe destacar que algumas mães informam que ainda acompanham os filhos no trajeto para a referida instituição:

Praticamente, são vinte e quatro horas. Sendo ele não estando na APAE, tipo assim, em feriado. É vinte e quatro horas, né? Tirando a APAE, é só eu mesmo. E mesmo na APAE, se ele passar mal, eles vão vir aqui em casa atrás de quem? Atrás de mim né? Eu que tenho que ir para lá (Entrevistada 17).

Contudo, é necessário salientar que mesmo quando os usuários se encontram dentro dos equipamentos educacionais, as cuidadoras não deixam de estar realizando os cuidados. Como bem colocado pela Entrevistada 13 que, ao ser questionada sobre quantas horas se dedica aos cuidados apontou: “Praticamente o dia todo. Por que quando ele está na escola, eu me dedico para arrumar a casa, lavar a roupa, faço comida” (Entrevistada 13).

Esse dado aponta que, mesmo quando o Estado assume alguma responsabilidade pela inclusão educacional das pessoas com deficiência (embora no caso das entrevistas aqui

apresentadas muitos frequentam a APAE), ainda assim, o familismo se encontra presente, pois as famílias continuam assumindo os demais cuidados. Sabe-se que muitas mulheres acabam por exercer trabalho de meio período na esfera da produção para conseguir manter a reprodução da força de trabalho e o cuidado, ou seja, o cuidado é parte constituinte na intrínseca relação de produção e reprodução do capital, embora nestes casos as mulheres não consigam exercer nenhuma atividade na esfera formal da produção social.

Por mais que os entrevistados careçam de apoio para a realização dos cuidados, muitos afirmam não os receber. Tal como o relato do Entrevistado 17: “Eu preciso de apoio, mas eu não tenho, ué. Não tem como pagar, vou pagar como uai? Se pagar seria bom, né?” Assim como a Entrevistada 18, que afirma que mesmo tendo uma família nuclear, o apoio proveniente de seu esposo ainda é insuficiente. “Não, só eu. Meu esposo trabalha, né? Quando ele chega, ele até ajuda, né? Mas aí já é tarde, nem tem do que precisa, né? Mas é sempre comigo”.

Cinco (05) entrevistadas pontuam que o apoio advém dos serviços da Seguridade Social; 04 apontam que uma das principais redes de apoio que encontram, se efetiva através da Política de Assistência Social, especialmente pelas técnicas do Programa Criança Feliz, tal como expresso na seguinte frase: “tem o pessoal do Criança Feliz também que ajuda muito. Tem dias que elas ficam aqui três horas com a gente conversando, orientando, ajudando mesmo, sabe?” (Entrevistada 19).

Há um destaque amplo para a rede de apoio formada pelas mulheres das famílias das próprias cuidadoras. Dos 20 entrevistados, 09 afirmam que o apoio advém das mães, irmãs, filhas mais velhas ou tias dos beneficiários do BPC. Tal como relatado ao longo de toda a conversa com a Entrevistada 5: “Eu tenho a minha menina mais velha que me ajuda muito. [...] Para mim fazer faxina é a minha mãe [...]. A minha mãe que me ajuda, aquela ali é meu suporte de tudo. Me ajuda em tudo” (Entrevistada 5).

Há também relatos de entrevistadas que diante da ausência de apoio, tanto da família quanto da Seguridade Social, acabam por ter que buscar o mesmo na Sociedade Civil. Uma das entrevistadas aponta que o maior apoio advém da Igreja:

A sociedade me ajuda muito. Ontem eu comecei uma campanha para comprar uma bota ortopédica para ela. Aí eu já comecei a falar com alguns amigos meus, já consegui um pouco de dinheiro com a venda que eu faço de tempero, de dinheiro com doação. E ainda agora mesmo, o pastor da minha Igreja ligou falando que vai pagar sozinho a bota. Que é o valor de dois mil, trezentos e cinquenta. Tem um anjo da guarda aqui que é Uber, que todo mês vem aqui na minha porta e me ajuda com alguma coisa para mim. E minha família que me ajuda com o tanto que pode. Mas aqui ninguém vem, nem para pentear um cabelo, nem pra dar um banho. É tudo eu, mais eu (risos) (Entrevistada 11).

Tal questão corrobora com as análises de Saraceno e De Azevedo (1995) e Esping-Andersen (1991) acerca das transferências de responsabilidades do Estado para a sociedade civil nas medidas de proteção social. Ou seja, o Estado não garante proteção e propaga ideologicamente o chamado à solidariedade para a sociedade civil. Esse fato também é apontado por Silva e Teixeira (2020) ao afirmarem que, segundo as diretrizes dos órgãos internacionais para os países periféricos, a intervenção estatal deve ser direcionada aos mais pobres (miseráveis) e em parceria com a sociedade civil.

No decorrer das entrevistas foi perguntado se acreditavam que existiria algo que pudesse contribuir com os cuidados prestados. Onze (11) dos entrevistados apontaram que a contribuição seria a financeira, mediante o pagamento do trabalho exercido pelo cuidado, bem como garantia de tempo para que pudessem exercer o trabalho remunerado fora da esfera do cuidado. Cinco (05) entrevistadas salientaram a geração de condições para que pudessem exercer um trabalho, tendo em vista que a renda proveniente do BPC é insuficiente para a manutenção das despesas do grupo familiar, tal como apontado pela Entrevistada 16: “Se eu pudesse trabalhar seria ótimo. Ah, se eu pudesse trabalhar né? Mas eu não posso”. Essa temática foi muito abordada pois eles apontam a insuficiência do benefício para arcar com as despesas do núcleo familiar, ou mesmo somente do próprio beneficiário: “E financeiro também, porque a gente fala do BPC, mas sobreviver só com ele é difícil. Está difícil, entendeu? Mas, é o que tem no momento, e a gente vai empurrando né?” (Entrevistada 20).

Três (03) entrevistadas acreditam que o que poderia contribuir seria o apoio familiar, tal como apresentado pela Entrevistada 1. Esse dado reforça o quanto a população assume o aspecto familista, o quanto a família passa a ter papel preponderante nas relações sociais:

Esse acolhimento da gente, da família. Seria entender. Eu digo até familiar, sabe? Se eu falar que a minha família me acolhe, eu vou estar mentindo. Eu me divorciei há um ano. Se eu falar que alguém veio, que alguém me procurou. E a gente sabe, que o pai é participativo, quando ele está no relacionamento. A partir do momento que não está, você tem que pedir. Vem buscar, vem fazer. Você viu aqui né? Tem que pedir. A família, eu poderia estar em uma situação muito pior, se fosse, se eu não tivesse conhecimento, e entendesse até onde eu posso ir, eu estaria em uma situação muito pior. Mas eu não tenho um apoio familiar (Entrevistada 1).

Mas também há o entendimento de que as Políticas de Seguridade Social deveriam ser o apoio que os entrevistados carecem. “Eu acho que a gente deveria ter políticas públicas que realmente funcionem” (Entrevistada 1). Doze (12) entrevistados relatam que o apoio deveria advir da Política de Saúde: “No caso da saúde para ele” (Entrevistada 3); “Pra me ajudar, só com esses remédios mais caros né? Isso ia ajudar né?” (Entrevistada 8).

Cabe destacar que 03 entrevistados apontaram que se os usuários ficassem durante o dia no CAPS, através do CAPS-dia, eles teriam tempo para exercer atividades laborativas.

Ah menina, tem assim, se ele pudesse ficar no CAPS né? Por que agora ele vai fazer é avaliação né, mas se ele pudesse ficar lá, seria uma boa né? Por que se ele ficasse, eu conseguia fazer alguma coisa por fora né? Ganhar um extra. Ganhar mais né, por que o remédio dele né? Tem que pagar né? E comida, roupa né? Por que o salário dele não dá pra muita coisa né? (Entrevistado 6).

Também há um relato de que o apoio poderia ser proveniente da Política Nacional de Assistência Social, tal como apresentado pela Entrevistada 13.

Contribuir. A, talvez uma assistência, se eu tivesse recebendo o valor do Bolsa Família, seria melhor a situação. Talvez uma ajuda extra já ia né? Porque é muito gasto com o remédio, e aí já vai o salário. Então assim, você vai espremendo para fazer as outras coisas né? Por que o dele não pode deixar sem fazer. O dele vem em primeiro lugar, entendeu? Então um auxílio talvez né? Um auxílio assim, uma ajuda mesmo, até uma própria cesta que a gente tivesse direito de pegar no CRAS né? Por que a gente é impedido às vezes de pegar um vale gás né? (Entrevistada 13).

Frazer (2023) e Pereira (2016) apontam que o cuidado está interligado às relações de produção e reprodução social, e, portanto, integra o sistema econômico, constituindo-se como uma pré-condição para a sua existência, mesmo sendo esse trabalho, majoritariamente, um trabalho não-remunerado. Dialogando com esses dados, dos 20 entrevistados, 16 afirmaram que nunca receberam nenhuma contrapartida financeira para o cuidado com os beneficiários do BPC. Contudo, 04 compreendem que a contrapartida financeira era o próprio benefício do usuário, mas que tirando o benefício, não possuía nenhum retorno financeiro para exercerem os cuidados.

Ao serem indagados sobre o sustento, dos 20 entrevistados, 08 afirmam que só possuem, enquanto renda familiar, o valor mensal de um salário mínimo proveniente do BPC. Cinco (05) apontam que o sustento da família consiste no referido benefício, bem como no trabalho de seus respectivos maridos/companheiros - cabe destacar que somente um se encontra dentro do mercado formal de trabalho. Quatro (04) entrevistadas apontam que conseguem, de maneira muito restrita, realizar faxinas. “Hoje eu faço faxina uma vez por semana e temos o auxílio do governo, né?” (Entrevistada 5). Duas (02) entrevistadas, que no momento exercem o cuidado de membros do BPC que se encontram com o benefício suspenso, afirmam que temporariamente estão recebendo o recurso do Programa Bolsa Família (PBF).

Ressalta-se a Entrevistada 7 que, além de exercer o cuidado do filho, usuário do BPC, também cuida dos netos para que a filha possa trabalhar. Em troca do cuidado com os netos, a entrevistada recebe comida. Em suas palavras

O meu sustento vem desse Bolsa Família que eu tenho, e dos biquinhos de

faxina que eu faço sábado. E na minha menina. Que eu ajudo um pouquinho, aí quando ela vai no mercado ela compra alguma coisinha e me dá, já está bom demais. Não me dá dinheiro não, mas me fala: mãe eu vou comprar pra mim e pra você. Aí pra mim, eu já vou levando a minha vida assim (Entrevistada 7).

Das 20 pessoas entrevistadas, 18 deixaram de exercer trabalho remunerado em decorrência do cuidado. A entrevistada 11 relatou não trabalhar anteriormente por questões de saúde e a entrevistada 14 já não trabalhava anteriormente. Ou seja, tem-se 90% dos entrevistados que deixaram de exercer o trabalho fora da esfera restrita do cuidado.

Das 18 entrevistadas que atualmente não exercem trabalho remunerado, 02 eram empregadas domésticas, 07 realizavam faxinas sem carteira assinada e 01 era auxiliar de limpeza com carteira assinada, com a garantia dos direitos trabalhistas resguardados. Uma (01) entrevistada relatou que exercia o trabalho enquanto trabalhadora rural e que também possuía o contrato de trabalho, bem como o vínculo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do seu respectivo município. No mais, constata-se 01 entrevistada que exercia a função de babá, 01 cuidadora de idosos, 01 costureira, 01 cabeleireira, 01 caixa e 01 repositor. Havia também 01 entrevistada com curso superior que deixou o trabalho em sua área de atuação para a realização do cuidado em tempo integral do seu filho.

Em decorrência dessa grande demanda de cuidados, percebe-se que, aqueles que conseguem exercer algum trabalho remunerado, só fazem de forma informal e esporádica, como é o caso dos relatos feitos pela Entrevistada 1. Ela informou que exerce, quando possível, trabalhos informais diversos, como forma de complementação da renda, uma vez que, com a rotina de cuidados de uma pessoa totalmente dependente, ela tem disponibilidade de trabalho apenas em pequenos intervalos, ou quando ela consegue levar o usuário do BPC para o local em que a atividade será realizada.

(...) eu faço tudo que me chamarem. Eu custumo dizer que eu só não roubo e mato, mas o resto... se me chamar para pintar parede eu vou pintar, uma faxina, faço cabelo, unha. (...) já fiz aqui nessas atividades extras da prefeitura, recreações, tudo eu tento participar. Se não atrapalhar os horários do (nome do usuário do BPC) e se tiver alguém para ficar com o (nome do usuário do BPC) eu faço, esses trabalhos domiciliares que é, já cuidei de criança, faxina, passar uma roupa, se eu puder levar o (nome do usuário do BPC) melhor. é esse o acordo com as pessoas que me chamam (Entrevistada 1).

Os fatos apresentados acima estão em sincronia com os dados acerca da relação de trabalho entre mulheres chefes de família. Conforme levantamento realizado pelo DIEESE (2023), entre as mulheres chefes de família negras, 25,3% trabalhavam como empregadas domésticas, já entre as não negras, 15,8% em serviços domésticos. No total das chefes de família negras, 20,6% eram trabalhadoras domésticas sem carteira, 15,1% trabalhavam sem

carteira no setor público ou privado, ou seja, mais da metade dessas mulheres não tinha acesso a nenhum benefício trabalhista (53,3%). Entre as não negras essa proporção era menor, 41,0%. Destas, 11,9% eram domésticas sem carteira (Boletim Especial de 8 de março - DIEESE, 2023).

Esses dados também dialogam com as autoras Cisne e Santos (2020) ao apontarem que as mulheres negras são majoritariamente as responsáveis pelos cuidados de suas famílias e das famílias dos outros, atuando como empregadas domésticas, cuidadoras de idosos, cuidadoras sociais, dentre outros. Das 03 entrevistadas que se consideram negras, 02 já exerciam trabalhos remunerados relacionados aos cuidados, e 06 que se consideram pardas, também exerciam trabalhos domésticos.

Ainda acerca deste ponto, podemos ver o relato do caso da Entrevistada 7, que realiza serviços de faxina aos sábados e trabalhos domésticos para a filha em troca de alimentos. Cabe destacar que ela afirma que só consegue realizar os trabalhos aos sábados pois a família que contrata os seus serviços permite que a mesma leve o seu filho, beneficiário do BPC.

O meu sustento vem desse Bolsa Família que eu tenho e dos biquinhos de faxina que eu faço sábado. E na minha menina que eu ajudo um pouquinho, aí quando ela vai no mercado ela compra alguma coisinha e me dá, já está bom demais. Não me dá dinheiro não, mas me fala: mãe, vou comprar para mim e para você (Entrevistada 7).

A partir dos relatos observa-se que as demandas com os cuidados, principalmente em relação às necessidades médicas, como os agendamentos de consultas, fisioterapias, acompanhamentos e afins, acabam impossibilitando a conciliação dos trabalhos do cuidado com o trabalho remunerado. Este é o caso, por exemplo, da Entrevistada 2:

Porque eu não posso trabalhar para poder cuidar dela. Eu trabalhava de babá, e, aí eu dei para cuidar dela, porque tem que levar no médico, é SUS né, às vezes é no SUS, então o horário é o horário que eles escolhem lá. Aí tive muitas vezes que sair do trabalho para levar ao médico. Então, não tem ninguém para fazer isso para ela. E eu tenho o meu pai também, que cuido dele também [...] Sou eu que levo ele ao médico, eu que arrumo os remédios dos dois. É eu que respondo para o médico o que eles têm, sabe? Tudo. Então, ele não tem esses problemas, mas tem outros, problemas de saúde, tem arritmia, diabético, toma insulina. Então tudo é eu que busco remédio, compro remédio, pego receita, levo no médico, tudo é eu. Faço compra, tudo é eu (Entrevistada 2).

Também sobre as análises de Fraser (2023) e Pereira (2016) acerca dos cuidados terem correlação direta com a economia, aponta-se pelas entrevistas que somente 04 dos cuidadores entrevistados contribuem com o INSS. Destes, 02 contribuem como autônomos, 01 como trabalhadora rural e 01 através do MEI. Esse dado comprova que os demais 15 cuidadores (exceto a cuidadora que recebe também o BPC), ou seja 75%, se encontram desprotegidos da

Previdência Social, o que potencializa uma futura necessidade de ingresso ao BPC, podendo acarretar um Ciclo Intergeracional de Dependência da Política de Assistência Social⁴ (Gomes, 2020).

No que tange às políticas públicas ofertadas pelos respectivos municípios, majoritariamente os entrevistados relataram sobre as políticas de Saúde, Assistência e Educação. Tendo em vista que somente 04 entrevistados contribuem com a Previdência, os demais não apresentaram acesso à Seguridade Social de cunho contributivo.

Dos 20 entrevistados, 16 informaram que possuem acesso e suporte da Política de Assistência Social de seus municípios, destacando o CRAS como o principal equipamento de referência. 04 cuidadores afirmaram que não possuem acesso junto à referida política, mas que deram entrada na solicitação do BPC através do CRAS, contudo, não houve uma continuidade ou um acompanhamento da família por parte da equipe técnica.

Dentre os 16 que afirmam possuir acesso à Política de Assistência Social, há relatos de 06 entrevistados que acessam os benefícios eventuais de seus respectivos municípios. Contudo, também houve queixas, de benefícios eventuais sendo negados exatamente pelos cuidadores estarem inseridos em famílias que já recebem um benefício da referida política, no caso o BPC.

Como exposto pela Entrevistada 13:

A Assistente Social, quando eu preciso, eu vou lá, converso com ela. Elas me dão um apoio. Igual uma vez, eu fui lá, pedi uma cesta básica. Mas só que por conta da gente receber o BPC LOAS, fica meio difícil. Porque às vezes elas acham que a gente por receber esse salário a gente consiga fazer tudo. Só que hoje as coisas no mercado estão um absurdo, entendeu? Eu pago farmácia, tem que pagar aluguel, luz; então assim, quando chega para ir no mercado, eu já não tenho tanto, né? Então assim, o que que acontece, quando a gente vai assim, pedir uma cesta lá, aí tipo assim, a gente é questionada, entendeu? Essa situação, por conta do salário, como se a gente está recebendo o salário e então não precisa da cesta né? Mas só quem sabe somos nós mesmos (Entrevistada 13).

Também houve relatos de acompanhamento por parte da equipe técnica de nível superior do CRAS no sentido de impulsionar maior responsabilização familiar pelos cuidados aos beneficiários do BPC, com relatos de visitas domiciliares constantes, alegando acompanhamento familiar. Tal como exposto pela Entrevistada 12:

Eu não posso trabalhar. De primeira ela morava com a minha mãe, ai minha mãe faleceu e eu passei a cuidar dela. Eu trabalhava na roça, quando eu vim para a rua. Até as meninas falaram que quando aparecer um serviço para fazer, mas a Assistente Social falou que eu não posso deixar ela sozinha. [...] as meninas do CRAS que passam para fazer visita. É só acompanhamento

⁴ Famílias que possuem por mais de uma geração a dependência da Política Nacional de Assistência Social.

(Entrevistada 12).

No que se refere à Política de Saúde, 14 informaram que possuem acesso aos equipamentos existentes em seus respectivos municípios, destacando sempre a atuação das UBS do bairro, embora conste reclamação de ausência de visita dos Agentes Comunitários de Saúde. Mas, no que tange à atendimentos médicos, veículos quando necessário, acompanhamentos necessários e específicos para as pessoas com deficiência, estes entrevistados afirmaram conseguir o acesso. Contudo, 06 afirmaram que não possuem acesso à política pública municipal do seu município.

Diante de uma expressiva quantidade de entrevistados cujos beneficiários do BPC possuem autismo, há a necessidade de diversas terapias. Porém, os municípios não ofertam os serviços necessários, como exposto pela Entrevistada 13: “Porque no momento ele está precisando de fono, porque não tem profissional aqui desde o início do ano, ele inclusive regrediu muito. Então assim, já me quebrou aí, porque é o que ele precisa mais”. Bem como também há relatos da existência das terapias, contudo, ainda insuficientes. “E psicólogo, não está tendo. Ele teve terapia na semana retrasada, e agora vai ter só em novembro de novo. E fono, ele tem de quinze em quinze dias. E eu que levo” (Entrevistada 3).

Há também muitos relatos da necessidade de recorrer ao mercado, diante de uma inexistência de serviços básicos ofertados pela saúde pública, com especial destaque para ausência de médicos e medicamentos no SUS. Há relatos de além da ausência de tratamento pelo SUS, ainda de gastos com itens básicos que, pelo SUS, seriam ofertados na rede de saúde pública. “E na ASSED não tem a fonoaudióloga, aí no caso eu teria que pagar. Mas é muito caro, e eu não tenho condições de pagar. E tem também a questão das fraldas, que todo mês aperta” (Entrevistada 15).

Há vários relatos de gastos com medicamentos em farmácias devido à ausência de remédios e fraldas ofertados em farmácias populares e que comprometem a renda familiar. “O médico dele é particular, só o remédio, e só agora, deve ter um mês que eu consegui o remédio pelo SUS. Por que antes era tudo no particular” (Entrevistada 5); “Os remédios são comprados, mas o médico é pela saúde” (Entrevistada 10); “Porque gasto muito com farmácia e fraldas” (Entrevistada 11); “Ele toma um remédio de convulsão, e quando a médica passou, ela passou três frascos. E isso dava quinhentos reais. Aí a gente fez uma vaquinha, um pix solidário, e a gente conseguiu comprar umas caixas de remédio” (Entrevistada 9).

Esses dados apontam o quanto familista é o Estado brasileiro. O Estado neoliberal prima cada vez mais pelo desmonte das políticas sociais, as quais destacamos aqui as de Seguridade Social. Diante de uma ausência na oferta dos serviços de Saúde pelo Estado, a população não

vê outra saída senão recorrer ao mercado e à sociedade civil, tal como apontado por Moraes et. al. (2020) ao afirmar que a proteção social foi construída mediante o compartilhamento de responsabilidades do Estado com a sociedade civil, especialmente na condução da proteção social associada à responsabilização familiar.

Ainda na precariedade dos serviços de saúde pública e de responsabilização da sociedade civil, destaca-se o aparecimento, nas entrevistas, das chamadas “vaquinhas solidárias” ou “pix solidários”. Esses são mecanismos em que a sociedade é chamada através das redes sociais para contribuir financeiramente através de doações em depósitos bancários ou “pix” para que o recebedor consiga arcar com os gastos de saúde.

Considerações Finais

Aponta-se nesta pesquisa que a família, cada vez mais, é chamada na garantia da proteção social, diante de um retrocesso do Estado, conforme preconizado pela proposta Neoliberal. Esse “chamamento” é uma resposta conservadora cada vez mais acentuada frente à crise do capital, recolocando a família como instância privilegiada responsável pela proteção social de seus entes, evidenciando-se o desmonte das políticas públicas e dos direitos sociais, o que aprofunda as desigualdades sociais e coloca as famílias em situações de desproteção e não de proteção. Assim, as famílias são despropriadas de condições dignas de vida pelo próprio Estado e, ao mesmo tempo, são chamadas à responsabilidade de proverem uma proteção que seria de responsabilidade do Estado, para além da esfera privada. Ao “falharem”, estas passam a ser consideradas culpadas pelos males advindos desta relação.

A Política de Assistência Social, embora avance enquanto um direito social de caráter não contributivo, ainda permanece altamente excludente e focalizada, na medida em que não consiste em uma política de caráter universal, e que constantemente recebe ataques governamentais com cortes orçamentários. O desmonte da referida política ataca a família, que já é posta como uma “instância” de garantia da proteção social através dos serviços e programas instituídos na referida política.

Dentro desta esfera, encontra-se o BPC, enquanto um benefício, que perde a perspectiva do direito individual para o direito julgado pela “incapacidade” familiar. Caso ainda mais intenso ao se tratar de beneficiários em situação de dependência, em que familiares, majoritariamente mulheres negras, se responsabilizam pelos cuidados e proteção aos seus membros, na mesma medida em que ficam desprotegidas.

O desmonte das políticas de Seguridade Social afetam sobremaneira as famílias, comprometendo a renda proveniente do BPC quando, cada vez mais, precisam recorrer ao

mercado para suprir suas necessidades elementares. Por sua vez, este fato intenciona as famílias a recorrerem, ora à Política de Assistência Social pela via dos Benefícios Eventuais, ora à Sociedade Civil, através, por exemplo, das chamadas “vaquinhas solidárias”.

Os cuidadores, na medida em que minimamente conseguem proteger os beneficiários do BPC, se desprotegem, por exemplo, em relação à Previdência Social, o que futuramente pode ocasionar em mais uma dependência da Política de Assistência Social e piora das condições de vida. Ou seja, o Estado, na mesma medida em que chama a família para garantir a proteção social, não cria condições para que a família a exerça.

Os dados da pesquisa apontam para a intensificação da responsabilização familiar frente a crise estrutural do capital, escamoteadas pela retórica do fracasso familiar, que encontra como limite, a própria política social que culpabiliza a família frente às expressões da questão social. Tal situação, também tenciona o trabalho social com as famílias baseados em concepções estereotipadas de famílias e papéis familiares, com prevalência de papéis residuais e fragmentados da totalidade social e na focalização do trabalho com famílias em “situações-limite”, as chamadas “incapazes” e “fracassadas” (Teixeira, 2015). O ultraconservadorismo no Brasil, e o conservadorismo moral, segundo Bonfim (2015), atingem intensivamente os profissionais que atuam diretamente com as famílias nas políticas públicas, dentre eles os Assistentes Sociais.

No que concerne ao Serviço Social, nas entrevistas foi possível identificar o caráter conservador de alguns profissionais que reforçam a responsabilização familiar pelos cuidados aos beneficiários do BPC, imprimindo na atuação um caráter policialesco através das visitas domiciliares para fins de “acompanhamento”, demonstrando um caráter conservador na prática profissional.

Contudo, Teixeira (2015) aponta para as possibilidades e alternativas, mesmo diante de uma conjuntura tão adversa. No que tange ao trabalho com as famílias na PNAS, que os profissionais tenham a noção que a autonomia dos sujeitos e a capacidade para os cuidados estão atrelados à perspectiva dos sujeitos de direitos na busca por direitos universais enquanto dever do Estado na garantia de vida digna a todo cidadão.

Neste sentido, potencializa-se o reconhecimento da força do coletivo, na organização para que a efetivação e viabilização dos direitos sejam efetivas, e que novas conquistas sejam inseridas nas políticas públicas, especialmente no que tange aos cuidadores, para que possam exercer o direito de cuidar e terem também uma vida digna (Teixeira, 2015).

Enquanto contribuições do Serviço Social evidencia-se o compromisso ético-político com a classe trabalhadora na luta pela emancipação e liberdade, contra o conservadorismo e à responsabilização da família diante de um quadro de crise estrutural do capital.

Referências bibliográficas

- ARREGUI, C. C. et al. Vulnerabilidade social: fundamentos teórico-metodológicos e implicações no campo da proteção social. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e et al (org.). *Vulnerabilidades sociais: Direitos negados*. Editora CRV, 2023.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa Ed. 70, 1977.
- BONFIM, P. *Conservadorismo moral e Serviço Social*: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- BRASIL. *Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)*. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
- CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. *Ser Social*. n. 12, p. 165-190, 2003.
- CASTILHO, C. de F. V.; CARLOTO, C. M. O familismo na política de Assistência Social: um reforço à desigualdade de gênero. *Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas*. 2010.
- CISNE, M.; DOS SANTOS, S. M. M. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. São Paulo: Editora Cortez, 2020.
- DIEESE. Departamento Intersindical de estatística e estudos socioeconômicos. Boletim Especial 08 de março – Dia da Mulher. As dificuldades das Mulheres chefes de família no mercado de trabalho. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.html> Acesso em: 10 ago. 2024.
- ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 85-116, 1991.
- FRASER, N. Crise do cuidado? Sobre contradições sociorreprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Teoria da Reprodução Social: remapeamento de classe, recentralização da opressão*. São Paulo: Elefante, 2023.
- GOMES, Luciana da Conceição. *O ciclo intergeracional de dependência da política de assistência social no município de Mariana-MG*. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa- MG. 2020.
- HIRATA, H. *O cuidado*: teorias e práticas. Boitempo Editorial, 2022.
- HORST, C.H.M.; MIOTO, R.C.T. “Crise, Neoconservadorismo e Ideologia da Família”. *Serviço Social, Questão Social e Direitos Humanos*. vol. 1, 2021.
- MARTINO, M. de. “Programas de transferência condicionadas, família e gênero: aproximações a alguns dilemas e desencontros”. In: MIOTO, Regina Célia Tamass; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (org.). *Familismo, direito e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Editora Cortez, 2015.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MINAYO, M. C. de S. “Cuidar de quem cuida de idosos dependentes: por uma política necessária e urgente”. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 26, 2021.
- MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde São Paulo: Hucitec. 2004.
- MORAES, P. M. et al. Familismo e política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. *Revista de Políticas Públicas*, v.24, n. 02, p. 802-818, 2020.

- NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. Cortez Editora, 2021.
- PASSOS, R. G. Teorias e filosofias do cuidado: subsídios para o serviço social. *Papel Social*, 2018.
- PEREIRA, B. C. J. *Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual*. 2016.
- SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. Ministério Público do Estado da Bahia, 2004.
- SARACENO, C.; DE AZEVEDO, M.F. G. *Sociologia da família*. 1995.
- SILVA, R. N. L. M. da; TEIXEIRA, S. M. Política de assistência social: entre o familialismo e a desfamilização. *Revista Emancipação*. v.20, p.1-18. Ponta Grossa. 2020.
- SPOSATI, A. A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social. São Paulo: Cortez, 2005.
- TEIXEIRA, S. M. Política social contemporânea: a família como referência para as políticas sociais e para o trabalho social. In: MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (org.). *Familismo, direito e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Editora Cortez, 2015. p. 211-239.
- YAZBEK, M. C. Estado e políticas sociais. *Revista Praia Vermelha*, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2008.

Os efeitos da violência interparental nas crianças: o olhar de uma comissão de proteção de crianças e jovens (CPCJ) em Portugal

The effects of interparental violence on children: a look at the child protective services in Portugal

Ana Sofia Carvalho Pinto*
Eva Raquel Xavier de Melo Gil Chaves **
Cristiana Dias de Almeida***
Mónica Alexandra Vidal Teixeira****

Resumo: A violência interparental é uma das situações mais evidentes de violência indireta que tem vindo a merecer uma maior atenção no panorama nacional. Com o presente artigo, pretende-se promover a discussão do fenómeno da criança exposta à violência, com o objetivo central de perceber os efeitos da violência interparental nas crianças acompanhadas na CPCJ. Para a concretização deste estudo exploratório foi utilizada a metodologia mista. Como técnica de recolha de dados realizaram-se cinco entrevistas entre 4 e 19 de abril de 2023. Utilizou-se para análise dos dados: a

Abstract: Interparental violence has been the focus of attention on a national level as one of the most glaring forms of indirect violence. This article aims to promote the discussion of the problem of the child exposed to violence with the main objective of understanding the effects of interparental violence on the children monitored by child protective services. To carry out this study exploratory, a mixed methodology was used. As a data collection technique, five interviews were carried out between April 4th 2023 and April 19th 2023. For data analysis the following were used:

* Licenciada em Serviço Social pela Universidade Lusófona – Centro Universitário do Porto. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7082-7052>

** Doutora em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa & Universidade de Coimbra. Doutora em Ciências Sociais - Psicologia da Justiça pela Universidade Fernando Pessoa do Porto. Mestre em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviantes pela Universidade Católica do Porto. Licenciada em Serviço Social pela Universidade Católica de Braga. Professora Auxiliar de Serviço Social na Universidade Lusófona – Centro Universitário do Porto (FCESE). Lusófona University, Intrepid Lab, Porto, Portugal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0760-8513>

*** Doutora em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa & Universidade de Coimbra. Mestre e licenciada em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Professora Auxiliar e Diretora da Licenciatura em Serviço Social na Universidade Lusófona - Centro Universitário do Porto. Lusófona University, Intrepid Lab, Porto, Portugal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6269-7120>

**** Doutora em Gerontologia UA/ICBAS. Mestrado em Gerontologia na UA. Licenciatura em Serviço Social pelo ISMT. Doutoranda do Programa Interuniversitário de Doutoramento em Serviço Social (Universidade Coimbra-FPCE e Universidade Católica Portuguesa-FCH). Professora Auxiliar da Universidade Lusófona (FCESE). Lusófona University, Intrepid Lab, Porto, Portugal. Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2625-4765>

análise de conteúdo e a análise estatística de dados. Os resultados demonstram que as crianças expostas à violência interparental desenvolvem inúmeros efeitos negativos que consequentemente terão repercussões imediatas e implicações ao longo da vida. Apesar da crescente visibilidade do fenómeno, a violência interparental continua a ser um problema social grave, pois, muitas vezes, não é reconhecido no seio da própria família.

Palavras-chaves: Violência interparental; Violência doméstica; Crianças; CPCJ.

content analysis and statistical data analysis. The results show that children exposed to interparental violence develop numerous negative effects that will consequently have repercussions throughout their lives. Despite the growing visibility of the problem, interparental violence continues to be a grave social problem, as it is often not recognized within the family itself.

Keywords: Interparental violence; Domestic violence; Child; A look at the child protective services.

Introdução

A exposição à violência interparental tem vindo a merecer alguma atenção por parte de profissionais de diversas áreas das ciências sociais. Se por um lado emergiu um olhar mais atento da violência conjugal como um problema social, por outro ressaltou uma maior preocupação com os diversos efeitos da exposição da criança à violência.

A violência entre casais tem-se evidenciado atualmente, devido não só à emergência de novas e maior número de denúncias e sinalizações, resultado de um elevado número de informação e campanhas de prevenção/sensibilização acerca da problemática, bem como do aparecimento de novos e diversos estudos sobre o fenómeno em questão (Rocha, 2007).

A revisão da literatura evidencia que as crianças expostas à violência interparental surgem grande parte das vezes como vítimas diretas de violência (e.g., coocorrência de violência). Por outro lado, em termos de impacto não é necessário a criança experenciar de forma direta a violência, para ser afetada (Sani, 1999) e revelar uma série de sintomas desadaptativos. Na mesma linha de pensamento seguem outros estudos (e.g., Coutinho; Sani, 2008; Sani, 2007) ao reconhecer que a violência concorre para um desajustamento global e reflete-se em acrescidas dificuldades de adaptação nos diferentes contextos da criança.

Tendo em vista os inúmeros casos e os efeitos evidenciados pelas crianças expostas à violência interparental, partiu-se da formulação do objetivo geral do presente trabalho, perceber efeitos da violência interparental nas crianças acompanhadas numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) da zona Norte de Portugal. Mais concretamente procurou-se (i) Identificar os efeitos da violência interparental nas crianças; (ii) Caracterizar os efeitos da violência interparental nas crianças; (iii) Perceber a influência da violência interparental nas crianças; e (iv) Analisar a experiência profissional dos/as técnicos/as da CPCJ em casos de exposição das crianças à violência interparental.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

No âmbito do sistema jurídico português, as ações do Estado em relação à proteção de crianças e jovens são restritas apenas aos casos em que exista um perigo iminente para a segurança e bem-estar da criança (Poeiras; Calheiros, 2019). A proteção das crianças e jovens por parte do Estado é um valor estabelecido pela Constituição (artº. 69, nº1 da Constituição da República Portuguesa). De acordo com o estabelecido na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (assinada em Portugal em 26/1/1990), que exigem dos Estados aderentes a implementação de ações de proteção das crianças contra todo o tipo de violência, seja ela dentro ou fora do ambiente familiar (Poeiras; Calheiros, 2019).

É da competência da CPCJ avaliar e investigar as condições de risco e vulnerabilidade das crianças e jovens, além de coordenar as ações de proteção e apoio necessárias, em colaboração com outras instituições. Desempenham um papel crucial na prevenção e intervenção em casos de maus-tratos, abusos, negligéncia, abandono e outras circunstâncias que possam ameaçar o bem-estar e o desenvolvimento das crianças e jovens (Poeiras; Calheiros, 2019; Guerra, 2021).

As CPCJ são entidades oficiais independentes, com uma composição diversificada de profissionais de diferentes áreas, responsáveis por tomar decisões imparciais e autónomas em relação às situações de proteção de crianças (Guerra, 2021). Esta equipa multidisciplinar é composta por representantes de várias entidades, como Autarquias, Instituições de Solidariedade Social, Ministério Público, Forças de Segurança e atua a nível local, em cada município do país.

A intervenção da CPCJ depende do consentimento de ambos os progenitores, do representante legal ou da pessoa que tenha guarda de facto. Nos casos cuja gravidade e urgência justifiquem uma intervenção imediata, ainda que exista uma oposição por parte dos progenitores, existe um “procedimento judicial urgente”, tal como prevê o artigo 91.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Assim, quando existe perigo atual ou iminente que comprometa a integridade física ou psíquica da criança ou jovem, são adotadas medidas apropriadas para garantir a segurança imediata da criança ou jovem, como por exemplo, a remoção da família e é solicitada a intervenção das autoridades policiais ou do tribunal (Guerra, 2021, p. 13).

A salientar que, as decisões tomadas pela CPCJ são sempre em benefício da criança e devem ser acompanhadas de medidas que promovam o seu bem-estar e desenvolvimento saudável.

Violência interparental

No campo da terminologia, revela-se importante discutir algumas considerações alusivas à forma de violência que pretendemos abordar.

Os conceitos violência interparental, violência conjugal e marital usam-se de forma indiscriminada, não que não mereçam as adequadas distinções, mas sim porque nos queremos referir a um tipo de “vitimação, em que a criança está exposta à violência entre duas pessoas próximas afetivamente e com quem partilha o mesmo espaço” (Sani, 2003, p. 15).

Sani (2003) afirma que existem limitações ao utilizar o conceito de violência doméstica para definir o conceito de violência interparental, uma vez que sendo esta definição mais abrangente, pode englobar outras formas de violência como por exemplo os maus-tratos a crianças ou a pessoas idosas; violência sobre a/o companheira/o. Nesta última situação, faz-se a referência a ambos os géneros, visto que, e sendo estatisticamente menos recorrente, pode acontecer violência sobre o género masculino.

No que respeita ao conceito de violência interparental, esta é caracterizada como uma disputa violenta que acontece entre os pais ou responsáveis da criança, sejam eles casados ou não (Sani, 2003) e que pode manifestar-se de diversas formas, nomeadamente: violência física, emocional, verbal e psicológica, sendo que essa dinâmica pode ter impactos significativos não apenas nos envolvidos, mas também nos filhos, que podem ser testemunhas dessas situações. Além de afetar o bem-estar emocional e psicológico das crianças, a violência interparental pode comprometer o desenvolvimento saudável e a segurança, levando a efeitos colaterais, como problemas de comportamento, dificuldades de aprendizagem e transtornos emocionais. É um tema essencial no âmbito da investigação sobre violência familiar e suas repercussões na dinâmica familiar e na sociedade.

As diversas formas pelas quais as crianças podem ser vítimas de abuso têm se tornado um dos maiores desafios para os/as profissionais da área social e da saúde, que constatam a sobreposição entre estar exposto à violência e ser vítima de violência. A ideia equivocada de que a violência entre parceiros/as é um problema exclusivo dos adultos desconsidera de maneira egoísta e irresponsável as situações de vitimação de crianças (Sani; Cardoso, 2013).

537

Impacto da violência interparental nas crianças

A experiência que uma criança vivencia quando é exposta ao conflito entre os pais torna-se um facto marcante para a mesma, perturbando as suas emoções independentemente da idade apresentada (Sani, 2004). Contudo, a tipologia da violência pode agravar ou atenuar o impacto da violência (APAV, 2021).

Pode-se concluir através da reflexão de estudos alusivos à violência interparental que estas crianças presenciam um elevado risco no que toca ao desenvolvimento de problemas ao nível comportamental e emocional, originando consequências para o próprio desenvolvimento (Martins, 2018; Menard, 2002). Os efeitos que as crianças experienciam podem revelar-se tanto a curto como a médio ou a longo prazo, sendo que a inexistência dos mesmos não demonstra que a criança não foi alvo deste impacto (Coutinho; Sani, 2008). Este tipo de violência tende a ser continuada e desenvolve-se em escalada de frequência e intensidade, apresentando por isso repercussões nefastas a nível físico e psicológico para a vítima e para os que residem nesse contexto (Chaves; Sani, 2014). Neste sentido, surge o conceito de criança exposta a violência conjugal, sendo uma forma de legitimar estas crianças como vítimas e de reconhecer o sofrimento que muitas vezes é esquecido e de igual peso dar-lhes visibilidade (Martins, 2018).

As crianças apresentam diferentes formas de resposta à violência, por outro lado, a vitimação pode funcionar como um mecanismo para desenvolver a capacidade da mesma na resolução de futuros conflitos (Benetti, 2006). Tais reações são sinónimo do esforço praticado por parte das crianças para encarar situações aterradoras e imprevisíveis, não existindo, tal como defende a autora “reações típicas” à violência no seio familiar (Sani, 2004).

Margolin (1998 *apud* Sani, 2002), expõe que se devem ter em consideração os fatores desenvolvimentais (e.g., a idade, o género) e situacionais, referindo-se à proximidade física do conflito e emocional à vítima, à gravidade da exposição, quando se aborda a variedade de reações que a criança pode despoletar nos momentos seguintes à exposição recorrente à violência interparental. Para além disso, a ocorrência de conflitos num espaço em que a criança considera ser um local seguro, são elementos que se devem ter igualmente em conta.

As crianças que sofrem abuso físico e/ou que testemunham repetidamente a violência conjugal podem desenvolver disruptões nos padrões normais de desenvolvimento, levando a problemas cognitivos, emocionais e comportamentais (Emery, 1989; Jaffe *et al.*, 1990). Estes efeitos decorrem não só da prática de atos de violência contra a criança, ao que Sani (2004) conceitua de efeitos diretos, mas também de um conjunto de condições, que rompidas por essa violência, geram efeitos indiretos no ajustamento da criança. A autora, evidencia que as crianças expostas a estes conflitos apresentavam problemas de internalização (desenvolvimento de ansiedade, depressão, medos), assim como de externalização (níveis elevados de agressividade, raiva, fugas da própria casa). Por conseguinte, este tipo de comportamentos danificam a capacidade de empatia, o estabelecimento de relações interpessoais, a realização ao nível académico, a interpretação de situações sociais, a resolução de situações adversas, como ainda a competência e a integração social (Sani, 2004).

Ademais, as crianças que se desenvolvem em contexto de conflito interparental interiorizaram que para resolver os conflitos surgidos ao nível das relações íntimas precisam de recorrer à violência, estratégia esta apreendida aquando expostas aos conflitos entre os pais. Deste modo, este tipo de comportamentos apresenta-se como uma maneira eficaz de que a criança perceciona ter o controlo e poder sobre o outro (Sani, 2004). Outro dos efeitos observados é o facto de a criança aceitar excessivamente que dispõe de um sentimento de responsabilidade pela violência que acontece na família, acreditando que ela própria e os seus comportamentos, originam a violência interparental ou achando que têm o dever de proteger a vítima, distraindo o agressor (Sani, 2004).

Paralelamente, Magalhães (2002) expõe algumas das que considera serem consequências diretas da exposição a conflitos interparentais: ao nível cognitivo, que ocasionam défices de linguagem, intelectual, baixo rendimento profissional ou académico; ao nível afetivo, com o surgimento de sensações de medo, raiva, disfunção sexual e baixos níveis de autoestima, assim como ideação suicida; ao nível comportamental, com interferências nos relacionamentos interpessoais, propensão para o isolamento, raro reconhecimento das emoções, sentimentos de culpabilidade, violência e maltrato com os próprios filhos, toxicodependência e condutas e comportamentos delinquentes; e ao nível psiquiátrico, podendo surgir neuroses, depressões e psicoses e diversos transtornos de personalidade. No que diz respeito a crianças em idade primária reconhecem-se complicações ao nível escolar, despoletando problemas de concentração e atenção somando à probabilidade de terem até 40% menos de capacidades nas tarefas escolares, como por exemplo ao nível da leitura relativamente às outras crianças com idades idênticas (Martins, 2018).

Relativamente aos efeitos indiretos, Holden *et al.* (1998) reiteram que o conflito conjugal afeta diretamente o suporte, a disciplina e controlo, tal como a consistência e monitorização parental. Com isto, os mesmos autores afirmam que habitar em contexto hostil e violento pode ser profundamente debilitante, particularmente para a vítima. Neste tipo de ambientes, dá-se mais foco à monitorização e avaliação afetiva do agressor e a sua predisposição para a violência, da mesma maneira que a vítima tenta defender-se a si própria e às crianças dos constantes ataques físicos e verbais que sofrem. Por outro lado, a inconsistência que existe particularmente nestes seios familiares pode ser um fator agravante dos conflitos, quer porque os progenitores divergem no que se relaciona com a educação das crianças, quer porque existe uma mudança de tom e palavras por parte da progenitora quando o progenitor está presente (Sani, 2004).

A exposição à violência em contexto familiar pode resultar, ainda, em absentismo escolar, violência entre pares – *bullying*, violência nas relações de namoro e nos relacionamentos em geral, abandono escolar ou até mesmo conflito com a lei (XXII Governo Constitucional, 2020).

Sendo uma problemática cada vez mais atual, deve-se conferir mais atenção aos sinais que a criança apresenta a fim de prestar o auxílio de forma a garantir que os efeitos sejam minimizados. Por outro lado, as entidades governamentais possuem a responsabilidade de criar medidas de modo a salvaguardar o bem-estar das crianças.

Metodologia e técnicas de recolha de dados

O presente estudo é uma pesquisa exploratória que pretende ser uma primeira aproximação ao tema, de modo a testar a adequabilidade das questões em causa. Pretende-se futuramente alargar o estudo para um número amplo de CPCJ, que represente a realidade portuguesa. Para a concretização da investigação, foram apresentados e assinados os consentimentos informados de forma a garantir que os/as participantes tinham o conhecimento sobre o estudo empírico do presente trabalho, bem como a confidencialidade e anonimato das informações partilhadas. Para além disso, também foi garantido o consentimento para utilização da informação da Base de Dados da CPCJ, devidamente assinado pela Presidente da Comissão.

Para a realização do presente estudo foi utilizada a **metodologia mista**. O recurso às vertentes qualitativa e quantitativa não só melhora significativamente a compreensão do fenómeno, como também procura dar retorno às questões inicialmente formuladas, sugerindo alterações em questões específicas ou até mesmo um novo *design* (Teddlie; Tashakkori, 2009). Como técnica de recolha de dados privilegiou-se a **entrevista** semiestruturada. Foram realizadas, entre 4 e 19 de abril de 2023, a 5 profissionais de uma CPCJ da região norte de Portugal. Estes/as profissionais são de diferentes áreas científicas, nomeadamente Serviço Social, Psicologia, Enfermagem e representam diferentes instituições do município: Câmara Municipal, Segurança Social e o Ministério da Saúde. Foram escolhidos/as pelas funções desempenhadas na CPCJ ao nível da “promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral” (Art.º 1 do Cap. I da Lei 147/99, de 1 de setembro), segundo a sua disponibilidade e respeitando a sua agenda de trabalho para não afetar nas dinâmicas da instituição.

Como técnica de análise de dados foi utilizada a **análise de conteúdo** e a **análise estatística de dados**. No que se refere à análise de conteúdo foi sinalizado o conteúdo mais relevante de cada entrevista e agrupado em categorias com base num cruzamento entre

categorias já previamente delimitadas de acordo com a literatura. Atendendo a que, na investigação “os dados obtidos necessitam de ser organizados e analisados e, como a maioria das vezes tomam uma forma numérica procede-se à sua análise estatística” (Coutinho, 2015, p. 151), recorreu-se à análise estatística de dados quantitativos com incidência sobre o tipo de problemática mais presente em 2022 nas CPCJ’s.

Apresentação dos resultados

A apresentação dos resultados emerge da análise dos dados resultantes das entrevistas realizadas a profissionais de uma CPCJ da zona norte do país, bem como da análise de dados estatísticos nacionais referentes às CPCJ. Os dados que daqui resultaram, deram resposta ao objetivo central desta investigação: Perceber os efeitos da violência interparental nas crianças acompanhadas na CPCJ. Objetivo central integra quatro objetivos específicos (dados parciais desta investigação) que se consubstanciam-se nos seguintes:

i) Identificar os efeitos da violência interparental nas crianças: A maioria das profissionais considera que os efeitos nas crianças são negativos e muito graves para o seu desenvolvimento, no entanto, referem que o surgimento e o progresso destes depende da gravidade da violência interparental a que são expostas. Para além disso, algumas entrevistadas relatam que os efeitos desta exposição recaem principalmente nos efeitos a nível psicológico ou emocional, provocando consequentemente elevados níveis de ansiedade, de *stress* e de insegurança, seja em contexto de relação com outras pessoas, seja no mundo ao redor delas. “(...) acabo por estar atenta mais a alguns sintomas mais psicológicos ou emocionais diria, mas quase sempre se vê um aumento da ansiedade destas crianças, não é?” (Ent5).

A literatura evidencia que a nível emocional, a criança pode revelar sintomas como, choro, preocupação, vergonha, menor capacidade de empatia, dificuldade em reconhecer emoções, tristeza, raiva, culpa e medo (Cunningham; Baker, 2007). E ainda, sentimentos muito ambivalentes relativamente aos cuidadores (Graham-Bermann, 1998). A tristeza e raiva são sentimentos experienciados por algumas crianças, que segundo Renee *et al.*, (2011) são mais frequentes do que a ansiedade. As crianças com histórias na infância marcadas pela violência familiar têm uma maior predisposição para ter uma baixa autoestima (Shein, 2009). Tal como salientado anteriormente, Sani (2004) afirma que as crianças expostas a estes conflitos desenvolvem problemas quer de internalização, ou seja, desenvolvimento de ansiedade, quer de externalização (surgimento de sentimentos de raiva, agressividade, etc.).

Segundo algumas entrevistadas, outro dos efeitos experienciados e vividos pelas crianças expostas a conflitos violentos entre os progenitores passam pela insegurança que surge, tanto

ao nível da instabilidade de humor de ambos os pais ao longo dos conflitos, como também a insegurança perante o mundo sobre o olhar da criança. “(...) é o facto a... da insegurança em que a criança vive, de nunca saber como é que vai ser o dia (...) Isto leva a um estado permanente de ansiedade que este é o que se traduz em... em prejuízo maior” (Ent3).

Nos casos de violência doméstica mais graves, surgem sentimentos de *stress* emocional e ansiedade, uma vez que a própria criança consegue aperceber-se do que a vítima está a sentir, sendo habitual vivenciar sentimentos negativos. “(...) quando existe uma violência doméstica muito grave, em que existe um terror associado, não é?... àquela figura, a criança está constantemente em situação de stress emocional” (Ent3).

Neste sentido, Margolin e John mencionam que “A envolvência em situações de violência de figuras apego faz emergir na criança sintomas de evitamento, ansiedade, novos medos, agressividade” (1997, p. 42). Cummings acrescenta que, esta violência a que a criança é constantemente exposta constitui-se como uma ameaça para esta, no sentido em que “mina o seu sentido de predição e o seu sentimento de acolhimento na família, preocupando-a e fazendo sentir-se emocionalmente *stressada*” (1998 *apud* Sani, 2002, p. 43).

Ao longo das entrevistas, foi referido igualmente que alguns dos efeitos nas crianças por exposição emergem no constante estado de alerta que passam vivenciar. “Os efeitos negativos da violência doméstica em termos emocionais, ela vem muito associada a isto, a estes casos mais graves em [que] há um estado de alerta constante em que há um estado de stress constante no organismo (...)” (Ent3).

A par do que foi exposto anteriormente, é referido que os efeitos que as crianças vivenciam por conta da exposição acarretam problemas no desempenho académico, isto é, as próprias revelam um baixo rendimento escolar e consequentemente um decréscimo das avaliações. “(...) mais dificuldade de concentração na escola (...)” (Ent3).

Em consonância com Martins (2018), a autora afirma que a crianças em idade primária submetidas a esta exposição revelam problemas ao nível escolar e demonstram menor capacidade para a realização de tarefas propostas em contexto escolar.

Em virtude do sofrimento emocional/psicológico, foi perceptível pelo relato das profissionais que algumas crianças desenvolveram baixa autoestima, bem como sintomas depressivos. “(...) às vezes há uma mãe ou um pai que diz «não contes a ninguém que viste isto» e, portanto, eles guardam muito pra eles e acho que sintomas depressivos também é uma coisa que pode acontecer mais... frequentemente” (Ent5).

De modo similar, Magalhães (2002) cita que as consequências diretas desta exposição ao nível efetivo abrangem não só o surgimento de sensações de medo e raiva, como também é perceptível um baixo nível de autoestima nas crianças.

Tendo em consideração os efeitos despoletados nestas crianças, percebeu-se que os progenitores não detêm a consciência sobre como os efeitos repercutem no desenvolvimento das mesmas, no qual mencionam como exemplo o próprio percurso de vida. Trajetórias de vida marcadas pela exposição a violência interparental, utilizada como justificativa para a situação atual de violência e banalizando os efeitos que acabam por surgir.

(...) penso que não só pela própria, por estarem na Comissão, mas pela própria educação que tiveram, que um berro, que uma palmada [suspiro profundo] não tem efeitos numa criança a... Muitas vezes referem que “ó, ó Doutora, se o meu pai bateu-me, eu estou aqui, e foi graças a algumas palmadas que eu sou o que sou hoje” (Ent1).

Compreendeu-se também que existe uma normalização e banalização do padrão de violência, ou seja, a criança interioriza os valores típicos dos conflitos violentos que observa e vivencia. “(...) a reprodução dos modelos no futuro, não é?... a interiorização de valores e de banalização da violência doméstica (...)” (Ent3).

Ao longo da análise de conteúdo das entrevistas, constatou-se que a normalização dos padrões de violência por estas crianças é um processo normal, uma vez que estas cresceram e desenvolveram-se num ambiente em que ouviam e presenciavam o agressor a agredir a vítima e a vítima a ser agredida, interiorizando que estes comportamentos fazem parte de um relacionamento, seja ele amoroso, afetivo ou entre membros da família.

E efetivamente há aqui uma série de crianças que já são educadas- e uma série da população que é educada desta forma, que isto é uma forma normal de comunicação e o valor e a importância que atribuem a isto, muitas vezes, é diferente e a gravidade que tem muitas vezes é diferente também consoante a forma como culturalmente isto é visto, porque por vezes é banalizado (Ent3).

A literatura indica que os progenitores com historial de vitimação na infância, apresentam uma maior dificuldade em lidar com situações de maior *stress*, podendo incutir o seu padrão de comportamentos aos seus filhos (Michel *et al.*, 2011).

Os pais assumem um papel essencial na aprendizagem de comportamentos, servindo de modelo para as crianças, principalmente quando são ainda muito jovens. Segundo Cunningham e Baker (2007), com a exposição à violência, a criança pode identificar-se com o progenitor do mesmo género, o que pressupõem uma aprendizagem distorcida do papel do homem e mulher na sociedade. No entanto, este parecer não é assim tão linear já que outros estudos atribuem uma conotação positiva ao facto da criança não se identificar com o agressor, para que também não aprove os seus comportamentos e não venha a reproduzi-los no futuro (Renner *et al.*, 2011).

Para além disso, a autora Moretti (2006), explica que existe uma maior propensão, por parte destas crianças, para a reprodução de estratégias de resolução violentas, utilizando a violência física ou psicológica, aquando à presença das mesmas a exposição a violência interparental.

Tendo em conta o que foi mencionado anteriormente, vale ressaltar que muitas destas crianças não conseguem quebrar este ciclo de violência, que se perpetuou ao longo do tempo, em relações futuras, procurando parceiros que exerçam violência para com as próprias. Este efeito tende a ser explicado pela dificuldade em quebrar o próprio ciclo violento dentro da relação com o agressor, convertendo-se numa espiral de violência. “(...) e depois, muitas vezes, se calhar elas próprias a... não conseguem quebrar o ciclo de violência e elas próprias vão procurar pessoas que... que também vão exercer algum tipo de violência para consigo, não é?...” (Ent2).

Por outro lado, existem casos em que os próprios progenitores compreendem e têm noção dos efeitos que desenvolveram por conta da exposição à violência interparental na sua infância e, por esse motivo, mostram preocupação em não repercutir os mesmos modelos e comportamentos violentos para com os seus descendentes.

E depois também há um risco da reprodução dos comportamentos a que se assiste. Existem os dois casos [ruído da cadeira a mexer-se]. Existem tanto as pessoas que dizem “Ai, eu vivi isto e não quero que o meu filho viva, porque eu quando era criança [ruído da porta a bater] vivia... o meu pai batia na minha mãe”; como existem as pessoas porque viram reproduzem, ou seja, um dos problemas também é a assunção deste valor e reprodução deste comportamento (Ent3).

ii) Caracterizar os efeitos da violência interparental nas crianças: As consequências mais presentes nas respostas passam por: afetar a saúde: “Quando são crianças muito pequenas a... vai ter efeitos na saúde” (Ent1); o desenvolvimento emocional: “Quais são as consequências? Negativas? A... pronto... as consequências... era aquilo que eu estava a falar, é a nível de desenvolvimento emocional” (...) (Ent 1); o estabelecimento de relacionamentos tanto na adolescência, como no futuro: “(...) a dificuldade de estabelecer relacionamentos saudáveis na sua vida adulta, na sua vida, na sua adolescência, na vida adulta (Ent2)” e o surgimento de sentimentos depressivos e ansiedade: “(...) tentar perceber se isto vai acabar por despoletar uma depressão, uma ansiedade que precise de ser consultado (...)” (Ent5), bem como insegurança e pensamentos de insuficiência enquanto indivíduos: “Enquanto eles constroem como pessoa a... perceber se não há aqui alguma insegurança, se eles próprios em termos de autoestima também não se constroem como pessoas incapazes” (Ent5).

iii) Perceber a influência da violência interparental nas crianças: Foi perceptível através das entrevistas que esta exposição influencia as crianças ao nível da capacidade, da concentração e no seu desenvolvimento intelectual. “(...) estão mais do que explicados, mais do que estudados os efeitos ao nível da capacidade de concentração, capacidade de desenvolvimento intelectual das crianças, da aprendizagem, não é?” (Ent1).

Paralelamente, Martins (2018) revela que esta exposição frequente nas crianças influenciam os seus níveis de concentração em vários contextos da sua vida, como por exemplo em contexto escolar, na qual estas registam um baixo nível de concentração na realização das tarefas escolares.

Contudo, estes efeitos não só influenciam o desenvolvimento intelectual, como também interferem na saúde mental da mesma, podendo despoletar outras problemáticas associadas. “(...) quando são expostas a estas situações ao nível da própria saúde, cada vez vemos mais ou constatamos que há crianças com muitas problemáticas ao nível de saúde mental (...)” (Ent1).

No mesmo sentido, esta exposição afeta igualmente o estabelecimento de relações no presente e no futuro, sejam estas afetivas ou de outra natureza, somando à insegurança que daí podem sentir, uma vez que interiorizaram a partir da observação que nos relacionamentos o que permanece é a insegurança. “Acho que vivenciar uma situação destas em fases anteriores à adolescência pode muitas vezes condicionar o tipo de relações de namoro que temos (...)” (Ent5).

Um dos exemplos mais concretos referentes à influência que os efeitos detêm na vida dos progenitores destas crianças, é um caso mencionado em que é perceptível que os efeitos experienciados condicionaram a vida destes e que no presente sentem as situações de violência como se fossem ocorridas nos dias de hoje.

(...) e eu posso dizer já tive aqui a... processos de crianças que os próprios pais me contaram que eles próprios foram vítimas de violência, de exposição a violência doméstica entre os seus pais, portanto avós das crianças que eu já tenho e que... aquilo que me dizem é... é assustador (Ent2).

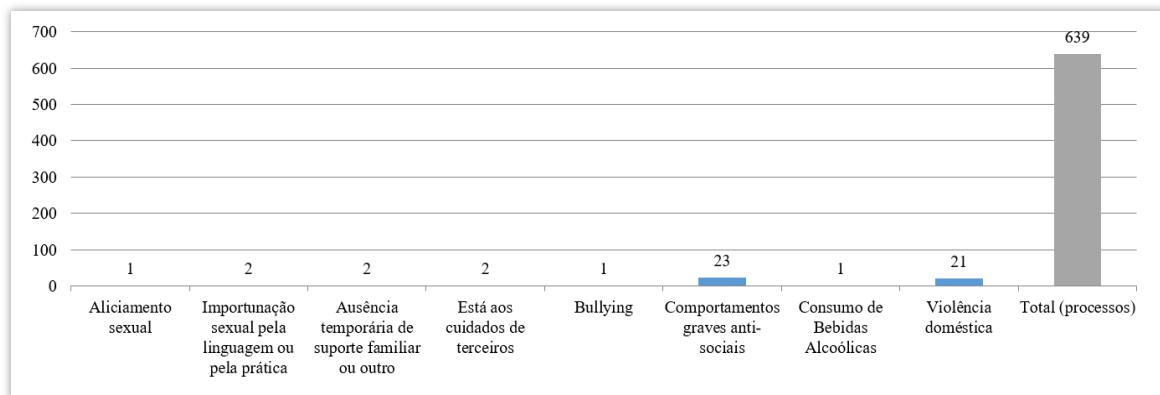
iv) Analisar a experiência profissional dos/as técnicos/as da CPCJ em casos de exposição das crianças à violência interparental: de forma geral as comissárias afirmaram terem experiência em casos com esta problemática. “Sim. Ao longo... da minha atividade profissional já tive variadíssimos processos que envolviam crianças que tinham sido expostas a violência interparental” (Ent3).

Considerando a experiência das profissionais entrevistadas, bem como a análise dos processos da CPCJ em estudo, poderá concluir-se que a violência interparental é uma problemática muito presente. Esta não ganha expressividade apenas na Comissão, como

também na comunidade em geral, fazendo com que os casos tenham mais visibilidade. “(...) eu quase, quase poderia dizer que é quase 100%, que é quase tudo, não é?... envolve violência doméstica, violência interparental aliás (...)” (Ent2).

Os resultados expostos vão ao encontro das estatísticas do ano de 2022 patentes na Base de Dados da CPCJ em estudo, em que consta que a problemática diagnosticada mais presente nesta Comissão recai sobre a violência doméstica em praticamente todos os escalões etários (compreendidos entre os intervalos de tempo [0-2], [3-5], [6-8], [9-10], [11-14], [15-17] e [18-21]). Contudo no escalão etário dos 11-14 anos (*vide Gráfico 1*) verifica-se que a problemática violência doméstica se encontra como a segunda problemática diagnosticada mais presente em 2022 (com 21 processos instaurados), seguida da problemática comportamentos graves antissociais (com 23 processos instaurados), num total de 639 processos instaurados na Comissão em questão.

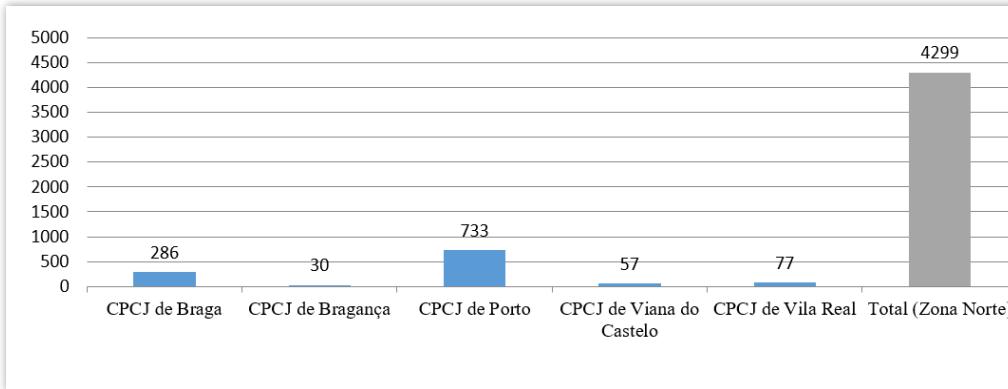
Gráfico 1: Problemática diagnosticada mais presente em 2022 no escalão etário dos 11-14 anos.



Fonte: Base de Dados da CPCJ em estudo.

Comparando os dados apresentados com outras CPCJ's situadas nos distritos mais a norte de Portugal (CPCJ de Braga, CPCJ de Bragança, CPCJ do Porto, CPCJ de Viana do Castelo e CPCJ de Vila Real), segundo o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2022, constata-se que a CPCJ do Porto, apresenta o maior número de processos instaurados com a problemática violência doméstica (733 processos instaurados), num total 4 299 processos instaurados nas CPCJ's dos distritos mais a norte do país (Gráfico 2).

Gráfico 2: Problemática violência doméstica diagnosticada nas CPCJ's dos distritos da Zona Norte de Portugal em 2022.

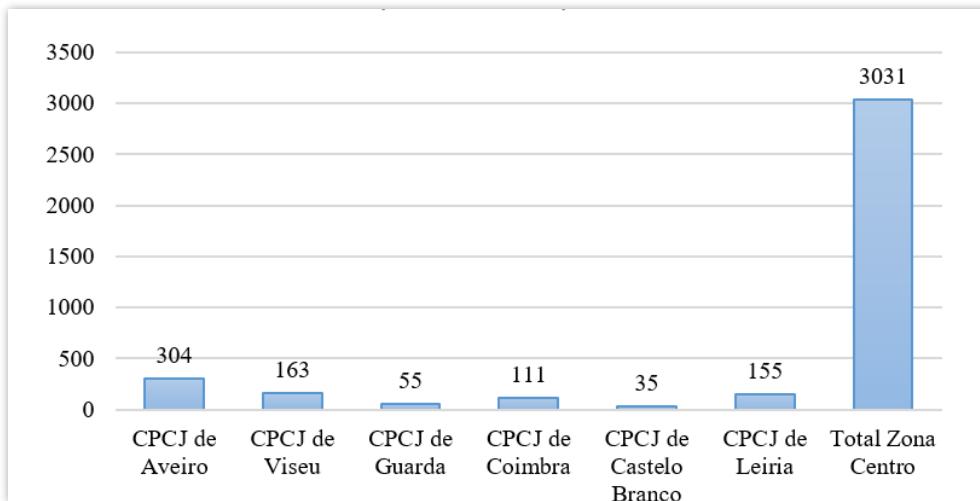


Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2022.

No que concerne aos dados registados nas CPCJ's dos distritos mais a centro do território nacional (Gráfico 3) em comparação com as CPCJ's situadas no distrito do Porto (Gráfico 2), conforme o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2022, percebe-se que as CPCJ's no distrito do Porto assinalam um maior número de processos instaurados com a problemática violência doméstica do que qualquer CPCJ situada nos distritos mais a centro de Portugal em 2022, com um total de 3031 processos instaurados com esta problemática.

Gráfico 3: Problemática violência doméstica diagnosticada nas CPCJ's dos distritos da Zona Centro de Portugal em 2022.

547

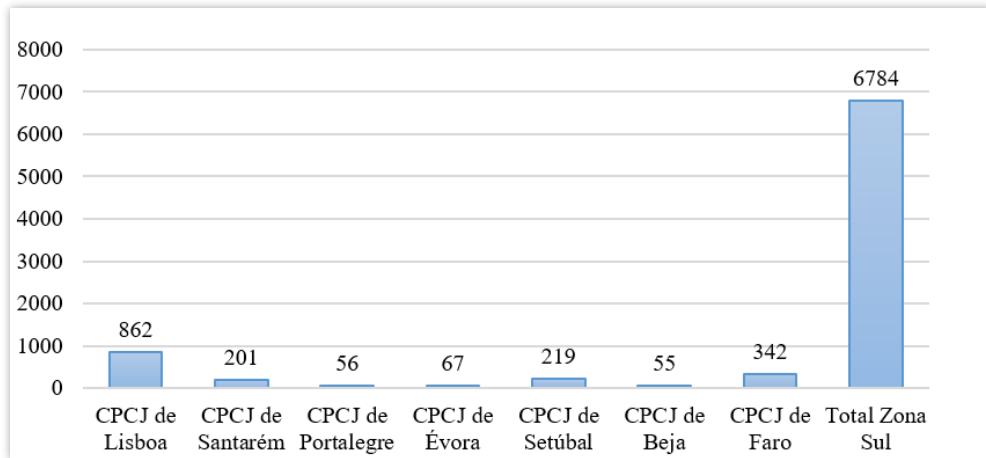


Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2022.

Confrontando os dados obtidos das CPCJ's situadas nos distritos mais a sul do país (Gráfico 4) com os dados registados das CPCJ's localizadas no distrito do Porto (Gráfico 2), segundo o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2022, constata-se que as CPCJ's fixadas em Lisboa registam um maior número de processos instaurados com a

problemática violência doméstica, num total de 6784 processos instaurados com esta problemática, do que qualquer CPCJ instalada no distrito do Porto em 2022.

Gráfico 4: Problemática violência doméstica diagnosticada nas CPCJ's dos distritos da Zona Sul de Portugal em 2022.



Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2022.

Assim sendo, a percentagem de processos com a problemática que se encontra a ser estudada na CPCJ em análise, varia entre o intervalo de valores 40-70%, segundo as entrevistadas. Os valores das estatísticas nacionais apresentados nas figuras acima corroboram com a percepção das profissionais entrevistadas, e neste sentido, poder-se-á concluir que de facto, a violência doméstica e a violência interparental são uma problemática cada vez mais presente.

Considerações finais

A questão do impacto da violência interparental tem vindo a merecer uma maior atenção pela constatação da presença de elevados níveis de *stress* em crianças expostas à violência interparental (Benetti, 2006). Os estudos nesta área comprovam que a vitimização direta pode ser tão prejudicial quanto a vitimização indireta (e.g., Sani, 1999, 2000, 2002) refletindo-se em consequências a curto e/ou longo prazo em várias áreas do desenvolvimento da criança (e.g., Canha, 2002; Kuhlman *et al.*, 2012; Sani; Caprichoso, 2013). Há ainda a crença de que as crianças mais novas não são afetadas pela violência (e.g., Davies *et al.*, 2009).

Através da análise dos dados resultantes das entrevistas realizadas às técnicas integrantes na CPCJ em estudo, bem como da análise de dados estatísticos, percebeu-se que a violência interparental tem efeitos nefastos para as crianças que experienciam a violência. Os resultados deste estudo demonstram que, os principais efeitos são: ao nível psicológico e emocional, provocando nas crianças, sentimentos de insegurança e baixa autoestima,

interferindo também no seu rendimento escolar. Conclui-se igualmente que existe uma “desorganização” das emoções e dificuldades nas relações interpessoais no futuro. Por outro lado, constatou-se que os progenitores, atualmente, têm mais consciência sobre os efeitos que as situações de violência acarretam, dada a crescente visibilidade do fenómeno pelos órgãos de comunicação social. No entanto, as crianças que experienciam a violência tendem a normalizar estes padrões, devido à sua proximidade ao paradigma.

O presente estudo exploratório pretende contribuir para a investigação deste fenómeno, atribuindo uma maior visibilidade às consequências da violência interparental, lançando um alerta para a comunidade em geral e para os profissionais que trabalham na área.

Por fim, a violência interparental continua a ser um problema social grave, no entanto, com mais visibilidade. Considera-se que o crescente interesse científico no âmbito da violência interparental contribui para uma intervenção mais eficaz, que garanta o bem-estar destas crianças, ainda assim, importa refletir sobre a adequação dos modelos de intervenção social utilizados.

O estudo aqui apresentado foi encarado, como já foi referido, como um estudo exploratório sobre o tema. Apresentou um conjunto de limitações como sejam a análise de apenas uma CPCJ da região norte, que se traduziu no envolvimento de um pequeno número de participantes. Não obstante, atendendo aos resultados obtidos, reconhece-se a necessidade de alargar o campo de análise. Neste sentido, sugere-se que investigações futuras deem continuidade a este trabalho, com a recolha de dados junto de CPCJ das restantes NUT's, que possam contribuir para a atualização dos dados disponíveis, para a (re)construção teórica da problemática e para a reflexão sobre a mesma na realidade portuguesa.

549

Referências bibliográficas

- APAV. Folhas Informativas | Violência Contra Crianças. APAV, 2021. Disponível em: https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/2828-folhas-informativas-violencia-contra-criancas. Acesso em: 23 de março de 2023.
- BENETTI, S. Conflito conjugal: impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, São Leopoldo, v.19, n.2, p. 261-268, abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/8z7BqGvXbnppD5vdw4H8qy/> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- CANHA, J. A criança vítima de violência. In: MACHADO, C; GONÇALVES, R. A. (Coords.), *Violência e vítimas de crimes*. Coimbra: Almedina, 2002. p. 13-36.
- CHAVES, E.; SANI, A. Violência familiar: da violência conjugal à violência sobre a criança. *Revista Eletrónica de Educação e Psicologia*, Vila Real, v.1, n.1, p. 1-10, jan. 2014. Disponível em: http://edupsi.utad.pt/images/PDF/revistaN2/Violencia_Familiar_Da_Violencia_Conjugal_a_Violencia_Sobre_A_Criancas2015.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2023.

- COUTINHO, C. *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas*. Coimbra: Edições Almedina, 2014.
- COUTINHO, M. J.; SANI, A. I. Evidência empírica na abordagem sobre as consequências da exposição à violência interparental. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde*. Porto, n. 5, p. 284-293, 2008. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/970>. Acesso em: 10 de maio de 2023.
- CUNNINGHAM, A.; BAKER, L. *little eyes, little ears. How violence against a mother shapes children as they grow*. London: Centre for Children and Families in the Justice, 2007.
- DAVIES, P. T., et al. Children's patterns of emotional reactivity to conflict as explanatory mechanisms in links between interpartner aggression and child physiological functioning. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, New York, v. 50, n. 11, p. 1384-1391, 27-28 jun. 2009. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2765509/>. Acesso em: 11 de maio de 2023.
- DIAS, I. *A violência doméstica em Portugal: Contributos para a sua visibilidade*. In: IV Congresso Português de Sociologia, 2000. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia Publicações, 2000. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/19973>. Acesso em: 6 de abril de 2023.
- EMERY, R. E. Family Violence. *American Psychologist*. Washington, v. 44, n. 2, p. 321- 328, 1989. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0003-066X.44.2.321> Acesso em: 11 de maio de 2023.
- GRAHAM-BERMANN, S. A. The impact of women abuse on children's social development: research and theoretical perspectives. In HOLDEN, G. W.; GEFFNER, R; JOURILES, E. N. (Eds.), *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*. Washington: American Psychological Association, 1998. p. 21-54.
- GUERRA, P. Sistema Português de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. In MAGALHÃES, E.; BAPTISTA, J. (Orgs.). *Acolhimento familiar de crianças e jovens em perigo*. Lisboa: Edições Pactor, 2021. p. 3-21.
- HOLDEN, G. W., STEIN, J. D., RITCHIE, K. L., HARRIS, S. D.; JOURILES, E. N. (1998). Parenting Behaviors and beliefs of battered woman. In: HOLDEN, G. W.; GEFFNER, R.; JOURILES, E. N. (Eds.). *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*. Washington: American Psychological Association, 1998, p. 293-334.
- JAFFE, P. G., WOLFE, D. A.; WILSON, S. K. *Children of battered woman*. USA: Sage Publications, 1990.
- KUHLMAN, R. K., HOWELL, H. K.; GRAHAM-BERMANN, A. S. Physical health in preschool children exposed to intimate partner violence. *Journal of Family Violence*, Saint Paul, v. 27, n. 6, p. 499-510, mai, 2012. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1007/s10896-012-9444-2> Acesso em: 9 de abril de 2023.
- MAGALHÃES, T. *Maus-tratos em crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto, 2002.
- MARGOLIN, G. Effects of domestic violence on children. In: TRICKETT, P. K.; SCHELLENBACH, C. J. (Eds.). *Violence against children in the family and the community*. Washington: APA, 1998. p. 57- 101.
- MARTINS, Márcia Filipa Oliveira. *Crenças das crianças relativamente à violência*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.utad.pt/entities/publication/5e716149-1804-464a-8df1-0eb98c67107b>. Acesso em: 10 de abril de 2023.
- MENATD, S. Short-and Long-Term Consequences of Adolescent Victimization. OJJDP Youth Violence Research Bulletin. *Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention*, jun.

2002. Disponível em: <https://www.ojp.gov/pdffiles1/ojjdp/191210.pdf>. Acesso em: 9 de abril de 2023.
- MITCHELL, S. J., LEWIN, A., RASMUSSEN, A., HORN, I.; JOSEPH, J. Maternal distress explains the relationship of young African American mothers' violence exposure with their preschoolers' behavior. *Journal of interpersonal violence*, Washington, v. 26, n. 3, p. 580-603, fev.-mai. 2011 Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0886260510363423>. Acesso em: 9 de abril de 2023.
- MORETTI, M., OBSUTH, I., ODGERS, C.; REEBY, P. Exposure to maternal vs. Paternal partner violence, PTSD, and aggression in adolescent girls and boys. *Aggressive Behavior*, v. 32, n. 4, p. 385-395, jun. 2006. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1002/ab.20137>. Acesso em: 5 de abril de 2023.
- POEIRAS, I.; CALHEIROS, M. M. Reflexões em torno da legitimidade de intervenção no sistema português de proteção de crianças e jovens. In: CALHEIROS, M. M.; GARRIDO, M. V. (Orgs.). *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigações e Intervenção*. Lisboa: Edições Sílabo, 2013. p. 15-44.
- RENNER, L.; GRYCH, J. H. Children's perceptions of intimate partner violence: causes, consequences and coping. *Journal of Family Violence*, Springer, v. 26, n. 5, p. 343-354, jul. 2011. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10896-011-9368-2>. Acesso em: 6 de abril de 2023.
- ROCHA, Vasco António Dias Monteiro Queirós. *Exposição à Violência Interparental: estudo de caso numa CPCJ*. Monografia (Licenciatura em Serviço Social). Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal, 2007. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/757>. Acesso em: 6 de abril de 2023.
- SANI, A. I. As crenças das crianças sobre a violência e as percepções sobre os conflitos interparentais. *Edições Universidade Fernando Pessoa*, Porto, n.4, p. 198-208, jul.-out. 2007. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/446> Acesso em: 6 de abril de 2023.
- SANI, A. I. *As crianças e a violência: Narrativas de crianças vítimas e testemunhas de crime*. Coimbra: Quarteto Editora, 2002.
- SANI, A. I. As vítimas silenciosas: a experiência de vitimação indireta nas crianças. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, Braga, v. 2, p. 247-257. 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ana-Sani/publication/328393774_As_vitimas_silenciosas_-a_experiencia_de_vitimacao_indirecta_nas_criancas_1999/links/5bca57e8a6fdcc03c7960be4/As-vitimas-silenciosas-a-experiencia-de-vitimacao-indirecta-nas-criancas-1999.pdf. Acesso em: 15 de dezembro de 2022.
- SANI, A. I. Crianças expostas à violência interparental. In: MACHADO, C.; GONÇALVES, R. A. *Violência e Vítimas de Crimes*. Coimbra: Quarteto Editora, 2003, p. 95-131.
- SANI, A. I.; CAPRICHOSO, D. Crianças em situação de risco por exposição à violência doméstica. In: CALHEIROS, M. M.; GARRIDO, M. V. (Orgs.), *Crianças em Risco e Perigo: contextos, Investigações e Intervenção*. Lisboa: Edições Sílabo, 2013, p. 191-207.
- SANI, Ana Isabel. *A experiência subjetiva de crianças vítimas e testemunhas de crimes*. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Justiça e da Reinserção Social). Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2000.
- SANI, Ana Isabel Martins. *As crenças, o discurso e a acção: as construções de crianças expostas à violência interparental*. Tese (Doutoramento em Psicologia da Justiça). Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2004. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6958>. Acesso em: 6 de abril de 2023.
- SHEN, T. A. Self-esteem of young adults experiencing interparental violence and child physical maltreatment: Parental and peer relationships as mediators. *Journal of Interpersonal*

- Violence*, v. 24, n. 5, p. 770-794, mai. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0886260508317188>. Acesso em: 2 de abril de 2023.
- TEDDLIE, C.; TASHAKKORI, A. *Foundations of mixed methods research: Integrating quantitative and qualitative approaches in the social and behavioral sciences*. Thousand Oaks: CA: Sage. 2009.
- XXII GOVERNO CONSTITUCIONAL. *Guia de Intervenção Integrada Junto de Crianças ou Jovens Vítimas de Violência Doméstica*. Mai. 2020. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2020/06/170-20_Guia_Intervencao_Integrada.pdf. Acesso em: 6 de maio de 2023.

Racismo estrutural e encarceramento em massa no Brasil

Structural racism and mass incarceration in Brazil

Ingrid Medeiros Lustosa Diniz Ribeiro*
Rosilene Marques Sobrinho de França**

Resumo: O artigo analisa o papel exercido pelo racismo estrutural nos processos de encarceramento em massa no Brasil, discutindo-se a realidade do sistema prisional, tendo como base os relatórios emitidos pelo Departamento Penitenciário Nacional, os quais demonstram que significativa parcela da população carcerária é constituída por pessoas pobres, negras e moradoras das periferias urbanas. Trata-se de pesquisa quanti-qualitativa, tendo como base estudo bibliográfico e documental, cujas análises geraram gráficos elucidativos acerca do tema. Os resultados do trabalho mostraram que a alteração dessa realidade requer esforço e mudança com a adoção de medidas de desencarceramento e o fortalecimento das políticas públicas de saúde, educação, previdência social, assistência social, moradia e emprego e renda, com a garantia de direitos dos diversos segmentos e grupos sociais, e o desenvolvimento de ações que contribuam para o enfrentamento do racismo estrutural, como forma de defesa da democracia e da cidadania.

Palavras-chaves: Racismo estrutural; Encarceramento em massa; Cidadania.

Abstract: The article analyzes the role played by structural racism in the processes of mass incarceration in Brazil, discussing the reality of the prison system, based on reports issued by the National Penitentiary Department, which demonstrate that a significant portion of the prison population is made up of poor, black people and residents of urban peripheries. This is quantitative-qualitative research, based on bibliographic and documentary studies, whose analyzes generated enlightening graphics on the topic. The results of the work showed that changing this reality requires effort and change with the adoption of extrication measures and the strengthening of public health, education, social security, social assistance, housing and employment and income policies, with the guarantee of the rights of various social segments and groups, and the development of actions that contribute to confronting structural racism, as a way of defending democracy and citizenship.

Keywords: Structural racism; Mass incarceration; Citizenship.

* Advogada. Graduação em Direito pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Doutoranda em Políticas Públicas na UFPI. Professora Efetiva do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9216-4867>

** Assistente Social. Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre e Doutora em Políticas Públicas (UFPI). Professora Adjunta II do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFPI). Graduação em Serviço Social; Bacharel em Direito; Licenciatura Plena em História. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7238-7051>

Introdução

A história da formação social e econômica do Brasil carrega consigo a dependência, fruto da constituição inicialmente de colônia vinculada a uma metrópole que já seguia as diretrizes mundiais instauradas pelo mercantilismo, e que permaneceu com a mesma dependência, com a alteração das relações de produção para os moldes do capitalismo, esta estrutura de sociedade tem por alicerce fundante ainda o escravismo e a superexploração do trabalho já à época de uma população pobre, negra e periférica.

Nesse contexto, o “[...] Estado burguês instaurado no Brasil historicamente teve um caráter autoritário, com a permanência de estruturas de desigualdades que articulam explorações e opressões” (França, 2023, p. 2), com a constituição de um arcabouço institucional “que ganha uma relevante instrumentalidade, como forma de controle social de segmentos e grupos sociais” (França, 2022, p. 3).

Ao analisar o contexto sócio-histórico é importante destacar que “as senzalas do período escravocrata e os trabalhos forçados e sem quaisquer remunerações foram os mecanismos de dominação e controle da população negra utilizados à época”, sendo que, na atualidade, “guardadas as devidas proporções e particularidades, as unidades prisionais cumprem essa terrível função” (Vila Nova, 2019, p. 25).

Atualmente o Brasil ocupa a terceira posição a nível global em relação ao número de pessoas encarceradas, constituindo uma população carcerária formada majoritariamente por pessoas negras, pardas, jovens e pobres, conforme mostram os relatórios emitidos pelo Departamento Penitenciário Nacional entre os anos de 2018 a 2022. Discutir o fim das prisões e as políticas de desencarceramento para grande parcela da população é algo ilusório, e os que o fazem são considerados com “[...] hipóteses pouco realistas e impraticáveis, e na pior delas, ilusórias e tolas” (Davis, 2018, p. 10).

A construção mental, cultural e histórica de constituição das prisões como instrumentos eficientes de repressão e prevenção ao crime permitiu a justificação e utilização do sistema prisional como um disciplinador de uma sociedade meritocrática que “[...] estabelece o controle carcerário da pobreza e estigmatizando jovens negros, cuja inserção em esquemas de trabalho altamente precarizados e até mesmo a eliminação física serão visto com “normalidade” por parte significativa da sociedade” (Almeida, 2016, p. 758).

Nesse cenário, se faz determinante analisar a formação social, política e econômica brasileira à luz do papel exercido pelo racismo, como arcabouço e modo de manutenção dos sistemas de opressão e controle neste país, que pode deve ser definido como estrutural, cuja construção “atravessa o tempo e acompanha o desenvolvimento e as transformações históricas

da sociedade brasileira” (Borges, 2019, p. 41). Considerando os aspectos políticos, econômicos e sociais que contribuem para a instauração de uma racionalidade que se replica nas relações sociais e institucionais, o racismo apresenta-se a partir de uma perspectiva estrutural e estruturante das relações sociais. Tais reflexões são necessárias, pois permitem “[...] afastar análises superficiais ou reducionistas sobre a questão racial, que além de não contribuírem para o entendimento do problema, dificultam em muito o combate ao racismo” (Almeida, 2018, p. 39).

As medidas regressivas e repressivas adotadas sob o viés econômico do capitalismo neoliberal têm proporcionado uma ênfase nos processos de encarceramento como instrumento de repressão do Estado e como mecanismo de promoção de seletividade penal, que tem como objetivos, além de segregar uma parcela significativa da população brasileira, realizar a marginalização da pobreza e o controle dos/as trabalhadores/as neste país, contribuindo ainda para a manutenção das bases do neoliberalismo no Brasil, e a manutenção das estruturas de desigualdades vivenciadas desde o colonialismo.

Ressalta-se ainda a necessidade de desconstrução das estruturas de dominação e de opressão, considerando que as “[...] formas de contenção e de controle do Estado sobre a população negra foram se metamorfoseando e se aperfeiçoando ao longo dos tempos, tendo sempre ao seu lado grandes aliados intelectuais que construíram narrativas de uma suposta democracia racial entre brancos, índios e negros [...]” (Vila Nova, 2019, p. 16), quando se sabe pelas análises dos dados de relatórios do sistema prisional do Brasil que este tipo de democracia inexiste.

O presente artigo tem como base o estudo bibliográfico e documental, seguindo uma metodologia quanti-qualitativa, cujas análises geraram gráficos elucidativos acerca do tema. Tem por objetivo principal a análise da formação social brasileira, com um recorte metodológico acerca da configuração do racismo no Brasil e os seus impactos nas políticas de encarceramento em massa no país.

Para atingir tal finalidade, o trabalho está dividido em duas seções. A primeira tem por foco analisar o racismo estrutural que se expressa nas relações sociais e institucionais no Brasil. Para isto, examina o percurso histórico da construção do mesmo desde a formação social escravocrata e as bases do sistema hetero-patriarcal-racista-capitalista e seus impactos nas desigualdades sociais existentes no país. A segunda e última seção se propõe a uma análise acerca do encarceramento no Brasil, com discussões sobre o racismo e seus desdobramentos junto à população negra, pobre e periférica, tendo como base a história do cárcere como instrumento de opressão e controle por parte do Estado.

O racismo como estruturante das desigualdades sociais no Brasil

Abordar a temática do racismo articulada à desigualdade social demanda uma análise sócio-histórica com ênfase nos aspectos que contribuíram para a formação das bases do colonialismo e do escravismo, e como estas se fazem presentes a partir das desigualdades que são reafirmadas na ordem societária do capital. Tal perspectiva se faz ainda pertinente partindo-se do pensamento de Silvio Almeida (2018, p. 15) quando este afirma que “[...] o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”.

O Brasil é um país de economia dependente e periférica, que tem como base um projeto de nação classista e racista, cujos paradigmas ensejaram a formação do racismo e de outras estruturas de desigualdades que se coadunam com o “[...] sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (Almeida, 2018, p. 16).

Tal configuração tem uma trajetória sócio-histórica desde o nascimento e da criação geográfica da atual América Latina “forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional” (Traspadini, 2005, p. 140).

O colonialismo e o escravismo implantados na América Latina e no Brasil têm sua origem vinculada à política mercantilista e foram utilizados como mecanismos para a acumulação de capitais na Europa. Nesse sentido, Octavio Ianni afirma que:

Foi o capital comercial que comandou a consolidação e a generalização do trabalho compulsório no Novo Mundo. Toda formação social escravista dessa área estava vinculada, de maneira determinante, ao comércio de prata, ouro, fumo, açúcar, algodão e outros produtos coloniais. Esses fenômenos, protegidos pela ação do Estado e combinados com os progressos da divisão do trabalho social e da tecnologia, constituíram, em conjunto, as condições da transição para o modo capitalista de produção. Assim, para compreender em que medida o mercantilismo “prepara” o capitalismo, é necessário que a análise se detenha nos desenvolvimentos das forças produtivas e das relações de produção (Ianni, 1978, p. 6).

Ianni (1978) assevera ainda que articuladas a estas relações de produção em relação a construção social do trabalho forçado ou compulsório, mesmo que em conjunturas e condições particulares variáveis a cada colônia e metrópole dominante, foram determinantes na realização do mercantilismo, e posteriormente, na efetivação do modo de produção capitalista.

É nesta linha de entendimento que Marini (Traspadini, 2005) confirma o papel de dependência da América Latina no cenário internacional, que é entendida como uma “relação de subordinação entre nações formalmente dependentes, em cujo marco as relações de produção

das nações independentes são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Traspadini, 2005, p. 141).

Tal dependência traz a gênese da história colonial brasileira, conhecido como o país fornecedor de “[...] açúcar, tabaco, alguns outros gêneros, mais tarde ouro e diamantes; depois algodão e em seguida café, para o comércio europeu.” (Prado Junior, 1981, p. 25-26), a prioridade é a manutenção do comércio e da sua estrutura social, econômica e política da Europa, ingressando o Brasil assim na lógica de país dependente. Esta estrutura social, política e principalmente econômica fundada na negociação exclusiva entre colônia e metrópole era considerada como um instrumento essencial “[...] através do qual se processava o ajustamento da expansão colonizadora aos processos de economia e da sociedade europeias em transição para o capitalismo integral.” (Novais, 1989, p. 72).

Necessário ponderar que a relação entre colônia subordinada e metrópole dominante, e entre excedente de exportação de produtos da colônia e importação de produtos da metrópole, possuía como ponto de sustentação o escravismo e o trabalho compulsório. Nesse contexto, “as formações sociais escravistas tornaram-se organizações político econômicas altamente articuladas, com os seus centros de poder, princípios e procedimentos de mando e execução, técnicas de controle e repressão” (Ianni, 1978, p.13). A compreensão desta estrutura de ordem social, se faz pertinente para entender o processo de formação e evolução das várias fases do capitalismo, que transpassou o mercantilismo, utilizando-se do colonialismo como impulso propulsor, até culminar com o capitalismo moderno, como assevera Fernando Novais:

Ocupação, povoamento e valorização econômica das novas áreas se desenvolve nos quadros do capitalismo comercial do Antigo Regime, em função dos mecanismos e ajustamentos dessa fase de formação do capitalismo moderno; no fundo e no essencial, a expansão europeia, mercantil e colonial, processava-se segundo um impulso fundamental, gerado nas tensões oriundas na transição para o capitalismo industrial: acelerar a primitiva acumulação capitalista é pois o sentido do movimento, não presente em todas as suas manifestações, mas imanente em todo o processo (Novais, 1989, p. 92).

Assim, a situação dos países da América Latina, com ênfase no Brasil colônia era apenas uma fase no intenso processo de formação da sociedade capitalista, tendo por objeto a formação da sociedade burguesa europeia, e que para “[...] isto obrigava as economias coloniais a se organizarem de modo a permitir o funcionamento do sistema de exploração colonial, o que impunha a adoção de formas de trabalho compulsório ou na sua forma limite, o escravismo” (Novais, 1989, p. 97).

Cientes da importância do escravismo no contexto de formação da conjuntura social e econômica no Brasil, é necessário que se entenda os estágios deste modelo, que impactam em

toda a história de desigualdades no país. Neste sentido Clóvis Moura (1994) define tais estágios para a análise do escravismo no Brasil, subdividindo-o em escravismo pleno, que se estende desde a criação da Colônia até 1850, e o escravismo tardio, que se mescla com o primeiro e tem sua extensão de 1551 a 1888. Esta conjuntura permite uma análise da evolução da formação social brasileira, mais precisamente, do desenvolvimento do modo de produção escravista que, como “[...] unidade produtora, tinha de estabelecer mecanismos de funcionamento e defesa capazes de fazê-la justificável econômica, social e politicamente. Isto exigia uma racionalidade interna do escravismo” (Moura, 1994, p. 22).

A definição dos estágios do escravismo apresentada por Moura (1994) traz consigo a raiz da estruturação da hierarquização social e racial no país, tendo como base a primeira fase, do escravismo pleno, com a fixação dos principais grupos sociais dominantes no país, constituídos pelos proprietários de terras, tendo em vista ainda que “[...] os demais segmentos, grupos, instituições, autoridades e mesmo parcelas de trabalhadores livres estavam, direta ou indiretamente a ele subordinados” (Moura, 1994, p. 34).

Nesse contexto, o modo de produção escravista era “[...] uma unidade econômica que somente poderia sobreviver com e para o mercado mundial, mas, por outro lado, esse mercado somente podia dinamizar o seu papel de comprador e acumulador de capitais se aqui existisse, como condição indispensável, o modo de produção escravista” (Moura, 1994, p. 38). Assim, consolidava-se a racionalidade do sistema, e com ele a efetivação das diversas formas de coerção dos segmentos sociais subordinados no país. Neste sentido afirma Clóvis Moura:

Dissemos que somente a escravidão era a forma de trabalho adequada ao sistema colonial porque somente ela, através da exploração econômica e extraeconômica do trabalhador, com um nível de coerção social despótico e constante, poderia extrair o volume de produção que fizesse com que esse empreendimento fosse compensador. O montante de investimentos e a sustentação de uma camada improdutiva (inclusive escrava) levada a que somente com o trabalho escravo houvesse a possibilidade de lucros compensadores, quer para o vendedor, quer para o comprador (Moura, 1994, p. 39).

A última fase exposta pelo autor no que tange ao escravismo no Brasil refere-se à existência de um escravismo tardio, contexto em que são produzidas as bases do capitalismo, ou seja, há neste lapso temporal uma atualização do modo de produção e com ele a modernização das estruturas.

Nesse contexto, tem-se um processo de modernização do país, tendo como base uma perspectiva higienista e eugenista a partir do final do século XIX “quando um avanço tecnológico, científico e econômico revolucionava as relações sociais nos principais países da

Europa e Estados Unidos, com repercussão da área periférica, esses novos recursos tecnológicos e científicos eram aplicados em um país ainda escravista” (Moura, 1994, p. 53).

No entanto, tal antagonismo já se encontra instalado na formação social e econômica brasileira desde o século XVIII, porém, não se deve perder de vista que “[...] desde o século XVI ao XIX os movimentos, as articulações e as rearticulações, internos e externos, das formações sociais escravistas nas Américas e Antilhas são influenciados e mesmo determinados [...] pelas exigências da reprodução do capital europeu; [...]” (Ianni, 1978, p.17), inicialmente vinculado a uma realidade mercantilista e, posteriormente, ao capitalismo, tendo como base a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, com importantes desdobramentos nas colônias existentes na América Latina.

Ressalta-se que cada realidade possuía um contexto próprio, mas que se encontravam impactados pelo mesmo objetivo, qual seja os desejos e anseios do mercado mundial. Assim, assevera Ianni (1978):

Apesar dessas peculiaridades, é inegável que em todos os casos o capitalismo inglês desempenhou um papel importante no conjunto do processo da abolição das formas de trabalho compulsório. Nas Américas e Antilhas, a escravidão sofreu o bloqueio combinado das seguintes condições: o monopólio colonial se tornara inconveniente para o desenvolvimento do comércio inglês, agora comandado pela produção industrial. O capitalismo inglês exigia a quebra das prerrogativas e exclusivismos coloniais herdados do mercantilismo. Quando a produção industrial se tornou o núcleo do processo de acumulação, a esfera da comercialização precisou subordinar-se às exigências da produção. Isto é, o comércio de matérias-primas e manufaturas passou a ser comandado pelas exigências da reprodução do capital na esfera da produção. Daí porque a Inglaterra passou a combater a escravidão em suas próprias colônias (Ianni, 1978, p. 22-23).

As demandas advindas da Revolução Industrial inglesa e o desenvolvimento do capitalismo na Europa apresentaram como desdobramentos políticas que progressivamente forçaram o fim do tráfico de africanos/as escravizados/as para a América Latina e o Brasil. Assim, “pouco a pouco, a partir dos anos de 1850, foram-se delineando os contornos das duas formações sociais diversas e progressivamente antagônicas: a escravista, cada vez menos dinâmica e a capitalista, ganhando dinamismo crescente” (Ianni, 1978, p. 25), o que levou a duas alterações conjuntas: a Abolição formal da Escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889.

Por outro lado, a difusão das ideias liberais e o modelo de nação branca, elitista e racista adotado pelo Estado brasileiro, ensejaram o desenvolvimento de políticas higienistas, eugênicas e repressivas nos processos de modernização, com incentivo a imigração de mão de obra de pessoas brancas para ocupação dos postos de trabalho.

Em conformidade com Sílvio Almeida (2018), a ideia de raça se opera a partir de dois registros básicos: “como característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele”; e como “característica étnico-cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes, ‘a uma certa forma de existir’” [...] (Almeida, 2018, p. 24). Os referidos contextos políticos, econômicos e sociais forjaram as desigualdades que se ancoram no sistema hetero-patriarcal-racista-capitalista histórica e socialmente construído na realidade brasileira. É neste sentido que foram instituídas, desde os primórdios na formação social brasileira, as diferenças entre brancos, negros e mulatos, estes últimos como subordinados aos primeiros.

É no contexto da definição de raça que se baseia o racismo no Brasil, “que se materializa como discriminação racial – é definido pelo seu caráter sistêmico [...] de um processo de condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais e se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas” (Almeida, 2018, p. 27). Em outras palavras, houve uma construção sociológica, moral e empírica de que “[...] o negro aparece como um problema para o branco [...]” (Ianni, 1978, p. 52).

Toda a construção e formação da sociedade brasileira e das várias fases que passou em seu viés econômico relaciona diretamente o capitalismo e o escravismo, ao racismo e suas práticas de exclusão a nível mundial, com a existência inicialmente do escravismo mesmo em países “[...] ditos desenvolvidos e civilizados onde predomina o trabalho assalariado” (Almeida, 2016, p. 761), mas principalmente no contexto brasileiro está relação é ainda mais perene, em que a categorização e uso da mão de obra pelo capitalismo é ainda mais visível, e que a lógica capitalista “[...] mescla uso da força e a reprodução da ideologia a fim de realizar a domesticação dos corpos entregues indistintamente ao trabalho abstrato” (Almeida, 2016, p. 761), sendo o racismo um dos mecanismos e elemento de normalização das ações e atividades do modo de produção capitalista, “[...] assim é que o racismo se conecta à subsunção real do trabalho ao capital, uma vez que a identidade será definida segundo os padrões de funcionamento da produção capitalista” (Almeida, 2016, p. 761).

Na realidade concreta, essa construção fundamenta e legitima as inúmeras práticas racistas na ordem social, considerando que o racismo é estrutural e estruturante das relações sociais e institucionais.

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que “ocorre pelas costas dos

indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coibam o racismo individual e institucional, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. [...] O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica (Almeida, 2018, p. 38-39).

Nesta conjuntura, o racismo estrutural reafirma e reproduz as desigualdades historicamente construídas, que podem ser constatadas em “dados estatísticos e quantificada matematicamente, mas sua explicação está na compreensão da sociedade e de seus inúmeros conflitos” (Almeida, 2018, p. 121). Nesse contexto, a “[...] a raça é um marcador determinante da desigualdade econômica”, e os “direitos sociais e políticas universais de combate à pobreza e distribuição de renda que não levem em conta o fator raça/cor mostraram-se pouco efetivas” (Almeida, 2018, p. 122).

[...] o fato de atribuírem a desigualdade racial e de gênero das relações de trabalho a falhas de mercado, ou seja, à insuficiência de informações disponíveis aos agentes econômicos ou à existência de obstáculos políticos ou jurídicos que impedem a tomada de decisões racionais destes mesmos agentes. O excesso de intervenção do Estado, leis limitadoras da liberdade contratual e educação insuficiente seriam os reais motivos da ignorância que levaria a práticas discriminatórias (Almeida, 2018, p. 128-129).

Cabe destacar que o racismo é estrutural e não deve ser abordado como um aspecto comportamental (Almeida, 2018, p. 129). No capitalismo neoliberal as práticas racistas têm reafirmado e aprofundado as desigualdades histórica e socialmente construídas, notadamente diante da retração do Estado na oferta de políticas públicas. “Portanto, não é o racismo estranho à formação social de qualquer Estado capitalista, mas um fato estrutural, que organiza as relações políticas e econômicas” (Almeida, 2016, p. 763).

Como exemplo das multifases do racismo, pode-se citar o fato da “[...] maioria das pessoas negras ganharem salários menores, submeterem-se aos trabalhos mais degradantes, não estarem nas universidades importantes, não ocuparem cargos de direção, residirem nas áreas periféricas nas cidades e serem com frequência assassinadas pelas forças do Estado” (Almeida, 2018, p. 142), acrescentando-se a estes, cabe destacar que a maioria da população carcerária é formada por pessoas negras, pobres e periféricas.

561

Seletividade penal e encarceramento em massa no Brasil

A construção do racismo efetivou-se no bojo do capitalismo a partir do projeto de nação branca, classista, racista, machista e sexista instaurado no Brasil, cujas expressões apresentam-se na atualidade nas relações sociais e institucionais, a partir de processos de seletividade que afetam, sobretudo, pessoas negras, jovens, pobres e periféricas.

Nesse contexto, o cárcere se constitui em “uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo [...]” (Foucault, 1987, p. 132), ou seja, desde a sua constituição o cárcere foi posto como um efetivo meio de exercício do controle, de flagelação, mas principalmente de disciplinamento da mão de obra, inicialmente escravizada, e, posteriormente livre.

A história do cárcere no Brasil está articulada à situação política da colônia, na qual as legislações penais eram as mesmas de sua metrópole, sendo que as “Ordenações Filipinas foram introduzidas em 1604 e vigoraram até 1830” (Almeida, 2014, p. 1). Foram tais ordenações que regeram “a racionalidade punitiva no Brasil durante todo o período colonial” (Motta, 2011, p. 13), estendendo-se até o fim do Primeiro Reinado, visto que o Código Criminal do Império foi criado em 1830.

O Código Imperial era marcado por penas duras, aflitivas e que tinha o corpo e sua flagelação como centro e objeto, porque “trata-se de uma sociedade que ao mesmo tempo castiga o corpo e exila” (Motta, 2011, p. 14). No referido contexto, as unidades prisionais “buscavam a reprodução integral ou parcial do modelo arquitetônico panóptico e o sistema adotado era uma forma híbrida dos sistemas de Filadélfia e Albor [...]” (Almeida, 2014, p. 2), considerando que se tratava de uma legislação que se ancorava na concepção dos códigos modernos, que tinham como base “a pena de prisão com trabalho, destacando o duplo objetivo de reprimir e reabilitar” (Almeida, 2014, p. 2).

Foi a partir do Código Imperial que se iniciou efetivamente a construção de uma “Casa de Correção”, vista como uma “obra de tanta importância e que representou a implantação do moderno sistema penitenciário no Brasil” (Almeida, 2014, p. 5). Nesse sentido, a “instauração de uma nova ordem carcerária, consagrada no Código Penal”, estabeleceu a prisão “como sua pena principal” (Motta, 2011, p. 104).

O objetivo da iniciativa era “tornar o império civilizado, manter a ordem pública, reprimir a mendicidade e, principalmente, erradicar o ‘vício’ da vadiagem transformando os detentos em ‘pobres de bons costumes’” (Almeida, 2014, p. 6). Nesse sentido, visualiza-se nos objetivos centrais das primeiras prisões no Brasil o que se verificaría a longo prazo na sociedade moderna e no capitalismo neoliberal: a utilização do encarceramento como mecanismo de controle da pobreza e marginalização das classes menos favorecidas.

A construção do cárcere no Império brasileiro enfrentou muitas dificuldades quanto à uniformização dos procedimentos e à manutenção das prisões (Almeida, 2014). Tais conjunturas se mantiveram mesmo após a proclamação da República em 1889, o que levou à

situação de extrema precariedade do sistema prisional no país, tendo em vista a superlotação do mesmo, culminando em uma reforma do sistema penitenciário no final do século XIX.

Alinhados a estas condutas do Estado para contenção e disciplinamento da população subalternizada e explorada encontravam-se discursos científicos, cujo conteúdo referiam-se a “[...] uma suposta inferioridade do negro brasileiro e sua inclinação para o crime, que tiveram eco nas instâncias de poder e, especialmente, nas de ‘segurança’ e ‘manutenção da ordem’”, remetendo ao “estabelecimento de normas e regulamentos que tinham como foco principal a disciplina, a contenção e o controle da população negra recém ‘liberta’” (Vila Nova, 2019, p. 17).

Esta tendência de marginalização da população negra a partir de processos de seletividade estendeu-se ao contexto político do ano de 1933, que influenciou, sobremaneira, o aumento do número de pessoas encarceradas, contexto em que “a polícia agia como braço político repressivo” (Almeida, 2014, p. 16), e o número de presos nas casas de detenção aumentava de forma desordenada, haja vista que “a superlotação das prisões e as péssimas condições de habitação eram comuns, bem como também a perda das referências de civilidade entre os presos” (Almeida, 2014, p. 17).

Durante o Estado Novo tem-se a formalização de um Plano Penitenciário Nacional que, segundo Almeida (2014), permitiu a realização de grandes obras e construção de novas unidades prisionais, além de reforma nas existentes.

563

Os anos subsequentes não mudaram a realidade do sistema penitenciário brasileiro, comprovando-se “a tese de que o sistema penal deve curar e reformar a prisão no Brasil, com presídios supersaturados, rebeliões, massacres, local de redes e planos urdidos por bандos e quadrilhas, tem um uso social mais do que se encontra em crise” (Motta, 2011, p. 352).

As desigualdades supracitadas têm suas bases no racismo estrutural, que teve sua racionalidade inserida na vida cotidiana, nas tratativas econômicas, políticas e na criação de legislações utilizadas para legitimar os processos de encarceramento de pessoas pobres, negras e moradoras das periferias urbanas, mudando-se então a concepção de senzalas para unidades prisionais, em uma atualização do modo de discriminação e disciplinamento da pessoa negra. Assim, assevera Vila Nova (2019):

Se atualizarmos essas discussões, poderíamos comparar as senzalas com as unidades prisionais da contemporaneidade e o arcabouço legal que fora instituído desde o pós-abolição, e mesmo as de antes, até a atualidade, como mecanismos para manutenção desse grupo populacional sob controle. Já que não era possível mais o controle por meio da escravidão e suas diversas configurações, então foram utilizados instrumentos legais que pudessem dar conta dessa dominação, dentro da “legalidade” (Vila Nova, 2019, p. 26).

Coexistem na sociedade brasileira “[...] o discurso e políticas de que negros são indivíduos pelos quais deve se nutrir medo e, portanto, sujeitos à repressão. A sociedade, imbuída de medo por esse discurso e pano de fundo ideológico, corrobora e incentiva a violência, a tortura, as prisões e o genocídio” (Borges, 2019, p. 41). É a partir destes argumentos, defendidos, verbalizados e replicados que se materializa a punição e se define o perfil da pessoa encarcerada no Brasil, tendo como base a seletividade penal e a repressão exacerbada aos segmentos e grupos sociais historicamente subalternizados.

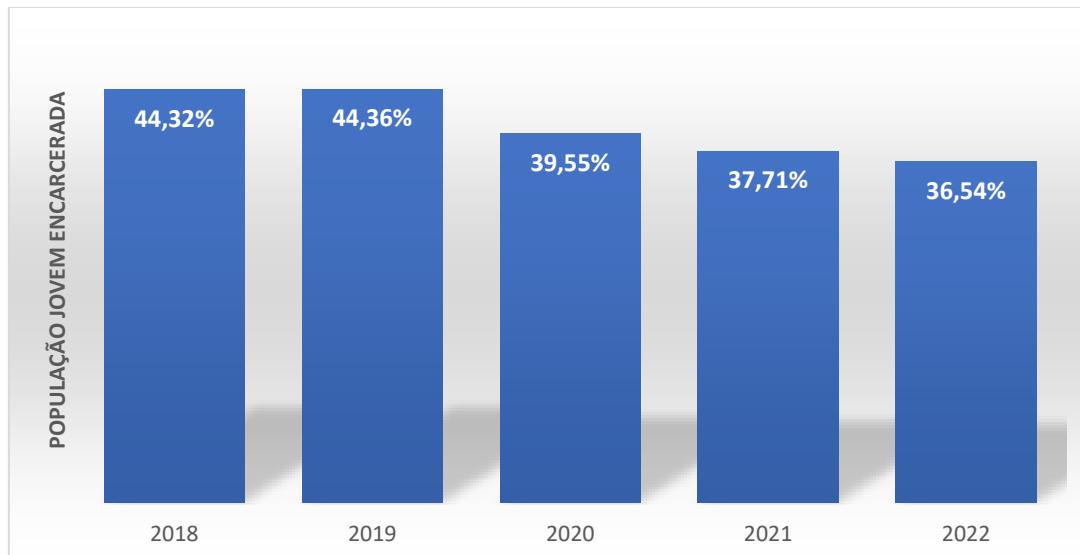
A tendência a penalização, pode ser vista e considerada como parte de uma cultura do medo, algo que passou a ser natural, mas também uma questão em que “[...] há relutância em enfrentar a realidade que se esconde nas prisões, medo de pensar no que acontece dentro delas. Dessa maneira o cárcere está presente em nossa vida, e ao mesmo tempo, está ausente de nossa vida” (Davis, 2018, p. 14). Ocorre que, com o aumento exacerbado de pessoas encarceradas iniciou-se discussões acerca das condições prisionais e do número cada vez mais crescente de pessoas presas. No entanto, “[...] a maior flexibilidade que permitiu a discussão crítica dos problemas associados à expansão das prisões também restringe essa discussão à questão da reforma prisional” (Davis, 2018, p. 18), são tendências neste sentido que precisam ser combatidas em favor de estratégias e debates sobre o desencarceramento.

O desencarceramento para atender aos fins que almeja precisa ser uma tendência global de atuação, pois a adoção desta medida precisa seguir estratégias que abranjam a educação, saúde e a completude do indivíduo, dentre estas com a realização da “[...] desmilitarização das escolas, a revitalização da educação em todos os níveis, um sistema de saúde que ofereça atendimento físico e mental gratuito para todos e um sistema de justiça baseado na reparação e na reconciliação em vez de na punição e na retaliação” (Davis, 2018, p. 88).

Necessário até mesmo para compreensão das possibilidades de desencarceramento se entender o ponto de partida da atual conjuntura prisional brasileira e do processo de encarceramento que vivência o país, que ao analisar os dados estatísticos dos relatórios emitidos pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), a partir dos sistemas de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança entre os anos de 2018 a 2022, percebe-se a efetivação das políticas seletivas de encarceramento. Nesta perspectiva, leva-se em consideração os dados que demonstram os números absolutos de pessoas encarceradas, comparando-os com recortes trazidos pelos relatórios, no que se refere às informações sobre faixa etária da pessoa encarcerada, bem como de cor/raça/etnia, e, por fim, o grau de instrução delas.

Assim, verifica-se que, no ano de 2018 a população carcerária era de 744.216 (Brasil, 2018); em 2019 de 755.274 (Brasil, 2019); no ano de 2020 de 811.707 (Brasil, 2020); em 2021 833.176 (Brasil, 2021) e, por fim, de 832.295 pessoas no ano de 2022 (Brasil, 2022). Ao se analisar os dados expostos em números absolutos, percebe-se o aumento ano a ano no número de pessoas encarceradas, existindo um aumento exponencial no ano de 2020, e uma redução, em um ritmo menor de crescimento, nos anos de 2021 e 2022, anos estes correspondentes ao período da pandemia Covid-19.

Gráfico 1 - Comparativo da população carcerária jovem (18 a 29 anos) em relação ao total geral de pessoas encarceradas.

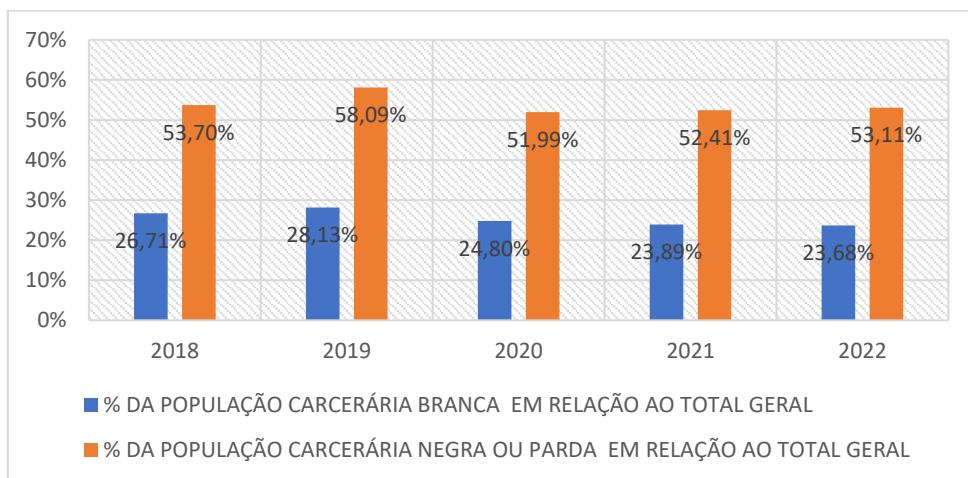


565

Fonte: Autoria própria (2024), com base nos dados do Departamento Penitenciário Nacional (Brasil, 2018-2022).

O gráfico 1 mostra que no que se refere à faixa etária de pessoas encarceradas, a maioria é constituída por jovens com idade entre 18 a 24 anos e com 25 a 29 anos. **Por outro lado**, verifica-se que em todos os anos o percentual de jovens é sempre superior a 35% se comparado a todas as faixas etárias de pessoas encarceradas; ao se realizar uma média simples entre os anos de 2018 a 2022, esta média torna-se superior a 40% de pessoas jovens encarceradas.

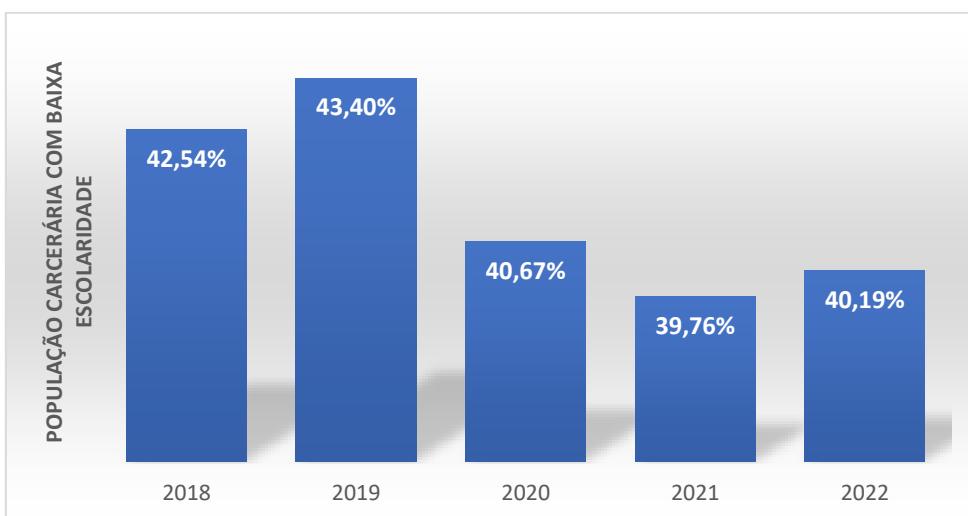
Gráfico 2 – Percentual de pessoas brancas e negras em privação de liberdade em relação ao total da população encarcerada – período 2018-2022.



Fonte: Autoria própria (2024), com base nos dados do Departamento Penitenciário Nacional (Brasil, 2018-2022).

O gráfico 2 mostra que quanto à raça/etnia, realizando uma comparação entre o número de pessoas brancas em relação ao de pessoas pretas e pardas, verifica-se a total discrepância entre eles, visto que em todos os anos o número de negros e pardos é superior ao número de brancos, sendo que em alguns anos o número de pessoas pretas e pardas corresponde ao dobro, se comparado ao número de pessoas brancas. Ao realizar a análise em relação ao número total de pessoas encarceradas, a situação é ainda mais alarmante, tendo em vista que em todos os anos estudados o percentual de pessoas negras e pardas é superior a 50% em relação ao total geral de pessoas encarceradas.

Gráfico 3 - Número de pessoas encarceradas analfabetas e com ensino fundamental incompleto em relação ao total geral - período 2018-2022.



Fonte: Autoria própria (2024), com base nos dados do Departamento Penitenciário Nacional (Brasil, 2018-2022).

O quadro 3 mostra que quanto ao grau de instrução da população privada de liberdade o número de pessoas analfabetas e/ou com ensino fundamental incompleto apresentou-se

superior, correspondendo em média a 40% da população carcerária total, demonstrando que há um percentual significativo de pessoas inseridas no sistema carcerário brasileiro com escolaridade extremamente reduzida.

Resta evidente que o perfil da pessoa encarcerada é perpassado pela ausência de um processo educacional adequado, constituindo-se em segmentos sociais com mão de obra explorada e marginalizada, o que evidencia a seletividade no processo de encarceramento no Brasil e a presença das práticas racistas e excluidentes. Nesse sentido, ao tempo em que se fazem urgentes as medidas de desencarceramento, também é fundamental o combate ao racismo como forma de defesa da democracia e da cidadania.

Considerações finais

Percebe-se que a história do cárcere no Brasil se articula, principalmente, com os usos da violência e, como consequência, da seletividade penal para o exercício do controle social pelo Estado, desde os primórdios de sua formação até a contemporaneidade, com as diretrizes neoliberais na condução das agendas sociais, políticas e econômicas no país na atualidade.

A formação social brasileira é marcada por desigualdades que se articulam com os traços do colonialismo do escravismo, bem como com a bases em que se ancoram o sistema heteropatriarcal-racista-capitalista instaurado no Brasil, com um liame entre a senzala e o cárcere, visando o exercício do controle social das pessoas pobres, negras e periféricas.

A alteração dessa realidade requer esforço e mudança com a adoção de medidas de desencarceramento e o fortalecimento das políticas públicas de saúde, educação, previdência social, assistência social, moradia, emprego e renda, com a garantia de direitos dos diversos segmentos e grupos sociais, e com o desenvolvimento de ações que contribuam para o enfrentamento do racismo estrutural como forma de defesa da democracia e da cidadania.

567

Referências bibliográficas

- ADORNO, S. *Racismo, criminalidade e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 18, p. 1-22, 1996.
- ADORNO, Sérgio. O Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*. Volume IV. Organizado por Sérgio Miceli. São Paulo: NEV/USP, 2002.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *Capitalismo, Classes Sociais e Prisões no Brasil*. Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio. p. 1-22, 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400245111_ARQUIVO_anpuh_rio2014Gelsomcompleto.pdf. Acesso em 05 de fevereiro de 2023.
- ALMEIDA, Sílvio. *O que é o racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. “Estado, Direito e Análise Materialista do Racismo”. In: KASHIURA JR, Celso Naoto; AKAMINE JR, Oswaldo; MELO, Tarso de (orgs.). *Para a*

- Crítica do Direito- Reflexões sobre teorias e práticas jurídicas.* 1.ed. São Paulo: Outras expressões, 2015, p. 747-767.
- BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas.* 3^a ed. Tradução de Lucia Guidicini, Alessandro Berti Contessa. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRASIL. Ministério da Justiça/ Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). *Sistema Nacional de Informação Penitenciária – INFOOPEN*, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2018.pdf>. Acesso em 01 de fevereiro de 2023.
- BRASIL. Ministério da Justiça/ Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). *Sistema Nacional de Informação Penitenciária – INFOOPEN*, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2019.pdf>. Acesso em 01 de fevereiro de 2023.
- BRASIL, Ministério da Justiça/ Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). *Sistema Nacional de Informação Penitenciária – INFOOPEN*, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2020.pdf>. Acesso em 01 de fevereiro de 2023.
- BRASIL, Ministério da Justiça/ Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). *Sistema Nacional de Informação Penitenciária – INFOOPEN*, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2021.pdf>. Acesso em 01 de fevereiro de 2023.
- BRASIL, Ministério da Justiça/ Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). *Sistema Nacional de Informação Penitenciária – INFOOPEN*, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2022.pdf>. Acesso em 01 de fevereiro de 2023.
- BORGES, Juliana. *Encarceramento em massa*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Angela, *Estarão as prisões obsoletas?* Tradução de Marina Vargas. – 1a ed. – Rio de Janeiro: Difel, 2018.
- FRANÇA, Rosilene M. S; CARNEIRO, G. W. S. *Desigualdades Sociais e encarceramento em massa na realidade brasileira contemporânea*. In: XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, ENPESS, 2022, Teresina, Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora? Brasília - DF: ABEPPS, 2022. v. 1.
- FRANÇA, Rosilene M. S. *Encarceramento, questão social e a ação do Estado em tempos de neoliberalismo e conservadorismo no Brasil*. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2023. v. 1. 394p
- FRANÇA, Rosilene M. S. Encarceramento e racismo estrutural na América Latina e no Brasil. *Argumentum*, v. 14, p. 119-136, 2022.
- FRANÇA, Rosilene M. S; *O recrudescimento do cárcere em tempos de neoliberalismo e de conservadorismo no Brasil*. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 1-9, jan.-dez. 2023 e-ISSN: 1677-9509.
- FOUCAULT, Michel. *Vigar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.
- IANNI, O. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978. (Escravidão e capitalismo, p. 03-50).
- MOTTA, Manoel Bastos da. *Crítica da Razão Punitiva*. Grupo GEN, 2011. E-book. ISBN 978-85-309-4218-2. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4218-2/>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- MOURA, Clóvis. *Racismo e luta de classes no Brasil*. Textos escolhidos de Clóvis Moura, Brasil: Editora Terra sem amos, 2020.

- MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo. Brasil: Editora Anita, 1994.
- WACQUANT, Loïc. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. *Novos Estudos*, 80, março de 2008, pp. 9-19.
- NOVAIS, F. *Portugal e brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000.
- VILA NOVA, Adeildo. *Das senzalas às prisões contemporâneas: a escravização e o encarceramento em massa da população negra no Brasil como estratégia de contenção e de controle*, Dissertação de mestrado. Orientadora: Andrea Almeida Torres, Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais/UNIFESP, 2019.

Determinação social da saúde e Sífilis gestacional em Campos, RJ: particularidades de classe, raça, gênero e território¹

Social determination of health and gestational syphilis in Campos, RJ:
particularities of class, race, gender and territory

Nilene dos Santos Souza *

Carlos Antonio de Souza Moraes **

Resumo: A partir da perspectiva da determinação social da saúde, sustentada pela Epidemiologia Latino-Americana, este artigo objetiva verificar a incidência da sífilis em gestantes diagnosticadas no Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), em Campos dos Goytacazes, RJ, entre 2018 e 2021. O artigo está sustentado no materialismo histórico-dialético, na pesquisa de tipo exploratório, de abordagem quali-quantitativa, por meio de estudo bibliográfico e pesquisa realizada nos prontuários de gestantes diagnosticadas com sífilis. Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, o estudo analisou 166 prontuários de gestantes com sífilis atendidas na instituição. Os resultados apontam que mulheres negras, de baixa renda e residentes predominantemente no distrito de Guarus apresentaram maior suscetibilidade à contração de sífilis durante a gestação. Contudo, também apontaram para a invisibilidade das mulheres negras em 60,2% dos prontuários investigados no CTA, em Campos, que subnotificam a dimensão racial, fator que impacta negativa e diretamente na gravidade da epidemia de sífilis em gestantes na

Abstract: From the perspective of the social determination of health, supported by Latin American Epidemiology, this article aims to verify the incidence of syphilis in pregnant women diagnosed at the Testing and Counseling Center (CTA), in Campos dos Goytacazes, RJ, between 2018 and 2021. The article is based on historical-dialectical materialism, exploratory research, with a qualitative-quantitative approach, through bibliographical study and research carried out on the medical records of pregnant women diagnosed with syphilis. Approved by the Research Ethics Committee, the study analyzed 166 medical records of pregnant women with syphilis treated at the institution. The results indicate that black, low-income women living predominantly in the district of Guarus were more susceptible to contracting syphilis during pregnancy. However, 60.2% of the medical records investigated at the CTA in Campos also pointed to the invisibility of black women, which underreport the racial dimension, a factor that has a negative and direct impact on the severity of the syphilis epidemic in pregnant women in

¹ Este artigo é produto de dissertação de mestrado defendida em 2023, no Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social/Universidade Federal Fluminense.

* Assistente Social (UFF). Mestre em Política Social (PPGPS/UFF). Doutoranda em Política Social, (PPGPS/UFF). Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (GRIPES - CNPQ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8342-5674>.

** Doutor em Serviço Social pela PUCSP. Professor Associado na Universidade Federal Fluminense, Departamento de Serviço Social de Campos e Professor permanente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social (UFF/Niterói). Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (GRIPES - CNPQ). Bolsista de Produtividade em Pesquisa (CNPq, 2). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1070-3186>.

cidade de Campos dos Goytacazes, RJ.

the city from Campos dos Goytacazes, RJ.

Palavras-chaves: Sífilis gestacional; Raça; Classe; Gênero e Território.

Keywords: Gestational Syphilis; Race; Class; Gender and Territory.

Introdução

A sífilis, causada pela bactéria *Treponema pallidum*, é uma Infecção Sexuamente Transmissível (IST) que ocorre, principalmente através de relações sexuais desprotegidas e compartilhamento de agulhas contaminadas. A infecção se desdobra em quatro estágios distintos (Sífilis primária, secundária, latente e terciária), cada um apresentando sintomas específicos, que vão desde o aparecimento de uma ferida (úlcera) indolor na região genital, ânus ou boca, no caso da sífilis primária até a neurosífilis, quando a infecção afeta o cérebro ou a medula espinhal. A infecção por sífilis em gestantes é especialmente preocupante devido aos potenciais desfechos adversos, tal como aborto, morte fetal, baixo peso ao nascer e prematuridade. Além disso, a sífilis congênita, transmitida da mãe para o bebê durante a gestação, pode ocasionar uma variedade de alterações clínicas, desde irritabilidade inicial até complicações ósseas, auditivas e de desenvolvimento.

A sífilis representa um desafio relevante para a saúde pública em termos globais, especialmente no Brasil, onde as taxas de infecção têm apresentado um crescimento acentuado. Segundo os dados epidemiológicos relativos à sífilis no país, em 2018, foram notificados no SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) 158.051 casos de sífilis adquirida, 62.599 casos de sífilis gestacional (SG), 26.219 casos de sífilis congênita e 241 óbitos por sífilis congênita. No ano subsequente, houve notificação de 152.915 casos de sífilis adquirida, 61.127 casos de SG, 24.130 casos de sífilis congênita e 173 óbitos por sífilis congênita. O ano de 2020 apresentou menos casos notificados, com 115.371 de sífilis adquirida, 61.441 de SG, 22.065 de sífilis congênita e 186 óbitos por sífilis congênita. No entanto, em 2021, houve um novo aumento nas notificações de sífilis, com 167.523 casos de sífilis adquirida, 74.095 casos de SG, 27.019 casos de sífilis congênita e 192 óbitos por sífilis congênita. A sífilis congênita é particularmente preocupante, pois pode resultar em sequelas graves e mortalidade neonatal, sendo necessário implementar medidas para o seu controle e prevenção (Brasil, 2022).

A implementação de políticas de prevenção e controle se torna urgente, apesar da possível falta de interesse da indústria farmacêutica devido ao baixo custo do tratamento. Em um contexto de globalização, questões de saúde emergem como temáticas recorrentes na agenda da política externa, demandando estratégias amplas e sustentadas para lidar com

infecções e doenças tidas como negligenciadas, sobretudo aquelas que afetam populações com reduzido acesso aos serviços de saúde.

Reconhecer a sífilis como uma infecção negligenciada implica admitir que abordagens abrangentes e duradouras são necessárias para prevenção e tratamento em populações socialmente vulneráveis e com acesso limitado aos serviços de saúde, tendo em vista que apesar da infecção não escolher classe social, gênero, raça ou idade, os estratos sociais mais marginalizados são os mais afetados por ela (Souza, 2023).

Partindo desse ponto de vista, Laurell (1983) argumenta que a natureza social da saúde não está explícita nos casos clínicos, mas sim nas formas características pelas quais as pessoas adoecem e morrem. Em uma sociedade marcada pela desigualdade, como a brasileira, certas doenças, embora afetem cidadãos de todas as classes, gêneros e raças, impactam predominantemente grupos específicos, de acordo com sua posição na estrutura social. Assim, compreendemos que essas características distintas nas formas como os indivíduos adoecem e morrem derivam do modelo de produção e reprodução de padrões estruturais de dominação, exploração e marginalização, moldando estilos de vida que se refletem no processo saúde-doença.

À luz desse contexto, Souza (2021) reconhece que as condições de saúde e doença são determinadas por elementos estruturais e superestruturais que permeiam a sociedade capitalista, moldando, assim, o acesso aos serviços de saúde, as informações, os cuidados, as subjetividades e as condições objetivas para o enfrentamento destas questões. Com base nesses pressupostos, o principal objetivo desta pesquisa é verificar a incidência da sífilis gestacional diagnosticada no Centro de Testagem e Aconselhamento² (CTA), em Campos dos Goytacazes, RJ, durante o período de 2018 a 2021. Esta análise será embasada na perspectiva teórica da determinação Social da Saúde vinculada a Epidemiologia Latino-americana (ELA) e sustentada por análises marxistas, com especial ênfase nas categorias de classe, raça, gênero e território.

A relevância deste estudo refere-se a sua aproximação com o debate da determinação social da saúde, associando tais análises à incidência da sífilis em gestantes, o que promove contribuições para o campo das Ciências Sociais e, mais particularmente, o Serviço Social, visto que os estudos que tratam do tema são, predominantemente associados a dimensão biomédica,

² Os Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA) surgiram no final da década de 1980 como importante ponto de referência para acesso à testagem e aconselhamento em HIV/Aids. Desempenham papel crucial na prevenção e diagnóstico de DSTs e AIDS, regidos pelos princípios de voluntariedade, confidencialidade, anonimato, agilidade e resolutibilidade no diagnóstico do HIV. O CTA de Campos dos Goytacazes foi criado em 1996, passando a ser denominado CTA a partir de 1997, vinculado ao Programa Municipal IST/Aids/Hepatites Virais da Secretaria Municipal de Saúde, com atendimentos ambulatoriais e assistência social. Está localizado na área central da cidade, próximo à rodoviária, funcionando das 07:00 às 19:00 horas, de segunda a sexta-feira.

mas, ainda assim, parte destas pesquisas, reconhecem limitadamente, que os aspectos sociais tiveram forte impacto na saúde das gestantes diagnosticadas com sífilis.

Neste sentido, o artigo defende que o aumento global da incidência de sífilis ultrapassa a compreensão tradicional e conservadora da relação entre saúde e doença, uma vez que está intrinsecamente relacionado às condições sociais que determinam o processo de adoecimento. Embora as gestantes em situação de pobreza não sejam as únicas afetadas pela doença, é plausível afirmar que há no CTA, em Campos dos Goytacazes, a predominância de mulheres pertencentes à classe trabalhadora, especialmente as de origem negra, com baixa escolaridade e que vivem em condições de pobreza. Estas mulheres têm maior probabilidade de iniciar tardivamente o acompanhamento pré-natal, o que contribui para a contração da sífilis durante a gestação (Souza; Moraes, 2021).

Com base nessas considerações, optou-se por dividir este artigo em seções: após a introdução, abordamos a metodologia adotada na pesquisa. Posteriormente, recorremos ao debate relativo à determinação social da saúde, difundido amplamente pela epidemiologia latino-americana (ELA); na terceira seção, o artigo aborda a relação entre o território campista e a sífilis gestacional, considerando as particularidades do ambiente em que essas mulheres residem, bem como as condições socioeconômicas reveladoras de parte das desigualdades territoriais, impactando a saúde das gestantes e contribuindo para a disseminação da sífilis. Posteriormente, recorremos a outras variáveis do perfil sociodemográfico das gestantes com sífilis no CTA, em Campos dos Goytacazes, RJ, tais como: raça/cor, idade e escolaridade. Por fim, são apontadas algumas conclusões.

573

Metodologia

Este artigo, fundamentado no materialismo histórico-dialético (MHD), recorre a pesquisa de dimensão quali-quantitativa e de natureza exploratória.

O estudo qualitativo visa compreender a sífilis como um fenômeno social e as características das gestantes, a fim de promover visibilidade e compreender as particularidades deste grupo. Por sua vez, a pesquisa quantitativa se concentra na coleta e tratamento estatístico dos prontuários de gestantes com sífilis. Esta análise é fundamentada nas categorias de raça, classe, gênero e território.

Para o desenvolvimento da pesquisa, recorremos a análise bibliográfica e a pesquisa de campo. Para análise bibliográfica dedicamos especial atenção às produções de natureza interdisciplinar publicadas no Brasil e em países latino-americanos que discutem a determinação social da saúde, particularmente em relação às categorias mencionadas.

A pesquisa de campo foi realizada após aprovação da proposta de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme parecer nº 6.122.091, emitido pela Plataforma Brasil. Além disso, a pesquisa também foi autorizada pela coordenação do Programa Municipal IST/Aids/Hepatites Virais de Campos dos Goytacazes, RJ.

A pesquisa de campo, realizada no CTA, objetivou selecionar todos os prontuários de gestantes inseridas no Programa entre os anos de 2018 a 2021, separando por trimestres aqueles pertencentes às gestantes com sífilis. Os dados verificados, através da lista em Excel disponibilizados pela instituição foram: número dos prontuários (para busca posterior, em casos positivos de sífilis), tipo (Qual infecção), raça (preta/parda/branca), nascimento (mês/ano), data de abertura do prontuário e município (cidade de residência ou bairro).

Por meio do mapeamento, identificamos 548 prontuários pertencentes a gestantes. Através da análise dos 548 prontuários foi possível conferir que entre os anos de 2018 e 2021, foram registrados 222 casos de sífilis adquirida, 166 casos de sífilis gestacional e 145 casos de Infecções sexualmente transmissíveis (IST's), tais como: HIV, HPV, Gonorreia, clamídia, entre outras, conforme apresentado no quadro 1. A partir de investigação relativa a sífilis gestacional, verificamos que, em 2018, foram registrados 49 casos, em 2019 foram 46 casos, em 2020 foram 14 casos e, em 2021, 57 casos.

Tabela 1: Condições encontradas após a busca documental.

Condição	Total
Sífilis Gestacional	166
Sífilis Adquirida	222
IST'S Geral (HIV, Gonorréia, HPV, Clamídia, etc.)	145
Não mulheres	6
Outras infecções	1
Não encontrados	9
TOTAL	548

Fonte: Elaboração própria (2023).

Os dados foram organizados e registrados, destacando a seguintes informações relacionadas às gestantes: número dos prontuários para esclarecimento de dúvidas; local de encaminhamento da gestante (hospital, clínica ou estabelecimento); período gestacional do diagnóstico (durante o pré-natal, no parto - antes ou depois -, após um aborto ou no pós-parto); mês e ano de abertura do prontuário; raça; mês e ano de nascimento; nível de escolaridade;

bairro/município em que reside; autorização para contato institucional - se houver, com quem (a própria gestante, parentes ou amigos); e se o tratamento foi concluído ou não.

A análise dessas informações foi construída através da técnica de análise de conteúdo, baseada em Bardin (1997)³.

Aproximação conceitual à determinação social da saúde

No final da década de 1970, o paradigma biomédico da doença foi amplamente contestado, desencadeando uma investigação teórica na América Latina. Esse movimento crítico em relação ao modelo hegemônico surgiu em um contexto social marcado pela incapacidade da medicina em gerar novos conhecimentos capazes de compreender e explicar as relações sociais, enfatizando os aspectos estruturais da saúde nos países latino-americanos por meio do discurso político relacionado ao direito à saúde (Arellano; Escudero; Carmona, 2008). Segundo Souza (2021), a perspectiva da determinação social da saúde, uma das bases do pensamento crítico da Medicina Social e da Saúde Coletiva na América Latina, fortemente influenciada pelo Movimento Operário Italiano, preencheu as lacunas deixadas pelo paradigma hegemônico existente.

A determinação social da saúde, em linhas gerais, emergiu como uma forma de compreender a saúde para além da dimensão biológica, considerando o caráter dialético desta questão. A saúde humana é definida pela relação indissociável entre aspectos biológicos e sociais, incluindo aspectos culturais, políticos, entre outros, e transita em diferentes níveis e formas, dependendo das diversas relações sociais estabelecidas, especialmente, as relações sociais de produção (Souza, 2021).

Nesse sentido, a perspectiva adotada pela medicina social latino-americana trouxe contribuições significativas para o debate teórico, oferecendo soluções para melhorar a saúde da comunidade e delineando um pensamento social no campo da saúde por meio de uma nova interpretação da saúde pública. Entre os autores pioneiros que dissertaram sobre essa perspectiva, destacam-se "Jaime Breilh e Edmundo Granda, no Equador; Asa Cristina Laurell, no México, e Cecília Donnangelo e Sérgio Arouca, no Brasil" (Moreira, 2013, p. 70).

A abordagem da determinação social da saúde, ancorada no campo teórico e político marxista, estrutura-se em torno de uma nova proposta de estudos em saúde, utilizando o rigor do método científico de análise do materialismo histórico-dialético como ferramenta eficaz para

³ A análise de conteúdo, conforme definida por Bardin (1977, p. 38), compreende um conjunto de técnicas voltadas à análise sistemática e objetiva das comunicações, visando a descrição do conteúdo das mensagens. Essa análise é conduzida em três fases distintas: pré-análise, análise do material e interpretação dos dados, considerando o método definido, conceitos, autores e documentos.

a transformação política, focalizando na categoria do trabalho (a ontologia do ser social). Busca compreender a relação entre sujeito e objeto, entre pessoas e coisas, a natureza e a vida, identificando o biológico e o social como uma subsunção, conectados à perspectiva de alteração da realidade (Moreira, 2013; Garbois; Sodré; Dalbello-Araujo, 2017).

Do ponto de vista da determinação social da saúde, a garantia do direito à saúde implica mudanças na sociedade para reduzir as desigualdades sociais. Para isso, os movimentos sociais e a sociedade civil, como atores centrais da mudança, precisam se organizar em prol de um objetivo comum, diante do esgotamento de recursos pelo capital e das crises resultantes, exigindo novas práticas, políticas e ações. Carvalho (2019, p. 16) destaca que a perspectiva da determinação social da saúde consiste em compreender que as necessidades em saúde estão vinculadas à satisfação das necessidades sociais mais amplas da população, onde a dimensão histórico-social implica na construção de necessidades coletivas, dadas pelo desenvolvimento das forças produtivas, que estruturam padrões de reprodução social, determinando a inserção social dos sujeitos nesta sociabilidade, suas formas de viver e adoecer.

Em várias ocasiões, a determinação social da saúde tem sido abordada como sinônimo da concepção dos determinantes sociais da saúde, devido a semelhanças na terminologia. Além disso, autores como Minayo (2021) recentemente expressaram críticas à determinação social da saúde, argumentando que esta carece de um arcabouço metodológico capaz de capturar a complexidade inerente ao tema. Em sua obra "Determinação social, não! Por quê?" a autora (2021), contesta a denominação de determinação social da saúde, alegando que é uma expressão limitada para representar a dialética entre permanência e mudança na sociedade, indivíduo e natureza, tanto por ação humana, acaso ou deslocamentos. Utilizando referências teóricas europeias, Minayo (2021), argumenta que as mudanças incontáveis da atualidade demandam novas teorias interpretativas da sociedade e da Saúde Pública, criticando a definição atual do conceito compartilhada por autores como Breilh e Naomar, por excluírem a historicidade e suas múltiplas possibilidades.

Ao defender sua obra e de Naomar, Breilh (2021) reconhece que a determinação social da saúde é um movimento complexo com diferentes perspectivas, e ressalta a importância de estudar o avanço das novas tecnologias no contexto do hipercapitalismo do século XXI, sem negligenciar seus impactos nos processos que determinam a saúde. Já Naomar (2021), destaca a impropriedade das alegações de Minayo (2021) sobre a ideia de determinação social da saúde e sugere que a categoria de "sobredeterminação" tem sido tratada de forma adequada a partir do referencial do materialismo histórico-dialético. Naomar sinaliza que, para uma compreensão

sistemática e profunda da realidade, devemos considerar todas as formas de determinação, incluindo a determinação social, para uma perspectiva além e ampla, a da sobredeterminação.

Diante disso, a análise proposta em relação à saúde das gestantes com sífilis campistas está em conformidade com a epidemiologia latino-americana, a respeito da determinação social da saúde, pois apreende a relação saúde-doença como um processo contraditório, de mobilização dos interesses da classe trabalhadora. Deste modo, assumimos que a determinação social da saúde possibilita interpretações históricas e sociais mais próximas e completas da realidade do processo saúde-doença e suas mediações.

Outrossim, é imprescindível analisar a determinação social da saúde a partir das interseções de classe, raça, gênero e território, a fim de compreender de forma mais abrangente as desigualdades presentes na ocorrência de doenças e infecções, como a sífilis gestacional. A ELA ressalta a importância de considerar as diversas formas de opressão e exclusão que impactam diretamente na saúde das populações. Nesse sentido, a análise crítica da saúde deve contemplar a dimensão estrutural das desigualdades de poder e acesso a recursos, enfatizando a necessidade de ações e políticas que reconheçam e enfrentem as dinâmicas sociais complexas.

Sífilis gestacional e território: a prevalência de dados em Guarus, em Campos dos Goytacazes, RJ

A cidade de Campos dos Goytacazes no estado do Rio de Janeiro, destaca-se como um polo econômico relevante para o país, sobretudo na produção de petróleo e gás. No entanto, a cidade apresenta desigualdades socioespaciais decorrentes do desenvolvimento urbano não acompanhado pela manutenção de condições socioambientais adequadas, resultado do processo histórico de modernização conservadora e da forte relação com seu passado escravocrata. Essas desigualdades são agravadas pela discriminação racial, o que reforça a concentração de vulnerabilidades socioambientais em áreas periféricas e o fenômeno do "apartheid social". Assim, é fundamental compreender a realidade específica dessa cidade para pensar a saúde e a doença, enquanto processos sociais e políticos. Além disso, é pertinente discutir a relação histórica entre o desenvolvimento socioeconômico da cidade e a exploração do trabalho escravizado.

A violência do racismo se manifesta na desumanização de negros e negras, que enfrentam dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, salários justos, moradia, educação e saúde. A mulher negra, por sua vez, encara desafios adicionais pela interseção das opressões de gênero e de raça, considerando que há uma estratificação social que define a posição social dos indivíduos, limitando o acesso à educação, ocupação, renda e saúde. Não obstante à riqueza da

cidade, a desigualdade social não foi reduzida, mas sim ampliada, com impactos sobre os sujeitos afetados pelas relações entre raça, gênero, classe e território.

Embora o conceito de território seja mais comumente associado à dimensão física, na geografia, sua polissemia permite diferentes interpretações e definições, não se restringindo apenas à perspectiva geopolítica, mas também sendo utilizado para analisar relações sociais. Contudo, diante das limitações do presente artigo, é importante ressaltar que não será possível aprofundar as diferentes concepções de território. No entanto, é válido ressaltar a concepção adotada por este trabalho, a fim de fornecer uma visão mais ampla e aprofundada da realidade em questão.

Desta forma, a nossa compreensão, baseada na perspectiva crítica de Marx, considera o território como uma construção histórica e materialmente determinada, sujeita a disputas políticas e socioeconômicas. O território é concebido em suas múltiplas interações com os modos de produção, as relações sociais, culturais e políticas, evidenciando a sua relevância nas dinâmicas da vida cotidiana. Nesse sentido, a análise crítica do território possibilita a compreensão da sua complexidade, ao evidenciar os conflitos, contradições e desigualdades presentes em suas diversas dimensões, constituindo um importante instrumento para repensar tanto as relações sociais quanto as políticas públicas que envolvem os processos de territorialização (Silva *et al.*, 2022).

Em consonância, Sposati (2013) salienta que a concepção de território, seja no singular ou no plural, possui uma abordagem dinâmica que envolve aspectos geográficos, históricos, políticos e sócio relacionais. A autora comprehende que sua construção é resultado de uma dinâmica de relações, reflexo de trajetórias de diferentes atores, que, por sua vez, são influenciados pelos processos e eventos históricos. Deste modo, o território ultrapassa a ideia de ser um local fixo e imutável, visto que sua essência se constrói a partir das vivências, significados e relações interpessoais que formam as identidades individuais e coletivas dos grupos que fazem parte dele. Portanto, é importante entender que o território é uma variável em movimento, que se transforma com o passar do tempo, podendo apresentar características distintas em cada momento histórico.

Ao investigar as particularidades do território de Guarus, em Campos dos Goytacazes, verificamos de acordo com o Censo de 2010⁴, que este subdistrito agrupa 25 bairros oficiais e é caracterizado por uma densidade populacional considerável, em grande medida, consequência do êxodo rural promovido pela falência do setor sucroalcooleiro no início dos anos 1970.

⁴ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/pesquisa/23/25888?tipo=ranking>.

Representando 36,17% da população da cidade de Campos dos Goytacazes, a população de Guarus comprehende, majoritariamente trabalhadores de baixa renda que vivem em territórios com índices socioeconômicos inferiores comparativamente aos distritos próximos. Além desse fato, a região sofre com estereótipos e desigualdades reforçados pela mídia (Alvarenga, 2020).

A despeito de ter sido incorporado ao distrito-sede, as características socioespaciais de Guarus são distintas, quando comparadas às outras áreas da cidade. Segundo Assis (2016), tal diferenciação é evidenciada pelos dispêndios públicos dirigidos às duas áreas, pelos fracassos das políticas públicas e pela precarização dos bairros que constituem Guarus. Isso prejudica a população, dificultando o seu acesso à infraestrutura urbana, transporte, educação, trabalho e saúde.

A fim de observar a divisão territorial por bairros, foram recentemente realizados estudos municipais (2018), com o intuito de analisar alguns aspectos sociais e econômicos da distribuição populacional. O estudo pesquisou dados sobre renda, cor/raça e acesso a serviços públicos, considerando a variável acesso à rede de esgoto ou fossa séptica e acessibilidade à rede geral de água, bem como a coleta de lixo pelo serviço público. Os resultados evidenciaram uma alta concentração de famílias com renda per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário-mínimo. No total de 25 bairros analisados no referente subdistrito, 56% possuíam mais de 40% das famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza (Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, 2018).

De acordo com Nascimento, Barbosa e Medrado (2005), as pessoas com maior poder aquisitivo possuem maior capacidade de se deslocar para regiões urbanas ou para locais que oferecem produtos e serviços de maior qualidade, em contrapartida, pessoas em situação de pobreza, devido à limitação de mobilidade, recorrem a serviços locais para satisfazer as suas necessidades. Contudo, a residual oferta de serviços públicos no subdistrito de Guarus, juntamente com a violência local e a baixa condição socioeconômica da população, afetam o acompanhamento das gestantes durante toda a gravidez ou no pós-parto. Isso acontece porque as mães empobrecidas enfrentam dificuldades ao acessar esses serviços, o que as coloca em maior risco de ter um desfecho desfavorável da gravidez, já que têm menos mobilidade para se locomover. A situação é semelhante, em geral, para os moradores do subdistrito que necessitam do atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS. Isso os obriga a se deslocar para outras áreas, embora enfrentem a falta de recursos para se locomover. Ademais, esses sujeitos são culpabilizados pelos problemas urbanos que existem, tais como ocupações irregulares, violência urbana e degradação do meio ambiente (Medeiros; Silva, 2017).

Em relação às gestantes residentes em Campos dos Goytacazes, um estudo anterior realizado entre 2016 e 2017 apontou que a região de Guarus apresentou uma concentração de 40% dos casos de sífilis gestacional em mulheres atendidas pelo Programa Municipal IST/AIDS, localizado no centro da cidade (Souza, 2021). Uma análise recente dos dados, revela que essa concentração de casos persiste nesse território, com um aumento de ocorrências para 43,37%. De acordo com o Censo de 2010, o subdistrito de Guarus agrupa 25 bairros oficiais e é caracterizado por uma densidade populacional considerável, em grande medida, consequência do êxodo rural promovido pela falência do setor sucroalcooleiro, no início dos anos 1970 (Alvarenga, 2020).

As mulheres que vivem em bairros periféricos, em muitos casos, têm menos acesso a serviços públicos de saúde e informações sobre saúde sexual e reprodutiva, além de sofrerem preconceito e discriminação. Esse cenário se agrava ainda mais em uma família monoparental chefiada por mulheres, em que a responsabilidade de cuidar da saúde reprodutiva da mulher e dos filhos é geralmente atribuída à própria mãe, que muitas vezes luta para equilibrar essa responsabilidade com o trabalho e com outras tarefas domésticas.

Essa situação pode levar a uma falta de acesso ou cuidado inadequado à saúde reprodutiva, incluindo a falta de diagnóstico e tratamento IST's, como a sífilis. Além disso, a segregação espacial pode criar barreiras para o acesso a serviços de saúde, pois, muitas vezes, os serviços não estão perto ou são difíceis de serem acessados para quem mora em bairros periféricos.

Observamos que a segregação socioespacial presente na cidade em análise, se configura como uma consequência de um histórico processo socioeconômico no qual houve a concentração de recursos e riquezas nas mãos de uma pequena parcela da população, resultando em grandes desigualdades sociais. Em vista disso, Alvarenga e Siqueira (2019) evidenciam que a distribuição desigual das moradias é resultado do poder político das classes dominantes, da variação de renda e das características culturais de cada grupo, elementos que atuam na definição do acesso aos serviços públicos e às oportunidades de trabalho. Neste contexto, a segregação é vista como uma manifestação das lutas de classes sociais, que perpetuam a exclusão e a marginalização socioeconômica de parte significativa da população. Ela não é um fenômeno dicotômico de presença ou ausência, mas sim uma questão gradual, o que significa dizer que existe em diferentes níveis e pode tomar diversas formas, incluindo a segregação racial, geográfica e urbana (Ratcliffe, 2000).

A dimensão racial da segregação resulta na privação dos direitos universais e na instituição de leis que perpetuam sua divisão. Já a segregação urbana frequentemente resulta na

separação das classes menos favorecidas, como é evidenciado nas periferias urbanas, onde se concentram pessoas de baixa renda e subempregos. No contexto brasileiro, a segregação está intrinsecamente ligada às desigualdades entre as classes sociais, sendo a cor da pele, em especial para a população negra e indígena, um fator agravante.

Sífilis gestacional e dimensão racial

Ao considerar a raça como um indicador, também podemos reconhecer e abordar questões mais amplas de desigualdade sócio racial, que afetam muitos aspectos da vida, incluindo saúde, educação, emprego e moradia.

Pesquisas recentes (Souza, 2021; Tomasi *et al*, 2017), apontam que mulheres negras têm maior probabilidade de contrair sífilis durante a gestação em comparação com mulheres brancas. Além disso, a sífilis em mulheres negras tende a resultar em complicações mais graves, como aborto espontâneo, parto prematuro, baixo peso ao nascer e neonatos infectados (Souza, 2021), não pela cor de suas peles, mas pela sua determinação social.

Em suas análises, Barbosa (2021) reflete sobre a naturalização do adoecimento de pessoas negras no Brasil, sob o ímpeto racista. Discutindo sobre as implicações sociais na saúde dessa população, a autora dá especial destaque às doenças infecciosas e parasitárias que mais a afeta. Barbosa (2021), destaca que, mesmo que haja falhas no preenchimento da variável raça/cor nos prontuários dos serviços de saúde e evidências de sua relação com o processo saúde-doença, para ela “[...] a dinâmica da carga dessas doenças no povo negro está intimamente implicada às características peculiares dos processos de transição demográfica e epidemiológica brasileira, atreladas à complexidade do racismo” (Barbosa, 2021, p. 103).

Em 2005, a inclusão da variável raça/cor ao Programa Nacional de DST/AIDS foi um marco importante para a compreensão dos desafios enfrentados por diferentes grupos étnicos e raciais no acesso aos serviços de saúde e na incidência de ISTs. Em 2017, o Ministério da Saúde promulgou a Portaria n.º 344/2017 que, por meio de seus cinco artigos, impõe a obrigatoriedade do preenchimento do campo identitário raça/cor nos formulários que permeiam os sistemas de saúde e, ainda, verticaliza as atribuições e responsabilidades dos organismos federativos (Brasil, 2017)

Santos, Coelho e Araújo (2013) revelam que a questão racial e as discriminações e desigualdades históricas a ela inerentes acompanham homens negros e mulheres negras ao longo da vida. As autoras recorrem a um estudo realizado pelo Instituto Médico Legal que demonstrou que a categoria raça/etnia é frequentemente preenchida de forma imprecisa, evidenciando, por exemplo, que indivíduos negros eram identificados como "pele morena".

Além disso, as causas de morte relativas a sujeitos brancos foram registradas como acidentais, enquanto uma grande proporção de pessoas negras foi identificada como homicídios, sugerindo um contexto de marginalização como possível tentativa de justificar a morte violenta e a discriminação.

Em relação à raça/cor, na pesquisa realizada no CTA, em Campos dos Goyracazes, foi possível identificar o seguinte: 17 gestantes se declararam brancas, 29 pardas, 20 negras e em 100 prontuários, que correspondem a 60,2% do total, este indicador foi ignorado. Inúmeras vezes as informações preenchidas nesses documentos estavam diferentes da ficha do SINAN. Em alguns prontuários o quesito raça/cor não foi preenchido, mas a mesma usuária estava descrita como preta ou parda⁵ na ficha enviada ao SINAN. Essa divergência foi menos percebida no caso de usuárias autodeclaradas brancas. Duas questões emergem e podem ser determinantes para essa discrepância dos números: a primeira, é se os(as) profissionais de saúde perguntam a raça/cor das usuárias do Programa na abertura do prontuário? A segunda questão é: nos casos positivos, como tem sido tratada a autodeclaração das usuárias?

A não inclusão da variável raça/cor nos registros de saúde pode ter consequências graves para a compreensão das desigualdades entre grupos étnicos e raciais no acesso aos serviços de saúde, além de dificultar a elaboração de políticas públicas mais adequadas às necessidades de cada grupo, evidenciando o quanto a raça é uma determinação social estrutural e institucional do processo de adoecimento. Isso porque a falta desses dados impede a identificação de problemas específicos que afetam determinados grupos, o que pode perpetuar a exclusão desses indivíduos nos serviços públicos de saúde.

A questão da raça é frequentemente ignorada ou negada. Notadamente, há falta de disposição para discutir desigualdades raciais na saúde ou falta de conhecimento sobre esse assunto, tornando-se evidente que qualquer menção à raça, por vezes, é interpretada como algo racista, refletindo um comportamento antirracista, típico de uma ideologia neoliberal contemporânea que defende que evitar falar sobre o racismo é a melhor estratégia para evitar desigualdades raciais (Reinehr, 2019).

A primeira autora deste artigo também trabalhou como recenseadora do IBGE no Censo de 2020, realizado no ano de 2022, no território de Guarapari e observou que a pergunta sobre a cor ou raça dos entrevistados era a que gerava mais dúvidas e insegurança nas respostas

⁵ Compreendemos que a categoria racial "raça negra" inclui tanto as pessoas que se autodeclaram como pretas quanto as que se autodeclaram como pardas, contudo, por haver essa diferenciação no preenchimento desse quesito apontamos essa diferenciação.

e estas, como apercebemos a partir da formação social brasileira, derivam da complexidade e ambiguidade da identidade racial.

A articulação do quesito de raça/cor com o indicador de bairro/localidade tem se mostrado uma ferramenta importante para a análise da saúde pública, pois permite compreender as particularidades do território em relação aos impactos na saúde da população. Isso ocorre devido à forte influência que os contextos locais possuem na saúde, visto que variáveis socioculturais, econômicas e ambientais desse espaço podem influenciar negativamente na condição de saúde da população.

Assim, a abordagem dos indicadores de raça/cor e bairro/localidade para a análise da sífilis gestacional em Campos dos Goytacazes, RJ é relevante, pois, ao considerar a influência direta desses fatores no perfil epidemiológico dessas mulheres, é possível identificar limitações e desigualdades no acesso aos serviços de saúde e uma possível relação direta com a determinação social da saúde, fatores que, possivelmente, não se restringem a realidade local.

Sífilis gestacional, faixa etária e escolaridade

Dados do Ministério da Saúde (2022), revelam que a ocorrência de casos de sífilis gestacional em mães jovens aumentou consideravelmente nos últimos anos (Brasil, 2022). Isso se deve, em grande parte, à falta de informação e conscientização sobre a importância do uso de preservativos durante a relação sexual, além da dificuldade de acesso ao sistema de saúde. No caso do CTA de Campos dos Goytacazes, houve grande incidência de casos de SG na faixa etária de 21 a 30 anos, contabilizando 77 casos. Mas, se somarmos as gestantes de 16 a 30 anos, corresponderá a 83,1%.

583

Estima-se que a incidência de sífilis em gestantes seja alta em todo o mundo, especialmente em países em desenvolvimento. As mulheres jovens, com idades entre 16 e 30 anos, apresentam maior comportamento de risco em relação à infecção devido a elementos sociais e culturais relacionadas à sua faixa etária. Há uma variedade de fatores interligados que apontam os jovens como os que possuem maior comportamento de risco para as IST's, incluindo o início precoce da atividade sexual, o uso irregular e pouco frequente de preservativos, a multiplicidade de parceiros sexuais, a sensação de onipotência e a falta de envolvimento com padrões preventivos (Caldana *et al.*, 2021).

Além da faixa etária, a literatura a respeito do tema (Souza, 2021; Macedo *et al.*, 2017), tem apontado que pessoas com menor escolaridade apresentam maior vulnerabilidade à infecção, muitas vezes por falta de informação sobre saúde sexual e reprodutiva, dificuldade de

acesso a serviços de saúde e maior exposição a comportamentos de risco, como o uso de drogas e a prática de relações sexuais sem proteção.

No tocante a escolaridade das gestantes com sífilis diagnosticadas CTA em Campos, verifica-se que há prevalência de escolaridades reduzidas, semelhante ao observado no estudo comparativo anterior (Souza, 2021) e em outras pesquisas desenvolvidas no país (Conceição; Câmara; Pereira, 2019; Caldana *et al* 2021). No caso campista, 65,6% das gestantes atendidas na instituição não possuíam ensino fundamental ou médio completo e apenas 01 gestante possuía o ensino superior. Em estudo semelhante, Cavalcante (2021) também verificou que a maioria das gestantes com sífilis apresentava baixa escolaridade, com grande proporção tendo apenas o ensino fundamental incompleto.

Por essas razões, é fundamental que a educação sexual e a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis sejam incluídas nos programas de educação em todos os níveis de escolaridade, desde a pré-escola até o ensino superior. Torna-se necessário o acesso universal a serviços de saúde adequados para prevenção, diagnóstico e tratamento da sífilis e outras IST's, sem qualquer tipo de discriminação. Outrossim, deve-se levar em conta as demandas e características de classe, raça, gênero, geração, escolaridade e outras variáveis que corroboram para ampliação ou redução dessa problemática e que evidenciam a desigualdade estrutural e a determinação social da saúde.

Considerações finais

A Epidemiologia Latino-americana (ELA), sustentada na tradição marxista, comprehende que as relações sociais de produção e reprodução social, dentro do contexto capitalista, geram desigualdades que afetam as necessidades em saúde e a forma como as pessoas vivem e adoecem. A abordagem da ELA é fundamental para analisar e compreender a determinação social da saúde, especialmente em relação às categorias raça, classe, gênero e território, e suas implicações na saúde das populações.

Nesse contexto, é inegável que a classe social desempenha um papel significativo como fator de risco para uma variedade de condições de saúde. Afirmamos que a saúde das populações é influenciada pelas condições sociais, econômicas e políticas em que estão inseridas, e a sífilis gestacional evidencia essa premissa, uma vez que a sua incidência está intimamente ligada às condições de vulnerabilidade social e à falta de acesso a serviços de saúde adequados.

Embora reconheçamos que as gestantes de baixa renda não sejam exclusivamente afetadas pela sífilis, é plausível afirmar que, entre os principais fatores de risco da doença e

suas consequências, a classe trabalhadora e em situação de pobreza se torna a mais vulnerável à sua propagação. Esse fato foi observado em Campos dos Goytacazes, a partir da análise dos níveis de escolaridade, raça, além da relação entre raça e território.

No que tange ao território como expressão da determinação social do processo saúde-doença, destaca-se as condições materiais e sociais presentes em um determinado espaço geográfico. No contexto da sífilis gestacional, sua abordagem ressalta como as condições de vida e trabalho das populações mais pobres, residentes em determinadas localidades, estão diretamente relacionadas à prevalência e gravidade da doença. A partir dos dados primários e secundários da pesquisa analisados ao longo deste artigo, compreendemos que a falta de acesso aos serviços de saúde, a precariedade das condições de habitação, o desemprego e a falta de acesso à educação, são fatores que contribuem para a disseminação da sífilis gestacional em determinadas regiões do país e do mundo.

A consideração da dimensão racial na determinação social da saúde é crucial para compreender as bases sociais das desigualdades. A falta de acesso aos cuidados de saúde e as condições precárias de vida das populações mais desfavorecidas, associadas à herança histórica da escravização e ao descaso político e social, explicam a alta prevalência de sífilis gestacional em Campos dos Goytacazes, RJ, evidenciando a iniquidade das condições de vida que influenciam o adoecimento da população. As análises de tais condições a partir da perspectiva da determinação social da saúde, ainda reconhece que as desigualdades de gênero, incluindo a discriminação e a opressão enfrentadas pelas mulheres, contribuem de forma significativa para várias doenças e problemas de saúde.

585

A subordinação de gênero resulta na perda de poder e autonomia, tornando as mulheres mais vulneráveis à violência e dificultando o acesso a serviços essenciais de saúde. Além disso, a interseccionalidade do gênero com raça/etnia, classe social e orientação sexual intensifica a desigualdade de gênero para grupos mais desfavorecidos. O impacto do racismo na saúde da população afrodescendente, especialmente na experiência de gestantes, é evidente; no entanto, o silêncio e a invisibilidade das experiências negras dificultam a percepção e redução da sífilis gestacional, o que pudemos verificar no caso campista.

A inclusão da variável raça/cor nos registros de saúde é complexa devido a resistências e dificuldades culturais e operacionais, requerendo sensibilização e capacitação contínuas dos profissionais de saúde. Neste contexto, a implementação de cursos de formação para os profissionais de saúde sobre a dimensão racial pode contribuir para a melhoria da qualidade da assistência prestada à população, especialmente em áreas com alta incidência de sífilis gestacional.

É importante ainda destacar a educação em saúde, no sentido de mobilizar a consciência da população sobre os riscos da sífilis e a importância do pré-natal para a saúde da gestante e do bebê.

À luz dessas reflexões, constatamos que se torna fundamental que o SUS aprimore seus processos de trabalho, considerando as diferentes esferas de cobertura assistencial e os cuidados contingentes, ainda que reconheça que essas questões ultrapassam a realidade dos serviços de saúde e expressem elementos históricos e estruturais da sociedade do capital. Tendo em vista este contexto, complexo e multifacetado, é fundamental que as estratégias para a promoção da equidade em saúde sejam pautadas por uma análise crítica e contextualizada da questão racial, levando em conta não apenas os aspectos técnicos e normativos, mas também os elementos culturais, sociais e históricos que influenciam a dinâmica das relações raciais e a construção das desigualdades em saúde. Elementos que, analisados de forma crítica, são expressões da determinação social da saúde, de natureza estrutural e conjuntural, vinculada à sociedade do capital e as relações capitalistas.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Cristiane Andréa Locatelli de; TANAKA, Oswaldo Yoshimi. Perspectiva das mulheres na avaliação do Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 98–104, fev. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/Bmr3tGsD4ws4Tbq5yMG95gt/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 02 mar. 2023.
- ALMEIDA-FILHO, Naomar. Mais além da determinação social: sobredeterminação, sim! *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n.12, p. 1-4, Dez. 2021. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1597/mais-alem-da-determinacao-social-sobredeterminacao-sim>. Acesso em: 15 out. 2022.
- ALVARENGA, Flávia Ribeiro de. *Formação sociohistórica do subdistrito de Guarus em Campos dos Goytacazes – RJ: um processo de segregação*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, 2020.
- ALVARENGA, Flávia Ribeiro de, SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. A segregação presente na cidade de Campos dos Goytacazes: as margens opostas do Rio Paraíba do Sul. In: *Seminario de integração UCAM, XVIII, 2019*, Campos dos Goytacazes. Anais. Disponível em: <https://seminariodeintegracao.ucamcampos.br/wpcontent/uploads/2019/12/A-segrega%C3%A7%C3%A3o-presente-na-cidade-de-Campos-dosGoytacazes-As-margens-opostas-do-Rio-Para%C3%ADba-do-Sul.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2022.
- ASSIS, Renan Lubanco. *Morador de Custodópolis e morador de Guarus: a moradia como um símbolo de estigma na cidade de Campos dos Goytacazes-Rj*. Tese (doutorado em sociologia política). Universidade Federal Fluminense. Centro de Ciências do Homem, 2016.
- BARBOSA, Isabele Ribeiro. Carga de doenças infecciosas e parasitárias na população negra do Brasil: a marca de um povo negligenciado. In: BARBOSA, Isabelle Ribeiro; AIQUOC, Kezauyn Miranda; SOUZA, Talita Araujo de (org.). *Raça e saúde: múltiplos olhares sobre a saúde da população negra no Brasil*. Natal, RN: EDUFRN, 2021, p. 102–115. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/44949/3/Ra%C3%A7a-e-Sa%C3%ADde_Barbosa_Aiquoc_Souza_2021.pdf. Acesso em 02 mai. 2023.

- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 344, de 1º de fevereiro de 2017. *Dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde*. Brasília/DF, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0344_01_02_2017.html. Acesso em: 20 jun. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis*. Brasília/DF, 2022.
- CALDANA, Nárima; DIAS, Cleusa Cascaes; WISS, Caroline Roland; CRUZ, Mariana de Carvalho; CASTRO, Victória Leoni Pardi de. Sífilis na gestação da adolescente em ribeirão preto: um Panorama da última década. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v.4, n.1. p. 926-934, Jan./Fev. de 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/22965#:~:text=CONCLUS%C3%83O%3A%20Observou%2Dse%20um%20crescimento,a%20preven%C3%A7%C3%A3o%20de%20novos%20casos>. Acesso em: 20 maio 2023.
- CARVALHO, Giliane Alves de. *Determinação social da Saúde e Serviço Social: concepções que norteiam o trabalho do/a Assistente Social no atual contexto do SUS*. 131 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- CAVALCANTE, Gerlane Silva; PAULA, Maria Dulcilene do Nascimento Araujo de; NASCIMENTO, Natiele Silva, CONCEIÇÃO, Matilde da Silva; SOUZA, Christopher Wando da Silva; COSTA, Ruth Silva Lima da. Sífilis em gestantes no Acre: uma análise do período compreendido entre 2015 a 2020. *Rev Enferm Contemp*. Out, 2021, p. 233-240. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3378rec.v10i2.3852>. Acesso em: 01 jun. 2023.
- CONCEIÇÃO, Hayla Nunes da; CÂMARA, Joseneide Teixeira; PEREIRA, Beatriz Mourão. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p. 1145-1158, Out-Dez 2019. Disponível em: DOI: 10.1590/0103-1104201912313. Acesso em: 02 jun. 2023.
- DUARTE, Geraldo. Extensão da Assistência Pré-natal ao Parceiro como Estratégia de Aumento da adesão ao Pré-natal e Redução da Transmissão Vertical de Infecções. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*. v. 29, n. 4, p. 171-174, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgo/a/Z3v8fgxWCRsrTvMCjrHTYBh/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- GARBOIS, Júlia Arêas; SODRÉ, Francis; DALBELLO-ARAUJO, Maristela. Da noção de determinação social à de determinantes sociais da saúde. *Saúde em Debate*, v. 41, n. 112, p. 63–76, Jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ymxpLJDTkd5vPh5QL9YGJzq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. *Revista Katálysis*, v. 21, n. 3, p. 514–522, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfrRWwjtFN/#ModalTutors>. Acesso em: 12 mai. 2023.
- LAFETÁ, Kátia Regina Gandra; Hercílio Martelli, JÚNIOR; SILVEIRA, Marise Fagundes; PARANAÍBA, Lívia Máris Ribeiro. Sífilis materna e congênita, subnotificação e difícil controle. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. Montes Claros, v. 19, p.63-74, Jan./Mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/dD66wTDCqQrXG3tzt6PqDYx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 maio 2023.
- LAURELL, Asa Cristina. A saúde-doença como processo social. In: NUNES, E. D. (org.). *Medicina social: aspectos históricos e teóricos*. São Paulo: Global, 1983. p. 133-158.

- LÓPEZ-ARELLANO, Oliva; ESCUDERO, José C.; CARMONA, Luz D. Los determinantes sociales de la salud: una perspectiva desde el Taller Latinoamericano de Determinantes Sociales de la Salud, Alames. *Medicina Social*, v. 3, n. 4, p. 323-335, 2008. Disponível em: <http://www.socialmedicine.info/index.php/medicinasocial/article/viewFile/260/538>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- MACEDO, Vilma Costa de *et al.* Fatores de risco para sífilis em mulheres: estudo caso controle. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 51, n.78, p.1-12, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/NQhm4fVf7cqDnvDMGQpmGsD/?lang=en>. Acesso em: 3 abr. 2023.
- MEDEIROS, Clara Lua Silva; SILVA, Marcelo Wener. Mobilidade Urbana e Participação Popular em Campos dos Goytacazes-RJ. In: *XVII ENANPUR*. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/1458/1437>. Acesso em 3 abr. 2023.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Determinação social, não! Por quê? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 12, p. 1-12, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00010721>. Acesso em: 2 mar. 2023.
- MOREIRA, Márcia Chaves. *Determinação social da saúde*: fundamento teórico conceitual da reforma sanitária brasileira. Porto Alegre, 2013. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- MOTTA, Daniele. Do universal ao específico: entrelaçando gênero, raça e classe. *Cadernos Cemarx*, Campinas, SP, n. 11, p. 71-88, jan./dez. 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/11291>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- NASCIMENTO, Ana Maria Guedes do; BARBOSA, Constança Simões; MEDRADO, Benedito. Mulheres de Camaragibe: representação social sobre a vulnerabilidade feminina em tempos de AIDS. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.*, Recife, v. 5, n. 1, p. 77-86, Mar. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292005000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 05 jun. 2023.
- OLIVEIRA, Roberta Gondim de. Sentidos das Doenças Negligenciadas na agenda da Saúde Global: o lugar de populações e territórios. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 7, p. 2291-2302, jul. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Zs9vNx7xqcc3XrjsmdSCRFm/>. Acesso em: 14 abr. 2023.
- PREFEITURA Municipal de Campos (PMC). *Perfil Campos, 2018*. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/newdocs/1542233062PERFILCAMPOS2018.pdf>. Acesso em 13 jun. 2023.
- RATCLIFFE, Peter. Segregação. In: Ellis CASHMORE, Ellis; BANTON, Michel [et al.]. *Dicionário de Relações étnicas e Raciais*, São Paulo: Selo Negro, 2000. P. 504-508.
- REINEHR, Jaciane Pimentel Milanezi. *SILENCIOS E CONFRONTOS*: a saúde da população negra em burocracias do Sistema Único de Saúde (SUS). Tese (Doutorado). Programa de PósGraduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2019.
- ROCHA, Ivanilde Marques da Silva; BARBOSA, Vanilda Silva de Souza; LIMA, Anderson Luiz da Silva. Fatores que influenciam a não adesão ao programa de pré-natal. *Revista Recien - Revista Científica de Enfermagem*, São Paulo, ano 2017, v. 7, n. 21, p.21-29, 2017. Disponível em: <https://recien.com.br/index.php/Recien/article/view/143#:~:text=Fatores%20como%3A%20desigualdades%20regionais%2C%20sociais,e%20apoio%20tamb%C3%A9m%20s%C3%A3o%20influ%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- ROSA, Cristiane Quadrado da; SILVEIRA, Denise Silva da; COSTA, Juvenal Soares Dias da. Fatores associados à não realização de pré-natal em município de grande porte. *Rev. Saúde*

- Pública, São Paulo, v. 48, n. 6, p. 977-984, Dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102014000600977&lng=en&nrm=isso. Acesso em 20 maio 2023.
- SANTOS, Andreia Beatriz Silva dos.; COELHO, Thereza Christina Bahia.; ARAÚJO, Edna Maria de. Identificação racial e a produção da informação em saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 17, n. 45, p. 341–356, abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/zXf8X69fsshHLhqsRLr7Rdm/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 21 abr. 2023.
- SILVA, Jhon Lennon Jardim da; PINHEIRO, Patrícia; FREITAS, Milena Cordeiro de; ARAÚJO, Rosemary Negreiros de; SILVA, Maria Helena Cariaga. Serviço Social, Território e Questão Social: uma revisão teórica-metodológica. *Revista de Casos e Consultoria*, Natal, RN, v. 13, n.1, p.1-16, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/30418/16234>. Acesso em: 23 maio 2023.
- SILVEIRA, Camila Rocha; COSTA, Letícia Falkenbach; FERNANDES, Morgana Thais Carollo; FONTENELE, Raquel Malta. Papel do enfermeiro na inserção dos parceiros no pré-natal e tratamento de gestantes com sífilis. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 12, n. 11, p. e4741, 27 nov. 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saudé/article/view/4741>. Acesso em: 01 jun. 2023.
- SOUZA, Nilene dos Santos. Sífilis em gestantes como expressão da questão social: um estudo a partir do Programa Municipal IST/AIDS em Campos dos Goytacazes (RJ). Campos dos Goytacazes (RJ), 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharel em Serviço Social - Universidade Federal Fluminense, 2021.
- SOUZA, Nilene dos Santos. A SÍFILIS GESTACIONAL E SUA DETERMINAÇÃO SOCIAL: Estudo das particularidades de raça, classe, gênero e território no Centro de Testagem e Aconselhamento em Campos dos Goytacazes, RJ. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense – Escola de Serviço Social, Niterói, 2023.
- SOUZA, Nilene dos Santos; MORAES, Carlos Antonio de Souza. Determinantes sociais da Saúde e sífilis gestacional: estudo realizado no Programa Municipal IST/Aids, no Norte Fluminense. Sociedade em Debate, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 197-212, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47208/sd.v27i3.2960>. Acesso em 21 mar. 2023.
- SPOSATI, Aldaíza. Território e gestão de políticas sociais. *Serviço Social em Revista*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 05–18, 2013. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/18423>. Acesso em: 22 mai. 2023.
- TOMASI, Elaine; FERNANDES, Pedro Agner Aguiar; FISCHER, Talita; SIQUEIRA, Fernando Carlos Vinholes; SILVEIRA, Denise Silva da; THUMÉ, Elaine; DURO; Suele Manjourany Silva; SAES, Mirelle de Oliveira; NUNES, Bruno Pereira; FASSA, Ana Claudia Gastal; FACCHINI, Luiz Augusto. Qualidade da atenção pré-natal na rede básica de saúde do Brasil: indicadores e desigualdades sociais. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 1-11, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Ltr3JY8CdWTkbxmhTTFJsNm/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

Assistência multiprofissional em saúde e prontuário hospitalar: elementos para a reflexão no Serviço Social

Multiprofessionality Health care and hospital records:
elements for reflection in Social Work

Marcela Gonçalves de Araújo *

Marina Monteiro de Castro e Castro **

Resumo: O prontuário hospitalar é um documento importante para a assistência à saúde, por conter o histórico de saúde dos usuários, por seu caráter legal e por ser um instrumento de comunicação entre a equipe multiprofissional. Com base na Residência Multiprofissional Hospitalar, este artigo apresenta reflexões para o Serviço Social a partir de uma perspectiva multiprofissional, discorrendo sobre a categoria da linguagem e a questão do sigilo profissional, além de fazer apontamentos sobre a sociabilidade capitalista e o impacto da pandemia de covid-19 na digitalização dos prontuários. Para tal, foi realizada revisão bibliográfica, análise documental da legislação e de normativas profissionais sobre o tema proposto. Com base neste estudo, constata-se a linguagem como categoria fundamental para o valor documental e instrumental do prontuário hospitalar, cujo formato eletrônico apresenta benefícios, mas reforça a necessidade de ampliação do debate sobre o sigilo profissional.

Palavras-chaves: Prontuário hospitalar; Saúde; Multiprofissionalidade; Serviço Social.

Abstract: Hospital records are important documents for healthcare, as they contain the health history of users, are legally binding, and are a communication tool for multidisciplinary teams. Based on the Hospital Multidisciplinary Residency, this article presents reflections for Social Work from a multidisciplinary perspective, discussing the category of language and the issue of professional secrecy, in addition to making notes on capitalist sociability and the impact of the COVID-19 pandemic on the digitalization of medical records. To this end, a bibliographic review and documentary analysis of legislation and professional regulations on the proposed topic were carried out. Based on this study, language is seen as a fundamental category for the documentary and instrumental value of hospital records, whose electronic format presents benefits, but reinforces the need to expand the debate on professional secrecy.

Keywords: Hospital records; Multiprofessionality; Health; Social Work.

* Assistente social. Especialista em Residência Multiprofissional em Atenção Hospitalar. Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6360-8692>

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). Professora associada da Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF). Tutora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Adulto (HU/UFJF). Membro do Grupo de Estudos, Pesquisas e extensão dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS – FSS/UFJF). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9027-4659>

Introdução

O prontuário hospitalar é um importante objeto de estudo de pesquisadores da área da saúde, especialmente no âmbito da saúde coletiva. Entre os aspectos deste objeto que geram debates, destacam-se a sua importância enquanto instrumento de registro do trabalho da equipe de assistência multiprofissional à saúde e de afirmação da integralidade do cuidado (Mesquita; Deslandes, 2010; Fujimori; Prado, 2006; Vasconcelos *et al.*, 2008), a importância do registro adequado e a qualidade do atendimento ao usuário (Pavão *et al.*, 2011) e a questão do sigilo profissional (Mesquita; Deslandes, 2010; Rodrigues; Sampaio, 2014).

A caracterização do prontuário hospitalar enquanto documento valioso para os usuários, a questão da linguagem e o cuidado com sua utilização são também pontos importantes na discussão do tema. Além disso, chama atenção o avanço tecnológico que possibilitou a implementação do prontuário hospitalar no formato eletrônico, especialmente o rápido crescimento de recursos digitais durante a pandemia do novo coronavírus (Celuppi *et al.*, 2021).

O prontuário hospitalar é redigido com os registros dos profissionais, que descrevem as intervenções realizadas (seja no contato direto ou indireto com o usuário). Portanto, as informações constantes no prontuário não são meras anotações ou relatos, mas registros documentais. Isso significa que, para redigir o prontuário hospitalar de um usuário, seja impresso ou eletrônico, o profissional precisa dedicar um momento para essa ação dentro de sua jornada de trabalho, pois é, de fato, parte do trabalho.

Assim, o manuseio e o registro no prontuário do usuário não é um mero trabalho burocrático, não é apenas a obrigação institucional de registrar o que foi feito, mas é a obrigação ética de zelar, registrar, refletir sobre o que foi e poderá ser feito pelo usuário, acompanhado da ciência de que todas as categorias que prestam cuidados podem — e devem — acessar o que está escrito. Por isso, tomando a saúde em sua dimensão mais ampla, não se deve perder de vista que o prontuário é um instrumento do trabalho multiprofissional em saúde, constituindo-se como uma forma de comunicação interprofissional em que a linguagem aparece como categoria fundamental e insuprimível das relações sociais.

No âmbito do Serviço Social entendemos, a partir de Matos (2013), que o prontuário é um documento de registro do trabalho profissional que contribui com o trabalho de outros profissionais, e a redação textual ali contida é formada por uma opinião técnica do assistente social sobre o acompanhamento junto aos usuários e/ou familiares. No entanto, Matos (2013) afirma que há fragilidades dos registros profissionais do Serviço Social, seja pela não clareza da redação ou pelo esvaziamento de seu conteúdo.

Desta forma, com o intuito de avançar com este debate na profissão, o presente artigo parte de uma análise multiprofissional sobre o prontuário e indica, a partir destes elementos, reflexões para o trato deste documento.

Para debater os elementos expostos acima, foi realizada revisão bibliográfica, buscando obras e artigos relativos ao tema e pertinentes ao objeto de estudo, assim como análise documental, recorrendo a leis, normas e resoluções de conselhos profissionais que contemplam a temática.

Para que o prontuário eletrônico, que proporciona maior facilidade de acesso aos profissionais, cumpra uma de suas funções, que é a de “atuar como mediador da comunicação intraequipe de saúde e da comunicação dessa equipe com o usuário [...]” (Mesquita; Deslandes, 2010, p. 664), um dos desafios que se apresenta é o do uso adequado da linguagem - que preserve a terminologia técnica específica de cada categoria, mas que mantenha também um enunciado dotado de significado para as demais categorias e também para os usuários. Outras questões que se colocam é a do sigilo e a de como as categorias profissionais compreendem os registros e o prontuário hospitalar, sendo esse um documento insuprimível dos atendimentos em saúde.

É importante destacar ainda que este artigo é produto de experiência em residência multiprofissional em atenção hospitalar e busca contribuir com o trabalho profissional em hospitais.

Prontuário hospitalar: documento central da assistência à saúde

O prontuário hospitalar é um documento. Portanto, para analisar os aspectos que envolvem o debate sobre o prontuário é imprescindível a compreensão do que seja um documento. Outro elemento fundamental a ser apreendido é a categoria linguagem, pois a linguagem, em suas mais variadas formas de expressão, é elemento constitutivo de qualquer documento.

Sendo o prontuário hospitalar o objeto deste artigo, trataremos aqui de uma das formas de documento e uma das formas da expressão da linguagem: o documento textual:

Um documento, portanto, é material, possui uma intenção em evidência, sendo passível de ser organizado e tratado para ser disseminado, cujo conteúdo apresenta uma tematicidade específica e delimitada, expressa, textualmente, com coesão, coerência, que se consubstanciam em informação, aceita (reconhecida) em um dado contexto (situacionalidade) (Fujita *et al.*, 2012, p. 139).

Conforme a definição acima, o documento textual, necessariamente, deve ser coeso e coerente e, portanto, bem estruturado no tocante às palavras que o compõem e nas ideias que o permeiam.

Esta análise segue ainda a perspectiva de que a linguagem é uma categoria central para as relações sociais e que expressa de diversas formas a realidade dos sujeitos. Na esteira do pensamento marxiano, a linguagem é insuprimível na constituição do homem enquanto ser social, sendo a capacidade de comunicar-se por meio da linguagem fruto da consciência, assim como o trabalho planejado, o que distingue os homens dos animais:

[...] tão antiga quanto a consciência — a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens (Marx e Engels, 2007, p. 34-35).

Ao dominar a natureza, pensar sobre as ações e planejar o trabalho, o homem passa a precisar se comunicar, criando cada vez mais elaboradas formas de troca de informações. Sobre isso, Engels (1876, p. 3) propunha que

[...] o desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, e ao mostrar assim as vantagens dessa atividade conjunta para cada indivíduo, tinha que contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade. Em resumo, os homens em formação chegaram a um ponto em que tiveram necessidade de dizer algo uns aos outros. A necessidade criou o órgão: a laringe pouco desenvolvida do macaco foi-se transformando, lenta mas firmemente, mediante modulações que produziam por sua vez modulações mais perfeitas, enquanto os órgãos da boca aprendiam pouco a pouco a pronunciar um som articulado após outro.

593

Depreende-se, portanto, que “a comparação com os animais mostra-nos que essa explicação da origem da linguagem a partir do trabalho e pelo trabalho é a única acertada” (Engels, 1876, p. 3).

Prosseguindo a análise à luz da teoria marxiana, vemos que o desenvolvimento do sistema capitalista gerou, além do enriquecimento exponencial da classe burguesa, o empobrecimento igualmente exponencial da classe trabalhadora. À medida que a sociedade se transforma e as relações se complexificam, o domínio da burguesia avança para os campos mais particulares da vida humana, sendo possível, inclusive, a criação de necessidades de consumo e de formas de comunicação antes sequer imaginadas. Assim, o domínio dos padrões e dos valores do que é tido como certo ou errado, os padrões morais, tendem a ser impostos pela dinâmica da sociabilidade capitalista.

A linguagem, dessa forma, constitui-se como uma categoria, um conjunto de signos que homens e mulheres utilizam para estabelecer comunicação entre si e que perpassa todas as

esferas da vida humana. Além das características cognitivas — de codificação e decodificação das informações — a linguagem, como categoria intrínseca à relação entre os seres humanos, também é atravessada pela correlação de forças presente em uma determinada sociabilidade, de modo que os valores dela decorrentes são expressos nas formas de linguagem e nos padrões ético-morais estabelecidos.

Assim, o documento, enquanto objeto dotado da potencialidade de interferir na vida das pessoas, possui um significado social, cuja linguagem — ainda que técnica e pautada pela objetividade — acaba por refletir o contexto em que é criado, bem como a intencionalidade, a orientação ético-política e a posição social de quem o produz, além das relações de poder nas quais se encontram inseridos seu autor e a instituição à qual este se vincula.

Nestas circunstâncias, o prontuário hospitalar é um documento que possui uma série de leis e normas que o regulamentam, além de ser indispensável para os atendimentos aos usuários da saúde. Em suma, os prontuários guardam a história e as condutas do atendimento, registrando a circulação do usuário pelos serviços e as intervenções das diversas categorias profissionais que lhe prestam assistência. Cada categoria faz uso do próprio discurso técnico, típico de sua profissão. Os profissionais devem fazer os seus registros sob o domínio da norma culta e denotativa da linguagem, do modo mais cuidadoso e fidedigno possível, pois o documento-prontuário pode vir a subsidiar outros documentos ou ser ele mesmo apresentado pelo próprio usuário na defesa de algum interesse. Assim,

[...] tratado aqui como registro em saúde, prontuário é definido como documento único, constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas com base em fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo (Vasconcelos *et al.*, 2008, p. 173-174).

É importante destacar que, sendo o prontuário um documento composto por informações relativas ao paciente, é seu direito acessá-las em sua integralidade. O subsídio legal desta matéria encontra-se, primeiramente, na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 5º, em que “é assegurado a todos o acesso à informação [...]” (Brasil, 1988). O artigo 5º, estabelece também que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação[...]” (Brasil, 1988).

A partir da Carta Magna de 1988, uma série de leis que dispõem sobre a privacidade e a proteção de dados vem entrando em vigor, robustecendo o arcabouço jurídico para resguardar

o direito à privacidade e ao sigilo aplicado ao prontuário e às demais informações de saúde dos indivíduos.

Destacamos que este debate compõem as lutas em torno do direito à saúde e da humanização do acesso e assistência nos serviços de saúde. Ou seja, o entendimento do prontuário enquanto do usuário, o acesso a informação, a garantia do registro do tratamento de saúde, são componentes intrínsecos a conformação do direito à saúde enquanto parte do movimento e da luta coletiva da população brasileira em torno do cuidado integral e de uma assistência em saúde pública, estatal e de qualidade.

Em tempos mais recentes, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), por exemplo, nos termos dos artigos 17 e 18, determina que “toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade” (Brasil, 2018a); bem como, nos termos de seu Artigo 5º, estabelece que o tratamento de dados pessoais envolve qualquer operação realizada com esses dados, tais como:

[...] a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração [...] (Brasil, 2018a).

Sobre esse tema, pode-se obter respaldo ainda no Código de Defesa do Consumidor, que, em seu artigo nº 72, estipula que constitui crime “impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros” (Brasil, 1990).

595

A preocupação com os cuidados, o manuseio, o armazenamento e o registro das informações dos usuários da saúde ampliou-se ainda mais a partir da informatização dos dados e do avanço da tecnologia da comunicação e da internet, momento em que elucidou-se a possibilidade de substituir o prontuário físico de papel pelo eletrônico.

Fazendo um resgate dos precedentes históricos desse processo, constata-se que o primeiro sistema de informação de saúde no Brasil foi desenvolvido na década de 1970 e dizia respeito aos registros de óbitos. Nos anos de 1990, já no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e com o avanço da informatização, foram incorporadas as novas possibilidades de armazenamento e acesso das informações de saúde por meio da internet (Cunha *et al.*, 2017).

No Brasil, a digitalização do prontuário hospitalar foi regulamentada no início dos anos 2.000 a partir da Resolução nº 1.639 de julho de 2002, do Conselho Federal de Medicina (CFM). Com o aprimoramento das tecnologias e a difusão dos sistemas de digitalização, tratamento e armazenamento de dados dos cidadãos, foi criada a referida LGPD em 2018. Ainda nesse mesmo ano, foi promulgada a Lei nº 13.787, de 27 de dezembro, que dispõe sobre a

“digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente”, determinando que “no processo de digitalização será utilizado certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ou outro padrão legalmente aceito” (Brasil, 2018b).

Sumariamente, o prontuário eletrônico vem sendo implantado nas unidades hospitalares, “não só para substituir o prontuário em papel, mas também para elevar a qualidade da assistência à saúde por meio de novos recursos e aplicações” (Silva, 2021, p. 4).

Como já posto, o acesso à informação é um direito do próprio usuário da saúde, do responsável ou de seu representante legal. No âmbito do SUS, pensando-se em prontuário hospitalar, aplica-se o exposto na Lei de Acesso à Informação (LAI), de novembro de 2011, que determina, no artigo 5º, que “é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (Brasil, 2011, s/p). Além disso, em seu artigo nº 31, esta lei dispõe que “o tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais” (Brasil, 2011, s/p).

É pertinente destacar que a pandemia do coronavírus decretada em 2020, conforme apresentado por Celuppi *et al.* (2021, p. 2), “forçou uma mudança no modelo tradicional de atendimento”, provocando um rápido desenvolvimento tecnológico não só no Brasil, mas no mundo. Observou-se o aumento do uso de dados, aplicativos e recursos como o teleatendimento e a telemedicina, em decorrência das necessidades de mitigação do vírus da covid e distanciamento social desencadeada pela pandemia.

Nessa mesma perspectiva, discorrendo acerca da digitalização do trabalho no capitalismo em crise, Raichelis (2022) esclarece que

A expansão da digitalização do trabalho e de modalidades de trabalho on-line, como o home office, e as distintas formas de trabalho remoto — teletrabalho, teleatendimento, tele-educação, teleconsultas médicas, teleterapias etc., existentes até então de modo residual —, com a pandemia do novo coronavírus passaram a ser adotadas em larga escala, em todas as áreas e setores do mercado de trabalho público e privado [...] (Raichelis, 2022, p. 10).

Identifica-se, assim, que as práticas tecnológicas fomentadas pela pandemia da covid-19 se mantiveram e ampliaram, à medida que a digitalização e a informatização, inclusive pelo aumento de dispositivos como smartphones, tablets e computadores em uso, deixou de ser uma tendência, no caso brasileiro, para tornar-se a realidade imposta pelo coronavírus (Souza, 2020).

Tal condição impactou diversas dimensões da vida e das relações sociais, inclusive em vista da característica exploratória do capitalismo, que sempre assume novas estratégias em

seus momentos de crise. Em outras palavras, a difusão da tecnologia cria novas possibilidades e facilidades, mas, sobretudo, cria novas formas de exploração. Portanto, a pandemia da covid-19, inscrita nas dinâmicas das relações sociais capitalistas, desencadeou e acelerou a necessidade da utilização de recursos digitais, diminuindo o contato físico e ampliando a rede de contatos virtuais.

Localizam-se, neste contexto, os atendimentos e registros virtuais em saúde, como o prontuário hospitalar, que acelerou a comunicação e a troca de informações entre profissionais, instituições, redes e serviços de saúde.

Prontuário hospitalar e equipe de saúde: apontamentos para o Serviço Social

É indiscutível que, quando se pensa em prontuário hospitalar, a associação desse documento à imagem do médico ocorre automaticamente, como se essa categoria fosse a única responsável pela estruturação de registros e prontuários. De fato, a gênese da elaboração de documentos em saúde é médico-centrada, com normas e regulamentações focadas nessa categoria, como as resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM) sobre o tema. É comum, aliás, o uso do termo “prontuário médico”, apesar deste vir sendo gradualmente substituído por “prontuário do paciente” - em decorrência do espraiamento da concepção ampliada de saúde, desde o Movimento da Reforma Sanitária dos anos 1970 no Brasil, e as “transformações na relação médico-paciente” (Patrício *et al.*, 2011).

Desta forma, não se trata, assim, de desconsiderar a importância das resoluções do CFM.¹ Afinal, por se tratar de um documento acessado por vários profissionais dentro de uma equipe multiprofissional, o prontuário hospitalar precisa estar respaldado e regulamentado por leis. Além disso, é importante ressaltar que o objetivo da legislação vigente é, acima de tudo, proteger e garantir o direito ao sigilo das informações pessoais dos usuários dos serviços de saúde.

O uso do termo “prontuário médico” é decorrente da centralidade médica na própria história da saúde, que em sua trajetória foi vista eminentemente como ausência de doença e atrelada a figura do médico - sujeito responsável pela reversão do adoecimento do corpo, ou seja, centrado nos aspectos biológicos da doença. Na perspectiva biomédica, não são consideradas as desigualdades produzidas pelo sistema capitalista, o qual, conforme já mencionado no ponto anterior, implica no empobrecimento exponencial da classe que necessita de sua força de trabalho para sobreviver. A partir desta premissa, este trabalho segue a linha de

¹ Cf. Resolução CFM nº 1.931/2009, Resolução CFM nº 1.605/2000, Resolução CFM nº 1.638/2002, Resolução CFM Nº 1.821/2007, Recomendação CFM nº 3/2014 e Resolução CNS 466/12.

que a saúde deve ser entendida de modo indissociável das relações de poder e de exploração na sociabilidade capitalista e, portanto, indissociável do fenômeno da “questão social”.

Compreender a posição do sujeito na dinâmica das forças produtivas e os rebatimentos que essa posição implica para a saúde é tão importante quanto o exame biológico do corpo. Não se trata de dizer que as expressões da “questão social” são mais ou menos importantes a serem consideradas do que o fator biológico no debate sobre saúde. Trata-se de afirmar que o fator biológico e a determinação social do processo saúde-doença, em suas diversas expressões, devem ser inseparáveis nessas análises. A relação entre as expressões da “questão social” e o processo saúde-doença nos mostra que certa parcela da população carece de meios para realizar a sua reprodução social de forma a atender satisfatoriamente suas necessidades físicas, emocionais e materiais, o que incide em condições de vida e trabalho que propiciam o adoecimento (Castro; Leal, 2021, p. 86).

Tendo em vista as transformações de concepção de saúde, a defesa da multiprofissionalidade e da determinação social do processo saúde-doença, entendemos que os termos mais adequados seriam “prontuário do usuário dos serviços de saúde” ou, ao se tratar especificamente do âmbito hospitalar, “prontuário hospitalar”.

Prosseguindo com a análise, para que um texto escrito por um profissional da saúde se torne um documento, é necessário que tenha significado e valor, conforme apresentado no tópico anterior. Ou seja, precisa de uma intencionalidade de quem o escreve e precisa fazer sentido para quem o lê ou o recebe.

Ademais, um documento como o prontuário hospitalar, conforme a legislação e as normas estabelecidas,² só possui validade jurídica se nele estiver explícita a autoria de quem o escreveu, por um meio que permita a comprovação de sua autenticidade. Portanto, o prontuário hospitalar deve conter informações que tenham a clara identificação não só do usuário, mas também dos profissionais que as redigiram, sendo estes responsáveis por tais informações.

A identificação desses profissionais é realizada, geralmente, por meio de assinatura e carimbo que contém o número de registro estabelecidas por seus Conselhos profissionais. Assim, ao solicitar uma cópia do prontuário (usufruindo de um direito previsto por lei), o usuário, o seu representante legal ou autoridade competente, consegue identificar o profissional, a competência técnica de quem escreveu a informação e a autenticidade das informações.

A possibilidade de substituir o prontuário de papel pelo eletrônico apresenta uma série de vantagens, como a facilidade de acesso e manuseio pelos profissionais, além de maior

² Vide a Resolução CFM nº 1.821/2007 e o Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020 (Brasil, 2020).

dificuldade de extravio, já que o papel pode ser perdido ou danificado. Além disso, considera-se que a digitalização das informações contribui para o fim do excessivo consumo de papel nas instituições de saúde. No entanto, para que o prontuário de papel seja substituído pelo prontuário eletrônico, é necessária a implantação, de forma total, da tecnologia de assinatura ou certificação eletrônica que atenda a padrões de segurança validados.

Outro elemento de destaque é que a digitalização dos registros dos atendimentos é realizada por variadas categorias e profissionais, ampliando a facilidade de acesso às informações do usuário. Desta forma, tal fato requer posturas profissionais qualificadas e um arcabouço legal do Estado e dos Conselhos Profissionais que vise a proteção do sigilo, a preservação da imagem e o cuidado ético com as informações dos usuários, especialmente, na relação intraequipe.

No âmbito das regulamentações profissionais, o Código de Ética Médica determina claramente que o profissional da medicina não pode se negar a disponibilizar as informações para os seus pacientes, salvo em circunstâncias extraordinárias (Conselho Federal de Medicina, 2019). No entanto, é importante destacar que não cabe apenas ao profissional da medicina saber que as informações contidas no prontuário hospitalar podem ser requeridas e acessadas pelo usuário. Todos os profissionais envolvidos na assistência precisam estar cientes, com base nos princípios fundamentais estabelecidos na Constituição Federal e nas demais legislações congêneres, que o acesso à informação sobre o que lhe diz respeito é direito do cidadão.

Além de conhecer o conteúdo, compreender o histórico de seu acompanhamento de saúde e ter acesso ao relato das intervenções realizadas, o usuário pode solicitar uma cópia de seu prontuário, por exemplo, para fins judiciais e para apresentá-la como prova em uma ação na qual pese a seu favor elementos contidos no prontuário hospitalar; assim como alguma autoridade jurídica pode solicitá-la para embasar a defesa ou acusação imputada a usuários dos serviços de saúde. Dessa forma,

Ressalta-se que o prontuário é um instrumento do paciente, integrando um sistema de registro que deve conter dados de identificação e relativos à história do indivíduo na interface entre processo de adoecimento e situação social de forma comprehensível. Para a equipe de saúde, o registro é material sigiloso, cujo acesso é facultado apenas aos profissionais envolvidos no atendimento e aos usuários a que se referem (Mesquita; Deslandes, 2010, p. 666).

O prontuário é, portanto, um documento extremamente valioso não só para os profissionais e para a instituição de saúde, mas também para o usuário.

Mesquita e Deslandes (2010) realizaram uma análise documental de prontuários em dois serviços de saúde especializados em pré-natal de adolescentes de determinada localidade. No estudo, as autoras identificaram que, em um desses serviços, onde predominava a lógica do

prontuário único para ambulatório e internação, faltavam nesses documentos registros de profissionais de Psicologia e Serviço Social. No entanto, as autoras relatam que essas mesmas categorias mantinham cadernos e agendas separados, guardados em suas salas, com anotações sobre os atendimentos às usuárias do serviço, buscando a manutenção do sigilo. As pesquisadoras concluíram, então, que nessa unidade de saúde, “a equipe não se comunicava através de prontuários, fruto de uma prática que, particularmente, não contribui para o desenvolvimento de ações interdisciplinares” (Mesquita; Deslandes, 2010, p. 669).

É incontestável que o registro adequado no prontuário das intervenções realizadas pelos profissionais dos serviços de saúde é fundamental para a qualidade assistencial (Bombarda e Joaquim, 2022) e que a manutenção do sigilo sobre as informações dos usuários, resguardadas por legislação, é responsabilidade tanto desses profissionais quanto das instituições que realizam os atendimentos. Contudo, uma preocupação recorrente trazida pelo Serviço Social na relação com a equipe profissional no âmbito da experiência de Residência que subsidiou este artigo é: quais são os “limites do sigilo” para que a falta de registro no prontuário não acabe incorrendo em omissão de informações e colocação de entraves à comunicação entre a equipe multiprofissional, bem como ao acesso dos usuários aos seus direitos?

A esse respeito, pensando o prontuário no ambiente hospitalar e à luz das constatações apresentadas pela pesquisa de Mesquita e Deslandes (2010), apontamos aqui as considerações das autoras referentes a algumas categorias profissionais.

Profissionais como psicólogos e assistentes sociais, inseridos na equipe multiprofissional, pela própria natureza da profissão, colocam-se diante das subjetividades das pessoas atendidas, acessando campos da história de vida das pessoas e suas famílias que, muitas vezes, outros membros da equipe de saúde não acessam. Certamente, a Psicologia e o Serviço Social, assim como a Medicina e a Enfermagem, apresentam a questão do sigilo em seus respectivos códigos de ética profissional, mas o que difere psicólogos e assistentes sociais dos demais profissionais da saúde é que as suas intervenções não são voltadas primordialmente para a dimensão biológica do sujeito. Psicólogos tem acesso à dimensão privada da vida do usuário” (Mesquita; Deslandes, 2010, p. 668); e os assistentes sociais atuam sob as variadas expressões da “questão social”, e como “tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc.” (Iamamoto, 2000, p. 27-28).

A resolução nº 001/2009 do Conselho Federal de Psicologia, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro dos atendimentos psicológicos, em seu artigo 6º determina que em trabalho multiprofissional “o registro deve ser realizado em prontuário único” e “devem ser registradas apenas informações necessárias ao cumprimento dos objetivos do trabalho”

(Conselho Federal De Psicologia, 2009).

Quanto ao Serviço Social, não existe nenhuma resolução que traga matéria específica sobre prontuário hospitalar ou prontuário dos usuários da saúde. Nos Parâmetros para Atuação do Serviço Social na Saúde há indicações de que uma das funções do Serviço Social é

formular estratégias de intervenção profissional e subsidiar a equipe de saúde quanto às informações sociais dos usuários por meio do registro no prontuário único, resguardadas as informações sigilosas que devem ser registradas em material de uso exclusivo do Serviço Social (Conselho Federal de Serviço Social, 2010, p. 45).

No entanto, considerando que o prontuário hospitalar é um documento, pode-se buscar subsídio para esse tema no próprio Código de Ética profissional, bem como nos Parâmetros de Atuação do Assistente Social na Saúde e na Resolução CFESS nº 557/2009, de 15 de setembro de 2009, que “dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais” (Conselho Federal De Serviço Social, 2009).

A brochura lançada pelo CFESS em 2022 sobre “Produção de documentos e emissão de opinião técnica em Serviço Social” também traz observações e pressupostos éticos ‘para registro e manuseio dos prontuários.

Importante destacar também a portaria conjunta dos Conselhos profissionais de Serviço Social, Psicologia e Fisioterapia e Terapia Ocupacional de Minas Gerais (2020) acerca dos prontuários eletrônicos. No lastro da pandemia, esses conselhos se articularam e estabeleceram uma portaria conjunta instituindo diretrizes gerais sobre o sigilo destes prontuários.

De uma forma geral, os profissionais devem entender que o trabalho em equipe multiprofissional requer a comunicação constante entre seus membros e que os registros nos prontuários caminham na perspectiva da integralidade do cuidado em saúde, na medida em que as informações registradas são relevantes para o atendimento ao usuário em todas as suas dimensões. Isso significa dizer que um sistema de registros, que busque a integralidade dos cuidados em saúde, precisa considerar o “amplo debate sobre sigilo profissional versus a concepção de saúde como construção coletiva, baseada no protagonismo dos sujeitos e na transparência da informação” (Mesquita; Deslandes; 2010, p. 672). Nesse sentido, registrar as intervenções respeitando o sigilo e qualificando o prontuário hospitalar como um documento significativo tanto para o trabalho em equipe e a instituição de saúde quanto para os usuários é uma tarefa que demanda um exercício ético e reflexivo constante dos profissionais envolvidos nos cuidados.

Fazer registros em um prontuário hospitalar não é meramente uma parte burocrática do trabalho, tampouco é “anotar procedimentos”, mas sim compor tecnicamente um documento

de extrema relevância, de forma que “o profissional está se expondo — tornando visível sua concepção de trabalho, capacidade de se comunicar, bem como os passos da sua intervenção” (Martins, 2017, p. 96).

Para o Serviço Social, as informações devem ter significado e possuírem um objetivo, que é justamente o interesse e os direitos do usuário (Rodrigues; Sampaio, 2014). Obviamente, o usuário precisa participar de todo o processo, estando no centro das intervenções, ter conhecimento de tudo o que lhe disser respeito e autorizar, diante da explicação de relevância, que as informações necessárias sejam compartilhadas com outros profissionais. Dessa forma,

O sigilo profissional não pode vir separado da reflexão ética, como se fosse uma simples questão técnica ou mesmo procedural. As questões que despertam e os dilemas que apresentam ao cotidiano do exercício profissional impelem a necessidade de uma postura analítica da realidade, da clareza do objetivo profissional, que não se deixe burocratizar ou tecnicificar [...] (Rodrigues; Sampaio, 2014, p. 92).

O Código de Ética do assistente social e as orientações referentes ao sigilo evidenciam que, no âmbito do atendimento direto aos usuários, cabe ao profissional avaliar o que é pertinente ou não ser compartilhado em um prontuário que será acessado por toda a equipe. Porém, esse é um exercício complexo que depende do contexto e das demandas apresentadas pelo usuário, pois “talvez não se trate de definir esquematicamente o que cabe à instituição e o que cabe ao profissional, mas refletir anteriormente qual é o direito que está sendo reclamado pelo demandante” (Rodrigues; Sampaio, 2014, p. 87-88). Além disso, o assistente social deve ter controle sobre a quantidade e a qualidade das informações solicitadas aos usuários, a fim de que a intervenção não se torne invasiva e com procedimentos redundantes (Martins, 2017).

Pensando a comunicação e o compartilhamento de informações entre os profissionais, é pertinente retornar às considerações referentes à categoria linguagem. Sendo a linguagem insuprimível da relação dos seres humanos entre si e fundamentalmente constitutiva de um documento, o profissional deve permanecer atento às formas e ao uso adequado da linguagem. Conforme já sinalizamos, a linguagem é atravessada pela correlação de forças presente em uma determinada sociabilidade. Médicos, assistentes sociais e demais profissionais imprimem as identidades de suas profissões nos documentos que elaboram, de forma que é possível também “perceber os pequenos poderes que perpassam nas interações desses grupos” (Magalhães, 2006, p. 23). Assim, a prática dos profissionais inseridos na assistência multiprofissional à saúde tende a seguir as regras de cada formação (Mesquita; Deslandes. 2010).

Para a comunicação clara entre a equipe, os prontuários e os registros dos atendimentos aos usuários não podem ser textos espontâneos e a sua construção deve se atentar as regras e convenções da gramática normativa (Martins, 2017). A linguagem deve ser técnica e formal,

mas também esclarecedora, evitando-se siglas e termos técnicos difíceis de serem compreendidos por outros profissionais ou pelos usuários — a menos que sejam explicados. Tal prática pode contribuir para desfazer a histórica centralidade da categoria médica no cuidado à saúde, que concede a essa profissão um *status* supostamente superior ou exclusivo. Além disso, como já ressaltado, para que tais registros façam sentido, é preciso que sejam claros e objetivos para as outras categorias, e não somente para os pares. É necessário, portanto, que todos os profissionais envolvidos considerem que o prontuário é uma das formas de comunicação entre a equipe e não mero registro burocrático.

Além disso, a comunicação e a linguagem, em um trabalho multiprofissional, também devem se desenvolver “face a face”, de modo que “um contato mais próximo entre locutor e interlocutor, facilita o esclarecimento de dúvidas [...] no entendimento do significado da mensagem que se quer transmitir” (Magalhães, 2006, p. 3). Dessa forma, se na leitura do prontuário ainda persistirem questionamentos sobre determinadas informações dos usuários que precisam ser acessadas, o profissional deve procurar o colega de equipe para entender o seu significado.

É necessário ainda qualificar os registros, citando a fala dos usuários, para reforçar a centralidade e o protagonismo dos sujeitos no próprio processo saúde-doença (Mesquita; Deslandes, 2010), e argumentar com legislação, normativas e resoluções pertinentes, para a defesa de algum direito da pessoa atendida.

603

No âmbito do Serviço Social, nem toda intervenção demandará um registro mais complexo, contudo estes deverão ser sempre bem detalhados e qualificados nas intervenções mais sistemáticas, em que “a prática profissional se estabelece para recuperar um direito que já foi ferido ou, na maioria das vezes, nunca existiu de fato” (Rodrigues; Sampaio, 2014, p. 87). Portanto, ao fazer um registro em prontuário, o profissional deve compreender que está compondo um texto para registrar e resguardar as próprias ações, para subsidiar e estabelecer a comunicação com os demais profissionais e a pessoa atendida, a fim de que seja também um documento para defesa de interesses do usuário.

Importante salientar que o prontuário compõe parte do exercício profissional na saúde, e se localiza no “momento final” de registro da atuação do assistente social. Esta, por sua vez, é ampla e se articula através das dimensões ético-político, teórico-metodológica e técnico-operativa - que envolvem escolhas profissionais permeadas por “princípios teóricos, éticos, políticos e técnicos que abrem ao profissional um leque de possibilidades de construção de uma ação profissional pautada em determinados valores” (Paula, 2023, p. 86). Aqui, defendemos que estes valores estejam alinhados ao projeto ético-político da categoria de assistentes sociais.

Ou seja, o prontuário tem valor documental, ético e comunicativo que expressa posições e condutas profissionais alinhadas a um determinado projeto profissional. Expressa ainda a relação estabelecida entre profissional/usuários/familiares e os princípios profissionais adotados.

No âmbito da equipe multiprofissional, reforçamos o entendimento do prontuário como um documento que contém registros, informações de saúde e dos atendimentos realizados aos usuários, que proporciona uma “[...] melhor compreensão do processo saúde- doença, facilita a socialização dos dados entre os diferentes profissionais e ainda possibilita um acompanhamento ampliado e diferenciado [...]” (Fujimori; Prado, 2006, p. 68). Tais informações, que pertencem ao usuário, são fundamentais para a comunicação entre a equipe e para a continuidade do cuidado em saúde na perspectiva da integralidade.

Considerações finais

O prontuário hospitalar é um documento de extrema importância para os cuidados em saúde, pois registra todo o histórico do usuário no serviço, bem como se constitui uma valiosa ferramenta de comunicação entre a equipe multiprofissional que realiza os atendimentos. O avanço da tecnologia permite a disseminação do registro no prontuário eletrônico em vez do físico, desde que sejam respeitadas as regras de autenticidade e segurança das informações. Tal avanço, conforme apresentado neste artigo, pode contribuir para o fim do desperdício de papel, por exemplo, e tornar mais acessível a comunicação entre os profissionais.

Não obstante, um dos principais desafios postos para a confecção do prontuário hospitalar enquanto documento de extrema relevância, não só para o trabalho em equipe, mas também para o usuário, está na questão do sigilo. A facilidade de acesso das informações pelos profissionais, sendo o prontuário hospitalar uma forma de comunicação entre a equipe, requer o compromisso ético dos profissionais com o sigilo, de modo que, embora existam normativas bem estabelecidas a esse respeito, cabe aos profissionais de cada categoria o exercício reflexivo sobre o que deverá ser registrado ou não no prontuário multiprofissional. Tal exercício deve ser feio a partir de uma reflexão ética, em que o usuário seja o centro das intervenções e os registros das ações profissionais visem a garantia ou manutenção de direitos (Rodrigues; Sampaio, 2014).

Referências bibliográficas

BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília: Presidência da República, [2002]. Disponível em:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.
- BRASIL. *Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990*. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1990]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm. Acesso em: 06 nov. 2023.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucional/constitucional.htm. Acesso em: 11 ago. 2023.
- BRASIL. *Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020*. Regulamenta o disposto no inciso X [...] para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais. Brasília: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Decreto/D10278.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.
- BRASIL. *Lei nº 13.787 de dezembro de 2018*. Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente. Brasília: Presidência da República, [2018b]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113787.htm. Acesso em: 06 nov. 2023.
- BRASIL. *Lei nº 12.527 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações [...]. Brasília: Presidência da República, [2011]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 02 dez. 2023.
- BRASIL. *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018*. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Brasília: Presidência da República, [2018^a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.
- BOMBARDA, T. B; JOAQUIM, R. H. V. T. Registro em prontuário hospitalar: historicidade e tensionamentos atuais. In: BOMBARDA, T. B; JOAQUIM, R. H. V. T. *Cad. Saúde Colet.*, 2022, p. 265–273. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202230020116>. Acesso em: 11 jan. 2024.
- CASTRO, M. M. C.; LEAL, L. M. Determinação da saúde e expressões da “questão social” no Brasil: impactos para os sujeitos sociais. In: CASTRO, M. M. C. et al. (Org). *Serviço social, políticas e sujeitos sociais*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021. p. 80–94. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2021/12/SERVI%C3%87O-SOCIAL-2.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2023.
- CELUPPI, I. C. et al. Uma análise sobre o desenvolvimento de tecnologias digitais em saúde para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil e no mundo. In: *Cad. Saúde Pública*, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/rvdKVpTJq8PqTk5MgTYTz3x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jan. 2023.
- CUNHA, E. M. et al. Sistemas de informação do Sistema Único de Saúde. In: GONDIM, G. M. M; CHRISTÓFARO, M. A. C; MIYASHIRO, G. M. (Org.). *Técnico de vigilância em saúde: fundamentos*. v. 2. Rio de Janeiro: EPSJV, 2017. p. 71–112. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39907>. Acesso em: 11 ago. 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM-Brasil). *Código de Ética Médica*. Brasília, 2019. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf>. Acesso em: 04 set. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP-Brasil). *Resolução CFP nº 010/05*. Aprova o Código de Ética profissional do Psicólogo. Brasília, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP-Brasil). *Resolução CFP nº 001/2009*. Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos. Brasília, 2009. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/04/resolucao2009_01.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS-Brasil). *Produção de documentos e emissão de opinião técnica em Serviço Social*. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCfess-DocOpiniaoTecnica2022-Final.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS-Brasil). *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na saúde*. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS-Brasil). *Resolução CFESS nº 273/93*. Código de Ética do/a Assistente Social. Brasília, 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS- Brasil). *Portaria conjunta CREFITO-4 MG/CRP-MG/CRESS-MG nº 2, de 18 de agosto de 2020*. Institui Diretrizes Gerais sobre sigilo de prontuários eletrônicos. Disponível em: <https://cress-mg.org.br/2020/12/07/portaria-conjunta-institui-diretrizes-sobre-sigilo-de-prontuarios-eletronicos/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MESQUITA, A. M. O; DESLANDES, S. F. A construção dos prontuários como expressão da prática dos profissionais de saúde. In: *Saúde Social*, São Paulo, v.19, n.3, p.664–673, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n3/17.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2024.

ENGELS, F. *O Papel do Trabalho na transformação do macaco em homem*. [1876]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>. Acesso em: 15 set. 2023.

FUJIMORE, E; PRADO, S. R. L. A. Registro em prontuário de crianças e a prática da integralidade. In: *Revista Brasileira de Enfermagem*, jan.–fev., 2006, p. 67–71. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/hqgxv9R3LWszcV6FNFWBxqK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 de jan. de 2024.

FUJITA, M. S. L. et al. A Linguagem, o Texto e o Documento no contexto da Ciência da Informação. In: *Scire*, v. 18, n. 2, p. 135–141, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/180423>. Acesso em: 12 de out. de 2023.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MAGALHÃES, S. M. *Avaliação e Linguagem*: relatórios, laudos e pareceres. 2. ed. São Paulo: Lisboa, 2006.

MARTINS, L. R. A questão dos documentos profissionais no Serviço social. In: *Temporalis*, Brasília, ano 17, n. 33, jan./jun. 2017 Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/15102>. Acesso em: 14 de jan. 2024.

MARX, K. *O Capital*. Crítica da economia política. v. 1, parte III, [1867]. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap07.htm>. Acesso em: 15 set. 2023.

MARX, K. *O Capital*. Crítica da economia política. Livro 1, v. 2, 32. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

- MARX, K; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/12/A-Ideologia-Alem%C3%A3.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.
- MATOS, M. *Serviço Social, Ética e Saúde*: reflexões para o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2014.
- PATRÍCIO, C. M. et al. O prontuário eletrônico do paciente no sistema de saúde brasileiro: uma realidade para os médicos? In: *Sci. Med.*, v. 21, n. 3, p. 121–131, jul.–set. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/scientiamedica/article/view/8723/6722>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- PAULA, L. P. G. A dimensão técnico operativa no trabalho de assistentes sociais. In: HORST, C; ANACLETO, T; CRESS/MG (orgs). *A Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais*. Belo Horizonte: CRESS, 2023, p. 79-94. Disponível em: <https://cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Livro-CRESS-MG- -A-dimensa%C3%A3o-te%C3%ACnico-operativa-no-trabalho-de-assistentes-sociais-.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- PAVÃO, A. L. B. et al. Estudo de incidência de eventos adversos hospitalares, Rio de Janeiro, Brasil: avaliação da qualidade do prontuário do paciente. In: *Rev. Bras. Epidemiologia*, v. 14, n. 4, p. 651–61, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2011000400012>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- RAICHELES, Tecnologia, trabalho e pandemia no capitalismo em crise: admirável mundo novo? In: *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 144, p. 5–16, maio/set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/345zbz7NtFJnx6MY7GQCLpw/>. Acesso em: 08 jan. 2024.
- RODRIGUES, F. W; SAMPAIO, S. S. Ética e sigilo profissional. In: *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 117, p. 84–93, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/3cBSk3BSWnWgzXYPzPL8j3r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 de jan. 2024.
- SILVA, C. R. *História do Prontuário Médico*: Evolução do Prontuário Médico Tradicional ao Prontuário Eletrônico do Paciente — PEP. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/18031/16152/226290>. Acesso em: 15 set. 2023.
- SOUZA, L. Transformação digital em relações de trabalho é acelerada por pandemia. Tendência ao teletrabalho deve continuar após covid-19. *Agência Brasil*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-12/transformacao-digital-em-relacoes-de-trabalho-e-acelerada-por-pandemia>. Acesso em: 08 jan. 2024.
- VASCONCELOS, M. M. et al. Registros em saúde: avaliação da qualidade do prontuário do paciente na atenção básica, Rio de Janeiro, Brasil. In: *Cad. de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, S173 a S182, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/vrxXdwpMDZ7vRz5mZVQR8Qc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

A pesquisa sobre o método marxista no Serviço Social brasileiro¹

Research on the marxist method in brazilian Social Work

Michael Gonçalves Cordeiro*

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo realizar apontamentos críticos acerca da marginalização dos estudos sobre o materialismo histórico-dialético no âmbito acadêmico do Serviço Social. Para isso, realizou-se uma pesquisa nas produções dos principais Programas de Pós-Graduação na área, buscando identificar os trabalhos que tinham como objeto de pesquisa o referido método e definir o estado da arte na produção de conhecimento em Serviço Social sobre o tema.

Palavras-chaves: Serviço Social; Marxismo; Método; Produção de conhecimento.

Abstract: This research aims to make notes related to the marginalization of studies on historical-dialectical materialism in the academic sphere of Social Work. For this, a research was carried out in the productions of the main Postgraduate Programs in the area, seeking to identify the works that had as a research object the referred method and to define the state of the art in the production of knowledge in Social Work on the subject.

Keywords: Social Work; Marxism; Method; Knowledge production.

Introdução

Neste artigo propus um debate sobre o materialismo histórico-dialético² na produção acadêmica do Serviço Social, mais especificamente nas produções nos Programas de Pós-Graduação na área. Objetivei, para tanto, expor o “estado da arte” do conhecimento produzido em Serviço Social no que se refere ao método desenvolvido por Marx e que constitui um dos pilares da tradição marxista, a partir do recorte da produção acadêmica no âmbito da Pós-Graduação. Para além de uma revisão da bibliografia – e já indicando prematuramente o “estado da arte” acima referido -, tive em vista debater as lacunas teóricas existentes no conjunto da sua

¹ O presente artigo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), avaliado e aprovado no ano de 2019, intitulado “Materialismo dialético e Serviço Social: um retorno aos fundamentos do método no pensamento de Marx” (Cordeiro, 2019).

* Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Assistente Social na Prefeitura Municipal de Garuva, Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1476-280X>

² “Materialismo histórico-dialético” e “método marxista”, para fins deste artigo, serão utilizados como sinônimos, ambos se referindo ao método desenvolvido por Marx e que constitui um dos núcleos centrais da sua herança (Netto, 1989, p. 56).

produção acadêmica e os rebatimentos tanto para a pesquisa como para a prática profissional, estimulando a maturação e o adensamento teórico profissional e indicando alguns caminhos possíveis para a pesquisa.

Parto, portanto, da hipótese de que existe atualmente uma marginalização, ou mesmo uma carência, de pesquisas tratando do método marxista, que reverbera em um desnível evidente e problemático entre a importância dos fundamentos teórico-metodológicos - tanto no processo de formação como de atuação profissional, assim como na própria produção teórica - e o estudo do método em Serviço Social. Método esse que é base imprescindível da teoria social de Marx e para os fundamentos teórico-metodológicos da profissão.

Na primeira parte deste artigo busquei caracterizar e analisar o que ficou marcado como a dimensão teórico-metodológica do Serviço Social. Os fundamentos teórico-metodológicos, como se sabe, propiciam as bases para esta compreensão da realidade, os pressupostos para as idas e vindas no processo de pesquisa e o suporte teórico na construção de caminhos para intervenção profissional. Com isso, objetivo apontar brevemente a importância destes fundamentos e utilizar novamente do recurso da revisão bibliográfica, dimensionando as produções acadêmicas sobre o tema.

Afunilando o campo de pesquisa, na segunda parte do texto adentro ao objeto desta pesquisa propriamente. Num primeiro momento me centro na exposição da metodologia utilizada, avançando posteriormente para discussão dos resultados da pesquisa, tanto em termos quantitativos como na análise dos seus resultados do ponto de vista do conjunto da produção teórica do Serviço Social e do peso histórico e teórico da tradição marxista e de Marx para a profissão.

Na última parte deste trabalho, já nas considerações finais, para além de um resgate sintético de tudo que foi exposto, me dedico a articulação entre os dois momentos desta pesquisa, visando analisá-la em seu conjunto e apontar para as lacunas teóricas existentes na produção teórica do Serviço Social, ao mesmo tempo, propondo possíveis caminhos para a maturação teórica sobre o tema dos fundamentos teórico-metodológicos e do método marxista.

Optei por esse caminho, dentre os outros caminhos possíveis, por entender que partindo do debate sobre os fundamentos teórico-metodológicos da profissão que dão sustentação à pesquisa e à prática profissional, é possível melhor qualificar o debate sobre a importância do adensamento teórico sobre o método, o que certamente tem grandes impactos na capacidade de desvelamento da realidade social, na prática profissional. Impactos estes que podem ser dimensionados exatamente pela produção teórica do Serviço Social sobre o tema, mesmo que

existam mediações a serem realizadas entre a produção de conhecimento no Serviço Social no âmbito acadêmico e a prática profissional.

A produção de conhecimento no Serviço Social sobre os fundamentos teórico-metodológicos

Neste primeiro momento a proposta é de trazer apontamentos sobre a produção do conhecimento no âmbito acadêmico do Serviço Social sobre os fundamentos teórico-metodológicos, apoiado nas pesquisas existentes sobre o tema, identificando e analisando o espaço dedicado à produção sobre o tema. Com esta breve digressão, busco identificar se o campo dos fundamentos teórico-metodológicos tem espaço privilegiado na produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social ou de marginalização, enfim, situá-lo. Este momento se liga ao objeto deste artigo – a produção de conhecimento sobre o materialismo histórico-dialético - na medida em que possibilita a antecipação de possíveis lacunas na produção teórica do Serviço Social para além do tema do método. Assim, se este breve panorama sobre a produção teórica sobre os fundamentos teórico-metodológicos apontar para uma marginalização do tema no Serviço Social, temos um problema que diz respeito ao conjunto dos fundamentos teórico-metodológicos, em que o método marxista (se confirmada a hipótese desta pesquisa da sua igualmente marginalização) é apenas um dos elementos (apesar de central) desta problemática. Ao contrário, se as produções sobre o tema forem profícias, porém seja confirmada a hipótese desta pesquisa sobre o método, o problema ganha outra dimensão, pois diz respeito a lacuna no próprio trato dos fundamentos teórico-metodológicos, não no seu conjunto, mas no que tem de mais significativo atualmente: a própria teoria social de Marx e a tradição marxista, na medida em que o método é parte constitutiva central e inalienável desta teoria.

Entendemos os fundamentos teórico-metodológicos aqui partindo da própria literatura do Serviço Social, sem adentrar nas discussões sobre teoria e sobre metodologia e sua relação. Assim, para uma breve e reconhecida caracterização, temos a compreensão exposta nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): os fundamentos teórico-metodológicos se referem ao “tratamento do ser social enquanto totalidade histórica” e aos “componentes fundamentais da vida social”, assim como ao “processo de conhecimento do ser social” por meio das “diferentes filosofias e teorias”, tendo “como perspectiva estabelecer uma compreensão de seus fundamentos e da articulação de suas categorias” (ABEPSS, 1996, p. 10).

Em uma caracterização mais rigorosa, Iamamoto (2004a, p. 179) afirma que

A questão teórico-metodológica diz respeito ao modo de ler, de interpretar, de se relacionar com o ser social: uma relação entre o sujeito cognoscente – que busca compreender e desvendar essa sociedade – e o objeto investigado. Encontra-se estreitamente imbricada à maneira de explicar essa sociedade e os fenômenos particulares que a constituem. Para isso, implica uma apropriação da teoria – uma capacitação teórica – e um ângulo de visibilidade na leitura da sociedade – um ponto de vista político, que, tomado em si, não é suficiente para explicar o social.

Feito este brevíssimo delineamento do como é aqui entendido os fundamentos teórico-metodológicos, podemos avançar para a exposição do “estado da arte” sobre o tema no âmbito profissional, tendo como limite na regressão histórica o período de aproximação e sobretudo de consolidação da tradição marxista na profissão.

Alba Carvalho (1992), no início da década de 90, discutindo sobre a pesquisa contemporânea - naquele momento compreendendo as décadas de 70, 80 e 90 - e o Serviço Social, proporciona um panorama da produção de conhecimento daquele momento. Da análise feita pela autora, interessa pontuar sua conclusão de que a discussão metodológica possuía pouca relevância no debate profissional da época - metodologia aqui entendida pela autora não apenas como técnica de pesquisa, mas da própria lógica da pesquisa, do debate epistemológico e filosófico, enfim, do método em sentido amplo, incluindo a própria discussão entre os paradigmas analíticos das Ciências Sociais e da História (Carvalho, 1992, p. 45).

Buscando discutir a produção de conhecimento no mesmo período e a sua relação com o Serviço Social, Myrian Baptista (1992, p. 95) afirma que um dos desafios que se apresentava ao Serviço Social na época era o da análise crítica das propostas teóricas existentes, remetendo ao que algum tempo depois seria largamente reconhecido como os fundamentos teórico-metodológicos.

Avançando no tempo, em investigação das dissertações de mestrado e das teses de doutorado produzidas entre 1975 e 1997 no âmbito do Serviço Social, Nobuco Kameyama (1998, p. 8-9), alinhada às conclusões das autoras anteriores, apresenta a existência de uma predominância, já naquele período, de produções sobre a “Prática Profissional”, “Política Social” e “Formação Profissional”³, respectivamente, sendo que a “Política Social”, assim como as temáticas relacionadas à criança e adolescente, vinha ganhando progressiva centralidade nas pesquisas dos últimos anos⁴.

³ Eixos delimitados pelo autor.

⁴ Nóbrega e Fonseca (2010, p. 181), comentando este trabalho da autora, afirmam ainda que “no contexto analisado, a tendência predominante nessa produção, ao que tudo indica, expressou a permanência de resquícios de sua base científica europeu-americana, dificuldades no trato com a pesquisa e a sua ainda tímida familiaridade com a produção do conhecimento pautada no aporte teórico marxista”.

Se por um lado temos que a literatura sobre as pesquisas em Serviço Social nesta época apontam para uma marginalização da discussão teórico-metodológica, sobretudo no que se refere ao debate com o conjunto do conhecimento contemporâneo (e especialmente relacionado ao método), por outro lado, alguns debates significativos, porém restritos à alguns profissionais, podem ser identificados neste momento. Temos algumas discussões na produção teórica de Vicente de Paula Faleiros (1997a [1981]⁵, 1997b [1985] e 1999 [1997]), Marilda Iamamoto (2004a [1992] e 2000 [1998]), Consuelo Quiroga (1989), José Paulo Netto (1989) e, mais no apagar das luzes do século XX, Carmelita Yazbek (2009 [1999]). Uma discussão particularmente interessante sobre o tema foi travada entre diferentes autores(as), dentre eles(as) os(as) já citados Kameyama, Netto, Faleiros, (ABESS, 1989, p. 99-188).

Adentrando o século XXI, Iamamoto (2004b, p. 12-13), em trabalho sobre os caminhos da pesquisa em Serviço Social, a partir da análise das linhas e dos projetos de pesquisa nos Programas de Pós-Graduação da área dos anos de 2001 a 2003, aponta para uma explícita predominância da Política Social e um rebaixamento das pesquisas relativas ao campo da “Formação profissional, fundamentos e exercício profissional⁶, do qual inclui, em seu meio, os fundamentos teórico-metodológicos. Silva e Carvalho (2005, p. 97), analisando o mesmo período, reforçam a análise de Iamamoto, indicando uma larga prevalência dos projetos direcionados às políticas sociais, em detrimento daqueles voltados ao trabalho e a formação profissional (que na aglutinação dos eixos, realizado pelas autoras, inclui os fundamentos teórico-metodológicos).

Em outro momento, Iamamoto (2010 [2007], p. 464), mantendo a preocupação com os rumos da pesquisa em Serviço Social, reafirma, a partir da análise das linhas e projetos de pesquisa na Pós-Graduação em Serviço Social, a predominância das políticas sociais e, principalmente, que

[...] a pesquisa quanto aos fundamentos teórico-metodológicos e históricos do Serviço Social, foi deslocada na prioridade da agenda profissional. Na década de 80, ela voltou-se tanto à apropriação crítica das matrizes teórico-metodológicas e suas expressões na profissão quanto à pesquisa da reconstrução histórica do Serviço Social no Brasil. Hoje essas temáticas dispõem de pouca representatividade no universo da pesquisa, embora os temas estejam longe de ser esgotados.

Conforme demonstrado inicialmente, é preciso ter cuidado com esta apropriação de que fala Iamamoto na década de 80, pois como já alertava Netto (1988, p. 101) na época em relação

⁵ Dado que optei por realizar a revisão da bibliografia a partir de uma reconstrução histórica, especialmente neste momento consta em colchetes a data original das publicações, antecedida pela data consultada (para aquelas obras em que a consulta não foi feita na primeira edição).

⁶ Eixo delimitado pela autora.

à hegemonia do marxismo no interior da profissão, é preciso estar atento para o fato de que esta discussão "só tangencialmente sensibiliza e toca o grosso da categoria profissional".

O que temos até o momento, portanto, é uma marginalização do debate sobre os fundamentos teórico-metodológicos, permanecendo restrito a um corpo de profissionais, ao menos o debate qualificado e com alcance mais significativo ao restante da categoria. Este cenário não se alterou nos últimos 10 anos, ao contrário, conforme veremos, pode ter regredido em relação aos fundamentos teórico-metodológicos.

Yolanda Guerra (2011, p. 147) constata que “não obstante aos avanços, a apreciação da produção científica em desenvolvimento mostra fragilidade na formação de pesquisadores”. Ainda segundo a autora, em Palestra pronunciada no Colóquio do GTP de Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Formação Profissional no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), em dezembro de 2010, Iamamoto

identifica, ainda, certa fragilidade no tratamento dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. Indica a necessidade de aprofundar o conhecimento crítico sobre: o Serviço Social clássico, o movimento de reconceituação latino-americano, suas particularidades e tendências, o Serviço Social internacional e o Serviço Social na contemporaneidade, suas demandas e o processamento de seu trabalho (Iamamoto, 2010 *apud* Guerra, 2011, p. 147).

Mendes e Almeida (2014, p. 647), analisando as tendências atuais da pesquisa em Serviço Social a partir das informações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), demonstra a existência de uma predominância da área do “Serviço Social Aplicado” em relação aos “Fundamentos em Serviço Social”⁷ no que se refere às bolsas de produtividade.

Realizando uma pesquisa de fôlego em que analisa os artigos publicados em 11 revistas da área de Serviço Social entre 1993 e 2013, totalizando 2031 artigos, Thaisa Closs (2015, p. 28) afirma que “as produções que possuem o descritor Fundamentos do Serviço Social é extremamente reduzida, não chegando a 1% dos artigos”. Posteriormente, em artigo de Prates, Closs e Carraro (2016), a partir da constatação desta ínfima produção sobre os fundamentos do Serviço Social nos periódicos analisados pela autora supracitada, realizam o seguinte questionamento, alinhadas as preocupações de Netto citadas acima:

Embora a área conte com uma rica literatura sobre esse tema, com pesquisadores que formularam teses distintas e fundamentais para a compreensão do significado social e da particularidade dessa profissão em sua trajetória sócio-histórica [...], questiona-se: Em que medida essas fecundas formulações vêm sendo aprofundadas, desdobradas em análises que adensem o debate dos Fundamentos, ou ainda, como essas teses vêm se expressando

⁷ Os eixos foram delimitados pela autora.

nas produções recentes? (Prates; Closs; Carraro, 2016, p. 15-6).

Por fim, cito ainda duas importantes e recentes pesquisas. A primeira é de Cantalice *et al.* (2019), que analisando 401 artigos das revistas *Serviço Social e Sociedade* e *Katálysis*, tendo como período dos anos de 2010 a 2016, chegou aos seguintes resultados: que apenas 8,3% dos artigos tinham como temática os fundamentos históricos e teórico-metodológicos; que impera uma indistinção entre categorias, conceitos e termos; que em apenas 19,2% dos artigos aparece a indicação de adoção do método marxista enquanto pressuposto de análise - o que não significa, conforme lembram as autoras, que este não tenha sido adotado, mas apenas que não é explicitado no artigo (Cantalice *et al.*, 2019, p. 7). Sobre este último resultado as autoras afirmam ainda que “o debate sobre o método na maioria significativa dos artigos não aparece, o que não quer dizer que um recorte teórico-metodológico não esteja sendo utilizado, mas, por outro lado, apenas uma suposição de existência não assegura o contrário” (Cantalice *et al.*, 2019, p. 7).

A mesma pesquisa ainda analisou 147 teses e dissertações com lapso temporal entre 2007 e 2016, chegando a resultados parecidos com os da análise acima: apenas 42 trabalhos apresentavam indicações dos pressupostos teórico-metodológicos (Cantalice *et al.*, 2019, p. 10). As conclusões da pesquisa indicam “uma fragilidade emblemática quanto a não indicação do método de análise, o que se pode afirmar, diante dos dados, é que essa dimensão não tem sido tratada na maioria significativa das publicações analisadas”, e ainda a existência de “influxos pós-modernos e residualmente, a utilização do método positivista, o que revela a persistência de traços do conservadorismo e tensões com o direcionamento teórico-político da profissão” (Cantalice *et al.*, 2019, p. 12). Estes resultados, portanto, já antecipam os possíveis caminhos da hipótese feita no início deste artigo em relação ao materialismo-dialético.

A segunda pesquisa, de Silva, Souza e Cantalice (2017), a partir do levantamento bibliográfico da produção de conhecimento no Serviço Social no âmbito dos principais Programas de Pós-Graduação na área, desde o ano de 2006 até 2016, representando um total de 875 dissertações e 164 artigos, chegaram ao resultado já histórico, conforme demonstrado, de uma predominância das temáticas relacionadas à “Política Social, Serviço Social e Trabalho” e “Questão Social e Serviço Social”, representando 62% das produções na área. Por outro lado, o que mais interessa para o propósito desta pesquisa, apenas 17% dos trabalhos tem como temática “Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional” (Silva; Souza; Cantalice, 2017, p. 9)⁸.

⁸ Todos os eixos citados foram delimitados pelas autoras.

A partir desse breve quadro da produção em Serviço Social sobre os fundamentos teórico-metodológicos, a hipótese que se confirma é a de uma marginalização deste debate no âmbito profissional, sobretudo a partir do início deste século, em que a predominância dos estudos voltados para a política social se amplia à custa da produção sobre os fundamentos teórico-metodológicos. Com isso, a hipótese que discuto a seguir, sobre a produção em Serviço Social sobre o método marxista, já se insere como parte de um problema mais fundamental, que diz respeito exatamente à baixa produção teórica sobre os fundamentos teórico-metodológicos em geral.

A produção de conhecimento no Serviço Social sobre o método marxista

Este momento é dedicado a pesquisa voltada especificamente para a produção de conhecimento no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social sobre o materialismo histórico-dialético. A exposição se dá em dois momentos: no primeiro apresentou a metodologia utilizada na pesquisa e no segundo os resultados desta, seguido do debate sobre as implicações para produção teórica do Serviço Social e para a prática profissional. A partir deste breve olhar sobre as produções voltadas para o método marxista, espero trazer ao debate a importância da discussão sobre o tema, indicando que se trata ainda de um tema pouco debatido, apesar da reconhecida hegemonia do marxismo na profissão e da centralidade do método na teoria de Marx e para a herança daqueles que tomam as suas ideias como base.

615

Metodologia de pesquisa

No que concerne à metodologia utilizada, realizei uma breve pesquisa quantitativa (Minayo, 1994, p. 21-25) no intuito de identificar as dissertações e teses na área de Serviço Social que tinham como objeto central da pesquisa o materialismo histórico-dialético e, assim, identificar o aprofundamento e a amplitude da discussão neste âmbito.

Para isso, foi feito o recorte de cinco Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, tendo como critério o tema em Serviço Social e a existência de programa de doutorado. O critério de seleção foi o dos programas com maiores pontuações atribuídas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na data da pesquisa, que tem como avaliação conceitos que variam de 3 a 7. Em caso de conceitos iguais, o critério de seleção foi por tempo de existência do Programa, selecionando os mais antigos.

O resultado do recorte foi a seleção do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, que possui conceito máximo (7) pela CAPES e da PUC do Rio Grande do Sul, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), todos com conceito 6, totalizando, assim, 4 programas selecionados. Restando um Programa a ser incorporado, foi necessário o segundo critério de seleção, dado que na sequência dos programas mais bem conceituados pela CAPES, três possuíam conceito 5, sendo eles o da PUC do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Este segundo recorte resultou na seleção do programa da UFRJ, dado que ele existe desde 1994, enquanto que os da PUC-RIO e UFSC foram criados em 2002 e 2011, respectivamente.

A pesquisa foi feita na biblioteca digital dos programas selecionados, não tendo recorte temporal pré-definido para todos os programas, mas antes a busca se deu de acordo com o disponibilizado pelas respectivas bibliotecas digitais. Assim, a PUC-SP teve como recorte temporal inicial, 1977, a PUC-RS desde 2000, a UERJ desde 2003 e a UFRJ desde 2007, todos até 2018, e, por fim, a UFPE, de 1999 até 2016. O resultado deste recorte temporal foi um universo de 1821 trabalhos entre teses e dissertações, dos quais o programa da PUC-SP possui 590 trabalhos, o da PUC-RS 304, UERJ 200, UFPE 325 e da UFRJ, um total de 402 trabalhos.

Para identificação dos trabalhos que têm por objetivo central a discussão do método marxista, efetuei um primeiro recorte a partir da busca por palavras-chave contidas nos títulos das teses e dissertações que remetessem a este método. As palavras-chave foram elencadas com base na obra de Netto (2009), texto base e introdutório no debate sobre o tema no âmbito do Serviço Social. São as palavras-chave (com flexão): método/metodologia/metodológico; materialismo/materialista; dialético/dialética; totalidade; mediação/mediações; contradição/contradições/contraditória; teoria/teórica/teórico; estrutura e superestrutura. Inclui também “fundamentos”, com o intuito de abranger os trabalhos que abordam os fundamentos do Serviço Social, dos quais inclui o teórico-metodológico.

Feito o recorte das teses e dissertações com base na busca das palavras-chave supracitadas nos títulos, identifiquei 119 trabalhos, sendo 26 no programa da PUC-SP, 27 no da PUC-RS, 8 na UERJ, 30 na UFPE e 28 na UFRJ. O recorte final da pesquisa foi a análise destes 119 trabalhos a partir do resumo e quando não identificado o objeto da pesquisa nele, realizei a leitura do corpo do texto.

Resultados da pesquisa

Os resultados obtidos são significativos em demonstrar a marginalização das pesquisas sobre o materialismo histórico-dialético nos programas de Pós-Graduação analisados. Eles apontam para apenas um trabalho que teve como objetivo central de pesquisa o trato sobre o método materialista dialético. Trabalho esse intitulado *A categoria de Totalidade e o Serviço*

Social: Subsídios teóricos para uma aproximação ao processo de implementação das Diretrizes Curriculares, da autoria de Jamerson Murilo Anunciação de Souza, do Programa da UFPE, em que o autor traz uma discussão sobre a categoria de totalidade com base em Marx, Lukács e Mészáros.

Identifiquei outro trabalho que buscava abordar a questão do método como objeto de pesquisa, mas não se tratava do materialismo histórico-dialético, mas antes da teoria da complexidade, a partir da teoria de Edgar Morin (ver Roberto, 2009). Outro trabalho que se aproxima da discussão de método é de Adrianyce Souza, intitulado *Pós-modernidade: mistificação e ruptura da dimensão de totalidade da vida social no capitalismo contemporâneo*, tratando, com isso, de uma categoria central no método materialista dialético: a de totalidade. No entanto, mesmo o trabalho de Adrianyce Souza não tendo por objetivo discutir prioritariamente este método, utiliza enquanto contraponto ao pensamento pós-moderno.

Isso não significa que não existam outros trabalhos que têm por objeto os fundamentos teórico-metodológicos da profissão, estes foram encontrados em certa medida, no entanto, estes não têm por objeto de pesquisa abordar o método materialista dialético, mas antes outras questões que integram a teoria social de Marx, como revolução, democracia, classe social, etc.

Em geral, os trabalhos possuem os mais diversos objetos, dos quais o método perpassa como possível fio condutor do processo de pesquisa. Abundam-se os trabalhos que evidenciam a categoria mediação, sem, no entanto, ter por objetivo tratar desta, mas antes servindo como categoria condutora no processo de pesquisa (ver, por exemplo, Lopes, 2014).

Outros, por sua vez, tiveram como objeto o materialismo histórico-dialético, ou mais precisamente os fundamentos teórico-metodológicos em geral, no ensino em Serviço Social (como, por exemplo, os trabalhos de Paschoal, 2010 e Zacarias, 2017), ou à questão da interlocução entre o método e a prática da(o) assistente social (ver, por exemplo, Torres, 2006; Zacarias, 2013).

Poderia prolongar os detalhes que resultaram da presente (e, insisto, breve) pesquisa. No entanto, acredito que com base nas informações coletadas e sem a necessidade, para os fins que me propus, me prolongar demasiado nos detalhes, pude chegar a uma importante conclusão: há uma irrigária produção em Serviço Social sobre o método marxista - mesmo que a teoria social de Marx e da herança marxista possua uma posição hegemônica no interior da profissão (Yazbek, 2009, p. 11) -, nos principais Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, ao menos dentro do período recortado.

Para citar ainda um trabalho com o mesmo enfoque da discussão sobre o método, porém como objeto a formação profissional, temos a pesquisa de Ana Ouriques (2019) que buscou

analisar o debate do método na formação profissional na modalidade presencial no sul do Brasil, a partir das ementas, planos de ensino e projetos pedagógicos. A principal conclusão da autora é a de que existe uma tendência a privilegiar estudos que:

enfatizam a aproximação enviesada do Serviço Social com a teoria marxiana a partir do Movimento de Reconcepção nas disciplinas de FHTM do Serviço Social e, por poucas IES, a oferta de disciplinas que debatam o que é o Método e sua significância para as ações profissionais cotidianas, na perspectiva de desvelar a realidade social na qual se processa o trabalho profissional [...] o fato de apenas uma IES oferecer uma disciplina dedicada somente para o estudo do Método ainda demonstra uma necessidade de maturação e maior compreensão da importância da teoria social crítica, seja na formação, na produção de conhecimento ou na atuação profissional. Isso não significa dizer que este debate está ausente nas disciplinas por nós analisadas. Ele está presente, contudo, não é possível afirmar que esteja sendo feito de maneira mais aprofundada, haja vista que ele aparece no meio de um conjunto de conteúdo a ser trabalhado nas diversas disciplinas. Isso pode denotar uma *abordagem mais periférica do método no processo de formação* (Ouriques, 2019, p. 70-1, grifo meu).⁹

Por fim, o já citado trabalho de Closs (2015), para além das conclusões já expostas, aponta ainda que os artigos que possuem o descritor “Teoria/método e Serviço Social e/ou Assistente Social” não chegam à 1% em relação à totalidade das produções dos periódicos, enquanto que os descritores “Marxismo/dialética e Serviço Social e/ou Assistente Social” representam pouco mais de 2% (Closs, 2015, p. 28). A partir destes dados, a autora chega a conclusões semelhantes à pesquisa que realizei, qual seja, de que:

são bastante diminutas as publicações que tratam do método dialético-crítico no plano do exercício profissional e mesmo na formação profissional, sendo este um debate que precisa ser adensado, pois apesar de ser tematizado em algumas produções, frequentemente não constitui tema central das mesmas, inclusive nas investigações (Closs, 2015, p. 200).

De forma a demonstrar que se trata de uma marginalização generalizada, para além da pesquisa feita com recorte na Pós-Graduação e das duas pesquisas supracitadas, respectivamente com recortes na formação profissional e nos periódicos da área, recorro de forma sintética à análise feita por Iamamoto, em sua obra *Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche*, em que tece alguns comentários críticos ao livro de Maria Lúcia Martinelli, *Identidade e Alienação*. A crítica feita pela autora que aqui interessa é a seguinte:

Apesar da ampla referência à história do movimento operário europeu e suas lutas, *do rico acervo bibliográfico recolhido em fontes da tradição marxista e da ambiguidade teórica no discurso, não se trata de uma análise que se estruture teórica e metodologicamente nas bases essenciais dessa tradição intelectual* (Iamamoto, 2007, p. 293, grifo meu).

⁹ Para outras referências sobre o mesmo objeto de estudo ver Paschoal (2010) e Zacarias (2017).

Trata-se, portanto, de uma dura crítica a uma obra consagrada na literatura profissional, que como a própria autora admite, é rica na utilização de fontes da tradição marxista e referência à luta da classe operária. A crítica feita por Iamamoto leva a constatação - banal, porém que assume relevância no quadro desta pesquisa – de que afirmar partir do método marxista não é o mesmo que efetivamente realizar uma pesquisa ancorada neste método e de que a mobilização de referências marxistas ou categorias do método não significa necessariamente uma pesquisa com aporte da teoria marxista, nem mesmo que resultará em uma pesquisa sólida cientificamente (Netto, 1998, p. 83-84).

Com base no quadro apresentado até aqui e corroborando a conclusão de Cantalice (2019, p. 12) sobre a ausência do debate sobre o método nos artigos científicos em Serviço Social, não é leviano levantar a hipótese de que esta ausência, mas principalmente, que afirmativas como: “este trabalho parte do método materialista dialético” e derivações, não necessariamente significam uma efetiva apropriação e adoção deste método no processo de pesquisa, podendo assumir um significado ideológico da afirmação do que propriamente teórico, de comprometimento com uma determinada visão de mundo, principalmente ético-político, do que a compreensão correta desta visão de mundo e seus desdobramentos teóricos e para pesquisa.

Os resultados desta pesquisa, aliada à bibliografia supracitada sobre o tema, demonstram, por um lado, que a capacidade de desvelamento da realidade por parte dos profissionais e pesquisadores a partir da teoria social de Marx e da tradição marxista pode possuir uma lacuna significativa e mesmo fundamental, pois um dos pilares desta teoria passa ao largo na discussão acadêmica na profissão. Assim, toda a discussão sobre o “dever ser” da dimensão investigativa do assistente social – aqui me refiro mais especificamente ao campo da prática profissional - podem ter repercussões muito mais de valor heurístico do que de prática concreta propriamente. Por outro lado, se este primeiro aspecto dos resultados requer uma pesquisa específica sobre a prática profissional¹⁰ e uma pesquisa mais aprofundada da formação em Serviço Social¹¹, os resultados da pesquisa indicam para um possível adensamento enviesado da teoria social marxista. Se no período do movimento de reconceituação tinha-se um marxismo sem Marx, podemos possuir atualmente um marxismo com apropriação insuficiente do método. Ou, o que é ainda mais preocupante, um marxismo com um pseudo-conhecimento de suas bases teórico-metodológicas, que atribui as principais categorias do

¹⁰ Para pesquisas sobre a capilaridade do método marxista no exercício profissional ver Zacarias (2013) e Torres (2006).

¹¹ Para pesquisa sobre o método na formação profissional, ver Zacarias (2013).

materialismo histórico-dialético o papel de espantalhos, meros pressupostos heurísticos e não propriamente teórico-concretos. É plausível levantar a hipótese de que categorias como, por exemplo, de totalidade podem estar sendo reduzidas, na consciência dos assistentes sociais, a mera concepção de “olhar o todo”, como contraponto ao olhar o sujeito de maneira isolada. Precisamos indagar-nos quanto a atualidade da afirmação de Iamamoto feita em 1981, qual seja, de que:

As dificuldades que vêm sendo sentidas no desenvolvimento da realidade sócio-histórica e no uso criador dos conhecimentos acumulados têm sido “compensadas” e “substituídas” por um álibi salvador: o discurso “mágico” do compromisso com a classe trabalhadora. Este torna-se o substitutivo mágico da exigência de análises teóricas e históricas concretas “de situações concretas” (Iamamoto, 2004a, p. 190).

Não é suficiente a mera reprodução de um discurso pronto, em que em meio a análise ou na introdução se fala em “totalidade”, “mediação” ou “dialética” e magicamente o discurso se torna aceito como crítico¹². Isso faz apenas reproduzir a ilusão de um conhecimento que é apenas reprodução de ideias das quais pouco se sabe em verdade. Assim, não basta afirmar que a realidade é contraditória, ou que tudo deve ser tomado do ponto de vista da totalidade etc., é necessário conhecer as categorias de que se utiliza para que estas não se imponham de forma arbitrária à realidade e não tenham ligações somente superficiais e estilísticas uma à outra, como as criticadas por Marx em *A Sagrada Família*, em que Marx critica esta pretensa criticidade, que, em verdade, seria apenas para si mesmo e não sobre o objeto estudado. Ou, conforme constatou Kameyama em texto citado em outro momento deste artigo:

Existe uma grande quantidade de pesquisas que elaboram um marco teórico na perspectiva marxista, utilizando categorias de contradição, totalidade, mas no momento da coleta dos dados ou das informações, caem no empirismo. Isto significa que, apesar de utilizar os conceitos e leis gerais do materialismo histórico, na investigação social não aparece a relação dialética entre o sujeito e o objeto, na construção do saber. Tratam-se de produções que se caracterizam como formalistas/empiristas. Manifesta-se ainda o problema de substituir o método de exposição pelo método de investigação nas redações das dissertações de mestrado (Kameyama, 1998, p. 25).

Assim, o quadro que aqui apresento é de, por um lado, uma teoria que assumiu historicamente um lugar central nas produções e discussões no Serviço Social e, por outro lado, uma produção apenas marginal sobre o método, que é reconhecidamente o momento basilar e indissociável desta teoria. Consequentemente, no que se refere ao debate sobre o método, as produções no interior da profissão parecem fechar os olhos para a guerra travada pela teoria

¹² Sobre a dialética como recurso ao discurso fácil, ver o curso ministrado em 2002 por José Paulo Netto sobre o método em Marx, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2WnDNoqRiq8&t=280s>

marxista com o conjunto do conhecimento contemporâneo, sobretudo em relação à chamada crise de paradigma nas Ciências Sociais e Humanas, e o conjunto de críticas feitas ao conhecimento herdado da racionalidade iluminista (ver Anderson, 1995; Ianni, 1990; Netto, 1992), que tem como um dos alvos os pressupostos do método marxista. Ou seja, uma hipótese a ser analisada é a da adoção de um método como guia e instrumento de conhecimento da realidade, por um lado sem uma abordagem sobre a sua vitalidade e capacidade de análise em relação ao conhecimento produzido historicamente e, por outro lado, sem um trato específico sobre o próprio método, ao menos não de forma explícita nas pesquisas da área.

Uma possível explicação para esta marginalização dos estudos sobre o método pode ser encontrada na aproximação enviesada da profissão à teoria marxista. Iamamoto, tratando dos estudos sobre o método marxista no período de reconceituação, afirma:

Verifica-se, por exemplo, no trato do materialismo histórico e dialético, uma clara separação - que chega ao nível de excludência - entre as dimensões lógicas e históricas do método, verificando-se uma "suspensão" da dialética do conhecimento, desconectada da história. A categoria do trabalho, ontologicamente determinante na obra de Marx, está inteiramente ausente e é desconhecida nas análises da prática social e da relação teoria e prática, tão em voga naquele momento (Iamamoto, 2000, p. 126).

Assim como ocorreu com os instrumentais técnico-operativos, que por um tempo ficaram esquecidos nos porões da profissão, pelo receio do “renascimento do velho tecnicismo”, como diz Iamamoto (2000, p. 191), a abordagem do método ficou sufocada e marginalizada, pois um trato específico da questão do método passou a ser considerado mero metodologismo.

Estou alinhado com o pensamento de Closs (2015, p. 200) sobre o tema quando esta afirma que

a superação de uma abordagem formalista do método – que o reduzia à metodologia profissional, como “regras” a serem aplicadas, característica da aproximação enviesada com o marxismo – não pode significar a ausência de uma produção mais direta, que apreenda e sistematize possibilidades de sua mediação no exercício profissional, visando subsidiar as ações dos assistentes sociais.

Conforme Forti e Guerra (2009, p. 3) o nível de complexidade que marca o atual momento do Serviço Social tem como consequência a necessidade de competência dos seus profissionais para enfrentá-la, requerendo “ações abalizadas, intelectualmente responsáveis e fecundas, analíticas e críticas, capazes de lhe proporcionar compreensão suficiente para uma ação efetiva e qualificada na realidade social”. Continuando, as autoras pontuam o desafio de “formar profissionais capazes de atuar na realidade, por meio da identificação e da apropriação crítica de suas demandas a eles dirigidas, reconfigurando-as e enfrentando-as de maneira eficaz

e eficiente”, exigindo, assim, “uma sólida formação teórica (ético-política) e metodológica” (Forti; Guerra, 2009, p. 4). Não se faz necessário ir além nessa discussão, já histórica na profissão (ver, por exemplo, Iamamoto, 2000; Netto, 1989), para chegar à seguinte conclusão: a apreensão e a pesquisa do método materialista dialético é ainda um desafio ao conjunto da categoria profissional, que em uma realidade de tantas controvérsias envolvendo sua validade e dos desafios impostos à prática profissional, assume um caráter ainda mais urgente.

Considerações finais

Algumas conclusões podem ser feitas a partir do breve percurso histórico da produção de conhecimento no Serviço Social sobre os fundamentos teórico-metodológicos e, sobretudo, o materialismo histórico-dialético: a primeira, mais óbvia, da baixa produção sobre este método e os referidos fundamentos, o primeiro mais que o segundo, porém este restrito a um corpo de profissionais; a segunda, não analisada neste artigo, que se refere a densidade teórica das produções sobre o método, entendida como a capacidade de alcançar as principais literaturas sobre o tema e aprofundar na sua análise, não permanecendo restrito à uns poucos nomes clássicos como Karel Kosik ou o próprio Marx, ou mesmo aos manuais e textos introdutórios, como o conhecido e pequeno texto introdutório de Netto sobre o tema (seria este um objeto de pesquisa de maior interesse, buscando dimensionar essa diversidade na produção teórica do Serviço Social); a terceira e talvez mais importante, que diz respeito tanto à produção de conhecimento sobre o método como sobre os fundamentos teórico-metodológicos em geral, é o da necessidade da ampliação do debate crítico com o conjunto do conhecimento produzido nas ciências humanas. Se apropriar do debate histórico feito dentro da História enquanto disciplina, que possibilita tanto a ampliação da crítica ao positivismo, a apropriação de outras escolas de pensamento que são praticamente inexistentes no debate da categoria como o historicismo (para citar apenas um exemplo clássico), além do próprio aprofundamento nos estudos sobre Marx, a tradição marxista e o método, bem como do adensamento no conhecimento da própria história (enquanto história de fato, objeto de estudo da História enquanto disciplina). O mesmo em relação às ciências sociais e as suas particularidades, das discussões do século XX e mais recentes sobre método, teoria da ciência, teoria do conhecimento, etc. Isso tudo pode ser ampliado para outros campos como o da Psicologia, Pedagogia, etc. Enfim, aumentar o diálogo crítico com o conjunto do conhecimento científico.

Portanto, uma das conclusões que se pode tirar desta pequena exposição sobre os fundamentos teórico-metodológicos da profissão e o método marxista é que o seu debate necessita ser novamente aquecido, assim como quando do processo de aproximação mais sólida

à tradição marxista, em que a própria conjuntura profissional exigia o debate teórico-metodológico na perspectiva do confronto teórico. A progressiva hegemonização do marxismo no seio da categoria profissional não pode significar uma perda na riqueza do debate teórico, do qual o resultado é desastroso para a produção teórica do Serviço Social em geral, para o adensamento teórico sobre a tradição marxista, como, e sobretudo, para apropriação dos fundamentos teórico-metodológicos pelo conjunto da categoria profissional, pois da baixa produção teórica sobre estes fundamentos, é possível inferir problemas na própria relação entre teoria e prática profissional.

Um caminho possível para o enfrentamento a esta defasagem pode ser encontrado na ampliação do debate sobre os fundamentos teórico-metodológicos por meio do maior contato com as vertentes diversas das Ciências Sociais e das Ciências Humanas em geral, pois como sustentou certa vez Netto (1989), é por meio do confronto de ideias aberto que tanto marxistas como não-marxistas podem estimular-se reciprocamente, assim oxigenando a produção dos fundamentos teórico-metodológicos da profissão.

Assim como Netto, Iamamoto em 1982 já alertava para o fato de que “a construção de um projeto de formação profissional deve superar o nível da mera ideologização da profissão, da denúncia das correntes tradicionais, para uma compreensão rigorosa do ponto de vista teórico-metodológico das correntes de pensamento vigentes na interpretação da profissão” (Iamamoto, 2004a, p. 170). A mesma autora, em uma linha de pensamento muito próxima de Netto, afirma ainda que o “conhecimento se constrói no contraponto permanente com a produção intelectual herdada, incorporando-a criticamente e ultrapassando o conhecimento acumulado” (Iamamoto, 2004a, p. 184).

Portanto, um dos caminhos possíveis para superação desta lacuna na produção teórica é a própria abertura ao debate plural no âmbito profissional levado a cabo com rigor teórico. Iamamoto considera “fundamental que a polêmica sobre as diferentes concepções teórico-metodológicas se solidifique no meio acadêmico-profissional, numa perspectiva pluralista, o que não se confunde com o ecletismo” (Iamamoto, 2004a, p. 180). Em outro momento, definindo a competência profissional, afirma que esta implica “um diálogo crítico com a herança intelectual incorporada no discurso do Serviço Social” e pela construção de um diálogo fértil entre a história em geral e a história do pensamento social moderno. O pluralismo é o pressuposto para fertilidade do debate teórico-metodológico profissional.

Os limites deste trabalho não permitem aprofundar o debate sobre o pluralismo, feito dentro e fora dos muros da profissão, sendo esta apenas uma das saídas possíveis. Neste trabalho não toquei ainda em outras dificuldades relativas à própria produção do conhecimento científico

na atual conjuntura, que certamente devem ter lugar privilegiado quando tratamos da produção de conhecimento, assim como outros pontos de relevância. Trata-se, sobretudo, de um artigo que busca provocar o debate sobre o tema.

Referências bibliográficas

- ABESS. Metodologia: uma questão em questão. *Cadernos ABESS*. São Paulo: Cortez, p. 99-188. 1989.
- ABEPSS. *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
- ANDERSON, F. R. P. *A crise da crise do marxismo*: introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- BAPTISTA, M. V. A produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no Serviço Social. *Cadernos ABESS*. São Paulo: Cortez, p. 84-95. 1992.
- CANTALICE, L. B. O. et al. As atuais tendências teórico-metodológicas na produção do conhecimento em Serviço Social no Brasil. In: 16º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 2019. Brasília. Anais... Brasília, v. 16, n. 1. 2019.
- CARVALHO, A. M. P. A pesquisa no debate contemporâneo e o Serviço Social. *Cadernos ABESS*. São Paulo: Cortez, p. 43-66. 1992.
- CLOSS, T. T. *Fundamentos do Serviço Social*: um estudo a partir da produção da área. Porto Alegre: PUC-RS, 2015.
- CORDEIRO, M. G. *Materialismo dialético e serviço social*: um retorno aos fundamentos do método no pensamento de Marx. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2019.
- FALEIROS, V. P. *Metodologia e ideologia do trabalho social*. São Paulo: Cortez, 1997a.
- FALEIROS, V. P. *Saber profissional e poder institucional*. São Paulo: Cortez, 1997b.
- FALEIROS, V. P. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1999.
- FORTI, V.; GUERRA, Y. Na prática a teoria é outra? In: *Serviço Social*: temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- GUERRA, Y. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. *Revista Temporalis*, Brasília, v. 11, n. 22, p. 125-158, jul./dez. 2011.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000.
- IAMAMOTO, M. V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2004a.
- IAMAMOTO, M. V. Os caminhos da pesquisa em Serviço Social. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, ABEPSS, Fortaleza. Anais... Fortaleza: ABEPSS, 2004b.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempos de capital fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2010.
- IANNI, O. A crise dos paradigmas na sociologia. *Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Campinas, n. 20, p. 195-215, jun. 1990.
- KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimento em Serviço Social. São Paulo: *Cadernos ABESS*, n. 8, p. 33-76, nov. 1998.
- LOPES, I. C. C. *A mediação da arte na educação para a práxis política*: reflexões para a construção da nova cultura. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A sagrada família ou A crítica da Crítica Crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MENDES, J. M. R.; ALMEIDA, B. L. F. As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 120, p. 640-661, out./dez. 2014.
- MINAYO, M. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- NETTO, J. P. Relendo a teoria marxista da história. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.C.; SANFELICE, J.L. (Org.). *História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual*. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 1998. p. 50-64.
- NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. *Cadernos ABESS*. São Paulo: Cortez, p. 89-102. 1988.
- NETTO, J. P. Teoria, método e história na formação profissional. *Cadernos ABESS*. São Paulo: Cortez, p. 43-71. 1989.
- NETTO, J. P. A controvérsia paradigmática nas ciências sociais. *Cadernos ABESS*. São Paulo: Cortez, 1992.
- NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-700.
- OURIQUES, A. C. N. *O método crítico dialético no Serviço Social: o debate no âmbito da formação profissional*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- PASCHOAL, A. M. *A questão do método no ensino do serviço social: um estudo na perspectiva marxista*. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- PRATES, J. C.; CLOSS, T. T.; CARRARO, G. Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: tendências das áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v.18, n.2, p. 5-33, jan./jun. 2016.
- QUIROGA, L. *Uma invasão às ocultas: reduções positivistas no marxismo e suas manifestações no ensino de metodologia do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1989.
- ROBERTO, A. C. J. M. *Teoria da complexidade: uma contribuição para o Serviço Social*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SILVA, M. O. da S.; CARVALHO, D. B. B. (Org.). *Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SILVA, A. G. da; SOUZA, K. S. de; CANTALICE, L. B. O. A Produção do Conhecimento em Serviço Social no Âmbito da Pós-graduação. In: 5º ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL12º ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, Vitória, ES. Anais... Vitória: ES. 2017.
- TORRES, M. M. *A coruja e o camelo: a interlocução construída pelos assistentes sociais com as tendências teórico-metodológicas do Serviço Social*. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- YAZBEK, C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS\ABEPSS, 2009. p.143-164.
- ZACARIAS, I. R. *A influência da teoria marxiana no trabalho do assistente social*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- ZACARIAS, I. R. *A mediação da teoria e do método em Marx na formação profissional em Serviço Social*. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

Conservadorismo enquanto ideologia-política e peleja histórica do Serviço Social

Conservatism as a political ideology and a historical struggle of Social Work

Francisco Flávio Eufrasio*

Resumo: O trabalho reforça que o conservadorismo foi e permanece sendo uma peleja histórica do Serviço Social e que se expressa ideológica e politicamente na estrutura societária nacional. Apresenta breves análises sobre as influências do conservadorismo na formação das relações sociais e argumenta que elas são mantidas pelo setor burguês para impedir o feneamento do sistema de classes que se formou no país. Indica que o conservadorismo, enquanto ideologia-política, ainda incide sobre o Serviço Social, principalmente via espaços sócio-ocupacionais, e considera que o rompimento definitivo com tal fenômeno, por parte da categoria profissional, será possível quando ocorrer o feneamento do sistema de classes.

Palavras-chaves: Conservadorismo; Espaços sócio-ocupacionais; Serviço Social.

Abstract: The work highlights that conservatism was and remains a historical struggle of Social Work, which is expressed ideologically and politically in the national societal structure. It presents brief analyses of the influences of conservatism on the formation of social relations and argues that they are maintained by the bourgeois sector to prevent the disappearance of the class system that has been formed in the country. It indicates that conservatism, as an ideology-politics, still affects Social Work, mainly via socio-occupational spaces, and considers, based on a literature review, that the rupture with this phenomenon, on the part of the professional category, will only be possible when the class system that was formed.

Keywords: Conservatism; Socio-occupational spaces; Social Work.

Introdução

Rasgos axiais sobre o problema. Preliminarmente, segundo Netto (2011), o sincretismo é

O fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. *O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social* (Netto, 2011, p. 92).

Considero que o sincretismo representa a mescla de circunstâncias distintas, como: a

* Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Mestre em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN. Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6835-349X>

arcaização do moderno e a modernização do arcaico (Fernandes, 1975). O sincretismo é um fenômeno que simboliza uma incompatibilidade de conjunturas desiguais coexistindo. Ele se apresenta predominantemente nas relações sociais mediante eventualidades, acontecimentos, episódios etc. que se contrapõem à dita sociabilidade moderna ao reviver e revitalizar anacronismos incompatíveis com os avanços teleológicos e ontológicos da humanidade no tempo presente. Dessa forma, o sincretismo acaba limitando mudanças sócio-estruturais profundas e capazes de romper com a ordem societária vigente, por isso, compreendo o sincretismo como uma contradição do sistema capitalista.

O sincretismo que desenvolve o Serviço Social (Netto, 2011) é processado pelo desenvolvimento capitalista, tanto ideológica quanto politicamente. Ele se manifesta de forma objetiva e subjetiva, também mediante práticas conservadoras que o perpetuam e, ao perpetuá-lo, se conservam. Neste caso, e concordando com Souza (2020), reforço: o sincretismo é uma expressão do conservadorismo que, somado ao ecletismo, (re)produz agravos no Serviço Social, já que “o conservadorismo nunca deixou de permeiar a formação e o [exercício] profissional. Por vezes explícita, por vezes implicitamente” (Boschetti, 2015, p. 639).

Para Souza (2020), ainda é necessário tratar o conservadorismo, assim como sua expressão sincrética e eclética, enquanto problemáticas a serem enfrentadas em suas dimensões sócio-históricas, teóricas, culturais, políticas e ideológicas. Ainda segundo o autor, o Serviço Social deve compreender o conservadorismo enquanto fenômeno presente na totalidade das relações sociais, percebendo-o enquanto determinação estrutural dotada de raiz político-ideológica, arraigada e nutrida nas/pelas contradições capitalistas, para efetivar definitivamente a tão aspirada ruptura com a estrutura sincrética do Serviço Social de notoriedade conservadora.

O conservadorismo ainda se apresenta enquanto peleja histórica do Serviço Social (Maranhão, 2016), ao incidir precipuamente sobre a profissão via espaços de trabalho, os quais carregam consigo tensões de classes e disputas de projetos societários que podem gerar complicações na operacionalidade do exercício profissional, seja pela incidência da autonomia relativa (Iamamoto, 2012) sobre o profissional inserido tanto dentro, quanto fora dos espaços de trabalho das políticas públicas e sociais, seja pela via da regressão ou retirada de direitos sociais, mediante a desproteção social do Estado que negligencia e vilipendia a questão social, a partir da ideologia-política conservacionista e reacionária capaz de (re)definir o papel e a função do Estado diante dela (questão social), o que pode impactar, direta ou indiretamente, nas condições e relações de trabalho de assistentes sociais (Moura, 2019).

Tais possíveis circunstâncias indicam que o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, ainda que ancorado numa perspectiva crítica, política e

ética, não é alheio às contradições, tampouco às ideologias do sistema capitalista que incidem tanto sobre o exercício profissional quanto sobre as suas instituições empregadoras.

A questão do conservadorismo e suas repercussões tradicionalistas e restauradoras também se apresentam como problemáticas cruciais ao Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, ao repercutirem nos princípios norteadores da profissão, sobretudo naqueles referentes¹ ao compromisso da categoria profissional com a emancipação humana (Souza, 2020). Além disso, o conservadorismo presente nas relações sociais tem produzido no interior da categoria profissional pensamentos e análises que afirmam haver um hiato entre formação e exercício profissional, ao fomentar pensamentos de que há “um fosso entre um projeto de formação baseado na teoria crítica marxista e uma prática profissional que não incorporaria essas referências teóricas e incorreria em trabalhos profissionais conservadores e reiterados” (Boschetti, 2015, p. 638).

Ocorre que o conservadorismo é politicamente ideológico (Souza, 2020). Ele se fez e se faz presente em todas as relações sociais, especialmente no exercício da categoria profissional nos espaços sócio-ocupacionais, ainda possivelmente por práticas tradicionais, burocráticas, alienadas e reducionistas, destituídas de referencial histórico-crítico, as quais podem ser impostas muitas das vezes de maneira compulsória sobre o profissional (Martinelli, 1989). Assim, podendo resultar num exercício profissional desassociado da práxis e reverberar em práticas policialescas, classistas e de culpabilização do usuário dos serviços, programas, projetos e benefícios das políticas públicas e sociais, já que essas possíveis práticas tendem a ser influenciadas por perspectivas teóricas pós-modernas, positivistas, funcionais e estruturalistas, as quais circunscrevem os possíveis danos das influências ideológicas do conservadorismo no “saber-fazer” profissional. Uma vez que, direta ou indiretamente, “[...] decisivas as tendências conservadoras da política institucional do Estado brasileiro, com as quais se relacionam mais diretamente as entidades representativas do [Serviço Social e o exercício profissional]” (Souza, 2020, p. 37).

Evidentemente, tais circunstâncias podem impactar porventura o Serviço Social, em geral, e o exercício profissional em particular, seja por uma possível “corrosão” do estatuto teórico e político da profissão via ecletismo: o qual constitui uma dimensão que tende “a reproduzir traços do conservadorismo no Serviço Social, funcionando como uma espécie de caixa de ressonância do conservadorismo crescente na sociedade brasileira” (Souza, 2020, p.

¹ Ver em específico o Código de Ética do Serviço Social, principalmente seus princípios fundamentais. Disponível em: <http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2015/10/C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-10-ed..pdf>. Acesso em: 08 out. 2023.

64); ou por uma possível “colisão” com estatuto profissional do Serviço Social, ao afetar os princípios norteadores da profissão via conservadorismo: o qual tende a manter “sua influência, contraditoriamente, no cotidiano do Serviço Social como profissão e como área de conhecimento” (Souza, 2020, p. 64).

Ainda assim, é preciso reconhecer que tais fenômenos (ecletismo e conservadorismo) não são requisitados ou mesmo vilipendiados pelo Serviço Social, ao contrário, eles são impostos à categoria profissional mediante “um conjunto de determinantes históricos, que fogem ao seu controle e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional” (Iamamoto, 2014, p. 424).

Situado isso, resta ratificar que o objetivo do trabalho é apresentar breves análises sobre o conservadorismo enquanto ideologia-política: implementada e mantida como substrato das relações sociais pelos setores burgueses na perspectiva de impedir possível fenecimento do sistema de classes que se formou e se desenvolve no Brasil. Em seguida, tem em vista indicar como o conservadorismo se apresenta no Serviço Social, destacando o espaço sócio-ocupacional² que emprega assistentes sociais como uma das vias para a incidência do conservadorismo sobre a profissão. Por fim, argumenta que o conservadorismo enquanto ideologia-política ainda repercute negativamente no Serviço Social, e considera que o rompimento com tal fenômeno por parte da categoria profissional será possível quando ocorrer o fenecimento do sistema de classes.

As reflexões aqui apresentadas são resultadas de revisões bibliográficas. Em especial, recorreu-se à tese de doutorado de Jamerson Murillo Anunciação de Souza — “*Tendências ideológicas do conservadorismo*” —, na perspectiva de compreender o conservadorismo enquanto ideologia-política. Artigos e livros também foram utilizados na construção da análise, tais como Iamamoto (2014; 2009), Netto (2011), Mota (2012), Boschetti (2015), etc. Quanto à bibliografia referente às influências do conservadorismo nas relações sociais no Brasil, uma obra em particular se destaca: “*Sociedade de classes e subdesenvolvimento*”, de autoria do sociólogo Florestan Fernandes (2008). Ao priorizar tais bibliografias, visei compreender as influências da ideologia-política do conservadorismo no Brasil e no Serviço Social, na perspectiva de contribuir ao debate e no combate ao conservadorismo.

² Não há destaque em especial de nenhum espaço sócio-ocupacional. Elaboro minha análise a partir do entendimento de que todos os espaços sócio-ocupacionais que empregam assistentes sociais, em alguma medida, são campos de disputas de interesses de classes antagônicas, bem como são espaços receptores e propagadores do conservadorismo, devido à sua natureza contraditória (Moura, 2019; Iamamoto, 2009).

Breve análise da ideologia-política do conservadorismo (e suas influências) no Brasil

O conservadorismo tem sido a tônica da política brasileira nos últimos anos. [...] A razão disso é o significado social que o pensamento e a práxis conservadoras representam. Em um país de inserção periférica, dependente [...] no circuito da divisão internacional do trabalho, como o Brasil, as ideologias conservadoras, em geral, e o conservadorismo em particular, tendem a ressoar e a repercutir com intensidade sobre a cultura, a economia e a política (Souza, 2016, p. 360).

O conservadorismo presente nas relações sociais que se constituíram (e se constituem) no Brasil, de característica razoavelmente distinta de “outros conservadorismos” presentes em países de formação econômica clássica, mas, ao mesmo tempo, imprimindo certas similaridades constitutivas “abrasileiradas”, parece resultar de amálgamas políticas e ideológicas mediante aproximações com o fascismo e com o bonapartismo (Souza, 2020). Sua composição, oriunda de ideologias políticas ultranacionalistas, autoritárias e ditatoriais, somada à personificação de tradições, valores e princípios reivindicados pela classe socioracial, política e economicamente dominante como verdades intransigentes, é frequentemente (re)atualizada para (re)definir métodos conservacionistas e inibidores de mudanças radicais e profundas capazes de romper com as “revoluções” dentro da ordem (Fernandes, 2008).

Suas influências tendem a “acentuar elementos de uma herança histórica que, mediante contradições, não foi inteiramente superada” (Souza, 2020, p. 275). E, pelo que é perceptível pelo que ocorreu e se agravou no governo Bolsonaro, elas permanecem presentes “no cotidiano e nos interesses das classes dominantes e dominadas, influenciando, sobretudo, suas escolhas políticas, ideias, valores, costumes e relações sociais” (Souza, 2020, p. 275).

Acerca destas influências, é preciso lembrar que o padrão de civilização conservador vigente no Brasil, agudizado com a latência do autoritarismo e da autocracia burguesa no governo Bolsonaro (Pereira, et al., 2021), não é uma adversidade societária contemporânea, tampouco essencialmente autêntica: ele foi “transferido ou transplantado de fora, [...] por via de herança cultural e de participação contínua nos processos de transformação dessa civilização, ocorridos nos centros originais de sua elaboração e irradiação” (Fernandes, 2008, p. 141), com a perspectiva de garantir estabilidade das posições estratégicas para o setor político e economicamente dominante na estrutura das classes sociais em disputa, mediante a arcaização do moderno e a modernização do arcaico sobre bases conservadoras capazes de centralizar o monopólio do poder sob o controle de uma de suas facções (Fernandes, 1975; 2008).

Como fenômeno utilizado para preservar o domínio do poder da classe socioracial, política e economicamente dominante, inerente à atual organização da sociedade no complexo

econômico urbano-industrial, o conservadorismo elaborado no país foi mais requisitado após a finalização da produção de base escravista, em meio a um potencial desequilíbrio e instabilidade das relações sociais desiguais, sobretudo pelos setores burgueses na perspectiva de conservar política e ideologicamente a consolidação e expansão do capitalismo brasileiro ao velho estilo das elites senhoriais.

Com isso, [estou convencido] de que a formação do “conservadorismo à brasileira” emerge em um contexto histórico marcado por um racismo enraizado que atinge também as instituições, resultante da exploração secular do trabalho escravo e pelo tardio estabelecimento de relações tipicamente capitalistas. Trata-se de uma transição capitalista sem a mediação de um processo revolucionário “clássico” e sem um corte profundo e definitivo com as formas pré-capitalistas, ou extraeconômicas, de subordinação do trabalho ao capital (Souza, 2020, p. 278).

Neste caso, viso argumentar que o conservadorismo enquanto ideologia-política serviu de substrato para preservar as disparidades entre as classes sociorraciais e conduzir uma processualidade de mudanças políticas e econômicas tipicamente capitalistas, preliminarmente sob o signo do liberalismo e posteriormente sob o signo do neoliberalismo.

Foi especialmente a partir de 1930, se agudizando em 1970, mas também em 2008, sobretudo a partir do crescimento das teorias irracionais e acríticas, que o conservadorismo possibilitou como ainda tem possibilitado estabilidade para o desenvolvimento da burguesia nacional, muito vinculado ao agravamento da questão social e de sua negligência, principalmente por parte do Estado, ao revitalizar uma cultura conservadora no enfrentamento da questão social (Mota, 2012).

Ocorre que os meios de “enfrentamento” da questão social muitas das vezes são destituídos de significados políticos, do ponto de vista histórico e teórico, os quais desvinculam a compreensão do surgimento da questão social da lei geral da acumulação, da centralização e da concentração de capitais, bem como da intervenção do Estado diante das desigualdades sociais e da constituição e ingresso da classe trabalhadora no circuito social, exigindo seu reconhecimento de classe social por parte do Estado e do empresariado (Iamamoto; Carvalho, 2014).

A administração da questão social nesta sociabilidade, marcada por reformas paliativas, não aspira resultar em sua superação como uma prática de transformação e eliminação da ordem social que lhe determina. Ao contrário, a questão social tem sido “enfrentada” mediante ações restauradoras e conservadoras nos marcos da sociedade burguesa (Mota, 2012). Em outras palavras, o trato da questão social, nos marcos da ordem vigente, é condicionado a “políticas e reformas sociais que mantêm intocadas a propriedade privada e a exploração do trabalho

alheio” (Mota, 2012, p. 27).

Tal realidade parece estar relacionada a parâmetros alienantes/alienadores e inibidores de entendimento crítico sobre a questão social e sobre o sistema político-econômico que a constitui. Isso porque a ideologia-política expressa pelo conservadorismo, ao mesmo tempo, em que funciona como mecanismo resguardador da ordem vigente, também determina a compreensão sobre ela, ao condimentar pensamentos, ideias, valores, crenças e relações sociais que a percebem como normalidade e insuperável; e ao fomentar concepções de realidade fetichizadas e reducionistas apoiadas em experiências limitadas e em abordagens irrationais sobre a complexidade e totalidade do real, acaba por garantir que as bases de produção e reprodução do sistema capitalista permaneçam intactas e inalteráveis.

Acerca da temática, Rodrigues (2012), em seu trabalho “*O estruturalismo e a miséria da razão: bases para uma crítica a Foucault*”, chama a atenção para as influências das perspectivas teóricas acríticas relacionadas às tentativas de compreensão da realidade concreta. Ao analisar as abordagens de Foucault apoiadas em experiências reducionistas da realidade, a autora defende que elas são elaboradas mediante abstrações superficiais e irrationais que reduzem a razão, a intelectualidade e o entendimento à imediaticidade pragmática, deixando de fora a compreensão dialética por se “aferrar a uma modalidade operativa racional essencialmente limitada, cujos procedimentos dedutivos e lógico-matemáticos que lhes são próprio[s] [...] deixam escapar a dinâmica contraditória e processual dos fenômenos” (Rodrigues, 2012, p. 168).

São abordagens analíticas que tiveram proporções significativas associadas às complicações próprias do sistema capitalista e como esse sistema as utiliza em sintonia com o conservadorismo: pois “as influências conservacionistas se mantiveram tão fortes e em condições de neutralizar o impacto das influências inovadoras no comportamento social [inteligentemente crítico]” (Fernandes, 2008, p. 109).

O momento histórico e factual de sua generalidade, pelo que se pode inferir de Souza (2020), ocorreu no último quartel do século XX, precisamente durante a década de 1970, com o neoliberalismo representando, cognoscível e criticamente, a decadência liberal e sociometabólica do sistema capitalista (Mészáros, 2011). Além disso, houve nesse período a proliferação de perspectivas pós-modernas, estruturalistas e pós-estruturalistas, reivindicando a refutação de teorias como marxismo, mas que não cunham abordagens de totalidade, tampouco apresentam mediações relativas às opressões, explorações, desigualdades e dominações do respectivo sistema, por associarem contradições próprias do capitalismo à meritocracia, por exemplo.

Associações como essas têm resultado na manutenção das condições reais da produção capitalista e naquelas referentes à sua reprodução (Mandel, 1982), seja pela via da alienação, da fetichização, da reificação ou da manipulação, que por vezes repercutem em pensamentos petrificadores da realidade, os quais podem induzir uma percepção do real de maneira naturalizada; além de poderem fragmentar a totalidade e a luta da classe trabalhadora enquanto unidade de diversos, ao fomentar a perspectiva do identitarismo.

Essas ações são potenciais estimuladoras de determinações e de justificativas políticas e ideológicas que podem conferir pontos de vista significativamente diferentes aos sujeitos sociais, segundo suas posições sociais em relação aos instrumentos disponíveis de controle social, mantidos por uma tradição culturalmente conservadora. No Brasil, a cultura conservadora inerente ao “sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de maneira a apresentar suas próprias regras de seletividade, tendenciosidade, discriminação e até distorção sistemática como ‘normalidade’, ‘objetividade’ e ‘imparcialidade científica’” (Mészárós, 2004, p. 13)³. Suas repercussões tendem a manter estruturas sociais que “continuam a ter vitalidade para preservar técnicas arcaicas legalmente proscritas de controle autoritário do poder, enquanto as sociais modernas não possuem bastante vitalidade para impor ou defender as técnicas democráticas de organização do poder” (Fernandes, 2008, p. 133).

Ocorre que há relativa conexão entre a irracionalidade e o conservadorismo. Ambos se fortalecem reciprocamente, estabelecem bases de mandonismo e definem diagnósticos conservacionistas e de culpabilização sobre a matéria-prima do Serviço Social, a qual é a questão social, além de definir o papel e a função do Estado diante dela (Iamamoto; Carvalho, 2014; Souza, 2020). Além disso, as funções do conservadorismo “brasileirado” imprimem o impasse político-ideológico posto diante das tentativas de avanço e das manifestações dos circuitos sociais insatisfeitos com a processualidade civilizatória nacional.

Nos últimos anos, especialmente entre 2018 e 2022, a classe trabalhadora se deparou (como ainda se depara) com grandes desafios no enfrentamento do conservadorismo e de sua ideologia-política, sobretudo num contexto político, social e econômico marcado pelo aumento da precariedade e da flexibilidade das condições e relações de trabalho; pelo crescimento da informalidade; pela tendência crescente da plataformização do trabalho no tempo histórico da chamada indústria 4.0; além do crescente desemprego e do cerceamento de direitos sociais e trabalhistas.

³ Partes da obra “O poder da ideologia” do Ístván Mészárós (2004), disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/826870/mod_resource/content/1/MESZAROS.%20O%20poder%20da%20ideologia%20%28pp.%2011-27%29.pdf. Acesso em: 11 jul. 2023.

Atualmente, a luta que a classe trabalhadora tem empreendido no Brasil é majoritariamente referente à defesa da permanência de direitos sociais que conseguiram — mediante muita resistência por parte da sociedade civil progressista — atravessar o governo Bolsonaro. Em contraposição, o conservadorismo e sua ideologia-política têm alçado voo junto da extrema-direita, a qual o mantém como guardião do seu projeto societário (Barroco, 2022).

É significativo destacar que o combate ao conservadorismo não está apenas relacionado à realização de mudanças nas mais “simples” relações sociais, já que a luta contra ele demanda transformações profundas em todas as esferas sociais, sobretudo nas representativas da sociedade civil que, durante os anos de gestão do governo Bolsonaro, foram majoritariamente ocupadas pela extrema-direita reacionária e conservadora, representada pela bancada parlamentar da “bíblia”, da “bala” e do “boi”. E que tiveram como principal apoiador de suas práticas e deliberações reacionárias e conservadoras a figura de Bolsonaro.

Para Pereira *et al.* (2021), o ingresso de Jair Bolsonaro à Presidência da República foi decorrente da permanência de setores conservadores presentes nas instituições representativas da sociedade civil desde o golpe militar de 1964. Para a autora, esses setores vêm empreendendo ações reacionárias e restauradoras na perspectiva de barrar o projeto revolucionário da classe trabalhadora que havia prosperado junto aos avanços sociais nos primeiros governos petistas. Contudo, o resultado indesejado obtido por esses setores foi, sobretudo, o baixo rendimento em lucratividade, já que Bolsonaro “não mirou no aumento dos lucros do capital ou na solidificação de valores conservadores tradicionais” (Pereira *et al.*, 2021, p. 8). Já para Bolsonaro, os efeitos inesperados de sua contraposição de projetos desembocaram na perda de apoio e força política na sua tentativa de reeleição em 2022. Para a classe trabalhadora, os efeitos desse jogo sádico de interesses desencadearam a difusão e a legitimação social do chamado neoconservadorismo de feições neoliberais (Barroco, 2022).

Em Barroco (2022), podemos inferir que a constituição do neoconservadorismo representa uma tentativa de atualização de fenômenos históricos utilizados pelo capitalismo para manter suas bases de produção e reprodução operando. Se o conservadorismo desenvolvido no Brasil resultou de amalgamas políticas e ideológicas da junção de elementos fascistas e bonapartistas, o neoconservadorismo, por outro lado, conservou tais elementos e agregou outros, pois o neoconservadorismo se “consiste na junção entre os valores do conservadorismo moderno e os princípios do neoliberalismo” (Barroco, 2022, p. 13). Segundo a autora, “do conservadorismo clássico, preservam-se a tradição, a experiência, o preconceito, a ordem, a hierarquia, a autoridade, valorizando-se as instituições tradicionais, como a igreja e a família patriarcal” (Barroco, 2022, p. 13). Já do neoliberalismo, “conservam-se a não

interferência do Estado na economia, o empreendedorismo, a meritocracia, o privatismo, o combate aos movimentos sociais e aos direitos sociais” (Barroco, 2022, p. 13).

Contudo, mesmo com o término do governo Bolsonaro, o conservadorismo e algumas características de sua nova versão permanecem vigentes no cotidiano das relações sociais, pois os setores conservadores que apoiaram a candidatura de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República não foram suprimidos ou eliminados com a derrota do candidato na tentativa de se reeleger em 2022. Os setores conservadores presentes na sociedade brasileira foram fortemente beneficiados tanto politicamente quanto ideológica e economicamente enquanto perdurou a gestão do ex-presidente Bolsonaro.

Atualmente, esses setores se concentram em três principais esferas da sociedade:

1. No religioso. O grande crescimento de igrejas pentecostais e neopentecostais revitaliza as práticas conservadoras e reacionárias na perspectiva de inibir avanços da modernidade ao impor uma percepção de mundo por lentes heurísticas, negando a ciência, naturalizando a desigualdade e enaltecedo a ordem e os “bons costumes” tradicionais que são enviesados de preconceitos, discriminações e intolerâncias (Barroco, 2022).
2. Nas forças militares. As forças militares exercem papel axial na preservação da ordem burguesa e da cultura conservadora. As ações empreendidas pelas forças militares não visam mediar conflitos, tampouco restaurar a convivência social. Ao contrário, elas são operacionalizadas para “reprimir qualquer ameaça das classes dominadas [...] através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário” (Mandel, 1982, p. 334).
3. Nas propostas neofascistas. As quais visam incorporar discursos de ódio, intolerância, defesa de um nacionalismo radical e o uso da força e da violência no circuito social e econômico, além de enaltecer determinada raça simultaneamente ao extermínio de outras. Nessas propostas, os setores conservadores “encontram ressonância num tempo em que o emprego é escasso e a competição toma o lugar da solidariedade; em que a barbárie dissemina o ódio e a desumanização; em que a brutalidade passa a ser virtude política e o irracionalismo apela aos piores instintos e às reservas de animalidade que brotam no indivíduo, na sociedade capitalista” (Barroco, 2022, p. 13).

Mesmo o país experimentando poucas progressões e muitas convulsões políticas dramáticas, relacionadas a mudanças de produção econômica de baixo desenvolvimento

interno, mas de alta rentabilidade externa após 1930, que se agravaram com a instalação de uma ditadura que reorientou a organização e as polarizações do poder na sociedade brasileira em 1937, subsequentemente, desemborcando numa “renovação” da “democracia” liberal-conservadora, somada ao suicídio de um presidente eleito e a renúncia de outro, que gestou uma experiência parlamentarista efêmera e extemporânea, mas também uma conspiração civil com apoio militar que redundou num golpe de Estado contrarrevolucionário e na implementação de um regime militar autoritário em 1964, o qual reatualizou o substrato material, político e ideológico que fez crescer a autocracia burguesa e conservadora que perdura até os dias atuais, é possível perceber que o conservadorismo nessa processualidade histórica-civilizatória não deu trégua; ao contrário, contribuiu significativamente para manter a organização da estrutura de classes no Brasil, em patamares que facilitou, em todos os níveis e em todos os momentos históricos do país: a absorção dos “progressos” pelos setores socioraciais, políticos e economicamente dominantes (Fernandes, 2008; Souza, 2020).

Nesse caso, é fundamental reconhecer “que o conservadorismo como forma de pensamento [político e ideológico] e experiência prática é resultado de um contra movimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras” (Yazbek, 2020, p. 300). Sua notoriedade se espraia em todos os âmbitos das relações sociais, garantindo a inviolabilidade de mudanças estruturais capazes de erradicá-lo. Por isso, o conservadorismo ainda se apresenta no Serviço Social, mesmo havendo intencionalidade de rompimento com ele por parte da categoria profissional. Portanto, é necessário não vilipendiar, tampouco negligenciar a existência do conservadorismo nas relações sociais que se forjaram no país, muito menos desconsiderar sua incidência no Serviço Social, majoritariamente viabilizada a partir dos espaços do exercício profissional.

Conservadorismo e sua incidência no Serviço Social via espaços sócio-ocupacionais

Preliminarmente, [parto] do entendimento de que as demandas postas no cotidiano profissional têm requisitado ações cada vez mais imediatas, fragmentadas, heterogêneas e superficiais aos assistentes sociais, e que as políticas sociais [e públicas, as quais são campos da] intervenção dos profissionais, carregam contradições inerentes à sua própria natureza. É importante também situar que, num contexto de crise estrutural do capital, a lógica neoliberal – vista como saída à crise – adentra e interfere consideravelmente nas relações de trabalho dos assistentes sociais, pois com vínculos precários, baixa remuneração, desemprego e condições mínimas para o exercício profissional, muitos assistentes sociais acabam por acatar determinações que são contrárias aos princípios da profissão. Os espaços sócio-ocupacionais, enquanto instituições que possibilitam a atuação dos profissionais, também [são] composto[s] por interesses diversos e expressa[m] muitas das vezes determinações contrárias aos princípios profissionais. Assim,

os assistentes sociais inseridos na saúde, educação, assistência social, sociojurídico e outras áreas enfrentam dilemas diversos quando optam pelo projeto crítico da profissão [contrário ao conservadorismo] (Moura, 2019, p. 114).

Os espaços sócio-ocupacionais que empregam assistentes sociais se apresentam como ambientes contraditórios, ora representando avanços, ora retrocessos. São pensados, elaborados e desenvolvidos pelo Estado (e pelo empresariado), mediante exigências e lutas da classe trabalhadora, para oferecer mínima cobertura e assistência social e máxima proteção empresarial, já que têm como uma de suas finalidades gerarem aquietamento social. Eles são produtos da efetivação e da execução de políticas públicas e sociais, desenvolvidas para responder aos agravos sociais produzidos pelas desigualdades e explorações do sistema capitalista e assim produzir, a curto e médio prazo, controle e apaziguamento entre burgueses e operários. Por outro lado, segundo Iamamoto (2009), os espaços sócio-ocupacionais se constituem enquanto ambientes para realização da venda da força de trabalho do profissional como tal.

Segundo Iamamoto (2009),

O exercício da profissão realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, que tem na esfera do Estado e nos organismos privados – empresariais ou não – os pilares de maior sustentação dos espaços ocupacionais desse profissional, perfilando o seu mercado de trabalho, componente essencial da profissionalização do Serviço Social. A mercantilização da força de trabalho, pressuposto do estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional (Iamamoto, 2009, p. 8).

637

O profissional do Serviço Social, ao ser inserido nos espaços operacionais das políticas públicas e sociais — Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), hospitais, instituições públicas de ensino básico ou superior, Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), mas também nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), Núcleos Ampliados de Saúde da Família (NASFs), etc. —, é recrutado pelo Estado para atuar na mediação de direitos; na prestação de assessoria e consultoria a órgãos da administração pública ou privada, seja direta ou indiretamente; na resolução de possíveis problemas que possam surgir entre os usuários e as instituições públicas e sociais que dispõem de programas, projetos, serviços e benefícios constitucionalmente garantidos; mas também na elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas públicas e sociais, conforme as diligências das competências profissionais dispostas no Art. 4º da Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993, a qual regulamenta a profissão.

Sua inserção e exercício profissional são permeados por contradições próprias das instituições empregadoras, devido ao paradoxo funcional que as constitui enquanto espaços institucionais expressivos de contradições sociais (Iamamoto, 2009). Não obstante, é importante lembrar que o surgimento do Serviço Social brasileiro esteve associado à mundialização da matéria-prima de sua intervenção profissional, as quais são as expressões da questão social que se generalizaram a partir do desenvolvimento e mundialização do sistema capitalista, mais precisamente em seu estágio imperialista, pelo que se pode inferir de Netto (2011).

Foi particularmente no imperialismo que as desigualdades entre os vários segmentos sócio-raciais se agudizaram e ganharam generalidade no país, com destaque especial para a pauperização da classe trabalhadora, acrescida tanto pela concentração de riquezas quanto pela relação desigual e exploratória entre burguesia e operariado oriunda do sistema capitalista (Netto, 2011). Cabe destacar, rapidamente, que

não existe uma relação direta e imediata entre Serviço Social e questão social [...]. A relação existente é de natureza mediata em face das determinações históricas da existência e reprodução da profissão que se materializam nas demandas do Estado, do setor privado mercantil ou não e dos movimentos e organizações sociais e populares via obtenção ou execução de meios que permitam o enfrentamento das expressões da questão social (Mota, 2012, p. 34).

Ao destacar essa natureza mediata entre Serviço Social e questão social, seja pelo setor público ou privado, viso enfatizar que não há uma inherência orgânica entre a profissão e a questão social. Em poucas palavras, não é o Serviço Social que cria ou mantém a questão social vívida e latente, tampouco será o Serviço Social e os seus agentes profissionais que o constituem que irão erradicá-la isoladamente. A questão social é um dos principais problemas produzidos pelo capitalismo e só a classe trabalhadora internacionalizada e mundializada conseguirá, coletivamente, destruí-lo.

No Brasil, a questão social ganha maior notoriedade a partir de 1930, muito associada aos agravos sociais produzidos pelas tentativas de consolidação do mercado capitalista, pela escassez de postos de trabalho para a classe trabalhadora nativa e nacionalizada compulsoriamente⁴ e pela insalubridade da vida, mas também pela “expansão do processo de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 77).

⁴ Leia-se aqui a população africana escravizada e mantida no país contra sua vontade.

Para o setor conservador, a questão social foi percebida e interpretada como simples episódio epidérmico, sem importância. Reivindicada como fenômeno natural, convertida em objeto de ação moralizadora (Netto, 2011). Para esse setor,

O enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, *a propriedade privada dos meios de produção. [...] trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa*. Tem-se aqui, obviamente, *um reformismo para conservar* (Netto, 2011, p. 115).

A negligência da questão social pelos setores conservadores da sociedade brasileira foi sistemática e deliberadamente bem montada e inteligentemente arquitetada para interpretar as contradições, problemas e desigualdades que são próprias do sistema capitalista como sendo provenientes dos limites de cada indivíduo. Esses setores se utilizaram da culpabilização do sujeito diante da situação-problema para negar o *ethos* da questão, ao reivindicarem lógicas conservadoras e meritocráticas, além de vilipendiar o problema nos seus diversos níveis, desvinculando-o da dinâmica dicotômica produzida pelas explorações e expropriações do sistema capitalista.

Obviamente, tais ações ocultam o real interesse por trás delas: impedir ou limitar a classe trabalhadora de acessar direitos sociais e, com isso, restringir a sociabilização dos recursos públicos. É uma tática dos setores conservadores de impossibilitar que a classe trabalhadora consiga alterar profundamente a estrutura das relações sociais, econômicas e políticas desiguais entre burgueses e operários. Táticas como essa foram bastante empreendidas e facilitadas pela implementação de variadas categorias profissionais, como o Serviço Social, junto aos serviços públicos e sociais, pela perspectiva burguesa de preservar inviolável a estrutura contraditória entre as classes sociais. Neste caso, é possível cogitar que as circunstâncias impostas pela burguesia conservadora sobre o Estado em relação ao trato da questão social podem incidir, direta ou indiretamente, no exercício profissional de assistentes sociais a partir das condições e relações desfavoráveis para a execução do labor profissional nos espaços sócio-ocupacionais das políticas públicas e sociais, podendo gerar restrições e barreiras diante da operacionalidade dos serviços e direitos sociais para a população.

Nesse ínterim, cabe sublinhar que as primeiras intervenções de assistentes sociais no país, por exemplo, caracterizavam-se por práticas conservadoras e associadas aos interesses do modo de produção capitalista, sobretudo a partir de 1930. Martinelli (1989) descreveu o caráter das ações realizadas pelos agentes profissionais anteriormente ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano⁵, como:

⁵ Em poucas palavras, o assim denominado Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano

[...] práticas burocráticas, alienadas e reducionistas, destituídas de referencial histórico-crítico, [...] [marcadas] ainda por uma intensa dessolidarização da categoria profissional, que [incidiram] tanto sobre seus próprios pares como sobre suas relações com outras categorias profissionais (Martinelli, 1989, p. 121).

Nas “[...] primeiras experiências em Serviço Social [...]”, diz Iamamoto e Carvalho (2014, p. 207) “[...] os assistentes sociais atuaram, em geral, na racionalização dos serviços assistenciais ou na sua implementação [...]”, mediante práticas laborais que foram notadamente influenciadas pelo conjunto ideológico e formativo do Serviço Social de cunho positivista, filantrópico, fenomenológico e católico-conservador, denominado pela categoria profissional como protoformas do Serviço Social brasileiro, as quais foram responsáveis por estruturar e adequar, à época, a profissão à ideologia do conservadorismo, constituindo-a como substrato do exercício profissional.

É importante destacar também que o tipo de operacionalidade do Serviço Social, de 1930 até o final da década de 1970, expressou a mais aguda incidência do conservadorismo sobre a categoria profissional, com vista a responder às demandas da burguesia mediante a incidência sobre o exercício profissional, fosse pelo conteúdo teórico/político orientador da intervenção profissional antes e um pouco depois de 1960 (positivista e fenomenológico), ou posteriormente a essa década, com a modernização e reatualização do conservadorismo no interior da profissão até o desencadeamento da intenção de ruptura com o conservadorismo, a qual ganha maior notoriedade em 1979, com o Congresso da Virada⁶.

Embora o Serviço Social tenha buscado gerar mudanças na direção do seu fazer profissional durante e após o Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano, com objetivo de romper com as influências do tradicionalismo conservador; afastando-se da fenomenologia, do positivismo e do ideário católico-conservador através da aproximação sucessiva com a tradição marxista e pela construção de um Projeto Ético-Político — o qual representa a síntese entre o Código de Ética da profissão, as Diretrizes Curriculares e a Lei que regulamenta a profissão (Lei n.º 8.662/93) — voltado a defender os interesses da classe trabalhadora, bem como buscar contribuir na edificação e permanência de um modelo de sociedade cada vez mais igualitário, livre e plural (Netto, 2010); a categoria profissional, apesar disso, ainda se depara com situações contrárias aos interesses da classe trabalhadora, as quais, muitas das vezes, ferem os princípios norteadores da profissão mais relacionados ao exercício

buscou gerar “[...] condições para uma renovação da [profissão] de acordo com suas necessidades e interesses” (Netto, 2010, p. 129).

⁶ Foi durante o Congresso da Virada, no ano de 1979, que a perspectiva de ruptura com o conservadorismo ganhou maior repercussão no interior da categoria profissional. Ver mais em Netto (2010).

profissional, por se transformarem em requisições da burguesia, impostas sobre o exercício profissional via instituições empregadoras, as quais são notadamente impregnadas de ideologias preservadoras e restauradoras do *status quo*, por não serem desenvolvidas mediante perspectiva de superação da exploração do trabalho pelo capital.

É importante destacar que muitas das demandas requisitadas pelas instituições empregadoras aos assistentes sociais acabam se sobrepondo às demandas reais da população, colocando o profissional em um dilema histórico, o qual desencadeia contradições na profissão e no exercício profissional, permanecendo os profissionais, dessa forma, numa espécie de “contínuo hiato operacional”, já que as políticas sociais e os espaços sócio-ocupacionais nos quais os agentes profissionais estão inseridos e as

Ações públicas são instâncias em que se refletem interesses contraditórios e, portanto, espaços de lutas e disputas políticas. Por um lado, eles dispõem de potencial para fazer avançar o processo de democratização das políticas sociais públicas. Por outro lado, [...] podem ser capturados por aqueles que apostam na reiteração do conservantismo político, fazendo vicejar as tradicionais práticas clientelistas, o cultivo do favor e da apropriação privada da coisa pública segundo interesses particularistas, que tradicionalmente impregnaram a cultura política brasileira (Iamamoto, 2009, p. 361).

Isso porque os espaços de atuação profissional congregam contradições que incidem tanto sobre os assistentes sociais quanto sobre outros profissionais, e que podem reverberar possivelmente em prejuízos para a sociedade civil. Embora constituam o resultado das disputas das classes sociais e conquistas da fração operária, os espaços sócio-ocupacionais representam, no fim e ao cabo, ações diretas do Estado (e indiretamente do empresariado) diante da questão social e das lutas da classe trabalhadora. Para Iamamoto (2009), por serem de natureza contraditória, os espaços sócio-ocupacionais se constituem como ambientes laborais cujos profissionais neles inseridos convivem com os impactos das tensões de classes (Iamamoto, 2009).

Desta forma,

O espaço do [exercício] profissional não pode ser tratado exclusivamente na ótica das demandas já consolidadas socialmente, sendo necessário, a partir de um distanciamento crítico do panorama ocupacional, apropriar-se das demandas potenciais que se abrem historicamente à profissão no curso da realidade (Iamamoto, 2009, p. 4).

Já que os campos de atuação dos profissionais de Serviço Social são um dos principais espaços de disputa entre burgueses e operários pelo domínio da “coisa pública” (Iamamoto, 2009), além de serem ambientes laborais cujas tendências conservadoras, arcaicas, autoritárias, burocráticas, alienadas, tradicionalistas, preservadoras e restauradoras se mantêm. Seja pela via da redução da universalidade das ações e serviços de saúde provocada pelo neoliberalismo. Seja

pela seletividade assistencial mediada a partir do nível de renda, o qual é utilizado como um dos parâmetros para acessar serviços, projetos, programas e benefícios da política de assistência social. Isso sem destacar de maneira aprofundada os agravos produzidos pela obrigatoriedade da contribuição à previdência social como regra geral, para, posteriormente, usufruir da cobertura dela em uma sociedade com alto índice de desemprego.

Cabe recordar as contrarreformas do Estado iniciadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso durante a década de 1990, mantidas pelos governos petistas, perpetuadas no governo Temer e agudizadas no governo Bolsonaro, as quais intensificaram a redução de direitos e serviços sociais viabilizados pelas políticas públicas e sociais, a serem efetivados mediante as intervenções de profissionais atuantes nas mesmas.

[Acerca da temática], Behring (2008) destaca que as limitações do Estado ao social, efetivadas em decorrência de uma angulação maior de amparo estatal aos interesses burgueses, são decorrentes da diminuição da proteção social gerada pela tentativa da reestruturação acumulativa após a introdução do modelo neoliberal no país, o qual atingiu, a partir de 1990, não só as políticas públicas e sociais, mas as condições e relações de trabalho, sobretudo nos espaços de trabalho público que empregam assistentes sociais (Eufrazio, 2022, p. 4).

São circunstâncias que imprimem limitações postas frente à efetivação de direitos sociais que, direta ou indiretamente, incidem sobre os agentes profissionais, inseridos tanto naqueles destacados acima quanto em outros espaços sócio-ocupacionais, ocasionando, desta forma, uma latência da relativa autonomia profissional provocada tanto pelas instituições empregadoras quanto pela política-ideológica do conservadorismo presente nelas. A qual esteve significativamente operante no governo Bolsonaro, influenciando ideias, valores, crenças e objetivos da população em geral, como também modificando disposições legais com vista a reduzir direitos sociais, como ocorreu com as leis trabalhistas e com a previdência social. Neste caso, é possível sugerir que uma das formas que o conservadorismo utiliza para incidir no Serviço Social é via espaços sócio-ocupacionais, já que esses, assim como as políticas públicas e sociais que os efetivam e os regulamentam, são permeados por contradições próprias à sua natureza.

Os espaços sócio-ocupacionais permeados de conservadorismo geram no Serviço Social complicações que impactam tanto nas condições quanto nas relações de trabalho. A partir disso, o conservadorismo e sua ideologia-política passam a afetar mais fortemente o chamado estatuto profissional do Serviço Social e, por determinação, os princípios norteadores do exercício profissional. O que orienta tal hipótese é que o conservadorismo é e sempre será: “alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena” (Boschetti, 2015, p. 639).

A repercussão do conservadorismo sobre os princípios norteadores do exercício profissional de assistentes sociais através dos espaços sócio-ocupacionais não visa rebobinar necessariamente a profissão às suas protoformas tradicionais, mas conservar preliminarmente o sistema de classe intocável através da imposição de limitações diante dos avanços da classe trabalhadora e do cerceamento dos direitos sociais.

No campo da economia, o atual contexto de crise capitalista tem revitalizado princípios, ações, medidas e valores conservadores para limitar a socialização da riqueza produzida pela classe trabalhadora, na perspectiva de encontrar saídas para a crise através da expropriação do fundo público. Soma-se a isso o incentivo ao empreendedorismo vinculado à redução do papel do Estado e à diminuição de recursos orçamentários a serem destinados para a efetivação e para a garantia de direitos sociais, cada vez mais fragilizados pelo processo de mercantilização dos serviços públicos e sociais. Para Boschetti (2015), “todas essas medidas estiveram largamente em curso sob o manto neoliberal desde a década de 1970, [alimentando] a competitividade, o individualismo e valores liberais conservadores” (Boschetti, 2015, p. 640).

Em relação ao Serviço Social, mais precisamente aos princípios norteadores do exercício profissional, essas medidas têm afetado mais fortemente duas disposições do Código de Ética Profissional:

- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional (CFESS, 2012, p. 24) e;
- Disposição de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional (CFESS, 2012, p. 31).

No campo social, as funções superestruturais desempenhadas pelo Estado⁷ em função da manutenção das condições de produção e reprodução da sociabilidade capitalista não apenas têm gerado vilipêndio e negligência das expressões da questão social, como as têm intensificado. A série de problemas entorno das condições e relações de trabalho; a mercantilização da educação somada ao aligeiramento nos processos formativos; a fragilidade nas ações e serviços de saúde pública vinculado ao crescimento da procura por planos de saúde privados; os baixos valores dos benefícios previdenciários e as precárias condições de moradia e saneamento básico acabam desencadeando rupturas nas proposições da cobertura social e na Seguridade Social, afetando drasticamente a classe trabalhadora (Boschetti, 2015). Sobre o

⁷ Em Mandel (1982), é possível apreender três principais funções superestruturais desempenhadas pelo Estado em favor do capitalismo: 1 - criar condições gerais de produção e reprodução; 2 - reprimir qualquer ameaça às classes dominantes; 3 - garantir a incidência da ideologia da classe dominante sobre a dominada.

Serviço Social e sobre os princípios norteadores do exercício profissional, o desempenho das funções superestruturais realizadas pelo Estado para manter intacta a sociedade burguesa dificulta os assistentes sociais em promover:

- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras (CFESS, 2012, p. 23);
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida (CFESS, 2012, p. 23);
- A equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (CFESS, 2012, p. 23);

No campo ideológico, o crescimento do fundamentalismo; a intensificação do preconceito, da discriminação, da intolerância contra religiões de matriz africana; o crescente do nível de violência letal contra negros, mulheres e população LGBT+ (BOSCHETTI, 2015), somado à presença de setores conservadores nas instituições representativas da sociedade civil e nas de deliberação de políticas públicas e sociais têm requisitado dos assistentes sociais um empenho grandioso na “eliminação de todas as formas de preconceito, [ao buscarem incentivar] o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 2012, p. 23).

Considerações finais

Nesse breve trabalho, visei tecer análises para identificar se ainda há a incidência do conservadorismo no Serviço Social brasileiro, reconhecendo sua existência. Admitir sua presença não significa refutar, tampouco diminuir os avanços conquistados e produzidos pela categoria profissional, tanto internos quanto externos à profissão.

Além disso, considero que, embora a profissão tenha se estabelecido sobre bases conservadoras, elas necessariamente não são mais o conteúdo da intervenção dos agentes profissionais. Contudo, faz-se necessário reconhecer que tal fenômeno ainda incide sobre o exercício profissional, já que os assistentes sociais exercem suas intervenções laborais em um circuito social e institucional no qual há a presença do conservadorismo.

O conservadorismo continua repercutindo negativamente no Serviço Social, sobretudo por interferências das instituições empregadoras impregnadas de conservadorismo, o qual se apresenta nos espaços sócio-ocupacionais que empregam assistentes sociais, ocasionando dificuldades na qualidade do exercício profissional de assistentes sociais comprometidos com

os interesses da classe trabalhadora.

Embora haja intencionalidade por parte da categoria profissional em romper efetiva e definitivamente com o conservadorismo, cogito que isso só será possível quando ocorrer o falecimento do sistema de classes capitalista, porque é o próprio sistema de classes que mantém vívido o conservadorismo como determinação política e ideológica de preservação do sistema capitalista e da divisão da sociedade em classes distintas e antagônicas. Ou seja, há uma reciprocidade entre conservadorismo e capitalismo, donde ambos se fortalecem mutuamente.

Para concluir, ressalto: é necessário que a categoria profissional, assim como a sociedade civil e, principalmente, alunos de graduação e Pós-Graduação, reconheçam que o Serviço Social, enquanto profissão eclodida na sociabilidade capitalista, não domina a potencialidade, tampouco o poderio de eliminar o respectivo sistema econômico. O Serviço Social, isoladamente, não será a lança que impedirá o capitalismo de se reerguer após momentos de estagnação, tampouco a pedra que atrapalhará seu avanço, muito menos a substância química que irá corroê-lo. O Serviço Social e os seus agentes profissionais fazem parte de um conjunto de operários que vivem sob a égide do capitalismo e qualquer pensamento ou prospecção que reduza o sentido de coletividade revolucionada, endeusando uma profissão ou demonizando-a, não passa de mera alienação.

645

Referências bibliográficas

- BARROCO, Maria Lúcia da Silva. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 143, p. 12-21, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/zjrwPzBctDGqj84D74Vg4cv/>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/xv3Lm3vQmxLmWNTmbpmBzNt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- Brasil. CFESS. *Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. - 10^a. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].
- EUFRAZIO, Francisco Flavio. *Contribuições ao debate do Serviço Social na política previdenciária em tempos de contrarreforma*. XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000038.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. - 5. ed. rev. - São Paulo: Global, 2008.
- Fernandes, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- IAMAMOTO, Marilda Villela.; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço uma interpretação histórico-metodológica*. 4. ed. São Paulo/Lima: Cortez/Celats, 2014.

IAMAMOTO M. *Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>. Acesso em: 30 ago. de 2023.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. - São Paulo: Abril Cultural. 1982.

MARANHÃO, Cézar. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (org.). *Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2016.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 1989.

MÉSZÁROS, Istevan. *A crise estrutural do capital*.- 2. ed. rev. e ampliada.- São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, Istevan. *O poder da ideologia*. (2004). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/826870/mod_resource/content/1/MESZAROS.%20O%20poder%20da%20ideologia%20%28pp.%2011-27%29.pdf. Acesso em: 11 jul. 2023.

MOTA, Ana Elizabete. Questão Social, pobreza e Serviço Social: em defesa da Perspectiva Crítica. In: GOMES, Vera Lúcia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso. *O avesso dos direitos: Amazônia e nordeste em questão*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

MOURA, H. C. E. (2021). Configurações do conservadorismo no Serviço Social brasileiro: breves aproximações da realidade contemporânea. *Serviço Social Em Debate*, 2(2). Recuperado de: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/4276>. Acesso em: 30 ago. 2023.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. - 15 ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*; – 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Camila et. al. Capitalismo dependente, Estado e autoritarismo no Brasil. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1-11, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/39228>. Acesso em: 30 jul. 2023.

RODRIGUES, Mavi. “O estruturalismo e a miséria da razão”: bases para uma crítica a Foucault”. In: BRAZ, Marcelo (org.). *Carlos Nelson Coutinho: e a renovação do marxismo no Brasil*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. *Serv. Soc. Soc.* (122) • Apr-Jun 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/c78TRGFhqrpDTjGHhYX3pzq/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. *Tendências ideológicas do conservadorismo* [recurso eletrônico] / Jamerson Murillo Anunciação de Souza. – Recife: Ed. UFPE, 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Os fundamentos do serviço social e o enfrentamento ao conservadorismo*. Revista Libertas, v. 20 n. 2, (jul/dez 2020). Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32934>. Acesso em: 07 ago. 2023.

O fenômeno do empreendedorismo no Serviço Social brasileiro: notas exploratórias

The phenomenon of entrepreneurship in brazilian social service:
exploratory notes

Carina de Santana Alves *
Vinicius Pinheiro de Magalhães **

Resumo: O objeto do presente ensaio teórico são os fundamentos da assimilação do empreendedorismo por assistentes sociais brasileiros. Trata-se de tendência que se manifesta como ideologia que fetichiza as reais possibilidades de sustentabilidade, autonomia e liberdade sem a proteção social dos direitos trabalhistas. O ensaio busca discutir os fundamentos da incorporação do empreendedorismo por parte da categoria profissional no Brasil. Para tanto, foram analisadas amostras aleatórias de 10 perfis profissionais em mídias sociais com conteúdo empreendedor-coach e significativa expressividade em termos de engajamento e quantitativo de seguidores. Compreendemos que esse fenômeno é expressão do neoconservadorismo no Serviço Social, além de subproduto da fragilização e precarização do processo de formação profissional, e do amoldamento da subjetividade da classe trabalhadora, decorrente das transformações do mundo do trabalho, em especial o desemprego estrutural.

Palavras-chaves: Serviço Social; Trabalho profissional; Empreendedorismo; Neoconservadorismo.

Abstract: The object of this theoretical essay is the foundations of the assimilation of entrepreneurship by Brazilian social workers. This trend manifests itself as an ideology that fetishizes the real possibilities of sustainability, autonomy, and freedom without the social protection of labor rights. The essay seeks to discuss the foundations of the addition of entrepreneurship by the professional category in Brazil. To this end, random samples of 10 professional profiles on social media with entrepreneur-coach content and significant expressiveness in engagement and number of followers were analyzed. We understand that this phenomenon is an expression of neoconservatism in Social Service, as well as a by-product of the weakening and precariousness of the professional training process and the shaping of the subjectivity of the working class, resulting from transformations in the world of work, especially structural unemployment.

Keywords: Social Work. Professional work. Entrepreneurship; Neoconservatism.

* Assistente Social. Professora substituta no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo no Programa (PPGNEIM/UFBA). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8219-5758>

** Assistente Social no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás (HC-UFG). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2909-3517>

Introdução

O objeto do presente ensaio teórico são os fundamentos da assimilação do empreendedorismo por assistentes sociais brasileiros. O fenômeno empreendedor desporta na atual conjuntura como uma das expressões e facetas do neoliberalismo no quadro da reestruturação produtiva, supervalorização do capital financeiro e desemprego estrutural. Trata-se de ideologia, em seu sentido de falsa consciência do real, que *fetichiza* as reais possibilidades de sustentabilidade, autonomia e liberdade sem a proteção social dos direitos trabalhistas.

Não bastasse tal cooptação ideológica da classe trabalhadora a fim de legitimar o atual estado de coisas e a precarização do trabalho, essa tendência conformadora de subjetividades tem se tornado, ela própria, uma mercadoria. Aflora na contemporaneidade uma série de cursos, seminários e encontros cuja finalidade é a *mentoria* para o alcance do *sucesso*; um modo de expressão *coach*, voltado para autoajuda, desenvolvimento pessoal e da carreira.

Tem sido possível perceber as manifestações da ideologia empreendedora através de um *ethos coach* também nos arraiais do Serviço Social, profissão onde despontam propostas de minicursos na perspectiva da *mentoria* e orientação profissional com vistas à aceleração da carreira, ao alcance da expressividade profissional, além das promessas de facilitação e *descomplicação* da prática do assistente social.

Desse modo, consideramos relevante a compreensão sobre os fundamentos da incorporação do empreendedorismo por parte da categoria profissional no Brasil. Nessa direção, o presente ensaio teórico, de objetivo exploratório, ancora-se na análise de perfis públicos nas mídias sociais de assistentes sociais brasileiros. Foram analisadas amostras aleatórias de 10 perfis profissionais em mídias sociais com conteúdo empreendedor-coach e significativa expressividade em termos de engajamento e quantitativo de seguidores. Os dados foram analisados na perspectiva da análise de conteúdo por categorização temática.

O texto procura aproximar-se dos fundamentos do fenômeno do empreendedorismo e sua invasão no Serviço Social a partir da reflexão sobre o significado social da profissão e as recentes transformações na dinâmica da sociedade capitalista, notadamente no mundo do trabalho.

Serviço Social e seu significado sócio-histórico

Em Iamamoto e Carvalho (2011) tem-se inaugural apreensão e análise da constituição do Serviço Social enquanto profissão no Brasil, desde uma perspectiva materialista histórico-dialética, na medida em que se comprehende o significado social da profissão enquanto

especialização do trabalho coletivo inserido na divisão social e técnica do trabalho, donde o seu caráter contraditório.

Ao analisar as condições histórico-sociais para a emergência da profissão, Netto (2011, p. 74) argumenta que o Serviço Social, enquanto profissão, “[...] é indissociável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social”. O autor sustenta que as transformações pelas quais passa o capitalismo no final do século XIX, na passagem para a fase dos monopólios, ou fase madura, fornecem lastro para a emersão do Serviço Social enquanto profissão. Trata-se da maturidade histórica da sociedade burguesa, quando suas contradições são potencializadas, e sua contradição elementar – socialização da produção e apropriação privada – é conduzida ao ápice, através da multiplicação das atividades improdutivas (capital financeiro) e rearranjo da divisão internacional do trabalho no mercado capitalista mundial.

A tendência pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida conjurou uma necessidade cada vez mais fundamental, a do aumento da taxa de lucros pelo capital. Para tanto, tornou-se necessária a *refuncionalização* do Estado, que além de garantir as condições básicas para a produção capitalista, como infraestrutura, meios de trabalho e formação da força de trabalho, precisou garantir a legitimação sócio-política através da institucionalização de direitos sociais.

Importa destacar o caráter contraditório da institucionalização dos direitos sociais, posto que também decorrente do processo organizativo e reivindicatório da classe trabalhadora em prol de melhores condições de vida e de trabalho; no entanto “[...] as respostas positivas a demandas das classes trabalhadoras podem ser oferecidas na medida justa em que elas mesmas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros” (Netto, 2011, p. 29).

É, portanto, sob essas condições histórico-sociais concretas que a *questão social*, isto é, a contradição fundamental entre capital e trabalho, expressa nas variadas manifestações da desigualdade e exclusão social, além do ingresso da classe trabalhadora na cena de reivindicação por melhores condições de vida (Iamamoto, 2001), pode se tornar objeto de intervenção contínua e sistemática por parte do Estado.

Diante do amadurecimento político dos trabalhadores enquanto classe social e em face da necessidade de legitimação política do Estado e do capitalismo, não foi mais sustentável o tratamento das expressões da *questão social* pela única via da coerção, como *caso de polícia*. Despontou como imprescindível uma atuação contínua e sistemática sobre a *questão social*, mediada pelo manejo das políticas sociais legatárias do pacto fordista-keynesiano no mundo, o

que demandou uma especialização social e técnica do trabalho coletivo, donde a emergência do Serviço Social.

De acordo com Behring e Boschetti (2016), no Brasil o processo de intervenção do Estado nas expressões da *questão social* através das políticas sociais se desenvolveu com algumas particularidades no ritmo e na cobertura; ademais, teve início no contexto de influência das lutas dos trabalhadores, incentivados pelo contato e interlocução com trabalhadores imigrantes com experiência política; além do processo de urbanização; a fundação do Partido Comunista Brasileiro e a inquietação em relação ao projeto de nação. Tais condições sócio-históricas colocaram a *questão social* na cena política, tornando-a, paulatinamente, objeto de intervenção do Estado, ainda que em associação com a sociedade civil e suas instituições filantrópicas.

As requisições profissionais para a atuação dos assistentes sociais decorreram desse panorama conjuntural. Inicialmente, a atuação profissional se deu na perspectiva de controle e ajustamento da classe trabalhadora, sob fundamentação do pensamento conservador e direção da Igreja Católica. No entanto, a fundação de novas escolas de Serviço Social e o ingresso de segmentos médios e populares na profissão, contribuiu para alteração do perfil e vínculo de classe da categoria (Behring; Boschetti, 2016).

A partir do final da década de 1960, o Serviço Social brasileiro passou por processo de renovação que se expressou, conforme análise de tendências empreendida por Netto (2011), em três direções: a *perspectiva modernizadora*, de referência estrutural funcionalista e preocupação direcionada à questão técnico-operativa; a *perspectiva da reatualização do conservadorismo*, de referência marcada pela incorporação da fenomenologia e preocupação com a elaboração teórica, notadamente aspectos da singularidade; e a *perspectiva da intenção de ruptura*, que teve origem no âmbito universitário, influenciada pela resistência à ditadura militar e pela teoria marxista.

A década de 1980 marca a compreensão do Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo, ou seja, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. A categoria *trabalho* ganha centralidade no debate sobre a formação e atividade profissional a partir da perspectiva teórico-metodológica de Karl Marx (1818-1883). Dessa fundamentação deriva a apreensão da atividade profissional como trabalho, o que transcende a falsa tese de uma prática profissional automatizada, imediata, irrefletida; do contrário, o trabalho profissional pressupõe intervenção reflexiva, planejada, sobre determinado objeto, fundamentada em conhecimento rigoroso da realidade, ação que caminha na direção da defesa intransigente dos direitos sociais e humanos (Iamamoto, 2015; Brasil, 2012).

De acordo com Iamamoto (2008, p. 95), operar essa mudança na compreensão do Serviço Social implica entendê-lo como partícipe dos processos de trabalho “[...] que se organizam a partir de exigências econômicas e sociopolíticas do processo de acumulação”. O assistente social se constitui enquanto trabalhador assalariado na medida em que se insere no mercado de trabalho por meio da relação de compra e venda da sua força de trabalho (uma mercadoria que tem valor de uso, porque responde a uma necessidade social, e valor de troca expresso no salário).

A condição de assalariamento impõe uma série de limites ao exercício do trabalho profissional do assistente social. Apesar das possibilidades que advêm da capacidade do trabalhador de fazer escolhas entre alternativas concretas, seu trabalho se defronta, por um lado, com a requisição institucional, de onde a necessária estrutura objetiva e disposição dos meios para o desenvolvimento da atividade técnica, e, por outro, com a relação contratual demarcadora de sua condição de assalariamento. Tal contradição igualmente expressa o significado social da profissão, a saber, essa capacidade de o Serviço Social contribuir com a reprodução da força de trabalho ao mesmo tempo em que contribui com relações sociais favoráveis à reprodução do modo de produção capitalista.

O que possibilita ao profissional imprimir direção social ao trabalho é o exercício de sua relativa autonomia, assegurada pela base legal da profissão (lei de regulamentação da profissão, código de ética profissional, normativas, entre outros), que vai variar através da correlação de forças expressa de maneira particular em cada espaço sócio-ocupacional (Estado, empresas privadas, terceiro setor, etc.) (Iamamoto, 2012).

Sob tais fundamentos sócio-históricos da profissão assenta a compreensão atualizada acerca das atribuições privativas e competências técnicas dos assistentes sociais, atividades que superam a tese de nossa intervenção enquanto *execução terminal das políticas sociais*, abrangendo, ademais, competências de gestão e planejamento; formulação e avaliação de políticas sociais; pesquisa; além da assessoria e consultoria.

Entretanto, na atual conjuntura, tais atribuições têm assumido novas características face aos atravessamentos da dinâmica neoliberal. Um exemplo da tentativa de pregnância ideológica neoliberal em nossa ação profissional é a atual tendência à mercadorização das competências de assessoria e consultoria em matéria de Serviço Social ou de Políticas Sociais, as quais vêm sendo desfiguradas pelo discurso empreendedor de um suposto Serviço Social autônomo, dadas as possibilidades do trabalho liberal, liberto da condição de assalariamento, prescindindo de inarredável mediação: o contrato de trabalho, isto é, a oferta de serviços para um cliente.

Defendemos a tese de que os assistentes sociais não superaram sua condição de assalariamento em razão de se inserirem no mercado de trabalho através da compra e venda de sua força de trabalho. Nesse sentido, o discurso de um Serviço Social supostamente autônomo parece emergir a reboque de uma das facetas ideológicas do neoliberalismo.

Empreendedorismo como faceta do neoliberalismo: fundamentos

A passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista representou alterações significativas nas funções do Estado burguês, o qual passou a atuar, defronte as expressões da *questão social*, por meio das políticas sociais, abrindo caminho para os conhecidos *anos gloriosos*, ou *anos de ouro do capitalismo*. Essa tendência, também descrita como decorrência do pacto fordista-keynesiano, possibilitou, na conjuntura de parte dos Estados-Nação de capitalismo central, a melhoria das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, notadamente através da consolidação de direitos sociais.

Contudo, tratou-se de medida absolutamente pontual para a realização dos interesses do capital:

Aquele período caracterizado pela produção de massa, consumo de massa e crescimento do círculo de consumo (pacto fordista-keynesiano – Welfare State), levando contingentes da classe trabalhadora e da classe média a um patamar de consumo antes inexistente, como também tornando-os beneficiários de políticas sociais de caráter universal e de direitos trabalhistas ampliados, segundo Mészáros (2002), não pôde ser mantido indefinidamente. Pois as medidas intervencionistas elaboradas para desobstruir os canais de acumulação e expansão do capital, dado o impedimento provocado pela contradição entre produção e realização, que tipifica a crise de superprodução de valores de troca do sistema, apenas protelaram os efeitos da contradição não enfrentada em sua base causal (Paniago, 2009, p. 3).

Como é próprio da dinâmica do capitalismo, a partir da década de 1970 esse padrão demonstrou seus sinais de esgotamento, que desembocou em uma nova crise com efeitos de maior gravidade, tendo o desemprego estrutural como uma de suas principais expressões. A reação burguesa à *nova* crise se configurou em três frentes enquanto “[...] processos imbricados e interdependentes no seio da totalidade concreta” (Behring, 2008, p. 34), a saber: reestruturação produtiva, mundialização financeira e o neoliberalismo.

Na particularidade da formação sócio-histórica brasileira, tais processos ocorreram de forma singular, com marcadores significativos de diferenciação da experiência dos países de capitalismo central, especialmente daqueles que experimentaram um sistema de proteção social de alguma maneira consistente. Concordamos com Santos (2012) ao sustentar a hipótese de que, no caso brasileiro, a flexibilização e precarização do trabalho, próprias do processo de reestruturação produtiva como reação à crise do capital da década de 1970, são características

presentes na nossa realidade há mais tempo, herança de nossa relação de dependência e heteronomia face à conformação do capitalismo mundial (Fernandes, 2006):

Vejamos o que estou designando como flexibilidade/precariedade do trabalho: inexpressividade e, em vários casos, ausência de regulação do trabalho; alta rotatividade nos postos de trabalho; subemprego; informalidade... Isso tudo está presente no Brasil ao longo da formação de seu mercado de trabalho (desde o final da escravidão), acentuando-se com a regulação do trabalho estabelecida por Vargas a partir dos anos 1930 e, especialmente, no momento da ditadura militar (Santos, 2012, p. 434-435).

Nesse sentido, os impactos da flexibilização e precarização do trabalho no Brasil “[...] afirmam-se, de modo proeminente, no período em que nos países capitalistas desenvolvidos havia estabilidade, pleno emprego e *Welfare State*” (Santos, 2012, p. 434), elementos que caracterizam as particularidades da *questão social* no Brasil. Esse aspecto nos parece extremamente importante para a compreensão do processo de conformação da subjetividade da classe trabalhadora, seus processos de organização e mobilização políticas, constituição de entidades organizativas, assim como a assimilação da ideologia neoliberal expressa no discurso do empreendedorismo; subproduto de ideologia que testifica o fim da sociedade do trabalho.

A polêmica em torno do fim da sociedade do trabalho é expressão da ampliação do desemprego com a estrutural incapacidade do mercado de trabalho de absorver contingentes cada vez maiores de trabalhadores, além da crescente heterogeneidade da classe trabalhadora e domínio do capital financeiro sobre o capital produtivo (Iamamoto, 2008).

Ao analisar o processo de contrarreforma do Estado brasileiro, Behring (2008) afirma tratar-se de movimento de mudanças estruturais, que tem raízes na reação burguesa à crise de 1970, mas que precisa ser compreendido no quadro das particularidades da nossa formação sócio-histórica, conforme perspectivas de Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior nas teses da *modernização conservadora e revolução passiva*.

Nesses termos,

[...] o neoliberalismo em nível mundial configura-se como uma reação burguesa conservadora e monetarista, de natureza claramente regressiva, dentro da qual se situa a contrarreforma do Estado. Do ponto de vista da reforma anunciada na Constituição de 1988 no Brasil, em alguns aspectos embebida da estratégia social-democrata e do espírito ‘welfareano’ – em especial no capítulo da Ordem Social –, pode-se falar também de uma contrarreforma em curso entre nós, solapando a possibilidade política, ainda que limitada, de uma reforma democrática no país [...] (Behring, 2008, p. 129).

A transição democrática fortemente controlada pelas elites, a manutenção da condição de dependência em relação aos países de capitalismo central e o endividamento externo se anunciaram como condições favoráveis que precederam a contrarreforma neoliberal do Estado brasileiro nos anos 1990, o que contribuiu para o ajuste neoliberal no Brasil, o fracasso dos

planos de estabilização econômica e as dificuldades decorrentes de investimento no setor público (Behring, 2008).

Tem-se no cenário brasileiro, portanto, o desemprego substantivo que emerge a reboque do sucateamento da indústria nacional; a informalidade; dificuldades de investimentos estruturantes; restrição das políticas sociais; privatizações; redução do investimento produtivo; além das expressões mais diretas e imediatas dessas tendências da economia nacional, o agravamento da pobreza, da violência urbana e da precariedade da renda.

Para Druck (2021), esse contexto de transformações operado pelo capitalismo flexível, donde a supervalorização da individualização do trabalhador e da narrativa ideológica (no sentido de falseamento da realidade) da liberdade, autonomia e autogestão do trabalho, fermenta a defesa do *gerencialismo* e empreendedorismo:

Esse movimento de metamorfose da precariedade estrutural do trabalho na sociedade capitalista, para além das condições objetivas, transforma a subjetividade dos trabalhadores, através da busca de legitimidade dessas novas relações de trabalho, justificadas pela construção do ‘sujeito empreendedor’ (Druck, 2022, p. 826).

O Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo na divisão social e técnica do trabalho não se aliena do desenrolar dessas tendências, postos os atravessamentos desse cenário na formação, trabalho profissional e conformação da subjetividade dos assistentes sociais. De acordo com Iamamoto (2009), no cenário contemporâneo, o aumento do contingente profissional, estimulado especialmente pela expansão do ensino à distância, levaria ao crescimento do desemprego no Serviço Social, e ainda à conformação de um *exército assistencial de reserva*, donde a catalisação de ideias voltadas para a qualificação do voluntariado e o chamamento à solidariedade como forma de enfrentamento da *questão social*; além da perda na qualidade da formação e propensão à submissão dos profissionais às requisições do mercado. É o que nos parece que está em curso no âmbito da categoria profissional, principalmente a partir da incorporação do discurso ideológico neoliberal do empreendedorismo.

Empreendedorismo no Serviço Social brasileiro como expressão do neoconservadorismo

A análise empreendida em pequena amostra de perfis públicos nas redes sociais de assistentes sociais brasileiros deu conta de desvelar algumas tendências acerca do fenômeno do empreendedorismo e *ethos coach* no âmbito do Serviço Social. Trabalhamos com a análise de 10 (dez) perfis públicos com quantitativo de seguidores que chega a 140 mil e que funcionam na direção da *mentoria* e orientação profissional de assistentes sociais desde 2013.

Consideramos tendência empreendedora ou expressão do *ethos coach* a incorporação de uma linguagem *gerencialista* do mundo corporativo, bem como a oferta de produtos voltados à qualificação profissional, com promessas de *aceleração da carreira e desenvolvimento profissional, mentoria* para atuação técnica com vistas à *conquista do sucesso e expressividade* na carreira, além da orientação e estímulo ao *empreendedorismo social*.

Lançar mão da categoria geração parece ser inarredável para a compreensão da invasão *empreendedora* no âmbito do Serviço Social pela via do recurso das mídias sociais. O *ethos coach* tem enredado de forma mais prevalente a juventude, notadamente aqueles com pouco tempo de formação e experiência profissional. É através das plataformas digitais das redes sociais que esse segmento tem encontrado formas de comunicar a necessidade e relevância de seu produto, recurso com maior incidência de acesso pela juventude.

Trata-se de segmento que sofre mais frontalmente os impactos do desemprego estrutural na atual conjuntura de crise do capitalismo; uma massa de trabalhadores com formação e qualificação profissional que não foi incorporada ao limitado mercado formal de trabalho, mesmo no cenário pós-reforma trabalhista – medida recentemente defendida pelos setores ultraliberais como uma das soluções centrais no combate ao desemprego (Guilland; Monteiro, 2010).

Uma particularidade a se destacar, contudo, é o fato do fenômeno *empreendedor-coach* envolver muito frequentemente a área de atuação na Política de Assistência Social, o que aponta para outro condicionante dessa tendência no Serviço Social, a hipótese da precarização do trabalho de parte desses jovens inseridos no mercado formal. A literatura das políticas sociais tem sinalizado a desvalorização da política de Assistência Social, desde o financiamento de serviços até os recursos humanos, expostos a vínculos fragilizados e à baixa remuneração (Pereira *et al.*, 2017; Raichelis, 2010).

Ademais, a fragilização e/ou ineficiência de uma política de educação permanente e capacitação no setor (Pereira *et al.*, 2017; Raichelis, 2010) pode justificar a oferta e procura de serviços de qualificação na perspectiva de *mentoria* e orientação profissional. O fato é que esses elementos conformam a dinâmica de um mercado que oferta produtos com preços diversos, valores que certamente contribuem para a complementação de renda de profissionais desvalorizados.

Observa-se ainda ênfase significativa na oferta de produtos voltados para a qualificação da dimensão operativa do exercício profissional. O mercado parece ser bastante receptivo às promessas de *facilitar ou descomplicar a prática*, notadamente através da proposição de

minicursos com foco na produção de documentação técnica e instrumentais no âmbito do Serviço Social.

Vinculado à área do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, o Serviço Social tem natureza profundamente intervenciva, pelo que seus profissionais têm sido demandados a apresentarem soluções objetivas para questões reais e complexas que despontam no cotidiano de trabalho. Por este motivo a questão metodológica e técnico-operativa tem sido importante tema de reflexões no âmbito da categoria, no entanto, preocupa o debate raso e imediato que prescinde das determinações mais essenciais acerca do fazer profissional atualizado, crítico e convergente com o Projeto Ético-político do Serviço Social.

A este respeito, Pontes (2010) sinaliza que embora a questão metodológica tenha sido objeto de produção acadêmica no âmbito do Serviço Social, essa reflexão teórica tem deixado a desejar em termos de profundidade. O autor defende a hipótese, com a qual concordamos, de que essa superficialidade se deve à complexidade do objeto de intervenção profissional, “[...] porque enredado em uma teia de mediações intrínsecas à ordem social burguesa, contém dificuldades que obstaculizam as possibilidades de seu pleno desvendamento” (Pontes, 2010, p. 18).

Ao discutir a importância da *mediação*, tanto no potencial heurístico, quanto como categoria central do método dialético, que o constitui ontologicamente e reflexivamente, Pontes (2010) demonstra o valor da incorporação da *mediação* para a compreensão dos objetos de intervenção do Serviço Social – e do próprio Serviço Social como profissão – ou seja, compreensão da realidade concreta, em sua estrutura e dinâmica, enquanto totalidade complexa, em seu movimento e contradição. Essa apreensão efetiva do método de compreensão da realidade é que conduzirá tanto à abstração e construção do conhecimento, quanto à condução de uma intervenção na perspectiva de transformação social:

Neste sentido, a mediação aparece neste complexo categorial com um alto poder de dinamismo e articulação. É responsável pelas moventes relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre estas várias estruturas sócio-históricas. Enfim, a esta categoria tributa-se a possibilidade de trabalhar na perspectiva de Totalidade. Sem a captação do movimento e da estrutura ontológica das mediações através da *razão*, o método, que é dialético, se enrijece, perdendo, por conseguinte, a própria natureza dialética (Pontes, 2010, p. 81).

A apreensão do método, defendemos junto com o autor, contribui para a superação das “[...] simplificações que tanto prejuízo trazem para o processo de conhecimento e consequentemente de intervenção na realidade” (Pontes, 2010, p. 124). A categoria *mediação* também é especialmente importante para a reflexão sobre a invasão do discurso neoliberal do

empreendedorismo no âmbito do Serviço Social, uma vez que contribui para a superação da *immediaticidade* na análise dos fatos cotidianos, os quais enredados por uma teia de complexas relações, donde seu efeito de ocultação da realidade no contexto do exercício profissional.

Ora, é no campo da *immediaticidade* que a ideologia neoliberal alienante se sustenta nos discursos *seja seu próprio patrão*, ou *10 passos para uma carreira de sucesso*, que ocultam a estrutura e dinâmica próprias da sociedade burguesa, cujo cerne é a apropriação privada da riqueza socialmente produzida a partir da exploração do trabalho pelo capital. Eis o sentido de ideologia para os jovens Marx e Engels de *A ideologia Alemã*, expressão mistificadora que se reproduz em fraseologias esvaziadas e sem legitimação da realidade histórico-concreta (Marx; Engels, 2007), o que, em última instância, desemboca na legitimação e naturalização do atual estado de coisas.

A oferta de guias para atuação profissional em seu aspecto instrumental, em nosso ponto de vista, reduz a dimensão técnico-operativa a simples execução procedural de passos ou etapas, dissociando-a das dimensões teórico-metodológica e ético-política. Essa tendência sugere possível desvalorização da dimensão teórica no quadro da atuação profissional, ou ainda a ideia de que *na prática a teoria é outra*, como se o método materialista histórico-dialético não instrumentalizasse para a intervenção profissional; trata-se de concepção que considera a prática mais importante do que a teoria (Santos, 2013).

Santos (2013) pondera que a lacuna assinalada no âmbito da profissão no que diz respeito aos instrumentos e técnicas decorre “[...] de uma incorporação equivocada e não satisfatória da relação entre teoria e prática na concepção do materialismo histórico-dialético” (Santos, 2013, p. 04), ou ainda, noutra direção, da superficialidade no tratamento dado à reflexão sobre unidade no contexto dessa relação, prescindindo de uma formação que se aproxime da especificidade de cada dimensão constitutiva dessa unidade também diversa.

Concordamos com a autora que a dimensão técnico-operativa, malgrado sua imbricação às outras dimensões constitutivas da profissão, não deve ser subsumida face ao superdimensionamento da especificidade dos elementos teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social, uma vez que “[...] a teoria não se transmuta de imediato em prática” (Santos, 2013, p. 09), posta, portanto, a necessidade de investimento em reflexão formativa na perspectiva da totalidade, que expressa unidade na diversidade.

De todo modo, o debate em torno da dimensão técnico-operativa envolve fundamentalmente aspectos da formação profissional, que tem tido dificuldades de trabalhar a complexidade do método materialista-histórico dialético, das categorias *mediação*, *unidade*, *diversidade*, *totalidade* e outras. Isso parece contribuir com as explicações de como as lacunas

postas pela complexidade temática abrem as portas para o processo de *mercadorização* da qualificação profissional, a qual dirigidas por profissionais *autorrepresentados* como *professores, mentores e empreendedores* que prometem a segurança técnica, o sucesso e a expressividade profissional.

Do exposto, inferimos que a conjuntura de crise do capital, reestruturação produtiva, desemprego estrutural e precarização do trabalho organiza não só as condições objetivas de ajuste fiscal e retração dos direitos sociais, mais que isso, influí na conformação de subjetividade equivalente a tais condições concretas, que assimila a ideologia neoliberal na radicalidade de sua idolatria à meritocracia, ao individualismo e à liberdade, em seu sentido mistificado, na forma da ideologia da *gestão de si mesmo* e do empreendedorismo, ainda que ao custo da desproteção trabalhista.

Outrossim, na particularidade do Serviço Social, essa dinâmica opera na direção de promover um desserviço na dimensão da qualificação profissional, posta a centralidade na oferta de produtos que não convergem com as expectativas do Projeto Ético-político da profissão, principalmente com o direcionamento ético-político das ações profissionais no sentido da emancipação humana, que devem ser balizadas em acurada análise crítica da realidade social.

658

Considerações finais

Enquanto profissionalidade fruto da fase madura do capital, além de resultado das lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho, o Serviço Social emerge como especialização do trabalho coletivo necessário à operacionalização de respostas fragmentadas e focalizadas às expressões da *questão social*.

O Serviço Social, portanto, desde a sua emergência, seu desenvolvimento e transformações, não pode ser compreendido descolado da realidade na qual se inscreve – a sociabilidade burguesa, mediada pelas particularidades histórico-concretas da formação social brasileira. Assim, a profissão na contemporaneidade, tanto na perspectiva da formação quanto do exercício profissional, tem sentido os impactos das recentes transformações da sociedade, especialmente a partir da crise do capital a partir de 1970 e da reação burguesa expressa na mundialização financeira, na reestruturação produtiva e no neoliberalismo.

Na formação social brasileira, tais expressões da reação burguesa se apresentam de maneira mais agudizada em virtude da inserção desigual e dependente face ao mercado capitalista mundial, donde a nossa precarização e flexibilização do trabalho, rotatividade, informalidade e proteção social incipiente.

Nesse sentido, ao analisar a invasão do *ethos coach e empreendedor* no âmbito do Serviço Social brasileiro, buscamos demonstrar que esse fenômeno é expressão do neoconservadorismo na profissão, na medida em que incorpora o discurso neoliberal sobre as possibilidades de autogestão, aceleração da carreira e do sucesso no mundo do trabalho, mediadas pelas ideologias da meritocracia e qualificação profissional, o que termina por contribuir com a conservação da realidade de desemprego estrutural e precarização do trabalho.

O Serviço Social crítico e renovado, orientado pela teoria social crítica, fornece ferramentas para compreender que a profissão, imersa na sociabilidade burguesa, sofre os rebatimentos de suas transformações. Assistentes sociais, enquanto classe trabalhadora, vivenciam as transformações contemporâneas do mundo do trabalho, marcado pela flexibilização, precarização e desemprego estrutural, expressões que impactam de forma nefasta suas condições objetivas de vida, além de contribuírem com a conformação de sua subjetividade e organização sócio-política.

Além disso, o fenômeno empreendedor no âmbito da profissão também parece ser subproduto da fragilização e precarização do processo de formação profissional, que negligencia os aportes teórico-metodológicos necessários à compreensão crítica da sociabilidade burguesa e do significado social da profissão, a contrapelo das fecundas influências da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e de suas atualizadas diretrizes curriculares.

659

Longe de esgotar todos os aspectos deste necessário debate, apresentamos, nos limites deste ensaio, algumas pistas iniciais para a compreensão dos fundamentos da incorporação do empreendedorismo no âmbito do Serviço Social brasileiro como expressão do neoconservadorismo, compreensão que, em última instância, pode fornecer ferramentas para o enfrentamento desse estado de coisas, tendo como horizonte os princípios orientadores do nosso Projeto Ético-Político profissional no processo de tensionamento pela construção de outra sociabilidade.

Referências bibliográficas

- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Serviço Social e política Social: 80 anos de uma relação visceral. In: *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. Silva. Maria L. de O (ORG.). São Paulo: Cortez, 2016. p. 119-140.
- BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. *Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10 ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2012.

- DRUCK, G. O Estado neoliberal no Brasil: a ideologia do empreendedorismo e o fim dos servidores públicos. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 821-844.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.
- GUILLAND, R.; MONTEIRO, J. K. Jovens e desemprego: estado da arte. *Rev. Psicol., Organ. Trab.*, Florianópolis, v. 10, n. 2, 2010, p. 145-158.
- IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no capitalismo. *Temporalis*. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3, Brasília: ABEPSS, Graflne, 2001, p. 9-32.
- IAMAMOTO; M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 33. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- IAMAMOTO, M. V. Trabalho e Serviço Social: o redimensionamento da profissão antes as transformações societárias In: *O Serviço Social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 2008, p. 83-148.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: *Serviço Social*: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 15-50.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- LIMA, J. C.; OLIVEIRA, R. V. de. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 905-932.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.
- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011.
- PANIAGO, M. C. S. A crise estrutural do capital, os trabalhadores e o serviço social. In: *Anais do El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana*: desafíos para su formación, articulación y acción profesional. Universidad Católica Santiago de Guayaquil. Guayaquil, Ecuador. 4-8 de octubre, 2009.
- PEREIRA, M. E. R. et al. Terceirização e Precarização do Trabalho na Política Pública de Assistência Social. *Administração Pública e Gestão Social*, vol. 9, núm. 3, 2017, p. 171-190. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351557760005> Acesso em: 26 out. 2023. DOI: <https://doi.org/10.21118/apgs.v1i3.1321>.
- PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social*: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 104, 2010, p. 750-772. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/cSK3XgKgNLzD8NJPYJbvH5R/?lang=pt> Acesso em: 26 out. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000400010>.
- SANTOS, C. M dos. *Na prática a teoria é outra?* Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- SANTOS, J. S. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 111, p. 430-449, jul./set. 2012.
- TOMMASI, L. de; CORROCHANO, M. C. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, 2020, pp. 354-71.

Desigualdade e reconhecimento no atual contexto da economia política

Inequality and recognition in the current context of political economy

Antônio Dimas Cardoso *
Máximo Alessandro Mendes Ottoni **

Resumo: Este artigo discute a tentativa de atualização do socialismo no âmbito da teoria social marxiana, tendo Axel Honneth como principal referência na problematização dos conceitos de reconhecimento e liberdade na atualidade; ao mesmo tempo que identifica a necessidade de ação de agentes sociais na luta contra as desigualdades sociais, focalizando para o espectro do Serviço Social. Trata-se de um trabalho de discussão teórica, cuja finalidade é direcionar a análise para uma possível práxis na sociedade, a partir da operacionalização de políticas de valorização da dignidade humana e de redistribuição na sociedade.

Palavras-chaves: Socialismo; Desigualdade; Reconhecimento; Economia política; Agentes sociais.

Abstract: This article discusses the attempt to update socialism within the scope of Marxian social theory, with Axel Honneth as the main reference in problematizing the concepts of recognition and freedom today. At the same time, it identifies the need for action by social agents in the fight against social inequalities, focusing on the Social Service spectrum. This is a work of theoretical discussion, the purpose of which is to direct the analysis towards a possible práxis in society based on the operationalization of policies to value human dignity and redistribution in society.

Keywords: Socialism; Inequality; Recognition; Political economy; Social agents.

Introdução

A necessidade de afirmação de valores humanitários, no contexto de exacerbação das desigualdades sociais e de desrespeito para com as pessoas em situação de vulnerabilidade, torna-se ainda mais premente na atualidade buscar referências na teoria social de Marx e sua crítica à economia política do sistema capitalista. Na salvaguarda aos interesses coletivos, por

* Doutor e Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Ciências Sociais pela Fundação Norte-Mineira de Ensino Superior – FUNM. Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5904-716X>

** Doutor e Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Graduado em Serviço Social pelas Faculdades Santo Agostinho de Montes Claros (MG). Servidor da Unimontes. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6879-0035>

meio da conscientização política e do serviço social, o que se firma na agenda da teoria marxiana é o desiderato da emancipação, no sentido de expansão da liberdade das classes de trabalhadores. Para isso, o nosso foco é reatualizar o conceito marxiano de liberdade social – retomado na atualidade pela teoria crítica de Axel Honneth (2017) – vinculando-o à luta por reconhecimento social e possibilidades objetivas de enfrentamento por meio da ação política-institucional de agentes públicos comprometidos com as ações transformadoras na sociedade. Da ideia à política, entendemos que o Serviço Social, desde sua contribuição técnica-profissional na formulação geral de políticas públicas de Estado até sua operacionalidade nas bases sociais, junto às famílias e no conjunto das instituições locais, amálgama o potencial político de quebrar o *senso comum* que naturaliza o fenômeno da desigualdade e injustiça social como se as leis do capitalismo não admitissem alternativa.

Neste artigo, o que almejamos discutir é um modo de pensar e agir vinculados a um conceito de bem comum sobre o qual os integrantes de uma coletividade devem racionalmente dialogar, de maneira propositiva a estabelecer relações cooperativas entre si, com preservação de sua autonomia e possibilidade simétricas de discordâncias. Portanto, o nosso interesse neste trabalho, inspirados na abordagem marxiana, é problematizar a ideia de socialismo como processo de transformação da economia política, tendo como referência a luta por reconhecimento.

Desigualdade e reconhecimento social são duas categorias que se entrecruzam e estão paradoxalmente imbricadas, na centralidade dos conflitos sociais, baseadas na premissa de que “a forma da reprodução social de uma sociedade é determinada por valores e ideias comuns compartilhados e universais” (Honneth, 2015, p. 31-32). Verifica-se que, para muitos, notadamente no Brasil, a desigualdade social é justificada como sendo algo *natural*, portanto, aceitável na sociedade. Na teoria social marxiana, sabe-se que a alienação coloniza as consciências dos indivíduos, conectando-as à lógica utilitarista de mercado e de instrumentalização de suas ações. Portanto, um dos empreendimentos atuais da teoria social marxiana passa a ser então de *desnaturalização* da desigualdade e de busca reflexiva pela emancipação, tendo a luta por reconhecimento como processo de afirmação social. Desta forma, entendemos que o Serviço Social pode contribuir para dar visibilidade pública – e implementar ações – contra a modernidade anômala até então predominante no Brasil.

Socialismo: a tentativa de atualização

Inspirado pelas teses do jovem Marx, principalmente quando parte da análise antropológico-filosófica da condição do trabalhador na era do capitalismo, uma das principais

referências na atualidade do chamado “marxismo analítico”, Honneth (2017), passou a chamar a atenção nos meios acadêmicos em razão de sua tentativa de “atualização” do socialismo. O autor alemão, da terceira geração da Escola de Frankfurt, propõe novas buscas experimentais, no campo da política e das necessidades partilhadas pelos indivíduos em interação social. Busca tornar a autorrealização reciprocamente possível, na luta por reconhecimento, associando a crítica da injustiça social com o desvelamento dos processos que obscurecem injustiças e desigualdade.

O esforço de Honneth, ao retomar conceitos fundamentais da teoria social marxiana, é trazer para o debate atual o fato de que “as condições de justiça podem ser dadas não apenas sob a forma de direitos positivos, mas sob a forma de atitudes, modos de tratamento e rotinas de comportamentos razoáveis” (Honneth, 2015, p. 127). Daí a necessidade que ele propõe de retomada do conceito de liberdade social, pressupondo um processo de formação da vontade pública na construção do bem-estar dos indivíduos em sociedade, tendo em vista a criação de relações de reconhecimento com base em confiança e solidariedade.

Na salvaguarda aos interesses coletivos, pela via da moralidade e esclarecimento, o que se afirma também na agenda da teoria social marxiana, discutida por Honneth, é o desiderato da emancipação, no sentido de expansão da liberdade na sociedade contemporânea. Isso implicaria procurar superar do ideário socialista seu arquétipo estritamente economicista e rejeição ao determinismo histórico. Retomar os eixos que orientaram os primeiros socialistas, inclusive os do jovem Marx, para então se pensar em novo processo civilizatório.

Para isso, a política – no sentido qualitativo do termo – precisa ser compreendida e praticada como meio de proteção dos recursos vitais da coletividade e de seu desenvolvimento social, livre e aberto. Sabe-se que isso não pode ocorrer de forma espontânea, *natural* na sociedade. Depende da ação de agentes sociais – como geralmente defende a maioria dos profissionais do Serviço Social – comprometidos com projetos de transformação social, pela via da conscientização e enfrentamento do processo de alienação.

Numa economia de mercado, o planejamento e controle público são atacados como negação da liberdade: “a liberdade que a regulação cria é denunciada como não liberdade” (Polanyi, 2000, p. 297); enquanto para o liberalismo, movido pelo utilitarismo, a ideia de liberdade situa-se na defesa da livre empresa, somada à flexibilização de direitos sociais; ao passo que a liberdade social – moral – pode tornar-se mais ampla e mais geral do que em qualquer tempo.

No sentido proposto por Honneth, em sua “tentativa de atualização” do socialismo, pode-se considerar que o processo de desenvolvimento social deve ser compreendido e

implementado qualitativamente, vinculado a um conceito de bem comum sobre o qual os integrantes de uma coletividade devem racionalmente dialogar, de maneira propositiva a estabelecer relações cooperativas entre si, com preservação de sua autonomia e possibilidade simétricas de discordâncias.

Para isso, Honneth busca referência no próprio Marx, que esboça o modelo de uma economia política na qual a liberdade e a solidariedade estão interligadas.

Isto parece-lhe possível se a ordem social for concebida de modo que cada um entenda os objetivos que pretende atingir simultaneamente como condição da realização dos objetivos do outro, portanto, se as intenções individuais estiverem interligadas de forma tão clara que nós só possamos realizá-las se formos conscientes da nossa interdependência, num ato recíproco (Honneth, 2017, p. 35).

Nota-se que o potencial de a liberdade social contribuir para a expansão da liberdade total na sociedade surge em Honneth, portanto em algumas vertentes da teoria social marxiana como resposta a teorias liberais de justiça, que preservam um dualismo esquemático no campo da economia política. Ou seja, a desconexão entre produção e distribuição.

Na tese sobre liberdade social rumo à liberdade total, Honneth enaltece a centralidade das contribuições coletivistas como empreendimento cooperativo e comunitário, fruto não do contrato abstrato, mas sim resultante de práticas sociais e aprofundamento da democracia, geralmente conflituosas, e que necessitam da mediação de agentes sociais. “Os princípios da justiça social têm de se representar como resultado da interação de todas essas realizações individuais de liberdade” (Honneth, 2015, p. 65 e 73).

Para Honneth (2017), assim como para Nancy Fraser (2022), a ideia de socialismo está associada umbilicalmente à luta por reconhecimento, para a construção de uma sociedade justa, pautada pela dignidade pessoal de todos os indivíduos. E isto torna-se possível quando associado a uma política abrangente de redistribuição, ou seja, a uma visão de justiça que visa alcançar a igualdade social através de uma redistribuição das necessidades materiais para a existência dos indivíduos enquanto seres humanos livres. Neste sentido, reconhecimento não é a identidade específica de grupos, mas o status dos membros do grupo como parceiros plenos na integração social.

No entanto, para que esta “tentativa de atualização” do socialismo em Honneth não fique circunscrita a uma dimensão especulativa, o nosso esforço é tentar assegurar operacionalidade a esta ideia primordial, direcionando-a a *práxis*, tendo como referência uma possível articulação institucional entre agentes sociais comprometidos com as transformações estruturais na economia política. É preciso que, além de iniciativas espontâneas de grupos informais de economia solidária, categorias profissionais possam fomentar, por meio de seus conselhos,

academias, centros operacionais, instituições governamentais e não-governamentais, iniciativas e aplicações de políticas emancipatórias de exercício da liberdade social, conforme almeja Honneth.

No que pese seu contexto de análise seja em sociedades mais desenvolvidas socialmente, entendemos que a “tentativa de atualização” do socialismo em Honneth – assim como a ênfase de Fraser na política de redistribuição – possa servir de fundamento teórico-conceitual para a ação de agentes sociais, notadamente junto àqueles vinculados ao Serviço Social, no contexto brasileiro assim como nos demais países da América Latina.

Assistentes sociais como categoria profissional protagonista de mudanças

Ao tratarmos do tema reconhecimento e redistribuição, entende-se que o trabalho ainda é o principal fundamento da cidadania e, uma vez liberto da superexploração da economia política, pode contribuir para a emancipação dos trabalhadores assalariados e informais prestadores eventuais de serviços, desde que se enfrente o fenômeno da alienação, conforme detectou Marx. O reconhecimento mútuo não é absolutamente uma relação harmoniosa entre indivíduos, sendo o trabalho uma atividade primordial que pode transformar a relação de dependência, mas ao mesmo tempo reproduzir a alienação. O triunfo do capitalismo até os dias atuais exige dos agentes sociais comprometidos com as transformações sociais novos instrumentos de conscientização e luta contra as desigualdades. É neste sentido que a figura do agente social torna-se imprescindível nas sociedades contemporâneas, notadamente na África e América Latina.

Dentre potenciais agentes sociais, comprometidos com o ideário de um novo socialismo, conforme propõem Honneth e Fraser, é possível encontrar no assistente social esta referência profissional. A profissão surge inicialmente ligada a grupos dominantes e à Igreja Católica, como uma forma de ‘amenizar’ as inquietações da classe operária, visando a manutenção da ordem e do controle dos detentores dos meios de produção (Santos; Teles; Bezerra, 2013).

Sobre os primeiros assistentes sociais, Martinelli (2000) afirma que os mesmos realizavam a sua prática profissional ainda de acordo com os interesses do capital burguês, agindo conforme a doutrina social da Igreja Católica, que também já havia influenciado a conduta das damas de caridade e daqueles que podem ser considerados os primeiros agentes sociais.

Na história do serviço social, a primeira escola de filantropia aplicada foi criada por Mary Richmond, em 1899, em Nova Iorque. Posteriormente, os cursos se difundiram pela Europa e Estados Unidos. Dessa forma, a assistência aos pobres deixou de ser algo voluntário

para se tornar uma profissão. Todavia, a ação social ainda não estava voltada aos interesses da classe trabalhadora, visto que as questões sociais eram tratadas como um desajuste da pessoa ou da família, sendo que os agentes sociais concediam benesses aos pobres, cumprindo orientações da Igreja e do Estado. Devido à ligação com a Igreja, moças religiosas se interessaram pelo curso (Corrêa Netto, 2010).

De acordo com o autor, no início do século XX, é criada na Europa a Escola Católica de Serviço Social de Paris, vinculada à doutrina social da Igreja, que divulga essa ideologia na Europa e na América Latina. Mas na América do Norte, houve um afastamento da religião, o que favoreceu o surgimento e crescimento da Associação Nacional de Trabalhadores Sociais, em 1920. No pós-Primeira Guerra Mundial, houve a reconstrução econômica, política e social da Europa, e enfraquecimento da Igreja, que passou a incentivar leigos na sua ação social.

Nessa breve introdução referente ao nascimento do serviço social como profissão, percebe-se uma forte influência da Igreja e também da burguesia, onde os primeiros assistentes sociais, sem um conhecimento holístico da questão social e tudo o que a envolve, realizavam um trabalho ditado pelos grupos dominantes, tratando os desfavorecidos de forma moralista e caridosa. Nesse contexto, verifica-se uma forte presença feminina, especialmente nas práticas caritativas.

Em relação à questão feminina, Martins (2015) asserta que a caridade não estava restrita somente às mulheres, que eram a maioria, pois haviam homens que participavam de ações caritativas, como os filantrópicos ricos, que poderiam ser católicos ou protestantes, e que destinavam parte das suas riquezas para instituições de caridade, mas também aquelas voltadas ao ensino, cultura e arte.

Conforme o autor existe um discurso de gênero na sociedade, como se coubesse à mulher ocupar o lugar voltado para as questões de caridade e de ajuda aos mais necessitados. Mas ele ressalta que esse trabalho foi importante, pois possibilitou que as mulheres saíssem dos seus lares e ampliassem as suas vivências. Isso aconteceu tanto no Serviço Social, como na Enfermagem.

Sobre a atuação profissional, Correa Neto (2010) vai dizer que os primeiros assistentes sociais eram do sexo feminino e voltados à religiosidade, à caridade e à moral. Utilizavam dos seus conhecimentos e técnicas para adaptar as pessoas ao sistema vigente, buscando eliminar as manifestações e o conteúdo político no meio dos trabalhadores, e trabalhavam de forma caridosa, o que servia para camuflar a miserabilidade deixada pelo sistema capitalista.

Martins (s/d) afirma que existiam interesses diversos quanto à atuação dos assistentes sociais: para a Igreja, o interesse seria a difusão da Doutrina Social da Igreja no meio operário,

como uma estratégia de recristianização. Já para o Estado, seria interessante que os assistentes sociais trabalhassem de forma a implementar a moralização e os bons costumes, principalmente dentro da família, racionalizando e individualizando a assistência, e ainda formando uma consciência nacional.

Percebe-se no nascedouro do Serviço Social a forte ligação na questão da divisão social e técnica do trabalho, e também do pensamento conservador, que foi amplamente difundido e até mesmo imposto pela sociedade burguesa. Somando-se a isso, existiu também a influência da Doutrina Social da Igreja, além dos componentes técnicos da profissão.

Tanto a profissão quanto o trabalho dos assistentes sociais vêm se modificando no decorrer dos tempos, devido a acontecimentos históricos como a Revolução Russa, a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929. As crises, tensões e manifestações operárias se intensificavam. Mudanças de pensamentos ocorriam no final do século XIX e início do século XX. Novas teorias surgiram, como a teoria liberal de Adam Smith, mas ainda com um estado fortemente intervencionista. Esses e outros acontecimentos foram mudando a forma de pensar e agir do serviço social.

No Brasil, após a criação da primeira escola de Serviço Social, criada em São Paulo em 1936, ainda com influência europeia, formando moças para o trabalho social, mas com princípios vinculados à Igreja Católica. E do surgimento da Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro; do Conselho Nacional de Serviço Social; da Legião Brasileira de Assistência; do Serviço Social da Indústria, dentre outras importantes instituições, um importante acontecimento para o Serviço Social foi o Movimento de Reconceituação.

Conforme Corrêa Netto (2010), o Movimento de Reconceituação, ocorrido nas décadas de 1960 e 1980, em plena ditadura militar, questionou os fundamentos teóricos, metodológicos e operacionais da profissão, traçando novas diretrizes para a realidade social atual, e recebeu influências como o da Teoria da Libertação e do marxismo. Ocorrem vários eventos, seminários e congressos no país e no exterior voltados à uma nova visão da profissão. Mas foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como Congresso da Virada, que se tornou um marco para a profissão; pois, em 1979, no período duro da ditadura, ocorreu a retirada de oficiais do governo da mesa do congresso, no qual foram substituídos por representantes dos movimentos populares e de pessoas que lutavam pela democracia.

É nessa conjuntura que é preciso situar o movimento de reconceituação, não como um projeto isolado e vanguardista, mas como um processo vivo e contraditório de mudanças no interior do Serviço Social latino-americano. A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora,

exploradora (Faleiros, 1999, p. 143).

Posterior ao movimento de reconceituação ocorre um amadurecimento do Serviço Social, influenciado pelo pensamento marxista, com uma nova interpretação da realidade latino-americana, e com rompimentos com as correntes confessionais e imperialistas. Acontece uma aproximação com outras áreas do conhecimento, em especial com as ciências sociais; ocorre o pluralismo profissional e os profissionais reivindicam atividades de planejamento e pesquisa, e não meramente técnicas e executivas. Além disso, profissionais passaram a ser contratados por sindicatos, por grupos católicos ligados à Teoria da Libertação, houve recusa por teorias importadas e mudanças nos currículos acadêmicos, no código de ética e na legislação profissional.

Na perspectiva atual do assistente social como trabalhador, Corrêa Netto (2010) verifica alguns entraves no exercício profissional, pois apesar do Código de Ética Profissional estabelecer o livre exercício das atividades, o profissional é dependente de salário, encontra-se em um espaço de contradição, em que há lutas, avanços e retrocessos, e ainda existem as diretrizes do empregador.

Para Iamamoto (2005, p. 22), “o Serviço Social é uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade”. Dessa maneira, a profissão seria remontada à sua gênese, ou seja, é uma ‘peça’ na divisão do trabalho e na reprodução das relações da sociedade do capital, sendo uma parte do modo de produção do capital, em que no setor produtivo o profissional vende a sua força de trabalho de forma imaterial, visando atender ao interesse do capital com ações para a minimização de conflitos e aumento da produção.

Corrêa Netto (2010, p. 110) diz que

(...) o trabalho do assistente social, embora determinado pelo sistema econômico vigente, apresenta intrinsecamente as contradições presentes na sociedade enquanto totalidade, e por isso contém alternativas de re-produção do velho e de produção do novo, mas que necessitam de desvendamento para serem apropriadas.

O autor explana que a profissão está em um momento atual de expansão, seja pela implantação das políticas públicas, seja pelas distorções que a questão social assume. Algumas dessas distorções seriam representadas pelo elevado número de desempregados, pela desproteção social e pelo crescimento da violência. Esse profissional da assistência social pode trabalhar em instituições públicas, privadas ou filantrópicas, e também em organizações não governamentais sem fins lucrativos.

Luz (1998) vê na profissão serviço social o assalariamento e a intervenção na questão social via técnicas e instrumentos, mas diz que a ação profissional não será somente baseada na formação acadêmica, mas também no seu processo de socialização com o mundo. Corrêa Netto (2010) percebe que o serviço social é fruto do capitalismo, criado como forma de minimizar os efeitos da contradição capital x trabalho, servindo como uma resposta da classe burguesa às aspirações proletárias. Inicialmente, esse profissional do serviço social ajudou na reprodução das relações sociais dominantes. Posteriormente, há uma descoberta e desconstrução da intencionalidade burguesa, o que faz com que a profissão se afaste da classe dominante e se aproxime da classe menos favorecida.

Na questão da liberdade, citada por Honneth, ela terá um valor ético no Serviço Social, uma vez que está inserida no Código de Ética do(a) Assistente Social (CFESS, 2012) e, de acordo com Lukács (2018), essa liberdade está associada diretamente ao trabalho, que transforma a natureza para a criação de construções realizadas para as necessidades humanas. No entanto, Barroco (2008) percebe essa liberdade na sociedade burguesa como algo alienante, devido à forma como o trabalho está formatado, pois o mesmo reduz a capacidade criativa à realização de tarefas que, em muitos casos são repetitivas e/ou não elevam o potencial criativo do ser humano.

Nesse contexto, o profissional do Serviço Social deve pensar o seu fazer profissional não como uma simples tarefa ou um mero cumprimento de protocolos, mas como algo que irá transformar a sociedade e a consciência dos indivíduos em relação à sua liberdade, em prol de um bem estar social coletivo, minimizando as anomalias deixadas por um sistema alienante.

Na discussão de Honneth sobre desigualdade e injustiça social, Netto (2007) perceberá o sistema capitalista como produtor de riqueza para poucos e de pobreza para muitos, e discorda da tese que afirma que o crescimento econômico seria a única forma capaz de combater a pobreza. Nessa perspectiva, o autor percebe que o Serviço Social é antagônico ao sistema capitalista, pois a profissão é comprometida com a igualdade e com a justiça social.

Na mediação de conflitos, na qual Honneth problematiza sobre a importância dos agentes sociais nesse quesito, o assistente social também é chamado para atuar nessa questão, juntamente com profissionais da sociologia, da psicologia, do direito, e de outros profissionais. No sistema judiciário, por exemplo, o assistente social faz parte da equipe multiprofissional, identificando demandas e realizando trabalhos voltados para a mediação, conciliação e litígios judiciais e extrajudiciais (Fávero; Mazuelos, 2010). Nas relações familiares, o profissional é qualificado para entender, decodificar e concretizar a mediação de conflitos de forma a trazer

confiança às partes, buscando informar, esclarecer e ajudar na resolução de conflitos, de forma cooperada (Barbosa, 2010; Fiorelli, 2008).

Em termos de mercado de trabalho, verificou-se que a profissão está atrelada à sua história, onde havia a prestação de assistência à classe operária, mas que vem sofrendo profundas modificações com o passar dos tempos. Na contemporaneidade, há uma diversificação dos espaços ocupacionais, exigindo do profissional um novo olhar, onde são exigidas novas competências, habilidades e atribuições, entendimento de áreas, como a política e a econômica, além de uma capacitação acadêmica direcionada pelo projeto ético-político e técnico do profissional. Isso possibilitou uma inserção do assistente social nos mais diversos espaços ocupacionais (Iamamoto, 2009).

Silva; Santos (2015) verificam que os profissionais do Serviço Social atualmente estão inseridos nos mais diversos espaços ocupacionais, como no primeiro, segundo e terceiro setor, e isso inclui os Centros de Referência Especializados de Assistência Social, O Instituto Social do Seguro Social (INSS), além de creches, hospitais, unidades básicas de saúde, prefeituras, sindicatos, sistema judiciário e presidiário, dentre outros. Nas pesquisas, evidenciou-se que o projeto ético-político e as atribuições privativas do profissional são pouco conhecidos, o que faz com que o seu trabalho se confunda com o de outras profissões. Na área pública, observou-se um grande contingente de usuários do serviço social, sendo necessário um aumento do número de profissionais.

Na atualidade, uma grande conquista para a profissão e para o trabalho dos assistentes sociais e também para os psicólogos foi a aprovação da Lei nº 13.935/2019, que regulamentou a prestação de serviços desses profissionais na rede pública de educação básica do Brasil, devendo os mesmos trabalhar de forma multiprofissional visando realizar melhorias no processo ensino-aprendizagem, juntamente com a comunidade escolar, mediando relações sociais e institucionais. O trabalho desses profissionais deve estar em consonância com o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos educacionais (Brasil, 2019).

Considerações finais

Por fim, entendemos que, enquanto a teoria da economia de mercado, hoje dominante, orientada pela ideologia neoliberal, apoia-se na premissa de que a maioria das transações sociais e relações no campo da economia devem permanecer livre de interferências políticas, da regulação pública (Polanyi, 2000), a ideia de socialismo no campo do marxismo analítico contemporâneo se pauta numa outra chave: a da democracia social em direção à democracia

total (Honneth, 2017). No entanto, sabemos que este movimento não ocorre naturalmente. Depende de forças políticas progressistas, da aderência e ação de agentes sociais engajados em políticas públicas substantivas de combate às desigualdades, orçamentos participativos e, por consequência, de redistribuição.

Em se tratando do Serviço Social, observa-se que se refere a uma atividade profissional de nível superior orientada para ação na vida cotidiana dos indivíduos, notadamente daqueles que estão em situação de vulnerabilidade social. Na realidade, não é uma exclusão pelo mercado de trabalho, apenas; é uma exclusão do campo dos direitos – daí nossa ênfase na concepção da luta por reconhecimento, na atualidade. Sendo assim, exige-se não só tentar construir uma alternativa popular, mas primordialmente uma alternativa popular socialista – no sentido proposto por Honneth – que integre um campo mais amplo possível da sociedade de classes no Brasil.

Entende-se que, nos setores progressistas do Serviço Social, socialismo é todo um mundo de ideias, de propostas, que vem lá do século XIX, desde Marx e “socialistas utópicos”, que se chamava socialismo, mas que, na realidade, era sua negação: tratava-se de estatismo, pragmatismo coletivista, não de um socialismo ao alcance da liberdade como autodeterminação em coletividade. Atualmente, pode-se voltar a exercitar a “tentativa de atualização” do socialismo pautado na cooperação social que baseia-se na instituição de vontades individuais e comuns, que Marx tinha proposto na fase inicial de sua obra. No entanto, para isso, necessita-se do protagonismo dos assistentes sociais, assim como de outros agentes sociais vinculados ao ideário humanista e libertário.

671

Referências bibliográficas

- BARBOSA, A. A. Mediação familiar: tendência à subjetivação dos direitos. *Revista Síntese Direito da Família*. São Paulo, vol. 12, n.61, p. 7-12, ago./set. 2010.
- BARROCO, M. L. S. *Ética e serviço social: fundamentos ontológicos*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. *Lei Nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019*. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 26 fev. 2024.
- CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de ética do/a assistente social*. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012.
- CORRÊA NETTO, E. *Profissão: assistente social*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- FALEIROS, V. *Estratégias em Serviço Social*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- FÁVERO, E. T.; MAZUELOS, E. P. Q. Serviço social e acesso à justiça: reflexões com base na prática de mediação familiar. *Serviço Social e Saúde*, Campinas, vol. 9, n. 1, p. 39–67, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ssss/article/view/8634875>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- FIORELLI, J. O. *Mediação e Solução de Conflitos*. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

- FRASER, N. *Justiça interrompida*. São Paulo: Editora Boitempo, 2022.
- HONNETH, A. *A ideia de socialismo: tentativa de atualização*. Lisboa (Portugal): Edições 70, 2017.
- HONNETH, A. *O direito da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2015
- IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2005.
- HONNETH, A. *Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social*. CFESS, ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CEAD/UnB. Brasília, 2009.
- LUKÁCS, G. O trabalho. In: LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social. 2. ed. *Coletivo Veredas*, Maceió, vol. 14, n.1, p. 7-117, 2018. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lukacs/ano/mes/Ontologia-Volume-14.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2024.
- LUZ, L. A. A reconstrução do perfil profissional do assistente social diante das demandas atuais. In: LEHFELD, N. A. de S. (Coord.). *Serviço Social: ensino e prática*. Franca: UNESP, 1998. P. 81-168.
- MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARTINS, A. [s/d]. Serviço Social e Investigação. In: NEGREIROS, M. A. G et al. *Serviço Social Profissão & identidade, Que Trajectória?*, Lisboa/S. Paulo: Veras, pp. 45-65.
- MARTINS, A. P. V. A feminilização da filantropia. *Revista Gênero*, Niterói, n. 2, p. 13-28, set./out. 2015.
- NETTO, J. P. Desigualdade, pobreza e serviço social. *Em Pauta*, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Ed. Revan, n. 19, p. 135-170, 2007.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- SANTOS, S. N.; TELES, S. B.; BEZERRA, C. A. A. S. *A origem do serviço social no mundo e no Brasil*. Cadernos de Graduação. Ciências Humanas e Sociais. Aracaju, vol. 1, n. 17, p. 151-156, out. 2013.
- SILVA, K. L. S.; SANTOS, J. G. O projeto profissional e os espaços ocupacionais do assistente social na atualidade. *Revista Maiêutica em Serviço Social*, Indaiá, vol. 3, n. 1, p. 102-114, 2015.

A nova ofensiva contra o trabalho na contemporaneidade e a validade histórico-analítica da teoria marxiana da crise¹

The new offensive against contemporary work and the historical-analytical validity of the marxian theory of crisis

Fabiana Alcântara Lima *

Resumo: Este trabalho tem por objetivo discutir as novas determinações do trabalho após a deflagração da crise financeira mundial de 2008. Dadas as condições de desassalariamento e o aprofundamento sem precedentes dos níveis de desemprego e informalização, que consubstanciam a precarização estrutural do trabalho, argumentamos que a compreensão da nova ofensiva do capital contra o trabalho exige a recuperação das bases histórico-concretas da teoria da crise em Marx. Para tanto, recorremos às principais categorias da análise marxiana sobre o processo global de produção capitalista, com o auxílio do debate contemporâneo, pesquisas e dados sobre a temática. A nossa argumentação sugere contradições relacionadas ao domínio financeiro do capital sobre o trabalho, como tendência da reprodução do capital.

Palavras-chaves: Teoria da crise; Trabalho; Reprodução do capital.

Abstract: This work aims to discuss the new determinations of work after the outbreak of the 2008 global financial crisis. Given the conditions of unemployment and the unprecedented deepening of unemployment and informalization levels, which substantiate the structural precariousness of work, we argue that understanding the Capital's new offensive against labor requires the recovery of the concrete historical bases of Marx's theory of crisis. To do so, we resort to the main categories of Marxian analysis of the global process of capitalist production, with the help of contemporary debate, research and data on the subject. Our argument suggests contradictions related to the financial dominance of capital over labor, as a tendency for the reproduction of capital.

Keywords Crisis theory. Work. Reproduction of capital.

¹ Neste artigo constam reflexões expostas no texto publicado, originalmente, nos Anais da XI Jornada Internacional de Políticas Públicas, UFMA/2023. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_3421_3421649894569769b.pdf. Acesso em: 29 de julho de 2024.

* Doutoranda no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Questão Urbano-rural-ambiental, Movimentos Sociais e Serviço Social (GEPTED/PPGSS/UFRN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1680-3978>

Introdução

Nas últimas décadas, a dinâmica de expansão e concentração do capital levada às últimas consequências com a crise agravada pela pandemia, fez o capital reiterar medidas de ajuste neoliberal que já vinham em processo, desde a crise mundial deflagrada em 2008. Nesse cenário de aprofundamento do padrão de acumulação financeira, o capital redefine suas estratégias de monopolização em escala planetária, instituindo o rentismo como a norma geral para a produção da riqueza. Esta forma de acumulação é marcada pela contradição produção/apropriação de valor e pela insuficiente capacidade do setor produtivo gerar o excedente econômico necessário à sua reprodução ampliada.

Este artigo busca recuperar as bases materiais da crise contemporânea, sob hegemonia do capital financeiro, no sentido de provocar reflexões acerca da validade histórico-ontológica da teoria da crise em Marx. Longe da pretensão de contemplar a complexidade do debate, pretendemos, especificamente, resgatar contribuições teóricas sobre crise e reprodução do capital, partindo das expressões concretas no âmbito do trabalho, que contempla estudos em desenvolvimento². O trabalho tem como fonte de pesquisa o levantamento de dados estatísticos, oriundos de pesquisas realizadas anteriormente e revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos.

Diante do cenário de crise, em que o capital necessita cada vez mais de respostas que não só garantam a recuperação de suas taxas de lucro, mas que possa estabelecer um consenso entre as classes, supomos que a nova ofensiva contra o trabalho reforça o projeto de dominação burguesa, buscando legitimar uma forma de trabalho, supostamente, descolada da produção de valor (Antunes, 2018; Tavares, 2021). Essas atividades situam-se, predominantemente, na esfera da circulação, *lócus* privilegiado da venda de serviços e mercadorias por pequenas e microempresas e microempreendedores individuais, aparentemente, “autônomas” das determinações macrossociais, configurando o que Ricardo Antunes, no livro *O Privilégio da servidão*, denominou de *novo proletariado de serviços na era digital* – pensem-se nos serviços dos entregadores, dos motoristas de aplicativos e outras modalidades de trabalho por conta própria.

Em resposta ao quadro de desemprego e informalização do trabalho, agravado nos países da América Latina com a pandemia do Coronavírus (COVID-19), as políticas voltadas ao trabalho e a renda são recolocadas, notadamente, no epicentro do debate das agendas

² Constitui reflexões da tese intitulada *Crise e reprodução do capital na contemporaneidade: uma crítica ao fenômeno do empreendedorismo* (2024), sob orientação do professor Dr. Marcelo Braz Moraes dos Reis, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFRN).

governamentais. Sob a orientação dos organismos internacionais e com forte apelo ideológico do empreendedorismo, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT)³ destacam-se como recomendação imediata à recessão a) o apoio dos serviços de proteção social básica e b) a proteção das pequenas e médias empresas e dos trabalhadores da economia informal⁴ através de incentivos financeiros. No Brasil, ganha centralidade a implantação de programas de fomento ao empreendedorismo, operacionalizados em parceria com os bancos⁵.

A nossa argumentação sugere que tais alternativas, na medida em que contribui para o ocultamento dos índices de desemprego, realçando a preocupação do Estado com os trabalhadores desempregados, tem potencializado novas formas de precarização do trabalho associadas ao endividamento. A novidade consiste no que alguns especialistas vêm chamando de *expropriação financeira* da classe trabalhadora, que se caracteriza pelo endividamento crescente e expansão do capital financeiro para todas as esferas da vida (Granemann, 2007; Fontes, 2008; Lavinhas; 2021).

Portanto, pretendemos desenvolver a referida proposta a partir dos seguintes eixos temáticos: 1) As bases histórico-concretas da Teoria da crise em Marx 2) O debate marxista contemporâneo sobre a crise 3) A nova ofensiva contra o trabalho no pós-2008: tendências recentes. Metodologicamente, utilizaremos conceitos e categorias marxianas centrais à análise da crise do capital, a saber, *reprodução do capital, capital fictício e valor*, além do debate contemporâneo sobre a nova dinâmica da acumulação financeira.

Tomamos como referencial central para a elaboração crítica de Marx no livro III de *O Capital* (2017), de que trata *O processo global de produção capitalista*, nos quais o autor examina, dentre outras questões, o papel do crédito na produção capitalista e no processo de valorização do capital. O debate sobre a nova ofensiva contra o trabalho no pós-2008 será

³ Situação trabalhista na América Latina e no Caribe maio de 2020 Número 22: Trabalho em tempos de pandemia: desafios contra a doença de coronavírus (COVID-19). De acordo com as estimativas da OIT, o trabalho informal é a fonte de renda para muitos lares na América Latina e no Caribe, onde a taxa média de informalidade é de aproximadamente 54%. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45557-coyuntura-laboral-america-latina-caribe-trabajo-tiempos-pandemia-desafios-frente>. Acesso em 16 jun. 2020.

⁴ O termo se refere a setorização da economia – *formal e informal* – adotada, originalmente, nas formulações expostas no Relatório do Quênia (OIT, 1972) e nos trabalhos do Programa de Emprego para a América Latina e o Caribe (PREALC), que se revela presente até hoje em seus estudos.

⁵ Segundo a recomendação, o governo brasileiro regulamentou o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), sancionado pela Lei nº 13.999/2020, com o objetivo de desenvolver e fortalecer os pequenos negócios. O programa prevê investimentos de 15,9 bilhões e uma linha de crédito até o limite de 30% da receita bruta obtida em 2019, com a participação de diversos bancos públicos. O público alvo a ser atingido pelo programa são as pequenas e microempresas com faturamento de R\$ 360 mil a R\$ 4,8 milhões por ano, não contemplando, portanto, os Microempreendedores Individuais (MEI), cujo faturamento é expressivamente menor.

auxiliado por dados sobre a temática, a partir de relatórios da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua (2022) e da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) e Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) (2023).

As bases histórico-concretas da Teoria da crise em Marx

Na obra marxiana não há elaboração sistematizada sobre a crise. As suas formulações percorrem o imenso arsenal teórico de sua obra máxima *O capital*, subdividido em três livros, além do livro IV, intitulado *Teorias da Mais-valia*. Esse método de investigação e de exposição permitiu uma certa flexibilidade analítica radicada na lógica de compreensão de suas partes como uma unidade contraditória, desde as determinações gerais até as particulares, do modo de produzir e de se reproduzir da sociedade capitalista. Historicamente, as formulações marxianas e marxistas sobre a crise perpassam diferentes estágios do desenvolvimento capitalista e tradições teóricas⁶. Partindo do pressuposto analítico deste trabalho, nos interessa nesta sessão o resgate das bases histórico-concretas que fundam a teoria marxiana sobre a crise, tendo como centralidade a análise do trabalho. Para tanto, daremos destaque aos fenômenos monetários e as suas funções determinantes no processo de reprodução do capital.

A crise estrutural que começamos a experimentar em meados dos anos 1970 do século XX, com o aumento dos preços do petróleo bruto no mercado internacional, através da expansão do mercado financeiro e das altas taxas de juros, fez requerer do grande capital, medidas de ajustes com vistas à reestruturação da economia mundial. O capital se dispõe de meios variados para a sua realização na esfera do consumo. O objetivo é encurtar ao máximo o seu tempo de rotação, articulando *capital produtivo, comercial e monetário*, dinâmica que Marx denominou *movimento total do capital*, no capítulo IV do seu segundo livro. As crises se manifestam, fundamentalmente, quando esse movimento é interrompido e se desenvolve na esfera da reprodução.

Contudo, é no seu primeiro livro que o filósofo desenvolve formulações indispensáveis à compreensão da sua teoria da crise. Podemos dizer que no âmago da crise encontra-se a acumulação de capital e suas necessidades variáveis de expansão, a partir da aplicação de mais-valor ao processo produtivo. Marx demonstra que o valor é determinado pela proporção

⁶ Remetemos à chamada tradição marxista que surge com a Primeira Internacional comandada por Marx e Engels (1864-1871), passando pela Segunda Internacional fundada em 1889, após a morte de Marx, com a presença de teóricos revisionistas como Kautsky, Plekhanov e Bernstein e, posteriormente, ganha força na interpretação dos novos fenômenos da sociedade burguesa, a partir das formulações dos teóricos que aderiram à III Internacional fundada por Lênin em 1919, à exemplo de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo.

constante e variável de capital, sempre suscetíveis a modificações. Assim, só é possível pensar acumulação, a partir do momento em que o capitalista investe na compra de meios de produção (capital constante) e força de trabalho (capital variável). A esta dinâmica Marx denominou *composição orgânica do capital* ($q=c/v$).

Ao valorizar por meio do trabalho vivo o valor constante do trabalho morto, através do aumento da produtividade do trabalho, o objetivo da produção capitalista alcança seu fim. Há, no entanto, uma tendência à redução da composição orgânica do capital, particularmente, em períodos de crise. No contexto da crise contemporânea, por exemplo, dentre outros fatores, essa redução se traduz pelo aumento dos níveis de apropriação de valor em razão desproporcional à produção capitalista.

Na perspectiva marxiana, o capital só pode ser entendido como uma unidade de produção e realização de valor e mais-valor. Isto quer dizer que, se uma mercadoria que foi produzida no processo de trabalho não pode ser vendida no mercado, então o trabalho incorporado à produção não realiza valor. Ou seja, no movimento do capital, que tem como fórmula geral D-M-D', o capitalista investe dinheiro em meios de produção e força de trabalho para produzir mercadorias com o objetivo de obter mais dinheiro do que investiu e, consequentemente, mais capital. O valor da mercadoria só se realiza quando pode ser convertida em mais dinheiro. Essa conversão se cumpre fora do processo produtivo, por meio da troca das mercadorias, possibilitando a reprodução da circulação do capital. E para dizê-lo nas suas próprias palavras:

A força de trabalho é comprada, aqui, não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que o que ele paga, ou seja, que contenham uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. Portanto, as condições de sua venda, sejam elas favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a **necessidade de sua contínua revenda e a constante reprodução ampliada** da riqueza como capital (Marx, 2014, 453-453, grifo nosso).

Na passagem Marx deduz que a capacidade da força de trabalho produzir valor no processo produtivo, mediante o trabalho assalariado, se constitui necessidade primeira da acumulação. Quanto mais extração de mais-valor, maior é a capacidade de reprodução do capital. Mas a possibilidade de o capital valorizar-se não se encerra nela. Daí a preocupação de Marx em desvelar as leis de produção e de reprodução do capital, enquanto unidade

indissociável, ao buscar “a conexão real entre os ciclos dos capitais individuais como conexão dos movimentos parciais do processo de reprodução do capital social total” (Marx, 2014, p. 179).

Sabe-se que o pensador não conheceu a condição de superacumulação que caracteriza o estágio atual da crise contemporânea, desencadeada em meados da década de 70 do século XX. Nem mesmo, o que se convencionou chamar de *financeirização*, que resulta da superacumulação e da queda das taxas de lucro do capital produtivo, além das análises clássicas sobre *Capital financeiro* que sucederam as formulações marxianas⁷. No entanto, quando esta forma de capital ainda não estava plenamente desenvolvida, Marx estudou as conexões entre os fenômenos monetários e o processo de produção de valor implícito nas relações financeiras, demonstrando as formas aparentes da crise e a sua necessidade histórica. “Aqui tudo aparece distorcido, pois nesse mundo de papel jamais se manifestam o preço real e seus fatores reais; o que se vê são apenas barras, dinheiro metálico, cédulas bancárias, letras de câmbio e títulos” (Marx, 2017, p. 547).

É em seu terceiro livro, especificamente, dos capítulos XXI a XXVI⁸, que o pensador desenvolve de modo mais sistemático a sua teoria da crise. Ainda que a investigação da produção de mercadorias tenha sido o ponto de partida de Marx, as análises sobre os fenômenos monetários ganham centralidade no debate marxista contemporâneo sobre a crise e a sua ofensiva contra o trabalho, buscando descortinar as determinações do valor ocultas em modalidades de trabalho informal e por conta própria⁹.

É inegável que essa tendência seja expressão dos limites cada vez maiores de acesso ao trabalho formal e, consequentemente, do desemprego e pauperismo da classe trabalhadora. Ou, dito a partir da própria teoria marxiana, trata-se do “material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população” (Marx, 2010, p. 735). No capítulo 23 do livro

⁷ Remetemos remete aos estudos apontados originalmente por Hilferding em seu livro *O capital financeiro* (1985), também analisadas por Lênin no clássico ensaio *O Imperialismo, fase superior do capitalismo* (1916) e por Rosa Luxemburgo (1913) em *A acumulação do capital. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Tais estudos, permitem afirmarmos que o capital financeiro potencializou em grande magnitude as contradições capitalistas. Nesta perspectiva, a esfera da circulação e do consumo se tornaria *lócus* de profundas contradições e, por que não dizer, ímpeto para a construção de consciência de classe?

⁸ Destacamos, especificamente, os capítulos em que Marx retoma a sua análise sobre o dinheiro e suas funções parasitárias ou, se preferirmos, sobre o *capital portador de juros*, forma desenvolvida do capital fictício.

⁹ No âmbito da Sociologia do trabalho, destacamos a coletânea de pesquisas presentes no livro Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II organizado por Ricardo Antunes, em que apresenta divergências em relação às teses do filósofo alemão Jürgen Habermas nos livros *A nova obscuridade* (1989) e *Teoria do agir comunicativo* (1991). Também dialoga criticamente com as análises de André Gorz nos livros *O imaterial* (2003) e *Metamorfoses do trabalho* (2005).

I de *O Capital*, ao tratar sobre a lei geral da acumulação capitalista, Marx demonstra que o crescimento da força de trabalho sobrante é parte constitutiva do modo de produção capitalista e condição necessária à acumulação, fenômeno também denominado pelo filósofo de *superpopulação relativa*.

No contexto de crise contemporânea, a coexistência de múltiplas faces da informalidade disponíveis ao capital à níveis de exploração cada vez mais elevados, reitera a assertiva marxiana. São as ocupações situadas na esfera da circulação e da venda de serviços e mercadorias, cuja natureza se funda, de modo insubstituível, na produção de mais-valia pelas grandes empresas e setores produtivos. Ou seja, a reprodução do capital ocorre sem que ele precise, necessariamente, investir em força de trabalho.

Ao criticar as formulações dos economistas clássicos e contrariar o suposto caráter imanente da lei do valor, Marx demonstra que quanto maior o grau de desenvolvimento do capital, menor é a necessidade de força de trabalho para atender a um dado nível de acumulação. Isto quer dizer que:

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e viceversa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social (Marx, 2013, p. 465).

679

Visto a partir da perspectiva marxiana, podemos antecipar, de modo generalizado, um dos nossos argumentos principais no texto, o de que a crise contemporânea sob hegemonia financeira potencializa a ofensiva do capital contra o trabalho, a partir dos seus mecanismos contratendenciais inerentes à lógica da acumulação. A consequência é a reprodução de estratégias de extração e apropriação de mais-valia que tendem a acelerar a acumulação, ao tempo em que repõe o exército industrial de reserva. Tudo se passando como se fosse possível, em momentos de profunda crise, a “blindagem” de determinados segmentos da economia – diga-se, a esfera da circulação onde situam-se trabalhadores desempregados, terceirizados e precarizados, funcionais às novas necessidades de reprodução do capital.

O debate marxista contemporâneo sobre a crise

O estágio capitalista que designamos como contemporâneo inicia-se com a recessão de 1974-1975. A crise generalizada que pôs fim aos “anos dourados” inaugura um novo estágio da dinâmica de acumulação do capital. Diferentemente das crises cíclicas, em que era possível

a retomada da taxa de lucro dentro dos limites do capital,¹⁰ a crise contemporânea se caracteriza pelo *bloqueio* dessa possibilidade pela via dos espaços produtivos, assumindo um caráter permanente denominado por Meszáros (2010) de *crise estrutural*¹¹. Essa crise se caracteriza, expressamente, pela expansão do capital financeiro em todas as esferas da vida social, haja vista a voraz apropriação de valor em razão desproporcional à produção capitalista, que se traduz em mais renda concentrada e, paradoxalmente, em maiores níveis de desigualdade.

No texto *Das crises cíclicas à estrutural*, o filósofo húngaro recorda como exemplo emblemático, a devastação da natureza – no Brasil, o emblemático caso da Amazônia – a crise das instituições políticas, das estruturas familiares – diga-se, as desigualdades do conjunto das relações humanas; de classe, gênero, raça, religião etc. Assim, a “crise estrutural do capital revela-se como uma verdadeira *crise de dominação em geral*” (Meszáros, 2010, p. 78), cujo alicerce se sustenta por uma ofensiva sem precedentes do capital contra o trabalho.

A partir dos anos 2000, particularmente, no rastro da crise financeira que atingiu uma das principais economias mundiais¹², evidencia-se uma busca inexorável pela valorização do capital acumulado, a partir do colapso dos empréstimos *subprime*¹³, provocou a falência do quarto maior banco norte-americano, o *Lehman Brothers* e *Merryl Lynch*. Além disso, as duas maiores empresas automobilísticas do mundo também entraram em crise, a *General Motors* e a *Chrysler*. “Um dos resultados anunciados da reestruturação dessas empresas é a demissão de 52 mil trabalhadores” (Marques; Nakatani, 2009, p. 69), o que traduz o caráter *universal e global* da crise estrutural, que não se limita a esfera das finanças, da economia norte-americana¹⁴.

Essa crise tem sido analisada como marco histórico da nova dinâmica capitalista, também denominada *hipertrofia do capital fictício*, que se caracteriza pela oferta abundante de crédito por meio de financiamento hipotecário para compra de imóveis à baixo custo. O resultado foi a elevação das taxas de juros, desemprego, empobrecimento e *hiperindividamento*

¹⁰ Pensemos nos mecanismos de contratendência à crise engendrados pelo pacto fordista-keynesiano, em resposta à recessão de 1929-1933, também chamada de Grande Depressão.

¹¹ Recomendamos a obra *A crise estrutural do capital*, de autoria de István Mészáros (2009).

¹² A primeira manifestação dessa crise ocorreu na esfera financeira, não por acaso, nos Estados Unidos, país onde se desenvolveu um maior grau de capital fictício. Para esta compreensão sugerimos a análise de Charles R. Morris (2008), autor do livro “O crash de 2008: dinheiro fácil, apostas arriscadas e o colapso global do crédito. São Paulo: Aracati, 2009”.

¹³“Esse tipo de contrato é que foi chamado de *subprime*, devido ao elevado índice de inadimplência das famílias. O banco ou a agência hipotecária que corria inicialmente o risco ia transferindo vários desses contratos, combinados com contratos mais seguros e transformados em um derivativo vendido para outras instituições no mercado financeiro. Para conseguir vender esses derivativos a taxa de juros oferecida era maior, financiada pela diferença obtida no contrato *subprime*.” (Marques; Nakatani, 2009, p. 61).

¹⁴ Para esta compreensão sugerimos a análise de Charles R. Morris (2008), autor do livro “O crash de 2008: dinheiro fácil, apostas arriscadas e o colapso global do crédito. São Paulo: Aracati, 2009”.

das famílias norte-americanas, consequências expressas mundialmente, conforme analisam Duménil e Lévy (2014).

Segundo Marques e Nakatani (2009, p. 63), trata-se de uma crise provocada pela hipertrofia do capital fictício¹⁵. Ou seja, grande parte do capital global se especializa na apropriação do valor produzido e uma menor parte investe na produção desse valor. Esta apropriação chega ao ápice quando falta capital para ser apropriado: caem as taxas de lucro e o capital entra em crise (Carcanholo, 2015). Em tese, a saída da crise seria desvalorizar o capital concentrado, o que implicaria em maiores investimentos nos setores produtivos e, consequentemente, a geração de novos postos de trabalho. No entanto, os Estados continuam a adotar medidas neoliberais de contenção de gastos sociais, enquanto medidas de ajuste necessário à retomada da taxa média de lucro do capital.

De acordo com Carcanholo e Nakatani (2015), a remuneração do capital fictício está constituída pelos juros auferidos e pelos ganhos obtidos pelo capital especulativo parasitário, forma desenvolvida do capital fictício. As novas determinações da produção global capitalista expressam a relação estabelecida entre capital produtivo e o que Marx no capítulo XXI do livro III de *O capital* denominou capital portador de juros. Ao examinar o desenvolvimento do sistema de crédito no capítulo XXV do Livro III, Marx (2017) chama a atenção para o fato de que este é uma expressão desenvolvida da produção capitalista, haja vista a sua função à aceleração do desenvolvimento das forças produtivas e valorização do capital.

No plano concreto, esses mecanismos elevaram os níveis de concentração da renda das classes capitalistas mais altas e das instituições financeiras – leiam-se, os bilhões de dólares injetados para o salvamento dos bancos e do empresariado norte-americano¹⁶. Essa concentração não alcançou, portanto, a massa de trabalhadores das classes mais baixas. A esses trabalhadores restaram o endividamento crescente como alternativa ao suprimento dos meios de subsistência, em razão do desemprego e perda das rendas. Somente em 2008, “os empréstimos brutos do setor financeiro representaram 76% dos tomados pelas famílias e governo considerados em conjunto, e mais que cada um deles separadamente” (Duménil e Lévy, 2014, p. 116), percentual absolutamente maior, se comparado com os dados do período pós-guerra.

¹⁵ Segundo Chesnais (1998, p. 268): “Na época em que Marx escreveu, essas representações de um capital público ou privado ainda eram pouco numerosas: limitavam-se aos títulos dos empréstimos tomados pelo Estado e às ações. Nas páginas que tratam do que ele chama de capital fictício, Marx estudou, com inegável fascínio, a maneira como as instituições financeiras (entre as quais a Bolsa) são capazes de fazer com que um crédito ou um título se desdobre para viver muitas vidas (livro III, capítulo XXIX e XXX)”.

¹⁶ Recomenda-se TONELO, Iuri. **No entanto, ela se move:** a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. 1ª. Ed – São Paulo: Boitempo/ Iskra, 2021 (Mundo do trabalho).

Ainda que os fenômenos monetários ganhem centralidade em um volume significativo de estudos sobre a crise de 2008, importa recordar as determinações que demarcam a crise contemporânea. Em um notável estudo, Ernest Mandel no capítulo XXV do seu livro *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista* oferece pistas sobre as novas configurações da crise. Uma obra que nasceu de análises conjunturais sobre o quadro histórico das recessões de 1974/75 e 1980/82, que marcou a ruptura com o período de expansão do pós-guerra da economia internacional.

No referido capítulo, o autor afirma que “a função objetiva da crise é a de constituir o mecanismo através do qual a lei do valor se impõe apesar da concorrência (ou da ação dos monopólios) capitalista” (Mandel, 1990, p. 212). Significa dizer que a interrupção da realização é determinada precisamente pelo seu valor de uso, cujos elementos se situam no processo material de produção, ainda que a esfera financeira ganhe centralidade no processo de valorização do capital. Nestes termos, as novas determinações da produção global capitalista traduzem a relação estabelecida entre capital produtivo e o que Marx no capítulo XXI do livro III de *O capital* denominou *capital portador de juros*.

Do ponto de vista ídeo-político, tais contradições tendem a reforçar as estratégias de ocultação das contradições capitalistas, cumprindo função determinante ao processo de reprodução do capital. Trata-se de uma *forma fetichista consumada da circulação* de capital, ou seja, o dinheiro como uma forma mais evidente de mistificação do capital. Nos escritos de Marx, “o dinheiro-capital atinge a forma mais reificada, mais fetichista do processo de valorização” (2010, p 519). Nesta perspectiva, pode-se dizer que em condições de acumulação financeira, a relação social se converte em uma relação entre “coisas” se mantendo, aparentemente, na esfera da circulação monetária.

Tais manifestações fenomênicas são trabalhadas com rigor no livro *Para a crítica da crise: diálogos com intelectuais e parlamentares da esquerda em Portugal*, em que Marcelo Braz (2016), tendo como horizonte os impactos da crise de 2008 na realidade portuguesa, busca desvelar a sua essência se valendo da crítica marxiana e marxista. O autor parte do suposto da crise como expressão de *contradições concentradas*, relacionadas ao problema do valor, à sua criação no processo produtivo e à sua realização no processo de circulação.

Concordando com a perspectiva mandeliana, o autor comprehende as crises como complexo de determinações que se processaram, de modo cumulativo, nos períodos de expansão, relacionados ao novo estágio de acumulação do capital. Tratam-se de fatores estruturais e não somente conjunturais de ordem sócio-política, intrínsecos às *contradições postas pelo desenvolvimento tardio* (Mandel, 1982).

A incontrolabilidade de um sistema que cria riqueza demais, comércio em excesso, mercado em abundância precisa ser contida. Capitais excedentes devem ser desvalorizados; dificuldades de realização da mais-valia devem ser mitigadas pelo crédito; empresas em dificuldades devem ser ou salvas ou absorvidas; a pulverização do mercado deve dar lugar a formas mais centralizadas e até monopolizadas de comércio e de financiamento; salários e outros gastos com a força de trabalho devem ser deprimidos; velhas formas de exploração devem dar lugar a novas ou até mesmo algumas formas mais antigas podem ser reavivadas, desde que em qualquer um dos casos sejam criadas as condições para elevar as taxas de mais-valia (Braz, 2016, p. 31).

Portanto, argumenta o autor, que os mecanismos contratendenciais, com os quais nos deparamos no pós-2008, não passam de soluções temporárias ou momentâneas, incapazes de pôr em xeque as suas contradições substanciais do capitalismo – recordem-se as atuais políticas de ajuste fiscal e os diversos ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários da classe trabalhadora brasileira, sob o mote da crise –. Dentre as principais causas que engendram as crises, Braz (2016) destaca a combinação entre *superprodução de mercadorias* e *superacumulação de capitais*, que reivindica a expansão de campos de valorização inéditos. O outro aspecto se refere ao *subconsumo* das massas trabalhadoras.

Ainda de acordo com o autor, as crises explicam-se pela lei da tendência à queda da taxa de lucro tratada no livro terceiro de *O capital* e considerada uma das mais importantes da obra marxiana. De acordo com as formulações de Marx, o aumento da taxa de afluência de trabalhadores ao exército industrial de reserva é um traço constitutivo dos mecanismos de contratendência engendrados pelo capital em crise. Recordem-se o desemprego massivo causado com o esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista. Sob tais circunstâncias, o capital se dispõe de meios que tendem a acelerar o período de rotação do capital, facilitado pelo capital monetário. Esta forma de capital torna-se, portanto, decisiva à retomada da demanda por mercadorias e a consequente retomada das taxas de lucro. Contudo, no capítulo 16 do segundo livro, dedicado a *rotação do capital variável*, Marx explica que o consumo, por si só, não é capaz de resolver o problema das crises, como a própria história demonstrou. A saber:

Quanto mais curto é o período de rotação do capital – quanto mais curtos são os intervalos em que se renovam seus prazos de reprodução durante o ano –, tanto mais rapidamente sua parte variável, inicialmente adiantada pelo capitalista em forma-dinheiro, converte-se em forma-dinheiro do produtor de valor (que, além disso, inclui mais-valor) criado pelo trabalhador para a reposição desse capital variável; tanto mais curto, portanto, o tempo para o qual o capitalista tem de adiantar dinheiro de seu próprio fundo [...] (Marx, 2014, p. 409).

A partir da assertiva marxiana, dissemos que é parte inerente à dinâmica de acumulação capitalista alargar os limites de acesso ao trabalho e, consequentemente, ampliar o quantitativo de trabalhadores disponíveis a trabalhar sob condições cada vez mais precárias. Enquanto a renda monetária permanece blindada sob a crise¹⁷. Deste modo, se por um lado aumenta a superpopulação relativa, por outro lado, aos trabalhadores que permanecem empregados, restam as jornadas exaustivas, as condições degradantes, o aumento da intensidade de trabalho e o rebaixamento salarial.

A nova ofensiva contra o trabalho no pós-2008: tendências contemporâneas

As novas determinações da produção global capitalista traduzem a relação estabelecida entre capital produtivo e o que Marx no capítulo XXI do livro III de *O capital* denominou capital portador de juros. Trata-se de uma massa de capital dinheiro não investida produtivamente, que se apropria da mais-valia global. Segundo Chesnais (2005, p. 35), “esse capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos [...]”.

Nas suas lições sobre a lei do valor, Marx (2017) demonstra as formas multifacetadas do processo de transformação do dinheiro em capital, que passa desde a produção do excedente econômico, identificado em sua grandeza como mais-valia e extraídas da produção e circulação de mercadorias, até a forma específica assumida pelo capital como portador de juros, definido com suas palavras, como um “capital vadio, à espera de aplicação” (Livro III, capítulo XIX). Dito de outro modo, a remuneração deste capital está constituída pelos juros auferidos e pelos ganhos obtidos pelo capital especulativo parasitário. Os dados apresentados na seção anterior, acerca da especulação financeira dos bancos, no contexto norte-americano, ratificam as formulações marxianas.

No Brasil, mesmo com as medidas implementadas pelo governo –de aumento da base monetária sobre a qual os bancos podem realizar empréstimos; de redução do imposto de renda e do imposto sobre o produto industrializado dos automóveis, de aumento das linhas de crédito dos bancos federais, inclusive do banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES), entre outras, o número de demitidos aumenta de forma assustadora (Marques; Nakatani, 2009, p. 74).

Desde 2008, o governo brasileiro vem aprimorando estratégia de fomento ao trabalho por conta própria como alternativa à crise. Podemos tomar como exemplo o aumento

¹⁷ Um bilhão de trabalhadores de 50 países tiveram um corte médio de US\$ 685 dólares em seus salários no ano passado, o que representou uma perda coletiva de US\$ 746 bilhões em salários reajustados pela inflação, No Brasil, a queda dos salários de trabalhadoras e trabalhadores foi de 6,9% no ano passado, enquanto acionistas receberam cerca de 24% a mais do que em 2021 (US\$ 33,8 bilhões – US\$ 27,3 bilhões). Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/a-sobrevivencia-do-mais-rico/>. Acesso em: 18 maio 2023.

significativo de registros de microempreendedores individuais (MEI), categoria regulamentada em nível federal no ano de 2008,¹⁸ que representa hoje uma das principais estratégias de enfrentamento ao desemprego no país. Tratam-se de respostas ao alargamento do índice de desemprego e informalização da força de trabalho, especialmente, no período de crise agravada pela pandemia¹⁹. O que aparece como alternativa esconde, no entanto, uma tentativa de ocultamento desses índices²⁰. Esse mecanismo tem sido promovido pelos bancos e organismos privados, que fortalecem parcerias junto aos aparelhos midiáticos, em função da divulgação de experiências empreendedoras exitosas, à exemplo dos eventos e cursos ofertados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

De acordo com Abílio (2014), uma das consequências destrutivas deste processo é a subsunção²¹ incontestável do trabalho ao capital, refletida na intensificação do quadro de desemprego no contexto de acumulação flexível, processo agravado nos países latino-americanos. Essa nova forma de *organização na dispersão* reflete um processo de redução e transferência de capital constante para o trabalhador, que assume, em escala individual, a responsabilidade dos custos e condições de trabalho (desprotegido), aumentando a intensidade e extensão das jornadas de trabalho, chegando, por sua vez, na esfera do consumo e apropriação dos lucros pelo capital.

Seguindo essa tendência, pequenas e microempresas, domiciliares ou não, passaram a abastecer a força de trabalho sobrante, através das quais muitos trabalhos informais, nas palavras de Tavares (2014), *se articulam por fios invisíveis à produção formal* numa relação de assalariamento disfarçado: trata-se de um processo de personificação da empresa pelo trabalhador. Assim, o aumento significativo de ocupações precárias no Brasil, nos últimos anos, associada à flexibilização das relações de trabalho é marcado pela hegemonia do capital financeiro cujo “espírito” leva até as últimas consequências a finalidade irremediável de “fazer mais dinheiro” do dinheiro e pelo dinheiro, agora não mais tendo como meio principal a

¹⁸ Regulamentada pelo governo Lula, a Lei Complementar n. 128/2008, que alterou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar n. 123/2006) Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao>. Acesso em: 15 set. 2020.

¹⁹ Indicamos a coletânea intitulada *Trabalho e pandemia: informalidade, precarização e suas múltiplas relações*, organizado por Roberto Véras de Oliveira e Ari Rocha da Silva (2021).

²⁰ Na nossa interpretação, tornar-se MEI significa sair das estatísticas oficiais de emprego informal e desemprego. De acordo com a PNAD, “a taxa de informalidade – soma dos trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, empregador sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar”. Disponível: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26913-desemprego-cai-em-16-estados-em-2019-mas-20-tem-informalidade-recorde>. Acesso em: 7 set. 2020.

²¹ “O conceito de subsunção, mais ainda, de subsunção real, na teoria marxiana sintetiza a separação entre meios de produção e força de trabalho (o que significa pensar em termos da própria constituição da força de trabalho como tal), que é também um desapossamento do conhecimento, das decisões e do controle do trabalhador sobre a produção” (Abílio, 2014, p. 192).

produção em massa de mercadorias, mas sim a especulação financeira”, conforme interpretação de Graça Druck (2011, p. 91).

Tais tendências reforçam a hipótese central de Antunes (2018) no livro *O privilégio da servidão*, a de que se processa uma nova morfologia de trabalho denominada de *novo proletariado de serviços da era digital*. Nesse cenário em que o empreendedorismo aparece como alternativa à crise²², o trabalho digital tornou-se mediação fundamental. Sem relação patronal, sem propriedade dos meios de produção, são “empreendedores de si mesmos”, com jornadas exaustivas e salários rebaixados (pagos por peça), algumas vezes, transformada em dívida, a exemplo do emblemático serviço dos entregadores. Embora os discursos de incentivo sugiram a possibilidade do trabalhador, a partir das suas próprias condições de investimentos e atributos pessoais, “fazer o seu próprio salário” e gerar novas alternativas de renda, o que se observa, na realidade, é a intensificação das condições de precarização.

Os dados são incontestáveis. Mesmo em condições de pandemia, o Brasil alcançou no final de 2020 recorde no número de registros de MEI, com um total de 11,3 milhões de MEIs ativos, 20% a mais do que no fim de 2019, quando o segmento tinha 9,4 milhões de registros (Portal do Empreendedor, 2020)²³. No entanto, os dados revelam que apesar do empreendedorismo se constituir como alternativa ao desenvolvimento e da “livre” escolha dos trabalhadores, as condições objetivas não deixam dúvidas. Segundo pesquisa divulgada pela Neon, responsável pela plataforma MEI Fácil, 53% destes empreendedores viviam com até R\$ 1 mil reais por mês ao fim do ano passado. E nos últimos meses, 52% dos empreendedores individuais buscaram auxílio financeiro com parentes e amigos. E apenas um em cada cinco obteve empréstimo com bancos ou instituições financeiras tradicionais (MEI fácil, 2020)²⁴.

De acordo com o Sebrae/PB (2020), com base em dados da Receita Federal²⁵ o índice de inadimplência dos microempreendedores individuais na Paraíba sofreu um aumento de quase 15% entre os meses de dezembro de 2019 e maio deste ano. No mês de maio, o índice de inadimplência era de 57,12%, ou seja, 59.716 microempreendedores dos 139.271 registrados no Simples Nacional na Paraíba estavam em dia com o pagamento do Documento de Arrecadação do Simples (DAS). Em dezembro de 2019, esse percentual era de 42,75%: dos

²² Pensemos no Vamos Ativar o Empreendedorismo (VAE), criado pela grande mídia em 2020, em meio à pandemia e financiado por diversas instituições financeiras, como o Itaú e o Bradesco.

²³ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/numero-de-novos-microempreendedores-individuais-bate-recorde-em-2020/>. Acesso em 24 nov. 2021.

²⁴ Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/emprenda-se/noticia/2021/01/06/metade-dos-microempreendedores-vive-com-renda-ate-r-1-mil-por-mes.shtml>. Acesso em 24 nov. 2021.

²⁵ Disponível em:
<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/08/07/microempreendedores-atingem-inadimplencia-de-5712percent-na-paraiba-aponta-o-sebrae.shtml>. Acesso em: 14 abr. 2021.

130.102 MEIs registrados no estado, 74.488 estavam adimplentes, o que revela a tendência ao endividamento dos MEIs, no período anterior à crise agravada pela pandemia.

Os dados acima ratificam a contradição entre os discursos de incentivo ao empreendedorismo e as condições objetivas experimentadas pelos trabalhadores, no tocante a desproteção associada ao endividamento. Nesta direção, as desigualdades de classe – inerentes à sociedade capitalista – são canceladas e os indivíduos passam a se distinguir pelas e aptidões individuais e subjetivas, cuja referência comum é o mercado. Segundo essa linha de análise, as relações sociais de produção e reprodução social são polarizadas, como se pertencessem a extremos opostos, para além da sociedade de classes e dos conflitos entre capital e trabalho” (Valentim; Peruzzo, 2018).

É inegável que a crise expressa pela contradição produção/realização do valor teve como consequência direta a redução dos postos formais de trabalho, repercutindo na elevação do grau de informalização e precarização da força de trabalho sobrante. A novidade consiste no que alguns especialistas vêm chamando de *dominância financeira* sobre o trabalho, que se caracteriza pelo endividamento crescente e expansão do capital financeiro para todas as esferas da vida, seja através de hipotecas (predominante nos países centrais), seja através de crédito de consumo (predominante nos países periféricos) conforme analisa Lena Lavinas (*et al.*, 2021).

Em nível do Brasil, os dados são incontestáveis. De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) e Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) (2023), o endividamento bate terceiro recorde este ano e atinge 79,3% das famílias brasileiras, dado que supomos ter relação com o crescimento das ocupações por conta própria²⁶, público que também apresenta condições de endividamento. De acordo com o Sebrae/PB (2020), com base em dados da Receita Federal, o índice de inadimplência dos microempreendedores individuais na Paraíba sofreu um aumento de quase 15% entre os meses de dezembro de 2019 e maio de 2020.

Vimos que a nova dinâmica de acumulação, que modificou a finalidade do processo de valorização do capital por intermédio da mercadoria dinheiro, só pode existir, teoricamente, destruindo valor de uso. Contudo, os leitores desta tradição teórica sabem que o dinheiro se converte em capital na medida em que se vincula ao movimento global, sendo, portanto, na forma inicial dinheiro que se gesta o processo capitalista de produção.

²⁶ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) revela que, no terceiro trimestre de 2022, o número médio anual de trabalhadores por conta própria chegou a 25,5 milhões em 2022, com alta de 2,6% no ano. Foi o maior nível da série histórica da pesquisa e ficou 27,3% maior que em 2012, quando era de 20,1 milhões (o menor da série).

Considerações finais

As contribuições subscritas neste texto fazem parte das reflexões suscitadas durante a retomada crítico-investigativa em torno das tendências contemporâneas do trabalho e a sua relação com a crise capitalista. Argumentamos que a ofensiva contra o trabalho no pós-2008, expressa por diferentes formas de valorização do capital potencializa, em grande magnitude, a expansão das relações de precarização do trabalho associada ao endividamento da classe trabalhadora. Nesta nova dinâmica, o capital necessita cada vez mais de respostas que não só garantam a recuperação de suas taxas de lucro e extração de mais valor, mas também de mecanismos ídeo-políticos que buscam ocultar as suas reais necessidades, modificando a forma e o conteúdo da dinâmica de acumulação do capital.

Sob esse aspecto, partimos da suposição de que a ofensiva financeira contra o trabalho no pós-crise de 2008, representa o domínio financeiro sob a esfera da reprodução social. E por isto constitui um mecanismo contratendencial ao interferir na composição do exército industrial de reserva e, ao mesmo tempo, potencializar o trabalho precário. Essa ofensiva expressa a face *reificada* do capital-dinheiro, demonstrando que sua forma aparente de autonomia se funda na exploração da força de trabalho mundialmente e numa voracidade sem precedentes.

Portanto, ainda que a expansão do crédito seja uma constante histórica do capital em seus estágios de crise, com o colapso de 2008, essa tendência assume novas conotações associadas às necessidades do sistema global de produção e suas determinações sobre o trabalho. Do ponto de vista fenomênico, o que aparece como saída da crise, na realidade, exerce função específica ao modo de operar do capitalismo sob a dominância financeira, que tem atingido, drasticamente, a completude da classe trabalhadora e, com piores efeitos, os trabalhadores que atuam na esfera da circulação.

A compreensão da crise contemporânea, seus rebatimentos nas relações de trabalho e nas estratégias de enfrentamento por via do Estado exige, portanto, a recuperação da análise marxiana da crise e dos mecanismos de reprodução do capital, reeditados sob as novas circunstâncias históricas, o que conduz ao argumento central trabalhado ao longo do texto: a de que a crise sob o domínio financeiro no pós-2008 representa a construção de uma nova ofensiva contra o trabalho, cujas contradições são deslocadas para a esfera da reprodução do capital.

Referências bibliográficas

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Subsunção contemporânea do trabalho e acumulação. In: *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos*. São Paulo: Boitempo, 2014.

- BRAZ, Marcelo. *Para a crítica da crise*: diálogos com intelectuais e parlamentares da esquerda em Portugal. 1ª. Ed. – Curitiba: Editora Prismas, 2016.
- CARCANHOLO, Reinaldo A. NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: *Especulação e lucros Fictícios*/ Helder Gomes (org.). 1ª ed. – São Paulo: Outras expressões, 2015.
- CHESNAIS, François. *A mundialização financeira*: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.
- CHESNAIS, François (org.). O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. *A finança mundializada*: raízes sociais e políticas, configurações, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *A crise do Neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- FONTES, Virgínia. Marx, expropriações e capital monetário: notas para o estudo do imperialismo tardio. *Revista Crítica Marxista*. IFCH-UNICAMP. 145. Disponível: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo145Artigo1.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.
- GRANEMANN, Sara. Políticas Sociais e financeirização dos direitos do trabalho. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 20, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/159>. Acesso em: 03 out. 2019.
- LAVINAS, Lena; BRESSAN, Lucas; RUBIN, Pedro. O redesenho das políticas sociais no capitalismo financeirizado, endividamento. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IEUFRJ), 2021. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/publicacoes-j/textos-para-discussao.html>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- LENIN, Vladimir I. *O imperialismo*: fase superior do capitalismo. Obras Escolhidas em seis tomos. Editorial Avante! Lisboa-Moscovo, 1984. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. 2ª. Ed. São Paulo: Nova cultural, 1985. (Os economistas).
- MANDEL, Ernest. *A crise do capital*: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. *O que é capital fictício*. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- MESZÁROS, István. *Atualidade histórica da ofensiva socialista*: uma alternativa radical ao sistema parlamentar. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Livro I. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização, 2010.
- MARX, Karl. Livro II: *O processo de circulação do capital*/ Karl Marx; edição Friedrich Engels. 1ª. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, Karl. *O processo global de produção*. Livro III. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ROSDOLSSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. tradução César Benjamin. – Rio de Janeiro: EDUERJ: contraponto, 2001.
- PORTAL DO EMPREENDEDOR-MEI. Brasília (DF), 2017. Inscritos totais – Estatísticas. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>. Acesso em: 01 jan. 2018.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Inadimplência dos Microempreendedores Individuais. Paraíba (PB), 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/08/07/microempreendedores-atingem-inadimplencia-de-5712percent-na-paraiba-aponta-o-sebrae.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2018.

TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.

TAVARES, Maria Augusta. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. *Em Pauta, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. 1º Semestre de 2018 - n. 41, v. 16, p. 107 – 121. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/36687>. Acesso em 15 ago. 2021.

Exploração e jornada de trabalho em Marx: mais-valia como noção de mais-tempo

**Exploration and the working day in Marx:
surplus value as a notion of surplus time**

Silvio Aparecido Redon*
Eliane Christine Santos de Campos**

Resumo: A estrutura exploradora do modo de produção capitalista é um elemento essencial para se pensar sobre a realidade social e, embora não seja restrita à essa sociabilidade, ela adquire traços particulares sob a direção do capital. Em busca de valorização, o capital altera a dinâmica da produtividade do trabalho social mediante a introdução da tecnologia na esfera da produção e ocasiona, de forma espetacular e inédita, a exponenciação da exploração a partir do controle do tempo. Este artigo, elaborado por meio de revisão de literatura essencialmente no universo marxiano, se propõe a entender a extração da mais-valia a partir da noção de mais-tempo e considerando o uso capitalista das inovações tecnológicas. O que se pode destacar é que a tecnologia é capaz de acelerar o tempo de rotação do capital, propiciar maior campo humano explorável e aprofundar a relação capital enquanto relação social de produção.

Palavras-chaves: Capital; Tecnologia;
Exploração.

Abstract: The exploitative structure of the capitalist mode of production is an essential element for thinking about social reality and, although it is not restricted to this sociability, it acquires particular traits under the direction of capital. In search of valorization, capital alters the dynamics of the productivity of social labor by introducing technology into the sphere of production and causes, in a spectacular and unprecedented way, the exponentiation of exploitation based on the control of time. This article, written through a literature review essentially in the Marxist universe, proposes to understand the extraction of surplus value based on the notion of surplus time and considering the capitalist use of technological innovations. What can be highlighted is that technology is capable of accelerating the time of capital turnover, providing a greater exploitable human field and deepening the relationship between capital as a social relation of production.

Keywords: Capital; Technology; Exploration.

* Doutor em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina. Assistente social da Prefeitura Municipal de Cambé. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6163-4846>

** Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Docente do departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4435-2783>

Introdução

Assegurada pela propriedade privada, a exploração do capital sobre o trabalho assalariado é um elemento que deita raízes profundas na sociedade capitalista, encoberta por uma relação juridicamente entre iguais: o trabalhador e o capitalista, vendedor e comprador da mercadoria força de trabalho. O trabalho, e as condições a que está submetido na sociedade capitalista é, sem dúvidas, um ponto essencial para refletirmos a “questão social”; afinal, a capacidade produtiva do trabalho comporta, desde há muito, as investidas do progresso técnico e organizacional. Em Marx, ele é duplamente abordado, basicamente sob as diferentes perspectivas de finalidade e resultado, considerando a estruturação das classes sociais e o poder decorrente dessa divisão, revestido de dominação e subjugação.

Conjugada ao e dinamizada pelo aumento da capacidade produtiva do trabalho, a exploração é o fator que traz determinações históricas à realidade, impondo condições de vida que desafiam o cotidiano do proletariado em todo o mundo. Essa exploração exponenciada pela introdução da tecnologia no processo produtivo é a garantia da extração e acumulação da mais-valia, da permanente distância entre as classes sociais quanto ao acesso à riqueza produzida. E, dentre os autores do Serviço Social brasileiro, a chave explicativa para a “questão social”. Eis as justificativas para a busca de sua elucidação e difusão do debate.

A proposta do artigo é compreender a exploração a partir da discussão do controle do tempo; defendemos ser este um fator essencial para o capital. Esse controle apenas se tornou possível com a introdução da maquinaria na produção, trazendo no seu rastro a superpopulação relativa, como uma lei populacional particular do modo de produção especificamente capitalista e expressa na lei geral da acumulação capitalista, formulada por K. Marx; dessa forma, também considera as alterações sofridas pelo capital global, as mudanças entre seus componentes constante e variável. Em meio à essa sociabilidade é que se ergue a luta de classes. Por meio de uma revisão de literatura de textos marxianos e marxistas, o texto está dividido em duas partes: na primeira parte, *Exploração e o significado do tempo para a produção capitalista*, é apresentado como a medição e controle do tempo se tornaram vitais para a produção capitalista, diferentemente de outras épocas, visto que tal elemento está vinculado à exploração do capital sobre o trabalho. Depois, em *A transformação dos tempos da jornada de trabalho a partir da tecnologia: mais-valia absoluta e mais-valia relativa*, é exposta a luta do capital sobre esse tempo, em que a aplicação e o uso da tecnologia se torna imprescindível, aprofundando a relação social de produção e possibilitando a extração da mais-valia relativa a partir da transformação dos tempos contidos na jornada de trabalho.

Exploração e o significado do tempo para a produção capitalista

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro polo, pessoas que nada tem para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forcarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por *educação, tradição, costume*, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes (Marx, 1984, p. 277, grifo nosso).

Para o estabelecimento dessa nova forma de trabalho, o trabalho assalariado como venda da capacidade de trabalho, é insuficiente a pura imposição violenta e coercitiva na busca de aceitação e obediência conformadas. É preciso mais que somente isso; é importante as formas de introjeção e conformação à nova realidade, em que a reprodução social dos sujeitos passa a seguir o ritmo da reprodução do capital. Dessa forma, se coloca imprescindível o papel de instituições, como a escola e a igreja, que trazem componentes morais e religiosos que passam a moldar a vida em sociedade, estabelecendo condições e comportamentos necessários à realidade burguesa. Em um momento em que a força de trabalho passa a circular e ser negociada como mercadoria, queremos salientar, sem descartar outros aspectos, o controle econômico do *tempo* nessa nova forma social.

É o historiador britânico Thompson (1998) quem instiga uma discussão sobre a questão do tempo na sociedade capitalista em seu notável ensaio *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*. Seu eixo de investigação é detectar, como e até que ponto, a alteração na noção do tempo afetou a disciplina do trabalho e incidiu sobre a percepção dos trabalhadores: considerando a maturação da sociedade industrial, que impõe uma outra lógica para o trabalho, como isso está relacionado com a alteração na notação do tempo? Defendemos que essa questão do tempo, sua medição e controle, é algo essencial na sociedade burguesa, o qual o capital luta de forma incessante para ter total domínio por estar atrelado diretamente à exploração capitalista.

Entre os povos primitivos, ou em certas regiões e em determinadas épocas, como o Chile do século XVII ou regiões rurais da Grã-Bretanha de hoje – de forma geral, em sociedades que as estruturas de mercado e administrativas são mínimas – a marcação do tempo ocorre orientada pelas tarefas diárias, em que o trabalhador e o camponês independentes parecem cuidar do que é uma *necessidade*, além de não haver uma distinção muito clara entre as relações sociais e o trabalho, em que a atividade desempenhada não segue um ritmo de urgência. Conforme Mandel (1975), o trabalho não era tido como algo imposto do exterior, de forma exaustiva e desgastante como se configura hoje, visto que seus ritmos eram traçados pela natureza e pelo organismo do homem. Nessa mesma lógica, Thompson (1998) diz que a regularidade dessas atividades era determinada através de formas naturais, como a altura do sol no céu ou o sentido do vento, além

de não serem organizadas e ordenadas pelo princípio e vigilância capitalista da intensa produtividade; havia outro sentido no trabalho. Mas com o emprego de mão-de-obra assalariada, esse critério de medição do tempo adquire certa complexidade: “[...] o tempo está começando a se transformar em dinheiro, o dinheiro do empregador” (Thompson, 1998, p. 272). Começa-se, então a medição das tarefas por horário marcado.

Essa medição incorpora uma relação simples. Aqueles que são contratados expericiam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. *O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta* (Thompson, 1998, p. 272, grifo nosso).

Segundo Mandel (1975), esse reordenamento da medição e da regularidade do trabalho é consequência do aparecimento e da intensificação da produção de mercadorias: “quanto mais a produção de mercadorias se generaliza tanto mais o trabalho se regulariza, e mais a sociedade se organiza em torno de uma contabilidade fundamentada no trabalho” (Mandel, 1975, p. 12). Essa noção de tempo revelada pelo autor é a margeada pelo discurso capitalista de *tempo é dinheiro*, que contou com a decisiva introdução na vida social de um elemento extremamente comum nos dias atuais: o *relógio*. Não se sabe ao certo a precisão da hora marcada pelo relógio nesse período, mas a sua proliferação aconteceu no momento em que a Revolução Industrial exigia maior controle e ajuste do trabalho. Segundo Thompson (1998, p. 279), “O pequeno instrumento que regulava os novos ritmos da vida industrial era ao mesmo tempo uma das mais urgentes dentre as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para impulsionar seu avanço”. Além da associação da marcação do tempo e da tecnologia, é interesse do autor também “a medição do tempo como meio de exploração da mão-de-obra” (Thompson, 1998, p. 289), o que não ocorreu sem conflito. Essa tensão, está claro, se deve mesmo à imposição de um ritmo de trabalho totalmente diferente do que a população estava então acostumada. A entrada e saída dos trabalhadores nas fábricas eram devidamente registradas, não honestamente, e os relógios eram alterados para garantir vantagem ao capital, além de terem seu uso proibido¹. E vantagem não somente em relação ao ganho de tempo, mas também quanto a aplicação de multas como método dos capitalistas aumentarem seus lucros: os operários que encontravam os portões das fábricas fechados, porque o relógio estava adiantado, tinham seus nomes

¹ Thompson (1998, p. 294) traz o depoimento anônimo de uma testemunha que trabalhava em uma fábrica: “[...] na realidade não havia horas regulares: os mestres e os gerentes faziam conosco o que desejavam. Os relógios nas fábricas eram frequentemente adiantados de manhã e atrasados à noite; em vez de serem instrumentos para medir o tempo, eram usados como disfarces para encobrir o engano e a opressão. Embora isso fosse do conhecimento dos trabalhadores, todos tinham medo de falar, e o trabalhador tinha medo de usar relógio, pois não era incomum despedirem aqueles que ousarem saber demais sobre a ciência das horas” (Anônimo, Chapters in the life of a Dundee factory boy – Dundee, 1887, p. 10 *apud* Thompson, 1998, p. 294).

marcados em um caderno de multas. Certa vez, 95 trabalhadores de uma indústria em Manchester foram multados: “[...] eram operários de um fábrica cujo relógio, em relação aos relógios públicos da cidade, pela manhã estava *adiantado* e, à noite, *atrasado* em um quarto de hora” (Engels, 2010, p. 215, grifos no original). Apesar da resistência, os trabalhadores foram sugados pela força do capital e submetidos ao seu movimento, passando a lutar não mais contra o tempo, mas sobre o tempo, indo da redução da jornada de trabalho para o direito de receberem horas extras e porcentagens em dinheiro pelo tempo trabalhado fora do horário.

A dominação do capital não conhece barreiras. Essa questão do tempo é importante pelo próprio entendimento dessa *relação social*. Talvez a definição mais conhecida usada por Marx para descrever o capital seja “[...] valor que se valoriza” (Marx, 1983, p. 130; Marx, 1984, p. 153). Esse conceito deve ser entendido, também, enquanto um *processo*, um movimento em que o capital necessariamente precisa passar por metamorfoses e trocar suas formas para que se opere a valorização, desconsiderando possíveis percalços. Falamos aqui da *circulação do capital*, renovada a cada ciclo, como uma finalidade em si mesma, objetivando a valorização do valor, “[...] pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável” (Marx, 1983, p. 129). Essa descrição nos afasta do entendimento a-histórico e simplesmente material do capital, visto em si como um montante de dinheiro, uma forma equivocada, como nos alerta os autores Lowy, Duménil e Renault (2015). Segundo Gorender (1983, p. XXXVII), o capital no sentido marxiano também se afasta da definição de trabalho acumulado: “o capital não é uma coisa – ferramenta ou máquina”; estes se convertem em capital quando são destinados à valorização do capital, convertidos em “instrumento[s] de exploração do trabalho assalariado”.

695

Ao invés de coisa, o capital é *relação social*, relação de exploração dos operários pelos capitalistas. As coisas – instalações, máquinas, matérias-primas, etc. – constituem a encarnação física do trabalho acumulado para servir de capital, na relação do proprietário dessas coisas e os operários contratados para usá-las de maneira produtiva (Gorender, 1983, p. XXXVII).

Harvey (2018) dissecou esse conceito tal como definido por Marx. Primeiramente, traz a noção de valor: “é o trabalho social que realizamos para os outros tal como ele é organizado por meio de trocas de mercadorias em mercados competitivos, com seus mecanismos de determinação de preços” (Harvey, 2018 p. 18). Mas recordemos que esse trabalho tem um tempo necessário socialmente estabelecido, não sendo aleatório: o valor é definido em Marx (1983) como o tempo de trabalho socialmente necessário². “O tempo que gasto fabricando bens

² “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com grau médio de habilidade e de intensidade de trabalho”. É, portanto, apenas o quantum de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário

para outros comprarem e usarem é uma relação social”, portanto, relação “imaterial”, mas que urge por uma expressão objetiva, satisfeita pela existência do *dinheiro*, que representa o valor. “O valor é a relação social, e todas as relações sociais escapam à investigação material direta. O dinheiro é a representação e a expressão dessa relação social” (Harvey, 2018, p. 18-19).

Na *esfera da produção*, além de mercadorias materiais, é produzida também uma “relação social de exploração da força de trabalho” (Harvey, 2018, p. 23). Assim, “esse momento da circulação do capital abarca não apenas a produção de mercadorias, mas também a produção e reprodução da relação de classe entre capital e trabalho na forma de mais-valor [mais-valia]” (Harvey, 2018, p. 24). “O processo de consumo da força de trabalho é, simultaneamente, o processo de produção de mercadoria e de mais-valia”; é para onde Marx direciona nossa atenção: o “local oculto da produção” (Marx, 1983, p. 144). É aqui que ocorre o que Marx chama de valorização do capital, em que o *tempo* figura como um elemento essencial.

Se compararmos o processo de formação de valor com o processo de valorização, vemos que o processo de valorização não é nada mais que um processo de formação de valor *prolongado além de certo ponto*. Se este apenas dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, então é um processo simples de formação de valor. *Se ultrapassa esse ponto, torna-se processo de valorização* (Marx, 1983, p. 161, grifo nosso).

Conforme a citação, o processo de trabalho é, também, processo de valorização. Esse *tempo* de trabalho que excede ao valor da força de trabalho, valor este sumariado nos meios de subsistência necessários à vida do trabalhador, é trabalho não pago, portanto, *trabalho explorado*. O mecanismo da exploração, que é a essência do trabalho no modo de produção capitalista, está elucidado; a força de trabalho pode operar *além do tempo* determinado para sua reprodução: “seus custos diários e seu dispêndio diário, são duas grandezas inteiramente diferentes”. Quando comprou a força de trabalho no mercado, o capitalista sabia que, embora apenas meia jornada de trabalho fosse suficiente para manter o trabalhador vivo, não havia impedimentos para ele trabalhar uma jornada inteira. Pagou por ela por um dia de sua utilização; protege e vigia zelosamente seu investimento para que consiga extrair o máximo disso, quase como a inquietante teletela da distopia de George Orwell (2021). Assim, “O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas”. Para o capitalista, “[...] o decisivo foi o valor de uso dessa mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem”. Mas a força de trabalho cria esse mais valor, que extrapola o seu

para a produção do valor de isso o que determina a grandeza de seu valor” (Marx, 1983, p. 48).

próprio valor, apenas e a partir da extensão do *tempo* da jornada de trabalho necessário: dessa forma, o seu valor de uso ultrapassa o seu valor de troca.

A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar *um dia inteiro*, e por isso, o valor que sua utilização cria durante o dia é o *dobro de seu próprio valor* de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor (Marx, 1983, p. 160, grifo nosso).

A valorização decorre do tempo que excede o tempo socialmente necessário à manutenção e reprodução da mercadoria força de trabalho, tempo empregado na produção: “[...] processo de valorização, que ocorre na esfera da produção” (Marx, 1983, p. 160). O processo de trabalho que compreende o trabalho necessário é o processo simples de formação de valor³; aqui não está compreendido a formação da mais-valia, apenas o que o capitalista paga em salário ao trabalhador. É impossível concebermos o modo de produção capitalista unicamente pelo processo de formação simples de valor – este deve ser analisado como parte de um processo maior, não existindo de modo isolado, pois se se interrompe a produção nesse momento, não há valorização do capital, não há excedente. O tempo prolongado da jornada de trabalho para além de determinado ponto é o que garante a valorização do capital, estando na sua dependência direta. *Se em determinadas condições esse tempo prolongado oscila, também oscila a capacidade de valorização do capital, para mais ou para menos, pois oscila a produção da mais-valia*⁴. Portanto, a mais valia está cristalizada não no montante absoluto de mercadorias produzidas em uma jornada inteira de trabalho, mas apenas naquele em que são produzidas no tempo da jornada de trabalho que engloba o trabalho excedente. De modo geral, “[...] a mais-valia resulta somente de um excesso quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho [...]” (Marx, 1983, p. 162, grifo nosso), agora particularizado como processo de produção capitalista de mercadoria⁵, síntese agregada do valor e da mais-valia.

³ “Trata-se aqui apenas do tempo que o trabalho precisa para sua operação ou da duração na qual a força de trabalho é despendida de forma útil” (Marx, 1983, p. 161).

⁴ A história nos mostrou que a tendência é o aumento desse tempo pelo imperativo do capital se assentar em uma prospecção de reprodução ampliada. Além de que a mais-valia pode oscilar em decorrência do aumento do valor da força de trabalho, se expressando no fato de que o trabalho pode ter mais acesso à riqueza produzida socialmente, mas isso tem diferentes repercussões: ou realmente o trabalhador percebe esse aumento, por exemplo em decorrência da luta de classe e a pressão de seu poder de barganha; ou sobe os meios de subsistência e, na mesma proporção, sobe os salários.

⁵ “Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, foram capitalistas da produção de mercadoria” (Marx, 1983, p. 162).

Ainda nessa análise sobre o processo de valorização do capital, é importante nos atermos a certos processos e conceitos marxianos. O valor do produto é resultado das diferentes formas em que os fatores do processo de trabalho o constituem, como fatores objetivos e fatores subjetivos. Constitui valor do produto os valores dos meios de produção consumidos que, de fato, são conservados pela transferência⁶ e, também, o novo valor que o trabalhador acrescenta através de determinada quantidade de trabalho⁷. Mas esses dois resultados são alcançados pelo trabalhador ao mesmo tempo, pelo mesmo processo de trabalho e não através de processos isolados, com objetivos próprios; essa dualidade de resultado é explicada pela dualidade de seu próprio trabalho: “No mesmo instante, o trabalho, em uma condição, tem de gerar valor e em outra condição deve conservar ou transferir valor” (Marx, 1983, p. 165). O trabalhador agrega tempo de trabalho e, portanto, valor, sob a forma peculiar de seu trabalho produtivo, pela sua própria atividade como trabalho em geral, ao passo que também o valor dos meios de produção se torna elemento constituinte do produto, de um novo valor de uso. Esse trabalho que agrega valor é trabalho abstrato, trabalho social geral, e agrega certa grandeza de valor não por ser trabalho particular, útil, mas porque dura um *tempo* determinado; por sua característica abstrata, como dispêndio de força de trabalho humano, agrega novo valor. Distinto disso é a transferência de valor ao produto, que ocorre através do trabalho concreto, útil; apenas um trabalho específico é capaz de manejar certos meios de produção e, assim, transferir seus valores aos novos produtos. A força de trabalho, ao ser acionada em um processo de trabalho, cria novo valor e transfere valor, formando o valor de um novo produto, e de forma simultânea.

Essa caracterização dos fatores do processo de trabalho nada mais é que as funções dos diferentes elementos que compõem o capital em seu próprio *processo de valorização*⁸: os meios de produção e a força de trabalho são “as diferentes formas de existência que o valor do capital originário assumiu ao desfazer-se de sua forma dinheiro e ao transformar-se nos fatores do processo de trabalho”. Marx (1983) denominou de *capital constante* a parte do capital convertida em meios de produção, cuja grandeza de valor não se altera no processo de produção e, de *capital variável*, a parte do capital convertida em força de trabalho, cujo valor se altera no

⁶ “Se considerarmos todo o período em que tal meio de trabalho presta serviço, desde o dia de sua entrada na oficina até o dia de seu banimento ao despejo, veremos que, durante esse período, seu valor de uso foi inteiramente consumido pelo trabalho e seu valor de troca transferiu-se, por isso, totalmente ao produto” (Marx, 1983, p. 168)

⁷ “É diferente o que acontece com o fator subjetivo do processo de trabalho, a força de trabalho em ação. Enquanto o trabalho, por meio de sua forma adequada a um fim, transfere o valor dos meios de produção ao produto e o conserva, cada momento de seu movimento cria valor adicional, valor novo” (Marx, 1983, p. 170).

⁸ “As mesmas partes componentes do capital, que do ponto de vista do processo de trabalho se distinguem como fatores objetivos e fatores subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, se distinguem, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e capital variável” (Marx, 1983, p. 171).

processo de produção, reproduzindo seu equivalente e produzindo um excedente, uma mais-valia que pode variar, ser maior ou menor.

Mediante a atividade da força de trabalho, reproduz-se, portanto, não só seu próprio valor, mas reproduz-se também, valor excedente. Essa mais-valia forma o excedente do valor do produto sobre o valor dos constituintes consumidos do produto, isto é, dos meios de produção e da força de trabalho [...]. O excedente do valor total do produto sobre a soma dos valores de seus elementos constituintes é o excedente do capital valorizado sobre o valor do capital originalmente adiantado (Marx, 1983, p. 171).

Mas essa formação do excedente depende muito mais do que a junção e a convergência dos elementos que compõe o capital em um processo de trabalho. Marx (1983) é taxativo e insiste no prolongamento desse processo de trabalho para além da reprodução do equivalente da força de trabalho que é utilizada como valor de uso pelo capitalista não por meio período, mas por uma *jornada de trabalho inteira*, como é reiteradamente apontado pelo autor. Caso não ocorresse dessa forma, a força de trabalho iria agregar apenas o seu valor de reprodução ao produto, não sendo formado, por tanto, o excedente. Tratamos, pois, de *tempo*. Tempo apropriado e conduzido pelo capitalista, tempo de trabalho efetivado e não pago, explorado. Na sociedade burguesa, o homem é reduzido a tempo: “*o tempo é tudo, o homem não é nada – quando muito, é a carcaça do tempo*” (Marx, 1985, p. 58, grifo nosso).

A transformação dos tempos da jornada de trabalho a partir da tecnologia: mais-valia absoluta e mais-valia relativa

699

A especificidade do sistema sociometabólico do capital, descortinada por Marx, reside justamente em que a sociabilidade engendrada por esse sistema é estruturada e sustentada pela forma valor: o tempo de trabalho socialmente necessário enquanto parâmetro das trocas e, por isso, da própria sociabilidade, sendo as mudanças técnicas e organizacionais estimuladas e voltadas para a redução desse tempo, não pela busca de maior tempo livre ou da maior satisfação das necessidades humanas, mas tão somente enquanto mecanismo de aprofundamento da exploração de tempo de trabalho excedente, ou valorização do valor (Queiroz, 2016, p. 43).

Vejamos o detalhamento sobre esse tempo, ou tempos, do processo de trabalho como processo de valorização. A jornada de trabalho compreende a grandeza absoluta do tempo de trabalho. Ela congrega dois momentos expressos no processo de trabalho: por um lado, tem-se a parte do processo de trabalho que se restringe à reprodução da força de trabalho, podendo ser maior ou menor segundo o valor dos meios de subsistência. Marx (1983, p. 176) denomina esse tempo de *tempo de trabalho necessário*, e o trabalho de *trabalho necessário*. No segundo período da jornada de trabalho é gerada a mais-valia, é dispêndio de energia que não cria valor

para o trabalhador; esse momento é chamado de *trabalho excedente*, e o trabalho, de *mais-trabalho*.

Assim como, para a noção do valor em geral, é essencial concebê-lo como mero coágulo de *tempo de trabalho*, como simples trabalho objetivado, é igualmente essencial para a noção de mais-valia concebê-lo como mero coágulo de *tempo de trabalho excedente*, como simples mais-trabalho objetivado (Marx, 1983, p. 176, grifo nosso).

Em uma relação direta, se o capital variável é igual ao valor da força de trabalho que o capitalista compra e, se o valor dessa força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho necessário, como trabalho voltado para os meios de subsistência do trabalhador, a mais-valia é determinada pelo excedente da mesma jornada de trabalho. Mais-valia que diz sobre a riqueza de um dado país. A parte do produto em que ela está representada é o *mais-produto*; é objetivo da produção capitalista a produção de mais-valia, sendo, portanto, não a grandeza absoluta do produto, mas a sua grandeza relativa que mede o grau dessa riqueza. Isso compreendendo que o valor do produto em sua totalidade não é somente o valor criado no produto – para este último caso, o valor transferido do capital constante deve ser deduzido do seu valor total⁹. *Dessa forma, a exploração do capital sobre a força de trabalho é a exploração da mais-valia, do trabalho que, sendo excedente, não é pago; portanto, a exploração é explicada pelo tempo relativo da jornada de trabalho, o do trabalho excedente, compreendido que está no tempo absoluto da jornada de trabalho. Com isso, temos que essa exploração de mais-valor é a exploração do tempo da vida do trabalhador, tempo que é consumido na produção de mercadorias e não pago, tempo de trabalho excedente que é, em si mesmo, a concentração exata da mais-valia, do mais-valor, do mais-tempo.* É em decorrência da ampliação abusiva da jornada de trabalho, desse mais-valor como mais-tempo, até o limite possível, que “levanta-se a voz no trabalhador, que estava emudecida pelo bombar do processo de produção” (Marx, 1984, p. 189).

Mas até aqui dispomos atenção sobre o processo de trabalho sob o comando do capital de forma genérica, contemplando a produção da *mais-valia absoluta*, considerando que a parte do trabalho necessário é uma grandeza dada, constante, como quer Marx (1983). Essa forma de extração de mais-valia, “produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho” (Marx, 1983, p.251), está condicionada à uma lei muito específica¹⁰, que “só vale para a forma da mais-valia

⁹ O capital adiantado C adiantado no processo de produção, formado por $c + v$ (capital constante + capital variável – força de trabalho), se transforma em $C' = c + v + m$ (em que o capital valorizado C' é formado por capital constante + capital variável + mais-valia”). Porém, o valor do capital constante apenas reaparece no produto: “O produto de valor realmente criado no processo distingue-se, portanto, do valor do produto obtido dele” (Marx, 1983, p. 174).

¹⁰ Marx (1983, p. 239-241) desenvolve três leis sobre a massa de mais-valia. Vamos nos limitar apenas à terceira, por tratar mais diretamente ao assunto por nós abordado. As outras leis, resumidamente, são: primeira, que “a massa de mais-valia produzida é igual à grandeza do capital variável adiantado multiplicado pela taxa de mais-

que tratamos até agora" (Marx, 1983, p. 242, grifo nosso), alicerçada que está em um momento da produção capitalista em que não se coloca a alteração do componente constante do capital, já que fixo o valor da força de trabalho, se impõe da seguinte forma:

Se o limite da jornada de trabalho é dado, assim como o limite de sua parte necessária, a massa de valor e de mais-valia que um capitalista individual produz depende, como é óbvio, exclusivamente da massa de trabalho que põe em movimento. Esta, por sua parte, *depende*, sob os pressupostos dados, *da massa de força de trabalho ou do número de trabalhadores que ele explora*, e esse número por sua vez é determinado pela grandeza do capital variável por ele adiantado. *Dados a taxa de mais-valia e o valor da força de trabalho, as massas de mais-valia produzidas estarão, assim, em razão direta às grandezas dos capitais variáveis adiantados* (Marx, 1983, p. 241, grifo nosso).

A massa de mais-valia produzida está diretamente e unicamente atrelada ao trabalho que é empregado na produção, ao número de trabalhadores que movimentam os meios de produção em um processo de trabalho¹¹. Dessa forma, a produção de mais-valia absoluta é limitada pelo crescimento populacional ou, sob outro olhar, dada certa população, a produção da mais-valia está limitada pela extensão da jornada de trabalho, resultando dessa condição a luta do capital quando do surgimento do capitalismo para o aumento da jornada de trabalho. Isso nos direciona a retomar o *primeiro modelo de acumulação* descrito por Marx, regido pela *lei da acumulação capitalista*, em que a valorização do capital estava, de certa forma, comprometida por esse paradoxo: se em dado momento a produção da mais-valia se efetiva nesse cenário de dependência direta do aumento da força de trabalho empregada, visto que o prolongamento da jornada de trabalho possuía limites, a alta demanda por trabalhadores faz com que os salários subam, comprometendo o grau da exploração exercida pelo capital. Segundo Marx (1984a), o capital passa por uma evolução: dentro do processo de produção, passa a comandar a força de trabalho ativa e, posteriormente, "evolui" para uma relação de coerção, obrigando o trabalhador a exercer mais trabalho para além do necessário para satisfazer suas necessidades. O capital

valia ou é determinada pela relação composta entre o número das forças de trabalho exploradas simultaneamente pelo mesmo capitalista e o grau de exploração da força de trabalho individual", ou seja, massa de mais-valia é dada pela mais-valia individual fornecida por cada trabalhador multiplicada pelo total de trabalhadores empregados. Segunda que, entendendo que na produção da massa de mais-valia um fator pode ser compensado por outro, como o decréscimo do número de trabalhadores pelo prolongamento da jornada de trabalho, segue-se que: "O limite absoluto da jornada média de trabalho, que por natureza sempre é menor que 24 horas, forma um limite absoluto à compensação de capital variável diminuído por aumento da taxa de mais-valia ou de um número reduzido de trabalhadores explorados por um acréscimo do grau de exploração da força de trabalho"; dessa forma, o prolongamento da jornada de trabalho, expressa em horas, encontra um teto, um patamar em que não é possível ultrapassar para contrabalançar um número restrito de trabalhadores.

¹¹ Diz Marx (1983, p. 242): "Se, por exemplo, o número de trabalhadores é de 1 milhão e a jornada de trabalho média de um trabalhador é de 10 horas, a jornada de trabalho social será de 10 milhões de horas. Dada a duração desta jornada de trabalho, a massa de mais-valia só pode ser aumentada por meio do aumento do número de trabalhadores, isto é, da população trabalhadora".

superá, com a extração de mais-trabalho e exploração da força de trabalho, todos os sistemas de produção anteriores baseados em trabalho forçado diretamente. Contudo:

De início, o capital submete o trabalho ao seu domínio nas condições técnicas em que o encontra historicamente. Não altera, portanto, imediatamente o modo de produção. A produção da mais-valia na forma observada até agora, mediante simples prolongamento do dia de trabalho, parecia, por isso, independente de qualquer mudança do próprio modo de produção (Marx, 1983, p. 244).

O capital foi estruturando paulatinamente o seu próprio modo de produção, ajustando-o às suas necessidades de valorização. Até aqui, a parte da jornada de trabalho compreendida pelo trabalho necessário foi considerada como grandeza constante, “*o que ela realmente é sob condições de produção dadas, em dado grau de desenvolvimento econômico da sociedade*” (Marx, 1983, 249, grifo nosso). Mas com o desenvolvimento social da produtividade do trabalho, em patamares históricos até então inéditos, o capital ultrapassa em larga, e em potência crescente, a escala de produção da mais-valia, agora não mais dependente do acréscimo do número de trabalhadores e do aumento global da jornada de trabalho. Como nos ilumina Gorender (1983):

Nos primórdios do regime capitalista, quando as inovações técnicas avançavam com lentidão, o aumento da quantidade de mais-valia por operário ocupado só era possível mediante criação de mais-valia *absoluta*, isto é, mediante prolongamento da jornada de trabalho ou intensificação das tarefas, de tal maneira que o tempo de sobretrabalho (criador de mais-valia) aumentasse, enquanto se conservava igual o tempo de trabalho necessário (criador do valor do salário). No entanto, a característica mais essencial do modo de produção capitalista não é a criação de mais-valia absoluta, porém de mais-valia *relativa*. Esta resulta do acúmulo de inovações técnicas, que elevam a produtividade social do trabalho e acabam por diminuir o valor dos bens de consumo nos quais se traduz o valor da força de trabalho, exigindo menor tempo de trabalho para a reprodução desta última. Por isso, sem que se alterem o tempo e a intensidade da jornada de trabalho, cuja grandeza permanece a mesma, altera-se a relação entre seus componentes: *se diminui o tempo de trabalho necessário, deve crescer, em contrapartida, o tempo de sobretrabalho* (Gorender, 1983, p. XLIV).

Em se tratando de uma compreensão da exploração capitalista, vamos salientar as consequências da revolução dos meios de trabalho sobre a classe trabalhadora, dos “*efeitos imediatos da produção mecanizada sobre o trabalhador*” (Marx, 1984, p. 22), o que nos faz entendermos ainda melhor a estrutura e os efeitos da *lei geral da acumulação capitalista*. Isso já havia sido destacado por Engels, embora não nos mesmos termos: “Numa ordem social organizada, tais aperfeiçoamentos seriam uma ótima coisa; porém, num regime que reina a guerra de todos contra todos, uns poucos indivíduos se apossam das vantagens que deles derivam e subtraem à maioria os seus meios de subsistência”. Na sociedade burguesa,

“Qualquer aperfeiçoamento das máquinas põe alguns operários na rua e quanto mais importante é o progresso, maior é a parcela da classe jogada no desemprego [...], gerando miséria sofrimentos e crime” (Engels, 2010, p. 174). Pelas colocações de Marx (1984) no capítulo XIII, *Maquinaria e Grande Indústria*, reafirmamos a importância do tema nas análises do autor acerca dos impactos sociais destrutivos da mecanização da produção sob a ordem estabelecida. A ideia é imprimirmos a noção de que, tanto a produtividade do trabalho, como a exploração e a acumulação de capital atingiram patamares históricos que seriam insustentáveis sem tais revolucionamentos. A plena exploração, subjugação e miséria do trabalhador e a maquinaria estão imbricadas, quase como que se fossem um único elemento: a relação social de dominação e seu cavalo de Tróia. Como disse Marx (1980, p. 1007) em outro momento: “A burguesia erige a perpetuação da escravatura assalariada por meio da aplicação das máquinas em ‘apologia’ destas”.

Segundo Marx (1984), a maquinaria dispensou a força para o processo de trabalho, *ampliando o campo da força de trabalho explorável*: trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento ainda imaturo, mas com alta flexibilidade, caso das mulheres e crianças. A máquina, como forma de substituir e dispensar trabalho e trabalhadores, amplia o número de assalariados ao destituir o homem, no sentido do gênero mesmo, da sua atividade¹², enquanto que os outros membros da família, sem distinção de sexo e idade, caem sob as garras do capital. O valor da força de trabalho masculina, que deveria cobrir o sustento do próprio trabalhador e de sua família, agora é dividido pelos seus familiares; a máquina desvaloriza a força de trabalho. Mesmo que a compra dessas forças de trabalho em conjunto representasse mais gasto do que a força individual do trabalhador, apesar de os salários dessa mão de obra serem “abomináveis, já que era formada em grande parte por mulheres e crianças” (Hobsbawm, 2018, p. 77), elas se constituem em mais jornadas de trabalho, gerando mais excedente. Os esforços são deslocados para a máquina e o trabalho do homem adulto é reduzido a mera vigilância, que pode perfeitamente ser executada por uma mulher ou criança, e pela metade do preço de um operário que são “cada vez mais afastados da indústria e não são novamente ocupados com o aumento da produção industrial” (Engels, 2010, p. 176). “Assim, a maquinaria desde o início amplia o material humano de exploração, o campo propriamente de exploração do capital, assim como ao mesmo tempo o grau de exploração” (Marx, 1984, p. 23, grifo nosso).

703

Quanto mais a atividade dos braços e esforços musculares vêm sendo

¹² “O número de trabalhadores aumentou muito, porque se substituiu cada vez mais trabalho masculino por feminino e sobretudo trabalho adulto por infantil. Três garotas de 13 anos de idade, com salários de 6 a 8 xelins por semana, deslocaram um homem adulto com salários de 18 a 45 xelins” (Quincey, Th. De. The Logic f Polit. Econ. Londres, 1844. Nota à página 147 *apud* Marx, 1983, p. 4, p. 22, nota).

substituídos, mediante a introdução da máquina, da força hidráulica ou do vapor, tanto menos se necessita de homens, deslocados por mulheres e crianças quem além de serem mais hábeis que os homens, recebem salários menores (Engels, 2010, p. 179).

É responsável também, a maquinaria, por uma alteração substancial da “mediação formal das relações do capital, o contrato entre trabalhador e capitalista” (Marx, 1984, p. 23). Agora o capital compra crianças ou semidependentes; o trabalhador, que antes vendia sua força de trabalho, agora negocia no mercado sua esposa e filhos. Estes, se definham frente ao poder do capital: os sujeitos que a máquina submete à exploração se arruínam fisicamente; a mortalidade infantil é alta¹³; se degradam moralmente e são devastados intelectualmente, já que as pessoas são transformadas apenas em apêndices de máquinas para a produção de mais-valia. Há uma rearticulação das relações sociais e de gênero que incide violentamente sobre a estrutura familiar do proletariado.

É tendência desencadeada nesse processo inicial o impulso para o prolongamento da jornada de trabalho, “[...] além de qualquer limite natural” (Marx, 1984, p. 28), para o capitalista compensar o que Marx (1984, p. 290) designou como depreciação *moral* da máquina, quando outras iguais a ela são produzidas em menos tempo ou quando surge outra que a supere em potência; seu valor passa agora a ser determinado não pelo tempo de trabalho que foi objetivado em si, mas ao necessário à produção da máquina melhorada. Devido à ampliação do contingente populacional explorado e do descarte de trabalhadores, agora sedimentados no exército industrial de reserva, a classe trabalhadora é submetida irrestritamente aos ditames do capital. *A máquina abre as possibilidades da plena dominação e exploração do capital.*

Daí o notável fenômeno na história da indústria moderna de que a máquina joga por terra todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho. Daí o paradoxo econômico de que o meio mais poderoso para encurtar a jornada de trabalho se torna o meio infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital (Marx, 1984, p. 32).

Outro fenômeno desencadeado com a introdução e expansão da utilização da maquinaria, de “decisiva importância” (Marx, 1984, p. 33), é a *intensificação do trabalho*. Com a explosão da luta de classes no cenário social no combate à extensão desmedida da jornada de

¹³ É estarrecedor o apontado por Marx (1984a, p. 25) sobre esse assunto: as altas taxas de mortalidade decorrem principalmente à “ocupação extradomiciliar das mães e ao descuido e mau trato das crianças aí decorrentes – entre outras coisas, alimentação inadequada, falta de alimentação, administração de opiáceos etc. – além da alienação inatural [*natural, nas 3º e 4º edições. Na tradução da Boitempo, alienação está como estranhamento] das mães contra seus filhos, e consequentemente esfomeação e envenenamento propositais”. Um relatório oficial sobre investigação médica, em 1861, revela que, além da negligência e maus tratos devido à ausência da mãe, estas por outro lado perdem de forma assustadora as emoções em relação às suas crianças, não demonstrando incômodo por suas mortes ou até tomam medidas para provocá-las.

trabalho provocada pelas máquinas, é instaurada uma jornada limitada de trabalho após cerca de cinquenta anos, quando o seu aumento caminhou junto à intensificação do trabalho. Após o Estado ser obrigado a legislar sobre a jornada de trabalho, impedindo a produção da mais-valia pelo simples prolongamento do tempo de trabalho, “o capital lançou-se com força total e plena consciência à produção de mais-valia relativa por meio do desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas” (Marx, 1984, p. 33), alterando o caráter da mais-valia relativa. Se antes o trabalhador era capacitado a produzir mais no mesmo espaço de tempo, com mais dispêndio de trabalho, em que o mesmo tempo de trabalho agrega ao produto total o mesmo valor de antes, mas agora incorporado em mais valores de uso, gerando queda no valor da mercadoria individual, agora, com a jornada comprimida, junto a um novo impulso e redução dos gastos com as condições de produção, impõe-se, no mesmo intervalo de horas, uma *condensação dos espaços temporais*, uma tensão do trabalho que só pode ser atingida na jornada reduzida: “Essa compressão de uma maior massa de trabalho num dado período de tempo conta, agora, pelo que ela é: como maior quantidade de trabalho” (Marx, 1984, p. 33). Resumidamente, as consequências dessa evolução técnica está em que:

Vimos como a maquinaria aumenta o material humano explorável pelo capital mediante a apropriação do trabalho de mulheres e crianças, vimos como ela confisca todo o tempo de vida do operário mediante ampliação desmedida da jornada de trabalho e como seu progresso, que permite fornecer um produto em enorme crescimento num tempo cada vez mais curto, serve finalmente de meio sistemático de liberar em cada momento mais trabalho ou de explorar a força de trabalho de modo cada vez mais intenso (Marx, 1984, p. 39-40).

Marx expressa todas as consequências da implementação da maquinaria em um processo de trabalho conduzido pelo capital, evidenciando como esse fato vinca a sociedade burguesa. Quando desse estágio do desenvolvimento do modo de produção capitalista, a produção da mais-valia se consolida não pela necessidade da extensão da grandeza absoluta da jornada de trabalho, mas sim pela modificação da proporção de cada um dos dois tempos contidos nesse tempo: o prolongamento do mais-trabalho agora se opera pela diminuição de tempo de trabalho necessário que é destinado à manutenção e reprodução da força de trabalho. “Isso, porém é impossível, sem aumentar a força produtiva do trabalho”, assegura Marx (1983, p. 250); aumento compreendido como “uma alteração no processo de trabalho, pela qual se reduz o *tempo* de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, que um menor quantum de trabalho adquira, portanto, a força para produzir um maior quantum de valor de uso” (Marx, 1983, p. 250-251, grifo nosso). Ora, a mais-valia relativa, “[...] que decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança de proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho [...]” (Marx, 1983, p. 251) não pode acontecer sob as

mesmas condições produtivas dadas no surgimento do capitalismo; é inoperante um aumento requerido na produtividade social do trabalho sem uma revolução nos meios de produção. Podemos considerar que se antes a extração de trabalho excedente se baseava na extensão absoluta do mais-valor, do mais-tempo, agora ela se alicerça na compressão de mais-valor, desse mais-tempo, considerando a jornada de trabalho reduzida. Exige-se, pois, uma alteração geral dos elementos e das formas como se opera o processo de trabalho, uma alteração da composição do capital, uma alteração da sua base técnica – estamos aqui nos referindo ao *segundo modelo da acumulação capitalista* descrito por Marx.

Enquanto pois na produção da mais-valia, na forma até aqui considerada [a absoluta], o modo de produção é suposto como dado, não basta de modo algum, para produzir mais-valia mediante a transformação do trabalho necessário em mais-trabalho, que o capital se apodere do processo de trabalho em sua forma historicamente herdada ou já existente, e apenas alongue sua duração. Tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto, o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho, *mediante o aumento da força produtiva do trabalho reduzir o valor da força de trabalho, e assim encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução desse valor* (Marx, 1983, p. 251, grifo nosso).

Em certo momento do desenvolvimento histórico do capitalismo ocorre um redimensionamento da exploração, mas possível somente com o progresso das forças produtivas. O que acontece é que o aumento das potências do trabalho social se reflete no barateamento das mercadorias, agora produzidas em menos tempo e contento, dessa forma, menos tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Com a queda do valor das mercadorias, diminui-se o tempo de trabalho necessário no qual o trabalhador trabalha para si próprio, para sua subsistência, pois se reduz o valor das mercadorias necessárias à sua reprodução, mas não só, reduzindo-se, também, o valor da força de trabalho, o que implica diretamente na ampliação do tempo de mais-trabalho, de trabalho não pago objetivado em mercadorias, em trabalho explorado. Esse é o objetivo do desenvolvimento da força produtiva do trabalho no âmbito da produção capitalista: reduzir o tempo de trabalho necessário e expandir o tempo do mais-trabalho. “Por isso, é impulso imanente e tendência constante do capital aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, mediante o barateamento da mercadoria, baratear o próprio trabalhador” (Marx, 1983, p. 254).

Contudo, a forma com que se busca a mais-valia relativa gera implicações que aqui vamos apenas indicar pois entendemos que extrapola nossa intenção para esse trabalho. Tal e qual o valor da força de trabalho, também cai o valor de outras mercadorias quando o capitalista, por meio da aplicação de um novo método, intensifica a força produtiva do trabalho; em si, ela contém materializado menos tempo de trabalho. Por ser produzida fora dos padrões sociais

médios, seu valor é mais baixo que o seu valor social, podendo ser vendida ligeiramente acima do que realmente ela vale, mas ainda assim mais em conta que o seu valor social – já que a produção aumentou, há a necessidade de maior espaço no mercado, possível com a contração do seu preço. A mais-valia relativa, portanto, além de se revelar na redução do valor da força de trabalho, também é gerada por essa vantagem mercadológica, mas apenas momentânea e individualmente. Essa mais-valia extra desaparece tão logo esse novo método de produção se generaliza entre os demais capitalistas, impelidos que são pela concorrência a inovarem sua produção. A partir disso, o que ocorre é a queda tendencial da taxa de lucro e a possibilidade de crises, afirmando que o método capitalista de aumento dos lucros se torna uma força disruptiva do modo de produção capitalista.

Considerações finais

É importante ressaltar que não se trata de eleger a expansão da capacidade produtiva do trabalho social por meio da aplicação de tecnologias como o fator que explica a realidade da classe trabalhadora, mas de entender seu uso capitalista para o aumento da produção e da acumulação. O que defendemos é que a tecnologia é capaz de aprofundar o capital enquanto relação social, exponenciando a exploração em proporções nunca experienciada. Trata-se de visão em que a exploração e a tecnologia se reforçam mutuamente: ao mesmo passo em que a segunda confere poder e domínio à acumulação de capital, este é revertido para aprimorar e ampliar as formas de exploração.

Essa convergência dos elementos está presente na teoria marxiana quando a analisamos sobre a perspectiva do controle do tempo. É a partir do desenvolvimento do processo de industrialização que a produção capitalista se desvencilha do aumento quantitativo da força de trabalho empregada para um aumento qualitativo dos meios de produção; é a partir desse momento que o capital toma para si o total domínio do processo produtivo e subjuga o conjunto da classe trabalhadora ao seu interesse. Essa transformação da base material da produção e a exploração, das quais se origina a lei populacional específica da sociedade burguesa moderna, estão imbricadas: se o progresso produtivo possibilita a exponenciação da exploração, esta permite a extração da mais-valia, cuja maior parte é revertida em capital para o investimento na produção, mas agora em escala ampliada.

A partir da tecnologia, a exploração não apenas se torna mais extensa, abrangendo mulheres e crianças, mas também mais intensa ao comprimir o tempo da produção de mercadorias: produz-se mais em um mesmo tempo ou produz-se o mesmo em um tempo menor, fazendo com que a linha horária que expressa a jornada global de trabalho se modifique,

operando um deslocamento da marcação dos ponteiros desse relógio social, fazendo com que as horas de trabalho excedente se expandam, o que significa menos trabalho necessário e, inversamente, mais trabalho não pago, o que significa mais trabalho explorado sob a forma da mais-valia. Isso traz no seu verso a necessidade de menos trabalhadores para movimentar uma massa sempre crescente de meios de produção: temos o surgimento de um contingente de trabalhadores sobrantes às necessidades imediatas do capital, a superpopulação relativa.

Essas colocações tratam-se apenas de uma releitura de Marx, justificativas que foram elencadas para considerar a tecnologia dominada pelo capital como um elemento essencial que interage numa totalidade para conformar a realidade da sociedade burguesa. A aproximação de seus movimento e dinamicidade, tornando evidente a sua contradição, é esclarecedora e digna de todos os esforços teóricos.

Referências bibliográficas

- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Segundo as observações do autor e fontes autênticas. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GORENDER, J. Apresentação. In: MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Vol. I. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Tomo I. Prefácios e Capítulos I a XII. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. VII-LXXII.
- HARVEY, D. *A loucura da razão econômica*. Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HOBSON, E. J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018a.
- LOWY, M.; DUMÉNIL, G.; RENAULT, E. *100 palavras do marxismo*. São Paulo: Cortez, 2015.
- MANDEL, E. *Iniciação à teoria econômica*. Reedição fac-símile, 1975.
- MARX. K. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Livro 4 de *O Capital*. Vol. II. São Paulo: DIFEL, 1980.
- MARX. K. *O Capital: Crítica da economia política*. Vol. I. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Tomo I. Prefácios e Capítulos I a XII. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX. K. *O Capital: Crítica da economia política*. Vol. I. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Tomo II. Capítulos XIII a XXV. São Paulo: Abril Cultural, 1984a.
- MARX. K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985.
- ORWELL, G. 1984. São Paulo: Principis, 2021.
- QUEIROZ, P. P. Neodesenvolvimentismo e contrarrevolução no Brasil (2003-2016): crítica à economia política do campo democrático-popular. 2016. 665 fls. Tese - (Doutorado em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2016.
- THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Para uma crítica à “Sociedade de consumo” e ao fim da transcendência da alienação em Jean Baudrillard

Towards a critique of “The consumer society” and the end of the transcendence of alienation in Jean Baudrillard

Dariane Cordeiro de Araújo *
Marlon Garcia da Silva **

Resumo: O artigo analisa criticamente a obra “A sociedade de consumo”, de Jean Baudrillard, polemizando contra as teses do autor sobre a natureza, as raízes e imbricações do consumo no capitalismo da segunda metade do século XX. Nesse âmbito, busca retomar teses e argumentos clássicos do marxismo, sustentando a impropriedade das cisões entre as formas do consumo e as formas da atividade, da produção e da sociabilidade matrizadoras e preponderantes das interações entre complexos parciais da totalidade econômica. Assim, a análise de Marx do fetiche da mercadoria é ininteligível sem a consideração da produção mercantil e da sua especificidade capitalista, tampouco a categoria da alienação e a consideração das suas condições de possibilidade de suprassunção podem ser consideradas suficientemente, se forem desvinculadas de suas formas internas, ativas, prático-sensíveis e sociais.

Palavras-chaves: Marxismo; Capitalismo; Sociedade de Consumo; Mercadoria; Alienação.

Abstract: The article critically analyzes Jean Baudrillard's work "The Consumer Society", polemicizing against the author's theses on the nature and the roots and imbrications of consumption in capitalism in the second half of the 20th century. In this context, it seeks to return to classic theses and arguments of marxism, sustaining the impropriety of the detachment between the forms of consumption and the forms of activity, of production, and sociability that matrix and preponderate the interactions between partial complexes of the economic totality. Thus, Marx's analysis of the commodity fetish is unintelligible without consideration of commodity production and its capitalist specificity, nor can the category of alienation and the consideration of its conditions of possibility of supersumption be sufficiently considered, if they are detached from their internal, active, practical-sensible and social forms.

Keywords: Marxism; Capitalism; The Consumer Society; Commodity; Alienation.

* Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto. Pesquisadora bolsista no projeto “Qualificação da formação e do exercício profissional de assistentes sociais da região dos Inconfidentes: a arte como ferramenta de trabalho nas Proteções Sociais Básica e Especial da Política de Assistência Social”, vinculado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3796-4262>

** Doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1574-7732>

Introdução

O presente artigo tem em consideração teses filosóficas sensíveis e críticas aos fenômenos do fetichismo da mercadoria, da reificação das relações sociais, da alienação e do estranhamento, tendo em vista as relações de consumo no capitalismo, especialmente, desde a segunda metade do século XX.

É razoável ponderar que, tanto em termos práticos quanto teóricos, ou seja, tanto no evolver crescentemente contraditório do capitalismo, quanto também nas reflexões científicas e filosóficas correspondentes, esses fenômenos se tornam mais abrangentes, extensivos e intensivos. Considere-se, por exemplo, sua exponenciação na vida urbana no capitalismo monopolista no evolver do século XX, bem como, por outro lado, textos filosóficos em grande medida voltados a esses fenômenos, desde o seminal *História e Consciência de Classe* até o conjunto de textos críticos redigidos por autores situados no âmbito da chamada *Escola de Frankfurt*.

O presente artigo reconhece essas elaborações críticas, e traz, polemicamente, em sua fundamentação teórica, teses marxistas pouco repercuissivas ou mesmo conhecidas na filosofia acadêmica e no pensamento filosófico e científico contemporâneos. Nos referimos aqui a teses estabelecidas pelo filósofo húngaro marxista György Lukács em sua obra tardia, em especial, a ideias e argumentos defendidos pelo autor em *Para uma Ontologia do Ser Social*¹. Nesse âmbito, recorre-se também à letra e algumas obras de Karl Marx, para fins de subsídio tanto à leitura da teoria e das categorias lukcscianas, quanto para a armação da estrutura crítica geral do artigo. Nesta arquitetura, consideramos e analisamos criticamente as elaborações, teses e argumentos do inteligente e instigante livro “A Sociedade de Consumo”, de Jean Baudrillard, publicado pela primeira vez no ano de 1970.

O tema proposto consiste no desenvolvimento de um debate crítico tendo em vista o que sugerimos como destituição ontológica procedida no texto de Baudrillard. Neste sentido, o senso de realidade e a perspicácia do autor francês no tratamento crítico de fenômenos contemporâneos como fetichismo e reificação, quando o mesmo busca apreender novas determinações e formas de expressão desses fenômenos nas relações de consumo na segunda metade do século XX, mostram-se, não obstante certos méritos inequívocos, a nosso ver,

¹ A polêmica obra “Para uma ontologia do ser social”, inacabada e póstuma, na qual o filósofo húngaro marxista György Lukács trabalhou de meados dos anos 1960 até o início de 1970, sustenta, em termos inéditos, a existência de uma ontologia histórico-materialista e dialética do ser social na obra de Karl Marx, uma ontologia que não coincide com metafísica, com absolutos e com invariáveis, na qual a substância é tomada como o que persiste na mudança, e as categorias não são meros enunciados sobre “algo que é ou se torna, mas sim partes moventes e movidas da própria matéria”, “formas de ser, determinações da existência”, de modo que o seu objeto é “o ser e suas transformações” (Lukács, 2014).

parciais, limitados e insuficientes, uma vez que o autor cinde e corta as ilações substantivas entre os fenômenos e os processos do consumo com suas determinações mais fundamentais, de base, da produção e reprodução do capital e da sociabilidade burguesa como totalidade orgânica. É nesse sentido que podemos pensar, em termos iniciais, a referida destituição ontológica.

Buscaremos procedimentos capazes de favorecer e facultar o desvelamento das determinações objetivas e subjetivas que se encontram nas bases, nos fundamentos, nas relações sociais historicamente travadas, por vias que sugerem, a nosso ver, não só a necessidade do estudo de caráter ontológico, no sentido aqui aludido, mas também, articuladamente, da crítica ao sistema econômico vigente, capitalista, alicerçado nos imperativos de expropriação da riqueza social, socialmente produzida e, por conseguinte, movente e movido nas relações de poder e dominação que atravessam as lutas de classes sociais antagônicas.

O artigo está dividido em quatro tópicos, que correspondem ao desdobramento científico da abordagem materialista, histórica e dialética, do objeto delimitado, no âmbito do qual são desenvolvidas provocações acerca das formas de ser e de consciência, desde as relações do trabalho, da produção e da reprodução social da vida material e subjetiva, suas categorias, dinâmicas e regularidades, indissociáveis do contexto histórico e da ordem burguesa tomada como totalidade social.

Nesses movimentos, a análise da obra de Jean Baudrillard permite o desenvolvimento preambular de uma crítica que pretende ir além do exame estrito da própria obra. Quer dizer, busca-se entender a problemática por trás do pensamento do autor acerca do consumo e das relações nele implicadas, um pensamento, a propósito, representativo de tendências importantes da chamada teoria social crítica contemporânea.

Nessas vias, considera-se também, como aludido nestas linhas, certo distanciamento que a obra estabelece de um pensamento, por assim dizer, mais radical, no sentido marxiano de “ir à raiz” dos fenômenos sociais, aos fundamentos sócio-materiais da produção, sem o que, sugerimos, não se pode compreender com clareza, no limite, as relações de consumo, suas determinações, desdobramentos e formas de expressão, bem como, não se pode compreender tampouco as relações de distribuição e de circulação de mercadorias no capitalismo em geral e no período considerado.

Estas preocupações de base e inquições pretendem, pois, estender a reflexão a um nível de argumentação capaz de situar os fenômenos prático-sensíveis e subjetivos do fetichismo e da reificação num quadro analítico mais abrangente, de totalidade social, no qual não sejam subestimadas, menos ainda excluídas, as relações sócio-materiais da base produtiva e

reprodutiva do capitalismo e da sociedade burguesa nas suas conformações complexas, especialmente, desde a segunda metade do século XX.

Sacralização da mercadoria e alienação na sociedade de consumo

Neste tópico dedicado à análise das teses de Jean Baudrillard no livro “A sociedade de consumo”, convém iniciar situando que o autor francês dedica grande parte de suas obras ao desvelamento das dinâmicas sociais estabelecidas em face de um contexto histórico moderno e, especialmente, contemporâneo, tendo em vista os desdobramentos extensivos e intensivos da mundialização do capital e dos fenômenos expressos através da hipertrofia do consumo e da chamada cultura de massa.

Escrevendo num período que consiste entre os anos de 1968 até o início do século XXI, Baudrillard desenvolveu uma forte crítica ao consumo e às relações sociais voltadas à lógica da mercantilização geral dos produtos humanos, da cultura e da arte, ao passo em que direciona importantes provocações acerca dos fenômenos alienantes da virtualidade dos signos, da culturalização, da ambiência moderna voltada à fomentação do consumo e, sobretudo, ao que ele estabelece como a perda da essência humana em prol da funcionalidade objetificada enquanto aspecto central da sociedade moderna.

Tendo em vista o interesse das presentes reflexões em fomentar um debate que perpassa problemas do que estamos sugerindo como destituição ontológica, no sentido brevemente aludido nas linhas introdutórias acima, passa-se aqui a uma breve exposição de ideias vertebrais do livro “A Sociedade de Consumo” (1970), uma vez que o minucioso estudo feito por Baudrillard assume uma firme proposta de crítica à sociedade contemporânea, com vistas a desvelar o fenômeno do espelhamento do gênero humano respaldado no feitiço da mercadoria, contribuindo de forma considerável para se pensar e discutir a matéria delimitada.

O livro é dividido em três partes, quais sejam, a primeira, “A liturgia formal do objeto”, seguida da “Teoria do consumo”, e de uma terceira parte, “Mass media’, sexo e lazeres”, além da conclusão, intitulada “Da alienação contemporânea ao fim do pacto com o diabo”, em que o autor, em sintonia com preocupações de certas correntes de pensamento em voga na segunda metade do século XX, discorre acerca do caráter mistificador da mercadoria, bem como, do aspecto fantasmagórico e oculto que ronda as relações humanas alienadas à lógica do consumo, além de abordar noções psicossociais que determinariam o desejo de consumir e, por conseguinte, atuariam na esfera social enquanto árbitro das relações sociais.

A noção de alienação trabalhada por Jean Baudrillard é de suma importância para suas teses principais, assim como para as reflexões do presente artigo, visto que possibilita um

diálogo e uma crítica ontológica, de caráter histórico-materialista, como esperamos clarificar no andamento crítico da análise ora desenvolvida.

No início da obra “A sociedade de Consumo”, o autor introduz a crítica à sociedade moderna atrelada ao fenômeno da “profusão” do consumo, e o caracteriza enquanto parte central e elementar do modo ativo das relações humanas no capitalismo avançado, sendo essas as relações estabelecidas entre membros da sociedade, bem como, relações entre o homem e a mercadoria. Assim, a cultura, a arte, e as formas subjetivas em geral, são imbricadas em uma lógica asfixiante, implícita e alienante, de um sistema societal voltado à produção sistemática e ambivalente do consumo, retroagindo, outrossim, seu modo operante e ativo sobre as formas de consciência e sobre a subjetividade, tudo imbricado e impulsionado pela publicidade (o chamado “mass media”, e os “*fait divers*”)².

Tal contexto supõe a “sacralização da mercadoria”, tida enquanto mito, que vai além das formas figurativas e distantes da religião, isto é, um mito observado e abstraído da realidade, que se põe para além da cultura espontânea, e é absorvida no imaginário coletivo como principal alicerce da sociedade moderna.

A análise de Baudrillard acerca da mistificação por trás do objeto, revela uma sociedade em vertigem, bem como, desprovida de razões e métodos para subverter a realidade duramente imposta pelo sistema integrado à produção de lucro e à manipulação psicossocial de sujeitos que conhecem apenas a realidade fantástica da amalgama de objetos que os cercam. Nesse sentido, o autor considera que “a prática dos signos é sempre ambivalente” e “tem como função esconjurar”, num “duplo sentido”, qual seja, “fazer surgir”, emergir, “para captar por signos (as forças do real, a felicidade, etc.) e evocar algo para recalcar”, de modo que “o pensamento mágico nos mitos procura conjurar a mudança na história” (Baudrillard, 1970, p. 23).

Desse modo, a panóplia³, o drugstore⁴, e as fileiras de mercadorias presentes no mundo moderno, correspondem a

uma corrente de produtos que se fortalecem enquanto feitiço, enquanto representação fantástica que contém em si, no nível mais profundo de abstração, a exteriorização do gênero humano no ato de espelhamento que

² “*Fait Divers*” consiste em um termo jornalístico que corresponde a notícias que contém informações de gênero extraordinário. Jean Baudrillard entende a importância na atuação das *fait divers* para o *mass media*, uma vez que, esta categoria é tida enquanto molde para a interpretação lúdica fantasiosa que os veículos de informação usam, no intuito de manipular as massas.

³ A palavra “Panóplia”, que originalmente era utilizada para designar o conjunto da armadura de um soldado grego, contemporaneamente, designa um agrupamento de coisas de mesma categoria, remetendo à abundância e afluência. Baudrillard usa o termo para designar a coleção profusa de mercadorias que se organizam e amontoam-se de forma estratégica para instigar o consumo.

⁴ O “drugstore” é um centro comercial que, para Baudrillard, reúne em si a síntese simples da profusão da mercadoria, com o cálculo lógico e estratégico de objetos, ou seja, um ambiente estrategicamente criado e aperfeiçoado para contemplar a abundância de mercadorias e a afluência do consumo.

ultrapassa a identidade própria do sujeito, e encarna em um mundo materializado através dos signos, mistificações e da sacralização da mercadoria (Araújo, 2023, p. 14).

Em “A liturgia formal do objeto” (Baudrillard, 1970, p. 23), o autor desenvolve uma forte crítica ao consumo enquanto regulador das relações sociais, e afirma que a produção humana se torna tão escrava do consumo de forma a criar, no imaginário moderno, a representação do significado do objeto, pautada em uma fantasia inesgotável, imbricada a uma logicidade danosa das representações simbólicas na ordem societária vigente, ao passo em que é manipulada e impulsionada pela criação de shopping centers, lojas e vitrines decorativas que compreendem parte de uma ambiência pensada ou manipulada para a produção do consumo; simbolizando, ao menos, a insultuosa evidência de que o desejo humano pelo consumo se esvai para além da necessidade: é pautado na demasia e na naturalização de signos.

Em aproximações à relação entre produção e consumo, pode-se entender que o autor considera que o domínio ideológico das representações fantásticas da mercadoria não quer dizer, necessariamente, que as relações sociais não se conformem sob o imperativo categórico, econômico e político de uma dinâmica específica de produção social. Entretanto, pode-se entender também que Baudrillard estabelece, inexoravelmente, que a sociabilidade é integrada a uma ordem meticolosa e alicerçada nas bases do consumo, que se expande e prepondera para além da ordem de produção, uma vez que, a ordem do consumo e da sociabilidade é movimentada pelos princípios e imperativos dos signos, do pensamento mágico e sensível.

No item “O estatuto miraculoso do consumo” (Baudrillard, 1970, p. 23), o autor expõe o “mito dos melanésios”, propondo uma analogia entre os sujeitos que integram a sociabilidade profilática do sistema vigente e os indígenas melanésios: no mito exposto pelo autor, os indígenas, apontados como “primitivos”, passavam grande parte do tempo a observar os aviões que sobrevoavam suas casas e sempre pousavam distantes, onde os brancos estavam. Nessa situação, os indígenas decidiram montar um simulacro de pista de pouso, na esperança de que o avião enfim pousasse em sua ilha. Baudrillard procura, através deste e de outros mitos ao longo do livro (Baudrillard, 1970, p. 22), evidenciar que existe um estatuto categórico que obedece ao amálgama de mercadorias do mundo contemporâneo, e que consiste na criação de um simulacro da vida moderna, que instiga a esperança do consumidor, correspondendo à uma “ludicidade mágica que governa o imperativo do consumo pautado na mentalidade primitiva e automatizada” (Araújo, 2023, p. 16), ou seja, uma ludicidade responsiva à fantasia miraculosa do consumo, que infere o desejo pelo objeto, baseando-se decisivamente na crença irracional na superioridade de um amálgama de signos, ilusoriamente antecipando a felicidade e satisfação

de possuir um objeto baseado em uma significação subjetiva, colocando em evidência a relação de fruição com a possibilidade do objeto, uma satisfação virtual e abstrata.

O objetivo desta analogia consiste na afirmação de que o consumidor e o indígena se amparam, não na apropriação da coisa em si, mas na captação fantástica e imagética de que, segundo a lógica milagrosa, o desejo do consumo possa antepor e proporcionar uma satisfação de potência superior à da realização concreta em si (Araújo, 2023, p. 16-17).

Assim, uma vez que opera no imaginário coletivo uma liturgia cega e fantasmagórica da profusão de objetos, é imprescindível constatar que o prazer real, diferenciado da lógica mercantil, não está presente na realidade concreta da sociabilidade vigente. Esse prazer, assim como tantas outras categorias humanas (felicidade, liberdade, lazer, igualdade), consiste unicamente no espelhamento de suas representações abstratas, condicionadas ao mito do prazer através do consumo. A liberdade, falsa sensação de individualização que é embutida no imaginário coletivo e que assume o papel mistificado de “liberdade de escolha”, não se dá concretamente, pois que não há escolha autêntica, uma vez que o sistema, de antemão, condiciona e impõe vontades, sentimentos e ideias, etc., de caráter abstrato-mistificador.

No que concerne ao tema da produção humana e socialmente voltada à profusão da mercadoria, Baudrillard postula que o processo de racionalização das forças produtivas, no capitalismo, favorece o mito de que a sociedade percorre constantemente processos de caráter revolucionário, mas na realidade, também isso constitui-se, para o autor, apenas como um simulacro, uma vez que condiciona um processo geral muito maior atrelado a um sistema de valores determinados que nunca se revolucionou efetivamente.

O que poderia ser uma revolução humana, social, na era da ambiência e dominância dos objetos, seria apenas algo esvaziado de conteúdo real e concreto, portanto, longe de ser concebido enquanto *possibilidade* real. O Estado mantém, nesse sistema, o papel de árbitro das relações sociais, que nada faz além de conservar as desigualdades e vender a falsa sensação de igualdade.

Baudrillard entende que a sociedade não é constituída de tendências naturais harmoniosas, defendendo que existe um sistema de *castas* entendido dentro de uma separação entre grupos que se organizam e manipulam as necessidades sociais.

Desse modo, não se pode analisar a relação do indivíduo empírico-imediatamente ao objeto, ao contrário, deve-se entender que existe um sistema de necessidades condicionadas, que não necessariamente dependem do indivíduo para serem concebidas, onde o sistema ambivalente de signos se torna tão central que ultrapassa e manipula as reais necessidades dos indivíduos, aglutinando o processo de produção da consciência individual enquanto dependente

da relação de reflexos exteriores da significação dos signos atrelados à arbitrariedade de um sistema condicionado de consumo, sugerindo a existência de um sentido semiológico e intercambiável entre as formas condicionadas à realidade, e a abstração da consciência individual.

Baudrillard, durante toda a exposição e desenvolvimento das teses e argumentos do livro, exprime a noção de que a prática do consumo no grande quadro social contemporâneo consiste nas novas formas de consciência moldadas através da profusão da mercadoria, imbricadas no desenvolvimento de uma consciência coletiva voltada à abstração do objeto e das demais relações sociais que se seguem.

Existe, em Baudrillard, uma forte alusão à evolução da humanidade de forma progressiva e material que obedece ao imperativo dos objetos e das significações psicologizantes que rodeiam o espectro cultural-histórico. A relação entre a finitude de objetos (o fim da vida útil de um produto), e o espelhamento social neste curto ciclo, presume a ideia de que, subjetivamente, a sociedade moderna vive em ciclos curtos nas suas relações sociais, afetivas e de trabalho, pautados, essencialmente no tempo dos objetos.

O autor sustenta um fluxo de pensamento voltado a entender criticamente a lógica da sociedade de consumo como autossustentável, uma vez que esta depende dos marcadores de miséria e fome para que o milagre do objeto e que a simulacro da realidade objetiva continue impelindo, no ciclo que corresponde ao movimento material da sociedade moderna, a fetichização do objeto.

Assim, e, à medida em que a pobreza e a desigualdade reúnem, enquanto problema residual de tal movimento, a integralização do sistema, correspondendo à fomentação de um sistema cultural e político moderno que reafirma a ideia de “forças produtivas”, tais estruturas sociais seriam, em tese, capazes de manter, junto à noção do simulacro do objeto, o que o autor denomina como “sistema industrial de pobreza”.

A noção dos direitos ao trabalho e à propriedade residem essencialmente a esta lógica: “não há direito ao espaço senão a partir do momento em que já não existe espaço para todos” (Baudrillard, 1970, p. 57). Assim, o autor afirma que os direitos humanos são falsos, e que correspondem à narrativa ilusória do mito da abundância; quando cita o “direito ao ar puro” demonstra, através do exemplo, que transformar algo que naturalmente já existe em direito é o mesmo que desnaturaliza-lo, mercantilizando bem naturais, que passam agora a integrar a categoria de bem útil e indispensável, porém raro, fazendo parte de uma divisão de consumo que acomoda uma redistribuição social desigual. Baudrillard pensa que constitui um traço básico do capitalismo: a passagem de bens naturais a bens de consumo, a necessidade de

transformar o que é o direito natural do homem a um direito adquirido em meio a concessões previamente julgadas, ou seja, a fomentação da desnaturalização do real e natural, e uma naturalização de ideário místico e falso (Araújo, 2023, p. 24).

É importante frisar o trato que Baudrillard invoca ao conceito do “fetichismo”, dado o contexto e sua linha própria de pensamento; é necessário se atentar ao fato de que o feitiço da mercadoria, que se constitui enquanto principal ideologia que sustenta teoricamente a sociedade da abundância, advém da relação de dependência das estruturas sociais ao objeto, e não rondam o espectro das relações sociais do trabalho em si, embora, na visão do autor, a divisão social do trabalho e a propriedade privada estejam essencialmente interligadas na lógica sufocante do consumo. O feitiço aqui reside na relação das formas de consciência imbricadas ao sistema cultural, histórico e político da ambivalência dos signos do consumo, enquanto fenômeno psicológico fomentado a partir dessa lógica, assim, estes são os pontos principais da crítica que o autor desenvolve durante toda a obra.

Tendo isso em vista, Jean Baudrillard problematiza a passividade da sociedade moderna referentes às questões voltadas ao sistema social opressor, uma vez esta reside na conformidade jocosa com o sistema, e, numa análise quase que psicológica, o autor discorre acerca de uma conversão de sentimentos que, em forma de permuta, são perpassados por vários sintomas psicossomáticos, (a náusea, a melancolia, o estranhamento etc) e se assemelham com a lógica do consumo, ou seja: multiplicam-se, confundem-se em si mesmas e distanciam-se cada vez mais do real objeto de angústia. Todos esses processos caminham no sentido da desconstrução e dissociação da ambivalência do desejo, uma vez que a somatização negativa do desejo desemboca em reações negativas (violência e fadiga), ao passo em que a desconstrução positiva de tais males constitui a vazão às necessidades e satisfações mitológicas.

Baudrillard assume que a relação incessante de elementos opostos e contraditórios não é explicada pela antropologia necessitante de maior análise dos fenômenos aqui tratados, perpassando pelo entendimento do consumo enquanto processo global de conversão, de transferência e inversão simbólica de uma carência projetada na abundância de objetos, bem como, a necessidade de uma análise que leve em consideração a generalização da teoria do objeto parcial aos processos de somatização, sendo assim, examinando a intercorrência entre vivência de um indivíduo na esfera material e subjetiva, que o leva, dentre todas as vias, a tornar-se também um mero objeto desta lógica violenta a que se respalda a sociedade moderna de consumo.

É possível aferir, acompanhando as teses do autor, que a humanidade, acometida por um estado geral de angústia e melancolia, segue o ímpeto do consumo através de gatilhos

disparados nos âmbitos psicológico e imaginativo, uma vez que se atribui aos signos a significação das relações sociais que são alicerçadas nessa dinâmica das trocas abstratas, mercantis. Para Baudrillard, existe e persiste na humanidade uma interpretação ilusória e inquebrável, relacionada ao espelhamento da sociedade em formas fantásticas e inalcançáveis.

Tendo isso em vista, no tópico de desfecho do livro, a “Conclusão”, intitulada “Da alienação contemporânea ao fim do pacto com o Diabo” (p. 199), Jean Baudrillard procura explorar a relação entre o indivíduo e a sua representação fantasmagórica e imagética, resultado das dinâmicas imbricadas na lógica mistificadora do objeto. A dicotomia e a inversão entre o real e o abstrato evidenciam as problemáticas que rondam o inquebrável vínculo entre o mundo externo e o sujeito particular.

Convém aqui mencionar, em termos breves, que o autor, em sua argumentação, faz uma incursão e uma analogia com o filme “O estudante de Praga” (1913), dirigido pelo dinamarquês Stellan Rye, e codirigido por Paul Wegener, cuja história mostra a vida de um estudante que, tendo poucos recursos materiais-financeiros, faz um pacto com o Diabo: vende sua própria imagem em troca de muito dinheiro. Todavia, desde então, o estudante se depara com a sua própria imagem, seu espectro fantasmagórico, usurpando o seu ser no mundo, numa situação cada vez mais inversora e insuportável, que leva o estudante a iniciativas para matar a duplicação fantasmagórica de si. Na cena final, atirando na imagem, quem morre é o próprio estudante.

Tal nível de abstração é de extrema importância para concluir a articulação dos conceitos que o autor constrói na argumentação que atravessa o livro. É nesta parte final que Baudrillard, fazendo uma analogia com o filme citado, procura destrinchar a alienação enquanto a evidência de que o indivíduo, sob o imperativo do consumo no mundo contemporâneo, tem a representação e a significação de si mesmo externalizada, alienada, objetificada e perdida.

Uma vez que a profusão do consumo mantém o movimento das dinâmicas sociais fantásticas, Baudrillard comprehende que tudo que se perde em termos de vida social e concreta se mantém intacto na esfera privada e abstrata da existência humana.

A humanidade, subordinada a viver sob os inúmeros imperativos condicionantes do sistema de consumo, é intrinsecamente condicionada a viver, portanto, sob a impossibilidade de afirmar, mas também de negar, a essência real e concreta de si própria. Esta que se perde, se autonomiza, ganha vida própria, voltando-se contra e assombrando os próprios seres humanos.

Em decorrência, é muito importante citar o item “Fim da transcendência” (Baudrillard, 1970, p. 134), em que o autor francês reitera a concepção de que o fator que determina as

relações sociais e que ronda o espectro da cotidianidade é pautado, necessariamente, num conjunto de representações e significações subjetivas, sínscicas e abstratas.

Jean Baudrillard afere que a sistematização da profusão do consumo, sob o signo da mercadoria, demonstra que a era da alienação é tão ofuscante e hiperbólica que todos os aspectos da cotidianidade e das relações sociais são subjugados à lógica da representação imagética da vida humana através do imperativo dos signos.

A alienação, à vista disso, protagoniza um momento desviante do que seria a essência humana, onde, alicerçada nas formas espelhadas e fantasmagóricas dos signos, tem-se a noção de que a alienação generaliza a vida humana a tal ponto que não existe mais alma, nem luta, nem a possibilidade de superação desse estado de coisas.

Dá-se apenas a emissão e a recepção de signos, abolindo-se o ser individual no interior dessa combinatoria e no cálculo de signos... O homem do consumo nunca encontra-se perante as próprias necessidades, como também se vê jamais diante do produto de seu trabalho, também nunca se defronta com a própria imagem: é a imagem do signos que o ordena. Acabou-se a transcendência, a finalidade, o objetivo: a característica de tal sociedade é a ausência de reflexão e de perspectiva sobre si própria (Baudrillard, 1970. p. 206).

O autor considera, pois, que no capitalismo contemporâneo, na sociedade de consumo, caracterizada como uma “sociedade pós-industrial”, de “abundância”, “profusão” e “panóplia” das mercadorias, o próprio “duplo” de si dos produtores, se multiplica infinitamente sob formas sínscicas, tornando muito mais abrangente, complexo e ativo o problema e a vigência da alienação, interditando qualquer possibilidade de reversão dessa situação, nos circuitos fechados da imersão humana na imanência do consumo.

719

A categoria da alienação em Marx

Nesta sessão, o estudo tem por objetivo tratar de forma preambular, breve, aproximativa, reflexões de Karl Marx em torno das categorias “alienação” e “estranhamento”, bem como das análises que o autor faz sobre a mercadoria, e sobre as formas de consciência humana implicadas nessas bases sócio-materiais e relações, especialmente, na sociabilidade burguesa.

Convém começar com uma breve incursão por um texto bastante recuado das elaborações do autor, os chamados “Manuscritos Econômicos e Filosóficos”, de 1844, mais especificamente, por algumas referências ao tópico “Trabalho estranhado e propriedade

privada” (Marx, 2008, p. 79), onde Marx inaugura o desvelamento de temas que serão desenvolvidos com mais determinações em suas obras posteriores⁵.

Pode-se considerar que o fato de Marx, nos processos formativos de um pensamento original, ter sido influenciado inicialmente por elaborações filosóficas, especialmente aquelas formuladas por Hegel, para só depois mergulhar a fundo em elaborações de caráter, por assim dizer, mais especializado e científico, notadamente, nas suas incursões pelo campo da crítica da economia política, converge para o surgimento de um tipo específico de teoria social, characteristicamente abrangente, ou seja, interessado em situar não apenas o “como” dos objetos investigados, no caso, a sociedade capitalista e suas categorias, mas também o seu “que” e o seu “de onde para onde”.

Essas considerações são importantes para antecipar referências a possíveis críticas que tendem a datar e descartar como anacrônica uma teoria social pretensamente superada, que, no entanto, é bastante cuidadosa, por exemplo, em investigar as formas determinativas originárias, bem como certas regularidades e continuidades que persistem nas mudanças histórico-sociais, isso quando se tem em vista formações e formas de sociedades diversas, e também quando se consideram as próprias metamorfoses internas à ordem do capital e do capitalismo, cujas leis gerais e essenciais têm se mostrado persistentes nas mudanças, por assim dizer, de caráter histórico-fenomênico.

A nosso ver, uma leitura isenta de preconceitos ideológicos gnosio-epistêmicos, de juízos extrínsecos ou formados *a priori*, da obra de Marx, desde os seus textos de juventude, põe em evidência a referida capacidade abarcadora e os tipos diversos de vias que o pensamento do autor percorre e perscruta na decifração da realidade social com a qual se defronta.

Avesso a pontos de partida absolutos, nos “Manuscritos econômico-filosóficos”, o autor consolida e desenvolve aquisições precedentes obtidas de confrontos com as filosofias de matriz idealista e de matriz materialista, em diversos de seus expoentes, especialmente os modernos, e crava que em suas análises o ponto de partida é um “fato político-econômico atual”, constatado por vias empíricas, qual seja, a relação de “externalidade hostil” “entre produtor e produto” do trabalho, nas relações da propriedade privada capitalista (Silva, 2018, p. 43). O termo alemão que expressa essa relação é *Entfremdung*, por vezes traduzido em

⁵ Como é sabido, textos importantes de Marx, como “Manuscritos econômico-filosóficos” e a íntegra de “A ideologia Alemã”, entre outros, só vieram a público no início dos anos 1930. Desde então, as posições diante da leitura desses textos repercutiram sobre tipos diversos de marxismo que se desdobraram no século XX. Assumimos aqui a posição que comprehende que esses textos têm muito a contribuir com a abrangência e a potência do alcance da teoria social de Marx, atravessada por reflexões e elaborações de caráter filosófico, científico e político.

português por estranhamento, tendência mais contemporânea que parece, a nosso ver, mais apropriada e precisa.

Essa relação da externalidade hostil compreende uma forma mais fundamental, interna e ativa, onde a atuação transformadora da atividade humana, sensível, consciente e social, traduz o processo e as resultantes pelos quais o emprego, a externação e a transferência das energias corporais, físicas e mentais, dos produtores, se objetivam como perda, materializadas nos objetos produzidos, nas relações da propriedade privada capitalista, nas quais esses produtos da riqueza socialmente objetivada é propriedade privada, nos termos de Marx, de outrém, do capitalista. Essa exteriorização ou externação e objetivação de forças vitais dos produtores e do trabalho como transferência e perda caracterizam, para o autor dos *Manuscritos de 1844*, o trabalho alienado, a forma ativa e as determinações mais fundamentais da alienação [*Entäusserung*], imbricadas ao fenômeno do estranhamento, na formação, pois, de um par categorial inextrincável.

Para os propósitos da argumentação que interessa ressaltar aqui, essas elaborações em torno da alienação e do estranhamento, que constituem o centro nervoso desses *Manuscritos*, deixam claro o amálgama entre forma de atividade e de ser e formas de consciência. Chama a atenção o tipo enérgico de elaboração teórica do autor, a força e a energia de arrancar de expressões materiais prático-sensíveis e cotidianas, de caráter marcadamente fenomênico, para a escavação de determinações e articulações mais mediadas e ocultas sob a aparência, para alcançar, por esses movimentos, generalizações characteristicamente filosóficas (Silva, 2018, p. 33), tais como o enunciado de acordo com o qual “na forma da atividade reside o caráter de uma *species*” (Marx, 2008, p. 84).

Note-se ainda que esta generalização é desdobrada, nesses mesmos *Manuscritos*, em duas direções: em comparações da forma da atividade no âmbito das formas de ser da natureza em geral, tendo em vista e consideração, especialmente, a natureza orgânica e os animais superiores, e na direção, ainda e principalmente, das formas concretas da atividade, da sociabilidade, dos sentidos, sentimentos e formas de consciência sociais, do seu engendramento prático-sensível às suas formas mais mediadas e abstratas.

Não é difícil perceber que esse tipo de elaboração é avesso, ressalte-se, *por princípio*, a quaisquer procedimentos teóricos que, de alguma forma, cindem os planos da objetividade social, tomada como unidade contraditória de materialidade e processualidade, e da subjetividade social, e isso por uma razão relativamente simples: as formas da subjetividade são, elas próprias, constituídas e desdobradas, desde suas raízes, no chão das relações de

produção e reprodução da vida social, afirmadas, pois, como predicados constitutivos e entificadores da própria forma de ser, em circunstâncias históricas determinadas.

É claro que, em termos mais concretos, a consciência pode imaginar ser algo distinto do ser consciente, seja em formações e formas de sociedade mais recuadas, de parcias forças produtivas próprias, seja em formações e formas de sociedades mais complexas, como a capitalista, burguesa, na qual também, conforme a argumentação em curso, os produtos dominam os produtores, na forma de riqueza social materializada em mercadoria, dinheiro, capital.

Na argumentação bastante sumária aqui procedida, tendo em vista fins mais estritos de estabelecer elaborações e posições instigantes e, nosso ver, instrutivas, de Marx sobre a categoria da “alienação”, posições distintas daquela estabelecida, por exemplo, por Jean Baudrillard, talvez seja suficiente ressaltar uma forma principal pela qual as forças e formas da atividade social são usurpadas, objetivadas, materializadas, nas aludidas relações de alienação e estranhamento, abarcadoras da prática sensível e das formas da consciência: nos referimos aqui a elaborações germinais do autor sobre o dinheiro, analisado e decifrado em termos afloratórios a partir de suas expressões fenomênicas no advento e consolidação da modernidade burguesa.

Neste sentido, pode-se indicar, por exemplo, o poder inversor do dinheiro que, “enquanto conceito existente e atuante do valor, confunde e troca todas as coisas, ele é então a confusão e a troca universal de todas as coisas, portanto, o mundo invertido, a confusão e a troca de todas as qualidades naturais e humanas” (Marx, 2008, p. 38).

Ocorre que, para o autor, a natureza, o poder e a função social do dinheiro se coadunam com “a propriedade privada material, imediatamente sensível”, quer dizer, é a “expressão material-sensível da vida humana estranhada”, na forma da atividade e da sociabilidade. Neste ponto, Marx considera que o movimento da propriedade privada, “a produção e o consumo”, “é a manifestação sensível do movimento de toda a produção até aqui, isto é, realização ou efetividade do homem”, de modo que “Religião, família, Estado, direito, moral, ciência, arte etc. são apenas formas particulares da produção e caem sob sua lei geral” (Marx, 2008, p. 106).

Destacamos linhas acima a força que os princípios assumidos por esse tipo de construção teórica desempenham na apreensão razoável de ordens determinativas, de articulações, interações e relações de reciprocidade entre os complexos sociais gerais, no âmbito dos quais o complexo socio-material da economia e, nele, o complexo da produção, desempenham, na conformação de elos tônicos e sobredeterminantes das formas, modos e direção de uma totalidade social determinada.

Com isso, queremos sugerir, em termos iniciais, um quadro de referência alternativo ao estabelecido por Baudrillard em a *Sociedade de consumo*, um quadro obtido a partir do que, polemicamente, estamos sugerindo como sendo uma elaboração de caráter ontológico materialista, histórico e dialético, enquanto tal, interessante de ser visitado, pensado e discutido.

A nosso ver, o estudo introdutório apresentado nas linhas acima pode ser articulado com elaborações e aquisições da obra posterior de Karl Marx, como os chamados “Grundrisse” (1857), e também, especialmente, “O Capital - Volume I” (1867), especificamente o primeiro capítulo, intitulado “A Mercadoria”, com o que se pode avançar no debate proposto.

Duplo caráter da mercadoria e fetichismo

Tendo em vista os limites e o escopo do presente artigo, passaremos, suprimindo mediações, a considerar algumas elaborações principais avançadas em escritos de maturidade de Marx, notadamente, aquelas que se apresentam na obra magna do autor, “O Capital”.

Em relação aos interesses delimitados nas presentes reflexões, a apresentação dos nexos que compõem o entendimento da forma mercadoria e das formas de valor é de extrema importância, uma vez que é através dessa análise basilar que se torna possível compreender a relação fantasmagórica que ronda o espectro da mercadoria, sua profusão, a mistificação que ronda as formas de valor, no que diz respeito à abstração da real forma da mercadoria, desembocando no que o autor classifica como “fetichismo”. Assim, a investigação da forma mercadoria e suas determinações perpassa, primeiramente, pela análise de sua forma elementar, a fim de levar luz acerca do entendimento da realidade da profusão desses objetos enquanto determinadas por um processo histórico, social e ativo, bem como, desvelar o véu místico que cobre a verdade sobre esse processo.

É importante reiterar que o autor considera as propriedades físicas da mercadoria enquanto seu valor de uso, categoria sensível e material que incorpora sua evidente função útil enquanto objeto externo de uso humano, não só para satisfazer as necessidades materiais, mas também as psíquicas, intelectuais etc.

Isso dito, Marx reitera que, por outro lado, a forma do valor *abstrato* da mercadoria reside na condição socialmente determinada pela realidade que se apresenta aos indivíduos em um contexto específico de tempo e espaço e do desenvolvimento da atividade produtiva socialmente necessária, de modo que o valor é advindo da relação de *troca* entre mercadorias.

O valor abstrato (sensível-suprassensível) embutido e corporificado na mercadoria é nada mais que o valor de troca, abstraídas as diferenças específicas entre valores de usos distintos, concretos, bem como abstraída a própria dimensão concreta de trabalhos distintos,

reduzidos a dispêndio de energias corporais no tempo, e sua coagulação dos produtos do trabalho.

Assim, a constituição e a profusão da mercadoria compreendem também, em suas formas originárias e fundamentais, a função de suporte material e sensível do amálgama de objetos que carregam e expressam o valor de troca.

É na qualidade de razão quantitativa, que o valor de troca supõe a troca simultânea de um valor de uso com outro valor de uso de diferente característica e função (1 tonelada de ferro = 1 braça de linho), o que, em análises mais desenvolvidas, permite a compreensão de que o trabalho empregado em diferentes mercadorias e feito por diferentes indivíduos, no cálculo geral do valor, é, também, igualado e mediado apenas pela grandeza do valor: o tempo.

Em geral, o tempo de trabalho humano socialmente necessário em certas circunstâncias é o determinante da grandeza do valor do produto, evidenciando que o tempo do processo de produção de um determinado produto é equivalente, em valor, com o processo de um produto distinto desde que ambos demandem o mesmo tempo em suas produções. Assim, a mercadoria, enquanto valor, é uma forma complexa que comprehende em si o tempo de trabalho socialmente necessário e o trabalho fundido e cristalizado na materialização do objeto, ou seja, o dispêndio de energia vital e corporal do trabalhador. Sobre essa dinâmica de igualização abstrata dos produtos do trabalho, e, consequentemente, dos próprios trabalhos e da atividade humana, Marx exprime:

Se abstrairmos seu valor de uso, observamos também os componentes e formas corpóreos que fazem dele um valor de uso. O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio, ou qualquer outra coisa útil, Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato. (Marx, 1957. p. 98).

É importante ressaltar que Marx discorre acerca do valor, não enquanto conceito criado para método de análise, mas compreendendo-o enquanto categoria, antes de tudo, existente em si, na realidade, enquanto aspecto velado de uma relação social pautada na troca de mercadorias que, por sua vez, obedecem a uma lógica quantitativa, de indiferença e equivalência.

Logo, o *valor*, enquanto resultado das determinações das dinâmicas estabelecidas na sociabilidade, é materializado e expresso na relação mercadológica que reside no dispêndio da força de trabalho humano para a criação da forma sensível da mercantil abstrata. O valor tem, assim, caráter histórico-social.

Em suma, é necessário enfatizar: a mercadoria é uma unidade contraditória de valor de uso, corpo físico material e sensível, e, valor, fenômeno abstrato que se expressa através da troca e que, enquanto determinado socialmente pelas relações sociais que são estabelecidas, carrega em si o trabalho humano como base fundamental, uma vez que este é caracterizado como substância comum entre todas as mercadorias, na equação do valor.

A análise da forma sensível-suprassensível da mercadoria, permite, em uma visão crítica, a compreensão da esfera dicotômica que ronda o objeto: para além de seu valor útil, corporificado e material, a mercadoria exprime em si a dinâmica abstrata e “metafísica” pautada e desenvolvida através de determinações histórico-sociais que se fundamentam na substância principal e intransferível do trabalho.

Assim, ter em vista o exame que Marx afere à elementaridade da mercadoria, que a desvela como complexo social, até o desdobramento em formas de valor, permite, entre outras coisas, entender que as relações da atividade enquanto transferência e dispêndio de forças e energias corporais, na sociedade capitalista, obedecem ao imperativo de relações sociais reificadas, posto que estas giram em torno da produção de valores econômicos abstratos, em detrimento das relações sociais, humanas, concretas.

O desvelamento da forma mercadoria comporta o entendimento de que o produto do trabalho não só atende às necessidades materiais concretas de dada organização social, e tampouco existe somente enquanto forma natural da atividade humana, mas que, ademais, o caráter fantasmagórico e oculto da mercadoria, revelado pelo estudo de crítica de economia política empreendido pelo autor, fornece as bases para a compreensão das formas de relações sociais, subjetivas e objetivas, necessariamente ligadas a dinâmicas sociais desenvolvidas na sociabilidade do capital.

Logo, a objetivação da atividade laboral, a equivalência atribuída aos trabalhos distintos, específicos, obedecendo à razão quantitativa e temporal no movimento de troca, explicita a necessidade ímpar de desvelar os nexos que se estabelecem no tocante às relações humanas com o objeto de uso, bem como, com a própria atividade produtiva.

Pode-se considerar que é da maior importância se ater ao fato de que, levando em conta uma ordem societária que se sobrepõe através de determinações sociais do trabalho, a atividade produtiva é necessariamente atrelada às objetivações típicas do modo de produção. Estando subordinada em razão do caráter duplo da mercadoria, e, por conseguinte, o caráter duplo da própria atividade, é importante perceber que as relações estabelecidas nesta sociabilidade obedecem aos imperativos das mercadorias: são relações entre *coisas*.

O fetichismo, em Marx, consiste no processo que se dá a partir da reificação de relações sociais entre produtores de mercadoria. Assim, o autor é perspicaz ao analisar que o espírito oculto da mercadoria reverbera o objeto enquanto forma fantasmagórica das próprias relações sociais, como um espelho que reflete a relação mercadológica que os produtos estabelecem na grande cadeia de objetos, uma vez que estes relacionam-se entre si pelos processos de valorização.

Tendo isso em vista, é importante reiterar que a análise do fetichismo enquanto movimento real que indica a abstração e a objetificação das relações sociais, evidencia a compreensão do processo de produção e reprodução objetivado nas amarras dos movimentos do valor e do capital enquanto totalidade, desvelando a condição fetichizada das relações humanas em seus desdobramentos gerais e específicos, no seio de uma sociabilidade que mantém as relações humanas pautadas na realidade do valor abstrato e na troca.

É imprescindível citar que tal processo não se caracteriza como um elemento psicológico ou do imaginário cultural coletivo. O processo fetichizado das relações sociais, em Marx, pressupõe a existência da ocultação das formas concretas da consciência ao estabelecer a vigência do valor enquanto mediador das relações entre os produtores.

Logo, há, inegavelmente, a evidência de que o movimento típico da realidade material, histórica e dialética do capital permite a compreensão ontológica das relações sociais em essência, ao apreender e expor o seu inverso: a visão crítico-científica que norteia a contraposição entre a soberania do valor e a genericidade humana, e que entende, acima de tudo, que as categorias do trabalho e da produção social consistem em formas principais para desvelar o movimento real que determina a mistificação que ronda o espectro do objeto que subordina e rege a vida do sujeito, do produto que domina e orienta o ser, e o destino do produtor.

Inversão ontológica das relações de preponderância entre produção e consumo

Tendo em vista o interesse em desdobrar o debate na direção de uma crítica ontológica à teoria do consumo, é oportuno fazer uma breve referência também a parte do exame que Marx dedica nos seus estudos econômicos de 1857, vindos a público e conhecidos sob a denominação de *Grundrisse*, onde o autor, tecendo uma afiada crítica à economia política, reitera o fato de que a atividade produtiva é, antes de mais nada, o ponto de partida para a efetivação real do consumo.

Aqui, um argumento principal pode ser indicado tendo em vista o reconhecimento de que a mera articulação entre complexos parciais da totalidade econômica não ultrapassaria a

dimensão de arranjos estacionários, de modo que é imprescindível apreender na articulação interna do ser social o complexo de peso tônico, preponderante, capaz de imprimir, numa unidade dialética, contraditória, as direções tendenciais do desenvolvimento econômico. Este complexo sobreordenador é, para Marx, inequivocamente, o complexo da produção, preponderante, nas interações dialéticas, sobre os complexos da distribuição, da troca, da circulação e do consumo, numa totalidade econômica orgânica, determinada.

Assim, o complexo do consumo, enquanto necessidade básica e vital humana, traz em si, dialeticamente, o momento da produção, implicando no fato de que, enquanto relação de reciprocidade e de preponderância, a produção figura o momento predominante do consumo, uma vez que é a partir da atividade produtiva que se desdobram implicações materiais e subjetivas que correspondem à materialização de uma extensão do gênero humano dispendida e materializada no objeto, na conformação da unidade contraditória entre valor-de-uso e valor.

Nas palavras de Marx:

O importante aqui é apenas destacar que, se produção e consumo são considerados como atividade de um sujeito ou de muitos indivíduos, ambos aparecem em todo caso como momentos de um processo no qual a produção é o ponto de partida efetivo, e por isso, também, o momento predominante. O próprio consumo, como carência vital, como necessidade, é um momento interno da atividade produtiva. Mas esta última é o ponto de partida da realização e, por essa razão, também seu momento predominante, o ato em que todo processo transcorre novamente (Marx, 1857. p. 68).

Logo, entender esses processos permite, entre outras coisas, a fomentação de uma análise crítica das formas da atividade produtiva e da produção enquanto cadeia objetivamente movida pelos imperativos de valorização do valor, no capitalismo.

As teses de Baudrillard, no intuito de desenvolver a crítica do consumo na sociedade moderna, especialmente nas relações do capitalismo contemporâneo, desenvolve, a nosso ver, insuficientemente, os nexos e mediações dos processos humanos ativos e sociais frente ao consumo, à mistificação da mercadoria, num sistema econômico voltado aos imperativos do lucro.

O que indicamos aqui, afloratoriamente, como inversão ontológica, pode ser localizado no não aprofundamento da análise no desvelamento dos complexos categoriais centrais da produção e complexidade também das formas de consciência, estas indexadas a uma totalidade que se respalda na subordinação da atividade produtiva em torno das relações objetivadas da propriedade privada, e obedecendo uma dinâmica mercadológica, de modo que exprime, ainda que implicitamente, o sintoma sistemático da modernidade, que consiste no esquecimento de

importantes categorias marxistas no desenvolvimento das formas das relações sociais contemporâneas.

A posição do autor francês, ao conjecturar a análise de uma suposta sociedade “pós-industrial” (Baudrillard, 1970, p. 43), e ao anunciar a impossibilidade de um “fim da transcendência”, leia-se, da superação da alienação (Baudrillard, 1970, p. 205), implica na desistência de uma crítica que propõe análises respaldadas em movimentos mais mediados, mais profundos e mais abrangentes, correspondentes às relações humanas de produção e reprodução material e social, objetiva e subjetiva, na ordem do capital em sentido lato.

Pensando na significação dos signos e das representações abstratas como bases fundamentais que norteiam seu pensamento, Baudrillard projeta, como visto acima, a noção de um feitiço mistificado e oculto da mercadoria, atrelado a um processo psicologizante e subjetivamente definido através de estruturas ideológicas da consciência humana, estas, necessariamente indexadas e experimentadas como consequência de relações sociais que pressupõem a problemática do consumo e do desejo de consumir, concebidos como centrais e determinantes das relações gerais da vida humana, no enredamento, inclusive, das relações de produção.

A destituição que estamos indicando reside justamente na inversão das ordens determinativas das relações de preponderância entre os complexos categoriais centrais que rondam o espectro do ser social nos campos objetivo e subjetivo, nomeadamente, a inversão nas ordens de determinação e peso tônico entre produção e consumo.

A nosso ver, o autor da “Sociedade de consumo”, em suas posições críticas a um sistema que fomenta a hipertrofia, real e objetiva, da esfera do consumo, se distancia, e perde de vista a possibilidade de buscar e visualizar as reais formas das relações, interações e reciprocidades entre de produção e consumo.

A análise que Baudrillard faz das dinâmicas e modos do consumo, a despeito da apreensão crítica de aspectos da manipulação no capitalismo tardio, não dá conta do ciclo que se realinha e se reproduz através da objetivação da consciência humana ao figurar o ciclo da produção enquanto parte naturalmente indivisível deste, onde o consumo, é, como podemos concluir, uma categoria que se situa no interior do momento da produção.

De modo que o autor analisa a categoria do consumo sem se ater suficientemente à materialidade dialética das relações sociais de produção, bem como, sem considerar os complexos determinantes do trabalho e da genericidade humana, e sobre essas bases, as formas de consciência, da alienação e do estranhamento. O que entendemos que se caracteriza como

inversão de categorias e complexos categoriais ontológicos, quer dizer, inscritos na materialidade da forma de ser.

É importante e mesmo necessário ponderar que as contribuições críticas de Baudrillard representam uma relevante crítica às formas do consumo sistemático e típico do quadro social e capitalista contemporâneo. Nesse viés, entende-se que o simulacro da realidade e a mistificação do objeto enquanto representação abstrata e psicologizante culturalmente desenvolvida, caracteriza pontos interessantes que, no entanto, vão para além da representação imagética da mercadoria, isto é, são categorias que perpassam a totalidade, fundamentadas sobre bases sólidas da realidade material, que só podem ser reveladas através do estudo das formas do valor, da forma-mercadoria e seu caráter social e histórico, da objetivação do trabalho, da alienação e das relações de preponderância na retroação do consumo no ciclo de produção.

No item “Fim da transcendência” (Baudrillard, 1970, p. 206), Baudrillard, ao compreender que a combinação fantástica dos signos e o processo generalizado e hipertrófico do consumo determina a relação do indivíduo com o mundo que o cerca, defende a posição de que, na dinâmica metabólica e cíclica da sociedade moderna, o processo generalizado do consumo nega a existência de uma realidade concreta da consciência humana voltada à potencialidade objetiva e subjetiva do ser, de modo que, não resta a possibilidade do vislumbre de uma restituição da consciência e da práxis humana para além do imperativo categórico dos signos e do consumo. Nesse sentido, a vida humana é fatalmente alicerçada nos fundamentos da sociedade de consumo. Nas palavras do autor:

No modo específico do consumo, já não existe transcendência, nem sequer a transcendência feiticista da mercadoria: reina a imanência à ordem dos signos. Assim como não existe separação ontológica, mas relação lógica entre o significante e o significado (Baudrillard, 1970, p. 206).

À vista disso, é preciso ponderar o fato de que Baudrillard, enquanto importante teórico contemporâneo, comprehende os nexos causais e os processos societários que rondam o espectro da produção e do trabalho tendo em vista o contexto histórico em que se insere, nomeadamente, a chamada afluência econômica de parte da sociedade europeia ocidental nas décadas imediatamente seguintes à Segunda Guerra Mundial. Não obstante, ao considerar a dinâmica hiperbólica do consumo enquanto matrizadora das relações sociais, bem como, entendendo o consumo, nesta sociabilidade, enquanto categoria que se respalda na questão lúdica, imagética, absoluta e imutável, reflete a noção de que a estrutura da sociedade moderna, pautada na destituição do indivíduo nas formas de ser e nas formas de consciência, tem, impreterivelmente, nessas relações do consumo, sua tônica predominante.

Trazendo à luz a ideia de alienação assumida por Baudrillard, é possível aferir que o autor entende o espelhamento do gênero humano enquanto consequência múltipla da imanência dos signos e das representações, que aparecem no espectro do consciente e do inconsciente, bem como, consequência das formas imagéticas que se sobrepõem à realidade material.

Logo, é necessário reiterar o fato dado de que, em “A Sociedade de Consumo”, precisamente, no item “Fim da transcendência”, Baudrillard evoca a noção de que o processo alienante típico do movimento da ambivalência mística da mercadoria, é impossível de ser superado.

Considerações finais

Destarte, faz-se necessário concatenar os exames aqui expostos para conferir peso teórico ao tema proposto. Sendo assim, é imprescindível aferir que a carga teórica marxista é rica no tocante ao exame da realidade material, concreta e prática da sociabilidade burguesa, e compreende a relação intrínseca da alienação e as formas da atividade e da sociabilidade humana, uma vez que, enquanto categoria que transcorre como consequência direta da relação de transferência imbricada na expropriação das forças, processos e resultados do trabalho, contém em si os desdobramentos da dinâmica material, concreta e reveladora da estrutura totalizante da sociabilidade do capital, incluídas as formas da consciência, bem como, as formas do consumo.

É nesse cenário que se destaca a importante contribuição do pensamento marxista persistente no interesse de desvelar categorias sociais que se relacionam com as formas de consciência e com a atividade produtiva em seu aspecto genérico e ontológico. É de extrema importância a reunião e articulação dos conceitos apresentados no que diz respeito à dissolução da obra de Baudrillard, principalmente no evolver de tensões preliminares a respeito de uma discussão mais aprofundada acerca da noção semiológica moderna que envolve, não somente a relação superficial com a tradição marxista, mas permeia um campo contextual ocidental de capitalismo tardio e ideologicamente direcionado à priorização de estudos das representações fenomênicas

Na análise aferida da obra madura de Karl Marx, “O Capital - Volume I”, precisamente, em suas contribuições acerca do duplo caráter da mercadoria e o processo fetichizado que decorre das determinações imbricadas na dinâmica da valorização dos objetos, que, por sua vez, reverbera nas relações sociais entre os produtores, é possível traçar o elemento básico da análise, que configura extrema importância para o presente artigo: o caráter fantasmagórico que

o objeto espelha no processo de valorização, se dá através de sua imbricação na sociabilidade fetichizada e alienante, sob as determinações do modo de produção capitalista.

É evidente, através da breve exposição desses conceitos, a ratificação de que o exame da mercadoria possibilita a compreensão de que o movimento real do processo fetichizado sugere a criação de uma consciência geral, que se fundamenta na ocultação das formas reais das relações sociais, justapostas às noções fenomênicas e de abstração da realidade, resultando em uma gama de ilusões acerca do processo produtivo. Outrossim, o processo de produção, pautado no caráter místico da mercadoria, implica no espelhamento do real valor do objeto, fruto do dispêndio de força vital e de trabalho humano. Dessa forma, levando em consideração que o aspecto social da mercadoria reflete as formas das relações sociais, a dinâmica fetichizada dessas determinações são, necessariamente, elencadas na expressão da forma-mercadoria, e resultam na ocultação da verdadeira forma do valor, bem como, na abstração da realidade histórica, social e material das dinâmicas sociais.

Nos manuscritos de 1857, “Grundrisse”, Karl Marx situa historicamente a atividade produtiva socialmente necessária, não só enquanto ferramenta e meio para a criação de objetos, mas que fomenta e mantém ativo o ciclo infindável do consumo, das esferas de distribuição e de circulação, enquanto parte mediadora e inter-relacionada, contudo, e, simultaneamente, determinante, que sobreordena e direciona com peso tônico as dinâmicas imbricadas nessa totalidade, bem como, culmina nas formas e dimensões do complexo categorial da economia como totalidade orgânica, evidenciando sua preponderância ontológica no tocante às dimensões tomadas por este último, na sociabilidade capitalista.

Tendo em vista o aspecto ontológico da produção e reprodução da vida material humana, cujas formas matriciais encontram-se no trabalho, categoria intrínseca à espécie humana, que dispara a forma específica de ser, de produção e reprodução objetiva e subjetiva, é possível aferir a noção de que existe nos predicados da humanidade a potencialidade de modificar o ambiente ao redor, natural e social, de modo a estruturar formas e modos complexos de produção, de cooperação, de divisão social do trabalho, que podem se estender para além de uma ordem organizada nos moldes da sociabilidade burguesa.

É nesse cenário que se faz necessário reiterar a legitimidade das vertentes marxistas não desistentes, em termos de princípios e de telos, de compreender as possibilidades humanas de orientar forças produtivas socialmente constituídas na direção de organização de relações e dinâmicas sociais estruturadas em moldes diversos, trazendo à luz a potencialidade ontológica humana, nas determinações múltiplas de diferentes instâncias e complexos categoriais, como a política, a ciência, a arte, a filosofia etc.

À vista disso, é possível aferir a contraposição à crítica de Jean Baudrillard acerca da impossibilidade de superação frente à realidade sufocante de um mundo governado pelo imperativo categórico dos signos do consumo, uma vez que, de acordo com o autor francês, a profusão da mercadoria coordena e determina a produção material da vida pautando-se na alienação enquanto representação fantástica da ocultação, e do espelhamento humano, o que denota, entre outras coisas, a destituição de uma consciência humana pautada na vida, na atividade e sociabilidade reais.

Assim, salienta-se que o processo pungente do consumo na sociedade moderna, em Baudrillard, não vislumbra a possibilidade de superação dessa situação de menoridade subordinada, administrada e funcionalizada em prol da mercantilização geral, uma vez que a humanidade se encontra destituída de potencialidades na esfera da produção objetiva e subjetiva da vida.

Se a produção material da vida se constitui como a extensão da espécie humana genericamente no mundo material e inorgânico e orgânico, e desdobra formas de relações sociais e pautadas na atividade produtiva, logo, é necessário cravar como fato, que as dinâmicas que se seguem nesse processo não são fechadas nem se esgotam, antes, são abertas, posto que são próprias de um ser que se autoconstitui.

Tendo isso em vista, é razoável assumir que não há modo de produção ou organização societária que seja eterno, e que seja capaz de destituir a humanidade de seu aspecto genérico e vital, matrizado na força e nas potencialidades do trabalho social.

É nesse sentido que o estudo crítico e ontológico da teoria do consumo pode constituir um estímulo e reforço da importância de estudos, nesse diapasão, de bases marxistas, e favorecer e fomentar o tensionamento das bases fundantes do modo de produção vigente, essencialmente, no que diz respeito à compreensão dos nexos e dos processos que se estendem para além da crítica à sacralização da mercadoria e desembocam na evidência flagrante de que há, para além da abstração, uma sociedade estruturada materialmente nos moldes da exploração do trabalho, da acumulação de capital, e regada pelo direcionamento ideológico do projeto político liberal burguês, estabelecendo, desta forma, por princípio e por evidências práticosensíveis, razoáveis, a possibilidade de superação desta ordem societária.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Dariane Cordeiro de. *Para uma crítica ontológica à ‘sociedade de consumo’ de Jean Baudrillard*. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

- BAUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de Consumo*. 1970. Rio de Janeiro: Elfos Editora, 2004.
- FORTES, R. V. As três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho: modelo das formas superiores, prioridade ontológica e abstração isoladora. Crítica da ideia da centralidade do trabalho em Lukács. *Verinotio*, Ano XI. n. 22, out., 2016.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, György. *Conversando com Lukács*. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- MANDEL, Ernest. *Capitalismo Tardio*. São Paulo: S.A Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. Manuscritos Econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Ed. São Paulo: Edipro, 2017. 110 p
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. “Trabalho estranhado e propriedade privada”. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Livro I - Capítulo 1: A Mercadoria. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SILVA, Marlon Garcia da. *A filosofia como complexo ideológico na obra tardia de György Lukács*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

Fundamentos do Serviço Social e formação profissional: Entrevista com Maria Carmelita Yazbek*

Thaisa Closs**

Thaisa Closs: Querida professora Carmelita, primeiramente gostaria de agradecer a entrevista. Tu és uma grande referência na profissão, com tua ampla produção intelectual e atuação na formação de muitas gerações de assistentes sociais, docentes e pesquisadores/as. Especialmente no âmbito dos Fundamentos do Serviço Social, tens contribuído significativamente para a análise da profissão no movimento da história, nos impulsionando na realização de estudos que recuperem a memória e a historicidade profissional. Nessa direção, gostaria de trabalhar na entrevista aspectos da trajetória da formação profissional, em seu processo de renovação crítica, temática relativa à minha pesquisa de pós-doutoramento. Considerando sua experiência docente na PUCSP e nas entidades profissionais, como foi o processo de construção do currículo de 1982, seus avanços e limites?

Maria Carmelita Yazbek: Se nossa ótica é situar o Serviço Social na história, em primeiro lugar entendo que esse currículo expressa um processo mais amplo de mobilização da sociedade brasileira na luta pela democratização do país e no caso do Serviço Social, o confronto com a classe burguesa e com o conservadorismo na profissão. Processo cuja expressão emblemática foi o Congresso da Virada em 1979, mas não só. Era grande parte do país que se posicionava politicamente: a Igreja Católica com sua Teologia da Liberação que, naquele momento, estava profundamente vinculada aos interesses da população trabalhadora; foi a fundação do Partido dos Trabalhadores, e foram as grandes greves do ABC Paulista, e a presença do Movimento Estudantil apoiando essas greves e com suas próprias lutas. Um momento de aprofundamento dos interesses do capital monopolista, caracterizado na América

* Assistente social. Doutora em Serviço Social. Professora e pesquisadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisadora CNPq.

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora CNPq.

Latina pela dependência, um momento de expansão do capital dos monopólios, das grandes empresas, em que o ABC Paulista era uma vanguarda, bastando lembrar que a classe operária do ABC, tinha uma forte liderança política entre os trabalhadores latino-americanos, e esse é o contexto onde surgiu o Lula.

No contexto em que emerge o currículo de 1982 eu fui diretora da Faculdade de Serviço Social da PUCSP, onde coordenei um projeto de revisão curricular que, em certo sentido inspirou, ao lado de outras importantes experiências, o próprio currículo de 1982. Gostaria de assinalar que fez parte do grupo que realizou essa revisão curricular a professora Marilda Iamamoto, docente da PUCSP naquele momento, que já traz para o currículo da PUCSP em elaboração sua perspectiva de análise da profissão sob a inspiração do pensamento marxiano: o Serviço Social como atividade profissional e inserido no processo de reprodução das relações sociais.

E tínhamos um contexto muito rico na PUCSP. Com professores como o (Octavio) Ianni, o Paulo Freire, o Florestan (Fernandes). Era uma coisa muito interessante, a minha sala era na frente da sala do Paulo Freire, e, era uma alegriavê-lo. Mas aí a gente aproveitou, o que nós fizemos no curso de Serviço Social? Fomos fazer os cursos com eles. Eu fiz curso com o Ianni, com o Florestan. Aproveitar esses quadros, não é? A gente sabia quem eram eles. E a reitora uma assistente social, Nadir Kfouri abriu essas possibilidades. E Dom Paulo Evaristo Arns, responsável pela Universidade, era um cardeal como poucos. A Nadir Kfouri foi a primeira reitora mulher. E, sob o comando deles abriu-se a universidade, para a periferia. Então, era um momento mesmo muito rico. Entendo que a virada do III CBAS foi uma “virada”, mas foi um processo. Ela expressou o que vinha acontecendo e não uma coisa assim, de repente. Era um momento incrível da sociedade e a gente conseguiu uma mobilização muito forte e interessante de vários setores da sociedade.

No Serviço Social temos que pensar um pouco melhor sobre isso, nós passamos do grupo conservador para um grupo comprometido com a visão crítica, marxista, com uma tranquilidade muito grande. Na PUCSP, as herdeiras das “pioneiras” eram mulheres incríveis. Assim tivemos Helena Junqueira, Maria Lúcia Carvalho, que inclusive foi uma grande protagonista de Araxá, em 1967. Elas eram as professoras, a gente trabalhava com elas. E naquele momento, tinha Marilda Iamamoto com a gente na PUCSP. Nós tivemos a Marilda (Iamamoto) por um longo tempo e ela já deixava suas marcas, ela é incrível. Então foi relativamente tranquilo.

Eu me lembro de que em 1975 teve um congresso da ABESS em Piracicaba, cidade do interior de São Paulo e Dona Nadir Kfouri foi, como professora de caso, em Serviço Social de

Caso. E quando ela voltou, ela disse que havia um clima, vamos dizer, propício à mudança. Havia pessoas que estavam levantando questionamentos sobre o serviço social norte-americano e que ela achava que as coisas tinham que mudar. Ela não sabia exatamente a direção e nem foi ela que deu essa direção, mas ela abriu um pouco o caminho para a gente. E foi bem tranquila essa transição. A única coisa de que ela não gostou foi quando o livro da Marilda (Iamamoto) saiu, com aquela foto na capa, não é? Ela está naquela foto, e quando ela leu o conteúdo, ela me chamou, chamou a Raquel (Raichelis), para conversar com a gente. Ela não tinha gostado porque estava sendo identificada com um projeto da burguesia.

O projeto das pioneiras era um projeto político e um projeto que buscava, na verdade, formar quadros, vamos dizer assim, para enfrentar o comunismo. Então a gente teve uma longa conversa com ela. Porque essa mulher era uma democrata, sabe? As iniciativas que ela foi tomando, ela concordava com o Dom Paulo, colocou o Serviço Social na periferia. Nós tínhamos vários projetos juntos, então era um clima de parceria. Obviamente, o marxismo não entra imediatamente, ele vai entrando mais através da concepção de profissão que a Marilda (Iamamoto) traz. Aquela revisão curricular, que começou em 1979, nós levamos para a Convenção de Natal depois.

Thaisa Closs: Professora Carmelita, tu poderias detalhar mais sobre a Convenção em Natal, de 1979, um ano importante, considerando também a realização do III CBAS?

Maria Carmelita Yazbek: Foi nessa convenção que se fechou, sob o comando da ABESS, o currículo, que depois vai ser aprovado, em 1982, pelo Conselho Federal de Educação. Entendo que nessa Convenção foram apresentadas algumas propostas, que eu considero como avançadas naquele contexto, como a ruptura com o Caso, Grupo e a Comunidade, e a decisão de criar as disciplinas de Teoria do Serviço Social, História do Serviço Social, ainda em uma perspectiva evolucionista, e a de Metodologia do Serviço Social, com uma perspectiva de estratégias de ação profissional. Sobre essas disciplinas cabem algumas considerações e sugiro a leitura do professor José Paulo Netto, sobre a disciplina Metodologia, da Revista Serviço Social e Sociedade nº 14.

As proposições traziam a marca do ecletismo teórico-metodológico e eram desconectadas e justapostas, mas se propunham a um avanço às influências do Serviço Social norte americano, até então hegemônicas na formação. Lembrando que essa influência era de base funcionalista e buscava-se a superação dessa perspectiva. Quanto à disciplina na área da Teoria do Serviço Social que hoje é abordada no âmbito dos Fundamentos do Serviço Social, a proposta apontava um tratamento “científico” da profissão, a definição de seu objeto e objetivos e de suas bases epistemológicas. Eram proposições que, apesar das insuficiências lançavam as

sementes de uma profunda renovação da formação profissional.

Então, na Convenção, havia um clima na profissão dessa renovação, dessa mudança. Eu me lembro que a discussão foi de altíssimo nível. Aí eu descobri a força e competência dos Grupos do Nordeste, o Grupo do Maranhão. Eu já tinha alguns contatos, mas só há uma aproximação de fato num encontro desses, que permitiu uma maior sintonia. E havia muitos consensos. Alguns até equivocados, mas o consenso era que precisava mudar, de que caso, grupo ou comunidade, esse modelo não respondia à realidade da América Latina, muito menos a do Brasil. Então, Natal foi um momento significativo. E o Nordeste foi uma grata surpresa.

Eu conheci a Ana (Elizabete Mota) nesse contexto. Ela era uma liderança. Não era a única. O grupo do Maranhão, a Franci Cardoso, a Marina Maciel, e o grupo do Rio de Janeiro, como a Maria Inês (Bravo). Era um grupo no qual havia consensos de que o Serviço Social deveria mudar. Era um grupo muito eclético na convenção, mas a ideia de mudança já estava ali consolidada, vinha vindo de outras Convenções. O Maranhão teve um protagonismo importante. Eu me lembro dessas pessoas, da Marina (Abreu), da Franci (Cardoso), da Josefa (Lopes). A professora (Maria) Ozanira (da Silva e Silva) eu conheci depois e ela estava mais envolvida com a pós-graduação, uma pesquisadora incrível.

Então, do que eu me lembro, foi uma convenção de altíssimo nível. Os debates, vamos dizer assim, havia muitos pontos convergentes. O grupo conservador não teve presença. Interessante que no evento de Teresópolis, uma década antes, esse grupo estava muito articulado entre si, defendendo um serviço social absolutamente funcionalista, conservador. Mas em 1975, veja, a Nadir Kfouri reconhece que era o momento de fazer algumas adaptações. Por quê? Por que ela reconhecia isso? O Movimento de Reconceituação foi um movimento complexo, vamos dizer assim. Por exemplo, porque uma das pessoas que fizeram as palestras em Porto Alegre, no I Seminário, que marcou a Reconceituação foi a Maria Lucia Carvalho. E a Maria Lucia Carvalho não era uma autora marxista. Embora ela fosse uma autora crítica, ela não era marxista, mas ela era considerada do grupo da renovação, e que participava, mas numa outra direção. E eu acho que, do ponto de vista do conhecimento de Marx e do pensamento marxista, o Maranhão tinha uma base forte. A Marina (Abreu) já era uma gramsciana. Sempre conheci a Marina (Abreu) como alguém ligada ao pensamento gramsciano.

A gente da PUCSP estava muito bem respaldada, porque a gente tinha a Marilda (Iamamoto) por trás. E tinha uma outra professora, a Maria Berenice Delgado, mineira, hoje ela é um quadro da OIT, trabalha na OIT. Ela era da CUT. Nós tínhamos a Bia, a Beatriz Abramides, de um lado, a Luísa Erundina, que estavam na organização política. E outro grupo que estava no debate teórico, meio assim, vamos dizer, como que dividido nessas frentes. E a Bia

(Abramides) tem um protagonismo histórico no III Congresso. A Luísa Erundina também era uma das professoras da casa, da PUCSP. Era um grupo muito interessante. Quando a gente chega em 1979, em Natal, a gente chega com propostas. A gente estava construindo as propostas. E eu acho que a gente teve, vamos dizer, não foi exclusivo, mas teve um papel importante ali. Tanto é que na PUCSP, nós fizemos mais de uma pesquisa para acompanhar esse processo, de renovação mesmo, não é? No caso da nossa universidade. E logo em seguida eu assumi a ABESS.

Thaisa Closs: Em que período foi, professora, sua presidência na ABESS, em 1983 a 1985? Como foi sua gestão na entidade?

Maria Carmelita Yazbek: Sim, na sequência, como Presidente da ABESS pude participar do aprofundamento do processo de construção da passagem dos conteúdos tradicionais para os desafiantes conteúdos da nova proposta. Nesse processo separavam-se História, Teoria e Método. Em minha avaliação essa foi a grande lacuna inicial em relação à uma efetiva ruptura. No entanto, aos poucos vai sendo melhor explicitada essa relação, sob a perspectiva da Teoria Social de Marx.

Cabe lembrar que tenho uma concepção de teoria que busca essa articulação: a teoria social constitui conjunto explicativo totalizante, ontológico, e, portanto, organicamente vinculado ao pensamento filosófico, acerca do ser social na sociedade burguesa, e a seu processo de constituição e de reprodução. A teoria reproduz historicamente e conceitualmente o real, é, portanto, construção intelectual que proporciona explicações aproximadas da realidade e, assim sendo, supõe uma forma de autoconstituição, um padrão de elaboração: o método. Neste sentido, cada teoria social é um método de abordar o real. O método é, pois, a trajetória teórica, o movimento teórico e histórico que se observa na explicação sobre o ser social.

Desse modo, a análise do Serviço Social a partir de matrizes fundamentais de conhecimento do social na sociedade burguesa nos coloca face aos Fundamentos, que são constituídos por múltiplas dimensões: históricas, teórico-metodológicas, ético-políticas, culturais e técnico-operativas que, nas atuais Diretrizes Curriculares, se expressam na abordagem histórico-crítica fundada na Teoria Social Marxiana. Assim sendo, é a partir dessa perspectiva que venho privilegiando a abordagem da dimensão teórico-metodológica dos Fundamentos, entendendo que essa forma de apreensão incorpora o movimento de história. O que venho tentando aprofundar em minhas análises mais recentes na ótica dos Fundamentos é a sua dimensão ontológica, sua natureza, aquilo que “permanece na mudança” conforme destaca Lukács.

Retomando, eram os primeiros anos do novo currículo. Lembro que na minha gestão da

ABESS, eu fiz uma coisa que eu acho maravilhosa. Eu trouxe o José Paulo Netto para o Brasil. Aliás, eu o trouxe como diretora da faculdade de Serviço Social, na PUCSP. A tensão das lutas contra a ditadura estava menos dura, muitos exilados estavam voltando e a gente convidou ele para dar aula. Ele veio para a PUCSP, aí ele faz o doutorado com a Myriam Veras (Baptista). Ele teve esse protagonismo daquele momento, que não eram as Diretrizes ainda, era a revisão curricular de 1982. E para a nossa proposta da PUCSP, a Marilda (Iamamoto) foi fundamental. Ela foi a figura-chave, ela traz o marxismo. Lembro-me que ela fazia um curso na USP, com o José de Souza Martins, que era um núcleo de estudos marxistas. E eles liam o Capital.

E a ela fazia o quê? Chegava lá na PUCSP e formava a gente. Ela formava a gente. Aí sim, superando os equívocos. Nesse momento, ela tinha um vínculo forte com o CELATS. Ela nos colocou na equipe de pesquisadores do CELATS. Era um grupo grande que colaborava. Então, ela foi uma figura central para a nossa revisão curricular de 1982, que por sua vez, interferiu na própria formulação do que seria o currículo de Serviço Social no país. E eu me lembro que o nosso currículo tinha tantas ciências sociais, que o parecer da universidade questionou isso: é um curso de Serviço Social ou de ciências sociais? Nós estávamos empolgadíssimos. E a primeira concepção que a Marilda (Iamamoto) traz sobre a profissão, ela foi o esteio da nossa reforma curricular. Eu me lembro que em outra convenção também surgiu uma proposta, porque aí tem a história do CEDEPSS também. Surgiu uma proposta de que nós criássemos, conforme existe na educação, a ANPED, a ANPCS na Ciência Social, que a gente criasse um grupo de debates, de estudos e pesquisas semelhantes às demais disciplinas da área social.

Já, embrionariamente, eu fiz o primeiro encontro de pesquisa. Eu não acho o registro, porque também na PUCSP houve uma enchente, perdendo registros da ABESS. E se perdeu o material do primeiro encontro de pesquisadores que nós fizemos, que eu me lembro que fizemos na PUCSP e foi uma explosão de gente. Porque havia uma demanda reprimida, as pessoas queriam discutir as suas pesquisas, os seus estudos, seus mestrados, doutorados. Então, foi uma quantidade muito grande de gente. E, ao mesmo tempo em que a gente avançava para criar o CEDEPSS, outro grupo de pessoas da própria PUCSP, como a Úrsula Karsch, criou uma associação. Eles chegaram a fazer duas publicações, e me lembro que a segunda era sobre fenomenologia. Depois eles desistiram, porque nessa convenção de 1985, quando eu deixo o mandato, a gente opta por criar um centro de pesquisa ligado à ABESS.

Thaisa Closs: Professora, então ocorreu uma disputa no campo da pesquisa, em termos da organização política da categoria?

Maria Carmelita Yazbek: Sim, teve uma disputa, esse caderno que eu mencionei é um

caderno interessante. Ele é só sobre fenomenologia. Não se esqueça de que nós tínhamos Ana Augusta (Almeida) atuando nesse contexto também. Eu não me lembro de Ana Augusta (Almeida) na convenção. Quer dizer, eu não me lembro dos fenomenólogos na convenção, essa de 1979 em Natal. Eu não sei se elas foram, eu não me lembro. Quer dizer, protagonismo grande elas não tiveram. Eu me lembro muito da Ana Elizabete (Mota), de outras pessoas, do Nordeste, principalmente, pessoas de Natal. Era um grupo forte, criticamente posicionado, mas eu não me lembro de uma iniciativa dos grupos fenomenólogos nesse momento. Mas sei que tiveram uma influência grande em alguns currículos.

Thaisa Closs: Nós no Rio Grande do Sul, na PUCRS especialmente, a influência no currículo foi fortíssima, durante esse período.

Maria Carmelita Yazbek: E na PUC do Rio também. Ela era o coração, vamos dizer assim, desse debate, porque a Ana Augusta (Almeida) era professora de lá. Mas eu não me lembro dessa disputa lá na convenção de Natal. Havia mais consensos do que disputas. Pode ser até que estivesse presente, mas não me recordo. Quando José Paulo (Netto) escreveu o *Ditadura e Serviço Social*, que aponta as tendências profissionais, ele é muito fiel ao que estava acontecendo. Ele percebe isso nas convenções, ele sempre era convidado para uma palestra, ele não deixou de ser protagonista nesse processo. E depois a gente tem aquela crítica registrada na revista *Serviço Social e Sociedade*, número 14, uma crítica muito correta, porque havia um grupo que defendia o Serviço Social como ciência. E aí ele entra no debate e ele põe, vamos dizer assim, as coisas no lugar. Não, o Serviço Social não é ciência, é uma disciplina profissional, que se refere a uma teoria social.

Como é que isso rebate nos fundamentos profissionais? A discussão de qual é o objeto da profissão, quais são os seus objetivos. Então, era uma discussão da profissionalidade, vamos dizer assim. E o que é Serviço Social? O Serviço Social é arte, ciência? Essa discussão permanecia o tempo todo, até que a gente assume a perspectiva de uma profissão, da centralidade do trabalho, mas a gente não explicitou isso naquele momento. Mas a concepção de profissão de Marilda (Iamamoto) já está presente naquele currículo nosso, da PUCSP, ou seja, do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho.

Thaisa Closs: Sim. A revista *Serviço Social e Sociedade* nº 14 já registra esses elementos, a partir do currículo da PUCSP, vocês já identificavam algumas lacunas e limites na proposta formativa de 1982. Um aspecto muito rico de recuperarmos, considerando tua gestão na ABESS, como presidente, e também como diretora na PUCSP. Como foi esse processo?

Maria Carmelita Yazbek: Uma coisa interessante era que nós fizemos foram duas grandes pesquisas. Uma pesquisa que era no âmbito do curso, do curso de Serviço Social da

PUCSP, uma pesquisa que acompanhava o processo, e outra, na ABESS. Outra ainda, na ABESS, depois, que avaliou a discussão da metodologia, tem um caderno ABESS só sobre isso. Resultado de pesquisas. Nós tínhamos uma professora que já faleceu, Dilséa Bonetti, ela conduziu pesquisas da nossa faculdade e essa da ABESS também.

Foi uma grande pesquisa, com muitos seminários. E a gente ouviu o José Paulo (Netto), a Nobuco Kameyama, a gente ouviu a Marilda (Iamamoto). Então, a gente tentava dar um “tratamento científico”, vamos dizer entre aspas, e aí o José Paulo vem e lança essa história da ciência, da ciência positivista. Não existe a ciência marxista, mas a ciência positivista. Mas a gente tinha uma preocupação de dar um tratamento científico, ou melhor, acadêmico. A investigação era uma novidade também. Foi ali que ela veio e ganhou corpo, a ideia de que o Serviço Social desenvolve ações investigativas desde o seu cotidiano até a universidade. Então, aquele momento, ele foi rico. Porque isso era do nosso lado, do lado dos que estavam tentando adequar a formação à realidade.

Do outro lado, São Paulo ferveu naquele momento. Então, quando a gente fala da Virada, ela vinha vindo, a virada estava na Igreja Católica, na Ação Católica, a virada estava no ABC Paulista, com as greves do ABC. Em 1979, ocorreu a fundação do Partido dos Trabalhadores. E eu me lembro que com aquele cardeal que a gente tinha, com aquela reitora da PUCSP, a gente estava no ABC. A universidade sustentava ou ajudava a sustentar os trabalhadores que estavam em greve quando o salário era cortado. Então foi um momento importante, a gente tinha todo o clima desse contexto das lutas dentro da universidade. “Não fiquem aqui, vão para fora dos muros da universidade”. E aí nós fomos. Nós fomos trabalhar com os loteamentos clandestinos, com os movimentos sociais, nas periferias. Eu fui para o município de Embu-Guaçu trabalhar com creches. A (Maria) Lúcia Barroco foi trabalhar na área da saúde. Bom, a gente criou muito. Era uma universidade muito interessante. Uma universidade que mais de uma vez foi invadida. Seu teatro, o TUCA foi incendiado duas vezes.

Agora vai ter um metrô que vai servir a PUCSP, sabe? Tem um movimento para chamar a estação Nadir Kfouri. Imagina! Realmente, ela foi uma mulher ímpar, inclusive, a postura dela. A biblioteca da universidade chama-se já Nadir Kfouri. Ela foi muito reconhecida. A coisa que eu acho mais interessante, ela nunca se colocou no campo marxista. Ela era uma grande especialista em caso, porque também a gente nem tem ideia do que é o caso, um caso bem feito, um caso como aprendemos nos EUA, não é? Embora ela tivesse essa postura teórica, ela era uma mulher que ia para a rua brigar com a gente. Quando a gente ia para passeatas, todos professores muito jovens, alguns alunos. Fazíamos essas coisas. Ela ficava lá... Primeiro a faculdade era numa casa na Rua Sabará, era uma casa enorme. E ela ficava até a última voltar,

para ver se precisava de iniciativa política de ajuda. Ela tinha um irmão desembargador, uma coisa assim, e ela ia atrás.

Então ela foi uma grande mulher. E a coisa mais interessante é que os alunos invadiam a Reitoria e quando os estudantes saíam, era bonito isso, a enchiam de flores, porque não era algo pessoal com ela. Então, é um fenômeno isso, ter passado do conservadorismo para o marxismo, mantendo boas relações, relações cordiais. A gente tinha um carinho muito grande por ela. Porque ela permitiu também. Ela podia se contrapor, ela tinha prestígio e poder, mas ela concordou, abriu espaço.

Thaisa Closs: As lutas que vocês travaram na profissão são incríveis, é muito importante recuperar essa memória. Os debates de avaliação do currículo de 1982, registrados nos cadernos ABESS, como de o de nº 3, também foram fundamentais. Professora Carmelita, como foi esse processo?

Maria Carmelita Yazbek: Foi muito rico esse processo, porque essa unidade indissociável, teoria e método e história, ela foi sendo, vamos dizer, incorporada, porque não fomos nós que construímos, o próprio pensamento marxiano coloca assim. Mas é um processo de apreensão. Porque havia muitos marxistas positivistas, como, por exemplo, mostrou o estudo de (Consuelo) Quiroga. Mas aos poucos a gente foi avançando. E aí, eu acho que eu tive um privilégio, eu brinco com a Marilda (Iamamoto), eu fui formada por ela. Todos os equívocos que eu dizia, ela corrigia, ela foi arrumando as nossas cabeças (risos). E ela traz com força a tese da unidade teoria, método e história. É que falando assim agora, tanto tempo depois, parece que não há polêmicas, mas havia polêmicas. Havia uma identificação da metodologia com o procedimento, do método com o procedimento, quando o método, na verdade, é constitutivo da própria construção teórica. A gente foi caminhando, o José Paulo (Netto) também ajudava, veio trabalhar com a gente. Foi um tempo de muita construção.

E, interessante, as minhas lembranças foram de busca de consenso, nesses debates. A tensão maior foi em Teresópolis. O Documento de Teresópolis foi muito difícil para nós. Eu me lembro que eu não quis participar, eu não fui para Teresópolis. E a gente ainda estava lá na Rua Sabará, onde tinha um porão. Enquanto elas estavam em Teresópolis, a gente estava estudando no porão, escondidas. A primeira vez que eu li Paulo Freire foi em espanhol. Ele não era publicado no Brasil. Então a gente tinha um grupo ali de estudos. Elas sabiam. Como a gente tinha bons vínculos, elas nos protegiam. Mas Teresópolis foi muito doloroso. É muito ruim, não é? Araxá tem ainda a marca do pensamento de São Tomás, da perfectibilidade do homem, da natural sociabilidade, tem umas coisas que vêm de Aristóteles, que São Tomás incorporou e que elas incorporaram, então tem um lado humano, podem até discordar dessa leitura, mas o

documento tem uma defesa do humano, da sociabilidade humana.

Teresópolis foi muito ruim, Teresópolis foi tenso, claro. Não quis participar. Marilda (Iamamoto), nessa época, ela ainda estava em Minas Gerais, eu acho. Depois é que ela vem para a PUCSP, que nem a Rosângela (Batistoni). BH foi uma experiência belíssima, mas que terminou tragicamente reprimida. Foi um processo muito rico, essa experiência de vida entre 1975 e 1979, vamos dizer assim. E até o final dos anos 1980, um período, de muita efervescência. A organização política era incrível. E quando eu vejo hoje a (Luisa) Erundina é uma coisa... Que grande mulher que ela foi e é.

Ela vai fazer 90 anos, eu tenho muito carinho por ela. Ela foi uma professora de luta, da política. Os anos 1980 lançaram as grandes bases da profissão, para a atualidade mesmo. É importante a gente recuperar esses processos, inclusive, a raiz das Diretrizes Curriculares também está nesses debates, nesses avanços que também estavam articulados com a organização política, não era só um projeto de formação, era um projeto de profissão, de sociedade, em conjunto. É aí que está o nascedouro do que a gente chama de projeto ético-político. E depois, em 1993, tem o Código de Ética, a Lei de Regulamentação, isso vem tudo na mesma esteira, de um acúmulo. Foi um momento privilegiado da profissão. Foi um momento da virada de todos os lados.

Thaisa Closs: E caminhando por esse percurso histórico, no início dos anos 1990, como foi sua inserção nas entidades profissionais nesse período?

743

Maria Carmelita Yazbek: Eu estive no CFESS. Quando eu estive no Conselho Nacional de Assistência, primeiro conselho, na construção da LOAS, eu participei de uma equipe representando o CFESS. E antes, em 1986, a PUCSP firmou um convênio com Portugal para implantar mestrado, doutorado, nós saímos do Brasil também. Não sei como dava tempo de fazer tanta coisa. Foi um trabalho muito interessante. Nós estávamos discutindo a internacionalização, só em Portugal a gente formou 41 mestres, que saíram com o diploma da PUCSP, mais 13 doutores, e depois nós vimos para a Argentina também. Então a gente estava numa linha de avançar mesmo. Dentro do país, fora, claro que era um grupo muito interessante. A Aldaíza (Sposati) estava envolvida com Portugal. Estava fora. Bom, eu não sei como coube no tempo tanta coisa. Eu sei que os anos 1990 consolidaram o que a gente vinha fazendo, através desses documentos, acúmulos.

Em 1996 eu estava no CEDEPSS com a Marieta (Koike). A Marieta é incrível, nós vivemos aventuras, sabe? A gente saiu para a América Latina, fomos para a Guatemala. E ela consolidou, consolidou a proposta de formação. Ela é uma figura emblemática do Nordeste, representava o Nordeste. Eu aqui do outro lado, em outra região, representando um pouco a

história das pessoas que começaram o Serviço Social no Brasil. Nós fizemos um trabalho muito curioso, muito interessante. Entendo que os maiores avanços das atuais DCN da ABEPSS no tocante aos Fundamentos do Serviço Social referem-se à abordagem na perspectiva da indissociabilidade dos três núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares de 1996: Núcleo de Fundamentos teórico metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e, Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Nessa abordagem há algumas questões centrais cuja abordagem é imprescindível no conjunto das Diretrizes e especialmente dos conteúdos, que são os eixos estruturantes da questão social e do trabalho.

As diretrizes curriculares, eu estava relembrando, eu falei, que coisa mais linda! Não tem nem o que mexer nelas, atuais, não é? Claro que elas têm que se atualizar, tem que caminhar com a história, mas a proposta dos núcleos de fundamentação, eu acho que, por enquanto, é imbatível, se indissociável. Nesse sentido há algumas questões a serem aprofundadas: as determinações da formação colonial, escravista, sexista nas condições de vida das classes subalternas; o debate étnico-racial como constitutivo das relações sociais capitalistas no Brasil, afirmando a pauta antirracista; a temática da diversidade sexual; as profundas transformações do mundo do trabalho face à reestruturação vasta e dramática do capitalismo global, impulsionada pelo capital financeiro e pela reestruturação produtiva e particularmente por sua incorporação das tecnologias de informação e comunicação nas relações de trabalho; a nova morfologia do trabalho dos assistentes sociais nesse contexto; o novo perfil das Políticas Sociais no capitalismo financeiro e plataformizado. Entendo que esses necessários avanços no tocante a esses temas não devem significar deixar de lado os pensadores que construíram as matrizes, as bases do pensamento social contemporâneo. É preciso conhecer o pensamento marxiano, a tradição marxista, as vertentes atuais derivadas do positivismo, o estruturalismo e o pensamento pós-moderno, como uma necessária interlocução.

Thaisa Closs: Sobre os debates das Diretrizes, a formulação de seus elementos centrais, da indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação, ocorreram muitas oficinas. Houve o suporte de assessores, durante a gestão da professora Marieta Koike, não é?

Maria Carmelita Yazbek: A Marieta, ela se cercava de pessoas para contribuir na construção, ela era uma mulher muito aberta. Creio que quando entrei no debate a proposta dos Núcleos já estava construída. Claro que havia discussões parciais, não é? Sobre a concepção de profissão, a dimensão política. Eu estava mais com a discussão da pesquisa. Eu acho desafiante a questão da indissociabilidade. Não era uma coisa fácil. E não tem sido fácil, até hoje, discutir, por exemplo, a relação teoria/metodo/história. Os cursos ainda hoje confundem método e

metodologia, na questão de como fazer a parte de instrumentalização, das técnicas. Depois a gente tem a Yolanda (Guerra) que avança nisso, ela faz o doutorado com a gente também, ela dá um belo salto nessa questão. O que aconteceu com a graduação da PUCSP? Estou muito longe da graduação agora, naquele momento eu não estava. Naquele momento, lá atrás, a gente discutia, discutia, conversava, conversava. E nós tínhamos algumas pessoas incríveis. A gente tinha (Maria Lúcia) Barroco. Além da Marilda (Iamamoto), tinha Barroco, nesse campo da ética. Além de ser assistente social ela depois foi para fazer filosofia, porque não dá para discutir ética somente com os conhecimentos que a gente tem. Então ela avançou muito nisso.

Um grande grupo participava. E a Marieta (Koike) foi uma grande articuladora, ela soube conduzir isso, sabe? Quando chega a convenção que aprova as diretrizes, foi tranquila. Mas uma das polêmicas era sobre a política social. Porque depois a gente acabou ficando com os eixos da questão social e do trabalho. E a política social foi uma questão, porque tinha um grupo que defendia a política como um dos eixos, com o mesmo peso da questão social e da concepção de serviço social como trabalho. Naquele momento, a gente não aceitava. Hoje, eu acho que talvez, quando você vê o mercado de trabalho, quando você vê que o grande empregador de assistentes sociais é o Estado, são as políticas sociais. Talvez a gente não tivesse sido tão rigorosa com o eixo da política social. Não que ela não tenha importância, mas ela cresceu na importância. Porque, por exemplo, se a gente questiona uma ação focalizada, seletiva, em relação, por exemplo, à pobreza, é isso que a gente faz, a gente faz pela via da política. Mas a política social como eixo perdeu. Esse domínio que a gente alcançou em relação à política social, o trabalho da Elaine (Behring), por exemplo, avançou com a questão do fundo público. Acho que política social tem um peso maior do que o que a gente deu naquele momento. Ela ganhou esse peso também.

Os grupos temáticos de pesquisa (GTP's) da ABEPSS abriram um caminho interessante, como o movimento mais recente das lutas antirracistas, por exemplo. E os temas que os GTPS trazem são todos muito importantes. Olha que interessante, naquele momento de criação deles eu entrei no GTP de política social. Eu estava muito envolvida com a assistência social. Depois eu percebi que eu tinha que passar para o GTP de fundamentos do serviço social, porque que eu ensinava fundamentos. Aí eu passei para o de fundamentos. Vamos dizer assim, é difícil separar a política social do campo da intervenção, porque ela está ali, ela nos condiciona, determina o que você pode e o que não pode. Aí eu desisti da assistência social, em termos da pesquisa, pela ênfase em um tema. Em termos de pesquisa, ou é uma coisa ou é outra, priorizar.

Thaisa Closs: São temáticas que marcam tua produção e trajetória docente.

Maria Carmelita Yazbek: Sim, e a conquista da assistência social na Constituição

Federal é uma conquista histórica também. Porque é no mesmo contexto, da história, a tentativa de quebrar com a prática clientelista, do favor, da ajuda, que está aí até hoje. A luta pela constitucionalidade foi uma luta importante, tinha um grupo bem bom e as entidades também. Foi um momento muito rico da vida.

Thaisa Closs: Professora, um desafio importante no tocante aos fundamentos do Serviço Social reside nos processos de ensino, no sentido do rigoroso trato histórico e teórico-metodológico da profissão, na garantia da lógica e fundamentos das DCN da ABEPSS. Poderias compartilhar um pouco sobre sua experiência docente na área de fundamentos?

Maria Carmelita Yazbek: A minha experiência atualmente no ensino é na pós-graduação. Então, ela tem outras características. Eu trabalho em dois momentos, duas disciplinas de fundamentos, a I e a II. Na primeira eu coloco em discussão as bases das Diretrizes. Eu discuto profissão, o que é o serviço social, a ênfase para o trabalho e a questão social. E eu estou fazendo profundas mudanças na discussão. Porque em relação à questão social, por exemplo, a abordagem é sempre histórica. Por exemplo, eu começo discutindo a questão social, como emerge essa expressão? Quem usou essa expressão pela primeira vez? A questão social ou a questão inglesa. Ela surge como expressão histórica que tem a ver com o capitalismo, a classe... Mas, em 2001, teve o debate da revista Temporalis nº3 onde, analisando o ensino das diretrizes, o tema foi a questão social. E aí tem o José Paulo Netto, tem a Marilda Iamamoto, a Potyara Amazoneida Pereira e eu estava lá. Bom, e a partir dali eu fui ver um pouco o que diziam. José Paulo e Marilda, que foram mais fiéis tendo como referência a sociedade industrial e a lei geral da acumulação.

Mas eles já diziam que a questão social assume expressões concretas em diferentes realidades, em diferentes nações, em diferentes tempos históricos. Eu, naquele momento, estava com a subalternidade, discutia a pobreza, e ela nada mais é que um resultado dessa forma de organização da sociedade. Mas, o movimento teórico na categoria foi: Qual é a realidade concreta da classe trabalhadora, da classe que vive do trabalho, por exemplo, em termos da questão social? Quem é ela? E aí, nós fomos avançando nas lutas antirracistas, nos GTP's a gente tinha uma discussão sobre as múltiplas opressões, vamos dizer assim. Então, hoje, nesse momento, eu trabalho desde o sentido clássico, que eu acho que temos que trabalhar, até essas expressões. A gente trabalha na ótica da questão social a questão racial, a questão social e as perspectivas feministas, as perspectivas de gênero, LGBTQIA+, a gente hoje discute questão social de um outro modo. Depois é a discussão do trabalho. Na PUCSP é muito forte a discussão do trabalho, conduzida pela Raquel (Raichelis), ela avançou muito, a gente tem convidado muito o (Ricardo) Antunes, ele dá atividades programadas. Então, vamos discutir também: O

que é o trabalho hoje? Você lembra as polêmicas que ocorreram na produção da área, como se o trabalho se restringisse ao trabalhador de chão de fábrica. Então a gente debate com o (Ricardo) Antunes, a nova morfologia, a financeirização do capitalismo. Eu também trabalho na disciplina com unidades sobre o serviço social e a inserção na política social.

Primeiro semestre é isso. Segundo semestre eu discuto as tendências teóricas, então é mais árido o debate, sabe? Porque, na verdade, a gente começa do pensamento doutrinário, da Igreja, chega no positivismo. E o positivismo de hoje não é aquele positivismo de antes, ele tem impressões culturalistas, funcionalistas. A gente aprofunda o culturalismo, e aí eu entro em alguns autores como o (Pierre) Bourdieu, o (Michel) Foucault, o Foucault é difícil, mas temos muitos alunos que querem estudá-lo. Depois eu debato isso que a gente chama de pensamento pós-moderno, a gente trabalha com o (Jean-François) Lyotard, com o Boaventura Sousa de Santos. Eu trabalho os pensamentos, as tendências do pensamento social. No campo da tradição marxista, é Marx a ênfase, eu trabalho um pouquinho com Gramsci também. Eu gosto de Gramsci. Às vezes, eu discuto com outros autores, como (Edward Palmer) Thompson e com (Georg) Lukács. Sem abrir mão da opção da tradição marxista, o marxismo dialoga com essas correntes. O pessoal gosta muito desse curso, é o debate do pensamento social contemporâneo. Com quem nós dialogamos? O que se coloca hoje no debate social? Então vão surgindo autores, surgindo teses, a gente vai discutir com alguns autores que estão no debate hoje.

Thaisa Closs: Para finalizarmos a entrevista, que desafios você apontaria para a produção de conhecimento na área de fundamentos do Serviço Social?

Maria Carmelita Yazbek: Mais uma vez afirmo que o fundamento da profissão é sua inserção na história. Essa inserção exige o desvelamento contínuo da realidade e a produção de conhecimentos sobre essa realidade e sobre o trabalho profissional nela inserido. Assim, a pesquisa e o processo de produção de conhecimentos são de grande relevância no âmbito da profissão. Profissão que tem na pós-graduação um importante suporte, e que alcançou um nível de maturação consistente, pela produção de conhecimentos, que ao lado da organização política da categoria tem sustentado seu Projeto Profissional. Sobre a pesquisa, gostaria de assinalar a importância da inovação em seu âmbito, com novas tecnologias e metodologias, como a pesquisa militante e outras estratégias.

Thaisa Closs: Professora Carmelita muito obrigada pela entrevista!

A crise estrutural do capital vem se apresentando através de seus múltiplos aspectos – as chamadas crises ambiental e climática, crise urbana, energética etc. – evidenciando a destrutividade do capital sobre todas as dimensões da vida, sobretudo a da classe trabalhadora e a dos povos na periferia do capitalismo. Diante disso, torna-se urgente e indispensável dar visibilidade às alternativas em construção através das mais diversas iniciativas – sejam elas desenvolvidas no campo ou na cidade, em qualquer área do conhecimento – que apontem para a criação de novas sociabilidades e novos horizontes civilizatórios. Neste sentido, o dossiê impulsionou o debate e a análise acerca do crítico momento histórico em que vivemos, visibilizando algumas alternativas que estão sendo construídas e as contribuições do Serviço Social nesse processo.